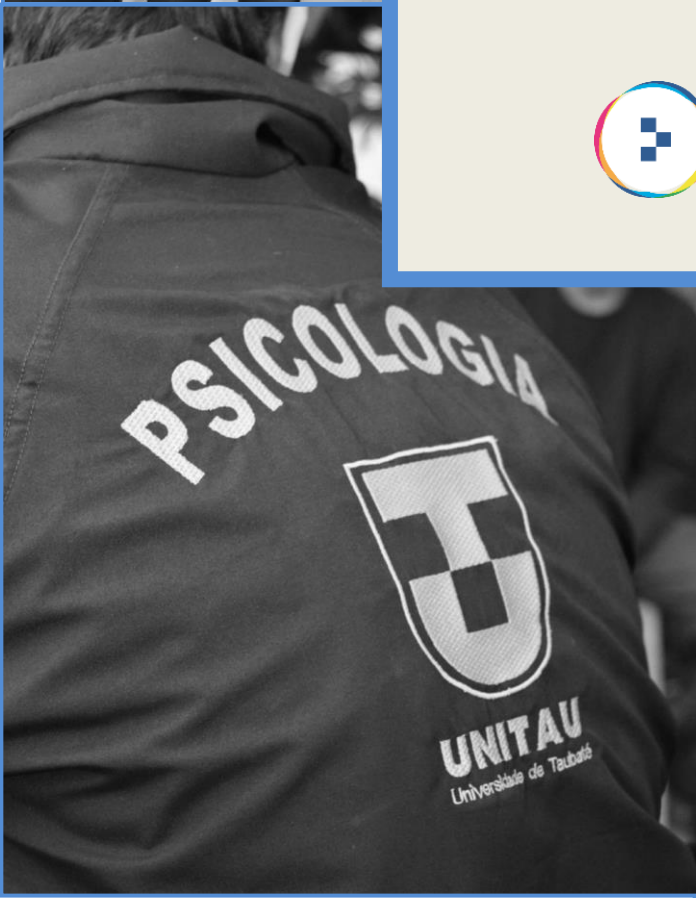




**PSICOLOGIA:
OLHARES EM DIFERENTES
CONTEXTOS**

**Adriana Leonidas de Oliveira
Paulo Francisco de Castro**
Organizadores



Adriana Leonidas de Oliveira
Paulo Francisco de Castro
Organizadores

Psicologia: Olhares em Diferentes Contextos



Taubaté – SP | 2019

Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBi/ UNITAU
Grupo Especial de Tratamento da Informação - GETI

O48p	Oliveira, Adriana Leonidas de Psicologia [recurso eletrônico] : olhares em diferentes contextos / Adriana Leonidas de Oliveira (Org.) , Paulo Francisco de Castro (Org.) – Taubaté: EdUnitau, 2019. E-book Formato: PDF Requisitos do sistema: Adobe Modo de acesso: Publico ISBN: 978-85-9561-140-5 1. Psicologia educacional. 2. Psicologia da aprendizagem. I. Castro, Paulo Francisco de (Org.). II. Título
	CDD – 370.15

Ficha catalográfica pela Bibliotecária Maria Ap. L. de Souza - CRB-8/9087

Índice para Catálogo sistemático

Psicologia educacional 370.15

Psicologia da aprendizagem 370.153

Expediente

Administração superior

Reitora: Profa. Dra. Nara Lucia Perondi Fortes

Vice-reitor: Prof. Dr. Jean Soldi Esteves

Pró-reitora de Extensão: Profa. Dra. Leticia Maria Pinto da Costa

edUNITAU

Diretora Presidente: Profa. Dra. Nara Lucia Perondi Fortes

Conselho Editorial

Presidente: Profa. Dra. Leticia Maria Pinto da Costa

Diretor editorial: Prof. Dr. João Rangel Marcelo

Revisão

Profa. Andreia M. Castro Rangel

Projeto Gráfico

Capa e Editoração: Felipe de Souza Andrade Martins

Fotos: Eduardo Ferreira e Evelyn Leite

Impressão: eletrônica (E-book)

Colaboração

Núcleo de Design Gráfico – NDG UNITAU

Coordenação: Alessandro Squarcini

Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBi UNITAU

Coordenação: Felipe Augusto Souza dos Santos Rio Branco

Copyright © by Editora da UNITAU, 2019

Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em sistema eletrônico, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer sem autorização prévia do editor.

Comissão Editorial Psicologia: Olhares em Diferentes Contextos

Adriana Leonidas de Oliveira

Fabio Donini Conti

Helena Rinaldi Rosa

Hilda Rosa Capelão Avoglia

Luis Sérgio Sardinha

Maria Lucia Marques

Marilza Terezinha Soares de Souza

Paulo Francisco de Castro

Quésia Postigo Kamimura

Simone Ferreira da Silva Domingues

Sonia Maria da Silva

**OS TEXTOS DOS CAPÍTULOS, SEUS POSICIONAMENTOS TEÓRICOS E SUAS
CONCEPÇÕES METODOLÓGICAS SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS
AUTORES**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
PARTE I: CONTEXTOS CLÍNICOS E DE SAÚDE	10
A DEFINIÇÃO E OS BENEFÍCIOS DA TERAPIA ASSISTIDA POR ANIMAIS UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DOS ÚLTIMOS 11 ANOS.....	11
A INTERPRETAÇÃO DOS SONHOS ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PSICANÁLISE E A PSICOLOGIA ANALÍTICA	28
ANÁLISE DOS COMPORTAMENTOS VERBAIS DE TRÊS CLIENTES DURANTE O PROCESSO DE PSICOTERAPIA INDIVIDUAL	50
ANOREXIA E BULIMIA ANÁLISE DE BLOGS DE INCENTIVO AOS TRANSTORNOS	68
DEUSES GREGOS A INFLUÊNCIA NA IDENTIDADE DE ATORES	86
HUMANIZAÇÃO EM AMBIENTE HOSPITALAR DIFICULDADES NA MENSURAÇÃO DE RESULTADOS, UMA REVISÃO DE LITERATURA DOS ESTUDOS DE PALHAÇO TERAPIA	108
INFLUÊNCIA DO CORTISOL E DO ESTRESSE NO DESENVOLVIMENTO DE CÉLULAS TUMORAIS.....	116
MUDANÇAS DE COMPORTAMENTOS E ATITUDES DA PESSOA EM PSICOTERAPIA UM CASO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA ABORDAGEM HUMANISTA.....	141
O ADOLESCENTE, A ERA DO VAZIO E A CLÍNICA PSICANALÍTICA	161
PSICANÁLISE DOS MITOS, FÁBULAS E SUPER-HERÓIS DO INCONSCIENTE AO MUNDO REAL	182
RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DE MÃES ADOLESCENTES E TARDIAS A TÉCNICA DO DESENHO-ESTÓRIA COM TEMA NA REPRESENTAÇÃO DA MATERNIDADE	198
UM ESTUDO DA PROSTITUIÇÃO FEMININA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE A MERCANTILIZAÇÃO DO SEXO	216
VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A PSICOLOGIA HUMANISTA UM ESTUDO DE CASO DE PESSOA TRANSGÊNERO MASCULINO NA REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA PAULISTA	239
PARTE II: CONTEXTOS DE FAMÍLIA.....	257
A EXPERIENCIA DO HOMEM NA TRANSICAO DO PAPEL DE PARCEIRO PARA PAI	258

CARREIRA FEMININA CONCILIANDO A VIDA PROFISSIONAL COM A VIDA FAMILIAR NAS DIFERENTES FASES DO CICLO VITAL	277
FAMÍLIA, ACEITAÇÃO E CRIANÇAS COM O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA NOS ÚLTIMOS 8 ANOS	298
SÍNDROME DE DOWN O PROCESSO DE ENFRENTAMENTO VIVENCIADO POR PAIS	319
PARTE III: CONTEXTOS DE EDUCAÇÃO	335
A DISCUSSÃO DO MÉTODO CIENTÍFICO NA GRADUAÇÃO UMA EXPERIÊNCIA DE UM CURSO DE PSICOLOGIA	336
A REESCOLHA DE ÁREA DE FORMAÇÃO DE ALUNOS UNIVERSITÁRIOS	356
AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS UM ESTUDO DOS SENTIDOS ATRIBUÍDOS POR PARTICIPANTES DE UMA ONG NO VALE DO PARAÍBA	370
ALTAS HABILIDADESSUPERDOTAÇÃO A NECESSIDADE DO NOSSO OLHAR	389
COMPORTAMENTOS INADEQUADOS E INDICADORES DE APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	404
O TREINO DE HABILIDADES EM ADOLESCENTES MULTIPLICADORES DE UM PROJETO EDUCACIONAL A EXPERIÊNCIA DO PROJETO JOVENS PROTAGONISTAS	422
PARTE IV: CONTEXTOS DE GESTÃO	438
A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO PROCESSO SELETIVO EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM UMA EMPRESA JÚNIOR	439
CARREIRA E MATERNIDADE O PROCESSO DE RETORNO DA MULHER AO TRABALHO APÓS LICENÇA MATERNIDADE	455
DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL E TRABALHO LEVANTAMENTO DAS INSTITUIÇÕES VOLTADAS À CAPACITAÇÃO PARA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO NO MUNICÍPIO DE TAUBATÉ - SP	472
RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA	488
TRANSIÇÃO UNIVERSIDADE-MERCADO DE TRABALHO: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS DE JOVENS RECÉM-FORMADOS DE UMA UNIVERSIDADE DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO	517
AUTORES	536

Apresentação

“Psicologia: Olhares em Diferentes Contextos” é o terceiro livro da série “Olhares” que socializa parte das produções construídas por professores e alunos de graduação do curso de Psicologia da Universidade de Taubaté.

O livro mais uma vez reforça uma característica central da Psicologia enquanto ciência e profissão: a diversidade. Essa diversidade é apresentada ao longo das seções, à medida que diferentes contextos da Psicologia são “olhados” por meio de nossas pesquisas e trabalhos interventivos: a clínica e a saúde, a família, a educação e a gestão.

Temas atuais e de grande relevância são apresentados e discutidos ao longo dos vinte e oito capítulos que compõem a obra: distúrbios alimentares, humanização em ambiente hospitalar, estresse, violência doméstica, adolescência, paternidade, maternidade, autismo, síndrome de down, habilidades sociais, carreira, recrutamento e seleção, avaliação psicológica, entre outros temas de destaque.

É com muito orgulho que convidamos toda a comunidade acadêmica da psicologia e de áreas afins a desfrutarem dessa leitura e contribuírem para a ampliação contínua de nossos olhares, por meio de reflexões que poderão impulsionar novas questões e novas buscas.

Adriana Leonidas de Oliveira

Paulo Francisco de Castro

PARTE I: CONTEXTOS CLÍNICOS E DE SAÚDE

A DEFINIÇÃO E OS BENEFÍCIOS DA TERAPIA ASSISTIDA POR ANIMAIS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DOS ÚLTIMOS 11 ANOS

Andreza Maria Neves Manfredini

Laura Espíndola Magalhães

Introdução

A literatura científica tem apresentado relatos de experiências terapêuticas com o uso de animais. No entanto, ainda existem lacunas quanto às evidências científicas que comprovam a eficácia do uso da TAA (Terapia Assistida por Animais), especialmente com cães. A presente pesquisa representa um esforço em direção à compreensão da TAA, a fim de que tenhamos uma diretriz adequada para a prática clínica a partir de métodos não tradicionais, de forma que desencadeiem benefícios significativos na vida dos praticantes, da família e da equipe profissional.

De acordo com Georgetti e Tabatschnic (2006), estudos revelam um efeito benéfico para os seres humanos como resultado direto da interação com um animal. Contudo, foi na década de 1950 e no Brasil, que surgiram os primeiros apontamentos da utilização da TAA com a médica Nise da Silveira, a qual utilizou animais como co-terapeutas para pacientes psiquiátricos. De acordo com Schmitz e Beermann (2017), as intervenções variam amplamente, sendo que a estruturação ocorre de acordo com a necessidade de cada praticante. Para Uzun (2005 apud CAMPOS, 2007), é indispensável que o animal possua treinamento. Freire (1999 apud ZAMO, 2002) propõe que ter uma equipe interdisciplinar também é primordial para que o processo seja realizado, bem como é significativa a troca de informações e experiências da equipe com os praticantes e familiares.

Neste capítulo será apresentada a pesquisa que teve como objetivo verificar como a literatura científica tem abordado a aplicabilidade da TAA nos últimos onze anos. Seguido dos objetivos específicos para definir a TAA na perspectiva de diferentes autores e identificar como a literatura científica aborda os benefícios transmitidos às pessoas no uso da TAA com cães.

Na próxima seção, será abordada uma breve contextualização teórica sobre a relação homem e animal, a partir de um olhar histórico, destacando também diferentes tipos de intervenções que utilizam o animal como facilitador do processo (Atividade Assistida por

Animais e Terapia Assistida por Animais). Posteriormente será explicitado o método aplicado na pesquisa e os resultados obtidos que foram discutidos teoricamente.

Relação Homem e Animal: Um olhar histórico

De acordo com Dotti (2005 apud GEORGRITTI; TABATSCHNIC, 2006), durante toda a história, nas mais antigas civilizações, é possível identificar a relação direta que existe entre homens e animais, inclusive compartilhar o ambiente com animais constitui algo bastante arraigado nas famílias, o que resultou na domesticação e estimação. Havia culturas nas quais a aproximação com os animais foi confirmada através de símbolos e imagens nas paredes das cavernas. Em outras, os animais levavam a comunidade ou grupos específicos a alcançar prestígio, e isso estava relacionado à caça, pois quanto mais animais eram capturados, mais poder aquele grupo tinha. Dentro da cultura greco-romana eram vistos como a reprodução de Deus, da saúde e da reencarnação. Para a cultura egípcia eram atribuídos às formas de deuses e simbolizavam a sabedoria, a proteção e a solução para as necessidades humanas.

Segundo Godoy e Denzin (2007), com o passar do tempo, os animais vêm ocupando um espaço importante em residências, comunidades, hospitais, centros de reabilitação, penitenciárias e outros locais de convivência. Nas pesquisas sobre a importância dos animais na vida das pessoas também não é diferente, estas vêm avançando significativamente. Dessa forma, os animais constituem uma companhia bastante importante, simplesmente pelo fato de não discriminarem ninguém, tornando o contato livre de preconceitos. Essa relação vem crescendo consideravelmente, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2013) a população de animais de estimação no Brasil equivale a 132 milhões, sendo o quarto país no mundo com mais números de animais de estimação.

Terapia Assistida por Animais

Para Crippa, Costa e Feijó (2015), a TAA é um modelo de terapia conhecido mundialmente que usa animais como parte complementar terapêutica. De acordo com Campos (2008), tal prática foi anunciada pela Delta Society, um grupo bastante reconhecido por trabalhar com programas de AAA e TAA. Segundo Dotti (2005 apud CECHETTI, 2016), a TAA abrange o contato entre homem e animal a partir de um processo terapêutico formal, os resultados previstos envolvem a promoção da saúde física, social e emocional, bem como as funções cognitivas. E também espirituais, tanto para o praticante quanto para a família e

para a equipe (Camark, 1989 apud BUSSOTTI et al., 2005). Para Yamamoto et al. (2012), esta terapia é vista como sendo uma abordagem terapêutica, a qual usa animais como instrumentos facilitadores, podendo ser aplicada em diferentes situações, ou seja, na socialização de pessoas, na psicoterapia, em tratamentos de pacientes com necessidades especiais e na diminuição da ansiedade. Para Nascimento, Peranzoni e Alves (2015), é designada para o tratamento de fobias, traumas, aprendizagem e problemas motores.

De acordo com Oliva (2007 apud YAMAMOTO et al., 2012), os animais atuam como co-terapeutas, e é preciso que sejam animais treinados, com boa saúde física e mental para garantir o bem-estar do animal e o cuidado com o praticante. Segundo a Delta Society (2000 apud DOMINGUES; CUNHA, 2008), é uma terapia que pode ser trabalhada individualmente ou com grupos específicos, de acordo com a necessidade de cada participante do programa. Para Dotti (2005 apud CECHETTI, 2016), a TAA deve ser conduzida por diferentes profissionais da área da saúde que estejam capacitados e deve ser conduzida a partir de um programa claro e dirigido. Para Nascimento, Peranzoni e Alves (2015), principalmente os cães são os mais adequados para a terapia, pelo fato de proporcionarem um forte apoio emocional e afetivo ao praticante, por serem dóceis e adestrados também, assim podem promover a segurança e a alegria de quem pratica, estimulando as funções psicológicas e emocionais. Pereira, Ferrari e Barros (2014) destacam como TAC (Terapia Assistida com Cães), esse tipo de terapia com o cão.

Atividade Assistida por Animais

Segundo Crippa, Costa e Feijó (2015), entende-se a AAA (Atividade Assistida por Animais) como sendo uma interação entre animais e humanos, acontecendo de maneira direcionada com animais treinados e apropriados para esse tipo de modalidade interventiva. Para Pereira e Ferreira (2007 apud CRIPPA; COSTA; FEIJÓ, 2015), a AAA almeja a promoção do bem-estar total do paciente, podendo ser realizada com uma única pessoa ou com grupos, considerando a vontade do paciente e sendo aplicada de acordo com a necessidade de cada um. Segundo Crippa e Feijó (2015), as atividades são causais e não necessitam necessariamente de um esquema fixo, ocorrem de maneira espontânea, não há metas por sessão e o progresso não é registrado estruturalmente. Caprilli et al. (2008 apud REED; FERER; VILLEGAS, 2012), afirmam que no Brasil, a TAA é encontrada em diferentes projetos, em contrapartida, a AAA é menos utilizada. Todavia, é importante que

haja também um olhar especial para ela, pelo fato de mostrar benefícios significativos quando aplicada.

Segundo Banks (2002) e Kawamura e Niiyama (2007 apud REED; FERER; VILLEGAS, 2012), temos os mesmos estudos mostrando a eficácia da AAA e TAA em pessoas com diferentes idades e que vivem contextos diferentes. Pode-se dizer que pesquisas nessa área ainda se encontram bastante limitadas, uma vez que as publicações se referem a adultos, principalmente idosos. Por outro lado, há artigos que justificam os efeitos positivos da interação com animais em diferentes contextos, principalmente em hospitais e escolas, ambos envolvendo crianças.

Surgimento da Terapia Assistida por Animais

Segundo Cechetii et al. (2016), foi nos Estados Unidos por volta do ano de 1942 constatarem benefícios da TAA em pacientes diagnosticados com distúrbios físicos e mentais. Para Martins (2004), por volta dos anos 1960, Levinson um médico psiquiatra criou a psicoterapia facilitada por animais, aplicada a pacientes com transtornos de comportamento, déficit de atenção e problemas de comunicação, principalmente com crianças. Já na década de 1990 foram implementados os primeiros espaços para atendimento de TAA, principalmente com cães.

Segundo Vaccari e Almeida (2007), no Brasil há projetos que envolvem esse tipo de terapia com animais, como por exemplo, na cidade de São Paulo, há o Pet Smile que desde 1997 leva animais em escolas, hospitais e creches para que interagir com as crianças. Esse projeto é coordenado por Hannelore Fuchs, médica veterinária e psicóloga. Para Yamamoto et al. (2012), há também outro projeto, chamado Cão-Cidadão-Unesp, tendo como objetivo a investigação da relação de crianças diagnosticadas com Síndrome de Down, paralisia cerebral e outras doenças mentais.

A Fundação Selma (2015 apud CRIPPA; COSTA; FEIJÓ, 2015), ainda em São Paulo, apoia pessoas que estão em algum processo de reabilitação física, usando a Equoterapia e terapias com outros animais. De acordo com Bussotti (2005), a Organização Brasileira de Interação Homem-Animal Cão Coração foi criada para desenvolver um projeto chamado Cão Idoso. Esse modelo é levado até casas de repouso ou abrigos com o intuito de melhorar a qualidade de vida do idoso. No Hospital de São Paulo (2008 apud Kobayashi, 2009) foi desenvolvido, pelo departamento de pediatria e diretoria de enfermagem, em 2006, o P.A.

(Projeto Amicão), que tem como objetivo humanizar o ambiente hospitalar, a partir do uso da TAA.

Para Kobayashi (2009 apud CRIPPA; COSTA; FEIJÓ, 2015) pode-se dizer que determinadas organizações da área da saúde encontram na TAA um modelo de intervenção humanizada para o sistema de saúde, visando a sua instalação baseada no PNHAH (Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar) do Ministério da Saúde.

Benefícios da Terapia Assistida por Animais

A saúde é definida, segundo a OMS- Organização Mundial da Saúde, como sendo um estado de bem-estar integral, que envolve o físico, o mental e o social. Nesse sentido, ela constitui um direito essencial para o ser humano, portanto deve ser garantida a todos. Para Crippa e Feijó (2014), novos modelos de tratamento vêm surgindo com o objetivo de proporcionar a eles um processo mais agradável do que os modelos convencionais. Dessa forma, surgem os animais como integrantes desses tratamentos diferenciados, fazem parte de uma equipe formada por profissionais da saúde e são treinados para a condução do processo. De acordo com Dotti (2005 apud OLIVEIRA; ICHITANI; CUNHA, 2016), no campo da saúde, o cão vem ganhando cada vez mais espaço. Sua companhia é bastante significativa, e acaba sendo o animal mais usado para as terapias assistidas. As terapias que utilizam o cão, são vistas com um olhar diferenciado pelo fato do seu comportamento ser dócil e de ser facilmente adestrado, logo, estar perto do animal pode proporcionar o desenvolvimento de sentimentos de afeto e sensação de conforto.

De acordo com Godoy e Denzin (2007 apud OLIVEIRA; ICHITANI; CUNHA, 2016), tem crescido o número de estudos que evidenciam os benefícios desse tipo de terapia, como a diminuição de quadros de ansiedade, o restabelecimento de sentimentos positivos no enfrentamento de doenças, a presença de vínculos afetivos, a melhoria na comunicação, o auxílio no desenvolvimento da aprendizagem, da parte física e a diminuição da dor em crianças e adolescentes que passam maior parte do tempo em hospitais. Segundo Cechetti et al., (2016), é possível encontrar o uso desse tipo de atividade complementar em diferentes contextos da área da saúde, visto que no campo da Fisioterapia, a TAA promove mudanças significativas no trabalho com idosos, como alterações no equilíbrio, tempo de caminhada, distância do passo, simetria e no controle postural. Goddard e Gilmer (2015 apud MOREIRA et al., 2016) apontam que no campo da Enfermagem, é cada vez mais presente o uso da TAA

para proporcionar aos indivíduos a diminuição de dores e de ansiedade, como também há um investimento para melhorar a socialização. De acordo com Urbanski e Lazenby (2012 apud MOREIRA et al., 2016), um outro contexto em que é utilizada a TAA é para os quadros de câncer em crianças e adolescentes, visto que o auxílio do cão como co-terapeuta contribui para o aumento da autoestima, controle da ansiedade e facilita no desenvolvimento afetivo, tornando o ambiente mais leve e acolhedor possível para os pacientes.

Ainda nesse contexto médico, é importante destacar os benefícios da TAA. Em um estudo realizado pelo médico Renato Maia e pela veterinária Esther Odenthal, com idosos portadores de Alzheimer e dois cães atuando como mediadores da terapia, a experiência indicou que os encontros com a presença dos animais favoreceram o bom humor dos pacientes e possibilitaram o resgate de recordações recentes. Conforme a Delta Society (1996 apud KOBAYASHI, 2009), outros benefícios que podem ser destacados são em trabalhos que buscam aprimorar as habilidades motoras fina; o equilíbrio na sustentação do corpo; o aumento do comportamento verbal; a melhora na atenção e a motivação para as atividades em grupo. Para Jofre (2005 apud KOBAYASHI et al., 2009), essa relação entre a pessoa e o cão auxilia na diminuição da pressão arterial e nos níveis de colesterol, pois atua no padrão cardiovascular.

Método

Na presente pesquisa o tipo de delineamento utilizado foi a revisão bibliográfica. Segundo Gil (2002) é um tipo de pesquisa realizada e baseada em material já desenvolvido, por meio de artigos e livros. A análise de dados foi qualitativa. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009) ao utilizar um modelo qualitativo, busca-se esclarecer o porquê das proposições, exprimindo o que convém ser feito, mas sem quantificar os valores, portanto, o que interessa são os fatores da realidade que não conseguem ser quantificados, com isso foca-se no entendimento e no esclarecimento da dinâmica das relações sociais.

Foram coletados artigos em seis bases de dados científicos, tais como: 1. Scielo (Scientific Electronic Library Online), 2. Pubmed (U.S. National Library of Medicine), 3. Medline (Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica), 4. Lilacs (Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde), 5. DOAJ (Directory of Open Access Journals) e 6. Capes Periódicos (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Foram utilizados os descritores “Terapia Assistida por Cães”, para o qual foram

encontrados um total de 16 publicações e ao usar os descritores “Dog Assisted Therapy e Psychology”, foram encontrados um total de 455 publicações. Nos critérios de inclusão foram selecionados artigos específicos sobre a TAA, sua aplicabilidade com cães e artigos gratuitos.

Resultados

De acordo com as bases de dados utilizadas, foi possível identificar um número maior de estudos em inglês. Para Pereira, Ferrari e Barros (2014 apud MOREIRA et al., 2016) a TAA no Brasil ainda se mostra pouco explorada em pesquisas e há pouca adesão de profissionais da área da saúde na investigação sobre o assunto. Ainda há certa dificuldade para encontrar estudos sobre a sua utilização em outras áreas da saúde, principalmente na Psicologia. É relevante considerar o seu efeito positivo aos praticantes e destacar os diversos contextos em que pode ser aplicada, para que novas pesquisas sejam realizadas.

Os estudos aceitos a partir dos critérios de inclusão, que se referem especificamente à TAA com cães, evidenciaram benefícios significativos em diferentes contextos. Pode-se perceber que a realização da prática da terapia com cães tem acontecido, principalmente, em ambientes caracterizados por situações de vulnerabilidade social e instituições de saúde, como os hospitais. Isso nos faz pensar que, há uma eficácia no trabalho desta prática em diferentes contextos, com demandas específicas como tratamentos de doenças, e em situações de precariedade social envolvendo crianças, adolescentes, adultos e idosos.

A maioria dos estudos apontaram o uso da terapia assistida por cães em adultos (Pedrosa et al., 2016; Lundqvist et al., 2017; Wood et al., 2017; Hennemann et al., 2018; Giuliani e Jacquemetaz, 2017; Lafrance, Garcia e Labreche, 2007), acompanhado em seguida por crianças (Reed, Ferrer e Villegas, 2012; Moreira et al., 2016; Silva e Osório, 2018; Wohlfarth et al., 2013; Niewiadomska e Makris, 2015), adolescentes (Jiménez, Hernández e Ramirez, 2012) e idosos (Swall et al., 2013; Ambrosi et al., 2018). Os contextos foram os mais diferenciados possíveis, tanto no tratamento de doenças crônicas (Reed, Ferrer e Villegas, 2012; Pedrosa et al., 2016), como na pediatria oncológica (Moreira et al., 2016; Silva e Osório, 2018), no estresse de estudantes universitários (Wood et al., 2017), no tratamento do controle emocional de adolescentes (Jiménez, Hernández e Ramirez, 2012), na intervenção de eventos pós traumáticos (Hennemann et al., 2018), na motivação de atividades físicas para crianças com e sem mobilidade reduzida (Niewiadomska e Makris, 2015; Wohlfarth et al., 2013), nos transtornos de ansiedade para pessoas com dificuldade de

aprendizagem (Giuliani e Jacquemettaz, 2017), em pessoas com Alzheimer (Swall et al., 2013), no diagnóstico de Afasia (LaFrance, Garcia e Labreche, 2007), com crianças diagnosticadas com Autismo (Fung e Leung, 2014), com pacientes psiquiátricos hospitalizados (Marques et al., 2015) e na depressão e ansiedade de idosos hospitalizados (Ambrosi et al., 2018).

Outro fator importante diz respeito à presença de instrumentos, tais como a Escala de autoestima de Rosenberg (Silva e Osório, 2018; Jiménez, Hernández e Ramírez, 2012); Escala Triat Meta Mood Scale (Silva e Osório, 2018; Jiménez, Hernández e Ramírez, 2012); Escala de afeto positivo e negativo (Ambrosi et al., 2018); Escala de Depressão Geriátrica de 15 itens (Ambrosi et al., 2018); Escala Numérica de Avaliação da Dor (Ambrosi et al., 2018); Inventário de Ansiedade Traço-Estado IDATE (Wood et al., 2017); Inventário da Expressão da Ira Estado-Traço: STAXI- versão adaptada (Marques et al., 2015); Escala Breve de Avaliação Psiquiátrica: BPRS (Marques et al., 2015); Escala de Observação de Agressão-Revista: SOAS-R (Marques et al., 2015); Acelerômetro (Wohlfarth et al., 2013); Avaliações subjetivas de bem-estar, satisfação e motivação (Wohlfarth et al., 2013); Mini-Exame do Estado Mental (Ambrosi et al., 2018); Transtorno de Ansiedade Generalizada 7 (Ambrosi et al., 2018); Questionário de Percepção de Doença (Ambrosi et al., 2018); e Autoavaliação (Silva e Osório, 2018; Jiménez, Hernández e Ramírez, 2012) após cada sessão. Todos esses instrumentos foram utilizados para quantificar os benefícios da interação terapêutica, especificamente com o cão, visto que, na maior parte, os benefícios são bastante subjetivos e exigem uma melhor fidedignidade dos resultados.

Assim, fica evidente que na grande maioria, são estudos instrumentalizados, porém há uma limitação na discussão desses instrumentos, por parte dos autores citados. É possível observar um número maior de estudos de caso, assim como declarações pessoais e estudos-piloto em pequena escala. Ambos veem as terapias assistidas por animais como uma intervenção complementar, que possui efeitos em diferentes situações, entretanto, grandes estudos clínicos, que explorem a aplicabilidade dessas terapias, ainda são restritos. Estudos de revisão também estão presentes, o que nos faz pensar numa possível dificuldade do profissional na aproximação, desse tipo de recurso terapêutico em suas práticas profissionais.

Foi possível analisar treze estudos que apresentaram uma definição a respeito da TAA. Desse modo, foram identificadas definições bastante convergentes, mas também algumas divergentes, porém cada uma pode complementar de maneira enriquecedora o que abrange a proposta da TAA. Reed, Ferrer e Villegas (2012) definiram que esse modelo de terapia

precisa ser planejado e documentado. Já Adams (2010) e Carmack (1984 apud WOOD et al. 2017) sugerem ainda que, as metas sejam realizadas de acordo com o perfil de cada paciente, objetivando sempre a melhoria na saúde (Lundqvist et al., 2017). Para Dotti (2005 apud CECHETTI, 2016), a participação de diferentes profissionais qualificados das áreas de saúde e educação, tais como psicólogos, fisioterapeutas, médicos, terapeuta ocupacional, pedagogos, profissionais especializados em treinamento animal e outros, é essencial para o processo. Wohlfarth (2013) et al. salientam ainda que o modo como esse tipo de terapia é conduzido, se difere completamente de uma relação com um animal de estimação. Pelo fato de haver todo um treinamento com o animal para o efeito da terapia e conter objetivos específicos durante todo o tratamento. A Delta Society (2008 apud MARQUES et al., 2015), destaca que pode ser aplicada individualmente ou em grupos. Adams (2010) e Carmack (1984 apud WOOD et al. 2017), esclarecem que esse contato próximo com o animal se mostra como uma prática de total reciprocidade entre paciente e o animal escolhido. Já Munoz et al. (2011) e Marcus (2013), adotaram uma definição em que evidencia o uso do animal treinado como contribuinte fundamental para a terapia. Goddard e Gilmer (2016 apud MOREIRA et al., 2016) também apontaram que o animal constitui um membro essencial à equipe. Marques et al. (2015), assim como Jegatheesan (2014) et al. (apud SILVA; OSÓRIO, 2018) e Villalta e Ochoa (2007 apud JIMÉNEZ; HERNÁNDEZ; RAMÍREZ, 2012) apontam que a TAA ao ser conduzida de maneira dirigida, contribui para muitos benefícios aos pacientes, sejam eles físicos, emocionais, cognitivos e sociais. Todos os autores citados adotaram definições que se convergem, independente do contexto ao qual a TAA está inserida em seus respectivos estudos. Particularmente, os autores puderam contribuir com suas concepções, esclareceram a importante relação estabelecida entre humano e animal.

Birke e Holmberg (2011 apud SWALL et al., 2013) divergem no entendimento quanto a utilidade de diferentes animais à serviço da saúde, uma vez que, principalmente os cães são os mais adequados para a terapia, pelo fato de proporcionarem um forte apoio emocional e afetivo ao praticante, por serem dóceis e adestrados, assim promovem segurança e alegria a quem pratica, estimulando funções psicológicas e emocionais. Chandler (2011 apud FUNG e LEUNG, 2014), destaca também a melhora na saúde física e motora, trazendo destaque à reabilitação de movimentos. Segundo Maiorani, Bianchi e Crostini (2011 apud AMBROSI et al., 2018), constitui uma intervenção que fortalece também a aliança terapêutica, assim como os estímulos na comunicação entre paciente e a equipe.

De acordo com Chitic e Rusu (2016 apud GIULIANI e JACQUEMETTAZ, 2017), a TAA objetiva principalmente a resolução de demandas tidas como difíceis e o animal é visto como um facilitador. Visto que a interação com o animal se dá de forma direta, em que são produzidas respostas positivas mediante o toque e, o cão em especial, possui uma proximidade natural com uma parcela considerável de pessoas e uma consequente aceitação. Contudo, antes de qualquer intervenção com a presença de animais há questionários para buscar informações sobre o paciente em relação ao contato com o animal. Oliva (2007 apud YAMAMOTO et al., 2015), aponta que os animais atuam como co-terapeutas, e é preciso que sejam animais treinados, com boa saúde física e mental para garantir o bem-estar do animal e o cuidado com praticante. Chandler (2011 apud FUNG e LEUNG, 2014), ainda ressalta que essa prática precisa ser conduzida juntamente com outra terapia, ou seja, a TAA não ocorre isoladamente. Alguns autores (Lafrance, Garcia e Labreche, 2007; Niewiadomska e Makris, 2015; Hennemann et al., 2018) não deixaram claro suas definições, com isso não foi possível identificar o que compreenderam a respeito da T.A.A.

Segundo Guidelines (2003 apud KOBAYASHI, 2009), pode-se dizer que ainda é prática moderna e que muitas vezes causa receio, principalmente acerca da presença direta com o animal, devido as possíveis infecções, alergias e mordidas que podem ocorrer. Contudo, Guidelines (2003 apud KOBAYASHI, 2009), destaca que estudos realizados no âmbito hospitalar evidenciam que é mais comum um visitante humano transmitir alguma infecção ao paciente do que os animais, uma vez que estes necessitam ser cuidadosamente limpos e imunizados antes do ingresso no ambiente terapêutico. Para tanto, ficou evidente que tais autores focaram suas definições sobre a importância do animal, em que atua como parte complementar, mas fundamental, à terapia.

A partir das publicações aceitas nesta pesquisa bibliográfica, os dezesseis artigos científicos apresentaram benefícios no que diz respeito à aplicabilidade da TAA, especificamente com cães, em diferentes contextos. As terapias que utilizam o cão são vistas com um olhar diferenciado pelo fato do seu comportamento ser de fácil adestramento, logo estar perto do animal poderá proporcionar o desenvolvimento de sentimentos de afeto e sensação de conforto. Para Marques et al. (2015), o cachorro é um importante agente de ajuda psicossocial, e é objeto de muitos estudos que vêm surgindo em diferentes contextos de saúde.

Segundo a Delta Society (2000 apud Domingues; Cunha, 2008), sua finalidade é proporcionar a saúde física, emocional e cognitiva, em que toda a sua estrutura teórica e prática é fundamentada cientificamente. De acordo com Crippa e Feijó (2014), a TAA tem

como objetivo proporcionar às pessoas um bem-estar integral, a partir das necessidades e especificidades de cada um.

Nesse sentido, Comwelle Waite (2009 apud AMBROSI et al., 2018) evidenciam que na interação com o cão é possível identificar fatores emocionais positivos às pessoas. Esteves e Stokes (2008) e Martin e Farnum (2002 apud Reed, Ferrer e Villegas, 2012) sugerem benefícios positivos referente à melhora na concentração, na comunicação e na interação social. Lafrance, Garcia e Labreche (2007), também enfatizam que a interação com o cão é um importante incentivador à comunicação, a qual promove um aumento na interação com as demais pessoas à sua volta. Segundo Creagan (2003 apud Ambrosi et al., 2018), essa interação com o animal pode conduzir também ao deslocamento de sentimentos angustiantes, ocasionando um maior bem-estar e conseqüentemente uma melhora nas relações sociais. Jiménez, Hernández e Ramírez (2012), destacam a presença de sentimentos empáticos, o que reflete em uma maior percepção da capacidade de relacionamento com outras pessoas e um maior compartilhamento de sentimentos com o outro. Segundo Niewiadomska e Makris (2015), essa melhoria na interação aparece forte entre as crianças, as quais se mostram mais comunicativas, com um aumento dos sentimentos de felicidade, ocasionado por uma redução de comportamentos agressivos. Segundo Fung e Leung (2014), essa interação com o cão é bastante significativa para evocar comunicações em crianças com Transtorno do Espectro Autista. Para Pereira, Ferrari e Barros (2014 apud MOREIRA et al., 2016), a redução de comportamentos de isolamento social, repercutem na melhora das relações interpessoais, principalmente com a equipe de saúde atuante em hospitais. Para tanto, a interação com o cão em contextos hospitalares, Kaminski, Pellino, Wish 2002 e Wu et al. (2002 apud REED; FERRER; VILLEGAS, 2012), apontam para a diminuição de sentimentos negativos conseqüentes da hospitalização. Conforme destaca Moreira et al. (2016), a interação com o animal facilita essa hospitalização, de modo que ameniza a ansiedade e o sentimento do trauma de estar sendo hospitalizado, principalmente em situações bastante delicadas, como a pediatria oncológica. De acordo com Giuliani e Jacquemettaz (2017) e Pedrosa et al. (2017), além da diminuição significativa da ansiedade, há uma melhora na fadiga, no humor, desencadeando em uma redução no desconforto emocional. Para Lundqvist et al. (2017), essa melhora no humor reflete em efeitos positivos na redução do estresse. Hennemann et al. (2018) e Wood et al. (2017), ressaltam também uma menor equivalência de comportamentos ansiosos, assim como a diminuição do estresse referente ao menor nível da pressão arterial e da frequência cardíaca. Silva e Osório (2018), também dão destaque à melhora da ansiedade

e do estresse, refletido em menos confusão mental por parte dos pacientes. Para Viau et al. (2010 apud REED; FERRER; VILLEGAS, 2012), essa redução do estresse também é presente em crianças com Transtorno do Espectro Autista.

No que se refere aos benefícios da TAA foram abordados efeitos que convergem entre os autores. Silveira, Santos e Linhares (2011 apud MOREIRA et al., 2016), destacaram mudanças principalmente relacionadas ao campo da dor, como sua diminuição em pacientes tratados com TAA. Pedrosa et al. (2017), apontam também a redução na dor, mas evidencia a redução no uso de medicamentos. Marques et al. (2015), salientam também essa menor frequência de medicamentos em pacientes psiquiátricos, o que reflete na diminuição de comportamentos agressivos.

Há afirmações de diferentes autores que divergem quanto aos benefícios da T.A.A. Martin e Farnum (2002) e Kaminski, Pellino e Wish (2002 apud REED; FERRER; VILLEGAS, 2012), evidenciaram em suas publicações o aumento da sensibilidade e o foco por parte dos participantes da TAA. Enquanto que, Nathans et al. (2005 apud REED; FERRER; VILLEGAS, 2012), procuraram abordar benefícios referentes ao aumento da motivação e sentimentos de prazer em pacientes com doenças mentais. Por outro lado, Wohlfarth et al. (2013), que salientam o cão como um estimulante natural para desencadear motivação implícita em crianças para uma melhor disposição em participar de atividades físicas. Maiorani, Cesa-Bianchi e Crostini (2011 apud AMBROSI et al., 2018) e Lundqvist et al. (2017), apontaram em seus estudos a redução de comportamentos depressivos, o que provoca uma melhora na qualidade de vida. Marques et al. (2015), destacaram em seus achados a diminuição e um maior controle da ira em doentes psiquiátricos dentro do contexto hospitalar. Swall et al. (2013), em seu estudo com pessoas que enfrentavam o Alzheimer, abordaram que a interação destes com cães parecia ter facilitado uma consciência da existência passada e presente, assim como a capacidade de se conectarem com seus sentimentos e sentidos internos. Finalmente, Berget, Ekeberg e Braastad (2008 apud REED; FERRER; VILLEGAS, 2012), apresentaram achados importantes sobre a eficácia da TAA na autoestima, na capacidade de enfrentamento e na melhora na qualidade de vida em pacientes que enfrentam alguma doença crônica.

Para Nascimento (2006 apud CAMPOS, 2007), no que diz respeito ao campo da Psicologia, a TAA é contraindicada para pessoas que possuem quadros de medos e fobias acentuadas e distúrbios do comportamento, o que podem gerar rejeição ao animal e graves transtornos psiquiátricos. Assim, é importante que os profissionais da saúde possam

desconstruir alguns preconceitos, e a partir de um novo paradigma encarar novas propostas que promovam ao paciente uma motivação para encarar o tratamento com base numa visão mais tranquila e que objetive sempre um ambiente seguro e confiante ao paciente.

Considerações finais

Esta pesquisa do tipo bibliográfica conseguiu alcançar o objetivo de verificar como a literatura científica tem abordado a aplicabilidade da T.A.A. nos últimos onze anos. Conforme a apresentação das publicações científicas, nos seus mais diversos contextos, foi possível identificar um número maior de pesquisas em inglês e uma lacuna de estudos realizados no Brasil, principalmente na área da Psicologia. A maioria dos estudos encontrados no uso da terapia assistida por cães foi com adultos, sendo sucedido por crianças, o que por sua vez indica uma escassez de estudos com adolescentes e idosos. Artigos com método bibliográficos apresentaram maior evidência.

A T.A.C.(Terapia Assistida por Cães) foi aplicada em contextos mais diferenciados, tais como no tratamento de doenças crônicas, na pediatria oncológica, no estresse de estudantes universitários, no tratamento do controle emocional de adolescentes, na intervenção de eventos pós traumáticos, na motivação de atividades físicas para crianças com e sem mobilidade reduzida, nos transtornos de ansiedade para pessoas com dificuldade de aprendizagem, no diagnóstico de Afasia, com crianças diagnosticadas com Autismo, com pacientes psiquiátricos hospitalizados e na depressão e ansiedade de idosos hospitalizados.

Com o objetivo de identificar as definições da TAA no entendimento de diferentes autores, foi possível encontrar nos artigos selecionados definições que convergiram e divergiram. Objetivou-se identificar também, na literatura científica, como são abordados os benefícios transmitidos às pessoas na aplicabilidade da TAA, foram encontrados os mais diversos resultados, tais como a melhora na concentração, na comunicação, a interação social, o deslocamento de sentimentos angustiantes, a presença de sentimentos empáticos, uma maior percepção e capacidade de relacionamento, um maior compartilhamento de sentimentos com o outro, um aumento dos sentimentos de felicidade, a redução de comportamentos agressivos, a redução de comportamentos de isolamento social, a diminuição de sentimentos negativos consequentes da hospitalização, a diminuição da ansiedade, a redução do sentimento do trauma, a melhora na fadiga, no humor, a redução do estresse, a redução do estresse também em crianças com Transtorno do Espectro Autista, a diminuição na percepção da dor, a

redução no uso de medicamentos, o aumento da sensibilidade, um maior foco, o aumento da motivação, os sentimentos de prazer, a redução de comportamentos depressivos, a diminuição e o controle da ira, a consciência da existência passada e presente, assim como a capacidade de se conectarem com seus sentimentos e sentidos internos, a auto eficácia, a capacidade de enfrentamento e melhora na qualidade de vida.

Muitos foram os benefícios evidenciados em relação ao recurso da TAA em muitos contextos. Isso nos faz pensar que, há uma eficácia no trabalho desta prática em diferentes contextos com demandas específicas. Havendo, portanto, um interesse pela prática dos profissionais da área da saúde, em especial os da Psicologia. Esta prática pode proporcionar ao paciente, à família e à equipe um processo mais agradável do que os modelos convencionais. No entanto, há muitos profissionais que sentem vontade em se aproximar de propostas mais complementares, como a T.A.A. e T.A.C., mas pouco conhecem sobre seu funcionamento e alguns ainda se apegam a mitos sobre a sua aplicabilidade.

Referências

- AMBROSI, C.; ZAIONTZ, C.; PERAGINE, G.; SARCHI, S.; BONA, F. Randomized controlled study on the effectiveness of animal-assisted therapy on depression, anxiety, and illness perception in institutionalized elderly. **Psychogeriatrics**, v. 19, n. 1, p. 55-64, 2018.
- BUSSOTTI, A. E.; LEÃO, R. E.; CHIMENTÃO, N. M. D.; SILVA, R. P. C. **Assistência individualizada: posso trazer meu cachorro?** São Paulo, 2005.
- CAMPOS, S.C. **Equoterapia: O enfoque psicoterapêutico com crianças** Down. p. 1-25, 2007.
- CECHETTI, F.; PAGNUSSAT, S. A.; MARIN, E. K.; BERTUOL, P.; ZAMBOM, F.; BALLARDIM, O. A. S. **Terapia assistida por animais como recurso fisioterapêutico para idosos institucionalizados**. Scientia Medica. Porto Alegre, outubro, 2016.
- CRIPPA, A.; COSTA, C. G.; FEIJO, S. G. A. **Atividade assistida por animais na pediatria**. Revista da AMRIGS. Porto Alegre, setembro, 2015.
- COLAMARINO, E. **O auxiliar-guia e a condução do cavalo de equoterapia**. Revista Brasileira de Equoterapia. v. 20, 2009.
- CONNOR K., MILLER, J. **Animal-assisted therapy: an in-depth look**. Dimens Crit Care Nurs, v. 19, n. 3, p.20-6, 2000.
- DOMINGUES, M.C.; CUNHA, C.M. Terapia fonoaudiológica assistida por cães: estudos clínicos. **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**. v. 1, p.1-7, 2008.
- FUNG, C.S.; LEUNG, M.S.A. Pilot Study Investigating the Role of Therapy Dogs in Facilitating Social Interaction among Children with Autism. **Journal Contemp Psychother**, 2014.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo, 2002.
- GERHARDT, T.E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. 1ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GEORGETTI, M.A.M; TABATSCHNIC, J. **Emoções Humanas Na Interação Com Animais**, 2006. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Centro Universitário de Santo André – UNIA, Santo André, 2006.
- GODOY, S. C. A.; DENZIN, S. S. **Atividades assistidas por animais: aspectos revisivos sob um olhar pedagógico**. 2007.
- GRANDGEORGE, M.; HAUSBERGER, M. **Relações homem-animal: da vida às terapias assistidas por animais**. Ann Ist Super Sanità, 2011.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza, 2002.
- FUNG, C.S.; LEUNG, M.S.A. **Pilot Study Investigating the Role of Therapy Dogs in Facilitating Social Interaction among Children with Autism**. Journal Contemp Psychother, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo, 2002.

GIULIANI, F.; JACQUEMETTAZ, M. **Animal-assisted therapy used for anxiety disorders in patients with learning disabilities: An observational study**. *European Journal of Integrative Medicine*. p. 13–19, 2017.

GERHARDT, T.E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. 1ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GEORGETTI, M.A.M; TABATSCHNIC, J. **Emoções Humanas Na Interação Com Animais**, 2006. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Centro Universitário de Santo André – UNIA, Santo André, 2006.

GODOY, S. C. A.; DENZIN, S. S. **Atividades assistidas por animais: aspectos revisivos sob um olhar pedagógico**. 2007.

GRANDGEORGE, M.; HAUSBERGER, M. **Relações homem-animal: da vida às terapias assistidas por animais**. *Ann Ist Super Sanità*, 2011.

HENNEMANN, L.J.; SCHAFER, S.K.; ROMER, S.; HOLZ, E.; STREB, M.; MICHAEL, T. **Therapy Dogs as a Crisis Intervention After Traumatic Events? – An Experimental Study**. *Frontiers in Psychology*, v. 9, 2018.

JIMÉNEZ, O.X.; HERNÁNDEZ, L.R.; RAMÍREZ, G.M. **Dog-assisted therapy to treat emotional management in teenagers**. v. 9, p. 25-32, 2012.

KOBAYASHI, C. T.; USHIYAMA S. T.; FAKIH F. T.; ROBLES R.; CARNEIRO, I. A.; CARMAGNANI M. I. S. **Desenvolvimento e implantação de terapia assistida por animais em hospital universitário**. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 2009.

LAFRANCE, C.; GARCIA, J.L.; LABRECHE, J. **The effect of a therapy dog on the communication skills of an adult with aphasia**. *Journal of Communication Disorders*. p. 215–224, 2007.

LUNDQVIST, M.; CARLSSON, P.; SJODAHL, R.; THEODORSSON, E.; LEVIN, A.L. **Patient benefit of dog-assisted interventions in health care: a systematic review**. *BMC Complementary and Alternative Medicine*, 2017.

MARTINS, M. F. **Zooterapia ou terapia assistida por animais (TAA)**. *Revista Nosso Clínico*, 2004.

MOREIRA, L.R.; GUBERT, A.F.; SABINO, M.M.L.; BENEVIDES, L.J.; TOMÉ, G.B.A.M.; MARTINS, C.M.; BRITO, A.M. **Terapia assistida com cães em pediatria oncológica: percepção de pais e enfermeiros**. *Rev. Bras. Enferm.* vol.69 no.6 Brasília, 2016

MARQUES, D.I.M.; MENDES, C.A.; GAMITO, M.F.I.A.; SOUZA, L. **Eficácia de intervenções assistidas por animais na prevenção da violência de doentes psiquiátricos agudos hospitalizados**. *Rev. Enf. Ref.* v.5, 2015.

NASCIMENTO, C. PERANZONI, V.C.; ALVES, F.S.P. **Terapias assistidas por animais: cinoterapia e equoterapia**. *Fames*, 2015.

NIEWIADOMSKA, M.; MAKRIS, M. **Impact of canine assisted therapy on emotions and motivation level in children with reduced mobility in psysical activity classes.** Medical-biological problems of psysical training and sports. v. 5, p. 62-66, 2015.

OLIVEIRA, R. G.; ICHITANI, T.; CUNHA, C.M. **Atividade Assistida por Animais: efeitos na comunicação e interação social em ambiente escolar.** p. 1-5, São Paulo: 2016.

PEDROSA, S.; AGUADO, D.; CANFRÁN, S.; TORRES, J.; MIRÓ, J. **Terapia assistida com cães no tratamento de pessoas com dor crônica: uma revisão sistemática.** p. 11-18, 2016.

REED, R., FERRER, L., VILLEGAS, N. **Curadores naturais: uma revisão da terapia assistida por animais como tratamento complementar de doenças crônicas.** Rev. LatinoAm. Enfermagem vol. 20, no.3. Ribeirão Preto: 2012.

ROLLIN, B.E. **Animal rights and human morality.** New York: Prometheus Books; p. 216-217, 1992.

SILVA, B.N.; OSORIO, L.F. **Impact of an animal-assisted therapy programme on physiological and psychosocial variables of pediatric oncology patients.** p. 1-15, 2018.

SCHMITZ, A.; BEERMANN, M.; MACKENZIE, C.; FETZ, K.; SCHULZ, C. **Animal-assisted therapy at a University Centre for Palliative Medicine – a qualitative content analysis of patient records.** BMC Palliative Care, 2017.

SWALL, A.; EBBESKOG, B.; HAGELIN, L.C.; Fagerberg, I. **Can therapy dogs evoke awareness of one's past and present life in persons with Alzheimer's disease?** International Journal of Older People Nursing. p. 84-93, 2013.

VACCARI, A.M.H., ALMEIDA, F.A. (2007). **A importância da visita de animais de estimação na recuperação de crianças hospitalizadas.** Einstein. 5(2):111-116.

WOOD, E.; OHLSEN, S.; THOMPSON, J.; HULIN, J.; KNOWLES, L. **The feasibility of brief dog-assisted therapy on university students stress levels: the PAWS study.** Journal of Mental Health. p.263–268, 2018.

WOHLFARTH, R.; MUTSCHLER, B.; BEETZ, A.; KREUSER, F.; RECK, K.U. **Dogs motivate obese children for physical activity:key elements of a motivational the ory of animal-assisted interventions.** Frontiers in Psychology, v.4, 2013.

YAMAMOTO, K.C.M.; SILVA, E.Y.T.; COSTA, K.N.; SOUZA, M.S.; M.L.M. SILVA, V.B.; ALBUQUERQUE, D.M.; PINHEIRO, D.G.; BERNABÉ, V.N.L.S. **Avaliação fisiológica e comportamental de cães utilizados em terapia assistida por animais (TAA).** Zootec, v.64, n.3, p.568-576, 2012.

ZAMO, S. R. **Equoterapia e psicologia comunitária: a possibilidade de integração social em um centro de equoterapia.** Porto Alegre, 2002.

A INTERPRETAÇÃO DOS SONHOS: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PSICANÁLISE E A PSICOLOGIA ANALÍTICA

Aline Albuquerque Cirimbelli Souza
Paulo Francisco de Castro

1 INTRODUÇÃO

A interpretação dos sonhos é um assunto de grande interesse não apenas para psicólogos, mas para uma quantidade demasiada de pessoas, visto que sua importância é enfatizada desde o princípio da Humanidade. Tendo em mente a relevância deste tema no início do século XX, o austríaco Sigmund Freud desenvolveu sua teoria a respeito da análise de sonhos e publicou o livro “A interpretação dos sonhos”, em 1900, que aborda o sonho como um fenômeno psicológico muito significativo e retira a visão mística e mitológica das figuras oníricas. Anos depois, após leitura da mencionada obra, o suíço Carl Gustav Jung demonstrou vasto interesse sobre o assunto e entrou em contato com Freud via correspondência. Os pormenores dessa relação profissional serão explicados ao final deste capítulo, no desenvolvimento do trabalho; entretanto, é primordial destacar a importância que ambos os psiquiatras atribuíram ao processo mental onírico no que concerne à investigação de conteúdos inconscientes para o processo de análise.

Considerando a relação entre Freud e Jung, a trajetória de cada teoria e os aparelhos desenvolvidos por cada um para explicar os processos mentais (aparelho psíquico para o primeiro e aparelho simbólico para o segundo), o objetivo deste trabalho pauta-se na comparação entre a Interpretação de Sonhos para a Psicanálise e para a Psicologia Analítica, ressaltando os pontos convergentes e divergentes de ambas as teorias.

A relevância dos estudos acerca do universo onírico reside no fato de que, pelo mundo afora, inúmeras culturas valorizam os sonhos, tanto para interpretações quanto para justificativas de ações decorrentes na vigília, de forma que seu significado pode variar desde previsões para o futuro e mensagens divinas até conteúdos inconscientes essenciais para a compreensão da psique de determinado indivíduo.

Dessa forma, as próximas seções apresentam uma contextualização teórica no que se refere à Interpretação dos Sonhos tanto para a Psicanálise quanto para a Psicologia Analítica. Posteriormente, descrevem-se o método utilizado para realização deste estudo e, por fim, os resultados e considerações finais mediante as conclusões alcançadas.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 UMA BREVE HISTÓRIA DO SONHO

O fenômeno onírico é enfatizado desde a Pré-História até os dias atuais, e muitos estudos e superstições regem os sonhos desde o início da humanidade. Quanto mais antigo o período, mais mística é a visão e, na medida em que as Eras vão transcorrendo, a perspectiva científica acerca desse acontecimento psíquico torna-se maior. Assim, na Antiguidade, os sonhos eram entendidos como mensagens divinas, um canal de comunicação dos mortais com demônios, espíritos e deuses, e o conteúdo sonhado indicava a forma de agir de uma pessoa perante à sociedade.

Levando em consideração a teoria evolucionista de Darwin, há 400 mil anos, o *Homo Sapiens* já se encontrava em seu processo evolutivo e, desde essa fase, observam-se pinturas rupestres que indicavam a ocorrência de sonhos. Devido ao seu intelecto rudimentar e à rasa compreensão dos fenômenos internos, os sonhos eram, majoritariamente, apenas manifestações de medos, desejos e sentimentos (GOMES, 2010; REIS, 2012).

Seguindo a linha cronológica, mergulha-se na importante Grécia Antiga. Nesse período, os sonhos ganharam notória visibilidade, tendo em vista a grande relevância e influência dos deuses. Dessa maneira, o universo onírico era interpretado como sendo uma via de comunicação direta entre o Monte Olimpo e os seres humanos mortais, e as pessoas e objetos presentes no sonho tinham um papel de agente mensageiro.

Devido à sua magnitude, diversas obras de arte da época apresentavam a descrição “visto em um sonho”, revelando, arqueologicamente, essa característica marcante para a história do sonho (ROPP, 2001). Entretanto, após grande ascensão na Grécia Antiga, os sonhos sofreram uma queda na Idade Média: nesse período, eram julgados pela Igreja como sendo reais – principalmente os sonhos pecaminosos, e o sonhador era punido por sua impureza e heresia (BEATO; CAMARGOS; PAIXÃO, 2017).

A Idade Moderna não será abordada neste primeiro momento, pois as perspectivas da Psicanálise e da Psicologia Analítica foram desenvolvidas nesse período e são o cerne do trabalho. Portanto, passa-se para a Idade Pós-Moderna, marcada pelo advento científico.

Com inúmeras pesquisas relacionadas à fisiologia humana, obviamente o fenômeno onírico não seria deixado de lado. Um ponto central presente na ciência do sono refere-se à descoberta dos seus cinco estágios, com ênfase ao sono REM (ou sono paradoxal). Os outros estágios são denominados NREM. A principal característica do sono REM, além do fato de

representar 20% do sono como um todo, é o período com maior incidência de sonhos: o tônus muscular diminui, os batimentos cardíacos são irregulares e há movimentação rápida dos olhos (característica responsável pela denominação da fase *Rapid Eye Movement*) (CHENIAUX, 2002).

Ainda de acordo com Cheniaux (2002), estudos realizados no início dos anos 2000 demonstraram grande emissão de pósitrons, que estão diretamente relacionados com a ativação do córtex visual-estriatal e de regiões do sistema límbico, o que pode justificar a riqueza de imagens oníricas e as expressões emocionais fortes, ao passo que desativa o córtex visual estriado e o córtex pré-frontal, indicando a origem da bizarrice presente nos sonhos.

2.2 A INTERPRETAÇÃO DOS SONHOS PARA A PSICANÁLISE

O psicanalista austríaco publicara, em 1900, o livro que, mais tarde, ficaria conhecido como obra principal da Psicanálise: “A interpretação dos sonhos”. Ao dissertar sobre essa obra, é preciso ressaltar que Freud a escreveu com a expectativa de trazer a Psicanálise para o âmbito científico, retirando-a do campo filosófico; entretanto, seu intento não foi alcançado, pois os cientistas da época julgaram seu livro meramente filosófico e sem embasamento físico. Apesar do fracasso pessoal do autor, sua obra é extremamente importante para a psicanálise e para a psicologia como um todo (FREUD, 1900/2012).

Freud acreditava que os sonhos são um fenômeno psíquico passível de interpretação e análise; além disso, essa produção é resultado total dos processos inconscientes, sendo um conteúdo importante para tornar o inconsciente consciente. A principal e, quiçá, mais famosa característica dos sonhos para a Psicanálise está no fato de que essas produções representam a satisfação de um desejo inconsciente e recalcado por ser desprazeroso para a consciência (FREUD, 1900/2012).

2.2.1 Dinâmica psíquica para a Psicanálise

Ao se falar em dinâmica psíquica, é necessário enfatizar o Aparelho Psíquico desenvolvido por Freud, uma vez que o sonho é, para a psicanálise, uma regressão desse sistema. Pois bem, sugere-se que o Aparelho Psíquico, embora não seja uma região anatômica, é dividido em três partes principais: O Inconsciente (*Ics*), o Pré-Consciente (*Pcs*) e o Consciente (*Cs*), sendo o primeiro a verdadeira realidade psíquica e a instância principal desse aparato.

O Aparelho possui duas extremidades, a sensorial e a motora: na primeira, ocorrem as excitações que, por meio do arco-reflexo, são descarregadas na extremidade motora. A pulsão excitada no Inconsciente segue seu percurso da extremidade sensorial até a motora, onde é descarregada, ocasionando, assim, a realização do desejo ativado. Entretanto, devido ao trabalho da censura, o desejo antes inconsciente só atravessa a barreira rumo à consciência se estiver devidamente camuflado, a fim de não gerar desprazer (FRAYZE-PEREIRA, 1999; NASIO, 1999).

Dessa forma, é preciso mencionar como transcorre a passagem dos conteúdos do Inconsciente para a Consciência, já que estes lhe são desprazerosos. É óbvio que, se o conteúdo está no Inconsciente, significa que sofreu com o recalque – um mecanismo de funcionamento da psique que tem como função manter afastados da Consciência os conteúdos desprazerosos. Sendo assim, tais conteúdos precisam ser mascarados, e isso é função da censura.

Dois processos principais, também conhecidos como Trabalho do Sonho, podem acontecer para viabilizar essa passagem: a condensação e/ou o deslocamento. O primeiro processo se refere à junção de duas ou mais ideias, de forma que, quando desfeitas na análise e na interpretação psicanalítica, descobrem-se diversos pensamentos justapostos que mantêm algo em comum entre si; o segundo diz respeito a uma transferência de energia libidinal de uma ideia para outra, desde que apresentem alguma semelhança entre si (FREUD, 1900/2012).

Conforme destacado anteriormente, para a Psicanálise, o sonho é uma regressão desse aparelho, o que torna imprescindível a explicação do funcionamento desse processo. Para melhor visualização, é necessário imaginar o Aparelho Psíquico, incluídas, contudo, algumas alterações: entre os dois polos encontram-se os traços de memória (ou traços mnêmicos) desenvolvidos durante a infância de cada indivíduo. Nesses traços estão os conteúdos do recalque primário, que estabelecem padrões a serem buscados pelo indivíduo ao longo de sua vida.

No caminho progressivo, a libido caminha da extremidade perceptiva para a outra, com o intuito de atingir a satisfação do desejo ativado pela pulsão. Entretanto, durante o sono, não é possível que haja descarga física dessa energia, encerrando as possibilidades de satisfação pelo polo motor do aparelho. Esse investimento libidinal, portanto, faz o caminho inverso e volta para o polo perceptivo, alcançando a satisfação almejada de forma ilusória no próprio polo sensorial. A esta volta deu-se o nome de regressão (FREUD, 1900/2012).

Resta agora explicar a relação da regressão com a formação onírica. Ora, o sonho é a satisfação de um desejo recalcado, o que torna o sistema inconsciente responsável por essa formação. Mesmo durante o sono, os processos psíquicos não cessam; muito pelo contrário, é durante esse momento de vulnerabilidade que a censura diminui e os conteúdos inconscientes têm maior chance de ultrapassar essa barreira.

Sendo assim, ocorre o procedimento citado anteriormente: o desejo caminha sentido motor rumo à sua satisfação; esse percurso, todavia, se encontra bloqueado. Portanto, o conteúdo volta para o polo perceptivo e as imagens oníricas são formadas – a representação retorna à imagem sensorial da qual foi oriunda (FREUD, 1900/2012).

2.2.2 Interpretação dos sonhos segundo a proposta da Psicanálise

Diversos conceitos são importantes para a compreensão da interpretação dos sonhos proposta pela Psicanálise. Preliminarmente, é imprescindível ressaltar sua relevância clínica: é a partir do sonho manifesto e recordado que se pode chegar, por meio de interpretação, ao conteúdo latente. O conteúdo inconsciente tende a caminhar rumo ao conteúdo consciente para obter sua satisfação; entretanto, como já mencionado na subseção anterior, o sistema de censura continua a trabalhar para não permitir que a produção onírica seja desprazerosa para essa instância. É fato que o sonho é uma das principais vias de acesso ao inconsciente (ELYSEU JÚNIOR, 1989).

Freud (1900/2012), em um primeiro momento, acreditava que os sonhos manifestos em sua íntegra representavam a totalidade dos conteúdos latentes; contudo, após análises minuciosas, confirmou que outros pensamentos inconscientes ocultos também tinham participação direta no sonho, afirmando a importância do Trabalho do Sonho (condensação e deslocamento).

O sonho então possui componentes principais para sua elaboração: o material latente na produção onírica remete à conteúdos infantis, traumas ocorridos na infância que foram recalçados e fazem parte dos traços mnêmicos (retomando a estruturação do aparelho psíquico, os traços mnêmicos se localizam no centro, entre as duas extremidades); por sua vez, o material manifesto, ou seja, aquele que é lembrado, é formado a partir de impressões do momento que precede o ato de dormir do indivíduo, e é denominado resto diurno.

Para ilustrar a configuração do sonho para a Psicanálise, cabe um trecho do romance “Doutor Jivago”, escrito por Boris Pasternak (1957):

Por diversas vezes, notei que as coisas que passaram quase despercebidas durante o dia, os pensamentos que não foram esclarecidos, as palavras ditas sem pensar e ouvidas sem atenção, retornam à noite fortalecidas e tornam-se temas de sonhos, como compensando o menosprezo recebido durante o dia. (PASTERNAK, 1957/2014, p. 396)

Até aqui, a concordância de que a Psicanálise atribuiu ao sonho a necessidade de realização de desejos inconscientes que têm sua origem no infantil de cada ser humano e se configuram a partir de impressões percebidas durante o momento antes do sono é ponto pacífico. Logo, o sonho pode ser considerado um sintoma, pois ele existe para que a satisfação seja parcialmente alcançada de forma ilusória. Entretanto, para encontrar o desejo (ou os desejos) que originou o sonho, é necessário fazer o caminho inverso e, a partir da interpretação da verbalização do conteúdo onírico, encontrar o desejo e os conteúdos inconscientes.

Nesse ponto, é importante destacar a existência de duas fases do recalque: o originário (primário) e a rejeição propriamente dita (secundário). O primeiro compreende o recalque que ocorre na infância, quando o objeto de desejo da criança é desprazeroso para a consciência; o segundo aborda o material recalcado quando o inconsciente encontra um substituto muito similar ao recalcado original. Dessa forma, ao descobrir o conteúdo recalcado que deu origem ao sonho, é preciso ter em mente que o conteúdo encontrado sempre será referente ao recalque propriamente dito, visto que o originário nunca é acessado (FREUD, 1915/2004).

Pois bem, resta agora a dúvida: como acontece a interpretação dos sonhos dentro de uma análise? Freud (1900/2012) afirma que interpretar um sonho é, precisamente, dar-lhe um sentido e, para tanto, desenvolveu duas possibilidades para a interpretação. A primeira refere-se à interpretação simbólica, que busca permutar o sonho inteiro e todo seu conteúdo por outro; no entanto, esse método exige certo talento do intérprete e, por essa razão, foi descartado pelo estudioso. Na segunda possibilidade vislumbra-se o modelo de decifração, método utilizado de fato e que consiste em solicitar ao paciente que, após relatar seu sonho, o divida e fragmente. Dessa forma, é possível atribuir um significado geral para cada elemento dentro de cada fragmento.

É importante ressaltar que o responsável pela atribuição de significado não é o analista, e sim o sonhador, de forma que este possa definir qual parte do sonho foi a mais importante. Concluída essa primeira etapa, com cada fragmento, coloca-se em prática o método de associação livre; assim, o paciente deve se deitar no divã de forma relaxada, quase em estado de sonolência, e discorrer sobre seu sonho e suas próprias impressões sobre ele.

2.3 A INTERPRETAÇÃO DOS SONHOS PARA A PSICOLOGIA ANALÍTICA

Um fator crucial que marca drasticamente a visão da simbologia onírica para a Psicologia Analítica é o fato de que, para Carl Gustav Jung, o sonho sempre significa aquilo que ele realmente *é*. Sem censura, sem disfarces. Além disso, todo conteúdo sonhado e todo elemento dentro da produção têm relação direta com a personalidade do sonhador.

O sonho não é apenas uma realização de desejo, mas uma manifestação genuína da natureza, uma possibilidade para que o indivíduo alcance seu *self* (SILVEIRA, 1996). Ademais, o conteúdo onírico também possui caráter compensatório, ou seja, possui papel fundamental no equilíbrio entre a psique e os arquétipos.

É importante enfatizar que, para a Psicologia Analítica, os sonhos possuem dois componentes principais: a causalidade, que abrange os elementos do sonho, formando uma cadeia de associações, possibilitando, assim, a compreensão do complexo por trás do conteúdo sonhado; e a finalidade, o porquê daquele sonho e no que ele pode auxiliar o sonhador (SILVEIRA, 1996).

2.3.1 O símbolo para a Psicologia Analítica

O símbolo é um dos conceitos mais centrais dessa teoria, o que torna indispensável a apresentação do tema. Como se sabe, os símbolos, embora conhecidos, são misteriosos por natureza; assim, algo só é simbólico quando evoca uma coisa a mais, além de seu significado notório.

Dessa forma, o símbolo se faz necessário na vida do ser humano simplesmente porque existem diversos aspectos desconhecidos e que lhe fogem à razão; portanto, ele traduz a melhor maneira de tentar explicar algo que ainda não é conhecido em sua totalidade. Contudo, quando há excessos na sua utilização, o símbolo perde seu caráter representativo e começa a operar como signo.

No que concerne ao sonho, esse fenômeno é observável a partir do momento em que seu significado se reduz a explicações generalizadas sobre determinado elemento dentro da produção onírica, pois é importante ter em mente que, apesar de existirem diversos símbolos presentes no inconsciente coletivo, há também inúmeros símbolos pessoais e individuais, de forma que não se pode atribuir o mesmo valor ao mesmo objeto sonhado por duas pessoas diferentes (JUNG, 1964/2016; SERBENA, 2010).

A origem dos símbolos está nas estruturas arquetípicas; assim, cabe aqui uma breve explicação sobre o que é o arquétipo.

Arquétipos são organizações básicas e universais da psique humana que, por sua vez, têm origem no inconsciente coletivo, o que justifica a formação do símbolo a nível universal. Entretanto, também há símbolos pessoais que dizem respeito ao inconsciente pessoal e são formados individualmente por cada pessoa desde o seu nascimento até o momento em que morre.

Dessa forma, pode-se concluir que existem símbolos universais, desenvolvidos e passados por gerações, e existem símbolos pessoais, desenvolvidos por cada pessoa. O símbolo é primordial na formação da psique humana e na construção da sociedade, e possuem forte energia psíquica. Essa energia é responsável por ativar o símbolo dentro do inconsciente (JUNG, 1964/2016; SERBENA, 2010).

No que remete ao atendimento clínico, o objetivo da Psicologia Analítica é auxiliar o indivíduo para que este alcance o processo de individuação e consiga integrar seu *self*, a fim de que a sua personalidade amadureça. Todavia, Jung (1964/2016) afirma que, ao passo em que a sociedade “avança” e a ciência evolui, as pessoas se afastam cada vez mais da humanização, pois se distanciam da natureza e perdem a identificação emocional inconsciente. Logo, gerou-se uma imensa defasagem na conexão simbólica do indivíduo com a natureza.

Para Jung, essa conexão é importante porque é a partir dela que a individuação é alcançada, e sua falta é suprida pelo símbolo dentro das produções oníricas. O fato de o sonho ser confuso e incompreensível pode ser explicado pelo tipo de linguagem utilizada na sua produção: uma linguagem da natureza. Com a perda desse contato, os indivíduos não têm acesso ao que estão tentando se dizer por meio de símbolos; por essa razão, é necessário perceber se o símbolo ali presente remete a significados pessoais ou coletivos, uma vez que o sonho é a tentativa da psique humana de tornar os conteúdos naturais conscientes novamente, possibilitando o processo de individuação (JUNG, 1964/2016).

2.3.2 Interpretação dos sonhos segundo a proposta da Psicologia Analítica

Jung dividiu os sonhos em três categorias: grandes sonhos, que carregam significado especial para todas as pessoas individualmente; sonhos típicos, os quais remetem a figuras, eventos ou objetos arquetípicos; e sonhos mais antigos lembrados, que ocorrem apenas quando a pessoa tem até quatro anos de idade e são constituídos por símbolos e imagens

mitológicas. Para a Psicologia Analítica, os sonhos são muito importantes, pois carregam consigo conteúdos tanto do inconsciente pessoal quanto do coletivo (FEIST; FEIST, 2008).

Não obstante às citações anteriores, observa-se a necessidade de uma explicação mais detalhada acerca do inconsciente pessoal e coletivo, posto que são conceitos centrais da abordagem.

O inconsciente pessoal refere-se ao material psíquico que acompanha o indivíduo desde o seu nascimento até o presente; forma, portanto, a camada mais superficial do inconsciente. Sua estrutura envolve percepções e impressões sem carga energética suficiente para atingir o consciente, além de acontecimentos que ocorreram durante a vida da pessoa, mas foram esquecidos. É nessa camada do inconsciente que está presente o conteúdo condizente com a Sombra (arquétipo definido como “parte sombria da psique”).

Quanto ao inconsciente coletivo, este representa a maior e mais profunda parte do inconsciente. Diretamente relacionado com as “imagens primordiais”, o inconsciente coletivo é composto por sentimentos e pensamentos comuns a todos os seres humanos. A partir das manifestações dessa camada, podem ser encontradas imagens humanas universais e originárias, os chamados arquétipos (JUNG, 1912/2012).

Concernentes ao inconsciente coletivo e de acordo com Jung (1964/2012), os arquétipos são representados por símbolos comuns à consciência e são possíveis apenas quando existe energia psíquica (emoção) ligada à imagem simbólica, resultando em uma imagem com *numinosidade*. Essa estruturação psíquica é uma boa justificativa para a ocorrência de sabedoria instintiva, pois o arquétipo é composto por imagens numinosas comuns a todos os indivíduos – imagens que dizem respeito a situações vivenciadas por seres humanos desde o começo da humanidade e são passadas de forma hereditária. As imagens primordiais são repetidas ao longo da vida dos seres humanos como experiências mentais corriqueiras.

Os arquétipos mais comuns são: persona, sombra, *anima*, *animus*, *self*, mãe, criança, herói, morte, Deus e o velho sábio. Não perceptíveis de forma consciente, os arquétipos podem ser identificados apenas nos padrões de comportamento de todos os seres humanos e, para serem compreendidos, a pessoa deve entender seus valores simbólicos e sua sensibilidade; do contrário, um arquétipo será somente um compilado de material mitológico sem valor.

A maior parte dos sonhos tem efeito compensatório, portanto, o aparecimento de arquétipos e tipos psicológicos opostos nas produções oníricas é comum. Isso acontece para

que, mesmo durante o sono, o indivíduo consiga caminhar rumo à autopercepção; dessa forma, o *self* inconsciente busca completar determinada condição durante o sonho.

Conclui-se, então, que os sonhos contribuem tanto para a vida individual do sonhador quanto para os fatores psicológicos coletivos. Tudo aquilo que é sonhado colabora e participa do processo de individuação, auxiliando o sonhador na integração de seu *self* e no amadurecimento de sua personalidade.

Esse é um fator importante, pois a individuação é o objetivo final da Psicologia Analítica e sua realização se dá por meio da integração de todos os arquétipos, levando o indivíduo a compreender conteúdos do inconsciente coletivo (FEIST; FEIST, 2008; JUNG, 1964/2012).

No que diz respeito à clínica, os sonhos têm grande valor. Por estar repleto de informações valiosas sobre a psique da pessoa, é dever do analista interpretar e decifrar qual mensagem o inconsciente está tentando transmitir para o sonhador. Raramente, os sonhos são influenciados pela pessoa que sonha, o que torna esse método livre de trapaça.

Uma dificuldade sentida pelo analista é o fato de que os sonhos são formados por símbolos tanto pessoais quanto coletivos. A Psicologia Analítica não acredita que há uma técnica exata para sua interpretação, pois isso a tornaria mecânica e retiraria o caráter pessoal de cada sonho, posto que uma técnica deve ser replicável em todos os indivíduos de forma satisfatória.

Para uma interpretação de sonho bem-feita, é necessário que o analista conheça profundamente seu paciente e a história da humanidade, além de símbolos religiosos e mitologia. Portanto, paciente e terapeuta caminham juntos na interpretação com o objetivo de aumentar o compilado de representações simbólicas dentro do sonho e seus incontáveis significados.

Para essa abordagem, é importante destacar duas características da interpretação dos sonhos: primeiramente, os sonhos apenas são compreendidos pelo indivíduo quando este toma como base o que já está presente na sua psique consciente – essa é a única forma de atribuir significado ao conteúdo onírico; em segundo lugar, a análise e a interpretação de uma sequência de sonhos são fundamentais para que se tenha conhecimento integral sobre os aspectos inconscientes presentes na psique da pessoa naquele exato momento (JUNG, 1964/2012; SANTOS, 2014).

Por fim, Von-Franz (1988) descreve que a origem do sonho é natural e, conforme mencionado, possui finalidade: sonhos podem exprimir verdades, sentenças filosóficas,

ilusões, fantasias e até recordar memórias esquecidas. Além disso, por ser expressão direta da natureza, o sonho possui certa inteligência, pois pode alertar sobre perigos e, em alguns casos, prever o futuro. Os sonhos nunca narram aquilo que o indivíduo já sabe e seu conteúdo é sempre inédito.

3 MÉTODO

Por se tratar de um estudo conceitual, este trabalho apresenta um método bibliográfico composto de obras e artigos relacionados aos dois autores estudados. Portanto, discute-se o assunto abordado por Sigmund Freud e Carl Gustav Jung à luz de suas principais obras a respeito de sonhos, e de artigos que discorrem sobre o mesmo tema, imprimindo abrangência à gama bibliográfica. Trata-se de uma análise comparativa baseada no material disponível relacionado aos sonhos, que se constitui, dessa forma, em uma revisão da literatura.

A pesquisa bibliográfica é definida como um estudo realizado a partir de outros materiais preexistentes, como livros, artigos, periódicos, entre outros. Esse delineamento busca conhecer e analisar contribuições científicas prévias sobre determinado assunto (CERVO; BERVIAN, 2002). É a pesquisa apropriada para o pesquisador que pretende trabalhar com teoria, uma vez que não há coleta de dados que não sejam compilados de livros, artigos e catálogos, de forma a propiciar obtenção de conhecimento mais profundo acerca do tema estabelecido (BARROS; LEHFELD, 1986).

O objetivo da pesquisa bibliográfica é fazer com que o pesquisador entre em contato com o material já produzido a respeito do que se pretende estudar. Há dois tipos de dados passíveis de serem encontrados quando se realiza esse tipo de investigação: os encontrados em fontes de referência e os dados especializados em cada área. O primeiro envolve os dados históricos, populacionais e econômicos, enquanto o segundo é imprescindível para o desenvolvimento da pesquisa (GONSALVES, 2005).

Os conceitos discutidos na análise do trabalho são os conceitos básicos de cada autor, tendo em vista que, para ambos, os sonhos representam um fator comum advindo do inconsciente. Assim, esta abordagem compreende tanto o aparelho psíquico de Freud, relembrando os conceitos de Id, Ego e Superego, Complexo de Édipo e sua relação com o conteúdo onírico, quanto o aparelho simbólico de Jung, trazendo conceitos como inconsciente coletivo, arquétipos e símbolos.

As publicações originais de cada autor foram as principais obras escolhidas para a realização deste estudo, portanto, “A interpretação dos sonhos” (1900) para a Psicanálise e “O homem e seus símbolos” (1964), além de artigos científicos de autores especializados em ambas as áreas da Psicologia.

4 DISCUSSÃO

Sabe-se que Freud e Jung trabalharam juntos de 1907 até 1913 e iniciaram uma constante troca de cartas em 1906 por conta do interesse de Jung na obra “A interpretação dos sonhos”, escrita por Freud em 1900.

Em 1907, o suíço viajou até Viena com o intuito de conhecer Freud e a primeira conversa entre os dois perdurou por treze horas ininterruptas. Após essa confabulação, uniram-se com o objetivo de trabalhar juntos no desenvolvimento da primeira teoria científica mentalista da época. Discutiam teorias, interpretavam e analisavam sonhos e, assim, fortificavam a Psicanálise em toda a região europeia (NASIO, 1999).

Freud e Jung mantinham uma relação profissional e de amizade; portanto, era comum que um interpretasse os sonhos do outro. Contudo, um dos primeiros momentos em que Jung se deparou com a diferença entre ambos se deu por ocasião da narrativa de um de seus sonhos para Freud; este, pautado pela fundamentação teórica que havia desenvolvido, traçou interpretações com as quais Jung não concordou.

Jung descreveu em seu sonho que estava em uma casa mobiliada no estilo do século XVIII. Ali, sentia-se feliz, pois nunca havia estado em uma saleta tão bonita quanto aquela. Durante o sonho, decidiu descer ao andar térreo por curiosidade e notou uma decoração ainda mais antiga do que a da sala anterior (século XVI ou mais antigo). Ao perceber essa mudança, decidiu explorar ainda mais a casa e desceu até o porão, onde encontrou um lance de escadas que levavam a uma sala grande e abobadada. Na sala, Jung observou outro lance de degraus e, dessa vez, a escada levava até uma gruta, onde estavam duas caveiras (JUNG, 1961/1986).

Ao escutar o sonho, Freud prontamente o interpretou com base na pulsão de morte, envolvendo uma antecipação de morte prematura; a interpretação de Jung, por sua vez, voltava-se para a narrativa de uma história de sua vida e de sua mente, e cada andar da casa representava um momento específico de sua existência. Assim, com o intuito de evitar uma briga com seu companheiro de trabalho, Jung (1964/2016) decidiu aceitar a interpretação

recebida sem contra-argumentar e expor suas próprias ideias, pois sabia que não seriam aceitas.

Curiosamente, esse fato levou Jung a compreender o sonho de uma maneira diferente, pois passou a entendê-lo como um fenômeno exclusivo de cada indivíduo. Contudo, mesmo com todo cuidado para que a harmonia da relação fosse preservada, no decorrer de seis anos, os médicos psicanalistas começaram a se desentender em diversas questões teóricas, não apenas com relação ao conteúdo onírico, mas também em outros aspectos de compreensão psíquica dos indivíduos, o que levou ao término da parceria. Dessa maneira, Jung se desvinculou de Freud e iniciou sua própria teoria, denominada Psicologia Analítica.

O rompimento desses grandes nomes da Psicologia, apesar de ter sido algo negativo para ambos, trouxe benefícios para a ciência psicológica de modo geral. Sem esse fato histórico, provavelmente a Psicologia Analítica não teria sido desenvolvida por Jung da forma como é conhecida atualmente, pois, se este concordasse com todas as afirmações de Freud, o trabalho conjunto, provavelmente, teria permanecido.

Não é possível afirmar que a teoria analítica não teria sido desenvolvida, entretanto, levando em consideração o pressuposto de que a separação de ambos foi resultado de uma divergência teórica, talvez a Psicologia sofresse defasagens no que concerne a novas contribuições.

Por essa razão, em termos coloquiais, pode-se dizer que o rompimento dos dois talvez tenha seguido a mesma linha de raciocínio que envolve a Torre de Pisa: o fato de ser levemente inclinada é um erro matemático no momento de sua construção; todavia, esse erro a tornou mais famosa que as outras torres.

O rompimento de Freud e Jung, apesar de ter representado uma situação desfavorável para os estudiosos no ano de 1913, tornou a Psicologia Analítica possível e reafirmou a importância da contribuição teórica de Freud e da Psicanálise. Logo, fora uma situação inicialmente ruim que teve um desfecho surpreendente e positivo: a criação de um novo conceito e sua contribuição para a Psicologia de forma geral.

4.1 ASPECTOS DE CONVERGÊNCIA ENTRE AS TEORIAS

Considerando o desenvolvimento deste trabalho, foram identificados diversos aspectos nos quais a Psicanálise e a Psicologia Analítica convergem. Preliminarmente, é importante citar que, para as teorias psicodinâmicas, o acesso ao inconsciente é imprescindível, portanto,

os conteúdos conscientes pouco são utilizados dentro da análise clínica, pois são verbalizações estruturadas com base na censura por conta do princípio do prazer (princípio este que visa não causar desprazer à consciência). Com esse pensamento em mente, o principal aspecto comum a ambas as teorias é a crença de que o sonho é o meio mais seguro para atingir conteúdos inconscientes, já que representa uma produção direta dessa instância da psique (FREUD, 1900/2012; JUNG, 1964/2016).

Outros métodos também são utilizados para atingir o inconsciente, como a associação livre e a perspicácia em perceber atos falhos (na Psicanálise), e a interpretação de símbolos e arquétipos (na Psicologia Analítica); entretanto, esses meios necessitam de verbalizações conscientes, dificultando a obtenção de conteúdos recalçados. O sonho, apesar de ser censurado e repleto de símbolos, é uma produção direta do inconsciente e, por esse motivo, as teorias concordam que a produção onírica é extremamente relevante para atingir o conteúdo latente do indivíduo.

Ao se falar em Psicologia Analítica, alguns conceitos surgem na consciência. Entre eles, um dos principais é o que Jung denominou Arquétipos. Segundo menções anteriores, arquétipos são componentes inerentes ao inconsciente coletivo, pois representam padrões de comportamento inconsciente universais em todos os indivíduos, passados de meio intergeracional, e constituem o inconsciente coletivo. No entanto, em relação ao sonho, há uma passagem de Freud que leva à compreensão de que este também era favorável à teoria de que conteúdos de gerações mais antigas também poderiam aparecer em sonho, em forma de símbolos, pois afirma a existência de resíduos arcaicos dentro do conteúdo onírico.

O estudioso descreve esses resíduos de maneira bem semelhante à explicação dos arquétipos: contornos mentais sem explicação lógica à pessoa que sonha ou à sua vida. Assemelham-se a formas primitivas que podem demonstrar certa hereditariedade na psique humana, a qual possui origem biológica e pulsional pautada na Filosofia da Natureza (FREUD, 1900/2012; JUNG, 1964/2016).

Existe ainda outro ponto de convergência na interpretação dos sonhos para as teorias no que se relaciona ao conteúdo simbólico dentro do universo onírico. Para ambas, os sonhos não são imagens exatas do conteúdo inconsciente, e sim imagens que passaram por um processo de censura e foram devidamente substituídas por elementos que, embora condizentes, não representam o conteúdo de forma exata. Portanto, para que se consiga interpretar o significado de um sonho de forma verdadeira, é necessário, primeiramente, que o analista identifique os símbolos presentes e quais elementos recalçados eles substituem.

A formação do sonho também apresenta semelhanças entre as duas vertentes da Psicologia. Para a Psicanálise, o sonho é formado para realizar os desejos inconscientes recalçados que encontram na produção onírica uma forma de realização parcial. Todavia, as imagens vislumbradas no sonho são compostas por imagens realmente vividas pelo sonhador durante o dia anterior em seu momento de vigília, imagens estas que desencadeiam o sonho por terem despertado algum desejo que estava recalçado devido à sua carga desprazerosa.

Esse fato também é percebido na Psicologia Analítica, pois os sonhos são compostos por uma reação inconsciente frente a uma situação consciente vivenciada no dia anterior. Portanto, o sonho não se formaria sem impressões coletadas na vigília.

Ademais, para ambas as vertentes, o sonho representa um conflito entre os conteúdos inconscientes e a consciência: na Psicanálise, ele acontece porque os desejos inconscientes são desprazerosos para a consciência e, por essa razão, são modificados a fim de diminuir a intensidade do desprazer; a Psicologia Analítica, por sua vez, entende que o conflito entre as duas instâncias que se dá no momento em que o inconsciente sugere para a consciência uma situação extremamente diferente da situação inicialmente proposta.

Em se tratando da Psicanálise contemporânea, há um ponto de concordância interessante que deve ser abordado. Kaës (2003) afirma em sua proposta que, enquanto se sonha, o indivíduo chega (em âmbito mental) em um lugar comum a todos os seres humanos, tornando o sonho um fenômeno geral a todos os indivíduos que estão dormindo naquele momento. Sob esse contexto, é possível observar certa similaridade com a teoria do Inconsciente Coletivo, pois tanto uma quanto outra dizem respeito a um lugar não físico comum a todas as psiques (JUNG, 1969/2014).

Sobre os aspectos de convergência entre as duas teorias, pode-se notar uma grande influência da Psicanálise na Psicologia Analítica (levando em consideração a ordem de surgimento de ambas). Logo, há vasto conteúdo relacionado à visão de sonho na Psicologia Analítica que segue a linha de raciocínio de Freud e, na Psicanálise contemporânea, também são percebidos aspectos semelhantes da Psicologia Analítica.

Não é possível afirmar se Jung utilizou como base a teoria freudiana no que concerne à interpretação dos sonhos; no entanto, levando-se em conta as semelhanças encontradas, principalmente na ênfase dada ao inconsciente e aos processos psíquicos, cogita-se a ideia de provável inspiração e afeição em diversos escritos de Freud.

4.2 ASPECTOS DE DIVERGÊNCIA ENTRE AS TEORIAS

De modo geral, dentre todos os aspectos de divergência observados entre as teorias, não apenas no que concerne ao sonho, destaca-se a rejeição da Psicanálise no que se refere à teoria proposta por Jung sobre o inconsciente coletivo.

Retomando o já mencionado momento de desentendimento entre os estudiosos, tem-se o dado de que o rompimento ocorreu em razão de duas grandes discordâncias teóricas: a primeira se relaciona ao fato de a pulsão sexual ser a responsável por todo ato humano, pois Jung afirmava que reduzir todas as energias humanas a apenas uma energia sexual era como se a física reduzisse todas as energias universais a uma única energia magnética; a segunda se refere ao inconsciente coletivo, uma vez que Freud negou, durante toda sua vida, a existência de um inconsciente comum a todos os seres humanos, reafirmando que o inconsciente é pessoal e inerente a cada pessoa individualmente (NASIO, 1999; SILVEIRA, 1996).

Sendo assim, a forma de interpretação dos sonhos é extremamente diferente para cada teoria. Para a Psicanálise, o sonho é derivado de desejos inconscientes recalçados e encontra sua realização parcial por meio onírico e de objetos censurados, ou seja, para a teoria freudiana, os sonhos são conteúdos inteiramente formados pela psique do indivíduo em questão, enquanto que, para a Psicologia Analítica, o sonho é uma das formas mais puras da manifestação do inconsciente coletivo (FREUD, 1900/2012; JUNG, 1964/2016).

Para a Psicologia Analítica, portanto, os sonhos são manifestações naturais do indivíduo. Durante os primórdios da civilização, os indivíduos eram totalmente ligados à natureza e essa ligação era de suma importância para a integração do *self*. Consequentemente, a civilização da época não possuía uma instância na psique denominada inconsciente coletivo, pois este conteúdo já fazia parte da própria consciência.

Com o avanço da sociedade, houve uma enorme perda no contato com a realidade natural, causando, no indivíduo da civilização contemporânea, uma dificuldade maior de realizar o processo de individuação. Entretanto, todo conhecimento adquirido no passado é de extrema relevância para a integração do *self* até os dias atuais, criando o inconsciente coletivo na psique – um espaço no inconsciente dedicado a armazenar as informações coletadas no passado (JUNG, 1964/2016).

Tais informações, porém, retornam à consciência durante o período de sono, no decorrer do sonho, explicando seu caráter incompreensível: ele assume uma linguagem natural, a qual o indivíduo perdeu e não conhece mais; dessa forma, o simbolismo do sonho não consegue mais ser compreendido sem o auxílio de um analista. Esse fator intensifica-se

quando unido ao fato de que nunca se sonha o que já se sabe; por isso, é extremamente difícil conseguir interpretar um sonho sozinho (VON FRANZ, 1988).

No que se refere à pulsão sexual enquanto criador de todos os comportamentos conscientes humanos, a discordância das teorias no âmbito onírico reside principalmente na forma de interpretar os símbolos presentes no sonho. Embora ambos acreditem que os sonhos são configurados por meio de símbolos, a Psicanálise defende que a simbologia por trás do sonho se relaciona exclusivamente ao conteúdo sexual recalçado; logo, objetos alongados em sonhos podem remeter ao falo, por exemplo (FREUD, 1900/2012).

Na Psicologia Analítica, o símbolo faz parte total do sonho e é o conteúdo que deve ser analisado para a realização da interpretação. Dessa forma, imagens oníricas aparentemente incompreensíveis são símbolos que representam aspectos do inconsciente coletivo. É interessante citar que, para a Psicologia Analítica, o sonho sempre possui caráter compensatório, bem como a dinâmica da personalidade. Assim, é comum que indivíduos sonhem com características opostas às que realmente estão habituados, pois o inconsciente tende a equilibrar as características e os aspectos presentes da psique.

De acordo com James (2016), uma das principais divergências entre a interpretação de sonhos está pautada no materialismo e no dualismo. A Psicologia Analítica possui um método dualista; para a Psicanálise, o sonho é um sintoma, logo, é a forma como a mente consegue realizar um desejo reprimido, resultando em um fenômeno subjetivo e hipotético. Dessa forma, para a Psicologia Analítica, o sonho representa algo mais grandioso do que a psique da própria pessoa, pois se relaciona também ao inconsciente coletivo, ou seja, é visto e interpretado como um fenômeno universal e biológico. Assim, conclui-se que Freud observava e se interessava mais pelo efeito que o sonho teria no indivíduo, ao passo que Jung focava no porquê do sonho e em sua função.

Além disso, a Psicologia Analítica estabeleceu, não apenas para o sonho, mas para qualquer evento mental, o lugar psíquico, separando o ideal de que a mente e o corpo ficam juntos (por isso é vista como dualista). Entretanto, essa afirmação é negada pela Psicanálise, pois Freud defende a teoria materialista de que a mente e o corpo, na verdade, estão juntos e a psique é uma parte física do cérebro, embora não tenha um lugar anatômico exato (JAMES, 2016).

Mais um ponto de discordância refere-se ao foco que cada um confere ao sonho: para a Psicanálise, o conteúdo do sonho é secundário, mas o que o sonhador relaciona consigo próprio é essencial para uma boa interpretação. Dessa forma, têm mais importância as

associações conscientes do sonhador que narra seu sonho, pois, ao comentar imagens e pensamentos que lhe surgem à mente, por mais sem sentido que possam parecer, isso facilita, mais tarde, a compreensão total do indivíduo, deixando à mostra as experiências que sua consciência recalçou. Para a Psicologia Analítica, por sua vez, o que interessa é exatamente o conteúdo onírico e os símbolos nele representados. Jung costumava pedir para que seus pacientes não dispersassem seus pensamentos durante a narrativa do sonho, para que nenhum detalhe de seu conteúdo fosse perdido.

A Psicologia Analítica entende, portanto, que os sonhos têm uma função específica, uma estrutura bem definida e elaborada que deve ser levada em consideração tanto no momento da narração quanto no momento da interpretação. Jung, então, começou a discordar da técnica de associação livre proposta por Freud enquanto método interpretativo, pois esta retirava o caráter individual do sonho. Jung ainda dizia que não existe uma técnica exata de interpretação, posto que o sonho é um fenômeno extremamente individual de cada pessoa.

Conforme destacado anteriormente, Freud também presenciou casos de objetos incomuns à vida do paciente surgindo em seus sonhos, levando a uma compreensão possível de resíduos arcaicos pertencentes ao sonho. Contudo, apesar de se assemelhar aos Arquétipos, este é um ponto de discordância entre os dois – o inconsciente coletivo foi totalmente refutado por Freud durante seu desenvolvimento, enquanto os Arquétipos são parte indispensável dessa parte do inconsciente. Dessa forma, os resíduos arcaicos propostos por Freud dizem respeito a objetos passados, possivelmente, de geração para geração, ao passo que os Arquétipos são fatores comuns a absolutamente todos os indivíduos.

Outro fator de discordância volta-se para um aspecto da Psicanálise contemporânea proposta por Botella (2012) que diz respeito à importância da interpretação dos sonhos do analista que segue o dia de atendimento, pois neles há informações que podem ter passado despercebidas durante o atendimento clínico. Já Von Franz (1998), discípula de Jung, narra que é melhor que o analista não interprete seus próprios sonhos, visto que um sonho nunca narra aquilo que a pessoa já sabe. Assim, a estudiosa afirma a importância da conversa entre os analistas sobre o assunto em questão, buscando interpretações advindas de outro profissional, porém, não menciona a relevância desse fato para o atendimento clínico.

Por conseguinte, o que remete às divergências entre ambas as teorias explicita a constante discordância de Jung no que concerne à Psicanálise e sua forma de enxergar o mundo. É notório que Jung nega toda e qualquer afirmação que reduz o indivíduo e sua respectiva psique à apenas pulsões sexuais e pulsões de morte, ao mesmo tempo em que

também é notório o desgosto de Freud no que se refere ao inconsciente coletivo. Entretanto, retomando o assunto abordado no início desta discussão, se não fosse por essas diferenças, a Psicologia Analítica, provavelmente, não seria descrita ou conhecida da forma como é hoje.

As variadas divergências entre o austríaco e o suíço são de extrema importância no âmbito geral da Psicologia, e não apenas com relação ao estudo dos sonhos e conteúdos oníricos. Ambas as formas de pensar e fazer psicologia são muito relevantes, inclusive para que se compreenda a dinâmica clínica de cada teórico, pois, embora apresentem diferenças, ainda possuem o mesmo objetivo: tornar consciente o inconsciente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo primário a constatação, identificação e explicação dos aspectos em que as principais teorias psicodinâmicas, Psicanálise e Psicologia Analítica, convergem e divergem no que corresponde à interpretação de sonhos. Portanto, o problema pôde ser respondido de forma objetiva e clara a partir da bibliografia disponível para pesquisa, sendo que as principais bases de busca foram as obras publicadas por cada autor: “A interpretação dos sonhos”, de Freud (1900/2012) e “O homem e seus símbolos”, de Jung (1964).

Apesar dos demasiados pontos de divergência entre as teorias analisadas, o presente estudo revelou que a interpretação dos sonhos possui imenso valor para uma e para outra, uma vez que há concordância no que diz respeito à utilidade clínica que os sonhos podem agregar ao atendimento.

Os aspectos de convergência e divergência têm grande relevância para compreensão da interpretação dos sonhos para cada teoria. Um dos principais pontos de convergência refere-se à origem do sonho – para ambas, o sonho é produção direta do inconsciente e deve ser interpretado de forma a auxiliar o analisando durante seu processo de análise, enquanto os principais pontos de divergência estão diretamente ligados à forma de interpretação desse fenômeno, isto é, à técnica empregada pelo analista para coletar esses dados inconscientes, assim como à maneira a ser empregada pelo terapeuta na condução da nova informação, integrando-a ao tratamento analítico.

Dessa forma, embora as teorias possuam métodos e técnicas diferentes para a análise e para a interpretação, ainda procuram utilizar do universo onírico de seus pacientes para que

haja maiores compreensões acerca dos conteúdos inconscientes presentes na psique de determinado indivíduo.

Embora o sonho, para a Psicanálise, represente majoritariamente desejos recalçados buscando satisfação parcial e, para a Psicologia Analítica, simbolize uma tentativa de acesso da psique ao inconsciente coletivo, as duas possuem o objetivo maior e em comum de tornar consciente o conteúdo inconsciente, favorecendo tanto o processo clínico quanto a sua eficácia.

Logo, conclui-se que a interpretação dos sonhos é um material de estudo importante para a prática clínica, não apenas das teorias de matriz psicodinâmica, mas todas as teorias da Psicologia, pois é um conteúdo relevante para que se consiga compreender a personalidade do indivíduo. Portanto, é importante que o profissional atuante nessa área do conhecimento se preocupe em buscar conhecimentos como estes para enriquecer sua prática.

Além disso, o desenvolvimento de mais estudos sobre o universo onírico é extremamente conveniente, pois este ainda demonstra mistérios a serem descobertos tanto na área da Psicologia quanto na Neurociência.

REFERÊNCIAS

- BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos da Metodologia**: um guia para a iniciação científica. São Paulo: Makron Books, 1986.
- BEATO, R.; CAMARGOS, L.; PAIXÃO, C. **Mundo dos sonhos**. Saúde com Ciência, Centro de comunicação Social: UFMG, 2017. Disponível em: <<https://sites.medicina.ufmg.br/radio/2017/06/02/mundo-dos-sonhos/>>. Acesso em: 17 out. 2017.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed., São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- CHENIAUX, E. Os sonhos: integrando as visões Psicanalítica e neurocientífica. **Revista de Psiquiatria de Rio Grande do Sul**, v. 28, n. 2, p. 169-177, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-81082006000200009&lang=pt>. Acesso em: 03 abr. 2018.
- ELYSEU JUNIOR, S. **Mecanismos de defesa do ego na formação do sonho**. 2 ed. Campinas: Papirus, 1989.
- FEIST, J.; FEIST, G. J. **Teorias da Personalidade**. 6. ed. São Paulo: Mc Graw Hill, 2008.
- FRAYZE-PEREIRA, J. A. Entre os sonhos e a interpretação: Aparelho Psíquico/Aparelho Simbólico. **Psicologia USP**, v.10, n.1, p. 199-223, São Paulo, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641999000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 set. 2017.
- FREUD, S. (1900). **A interpretação dos sonhos**. 11 ed. Porto Alegre: L&PM editores, 2012.
- FREUD, S. (1915). **O Recalque**. In: Escritos sobre a psicologia do inconsciente. Trad. Luiz Alberto Hanns. v. 1. Rio de Janeiro: Imago, 2004.
- GOMES, E. J. C. **Vida privada na Idade Média**: Os sonhos. Web Artigos, 2010. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/vida-privada-na-pre-historia-o-sonho/34311>>. Acesso em: 04 out. 2017.
- GONSALVES, E.P. **Conversas sobre**: Iniciação à pesquisa científica. 4. ed. Campinas: Alínea, 2005.
- JAMES, L. Carl Jung's Psychology of Dreams and His View on Freud. v. 2, n. 3, **University of Hawaii**, Hawaii, 2016. Disponível em: <<http://psychopathology.imedpub.com/carl-jungs-psychology-of-dreams-and-his-view-on-freud.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2018.
- JUNG, C. G. (1912). **Psicologia do inconsciente**. 21. ed. v. 7/1, Petrópolis: Vozes, 2012.
- JUNG, C. G. (1964). **O homem e seus símbolos**. 3. ed. especial brasileira. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2016.

JUNG, C. G. (1961). **Memórias, sonhos e reflexões**. São Paulo: Nova Fronteira, 1986.

KAËS, R. A polifonia do sonho e seus dois umbigos. Os espaços oníricos comuns e compartilhados. **Revista da SPAGESP**, v. 4, n. 4, p 1-14, 2003. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702003000100002#1a>. Acesso em: 10 set. 2018.

NASIO, J. D. **O prazer de ler Freud**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

PASTERNAK, B. (1957). **Doutor Jivago**. 6 ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

REIS, M. R. Sonhos na antiguidade. **Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica**, 2012. Disponível em: <http://sbpa-rj.org.br/site/?page_id=1661>. Acesso em: 29 ago. 2017.

ROPP, C. C. Os sonhos da Grécia Antiga. **University of Memphis**, v. 3, n. 1, p. 1-10, 2006. Disponível em: <http://www.classicas.ufpr.br/projetos/bolsapermanencia/2006/artigos/Cyd_Ropp-SonhosGrecia.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2017.

SANTOS, A. O. Tecnologia dos sonhos em Artemidoro, Freud, Jung e nos Warlpiri. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 26, n. 2, p. 309-325, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922014000200309>. Acesso em: 09 set. 2018.

SERBENA, C.A. Considerações sobre o inconsciente: mito, símbolo e arquétipo na psicologia analítica. **Revista da abordagem gestalt**, v. 16, n. 1, p. 76-82, Goiânia, 2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rag/v16n1/v16n1a10.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

SILVEIRA, N. **Jung – vida e obra**. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

ANÁLISE DOS COMPORTAMENTOS VERBAIS DE TRÊS CLIENTES DURANTE O PROCESSO DE PSICOTERAPIA INDIVIDUAL

Danielle Pereira Lovatto
Fabiane Ferraz Silveira Fogaça

1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem como objetivo, descrever os resultados de análise de duas categorias de comportamentos verbais do cliente, sendo estas a categoria de solicitação e relato, que são de interesse do psicólogo clínico Comportamental, vislumbrando os aspectos de avaliação e intervenção, através da observação no contexto clínico.

Os dados utilizados neste capítulo foram coletados no Centro de Psicologia Aplicada (CEPA), através de observações feitas durante o Estágio Básico I.

A Análise do Comportamento é uma abordagem psicológica, que tem como objetivo a compreensão do ser humano e suas interações com o ambiente ao seu redor, entendendo que o desenvolvimento de suas habilidades é adquirido e determinado através de suas relações como meio em que se encontra, sendo neste referencial que se pautará a pesquisa de campo.

As pessoas agem no mundo e o modificam, sendo também modificado por ele, e pelas consequências de suas ações. Quando é estabelecido um comportamento considerado como apropriado, as consequências acontecem através de processos semelhantes que mantêm este comportamento ativo, onde as formas antigas de comportamento desaparecem e as novas consequências produzem novos comportamentos (SKINNER, 1957).

Para a Análise do Comportamento, a interação terapêutica compõe um conjunto dinâmico das relações comportamentais entre o cliente e o terapeuta, através do qual é estabelecido o *setting* terapêutico. Esta interação é utilizada como uma ferramenta para que o terapeuta possa compreender e intervir nos comportamentos apresentados pelo cliente durante as sessões, procurando uma melhora clínica e um alívio dos sintomas comportamentais, e para que esta melhora ocorra é fundamental o entendimento e a compreensão do comportamento verbal do cliente, pois é através deste que é possível compreender as contingências históricas de sua vida e propor algumas modificações comportamentais (MARANGONI; FERREIRA, 2018).

O comportamento verbal é definido como o efeito sobre o comportamento do outro, pelo caráter dessa relação social, e é essencialmente uma relação entre o ambiente social, que

é representado pelo ouvinte, e um organismo vivo que emite o comportamento. A pessoa que participa como ouvinte, age como um estímulo discriminativo na presença das verbalizações que ocorrem durante esta relação social, que é controlada por um contexto mais amplo, no qual é inserida e compartilhada parte da história passada de ambos os atores, e onde essas verbalizações atuam como discriminativos para o ouvinte, afetando o comportamento deste. Os efeitos sobre o comportamento do ouvinte agem diretamente sobre a classe de operantes verbais do emitente, onde passa a modificá-las (MATOS, 1991).

Este estudo é relevante devido a necessidade de compreender de uma melhor maneira os comportamentos verbais dos clientes, apresentados no contexto clínico, podendo categorizá-los para um entendimento das demandas que são apresentadas pelos clientes.

Nas próximas seções será apresentada uma breve contextualização teórica sobre os temas de comportamentos verbais e a categorização destes, para posteriormente ser explicado o método da pesquisa de campo e os resultados alcançados, discutidos à luz da teoria da Análise do Comportamento.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 COMPORTAMENTO VERBAL

Os comportamentos e as respostas verbais são distinguidos através das ocasiões em que elas ocorrem e pelas consequências que são produzidas através destas. Eles podem ser ocasionados por estímulos verbais ou não-verbais, e também podem ter consequências verbais ou não-verbais. O comportamento verbal envolve o comportamento do ouvinte, que é modelado através das consequências sobre o comportamento do falante, e o comportamento do falante, que é modelado através das consequências sobre os ouvintes, sendo este modelado e conservado através das práticas de uma comunidade verbal (CATANIA, 1999)

Neste sentido, Matos (1991), compreende que o efeito do comportamento verbal no ambiente físico é indireto, e mediado através do comportamento da outra pessoa, no qual tem um efeito direto, onde o comportamento verbal é em grande parte controlado por instruções, conselhos, regras ou ordens.

Para Barros (2003), o comportamento verbal é um comportamento operante, que altera o ambiente, e sofre com dessas alterações ambientais promovidas pelo comportamento, ocasionado a alteração da probabilidade de ocorrência futura das respostas que constituem o

dados operante, sendo mantido por consequências conciliadas por um ouvinte, que foi anteriormente treinado através da comunidade verbal para operar desta maneira.

Para Malerbi e Matos (1992), o comportamento verbal é apenas comportamento, onde as pessoas comportam-se no mundo no qual vivem e esses comportamentos resultam em modificações desse mundo, influenciando indiretamente o meio em que vivem, ocorrendo sobre o efeito de comportamentos de outras pessoas. A comunidade verbal oferece algumas consequências para as respostas verbais de uma pessoa, dependendo do fato de essa resposta ser emitida na presença de um ou outro estímulo.

Segundo Skinner (1957), o comportamento verbal é reforçado através da mediação de outras pessoas, onde o comportamento do ouvinte age como mediador para as consequências do comportamento do falante. O comportamento de ambos compõe um episódio verbal total. O falante também é um ouvinte, pois o comportamento do ouvinte é semelhante ao comportamento do falante, especialmente quando o ouvinte entende o que é dito pelo falante.

A comunidade verbal do falante precisa que este tenha um repertório de relatos fidedignos, que sejam correspondentes, pois promessas que não são cumpridas e relatos que são distorcidos ou pouco apurados, normalmente são acompanhados de punições, sugerindo que a não correspondência entre o comportamento verbal e o não-verbal aumenta a probabilidade de que o sistema de relações entre ouvinte e falante acabe sendo deteriorado (PEREZ, 2005).

A compreensão do comportamento verbal é necessária para o entendimento funcional das interações entre o ouvinte e o falante, pois através da linguagem ocorrem-se emissões de comportamentos verbais em ambiente que atuam como variáveis independentes, buscando controlar outros comportamentos. O comportamento verbal está sujeito a observações e manipulações, que permitem a verificação das relações de controle e a instalação de novos repertórios verbais (HÜBNER; MOREIRA, 2012).

2.2 CATEGORIZAÇÃO DO COMPORTAMENTO VERBAL

A maioria dos estudos em psicologia clínica desenvolvidos através da interação terapêutica vêm categorizando o comportamento verbal vocal dos participantes destes estudos com a análise de textos das transcrições de sessões que são gravadas em áudio ou vídeo. Para a categorização de comportamentos verbais, são consideradas ações elencadas pela literatura

clínica como características de uma interação verbal terapêutica, como a descrição de eventos, orientação, inferência, aprovação, dentre outras (ZAMIGNANI; MEYER, 2007).

Os autores também aponta que as pesquisas buscam avaliar e compreender os aspectos que são específicos na relação terapêutica, desenvolvendo estratégias metodológicas para interpretação da interação na sessão, através da observação direta destas sessões e da categorização dos comportamentos que são observados, onde o dado principal é decorrente da interação mais específica entre o terapeuta e o cliente.

De acordo com Matos (1991), existem alguns comportamentos que são exemplos de comportamentos verbais, sendo estes: gesticular, falar, escrever, usar códigos, datilografar ou expressões faciais. Abaixo é apresentada uma tabela feita pela autora, baseada nas categorias de comportamentos verbais de Skinner.

Quadro 1: Categoria de Comportamentos Verbais

Categoria	SD/Fonte	R	SR	Relação S R
1.Ecoar	Auditivo (palavras) emitente/ outro	Vocal (palavras)	Social (aprovação)	Identidade estrutural (acústica) SD R
2.Copiar (copy)	Visual (palavras) emitente/outro	Motora (palavras)	Social (aprovação)	Identidade estrutural (funcional gráfica) SD R
3.Tomar ditado	Auditivo (palavras) outro	Motora (palavras)	Social (aprovação)	Identidade funcional SD R
4.Tatear (tact)	Objeto/evento interno/externo	Vocal/motora (palavras)	Social (aprovação) alia	Identidade funcional SD R
5.Mandar (mand)	Estados internos (motivação/ emoção)	Vocal/motora (palavras/ gestos)	Social (objetos/ações)	Identidade funcional SD R R SR
6.Ler (pré) (textual)	Visual (palavras) externo	Vocal (palavras)	Social (aprovação)	Identidade funcional SD R
7.Intra-verbalizar (intraverbal)	Cadeias/ conjuntos de associações verbais emitente	Vocal/motora (palavras)	Social (aprovação) alia	Controle contextual (emissão extensa) sequência/ temas
8.Rearticular	Auditivo/visual	Vocal/motora	Social	controle

/organizar (autoclitic)	encoberta Rv anterior e concorrente	(palavras)	(aprovação) alía	contextual (SD/Rv) Rv Rv (Rv/SR) Rv Rv
----------------------------	---	------------	---------------------	---

Fonte: MATOS (1991)

Alguns anos mais tarde, Zamignani (2007) categorizou os comportamentos verbais do cliente, sendo dirigidas ao terapeuta durante a sessão. Essas verbalizações podem se referir a eventos que ocorrem antes ou durante a sessão e são relatados ao terapeuta, eventos que ocorrem em sessões anteriores, mas que são lembrados durante a sessão atual, e eventos que ocorreram no passado ou especulações sobre futuros eventos. Abaixo é apresentada uma tabela com alguns dos comportamentos verbais do cliente, categorizados e detalhados pelo autor.

Quadro 2: Comportamentos verbais apresentados pelo cliente

Solicitação (SOL)	É categorizada por verbalizações nas quais o cliente apresenta pedidos ou questões ao terapeuta.
Relato (REL)	Contempla verbalizações nas quais o cliente descreve ou informa ao terapeuta a ocorrência de eventos, respostas emocionais, sem estabelecer relações causais ou funcionais entre eles.
Melhora (MEL)	É caracterizada por verbalizações nas quais o cliente relata mudanças satisfatórias com relação à comportamentos considerados como indesejáveis ou inadequados pelo cliente ou pelo terapeuta.
Metas (MET)	Contempla verbalizações do cliente nas quais ele descreve seus projetos, planos ou estratégias para a solução de problemas trazidos como queixas para a terapia.
Relações (CER)	É caracterizada por verbalizações nas quais o cliente estabelece relações causais e/ou expectativas entre eventos, descrevendo-as de forma explícita ou sugerindo-as por meio de metáforas ou analogias.
Concordância (CON)	É caracterizada por verbalizações nas quais o cliente expressa julgamento ou avaliação favoráveis a respeito de afirmações ou outros comportamentos emitidos pelo terapeuta.
Oposição (OPO)	É caracterizada por verbalizações nas quais o cliente expressa discordância, julgamento ou avaliação desfavoráveis a respeito de afirmações ou outros comportamentos emitidos pelo terapeuta.
Outras vocal cliente (COU)	Contempla verbalizações do cliente não classificáveis nas categorias anteriores. Inclui verbalizações do cliente ao cumprimentar o terapeuta em sua chegada ou partida, comentários

	alheios, etc.
Cliente em silêncio (CSL)	É selecionada quando uma resposta verbal do tipo estado do cliente é encerrada sem que uma nova resposta verbal do tipo estado do mesmo falante seja iniciada.

Fonte: ZAMIGNANI (2007)

O autor ainda aponta que, a clínica é um ambiente propício para desenvolver pesquisas sobre relatos verbais, que dificilmente seriam acessados fora desta, pois neste ambiente o pesquisador consegue observar e controlar os contextos no qual os relatos verbais ocorrem, e pode contar com participantes que são ativos e regulares por grandes períodos de tempo, possibilitando muitas observações sobre o fenômeno de interesse.

3 MÉTODO

Esta pesquisa foi pautada uma pesquisa descritiva no contexto clínico, a partir de um estudo de campo, que segundo Gil (2002) é desenvolvido por meio da observação direta, de atividade do grupo no qual está sendo estudado, na qual a coleta de dados foi feita em duas etapas, onde na primeira as observações foram não estruturadas, decorrendo de fenômenos que surgiram nos atendimentos para a elaboração do Roteiro de Observação de Comportamentos Verbais do Cliente (ANEXO A), e na segunda etapa foram estruturadas, para que fossem respondidos os propósitos estabelecidos posteriormente aos primeiros atendimentos realizados em condições controladas.

Abaixo segue uma tabela com um recorte feito de duas categorias dos comportamentos verbais específicos apresentados pelos clientes e observados durante as sessões.

Quadro 3: Comportamentos observados durante as sessões

Solicitação (SOL)	Exemplos
Solicitação de informações ou esclarecimentos	Cliente solicita ao terapeuta informações, confirmações ou esclarecimentos a respeito de eventos, do racional da terapia ou do andamento da sessão.
Solicitação de	Cliente solicita ao terapeuta que avalie seu comportamento ou o

avaliação	comportamento de terceiros, emita um diagnóstico sobre o seu problema ou o problema de terceiros ou, ainda, solicita que o terapeuta analise seu problema ou de terceiros.
Solicitação de recomendações	Cliente solicita ao terapeuta que este sugira alternativas de resposta ou cursos de ação possíveis.
Solicitação de procedimentos	Cliente solicita que o terapeuta utilize determinados procedimentos ou técnicas, maneje determinada questão ou tema ou sugere ao terapeuta o que este deve fazer com relação ao seu tratamento.
Solicitação de asseguramento	Cliente solicita ao terapeuta asseguramento sobre a ocorrência (ou não ocorrência) de determinados eventos, sobre fatos ou sobre a correção de sua (do cliente) avaliação ou opinião a respeito de eventos.
Apresentação da demanda	Cliente descreve comportamentos, estados ou situações que ele gostaria de atingir com a ajuda do terapeuta.
Relato (REL)	Exemplos
Relato de informações sobre eventos	Cliente descreve fatos ocorridos, informações específicas, detalhes, ou esclarecimentos a respeito de eventos.
Relato de eventos anteriormente registrados	Cliente relata sobre seus registros efetuados sobre a ocorrência de eventos, como parte de uma técnica terapêutica ou coleta de dados solicitados pelo terapeuta.
Relato de sentimentos e emoções	O cliente relata ao terapeuta ter vivenciado, estar vivenciando ou prevê que poderá vivenciar uma resposta emocional.
Relato de estados motivacionais ou tendências a ação	Verbalizações que sugerem a “força” ou probabilidade da ocorrência de alguma resposta possivelmente relacionada com uma emoção.
Julgamento ou avaliação	Cliente relata sua opinião, julgamento ou avaliação a respeito de eventos.

Fonte: ZAMIGNANI (2007)

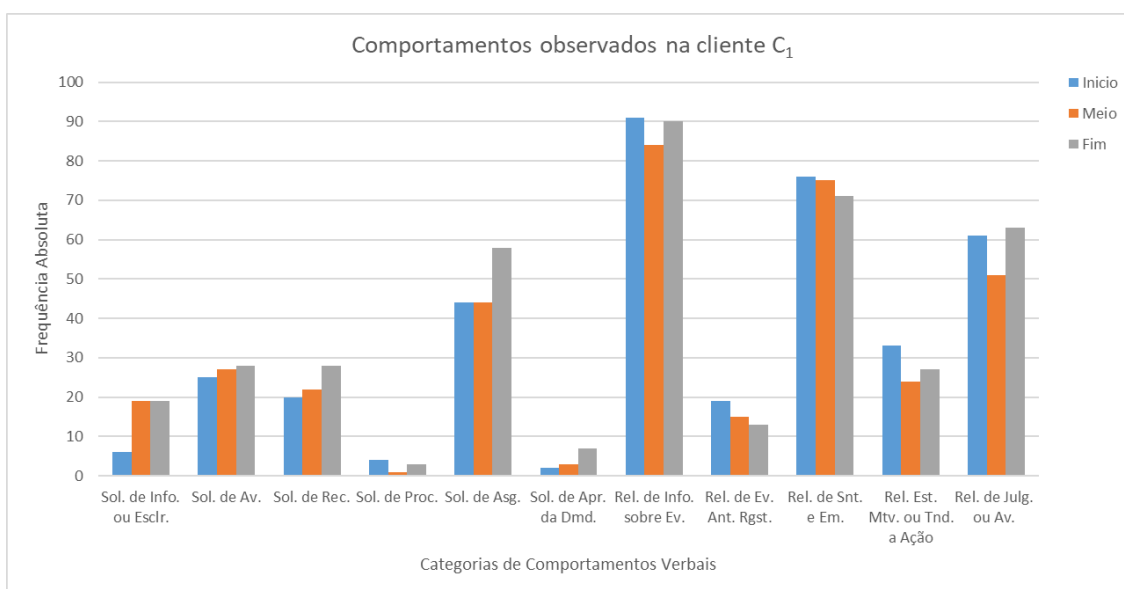
Para a coleta de dados foi realizado um total de vinte observações, sendo realizadas oito observações com a cliente C₁, cinco observações com a cliente C₂ e sete observações com a cliente C₃, em um total de três clientes do gênero feminino e idades entre 11 e 46 anos, feitas em dezesseis dias diferentes, com atendimentos que tiveram uma duração de sessenta minutos, sendo realizados com duas terapeutas diferentes, no CEPA, no ano de 2016. As observações foram registradas em períodos de vinte em vinte minutos para melhor aproveitamento da coleta dos dados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As terapeutas que realizaram os atendimentos dos clientes observados são denominadas como T₁ e T₂, e os clientes são denominados como C₁, C₂ e C₃, para garantir o sigilo dos mesmos.

As observações da cliente C₁ ocorreram na sala de espelho do CEPA da UNITAU, com a terapeuta T₁, com o roteiro de observação de categorização do comportamento verbal do cliente, podendo ser observados tais comportamentos:

Figura 1 – Comportamentos observados na cliente C₁



Fonte: Dados da pesquisa

Como pode-se observar na Figura 1, no início de todas as sessões a cliente falou em sua maioria sobre relato de informações sobre eventos (91 vezes), logo em seguida sobre

relato de sentimentos e emoções (76 vezes), depois sobre relato de julgamento ou avaliação (61 vezes), e por último sobre solicitação de apresentação da demanda (2 vezes).

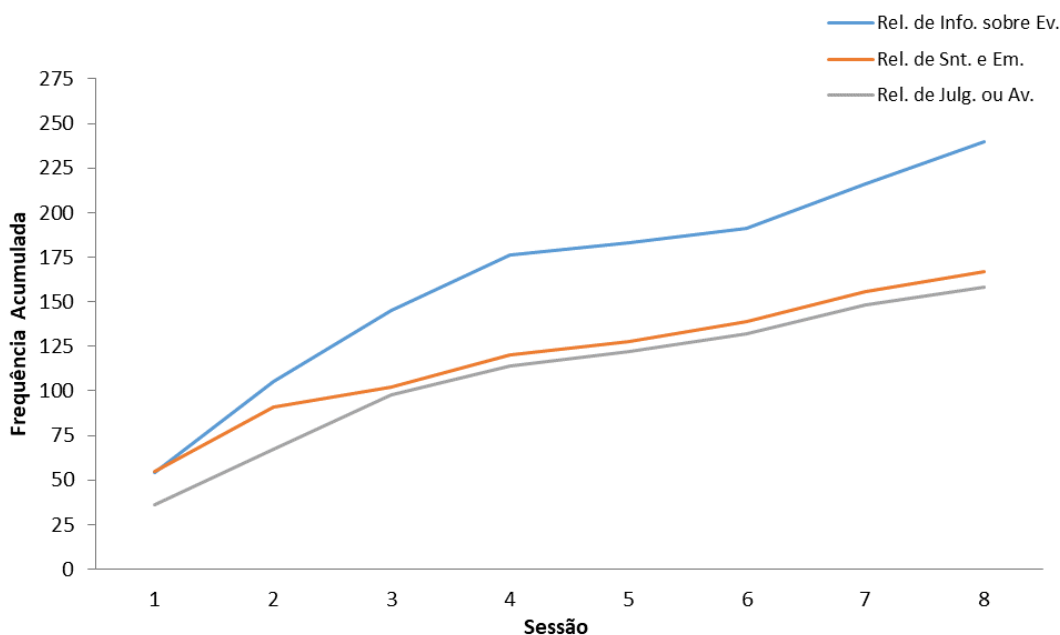
Já no meio de todas as sessões, a cliente falou em sua maioria sobre relato de informações sobre eventos (84 vezes), logo em seguida sobre relato de sentimentos e emoções (75 vezes), depois sobre relato de julgamento ou avaliação (51 vezes), e por último sobre solicitação de procedimentos (1 vez).

No fim de todas as sessões, a cliente falou em sua maioria sobre relato de informações sobre eventos (90 vezes), logo em seguida sobre relato de sentimentos e emoções (71 vezes), depois sobre relato de julgamento ou avaliação (63 vezes), e por último sobre solicitação de procedimentos (3 vezes).

Os comportamentos verbais de solicitação normalmente ocorrem, de acordo com a literatura apresentada, devido a uma prática do terapeuta que é utilizada para auxiliar o processo terapêutico e favorecer a adesão do cliente ao tratamento, pois este se torna mais participativo durante o processo, influenciando possíveis intervenções.

Na sequência serão indicados os comportamentos verbais apresentados com maior frequência pela cliente C₁ serão apresentados abaixo através de um gráfico. Este enfoque em comportamentos verbais de relato é devido a sua grande frequência durante todas as sessões.

Figura 2 – Três comportamentos mais frequentes observados na cliente C₁



Fonte: Dados da pesquisa

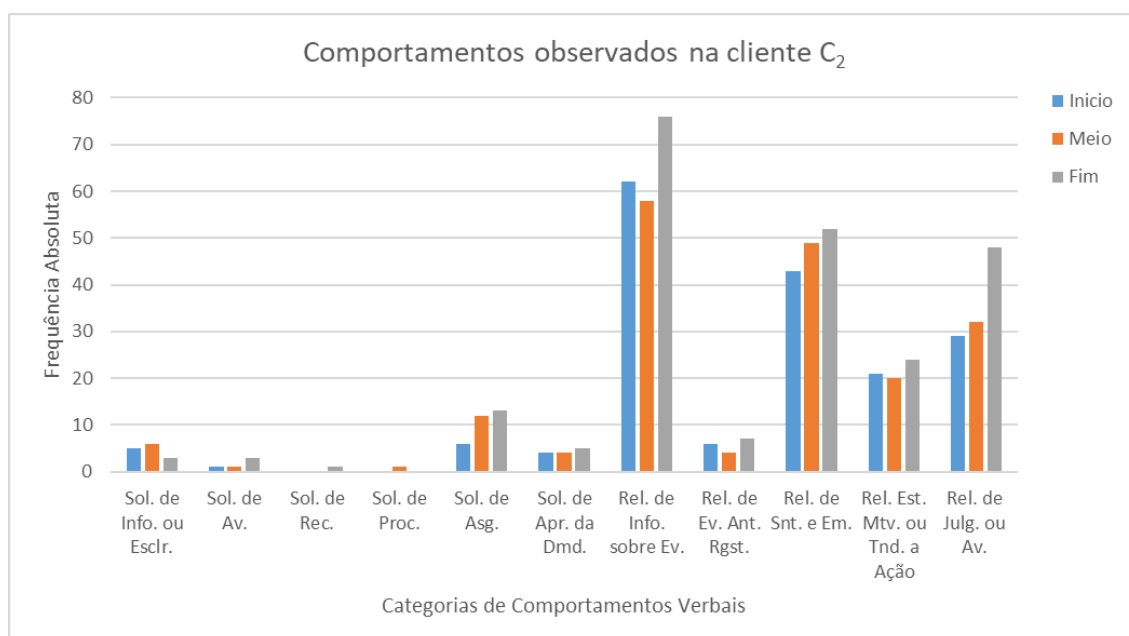
De acordo com a Figura 2, o maior número de frequência de comportamentos observados foram: relato de informações sobre eventos, relato de sentimentos e emoções e relato de julgamento ou avaliação. O comportamento verbal que teve um maior número de frequência acumulada foi o relato de informações sobre eventos, começando baixo nas primeiras sessões e aumentando nas últimas, seguido dos comportamentos de relato de sentimentos e emoções e o relato de julgamento ou avaliação, também começando baixo nas primeiras sessões e aumentando nas últimas, porém foram apresentados com uma frequência consideravelmente inferior em relação ao relato de informações sobre eventos.

Os comportamentos verbais de relato apresentados pela cliente C₁, de acordo com a literatura apresentada, possuem uma frequência maior do que os outros comportamentos, principalmente nas três primeiras sessões devido aos comportamentos verbais do terapeuta em sessões iniciais de terapia sobre facilitação e solicitação de relato, coincidindo com a coleta de informações e compreensão da queixa trazida.

Esta ocorrência demonstra que a terapeuta T₁ teve facilidade no estabelecimento do vínculo com a cliente C₁, pois houve uma coleta de informações e uma compreensão da queixa trazida pela cliente de maneira rápida, e foi utilizado um número menor de sessões para um melhor entendimento destas variáveis.

As observações da cliente C₂ ocorreram na sala de espelho do CEPA da UNITAU, com a terapeuta T₂, com o roteiro de observação de categorização do comportamento verbal do cliente, podendo ser observados tais comportamentos:

Figura 3 – Comportamentos observados na cliente C₂



Fonte: Dados da pesquisa

Como pode-se observar na Figura 3, no início de todas as sessões a cliente falou em sua maioria sobre relato de informações sobre eventos (62 vezes), logo em seguida sobre relato de sentimentos e emoções (43 vezes), depois sobre relato de julgamento ou avaliação (29 vezes), e por último sobre solicitação de avaliação (1 vez). Não foram observados no início de nenhuma das sessões a solicitação de recomendação e solicitação de procedimentos.

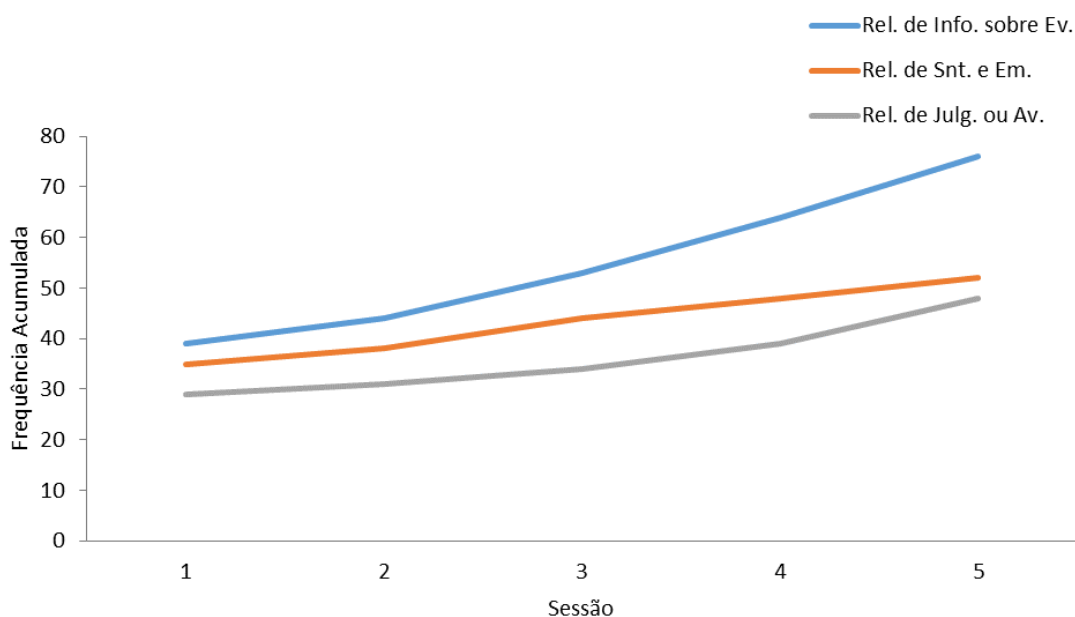
Já no meio de todas as sessões, a cliente falou em sua maioria sobre relato de informações sobre eventos (58 vezes), logo em seguida sobre relato de sentimentos e emoções (49 vezes), depois sobre relato de julgamento ou avaliação (32 vezes), por último e também em mesmo número de vezes sobre solicitação de avaliação e solicitação de procedimentos (1 vez). Não foi observado no meio de nenhuma das sessões a solicitação de recomendação.

No fim de todas as sessões, a cliente falou em sua maioria sobre relato de informações sobre eventos (76 vezes), logo em seguida sobre relato de sentimentos e emoções (52 vezes), depois sobre relato de julgamento ou avaliação (48 vezes), e por último sobre solicitação de recomendação (1 vez). Não foi observado no fim de nenhuma das sessões a solicitação de procedimentos.

Os comportamentos verbais de solicitação normalmente ocorrem, de acordo com a literatura apresentada, devido a uma prática do terapeuta que é utilizada para auxiliar o processo terapêutico e favorecer a adesão do cliente ao tratamento, pois este se torna mais participativo durante o processo, influenciando possíveis intervenções.

Na sequência serão indicados os comportamentos verbais apresentados com maior frequência pela cliente C₂ serão apresentados abaixo através de um gráfico. Este enfoque em comportamentos verbais de relato é devido a sua grande frequência durante todas as sessões.

Figura 4 – Três principais comportamentos observados na cliente C₂



Fonte: Dados da pesquisa

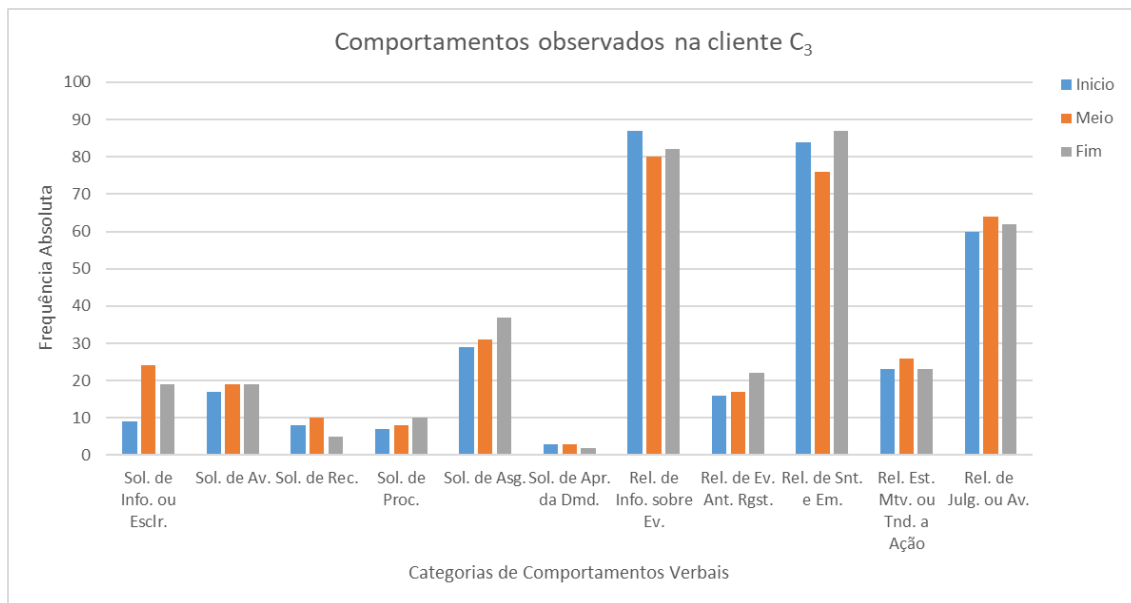
De acordo com a Figura 4, o maior número de frequência de comportamentos observados foram: relato de informações sobre eventos, relato de sentimentos e emoções e relato de julgamento ou avaliação. O comportamento verbal que teve um maior número de frequência acumulada foi o relato de informações sobre eventos, começando baixo nas primeiras sessões e aumentando nas últimas, seguido dos comportamentos de relato de sentimentos e emoções e o relato de julgamento ou avaliação, também começando baixo nas primeiras sessões e aumentando nas últimas, porém foram apresentados com uma frequência razoavelmente inferior em relação ao relato de informações sobre eventos.

Os comportamentos verbais de relato apresentados pela cliente C₂, de acordo com a literatura apresentada, também possuem uma frequência maior do que os outros comportamentos, principalmente nas duas primeiras sessões devido aos comportamentos verbais do terapeuta em sessões iniciais de terapia sobre facilitação e solicitação de relato, coincidindo com a coleta de informações e compreensão da queixa trazida.

Esta ocorrência demonstra que a terapeuta T₂ teve maior facilidade no estabelecimento do vínculo com a cliente C₂, pois houve uma coleta de informações e uma compreensão da queixa trazida pela cliente mais rápida, e foi utilizado um número menor de sessões para um melhor entendimento destas variáveis.

As observações da cliente C₃ ocorreram na sala de espelho do CEPA da UNITAU, com a terapeuta T₂, com o roteiro de observação de categorização do comportamento verbal do cliente, podendo ser observados tais comportamentos:

Figura 5 – Comportamentos observados na cliente C₃



Fonte: Dados da pesquisa

Como pode-se observar na Figura 5, no início de todas as sessões a cliente falou em sua maioria sobre relato de informações sobre eventos (87 vezes), logo em seguida sobre relato de sentimentos e emoções (84 vezes), depois sobre relato de julgamento ou avaliação (60 vezes), e por último sobre solicitação de apresentação da demanda (3 vezes).

Já no meio de todas as sessões, a cliente falou em sua maioria sobre relato de informações sobre eventos (80 vezes), logo em seguida sobre relato de sentimentos e emoções (76 vezes), depois sobre relato de julgamento ou avaliação (64 vezes), e por último sobre solicitação de apresentação da demanda (3 vezes).

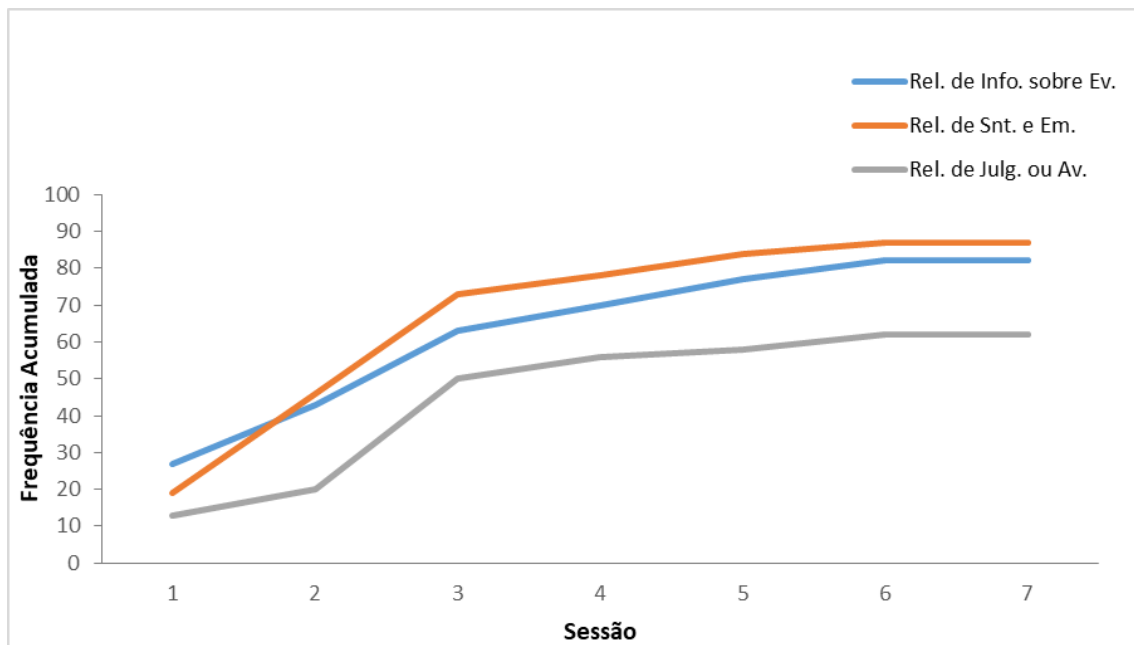
No fim de todas as sessões, a cliente falou em sua maioria sobre relato de sentimentos e emoções (87 vezes), logo em seguida sobre relato de informações sobre eventos (82 vezes), depois sobre relato de julgamento ou avaliação (62 vezes), e por último sobre solicitação de apresentação da demanda (2 vezes).

Os comportamentos verbais de solicitação normalmente ocorrem, de acordo com a literatura apresentada, devido a uma prática do terapeuta que é utilizada para auxiliar o

processo terapêutico e favorecer a adesão do cliente ao tratamento, pois este se torna mais participativo durante o processo, influenciando possíveis intervenções.

Na sequência serão indicados os comportamentos verbais apresentados com maior frequência pela cliente C₃ serão apresentados abaixo através de um gráfico. Este enfoque em comportamentos verbais de relato é devido a sua grande frequência durante todas as sessões.

Figura 6 – Três principais comportamentos observados na cliente C₃



Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com a Figura 6, o maior número de frequência de comportamentos observados foram: relato de informações sobre eventos, relato de sentimentos e emoções e relato de julgamento ou avaliação. Os comportamentos verbais que tiveram um maior número de frequência acumulada foram o relato de sentimentos e emoções e o relato de informações sobre eventos, começando baixo nas duas primeiras sessões e aumentando da terceira até a sétima e última sessão, seguido do comportamento de relato de julgamento ou avaliação, também começando baixo nas duas primeiras sessões e aumentando da terceira até a sétima e última sessão, sendo apresentado com uma frequência razoavelmente inferior em relação ao relato de sentimentos e emoções e ao relato de informações sobre eventos.

Os comportamentos verbais de relato apresentados pela cliente C₃, de acordo com a literatura apresentada, também possuem uma frequência maior do que os outros comportamentos, principalmente nas quatro primeiras sessões devido aos comportamentos

verbais do terapeuta em sessões iniciais de terapia sobre facilitação e solicitação de relato, coincidindo com a coleta de informações e compreensão da queixa trazida.

Esta ocorrência demonstra que a terapeuta T₂ teve certa dificuldade no estabelecimento do vínculo com a cliente C₃, pois houve uma coleta de informações e uma compreensão da queixa trazida pela cliente mais demorada, necessitando de um número maior de sessões, que ocupou mais da metade do número de sessões totais realizadas, para um melhor entendimento destas variáveis.

Mesmo as três clientes tendo grandes variações de comportamento desde a primeira sessão, até a última, houve um alto número de respostas em comportamentos de relato de informações sobre eventos, relato de sentimentos e emoções e relato de julgamento ou avaliação foi mantido, sendo observados os mesmos tipos de comportamentos, tanto os que ocorreram com maior, quanto os que ocorreram com menor frequência.

O comportamento verbal de relato (o qual foi o mais observado entre as clientes), que de acordo com Zamignani (2007), é o qual mais ocorre, sendo em 80% do comportamento verbal do cliente nas psicoterapias, pois o cliente tem suas próprias teorias sobre os eventos ocorridos, e comumente ocorre uma predominância de relatos sobre eventos encobertos. Para o autor, os relatos de julgamento ou avaliação também ocorrem com frequência devido a uma prática cultural, onde as pessoas tendem a atribuir causas a eventos encobertos, advindo de um repertório verbal pouco fortalecido de observação.

Ainda para o autor, a alta taxa de frequência do comportamento verbal de relatos apresentados pelos clientes, comportamentos observados nas primeiras sessões das três clientes, ocorre com maior frequência no início do processo terapêutico, e devido ao fato dos clientes estarem sob controle dos questionamentos feitos pelo terapeuta, onde inicialmente o terapeuta procura coletar dados à respeito do cliente e de sua queixa visando a realização de futuras intervenções.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito deste capítulo foi o de descrever e identificar os comportamentos verbais dos clientes, de interesse do psicólogo clínico Comportamental, vislumbrando os aspectos de avaliação e intervenção, através da observação no contexto clínico, utilizando a pesquisa de campo para a coleta de dados por meio de observações não estruturadas e estruturadas.

Na análise feita dos dados coletados durante as observações feitas dos atendimentos clínicos, foi possível observar que as clientes C₁, C₂ e C₃ apresentaram um maior número de frequência nos comportamentos de relato de informações sobre eventos, relato de sentimentos e emoções e relato de julgamento ou avaliação, podendo-se perceber que as clientes em suas sessões preferem descrever fatos ocorridos ou esclarecer alguns eventos que ocorreram, relatar ao terapeuta as vivências de suas respostas emocionais e relatar suas opiniões e julgamento a respeito de eventos ocorridos.

Os comportamentos verbais das clientes que ocorreram com maior frequência vão de acordo com a literatura estudada, pois as respostas verbais de relato são as que mais ocorrem em sessões de psicoterapia.

Foi possível concluir que mesmo existindo diferenças significativas de idade, localidade e realidade social entre as clientes, todas apresentaram um maior número nos mesmos comportamentos verbais focando em ocorrências de seu próprio cotidiano, relatando como se sentiram conforme cada situação ocorrida, e explanando o que pensam sobre as atitudes e opiniões de outras pessoas.

A relevância deste estudo recai sobre a importância da observação minuciosa dos comportamentos verbais apresentados pelos clientes durante as sessões de psicoterapia, para que se possa detectar com maior facilidade alguns comportamentos apresentados pelos mesmos, possibilitando um melhor entendimento das queixas e relatos trazidos por estes.

Sugere-se que futuramente sejam realizados mais estudos na área da Análise do Comportamento em relação aos comportamentos verbais, para que haja um maior refinamento destes e uma grande facilidade de identificar rapidamente estes comportamentos para um tratamento mais objetivo durante o atendimento dos clientes.

REFERÊNCIAS

- BARROS, R. S. Uma introdução ao comportamento verbal. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 73-82, 2003.
- CATANIA, A. C. **Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição**. 4. ed. Porto Alegre: Editora Artmed, 1999.
- HÜBNER, M. M. C.; MOREIRA, M. B. **Temas clássicos da psicologia sob a ótica da análise do comportamento**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2012.
- MALERBI, F. E. K.; MATOS, M. A. A análise do comportamento verbal e a aquisição de repertórios autodescritivos de eventos privados. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, v. 8, n. 3, p. 407-421, 1992.
- MARANGONI, C.; FERREIRA, V. R. T. Interação terapêutica e comportamento verbal em uma compreensão analítico-comportamental. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 59-71, 2018.
- MATOS, M. A. As Categorias Formais de Comportamento Verbal em Skinner. **Anais da XXI Reunião Anual da Sociedade de Psicologia**, Ribeirão Preto, p. 333-341, 1991.
- PEREZ, W. F. **Correspondência entre dizer e fazer: uma análise funcional de auto-relatos de desempenho em tarefas de leitura**. 2005. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.
- SKINNER, B. F. **Verbal Behavior**. New York: Appleton Century Crofts, 1957.
- ZAMIGNANI, D. R.; MEYER, S. B. Comportamento verbal no contexto clínico: contribuições metodológicas a partir da análise do comportamento. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 241-259, 2007.
- ZAMIGNANI, D. R. **O desenvolvimento de um sistema multidimensional para a categorização de comportamentos na interação terapêutica**. 2007. 289 f. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Clínica) – Instituto da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

**ANEXO A – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DE COMPORTAMENTOS VERBAIS
DO CLIENTE**

Comportamentos Verbais	10 min	20 min	30 min	40 min	50 min	60 min
Solicitação de Informação ou Esclarecimento						
Solicitação de Avaliação						
Solicitação de Recomendações						
Solicitação de Procedimentos						
Solicitação de Asseguramento						
Solitação de Apresentação da Demanda						
Relato de Informações sobre Eventos						
Relato de Eventos Anteriormente Registrados						
Relato de Sentimentos e Emoções						
Rel. Estados Motivacionais ou Tendências a Ação						
Relato de Julgamento ou Avaliação						

ANOREXIA E BULIMIA: ANÁLISE DE *BLOGS* DE INCENTIVO AOS TRANSTORNOS

Ana Izabelli Araki
Paulo Roberto Grangeiro Rodrigues

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo apresenta uma revisão de trabalhos científicos sobre o desenvolvimento da Anorexia e da Bulimia, com a análise de possíveis influências de *blogs* e conteúdo que “viralizam” na *Internet*. Tem como objetivo caracterizar os conteúdos virtuais que propagam ideais sociais relacionados ao corpo e comportamentos para alcançar a “perfeição” de modelos divulgados pela mídia, como fator desencadeador e incentivador de Transtornos Alimentares.

A mídia e a cultura contemporânea marcam o capitalismo atual, que envolvem competições, consumismo e individualismo. Colocam o corpo como objeto, mercadoria, consumo, aparência e até mesmo como instrumento de trabalho (APOSTÓLICO, 2006). A sociedade do século vinte e um, influenciada pela mídia, dita padrões de beleza e rotula os corpos, prejudicando emocionalmente aqueles que ainda estão em processo de desenvolvimento e construção de sua identidade e subjetividade, como nos casos de adolescentes. O que pode prejudicar também as pessoas adultas, em sua maioria mulheres - principalmente quando se encontram no período da menopausa - envolvendo fragilidades, devido à distorção de sua imagem corporal. Nem tudo o que é apresentado é de teor negativo, todavia é preciso ter atenção sobre os efeitos que podem causar (CHAUÍ, 2006). Ainda assim, existe certa contradição nos discursos médicos a respeito da aparência física e “qualidade de vida”. Ao mesmo tempo que tiveram um aumento dos casos de obesidade, que levam ao discurso de que participam de um “grupo de risco”, tem também a propagação de um “corpo perfeito”, “jovem”, “saudável” (SOPHIA, 2008).

Considerando a vulnerabilidade de adolescentes e adultos no período de desenvolvimento da Anorexia e Bulimia em relação às mídias sociais, este trabalho abordará, inicialmente, uma discussão a respeito dos *Blogs* ditos como “Pró-Ana” e “Pró-Mia”, que propagam publicações a favor dessas doenças, de forma a compartilhar experiências, oferecer uma rede de “apoio” e difundir um “estilo de vida”. Serão descritas informações sobre as características das doenças citadas, de acordo com o CID 10 (2013) e DSM V (2014), junto

aos dados de incidência entre gênero. Em seguida, será apresentado o papel do psicólogo diante ao diagnóstico das doenças. Na sequência, serão apresentadas informações do DSM V comparadas ao que é compartilhado nos *blogs*.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1. MEIOS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DA ANOREXIA E BULIMIA

Pode parecer absurdo, mas quando se trata de transtornos alimentares como a Anorexia e a Bulimia, existem muitos incentivos pela *Internet*. Aqueles que propagam a ideia de que “comer é para os fracos” e que ainda solicitam: “olhe-se no espelho e diga que está gorda e feia”. São esses os conteúdos publicados em *blogs* – ou *weblogs* (diário eletrônico) – pró-Ana e pró-Mia, que são a favor da Anorexia e da Bulimia. As leitoras tratam a doença como uma amiga, por isso são dados nomes de mulheres, até mesmo para não ser explícito falar do nome da doença abertamente.

De acordo com o CID 10 (2013) - Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde - a Anorexia (CID 10-F50.0) está associada a uma psicopatologia específica, compreendendo um medo de engordar e de ter uma silhueta arredondada, intrusão persistente de uma ideia supervalorizada. Os pacientes se impõem a si mesmos um baixo peso. Existe comumente desnutrição de grau variável que se acompanha de modificações endócrinas e metabólicas secundárias e de perturbações das funções fisiológicas. Enquanto a Bulimia (CID 10-F50.2) é uma síndrome caracterizada por acessos repetidos de hiperfagia (CID 10-F50.4) e uma preocupação excessiva com relação ao controle do peso corporal conduzindo a uma alternância de hiperfagia e vômitos e/ou uso de purgativos. Este transtorno partilha diversas características psicológicas com a anorexia nervosa, dentre as quais uma preocupação exagerada com a forma e peso corporais. Os vômitos repetidos podem provocar perturbações eletrolíticas e complicações somáticas. Nos antecedentes encontra-se frequentemente, mas nem sempre, um episódio de anorexia nervosa ocorrido de alguns meses a vários anos antes (DATA SUS).

Em relação ao DSM V (2014), a Anorexia tem três características essenciais: restrição persistente da ingestão calórica; medo intenso de ganhar peso ou de engordar ou comportamento persistente que interfere no ganho de peso; e perturbação na percepção do próprio peso ou da própria forma. O indivíduo mantém um peso corporal abaixo daquele minimamente normal para idade, gênero, trajetória do desenvolvimento e saúde física. O

comprometimento associado a esse transtorno afeta a maioria dos sistemas corporais e pode produzir uma variedade de perturbações. Perturbações fisiológicas, incluindo amenorreia e anormalidades nos sinais vitais, são comuns. Quando gravemente abaixo do peso, indivíduos com anorexia nervosa apresentam sinais e sintomas depressivos, como humor deprimido, isolamento social, irritabilidade, insônia e diminuição da libido. A taxa bruta de mortalidade (TBM) para anorexia nervosa é de cerca de 5% por década. A morte resulta mais comumente de complicações clínicas associadas ao próprio transtorno ou de suicídio.

Já na Bulimia, os indivíduos exibem episódios recorrentes de compulsão alimentar, adotam comportamento indevido para evitar o ganho de peso (p. ex., vômitos auto induzidos) e preocupam-se excessivamente com a forma e o peso corporais. Entretanto, diferentemente de indivíduos com anorexia, com o tipo de compulsão alimentar purgativa aqueles com bulimia mantêm um peso corporal igual ou acima da faixa mínima normal (NASCIMENTO e CARDIOLI, 2014). Assim como na Anorexia, existem três aspectos essenciais na Bulimia: episódios recorrentes de compulsão alimentar, comportamentos compensatórios inapropriados recorrentes para impedir o ganho de peso e auto avaliação indevidamente influenciada pela forma e pelo peso corporais. Para se qualificar ao diagnóstico, a compulsão alimentar e os comportamentos compensatórios inapropriados devem ocorrer, em média, no mínimo uma vez por semana por três meses.

De acordo com o DSM V (2014), a prevalência de 12 meses de Bulimia entre jovens do sexo feminino é de 1 a 1,5%. A prevalência-ponto é maior entre adultos, já que o transtorno atinge seu pico no fim da adolescência e início da idade adulta. Pouco se sabe a respeito da prevalência-ponto de bulimia no sexo masculino, porém o transtorno é bem menos comum nestes, com uma proporção feminino-masculino de aproximadamente 10:1. Já em relação a Anorexia, a prevalência de 12 meses de Anorexia entre jovens do sexo feminino é de aproximadamente 0,4%. Também são poucos os dados a respeito da prevalência entre indivíduos do sexo masculino, mas o transtorno é bem menos comum no sexo masculino do que no feminino, com populações clínicas em geral refletindo uma proporção de aproximadamente 10:1 (NASCIMENTO e CARDIOLI, 2014).

Em pesquisa da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, a cada dois dias, em média, uma pessoa era internada por Anorexia ou Bulimia nos hospitais que atendem pelo SUS (Sistema Único de Saúde) no Estado de São Paulo. Nos primeiros sete meses de 2013, foram 97 internações devido a estes distúrbios alimentares. Em 2012, 165 pacientes precisaram de internação e 1.220 pacientes fizeram tratamento ambulatorial no Estado contra

distúrbio alimentar (SP NOTÍCIAS, 2014). A Anorexia incide, preferencialmente, na adolescência, na faixa etária dos 13 aos 17 anos, e ocorre quase exclusivamente (90% dos casos), em pacientes do sexo feminino, e a Bulimia tem incidência maior a partir da adolescência e cerca de 90% dos casos ocorre em mulheres (CAPB, 2012). Estudos mais recentes apontam que essas doenças podem ser diagnosticadas em ambos os sexos, mas que são as mulheres que participam dos índices de prevalência. Em 2015 foram aplicados questionários para a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (Pense) em crianças do 9º ano do ensino fundamental e revelaram que meninas têm maior insatisfação com seus corpos. Uma em cada cinco estudantes (21,8%) afirmaram que se consideravam gordas ou muito gordas. Isso foi identificado em apenas 15% dos garotos (MOTTA, 2018).

Nas últimas três décadas, o culto ao corpo se tornou extremamente forte no sentido comercial e capitalista. Com o avanço das relações de consumo, a beleza – antes tida como um privilégio – agora está ao alcance de qualquer um, dado os avanços da ciência e da tecnologia que propiciaram o aumento das cirurgias plásticas e o abuso de programas de computador para edição de fotos – *Photoshop* - (ROCHA, 2011).

Em função de toda essa idealização de beleza, passaram a existir os *blogs* citados anteriormente. Eles existem em uma quantidade considerável na *Internet*, comandados por mulheres e principalmente por adolescentes, que muitas vezes o consideram como *Thinspiration* – inspirações de magreza. Seu conteúdo é repleto de fotos de meninas magérrimas, acompanhadas de desabafos sobre a dificuldade para manter sua dieta e seus dramas, muitas ainda se autoflagelam. Essa rede social incentiva e ensina para as suas leitoras, formas de “facilitar” o processo de emagrecimento, motivando-as a não comer ou o que fazer quando comer além do esperado. As publicações disseminam imagens como a publicada no *blog* Viés Ana e Mia (ISAIAS, 2014), como se pode ver na Figura 1:

Figura 1: Exemplos de fotos de pessoa considerada modelo de magreza a ser alcançada.



Fonte: <https://www.ufrgs.br/vies/vies/anaemia/> 1

Fonte: <https://www.ufrgs.br/vies/vies/anaemia/> 2

Na divulgação de vida saudável, a Anorexia ganha seu espaço disfarçadamente. A começar por pequenas restrições, até alcançar uma obsessão. O acesso fácil e frequente à informações, acaba por resultar em conteúdos publicados por pessoas sem o mínimo de conhecimento profissional, seja nutricional, médico ou psicológico. As “dicas” são variadas, vão de frutas diuréticas à indicação de floral “seca barriga” (ISAIAS, 2014).

Entre os conteúdos que circulam na *Internet*, existem algumas postagens que se repetem entre os blogs que são a favor da Anorexia e Bulimia. Como os “10 mandamentos para ter um corpo semelhante ao dela” (FLORINDO, 2013), que normalmente são acompanhados por fotos de mulheres extremamente magras, como as mostradas acima. São elas as *Thinspiration* – inspirações de magreza.

“10 Mandamentos para ter um corpo semelhante ao dela

1. Se não és magra, então não és atraente;
2. Ser magra é mais importante que ser saudável;
3. Deves comprar roupa, cortar o cabelo, tomar laxantes, passar fome, fazer de tudo para pareceres mais magra;
4. Não deves comer sem te sentires culpada;
5. Não deves comer alimentos hipercalóricos sem te punires depois;
6. Deves contar as calorias dos alimentos, e de acordo com isso, restringir a sua ingestão;
7. O que diz a balança é o mais importante;
8. Perder peso é bom; Ganhar peso é mau;

9. Nunca és magra demais;
10. Ser magra e não comer são sinais de verdadeira força de vontade e sucesso.”
(FLORINDO, 2013).

São diversas listas com o que deve ou não ser feito para alcançar um padrão corporal longe de ser “saudável”. Tudo é compartilhado de forma a incentivar um “estilo de vida diferente”, chamado de “Ana” e “Mia”, como as “cinquenta e quatro dicas para parar de comer”, ou então, o dicionário com todas as siglas utilizadas por quem segue tal padrão de comportamento.

Com tantas influências midiáticas, não é raro de encontrar pessoas diagnosticadas com compulsão alimentar, por mais que não tenham desenvolvido a Anorexia e Bulimia. A ansiedade junto à comida resulta na grande ingestão de alimentos, que muitas vezes acarreta sentimento de culpa. A comida tornou-se “válvula de escape” para a ansiedade e muitas vezes vista como uma inimiga, perdeu o seu significado de nutrir o corpo. A sociedade do século XXI está obcecada em uma estética que privilegia o magro e jovem (BERGER, 2006).

2.2. O PAPEL DO PSICÓLOGO DIANTE AO DIAGNÓSTICO

O psicólogo atua neste viés, juntamente a uma equipe multidisciplinar, auxiliando na desconstrução de histórias negativas relacionadas ao transtorno. Há uma necessidade de conhecer não somente o indivíduo que desenvolveu o transtorno, mas a sua família e seu contexto social (DINIZ e LIMA, 2017). O tratamento de pacientes com transtornos alimentares constitui-se em um grande desafio para os profissionais da área da saúde em geral, pois requerem a atenção de uma equipe multiprofissional. Dada a complexidade com que se apresentam e da multiplicidade de áreas do comportamento humano que são afetadas (física, psicológica, social, cultural e econômica), essas síndromes psicossomáticas multifatoriais dificilmente podem ser tratadas por um profissional isoladamente (DINIZ e LIMA, 2017).

De acordo com Bleger (1993), o psicoterapeuta não precisa necessariamente “fazer algo” para que se estabeleça o processo dialético do pensar, pois ele é espontâneo; entretanto, há muito que fazer para remover as barreiras e bloqueios que impedem seu pleno funcionamento. Uma das técnicas que podem ser utilizadas no tratamento, é a utilização de metáforas para tratar da realidade do paciente de maneira indireta.

Outras técnicas utilizadas no tratamento de Transtornos Alimentares, advém da terapia cognitivo-comportamental (TCC). Uma intervenção semiestruturada, objetiva e orientada por metas, que abordam fatores cognitivos, emocionais e comportamentais no tratamento dos transtornos psiquiátricos. Essas técnicas têm sido avaliadas e reconhecidas como estratégias eficazes na melhora dos quadros clínicos (DUCHESNE e ALMEIDA, 2002). Isto levou ao desenvolvimento de terapêuticas dirigidas às perturbações cognitivas e comportamentais específicas que caracterizam estes pacientes (COOPER e FAIRBURN, 1984). Embora sua história seja recente, os procedimentos de tratamento amplamente baseados no enfoque cognitivo-comportamental provam ser populares e aceitáveis aos pacientes e têm aberto novos caminhos para essas difíceis doenças (FAIRBURN, PHILL e BEGLIN, 1990).

Para os transtornos alimentares, os programas de tratamento da TCC baseiam-se principalmente nas técnicas para a redução da ansiedade, auto manejo do comportamento e modificação de cognições desadaptadas. Comparados com a terapia para alguns transtornos – por exemplo, a depressão – os componentes comportamentais dos transtornos alimentares recebem maior ênfase no tratamento. Isto ocorre porque as perturbações comportamentais (como jejuns ou vômitos) são fatores centrais dessas doenças que devem ser controlados (CHANNON e WARDLE, 1994).

O vômito presente em comportamentos diagnosticados como Bulimia, pode acarretar sentidos simbólicos, de forma que, o ato pode ser acompanhado de sentimentos de autocontrole, competência e superioridade – por ser algo que aparentemente pode ser controlado por quem ingere os alimentos. E então, a perda de peso pode ser vista como alívio para a angústia e inquietação, e assim, obter uma tentativa de controle sobre os outros e sobre si mesmo (WHITE e FREEMAN, 2003).

3 MÉTODO

Foi realizada uma pesquisa documental exploratória de natureza qualitativa em ambiente virtual, com o objetivo de analisar um assunto pouco explorado, como o uso de *blogs* a favor da Anorexia e Bulimia (GIL, 2008). *Blog* é uma palavra de origem americana e surge da redução das palavras *web* e *log*, que significa "diário de bordo". O correto seria *weblog*, porém passou a ser divulgado como *blog*. No Brasil, a utilização desse recurso se iniciou por volta do ano 2000, embora já fosse conhecido em outros países (SCHITTINE, 2004). Essas páginas são destinadas a publicações que expressam ideias, pensamentos ou

opiniões sobre um ou vários assuntos, sejam do autor do *blog* ou de outras pessoas que interagem no espaço virtual.

O presente trabalho é uma pesquisa realizada com o uso da *Internet*, que tem por característica ser um espaço público no qual os conteúdos são compartilhados por diversas pessoas de forma aberta, ou seja, com acesso livre, por isso não houve necessidade de submeter o estudo à aprovação do Comitê de Ética. Em relação à amostragem, foram utilizados *blogs* e *sites* disponíveis abertamente na *Internet*, sem nenhum padrão de censura ou limitação do acesso. Os instrumentos utilizados foram *sites* de busca e a rede social *Instagram*. As palavras-chave mais utilizadas foram: “pró-Ana” e “pró-Mia”.

Para melhor esclarecimento dos assuntos, foram consultados artigos e teses no banco de teses da USP e em bases de dados como Scielo e Pepsic.

A coleta de dados se deu por acesso a *blogs*, *sites* e perfis no *Instagram*, e foram selecionados materiais de acordo com seu critério de relevância para a pesquisa. As palavras utilizadas para a condução da busca foram selecionadas a partir de *sites* de pesquisas, *blogs*, artigos e trabalhos que envolviam o desenvolvimento da Anorexia e da Bulimia, de modo a incluir o uso da *Internet* como fator relevante. Os termos foram buscados tanto através dos títulos, como pelo resumo ou palavra-chave. As combinações de palavras utilizadas nas bases de dados foram igualmente: a) pró-Ana; b) pró-Mia; c) contra anorexia d) contra bulimia; e) imagem corporal e mídias sociais; f) doenças da beleza. No total foram encontrados trezentos e vinte e três mil resultados, no dia seis de março de dois mil e dezoito. Esses resultados englobam tanto estudos, como os *blogs* que possuem um foco maior na pesquisa.

Para a inclusão dos estudos e trabalhos a serem utilizados como fontes de informação, foram utilizados os seguintes critérios: a) estudos que avaliassem as mídias sociais como fator influenciador na autoimagem e no desenvolvimento de doenças como Anorexia e Bulimia; b) estudos que descrevessem os ideais sociais e a sociedade de consumo no ramo da beleza; c) trabalhos conduzidos a respeito da insatisfação corporal. Todavia, foram excluídos: a) trabalhos cujo foco era voltado para a Vigorexia ou Ortorexia; b) foco em informações nutricionais; c) estudos que envolvessem variáveis específicas como time esportivo ou gestantes adolescentes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos permitiram relacionar os conteúdos encontrados na *Internet* sobre Transtornos Alimentares e as descrições dos mesmos de acordo com o DSM V -

Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - (NASCIMENTO e CARDIOLI, 2014).

Os dados presentes nos Quadros 1 e 2, referidos ao DSM V, foram pesquisados nos critérios diagnósticos do próprio manual. Já os conteúdos incentivadores da *Internet*, foram identificados nos *blogs* disponíveis abertamente em sites de pesquisa. O mesmo procedimento foi utilizado para a confecção dos quadros 1 (Anorexia) e 2 (Bulimia).

Quadro 1 – Relação de conteúdos clínicos da Anorexia com conteúdos incentivadores da *Internet*

ANOREXIA	
DSM V – Critérios diagnósticos	Conteúdos incentivadores da <i>Internet</i>
“Restrição da ingesta calórica em relação às necessidades, levando a um peso corporal significativamente baixo no contexto de idade, gênero, trajetória do desenvolvimento e saúde física.”	“Annas vivem com o mínimo, não com nada. Se você deseja viver com nada, quer dizer que deixou de enxergar a anorexia como estilo de vida, e está com a anorexia doença, que precisa ser tratada, ou vai levar a morte”; “Coloque na cabeça que se o teu amigo(a) magérrimo(a) come 3000 calorias e não engorda, não quer dizer que possa fazer o mesmo”; “Aprenda a gostar da sensação de vazio no estômago”; “Coma pastilhas elásticas (sem açúcar), mantém a boca distraída e não vai pensar em comer (só em último caso)”; “Não deves comer sem te sentires culpada”; “Deves contar as calorias dos alimentos, e de acordo com isso, restringir a sua ingestão”;
“Perturbação da percepção do próprio peso ou da própria forma”	“Nunca és magra demais”; “Olha para a gordura que tens no corpo e imagina que se comer, não vai fazer mais nada senão adicionar mais gordura ainda”;
“Medo intenso de ganhar peso ou de engordar, ou comportamento persistente que interfere no ganho de peso, mesmo estando com peso significativamente baixo”	“Lembre-se sempre de uma coisa, perder peso não é só um objetivo, mas também uma disciplina”; “Perder peso é bom; Ganhar peso é mau”; “Não deves comer alimentos hipercalóricos sem te punires depois”; “Todas as calorias são importantes. Quando sentado(a) mexa a perna, contraia o abdome, nunca pare de se exercitar”; “Não fique muito agasalhada. O organismo gasta mais energia a manter o corpo quente”; “Ande sempre com as nádegas contraídas, gasta imensas calorias”;
“Perturbação no modo como o próprio peso ou a forma corporal são vivenciados, influência indevida do peso ou da forma corporal na autoavaliação ou ausência persistente de reconhecimento da gravidade do baixo peso corporal atual”	“Ser magra é mais importante que ser saudável”; “Coma em frente ao espelho”

Fontes: (NASCIMENTO e CARDIOLI, 2014) – p. 338; FUTURAS BORBOLETAS; AMIGAS ANNA E MIA;

Quadro 2 – Relação de conteúdos clínicos da Bulimia com conteúdos incentivadores da *Internet*

BULIMIA	
DSM V – Critérios diagnósticos	Conteúdos incentivadores da <i>Internet</i>
“Episódios recorrentes de compulsão alimentar”	“Quando tiveres ânsias (compulsão) por comida conta até 100. Geralmente só o fato de te concentrar, faz-te perder a fome”; “Jogue fora comida que achar que pode comer compulsivamente”; “Se tiver um ataque de comer compulsivo, mastigue a comida e cuspa a seguir”; “Aprende a gostar da sensação de vazio no estômago. Confie em mim, vai sentir-se enjoado quando comeres exageradamente mais uma vez”; “Se bater uma vontade de compulsão (sic) troque refeições para não entrar em desespero! Por exemplo, ao invés de almoçar algo que você não está com vontade, chupe uma bala ou coma azeitonas por exemplo. Aprenda a balancear”
“Comportamentos compensatórios inapropriados recorrentes a fim de impedir o ganho de peso, como vômitos autoinduzidos; uso indevido de laxantes, diuréticos ou outros medicamentos; jejum; ou exercício em excesso”	“Tome comprimidos para a azia se tiveres com muita fome. Neutraliza o ácido do estômago que te faz sentir fome”; “Tente comer algo calórico, mas saudável, (ex.: uma banana) logo de manhã. O resto do dia sempre que te sentir tentado(a) a comer pense nas calorias que já comeu e que mais comida não será necessário”; “Durante os dias de nf ou de lf muito baixo, pingue entre 3 à 10 gotas de limão (com uma gota de zero cal, a gosto) em 500 ml de água gelada. Vai te refrescar além de te fazer sentir melhor e queimar calorias!”; “Deves comprar roupa, cortar o cabelo, tomar laxantes, passar fome, fazer de tudo para pareceres mais magra”; “Não debes comer alimentos hipercalóricos sem te punires depois”
“A compulsão alimentar e os comportamentos compensatórios inapropriados ocorrem, em média, no mínimo uma vez por semana durante três meses”	“NF: <i>No food</i> , quando ficamos sem ingerir nenhuma caloria durante um dia ou mais. Tomando apenas água e bebidas com 0 Kcal”; “LF: <i>Low food</i> , ingerir pouca quantidade de calorias, durante um dia ou mais. As meninas que já chegaram a anorexia geralmente vivem de NF, que conta com uma quantidade de 100 kcal a 800 kcal por dia”; “Semi-NF: É quase um NF, mas a pessoa ingere de 1 kcal a 100 kcal por dia”
“A autoavaliação é indevidamente influenciada pela forma e pelo peso	“Coma em frente ao espelho”; “Vá à lojas e experimente roupas que gostaria que te servissem”; “Olha para a gordura

corporais”	que tens no corpo e imagina que se comer, não vai fazer mais nada senão adicionar mais gordura ainda”; “Observe as outras pessoas, especialmente gordos (as), quando estiverem comendo, e sinta-se superior por não estar comendo nada e ter seu corpo limpo”
“A perturbação não ocorre exclusivamente durante episódios de anorexia nervosa”	“Se estiveres com muita fome saia de casa, visite amigos onde não possa comer a vontade”; “Um dia desleixado na dieta não é desculpa para parar e engordar horrores. Desistência é desculpa de pessoas fracas”;

Fontes: (NASCIMENTO e CARDIOLI, 2014) – p. 345; (FUTURAS BORBOLETAS); AMIGAS ANNA E

MIA

Em relação aos conteúdos publicados contra a Anorexia e Bulimia, não são encontrados padrões nas publicações, nem dicas e manuais de como se comportar perante o tratamento ou até à prevenção das doenças; assim como são encontrados nos *blogs* e *sites* “Pró-Ana” e “Pró-Mia”.

O assunto pesquisado, apesar de comentado nas mídias sociais, não é explorado a partir de uma perspectiva de quem “sofre” com o diagnóstico da doença e se prejudica ainda mais com o uso da *Internet*.

Por mais que ainda aconteça a exigência por um padrão de beleza e que o corpo seja visto como um produto, algumas medidas foram tomadas para que pudessem, de alguma forma, controlar o desenvolvimento de Transtornos Alimentares e também atingir os jovens pelo mesmo veículo – a *Internet* - de maneira a buscar ajuda e também transmitir a conscientização a respeito do assunto.

Para que os conteúdos “prejudiciais” perdessem destaque nas mídias, algumas agências (tanto de modelos, quanto de publicidade) mudaram sua perspectiva e reestabeleceram um “novo padrão”, não aceitando modelos excessivamente “magras”. Como o caso da *Squad Agency*, que em 2016 apresentou a proposta de “*new faces*”, onde buscavam pessoas que pudessem quebrar os padrões e pudessem fazer campanhas de moda por sua atitude e estilo, não apenas por uma beleza convencional (ALMEIDA, 2016).

Outra forma de “combate” ao estabelecimento de padrões de magreza, foi a Lei aprovada na França pelo deputado Olivier Veran, que proibiu que as agências contratarem modelos diagnosticadas em estado de desnutrição (POP E ARTE, 2015). Foi estipulada pena de até seis meses de prisão ao contratante da modelo considerada anoréxica e multa de setenta

e cinco mil euros (duzentos e cinquenta mil reais) à agência que contratar garotas com Índice de Massa Corporal (IMC) inferior a 18. O número é obtido pelo peso dividido pela altura ao quadrado (DINIZ, 2015). O IMC de 18, é limítrofe para um corpo saudável segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde); abaixo desse índice, a pessoa é considerada desnutrida e, se constatadas alterações nas taxas hormonais, cabelos e unhas fracos e problemas em ingerir alimentos, ela é diagnosticada anoréxica.

A Espanha, o Chile e Israel têm regulamentadas leis que definem um padrão de peso para contratação de modelos. No Brasil, foi aprovado em primeira instância, o Projeto de Lei do Senado N° 691, de 2007, que decretava:

Art. 1º É vedada em todo o território nacional a exibição pública ao vivo ou em vídeo, e na forma de fotografia impressa ou digital, de Modelo cujo Índice de Massa Corporal (IMC) seja inferior a dezoito (CAMATA, 2007).

Foi definido como modelo toda pessoa física cuja imagem, em sua totalidade ou em parte, seja usada em apresentações ao vivo ou de qualquer outro tipo, e as de caráter publicitário relacionadas à exibição, comercialização e exibição de produtos. As empresas de eventos comerciais ou promocionais, os concursos, desfiles e as produtoras de peças publicitárias que desrespeitassem o índice mínimo de massa corporal estariam sujeitos a multas de R\$ 1 mil a R\$ 5 milhões, valor que poderia ser aplicado em dobro em caso de reincidência. A punição seria extensiva aos promotores de eventos e seus patrocinadores, às agências e recrutadores, além das empresas de comunicação. Mesmo com seu conteúdo extremamente importante, o projeto de lei não passou da CCT – Comissão de Ciência e Tecnologia - do Senado Federal (MIGALHAS QUENTES, 2010). Foi realizado o arquivamento ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em vinte e seis de dezembro de dois mil e quatorze (ATIVIDADE LEGISLATIVA, 2014).

Segundo a nutricionista Paola Altheia (2012), apesar de existirem atualmente os casos de “Ana e Mia” influenciados por *blogs*, o auge deste acontecimento foi nos anos de 2006 e 2007. Entre os anos 2017 e 2018, houve uma transição, de acordo com sua experiência clínica, com pacientes que tratam Transtornos Alimentares. Deixaram-se de “supervalorizar” o corpo “extremamente magro”, para seguirem fielmente os perfis de pessoas “*fitness*”.

Hoje em dia, as meninas querem a magreza ‘saudável’ (músculos à mostra) por ser uma demonstração de força de vontade. As medidas - de manequim – não valem mais. O que define que uma pessoa é ‘magra’ é o percentual de gordura (que as mulheres querem que seja baixíssimo) (ALTHEIA, 2012).

De acordo com o que a profissional observa nos casos de suas pacientes, ela relata que a cultura Ana/Mia ainda existe. Envolvendo um estilo de vida mais pautado no isolamento e na melancolia, mas o que realmente predomina é o corpo “*fitness*”, baseado na constante motivação e no exibicionismo, sendo o *Instagram* o maior *marketplace* dessa realidade.

Em relação à atuação do psicólogo nesse contexto, torna-se importante trabalhar empaticamente em terapia, tanto individual, como em grupo, as questões trazidas pelo cliente, sobre seus pensamentos, generalizações, conflitos e até mesmo dúvidas referentes a sua realidade atual em relação a sua autoimagem. Sendo importante que o trabalho diante ao diagnóstico, necessariamente aconteça através de uma equipe multidisciplinar, composta por psicólogos, nutricionistas, educadores físicos, psiquiatras, entre outros.

Assim como existem conteúdos padronizados e manuais sobre o incentivo aos Transtornos Alimentares, seria importante o desenvolvimento de propostas que pudessem concretizar o que definitivamente a Anorexia, Bulimia e outras doenças vinculadas à alimentação podem causar, de maneira a conscientizar através das mídias, que existem possibilidades de tratamento, apoio psicológico e grupos terapêuticos disponíveis e acessíveis.

Em adaptação aos dados recentes, sugere-se como conteúdo de pesquisas futuras, a investigação e exploração dessa transição de um corpo “excessivamente magro”, para um corpo com músculos definidos e baixo percentual de gordura. Talvez seja interessante avaliar se esse tipo de comportamento pode incluir a Vigorexia ao diagnóstico de Transtorno Alimentar em alguns casos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas realizadas nos *sites* (de busca) permitiram acesso a um “mundo” desconhecido, não comentado e não divulgado, apesar das “entrelinhas” propagadas pela mídia, que propositalmente estabelece padrões corporais inalcançáveis.

Com o projeto de lei do senador Gerson Camata (2007), as modelos não poderiam ser exibidas por agências caso não atingissem o limite de IMC (Índice de Massa Corporal) de uma pessoa saudável (18), porém as imagens continuariam circulando livremente pela *Internet*, podendo atrair pessoas que buscam esses padrões e poderiam fazer com que elas “entrassem” na Anorexia ou na Bulimia. Como aconteceu o arquivamento desse projeto em 26/12/2014, é possível que além do conteúdo virtual extremamente influenciador que circula atualmente, existem agências que contratam modelos anoréxicas e que, possivelmente

incentivam a perda de peso para cada vez mais se encaixarem nos padrões da “ditadura da beleza”.

Com esta pesquisa, desejamos contribuir com o combate a estes Blogs de incentivo à anorexia e à bulimia, e dar subsídios a uma eficiente atuação de psicólogos no tratamento desses transtornos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, I. MODA. **ELLE**, 27 outubro 2016. Disponível em: <<https://elle.abril.com.br/moda/conheca-a-agencia-brasileira-squad-que-pretende-quebrar-os-padroes-de-beleza-atuais/>>. Acesso em: 18 maio 2018.
- ALTHEIA, P. Questionamento sobre imagem corporal, autoestima e saúde. **Não sou exposição**, 2012. Disponível em: <www.naosouexposicao.com.br>. Acesso em: 11 Abril 2018.
- AMIGAS ANA E MIA. **Blogspot**. Disponível em: <www.anaemiasomossuasmelhoresamigas.blogspot.com.br>. Acesso em: 22 Fevereiro 2018.
- APOSTÓLICO, C. **Telenovela: O olhar capturado**. Construção da tríade telespectador, corpo e imagem. São Paulo: PUC, 2006.
- ATIVIDADE LEGISLATIVA. **Senado Federal**, 2014. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/83482>>. Acesso em: 23 maio 2018.
- BERGER, M. **Corpo e identidade feminina**. São Paulo: USP, 2006. 295 p. Tese de doutorado em Antropologia.
- CAMATA, G. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 691. **Câmara dos deputados**, 2007.
- CAPB. **Centro de Atendimento em Psicoterapia Breve**, 2012. Disponível em: <www.capbreve.com.br/anorexia-e-bulimia.html>. Acesso em: 24 Março 2018.
- CHANNON, S. E.; WARDLE, J. **Transtornos alimentares**. Porto Alegre: Artes médicas, 1994.
- CHAUÍ, M. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CID 10. **Busca por doenças**, 2013. Disponível em: <<http://www.cid10.com.br>>. Acesso em: 23 Março 2018.
- COOPER, P. J.; FAIRBURN, C. G. Cognitive behavior therapy for anorexia nervosa: Some preliminary findings. **Journal of Psychosomatic Research**, 1984.
- DATA SUS. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/f50_f59.htm>. Acesso em: 23 Março 2018.
- DINIZ, N. O.; LIMA, D. M. A. A atuação do psicólogo no atendimento a pacientes com transtorno alimentar de bulimia nervosa. **Revista de Humanidades**, Fortaleza, dezembro 2017.

DINIZ, P. FOLHA. **Uol**, 20 abril 2015. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/04/1618669-modelos-contestam-lei-que-proibe-magreza-excessiva.shtml>>. Acesso em: 18 maio 2018.

DUCHESNE, M.; ALMEIDA, P. E. M. Terapia cognitivo-comportamental dos transtornos alimentares. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 49-53, 2002.

FAIRBURN, C. G.; PHILL, M.; BEGLIN, S. J. Studies of the epidemiology of bulimia nervosa. **American Journal of Psychiatry**, 1990.

FLORINDO, J. O mundo secreto da Anorexia e Bulimia. **Oficina de Psicologia**, 25 Junho 2013. Disponível em: <<https://oficinadepsicologia.com/o-mundo-secreto-da-anorexia-e-da-bulimia-sites-pro-ana-e-pro-mia/>>. Acesso em: 4 Maio 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ISAIAS, K. UFRGS. **Viés Ana e Mia**, 12 maio 2014. Disponível em:

<<https://www.ufrgs.br/vies/vies/anaemia/>>. Acesso em: 21 março 2018.

MIGALHAS QUENTES. **Migalhas**, 2010. Disponível em:

<[http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI123324,101048-](http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI123324,101048-CCT+do+Senado+aprova+proposta+que+proibe+modelos+muito+magras)

CCT+do+Senado+aprova+proposta+que+proibe+modelos+muito+magras>. Acesso em: 23 maio 2018.

MOTTA, G. Cultura. **O Hoje**, 9 Janeiro 2018. Disponível em:

<<http://ohoje.com/noticia/cultura/n/143180/t/anorexia-e-bulimia-afetam-saude-fisica-afirma-especialista>>. Acesso em: 24 Março 2018.

NASCIMENTO, M. I. C.; CARDIOLI, A. V. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtorno**. V. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

POP E ARTE. **G1**, 17 março 2015. Disponível em: <[http://g1.globo.com/pop-](http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2015/03/franca-apoia-proibicao-de-modelos-muito-magras-nas-passarelas.html)

arte/noticia/2015/03/franca-apoia-proibicao-de-modelos-muito-magras-nas-passarelas.html>. Acesso em: 18 maio 2018.

ROCHA, M. H. S. **De 1960 a 2009: a evolução dos padrões corporais a partir das tendências de moda**. Faculdade de Comunicação de Brasília. Brasília. 2011.

SCHITTINE, D. **Blog: comunicação e escrita íntima na internet**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

SOPHIA, B. V. **Os sentidos atribuídos à Anorexia e à Bulimia em páginas da internet: uma perspectiva sociocultural**. 34º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. ed. [S.I.]: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

SP NOTÍCIAS. **Portal do Governo do Estado**, 23 Janeiro 2014. Disponível em:

<<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/77-dos-jovens-de-sp-podem-desenvolver-disturbios-alimentares/>>. Acesso em: 23 Março 2018.

WHITE, J. R.; FREEMAN, A. S. Terapia cognitivocomportamental em grupo para populações e problemas específicos. São Paulo: Roca, 2003.

DEUSES GREGOS: A INFLUÊNCIA NA IDENTIDADE DE ATORES

Felipe Benites do Nascimento
Talitha Vieira Gonçalves Batista

1 INTRODUÇÃO

Ao pensar nas influências da cultura ocidental, é inevitável admitir que, historicamente, a sociedade grega teve grande importância e influência, que pode ser reconhecida na política, na ciência, na linguagem e nos costumes (JOHNSON, 1991).

Em sua origem, a civilização grega tinha uma organização Matrifocal, isto é, caracterizava-se por uma sociedade não estratificada, partidária da igualdade de oportunidades para todos, além de possuírem características como passividade. Era uma sociedade ligada a terra, ao mar e à arte, por meio da veneração da Grande Deusa (BOLEN, 1990).

Posteriormente, com as sucessivas invasões dos indo-europeus, houve um destronamento da cultura da Grande Deusa, sendo, portanto, instituída uma nova religião e uma cultura predominantemente Patriarcal. Assim, passaram de um modelo matriarcal para um patriarcal que persiste até a atualidade. Esse movimento histórico foi representado pelas histórias encontradas na mitologia grega, registrada pelos trabalhos de Homero e Hesíodo (BOLEN, 1990).

Hoje se pode compreender a sociedade ocidental a partir do patriarcado, que se refere a um sistema social invisível e hierárquico, que contribui para estabelecer uma padronização do Masculino como um modelo de ser que é pautado na busca pelo poder, na necessidade de controle, extroversão e pensamento racional. As características arquetípicas masculinas influenciam a identidade do homem, tanto no que se aproxima do que o patriarcado valoriza, quanto no que se afasta deste padrão (BOLEN, 2002). Deste modo, o indivíduo se identifica com determinadas características pré-estabelecidas como um padrão de ser, assumindo um papel a desempenhar na sociedade. Jung (1981) denomina esse segmento de personalidade como Persona. Em contrapartida, o segmento que o indivíduo nega determinadas características como sendo suas, opondo-se a elas e não as aceitando como parte de sua identidade, é denominada pelo autor de Sombra. Essas características de identificação (Persona) e de negação (Sombra) podem ser compreendidas a partir de uma leitura arquetípica dos Deuses Gregos.

Os arquétipos reaparecem no mundo todo e em diferentes épocas, mantendo os valores arquetípicos, mas assumindo novas roupagens. Ao constatar que existe uma base psíquica comum a todos os seres humanos, é possível compreender a influência dos arquétipos no psiquismo e sua relação com mitos e deuses que retratam sociedades específicas (CAMPBELL; MOYERS, 1990). Os deuses presentes na mitologia grega representam padrões inatos arquetípicos, padrões humanos básicos, são forças invisíveis e poderosas que influenciam as emoções e a maneira do indivíduo de expressá-las.

Nas próximas seções será apresentada uma breve contextualização teórica sobre a identidade masculina e os arquétipos dos deuses gregos, para posteriormente ser explicado o método da pesquisa de campo e os resultados alcançados e discutidos a partir de conceitos da Psicologia Analítica.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 PSICOLOGIA ANALÍTICA

Para que seja possível uma melhor compreensão da Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung, nas seções subseqüentes serão abordados, de maneira breve, os princípios básicos da teoria, a saber: energia psíquica, funções psíquicas, tipos psicológicos, consciência, ego, inconsciente pessoal, complexos, inconsciente coletivo e arquétipos.

2.1.1 Energia Psíquica

Segundo Jung (2002), para um bom entendimento da energia psíquica, é importante utilizar o conceito denominado de energia vital, que ultrapassa o conceito de energia psíquica. Objetivando não confundir tal conceito com força vital, o autor decidiu que a energia vital seria denominada de libido.

Segundo Jung (2002) a progressão e a regressão da libido representam dois dos fenômenos energéticos mais importantes da vida psíquica. A progressão pode ser entendida como um avançar incessante do processo de adaptação psicológica, consistindo, dessa maneira, na busca de satisfação das exigências do mundo externo. Entretanto, como as exigências do mundo externo mudam constantemente, as exigências para a adaptação também sofrem tal mudança, o que têm como consequência o cessar da progressão da libido. Dessa forma, acontece o represamento da libido, por conta da separação dos pares de opostos, que

permaneceram unidos durante a progressão da libido. Enquanto a libido permanecer no represamento, a progressão se torna impossível, pois segundo Jung (2002, p. 24) “o positivo e o negativo não podem mais se unir para um ato coordenado, porque tanto um como o outro atingiram o mesmo valor, contrabalanceando-se entre si”.

Portanto a colisão dos opostos, gerando tensão e conflito, faz com que os opostos comecem a perder seus valores e é essa perda que Jung (2002) denomina de regressão. A regressão ressalta as necessidades de satisfazer as exigências da individuação, enquanto que a progressão reprime todas as tendências referentes ao processo de individuação para satisfazer as exigências do mundo externo.

Segundo Zacharias (2003) pode-se entender que essa direção que a energia da libido toma, ou seja, onde a direção foca a atenção, pode ser denominada de Atitude. Segundo o autor, pessoas que possuem atitude extrovertida orientam-se a partir de fatores relacionados ao ambiente externo, que foca no mundo de objetos, pessoas e eventos objetivos. Já pessoas que possuem atitude introvertida, orientam-se a partir de fatores subjetivos, focam sua atenção nas impressões causadas por fatos do mundo externo.

2.1.2 Funções Psíquicas

As funções psíquicas são definidas por Jung (1981) como formas de apresentação da libido, configurando quatro possibilidades: Pensamento, Sentimento, Sensação e Intuição.

O Pensamento se caracteriza por uma explicação racional dos objetos, realizando julgamentos, organizando e classificando. A função Sentimento é definida quando se atribui um valor no sentido de aceitação ou recusa em relação aos objetos.

A Sensação é a função que transmite os estímulos físicos que são percebidos por meio dos órgãos dos sentidos. É por meio dela que o indivíduo identifica e se adapta a realidade objetiva. A Intuição é uma função que transmite percepções por meio do inconsciente. Refere-se à compreensão dos objetos, tanto internos quanto externos, percebendo os possíveis desfechos que os objetos encontrarão, sem necessitar das vias da sensação, sentimentos ou conclusão do pensamento, mas pode se apresentar sob essas formas (JUNG, 1981).

2.1.3 Tipos Psicológicos

Jung (1981) define como Tipos Psicológicos modelos que refletem as disposições psicológicas que são as possibilidades dentro das quatro funções psíquicas fundamentais, já identificadas no subitem anterior, e também em relação ao movimento predominante da libido, a introversão e a extroversão. Pode-se então inferir oito tipos psicológicos possíveis: pensamento extrovertido, sentimento extrovertido, sensação extrovertida, intuição extrovertida, pensamento introvertido, sentimento introvertido, sensação introvertida e intuição introvertida.

2.1.4 Consciência

Jung (1981) define consciência como a atividade ou a função que mantém a relação do ego com os conteúdos psíquicos, sendo esses conteúdos psíquicos referentes ao ego e entendidos pelo mesmo como parte dele.

Segundo Silveira (1992) as relações do ego com os conteúdos do ego constituem o centro da consciência, pois para que qualquer conteúdo psíquico se torne consciente deve estar relacionado ao ego.

2.1.5 Ego

O Ego é definido por Jung (1981) como o complexo de representações que constituem o centro do campo consciente e que se constitui a máxima continuidade e identidade em relação ao si mesmo. O Ego, segundo o autor, refere-se a todo conteúdo percebido como pertencente ao indivíduo que se encontra na esfera consciente. Não abrange, dessa maneira, conteúdo inconsciente em relação ao si mesmo.

Withmont (1969) sugere que mesmo sendo difícil definir o conceito de ego se pode compreendê-lo como algo que envolve um sentido de continuidade de corpo e mente relacionados ao espaço, tempo e causalidade. È este sentido de continuidade que oferece ao indivíduo um sentido de unidade que ocorre por meio da memória e racionalidade.

2.1.6 Inconsciente pessoal

Para Jung (1981), o inconsciente pessoal representa apenas uma parte do inconsciente. Refere-se apenas a parte de conteúdos que foram adquiridos por meio de vivências e que

foram reprimidos da consciência em algum momento da existência do indivíduo. Segundo o autor, os conteúdos relativos ao inconsciente pessoal podem ser identificados quando podem ser reconhecidos no passado do indivíduo os efeitos, a manifestação parcial ou a origem específica desses conteúdos.

Silveira (1992) define o inconsciente pessoal como às camadas mais superficiais do inconsciente, em que as fronteiras com o consciente são bastante imprecisas. Os conteúdos do inconsciente pessoal embora não estejam na consciência ainda sim podem influenciar os processos conscientes e até mesmo provocar distúrbios de natureza psíquica e/ou somática.

2.1.7 Complexos

Segundo Withmont (1969), o complexo indica a base da psique objetiva e ressalta que o complexo é um conjunto autônomo de impulsos agrupados em torno de ideias e emoções carregadas de energia. Enquanto o complexo é inconsciente, pode ser expresso por meio da compulsão e primitividade, inflação e projeção. Na identidade, o complexo aparece quando o ego não se diferencia e, portanto, torna-se idêntico ao impulso. O autor ainda descreve que o elemento central do complexo é o arquétipo.

Segundo Silveira (1992), como o complexo tem uma ligação com os arquétipos, há sempre uma ligação entre as experiências individuais e as experiências da humanidade presentes no inconsciente coletivo.

2.1.8 Inconsciente Coletivo

Jung (2000) afirma que para compreender o inconsciente coletivo, deve-se entender que diferente do inconsciente pessoal, que possui conteúdos provindos de vivências individuais e que, portanto, já estiveram na consciência, os conteúdos referentes ao inconsciente coletivo nunca fizeram parte da consciência, pois não são adquiridos a partir da vivência individual, são herdados da humanidade. O autor ressalta que o inconsciente pessoal é composto em sua maior parte dos complexos, enquanto que o inconsciente coletivo é composto essencialmente pelos arquétipos e instintos.

2.1.9 Arquétipo

O arquétipo, segundo Jung (2000), representa um conteúdo inconsciente, que se modifica por meio da percepção e da conscientização, assumindo matizes que se relacionam diretamente com a consciência individual. O autor pontua que o arquétipo apenas pode ser entendido como uma representação coletiva quando se refere a conteúdos psíquicos que não foram submetidos a qualquer elaboração consciente.

Os sonhos e as fantasias representam as maneiras mais recorrentes em que os humanos permitem que os arquétipos possam ser expressos. E quando expressos, os arquétipos assumem imagens mitológicas que são de certa forma, familiares, pois aparecem em mitos, contos de fadas, histórias e imagens e formas religiosas tradicionais (WITHMONT, 1969).

Tendo em vista que os arquétipos são conteúdos presentes no inconsciente coletivo e reaparecem em diversas culturas e épocas, como citado anteriormente, é importante ressaltar alguns dos arquétipos universais que constituem o inconsciente coletivo: a Persona, a Sombra, o Feminino, o Masculino e o Self.

A Persona, segundo Jung (1981), representa um segmento da psique coletiva que tenta convencer aos outros e a si mesmo que é uma individualidade. Entretanto, na realidade, é um papel, mesmo que pareça ser individual, faz parte da psique coletiva. O autor ainda ressalta que a Persona nada tem de real, representa o compromisso do indivíduo com a sociedade. A persona pode se apresentar por dados reais, mas não diz respeito a individualidade essencial da pessoa, mas sim, de sua ocupação social.

Em contrapartida, a Sombra, segundo Withmont (1969), refere-se a uma parte da personalidade que foi reprimida para que um ego ideal pudesse ser beneficiado. Em geral, a Sombra aparece em conteúdos projetados, em que o indivíduo encontra seu próprio conteúdo de Sombra em sua visão da “outra pessoa”. O autor ainda ressalta que é importante entender que a Sombra também pode se manifestar como uma Sombra positiva quando o indivíduo sente identificação com suas qualidades negativas e reprime as positivas.

“A figura da sombra personifica tudo o que o sujeito não reconhece em si e sempre o importuna direta ou indiretamente, como, por exemplo, traços inferiores de caráter e outras tendências incompatíveis” (JUNG, 2000, p. 277). Withmont (1969) ainda ressalta que quanto mais a pessoa estiver identificada com seu papel social, a Persona, mais sua individualidade genuína será reprimida, a Sombra. E assim, pode-se compreender a oposição entre esses dois arquétipos.

Além dos arquétipos Persona e Sombra, há ainda outros dois arquétipos que também tem relação, muitas vezes, oposta entre si: Masculino e Feminino. Os arquétipos Masculino e

Feminino representam a forma que cada indivíduo vivencia os pares de opostos, pois, em geral, o Masculino é vivenciado de maneira mais consciente no homem a partir dos papéis sociais que desempenha e o Feminino é vivenciado de maneira mais consciente na mulher. Porém, independente do papel a desempenhar socialmente, cada um vivencia, inconscientemente, seu oposto, denominados de Animus e Anima (WITHMONT, 1969).

Os arquétipos do Masculino e do Feminino são internalizados por cada indivíduo, e quando o indivíduo os reconhece e se identifica com os papéis sociais atribuídos a essas características arquetípicas, os reconhecem, portanto, como pertencentes a sua Persona. Já as características dos arquétipos Masculino e Femininos negadas podem se encontrar a Sombra.

Outro arquétipo tão importante quanto os já explicados anteriormente é o Self, que também pode ser denominado Si-Mesmo. Este se diferencia do ego, pois o ego possui certa limitação dentro da consciência, enquanto o self abrange a personalidade global e que não pode ser captada em sua totalidade pela consciência, pois abrange também os conteúdos inconscientes (JUNG, 1998).

2.2 MITOLOGIA GREGA

Campbell (1995) ressalta que no mundo todo, em todas as épocas e circunstâncias, os mitos humanos sempre emergem. Os mitos servem de inspiração para tudo o que os seres humanos produzem. Os símbolos presentes na mitologia são produções espontâneas da psique e possuem o poder criador de sua fonte. Pode-se dizer que por isso não são fabricados, ordenados, inventados ou permanentemente suprimidos.

A mitologia grega ficou conhecida por meio dos registros encontrados tanto da arte figurada quanto na produção escrita, assim como em várias outras mitologias. A escrita configura um tipo de registro que serve para fixar o formato do mito, que antes poderia ter diversas variações quando passado pela linguagem oral. A mitologia grega retrata além de uma produção artística também a representação histórica da Grécia (BRANDÃO, 1986).

Para compreender a mitologia grega é necessário retomar alguns períodos históricos que retratam antes mesmo da Grécia ter sua mitologia formulada como se conhece hoje em dia. Segundo Brandão (1986) a população era agrícola, o homem cuidava dos rebanhos, enquanto a mulher da agricultura, indicando a crença de que a fecundidade feminina exercia grande influência em relação a fecundidade das plantas. Nestes períodos, a divindade soberana era representada pela Grande Mãe, também denominada Mãe Terra, que possuía

representações por meio de estatuas. Era a divindade que possuía a função de fertilização do solo e da fecundidade dos seres humanos e de seus rebanhos.

No fim do milênio, aproximadamente entre 2000 e 1950 antes de Cristo, novos invasores formaram o que viria a ser o povo grego. Os Gregos fazem parte de um vasto conjunto de povos denominados Indo-Europeus. Há registros sobre a estrutura social que os Indo-Europeus adotavam como padrão e que se distanciam da sociedade matriarcal anterior, pois possuíam como características: estrutura patriarcal da família, nomadismo, além de uma organização militar voltada para a conquista. Além disso, era uma sociedade que conhecia a agricultura e criava rebanhos. Em relação à religião, possuíam divindades e crenças próprias, tendo Zeus como principal Deus (BRANDÃO, 1986).

Segundo Bolen (2002), as histórias presentes na mitologia grega referem-se a histórias de família, que revelam o modelo patriarcal adotado pela sociedade. Refletem os valores que são transmitidos desde os gregos. Portanto, esses mitos revelam divindades paternas fundadoras e ignoram, ou mencionam vagamente, o contexto matriarcal que os precedeu.

2.3 DEUSES GREGOS

Os Deuses Gregos podem ser entendidos como arquétipos, pois representam predisposições poderosas, que aparecem por meio de seus impulsos, emoções, necessidades e características que moldam suas personalidades. “Assim como os arquétipos, os ‘deuses’ existem como padrões que ditam emoções e comportamentos; são forças poderosas que exigem o que lhes é devido, quer isso seja reconhecido, quer não.” (BOLEN, 2002, p. 23)

Os deuses da mitologia grega que o presente estudo irá explorar e que representam os arquétipos paternos são Zeus, Poseidon e Hades. Serão retratados também mais cinco deuses filhos, representados por Apolo, Hermes, Hefesto, Ares e Dionísio. Cada um representa um padrão distinto de personalidade que pode ser favorecido ou rejeitado pelo patriarcado e pelos próprios pais.

Os deuses que representam os arquétipos paternos devem ser entendidos segundo Bolen (2002) como padrões diferenciados. Enquanto que Zeus era o deus principal com quem se identificam as figuras de autoridade, Poseidon e Hades representam aspectos que se encontram a sombra do arquétipo de Zeus. Assim como podem existir indivíduos que assumem padrões paternos a partir das características dos deuses filhos.

Entre os deuses filhos, Bolen (2002) descreve que como pai desses cinco deuses, Zeus fazia distinção no tratamento de acordo com o que considerava mais adequado e menos adequado. Assim, é possível fazer três classificações entre os deuses filhos: Filhos Prediletos, Filhos Rejeitados e o Filho Ambivalente.

Os oito deuses gregos representam juntos possibilidades arquetípicas do Masculino em suas mais diversas facetas e que os indivíduos podem tanto se identificar como não reconhecer como partes integrantes de sua personalidade.

É importante ressaltar que as explicações sobre os Deuses Gregos foram baseados nos pressupostos da Psicologia Analítica, sendo seus perfis considerados como arquétipos. Portanto, os Deuses Patriarcais possuem como características em comum possuir domínios, capacidade de delimitar limites e defender tudo aquilo que lhe pertence. O arquétipo de Zeus tem ligação com características ligadas a atitude extrovertida, a função pensamento, a capacidade de conquistar e delimitar limites e defender o que é seu, sendo, dessa forma, o padrão social ideal de ser homem. Poseidon e Hades, apesar de terem as características patriarcais, têm outras características que fogem ao padrão Zeus. No caso de Poseidon, a função sentimento é a mais desenvolvida enquanto que Hades possui atitude introvertida (BOLEN, 2002).

Em relação aos filhos favoritos, Apolo e Hermes dividem as atitudes de Extroversão e a função Pensamento como características desejadas ao padrão ideal de homem. No entanto, Apolo apresenta um perfil semelhante ao de Zeus, mas a diferença é o foco que se encontra na realização e não na manutenção da posição de poder. Hermes, por outro lado, apesar de ter a capacidade de acessar a função pensamento, possui mais flexibilidade por meio da função intuição (BOLEN, 2002).

Nos Filhos rejeitados, os dois perfis representam características semelhantes às de Poseidon e Hades. Ares possui a função sentimento como principal e Hefesto possui atitude introvertida. No entanto, por não possuírem características patriarcais marcantes, esses perfis apresentam sentimento de inferioridade bem demarcado, por não corresponderem ao padrão ideal de homem (BOLEN, 2002).

Por fim, o arquétipo de Dionísio tem classificação de Filho Ambivalente, isso porque possui um perfil de atitude extrovertida e função sentimento, mas consegue ser valorizado socialmente, representando um perfil integrado (BOLEN, 2002).

3 MÉTODO

Este estudo utilizou a abordagem qualitativa, que segundo Minayo (2007) pode ser aplicada quando se objetiva estudar a história, as relações, as crenças, representações, percepções, opiniões, ou seja, os produtos das interpretações dos humanos em relação de como sentem, vivem ou pensam.

A pesquisa qualitativa é utilizada principalmente nas ciências sociais quando a realidade que se deseja pesquisar não pode ser quantificada, pois trabalha considerando significados, crenças, valores, motivos e atitudes das relações humanas, portanto não perceptíveis através de instrumentos de mensuração quantitativa (MINAYO, 2001).

O delineamento adotado e utilizado foi o estudo de caso. Para Gil (2008), o estudo de caso se caracteriza por ser profundo e exaustivo que resulta em um conhecimento amplo e detalhado sobre determinado objeto.

A amostra compreendeu quatro atores. Os critérios para a seleção da amostra foram:

- Idade entre 18 a 30 anos;
- Ter concluído ou estar no processo de formação em Artes Cênicas;
- Ter experiência na área de Artes Cênicas.

A amostra foi selecionada por meio da amostragem por acessibilidade ou por conveniência, que conforme define Gil (2008), é tipo menos rigoroso dos tipos de amostragem. Esse tipo de amostra geralmente é aplicada em estudos que não necessitam de um alto rigor estatístico, pois nele o pesquisador vai trabalhar com os elementos mais acessíveis a ele, reconhecendo que, de alguma forma, esses possam representar o universo.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram: Escala de auto avaliação adaptada pelo autor, que tem como objetivo identificar com maior precisão os Deuses constelados por cada indivíduo e Teste Quati (ZACHARIAS, 2003), cujo objetivo foi identificar os Tipos Psicológicos de cada indivíduo da amostra.

A aplicação dos instrumentos seguiu a seguinte ordem: escala de Auto Avaliação e Teste Quati.

A escala de Auto Avaliação foi retirada do livro “A Deusa Interior”, de Woolger e Woolger (1989). O instrumento foi adaptado pelo autor da pesquisa, pois originalmente se trata das Deusas Gregas e o presente estudo tem enfoque nos Deuses Gregos. A adaptação feita teve como base teórica as características arquetípicas descritas no livro “Os deuses e o homem: uma nova psicologia da vida e dos amores masculinos” da autora Jean Shinoda Bolen

(2002). Este instrumento pretende avaliar quais os Deuses Gregos se fazem presente na identidade dos indivíduos como Persona e quais se encontram na Sombra.

O Teste QUATI é um questionário de avaliação tipológica, que o autor Zacharias desenvolveu baseado na teoria dos tipos psicológicos de Jung. Assim, o resultado do teste QUATI, descreve o tipo psicológico do colaborador, a partir da função principal e funções auxiliares (ZACHARIAS, 2003).

Os instrumentos foram aplicados individualmente, em dias e horários pré-agendados, respeitando as condições necessárias para garantir a ética profissional e o sigilo.

Para análise dos instrumentos, foi utilizada a análise de conteúdo, que se baseia em identificar os núcleos de conteúdo presentes de forma natural no discurso, dentro dos objetivos propostos (BARDIN, 2009).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do Teste Quati e da Escala de auto avaliação foram discutidos em relação a cada participante individualmente.

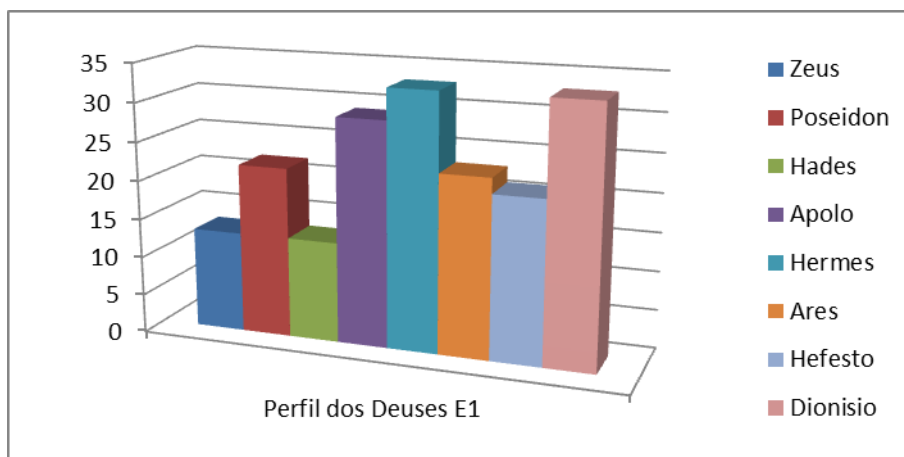
4.1 ENTREVISTADO E1

Tipo Psicológico, segundo o Teste Quati:

Atitude	Função principal	Função auxiliar	Função inferior
Extroversão	Sentimento	Intuição	Pensamento

De acordo com a Escala de auto avaliação, os Deuses tiveram as seguintes manifestações: Hermes (33); Dionísio (33); Apolo (29); Ares (23); Poseidon (22); Hefesto (21); Zeus (13); Hades (13). Conforme foi representado na escala abaixo.

Figura 01 - Perfil dos Deuses referentes ao Participante E1



Fonte: Elaborada pelo autor.

Verifica-se que a Atitude Extrovertida, além do Teste Quati, pode ser observada também nos resultados da Escala de Auto Avaliação, pois, conforme verifica-se no gráfico acima, os três deuses gregos com maior pontuação são diretamente ligados a extroversão: Hermes, Dionísio e Apolo.

Os arquétipos de Hermes, Dionísio e Apolo possuem características de extroversão, que correspondem a características ideais em relação a construção da identidade masculina, no modelo patriarcal. O homem que possui identificação com o arquétipo de Hermes possui a mente rápida e age com a intuição (BOLEN, 2002). Essa característica também aparece no resultado do teste Quati em que a intuição aparece como função auxiliar.

Em relação ao Tipo Psicológico identificado no Teste Quati, o autor Zacharias (2003) descreve que pessoas com esse estilo cognitivo irradiam simpatia e calor humano, tendo também facilidade em comunicar suas ideias ao outro e uma facilidade quanto à socialização. Corroborando com Zacharias (2003), essas características também são descritas por Bolen (2002) como características ligadas aos arquétipos dos deuses gregos Hermes e Dionísio.

Zacharias (2003), ainda relata, em relação ao Tipo Psicológico identificado no participante E1, que este estilo cognitivo por ter uma facilidade quanto a comunicação verbal pode apresentar facilidade quanto a escrita e a leitura. Fato este que também é descrito por Bolen (2002) como características que podem ser desenvolvidas pelo homem que possui Hermes como principal padrão arquetípico.

Em relação ao arquétipo de Dionísio, pontuado na personalidade do entrevistado E1 na mesma proporção de Hermes, Bolen (2002) afirma que existe uma possibilidade do homem

que possui este arquétipo sinta-se atraído por carreiras que valorizam a cooperação e não o caráter competitivo. Desta forma, pode-se sentir realizado quando inserido em trabalhos relacionados à arte, tais como peculiar ao entrevistado em questão.

A função inferior, de acordo com o Teste Quati, foi a função pensamento, a qual se encontra na disposição inconsciente bem como sua Introversão. Da mesma forma, em relação a Escala de Auto Avaliação, os deuses gregos Zeus e Hades são os deuses com menor pontuação. Portanto, os arquétipos relativos a esses deuses se encontram a Sombra.

Tal configuração torna-se coerente, pois há em Hades características introvertidas bem demarcadas. Da mesma forma que Hades, Zeus teve a menor pontuação na identidade do entrevistado E1, demonstrando, assim, que há características neste perfil que se encontram na sombra. Bolen (2002) descreve este perfil arquetípico como possuindo em sua função principal o pensamento, que no participante é função inferior.

Portanto, em relação ao participante E1, as características relativas a Persona são: atitude extrovertida e funções sentimento e intuição, representada por Hermes e Dionísio. Opostamente, as características relativas à Sombra referem à atitude introvertida e função pensamento, representada por Hades e Zeus.

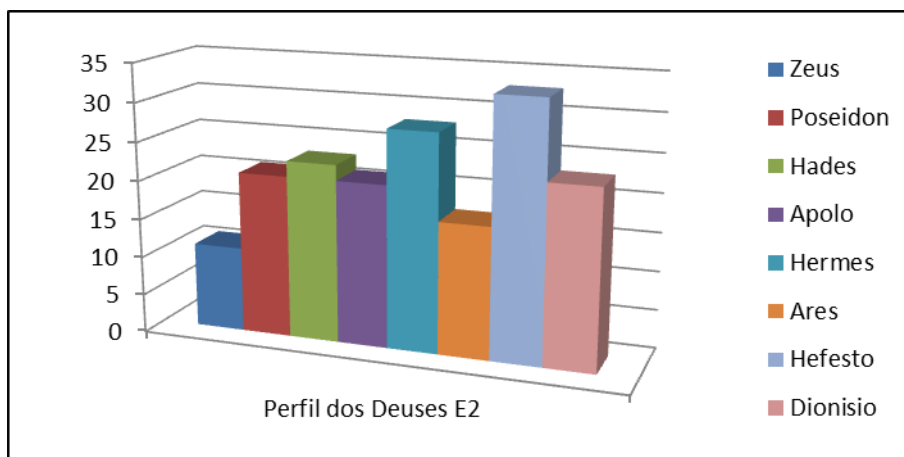
4.2 ENTREVISTADO E2

Tipo Psicológico, segundo o Teste Quati:

Atitude	Função principal	Função auxiliar	Função inferior
Extroversão	Sentimento	Intuição	Pensamento

De acordo com a escala aplicada, os Deuses tiveram as seguintes manifestações: Hefesto (33); Hermes (28); Dionísio (23); Hades (23); Apolo (21); Poseidon (21); Ares (17); Zeus (11). Conforme representado na escala abaixo.

Figura 02 - Perfil dos Deuses referentes ao Participante E2



Fonte: Elaborada pelo autor.

A atitude extrovertida pode ser observada, além do Teste Quati, também nos resultados da Escala de Auto Avaliação. Como postulado por Bolen (2002), os arquétipos de Hermes e Dionísio, identificados em segundo e terceiro lugar, respectivamente, na personalidade do entrevistado E2, também possuem características da atitude extrovertida.

Embora possua Atitude Extrovertida, o participante E2 possui o perfil do deus grego Hefesto com maior pontuação, o que pode indicar que possa ter também características introvertidas. Pode apresentar traços de rejeição, assim como o deus grego em sua história. Portanto, algumas de suas características não são consideradas como ideais na construção do Masculino. Encaixam-se em um perfil criativo, já que Hefesto, muitas vezes, usava suas características rejeitadas para a criação (BOLEN, 2002).

O segundo perfil com maior pontuação refere-se ao deus grego Hermes. É importante ressaltar que tanto Hermes quanto Hefesto apresentam a criatividade como característica em comum, embora a expressem de maneiras diferentes. Hermes pode apresentar uma mente rápida, além de boa capacidade de comunicar suas ideias. Esta habilidade voltada a comunicação também vai de encontro ao resultado do Teste Quati. Zacharias (2003) descreve que pessoas com esse estilo cognitivo irradiam simpatia e calor humano, tendo também facilidade em comunicar suas ideias ao outro e facilidade quanto à socialização. O autor ainda ressalta que as pessoas com esse estilo cognitivo podem buscar empregos em que possam estar em contato com pessoas, podendo optar por profissões em que é necessária a cooperação e comunicação, características estas observadas no teatro. Além disso, Hermes possui

facilidade para agir por meio de sua intuição, fato que corrobora com o resultado do Teste Quati, em que o indivíduo apresenta a intuição como função auxiliar.

Os indivíduos extrovertidos podem apresentar timidez pelo medo da rejeição do outro e vergonha de se colocar devido a problemas de autoestima (ZACHARIAS, 2003). Essa característica pode ser relacionada à pessoa que possui Hefesto em sua personalidade, pois, Hefesto era um Deus deficiente, o que repercute aspectos de baixa estima e rejeição em quem o constela.

Em relação ao tipo psicológico obtido por meio do Teste Quati, a função inferior é a função pensamento que se encontra na disposição inconsciente bem como sua introversão. Da mesma forma, em relação à Escala de Auto Avaliação, os deuses gregos Zeus e Ares são os deuses com menor pontuação, portanto, os arquétipos relativos a esses deuses se encontram na Sombra.

Bolen (2002) descreve Zeus como o perfil arquetípico que possui como função principal o pensamento. Fato que corrobora com a função inferior tida no Teste Quati. Igualmente, o Deus Ares foi pontuado na identidade do entrevistado E2 com menor pontuação (Sombra). A pessoa que possui identificação com o deus da guerra pode apresentar características de intensidade emocional e corporal, além de impulsividade. Em seus aspectos negativos, pode apresentar comportamentos percebidos como agressivos. Por estarem na sombra, essas características tendem a ser negadas e projetadas no meio externo.

Portanto em relação ao participante E2, as características relativas a Persona são: atitude extrovertida, função intuição, timidez e comunicação, representada por Hermes e Hefesto. As características relativas a Sombra referem: atitude introvertida, função pensamento e agressividade, representada por Zeus e Ares.

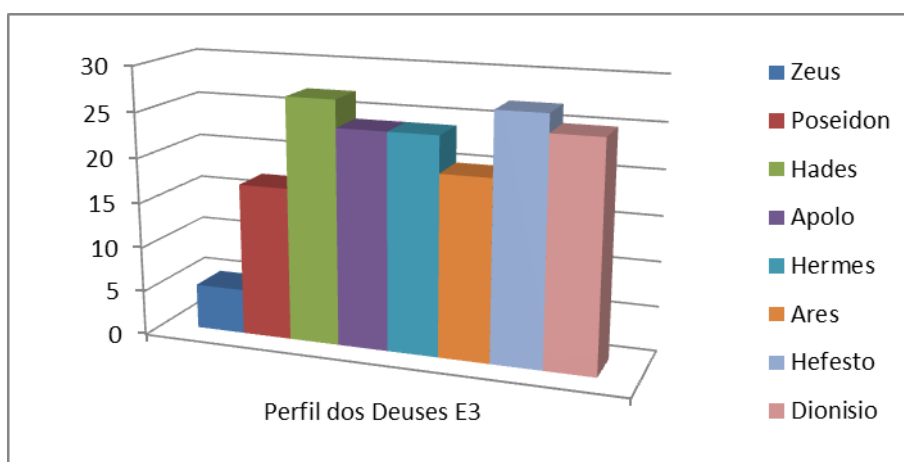
4.3 ENTREVISTADO E3

Tipo Psicológico, segundo o Teste Quati:

Atitude	Função principal	Função auxiliar	Função inferior
Introversão	Sentimento	Intuição	Pensamento

De acordo com a escala aplicada, os Deuses tiveram as seguintes manifestações: Hefesto (27); Hades (27); Dionísio (25); Apolo (24); Hermes (24); Ares (20); Poseidon (17); Zeus (5). Conforme foi representado na escala abaixo.

Figura 03 - Perfil dos Deuses referentes ao Participante E3



Fonte: Elaborada pelo autor.

A atitude introvertida, além do Teste Quati, pode ser observada nos resultados da Escala de Auto Avaliação. Os deuses Hades e Hefesto, constelados na personalidade do entrevistado na mesma proporção, possuem características introvertidas. Outro deus também presente no perfil do participante E3 é o deus Dionísio que apesar de estar ligado a extroversão, possui flexibilidade para transitar pela introversão.

Segundo Zacharias (2003) a cultura ocidental tende a valorizar mais características relacionadas a Atitude Extrovertida, percebendo inclusive a extroversão como saudável e normal, desvalorizando, deste modo, a introversão. Essa característica de rejeição pode ser percebida em Hefesto, que por possuir uma natureza introvertida sente-se rejeitado por não corresponder ao padrão heroico de homem. Fato que corrobora com a descrição de Zacharias (2003): pessoas que possuem o estilo cognitivo de Atitude Introvertida com Função Principal Sentimento e Função Auxiliar Intuição tendem a mostrar seus sentimentos apenas para aqueles que são mais íntimos.

Além desses aspectos supracitados, outras características presentes no homem Hefesto é a produtividade a partir da criatividade. Apesar da aparente tranquilidade, por conta introversão, a criatividade pode ter como incentivo questões emocionais profundas que o

homem com este estilo cognitivo pode aprender a fazer uso (BOLen, 2002; ZACHARIAS, 2003).

O terceiro deus com maior pontuação, Dionísio, também possui ligação com a criatividade. O padrão arquetípico do deus é demarcado pela vivência concreta da experiência, além de ser considerado o deus do teatro.

A função inferior, obtida por meio do Teste Quati, é a função pensamento que se encontra na disposição inconsciente, bem como sua Extroversão. Da mesma forma, na Escala de Auto Avaliação, o deus grego Zeus apareceu com menor pontuação, conseqüentemente, se encontra na Sombra. O perfil arquetípico de Zeus tem como função principal o pensamento e a Atitude Extrovertida, tais como o entrevistado E3.

Portanto, em relação ao participante E3, as características relativas a Persona são: atitude introvertida, funções sentimento e intuição, personificada pelos deuses Hefesto e Hades. As características relativas a Sombra referem: atitude extrovertida, função pensamento e exposição, consteladas por meio de Zeus.

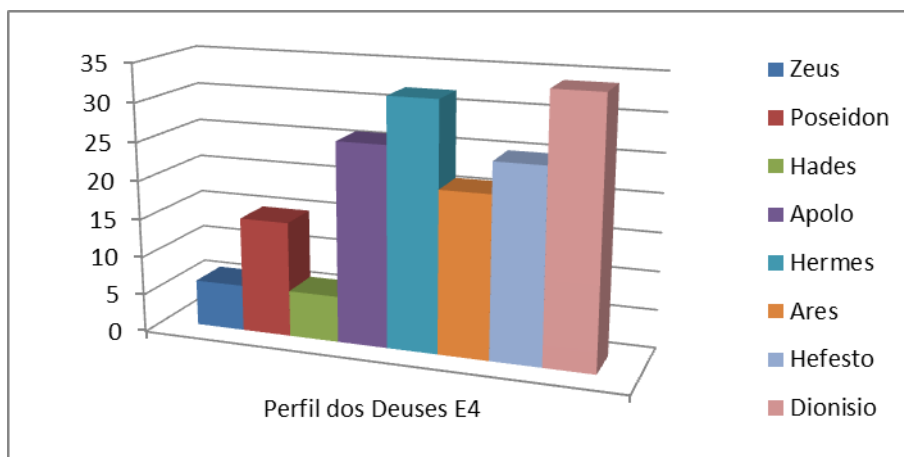
4.4 ENTREVISTADO E4

Tipo Psicológico, segundo o Teste Quati:

Atitude	Função principal	Função auxiliar	Função inferior
Extroversão	Intuição	Sentimento	Sensação

De acordo com a escala aplicada, os Deuses tiveram as seguintes manifestações: Dionísio (34); Hermes (32); Apolo (26); Hefesto (25); Ares (21); Poseidon (15); Zeus (6); Hades (6). Conforme foi representado na escala abaixo.

Figura 04 - Perfil dos Deuses referentes ao Participante E4



Fonte: Elaborada pelo autor.

A Atitude Extrovertida, além do Teste Quati, pode ser observada nos resultados da Escala de Auto Avaliação, pois os três deuses gregos com maior pontuação são deuses ligados a extroversão, a saber: Dionísio, Hermes e Apolo. Zacharias (2003) escreve que a pessoa que possui a atitude Extrovertida dirige sua energia psíquica de dentro para fora, focando no mundo externo.

Dionísio, arquétipo com maior pontuação, pode desenvolver características de apreço pelas experiências sensoriais e também intensidade passional, além de vivenciar seus sentimentos com intensidade (BOLEN, 2002). Corroborando com a autora, Zacharias (2003) descreve que este estilo cognitivo pode apresentar um genuíno envolvimento com as pessoas por conta da função sentimento.

Hermes, arquétipo com segunda maior pontuação, está sempre buscando movimento e age intuitivamente. Essa característica vai de encontro com as características descritas por Silveira (1992) em relação à intuição extrovertida, que predispõe o indivíduo a facilidade em iniciar novas atividades, entretanto, comumente, possui dificuldades em terminá-las, pois sua função principal o arrasta sempre para frente.

Bolen (2002) ainda descreve que essa característica de busca por mudanças característica do perfil do deus Hermes, pode refletir na escolha profissional. Assim, o indivíduo que constela Hermes, tende a buscar trabalhos que possa exercer seu potencial criativo e que esteja em contato com novidades, como observado no entrevistado E4 ao optar pelo teatro como profissão. O participante E4 possui também influência do Deus Dionísio em sua personalidade, Deus este ligado arquetipicamente ao teatro.

A função inferior, obtida por meio do Teste Quati, é a função sensação, a qual se encontra na disposição inconsciente bem como sua Introversão. Da mesma forma, na Escala de Auto Avaliação, os deuses gregos Zeus e Hades são os deuses de menor pontuação, portanto, se encontram na Sombra.

A introversão aparece tanto no resultado do teste Quati quanto no resultado na escala de Auto Avaliação. Hades, Deus que aparece com menor pontuação, refere-se a características que possuem uma introversão bem demarcada, conforme já relatado anteriormente. A função sensação é a função inferior do participante E4. Entende-se, portanto, que é a função que este estilo cognitivo tem pouco desenvolvida.

Portanto em relação ao participante E4, as características relativas a Persona são: atitude extrovertida, funções intuição e sentimento, personificada por Dionísio e Hermes. As características relativas a Sombra referem: atitude introvertida e função sensação, personificada por Zeus e Hades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se constatar que quando comparados os dados dos entrevistados relacionando o Teste Quati e a Escala de Auto Avaliação houve correspondência nos perfis.

Foi possível identificar, em relação às funções psíquicas, que as funções Sentimento e Intuição apareceram como resultados de todos os participantes nas funções principais e nas funções auxiliares, indicando um padrão dentro da amostra.

Em relação à escala de auto avaliação, Dionísio, o deus do teatro, apareceu entre os três deuses de maior pontuação em todos os participantes, fato este que corrobora com a profissão dos entrevistados.

A função sentimento como predominante pode ser explicada pelo perfil do deus grego Dionísio, pois o mesmo predispõe de um maior relacionamento com a esta função, por meio de vivências e experimentação de sentimentos opostos. A vivencia teatral também pode ser compreendida como um fator que contribui para o desenvolvimento das características ligadas as funções sentimento e intuição, bem como para a Atitude extrovertida.

Além de Dionísio, os Deuses Hermes, Hades e Hefesto obtiveram pontuações elevadas na personalidade dos entrevistados. Tais Deuses também se relacionam com a função sentimento. Os deuses Hermes, Dionísio e Hades possuem em sua mitologia um fato em comum: são capazes de entrar e sair do Mundo Inferior. Bolen (2002) descreve que o Mundo

Inferior corresponde, simbolicamente, ao inconsciente pessoal e coletivo. Simbolicamente, refere-se à capacidade de resgatar e lidar com valores e sentimentos presentes no seu próprio mundo interior. Já Hefesto, embora não tenha acesso ao Mundo Inferior, possui capacidade de interiorização e criação de modo muito semelhante aos deuses citados.

Em relação à função inferior, que corresponde a função menos desenvolvida e, portanto, inconsciente, houve um predomínio da função Pensamento. Este fato corrobora com o Deus Zeus, menor constelado na personalidade dos entrevistados.

Concluiu-se, portanto, que o perfil do deus grego Zeus, representante do padrão social patriarcal, não se encontra reconhecido como influencia na identidade masculina dessa população. Infere-se que a população pesquisada buscou referências principalmente do deus Dionísio para a construção de suas identidades masculinas.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BOLEN, J.S. **As deusas e a mulher**: nova psicologia das mulheres. São Paulo: Paulus, 1990.
- _____. **Os deuses e o homem**: uma nova psicologia da vida e dos amores masculinos. São Paulo: Paulus, 2002.
- BRANDÃO, J. S. **Mitologia Grega**: Volume 1. Petrópolis: Vozes, 1986.
- _____. **Mitologia Grega**: Volume 2. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. **Mitologia Grega**: Volume 3. Petrópolis: Vozes, 1987.
- CAMPBELL, J. **O herói de mil faces**. São Paulo: Cultrix/Pensamento, 1995.
- CAMPBELL, J.; MOYERS, B. **O poder do mito**. São Paulo: Palas Athena, 1990.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas S.A., 2008.
- JOHNSON, R.A. **Feminilidade perdida e reconquistada**. São Paulo: Mercuryo, 1991.
- JUNG, C.G. **Aion**: Estudos sobre o simbolismo do si-mesmo. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. **A energia Psíquica**. Petrópolis: Vozes, 2002. (Originalmente publicado em 1948)
- _____. **Estudos sobre Psicologia Analítica**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Petrópolis: Vozes, 2000. (Originalmente publicado em 1951)
- _____. **Tipos Psicológicos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2007.
- _____. **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SILVEIRA, N. **JUNG**: Vida e Obra. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- WITHMONT, E.C. **A busca do símbolo**: Conceitos Básicos de Psicologia Analítica. São Paulo: Cultrix, 1969.
- WOOLGER, J. B.; WOOLGER, R.J. **A Deusa interior**. São Paulo: Cultrix, 1989.
- YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- ZACHARIAS, J. J. M. **QUATI**: questionário de avaliação tipológica. São Paulo: Vetor, 2003.

ZWEING, C.; ABRAMS, J. **Encontro da Sombra**: O potencial oculto do lado escuro da natureza humana. São Paulo: Editora Cultrix, 2011.

**HUMANIZAÇÃO EM AMBIENTE HOSPITALAR: DIFICULDADES NA
MENSURAÇÃO DE RESULTADOS- UMA REVISÃO DE LITERATURA DOS
ESTUDOS DE PALHAÇO TERAPIA**

Ms. Marcelo de Oliveira Fonseca
Camila Filipini Pontes
Tamires Kinoshita Barros

Resumo- Ao longo das últimas décadas, observamos uma crescente valorização da importância de práticas e protocolos humanizados em contextos de saúde, assim como o aumento do número de estudos e trabalhos sobre o tema. Ambientes mais acolhedores, mudanças arquitetônicas, treinamentos profissionais, estas são práticas cada vez mais disseminadas em hospitais e clínicas. Dentre as práticas mais difundidas de humanização, uma abordagem ganha cada dia mais adeptos, a chamada “Clown Hospitalar” ou “doutor palhaço”. Este trabalho buscou analisar diversas pesquisas relacionadas ao tema do “Doutor palhaço” dando importância aquelas que se apoiavam em teste com base científica e que mostravam a possível influência dessa abordagem de humanização nos índices que dizem respeito à ansiedade, sensibilidade à dor e estresse do paciente. O presente estudo buscou, não somente apresentar os resultados das pesquisas consultadas, mas principalmente, discutir as dificuldades encontradas pela maioria dos pesquisadores no que diz respeito à mensuração dos resultados de suas intervenções. Os estudos apontaram que, apesar das pesquisas terem mostrado que a prática da “Palhaço Terapia” possui uma eficácia, faltam pesquisas que se atentem à metodologia e busquem melhores testes e comprovações científicas.

Palavras-chave: Palhaço terapia; clown; doutor palhaço

INTRODUÇÃO

Poucas situações podem causar tanto estresse quanto momentos de adoecimento e internação. Somos ao mesmo tempo, forçados à enfrentar dores e desconfortos, muitas vezes novos e terríveis, assim como somos forçados à lidar com todo desamparo da insegurança quanto nosso prognóstico.

Como se tais fatores não fossem o suficiente, o contexto hospitalar traz consigo diversas características que, além de favorecer a despersonalização do paciente, facilitam o aparecimento de inúmeros aspectos estressores. Fatores associados à internação hospitalar como, o isolamento social, as drásticas mudanças de rotina, a impessoalidade dos tratamentos médicos, são apenas alguns dos inúmeros contextos à que são expostos indivíduos fragilizados por suas doenças, independente de suas idades. Os autores Souza, A. L. et al. (2013), ainda descrevem que, como a instituição hospitalar tem por princípio focar nos aspectos fisiológicos, acaba negligenciando as características biopsicossociais de seus pacientes, não levando em consideração, como questões sociais podem influenciar quadros de estresse, que por consequência, afetam o tratamento.

Considerando estes aspectos, o Ministério da Saúde Brasileiro, criou o Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar (PNHAH), que se tornou a Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS (Humaniza SUS), como descrevem SOUZA, A L. et al. (2013).

Dentre os diversos projetos de humanização, uma iniciativa que vem ganhando uma adesão cada vez maior por grupos de estudantes, profissionais da saúde, artistas e até mesmo voluntários de outras áreas, são as expressões artísticas, mais especificamente, os “Doutores Palhaços” (REIS,2009).

A prática que recebe nomes como “Doutores da alegria” ou “Doutores do Riso” no Brasil, consiste na apresentação artística de palhaços em contextos de saúde, que pode muitas vezes ser associadas à apresentações musicais, contar de histórias e até mesmo apresentações de mágica, sempre contando com a figura do palhaço.

Embora cada vez mais difundidas em um ambiente onde a ciência reina baseada em resultados, as práticas de palhaço terapia, muitas vezes apresentam pouca ou nenhuma fundamentação teoria experimental, muitas vezes, apoiando sua justificativa em observações empíricas ou em relatos subjetivos.

Porem é possível encontrar autores como Kringelbach, Phil e Berridge (2010), que descrevem aspectos importantes que poderiam explicar parte dos possíveis resultados. Os autores descrevem, por exemplo, como relacionamentos sociais podem ser associados à felicidade e como essa age de maneira dinâmica estimulando o cérebro humano.

Outros estudos parecem oferecer resultados que colaboram com tais afirmações, como o estudo de Shahidi M. et al. (2011), que descreve como positivos os efeitos da “Yoga do Riso” para o tratamento de pacientes com depressão, melhorando sintomas e aumentando a satisfação das pacientes avaliadas. Outro autor que oferece importantes contribuições para a discussão dos possíveis efeitos do riso em nossa saúde é o autor Marc Gelkopf (2011), que realizou uma revisão de literatura sobre os efeitos do riso no tratamento de pacientes psiquiátricos. Para o autor, os artigos utilizados em sua revisão demonstram que, embora sejam claros os efeitos benéficos do humor e do riso no tratamento de pacientes psiquiátricos, inclusive na redução de quadros de estresse, é evidente a falta de estudos que busquem mensurar de forma positiva e experimental tais resultados. Ainda para o autor, a falta de estudos que se proponham à investigar a qualidade e eficiência de suas intervenções, avorece que a utilização do humor em contextos de saúde seja banalizada e não receba o devido valor e importância.

Desta maneira, partindo de tais discussões, a seguinte pesquisa teve como objetivo analisar artigos voltados à atuação de palhaços no ambiente hospitalar, bem como as possíveis influências de tais intervenções no que diz respeito à fatores como ansiedade, aderência ao tratamento, sensibilidade à dor e estresse.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica acerca do tema “Palhaço Terapia” e seus possíveis efeitos. Os artigos foram escolhidos sendo utilizando como critério, estudos que apresentassem em suas metodologias, técnicas para mensurar possíveis efeitos das intervenções. As publicações foram buscadas nas bases de dados, Scielo, PubMed e LILACS, nos idiomas português, inglês e espanhol; publicados nos últimos 14 anos.

RESULTADOS

Foram identificados 22 estudos, dos quais após leitura inicial, observou-se que apenas 14 abordavam o tema proposto, respeitando os critérios estipulados em metodologia. Estes foram selecionados para análise, sendo observados a partir de então os seguintes aspectos: número de pacientes atendidos, duração de cada intervenção, frequência das intervenções, instrumentos utilizados para mensurar os resultados e conclusões encontradas pelo estudo.

Quanto aos resultados, foram encontrados os seguintes dados:

O número total de participantes obtidos foi de 1061 pacientes, somados de 11 estudos que descreveram o número de pacientes atendidos, sendo que 3 estudos não mencionaram tal dado.

Quanto à duração de cada intervenção:

O tempo médio foi de 20 minutos para cada intervenção dos palhaços, porém, 6 dos estudos avaliados não descreveram a duração das intervenções.

Quanto à frequência das intervenções:

Essa variou entre somente 1 intervenção, descrita em um estudo, até estudos que descreveram 40 intervenções, o que não proporcionou à viabilidade na estipulação de uma média fiel ao panorama analisado.

Quanto à metodologia de avaliação dos resultados:

Dentre as pesquisas analisadas, foram encontrados 2 estudos que se utilizaram unicamente da descrição de observação dos profissionais de saúde envolvidos, método esse que pode ser descrito como unicamente subjetivo. No que diz respeito à utilização de testes ou escalas, 8 estudos fizeram uso de tal método, sendo os testes e escalas utilizados, (The Child surgery worries questionnaire, The Self Assessment Mannequin Scale, Children's Temperament Survey for Children: Parental Rating, Escala Facial de dor, The Wong/Baker Pain Rating Scale, Pain Self Evaluation numeric Scale, CHEOPS Scale – Children's Hospital of Eastern Ontario Pain Scale, STAIC, CCPH, escala LIKERT, escala unidimensional da dor-visual numérica, Modified Yale Preoperative Anxiety Scale, Table of Nonverbal Models e o inventário Strate-Trait Anxiety Inventory). Os estudos restantes, 4 pesquisas, se utilizaram de questionários subjetivos aplicados aos próprios pacientes, para investigar os efeitos de suas intervenções. Quanto à mensuração de reações fisiológicas por meio de instrumentos não subjetivos, encontramos unicamente o estudo de ALCANTARA (2016), que avaliou alterações de pressão arterial e escala de dor.

Quanto às conclusões dos estudos encontrados:

Todos os 14 artigos mencionaram melhoras em aspectos específicos dos pacientes sob intervenção, sendo que, cada estudo, utilizou-se de suas ferramentas para julgar a efetividade de suas intervenções.

Foi observado ao final da análise, que mais de 80% dos estudos avaliados não descreveu de forma precisa quais foram as alterações encontradas nos pacientes observados, fator de extrema importância quando buscamos analisar como a atuação funcionou e quais os benefícios de tais iniciativas no que diz respeito ao quadro clínico desses pacientes.

DISCUSSÃO

De maneira semelhante à revisão de Marc Gelkopf (2011), a presente pesquisa também observou não somente um número pequeno de estudos, dada à importância do tema, mas principalmente, se deparou com estudos com metodologias questionáveis e carentes de bons instrumentos.

Na visão destes autores, foram consideradas questionáveis metodologias que não descreveram números de "sessões", números de pacientes, duração das "sessões" ou mesmo que não se utilizaram de instrumentos objetivos para suas avaliações. Faz-se necessário salientar que, quando falamos de estudos em saúde, o uso de instrumentos que possam ser descritos como subjetivos é contra indicado. Deve-se, por via de regra, utilizar-se de instrumentos que possam ser reproduzidos e que, de alguma maneira, sejam padronizados para a coleta que se prepõe. Outro fator importante quanto aos instrumentos se refere à comparação de resultados, a fim de que seus resultados possam ser comparados, a utilização de instrumentos já utilizados em literatura é sempre recomendada. Só seguindo tal premissa, podemos comparar atuações de palhaços em várias regiões do mundo e analisar se os resultados estão em convergência. Tal orientação não foi apresentada por nenhum dos artigos, que em todos os casos, optaram pela utilização de instrumentos inéditos para o tema.

Ainda quanto à metodologia, porém agora quanto ao uso de protocolos, notou-se nesta revisão que nenhum dos estudos buscou se basear em pesquisas do mesmo tema para estipular protocolos que considerassem tempo e número das sessões. Tal fator apresenta grande relevância uma vez que, somente com protocolos semelhantes, é possível comparar com grau aceitável de confiabilidade, resultados de diferentes pesquisas.

Na visão deste autor, todos os pontos descritos nesta discussão, como relevantes quanto à qualidade da metodologia dos 14 estudos analisados, comprometeram seus resultados no que diz respeito à confiabilidade. A reprodutibilidade de estudos e resultados é peça chave, pilar central de toda ciência experimental e positiva, em especial as ciências da saúde. Questões metodológicas como as encontradas nesta revisão, comprometem tal pilar e conseqüentemente, tornam questionáveis seus resultados.

CONCLUSÃO

Todos os estudos descreveram como efetivos os resultados de suas intervenções, porem, foi percebido nessa análise que os critérios metodológicos adotados pela maioria dos artigos podem ser considerados deficientes no que diz respeito ao conceito de pesquisa baseada em evidências. Dentre os aspectos questionáveis, podemos descrever a falta de parametrização dos métodos de avaliação, a ausência de estudos randomizados, assim como a incidência significativa de estudos que adotaram somente fatores subjetivos para avaliar seus resultados. Mesmo os estudos que se fizeram uso de testes e escalas para avaliar seus resultados, não tiveram a preocupação de utilizar instrumentos comuns á outros estudos, o que possibilitaria a realização de estudos comparativos. Da mesma forma, nenhum estudo buscou definir quais seriam as prováveis variáveis envolvidas nos fatores, tempo de intervenção e frequência, aspectos que podem comprometer o entendimento de como tais efeitos se dão e a delimitação de protocolos.

Em suma, este trabalho concluiu que, o trabalho de “palhaço terapia” demonstrou bons indicadores de eficácia em seus resultados, o que deveria justificar um maior investimento em tais estudos, porem, novos estudos devem ser feitos priorizando aspectos metodológicos que comprovem de forma evidenciável os resultados observados.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Pauline Lima et al. Efeito da interação com palhaços nos sinais vitais e na comunicação não verbal de crianças hospitalizadas. **Revista Paulista de Pediatria**, 2016. [Internet]. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0103058216000186>>. Acesso em: abr. 2019.
- AQUINO, R. G. de; BORTOLUCCI, R. Z.; MARTA, I. E. R. Clowns doctors: the child talk... **Online Brazilian Journal of Nursing** (OBJN – ISSN 1676-4285) v. 3, n. 2, 2004 . [Internet]. Disponível em: <www.uff.br/nepae/objn302aquinoetal.htm>. Acesso em: abr. 2019.
- Araujo TCCF, Guimarães TB. Interações entre voluntários e usuários em oncohematologia pediátrica: um estudo sobre os “palhaçosdoutores”. **Estud pesqui psicol**. 2009. [Internet]. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v9n3/v9n3a06.pdf>>. Acesso em: abr. 2019.
- BEKINSCHTEIN, Tristan A. et al. Why clowns taste funny: the relationship between humor and semantic ambiguity. **The Journal of Neuroscience**, v. 31, n. 26, p. 9665-9671, 2011. [Internet]. Disponível em: <<http://www.jneurosci.org/content/31/26/9665.short>>. Acesso em: abr. 2016.
- CAIRES, Susana et al. Palhaços de hospital como estratégia de amenização da experiência de hospitalização infantil. **Psico USF**, v. 19, n. 3, p. 377-386, 2014. [Internet]. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-82712014000300002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: abr. 2019.
- DE AQUINO, Rafael Guerra; BORTOLUCCI, Roberta Z.; MARTA, Ilda Estefani Ribeiro. Doutores da graça: a criança fala.. **Online Brazilian Journal of Nursing**, v. 3, n. 2, p. 41-48, 2004. [Internet]. Disponível em: <http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/4909/html_784>. Acesso em: abr. 2019.
- DE CASTRO Reis, Bruno Márcio. **A importância do brincar para o desenvolvimento infantil e suas contribuições para o atendimento de humanização**. [Internet]. Disponível em: <<http://www.saogabriel.pucminas.br/psicologia/wp-content/uploads/2010/10/A-import%C3%A2ncia-do-brincar-para-o-desenvolvimento-infantil-e-suas-contribui%C3%A7%C3%B5es-para-o-atendimento-de-humaniza%C3%A7%C3%A3o8.pdf>>. Acesso em: abr. 2019.
- GUTIÉRREZ, M. A. et al. Evaluación del efecto de la actuación de los payasos de hospital sobre la ansiedad, en los niños sometidos a una intervención quirúrgica. **Cirugía Pediátrica**, v. 21, p. 195-198, 2008. [Internet]. Disponível em: <<http://www.secipe.org/coldata/upload/revista/2008%3B21.195-8.pdf>>. Acesso em: abr. 2019.
- KOLLER, Donna; GRYSKI, Camilla. The life threatened child and the life enhancing clown: towards a model of therapeutic clowning. **Evidence-Based Complementary and Alternative Medicine**, v. 5, n. 1, p. 17-25, 2008 [Internet]. Disponível em: <<http://www.dreamdoctors.org.il/UserFiles/The%20Life%20Threatened%20Child%20an>>

d%20the%20Life%20Enhancing%20Clown%20Towards%20a%20Model%20of%20Therapeutic%20Clowning%202008.pdf>. Acesso em: abr. 2019.

KRINGELBACH, Morten L.; BERRIDGE, Kent C. The functional neuroanatomy of pleasure and happiness. **Discovery medicine**, v. 9, n. 49, p. 579, 2010. [Internet]. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3008353/>>. Acesso em: abr.2019.

LUCARELLI, Maria Diva Monteiro; LIPP, Marilda E. Novaes. Validação do inventário de Sintomas de Stress Infantil–ISS 1. **Psicol. reflex. crit**, v. 12, n. 1, 1999. [Internet]. Disponível em:<https://www.researchgate.net/profile/Marilda_Lipp/publication/26362103_Validao_do_inventario_de_sintomas_de_stress_infantil_-_ISS_-_I/links/0deec53829585ac34d000000.pdf>. Acesso em: abr. 2019.

MUSSA, Claudia; MALERBI, Fani Eta Korn. O efeito do palhaço no estado emocional e nas queixas de dor de adultos hospitalizados. **Psicologia Revista**. Revista da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde. ISSN 1413-4063, v. 21, n. 1, p. 77-97, 2012. [Internet]. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1516-36872008000200007&script=sci_arttext>. Acesso em: abr. 2019.

NARANJO, Julio César Sánchez et al. El humor como estrategia terapéutica en niños hospitalizados en unidades pediátricas en Pereira (Colombia) Reporte de una experiencia. **Revista colombiana de psiquiatria**, v. 38, n. 1, p. 99-113, 2009. [Internet]. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rcp/v38n1/v38n1a08.pdf>>. Acesso em: abr. 2019.

OLIVEIRA, Roberta Ramos de; OLIVEIRA, Isabel Cristina dos Santos. Os doutores da alegria na unidade de internação pediátrica: experiências da equipe de enfermagem. Esc Anna Nery **Rev Enferm**, v. 12, n. 2, p. 230-6, 2008. [Internet]. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/268404593_Os_Doutores_da_Alegria_na_unidade_de_internacao_pediatica_experiencias_da_equipe_de_enfermagem>. Acesso em: abr. 2019.

VAGNOLI, Laura et al. Clown doctors as a treatment for preoperative anxiety in children: a randomized, prospective study. **Pediatrics**, v. 116, n. 4, p. e563-e567, 2005. [Internet]. Disponível em: <<http://pediatrics.aappublications.org/content/116/4/e563.short>>. Acesso em: abr. 2019.

VIGGIANO, Maria Pia et al. Impact of psychological interventions on reducing anxiety, fear and the need for sedation in children undergoing magnetic resonance imaging. **Pediatric reports**, v. 7, n. 1, 2015. [Internet]. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4387329/>>. Acesso em: abr. 2019.

GELKOPF, M. (2011). The use of humor in serious mental illness: a review. **Evidence-based complementary and alternative medicine : eCAM**, 2011, 342837. doi:10.1093/ecam/nep106

SHAHIDI, M, MOJTAHED, A, MODABBERNIA A, MOJTAHED M, SHAFIABADY A, DELAVAR A, et al. Laughter yoga versus group exercise program in elderly depressed women: a randomized controlled trial. **Int J Geriatr Psychiatry**. 2011, v. 26, p. 322–327.

INFLUÊNCIA DO CORTISOL E DO ESTRESSE NO DESENVOLVIMENTO DE CÉLULAS TUMORAIS

Ms. Marcelo de Oliveira Fonseca
Dra. Cristina Pacheco Soares

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos anos, mais estudos buscam investigar possíveis influências entre quadros de distresse e suas consequências neuroquímicas no desenvolvimento de inúmeros tipos de carcinomas; seja diminuindo a chamada vigília imunológica ou mesmo facilitando o aparecimento de metástases por reações pró-inflamatórias (McEwen, 1998); (Sephton et al., 2000). O câncer pode ser considerado “fundamentalmente uma doença genética que surge como consequência de mudanças patológicas na informação contida no DNA; mutações somáticas que ocorrem em células individuais do organismo” (ALBERTS, 2006). O desenvolvimento e proliferação de tais células acarretam inúmeros prejuízos e danos ao nosso organismo, vindo a caracterizar sintomas que definem as doenças oncológicas.

Uma importante característica associada ao câncer refere-se a sua gênese multifatorial, que em outras palavras descreve que, o desenvolvimento e proliferação de tais células doentes, pode ser iniciado por fatores diversos como ambientais, genéticos, infecção viral, assim como a exposição a substâncias químicas descritas como cancerígenas.

Toda a sintomatologia e características relacionadas ao câncer associam-se ainda as duras e desgastantes formas de tratamento, das quais o paciente muitas vezes permanece exposto por longos períodos em busca da remissão da doença.

Sob tais perspectivas, tanto a sintomatologia relacionada à doença, quanto as características relacionadas às mais diversas formas de tratamento utilizadas no combate ao câncer, interferem significativamente na rotina e qualidade de vida de tais pacientes, em muitos casos, caracterizando importantes agentes estressores a esses.

A seguinte pesquisa visa investigar e analisar as possíveis relações entre diferentes dosagens de cortisol, importante hormônio produzido em momentos de estresse, no desenvolvimento de cultura de células tumorais. Assim como descrever quais os possíveis mecanismos envolvidos, utilizando-se de técnicas para avaliação da citotoxicidade das

concentrações utilizadas, bem como o tipo de morte celular acarretada pelo cortisol em células tumorais.

Dessa forma, faz-se necessário a investigação doses aspectos relacionados ao período de tratamento de patologias consideradas graves, entre elas o câncer, visando dentre outras coisas, diminuir a influência de fatores que podem interferir negativamente no tratamento e evolução de tais patologias.

1.1 CÂNCER E SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

Segundo Carvalho (2000), câncer ou outras enfermidades oncológicas são denominações utilizadas para descrever um grupo de doenças que se caracterizam pela anormalidade das células e sua divisão excessiva.

Não se pode determinar uma única causa para o desenvolvimento de um câncer, acredita-se que, para todos os tipos de câncer existe uma etiologia multifatorial (Hugues, 1987 *apud* Carvalho, 2000). Na ocorrência da doença, vários fatores têm sido apontados como contribuintes, tais como: predisposição genética, a exposição a fatores ambientais de risco, o contágio por determinados vírus, o uso do cigarro, a ingestão de substâncias cancerígenas e muitos outros (Trichopoulos, Li e Hunter, 1996 *apud* Carvalho, 2000).

Acredita-se na possibilidade de contribuições de fatores psicológicos no desenvolvimento do câncer, dado a efeitos de estados emocionais na modificação hormonal e desta na alteração do sistema imunológico (Bovbjerg, 1990). A partir de tais possibilidades, cada vez mais encontramos estudos que buscam relacionar ou mensurar possíveis influências de aspectos psicológicos e sociais, no desenvolvimento e possível agravamento de patologias oncológicas, a fim de possibilitar um atendimento mais completo e que possa acolher o indivíduo em todas as questões relacionadas a seu adoecer.

Figueiredo et al.(2005), descrevem, de forma mais clara e convicta, que o recebimento da confirmação de diagnóstico de câncer é vivenciado pelo paciente como uma situação limite, podendo desencadear alterações significativas no estado emocional do paciente, causando interferências no tratamento e no processo de restabelecimento deste, podendo ocasionar muitas vezes a aceleração da doença.

Da mesma forma, o diagnóstico de câncer tem usualmente um efeito devastador, pois culturalmente traz a idéia de morte, embora atualmente ocorram muitos casos de cura, especialmente devido ao diagnóstico precoce. Nos casos em que há uma terminalidade

declarada pelos médicos, o paciente terá que adaptar-se à situação de pouco tempo de vida, levando-o ao “processo de luto” em relação à própria vida, assim como ao desenvolvimento ou acentuação de sintomas relacionados ao estresse. Processo esse, descrito de forma brilhante pela autora Kubler-Ross (2002).

Partindo de tais conceitos e estudos que apontam a possibilidade de interferência dos fatores psicológicos no desenvolvimento ou agravamento do câncer, questões relacionadas aos quadros de estresse e estado emocional de tais pacientes, tornam-se cada vez mais relevantes. Não somente a fim de averiguar e mensurar possíveis relações de tais quadros emocionais e de estresse no desenvolvimento de tumores, mas também, inferindo possíveis interferências desses no tratamento e sobrevida de tais pacientes.

1.2 CORTISOL

Quando pensamos nos efeitos neuroendócrinos de patologias como o estresse, podemos mencionar como principal a hiperfunção do sistema nervoso simpático e do sistema endócrino (comparados aos valores diários esperados), mais particularmente, da glândula suprarrenal. Dessa forma observamos que o aumento dos níveis de estresse se relacionará com a ativação do sistema endócrino, tendo como resultado, a maior liberação de hormônios como o cortisol, pela glândula suprarrenal. Partindo de tal raciocínio, o autor Brandão (1995) relaciona diretamente momentos de distresse (estresse negativo), ao aumento dos níveis de cortisol, tornando-se logo, uma possível medida fisiológica para tais quadros de estresse.

Da mesma forma, estudos demonstram que o cortisol também pode interagir com outros hormônios, como o Glucagon, assim como com a excitação do Sistema Nervoso Simpático (SNS) através da síntese de Epinefrina (E) (Cohen et al., 1997).

A desregulação dos níveis de cortisol, sintoma associado a quadros de estresse, também tem sido avaliada como contribuinte para fatores relacionados à morbidade, severidade e mortalidade do processo de doença, dentre elas, inúmeros tipos de enfermidades oncológicas, como a progressão em tumores mamários. (McEwen, 1998; Sephaton et al., 2000). Um importante exemplo de tal ação pode ser observado no trato gastrointestinal, onde o cortisol em excesso pode estimular a secreção gástrica de forma a provocar a ulceração da mucosa gástrica, frequentemente associada ao desenvolvimento de tumores do trato gastrointestinal. (Shelby&Kathryn, 2001).

De mesmo modo, inúmeros estudos relacionam os efeitos do cortisol sob o sistema imune, hora auxiliando em seu funcionamento adequado frente a situações de sobrevivência, hora reduzindo sua resposta e afetando o desenvolvimento de patologias (Soares e Alves, 2006). É certo que, altas doses de tal substância apresentam ação imunossupressora, efeito causado pela interrupção de síntese proteica, principalmente das imunoglobinas. Tal efeito se relacionará principalmente na concentração de populações de células periféricas, sendo essas populações de macrófagos, linfócitos e eosófilos (Soares e Alves, 2006).

Ainda quanto ao tema, estudos de Sapolsky et al., em 2000, relataram como altas doses de cortisol levam à atrofia do tecido linfoide do timo, baço e nódulos linfáticos, assim como o aumento da apoptose em linfócitos (Fukuzuka et al., 2000; Hoffman-Goetz&Zajchowski, 1999); fatores diretamente relacionados à imunossupressão.

Ainda quanto à função imune do cortisol, podemos citar a diminuição de citocinas, que por sua vez inibem a atividade de células como as TH1 e TH2, levando logo a supressão de respostas imunes relacionadas às células T (Rabin, 1999).

Embora seja relacionado a quadros patológicos, o cortisol também realiza inúmeras funções em nosso organismo em seu estado saudável, dentre essas funções podemos citar a manutenção da produção de glucose, bem como a facilitação do metabolismo lipídico. Outras funções incluem ações anti-inflamatórias e regulação imunológica, renal e muscular (Soares e Alves, 2006).

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Verificar possíveis influências da administração de diferentes concentrações de cortisol no desenvolvimento das culturas tumorais de células K562 e HEp-2.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Investigar a influência do cortisol, em diferentes dosagens, na população de células em cultura, em períodos de 24 e 48 horas.
- Investigar possíveis tipos de morte celular associadas ao processo, levantando hipóteses quanto aos mecanismos relacionados.
- Investigar o comportamento frente ao cortisol, das diferentes linhagens usadas, buscando explicar possíveis alterações.

- Levantar hipóteses sob os resultados encontrados.

1.4 HIPÓTESES

- A administração de cortisol, em dosagens menores, causará um aumento do crescimento tumoral em células cancerosas?
- Dosagens mais altas de cortisol, administradas em células cancerosas, terão ação inibitória do crescimento; podendo exercer certo grau de letalidade?

1.5 JUSTIFICATIVA

Os benefícios da pesquisa são justificados pelo fornecimento de maior número de informações relacionadas às possíveis influências do cortisol, no desenvolvimento de patologias oncológicas, assim como no tratamento oncológico.

Da mesma forma, o estudo da influência de níveis de cortisol pode remeter à discussões sobre como quadros de estresse (diretamente relacionados ao cortisol) podem interferir no desenvolvimento ou agravamento de patologias oncológicas. Se comprovados efeitos diretos do cortisol no desenvolvimento de carcinomas, não somente novas cartilhas de prevenção deverão conter tal informação, como também o tratamento deverá compreender novas diretrizes que diminuam tais efeitos; como o uso de betabloqueadores e/ou psicoterapias, em casos associados à quadros de estresse.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 CULTURAS DE CÉLULAS

Células K562 (Leucemia mielóide crônica ATCC-CCL-243) e HEp-2 (carcinoma epidermóide de laringe ATCC – CCL-23), foram adquiridas da Associação Técnico Científica Paul Ehrlich - Banco de Células do Rio de Janeiro URFJ - RJ e cultivadas garrafas de cultura NUNC 25 cm² com meio DMEM, suplementado com 10% de soro fetal bovino (SFB) e 1% de antibiótico e antimicótico (Life Technologies), a 37°C em atmosfera de 5% de CO₂.

2.1.1 Descrição das linhagens utilizadas no estudo

Células HEp-2 - Célula de tecido epidermóide humano, derivadas de tumor primário de laringe humana.

Foram estudadas inicialmente por Moore, Sabachewsky e Toolan (1955), partindo da inoculação de células de um carcinoma epidermóide de laringe providas de um homem de 56 anos, em ratos submetidos à imunossupressão. Ainda tais células são caracterizadas por sua alta resistência às alterações nutricionais e de temperatura sem perda significativa de viabilidade (TOOLAN, 1954). Dessa forma, é muito utilizada em estudos relacionados à citotoxicidade e em estudos sobre a eficácia de agentes antineoplásicos. (PALERMO; SOVADINOVA; KURODA, 2009; DOS SANTOS et al, 2010).

Células K562 - estudadas a partir do cultivo de células cancerosas de um paciente humano com leucemia mielóide crônica associada à um “cariótipo marcador” chamado cromossomo Filadélfia, conhecida alteração cromossômica frequentemente encontrada em quadros de leucemia mielóide crônica, chegando à cerca de 90 % dos casos, porém também encontrado em leucemia linfoblástica aguda (LLA); 5% em pacientes infantis (Russo [1] et al 1991) e 25% em adultos (Sandberg [2] 1986), traço genético esse que impacta negativamente no prognóstico de tratamento, dificultando a ação dos antineoplásicos e reduzindo significativamente à expectativa de vida de tais pacientes (Lozzio e Lozzio, 1975; SCHAFFEL e Simões, 2008).

Segundo Barbosa (2000), a leucemia mielóide crônica (LMC) pode ser considerada uma doença de característica proliferativa do sistema hematopoiético, caracterizando-se pela expansão descontrolada de uma célula tronco hematológica chamada “stemcell”, que tem a capacidade de se diferenciar em células mielóides, monocíticas, megacariocíticas, assim como em células B e T.

Ainda quanto à linhagem K562, essa apresenta característico grau de plasticidade e facilidade para diferenciação quando submetidas aos mais diversos agentes químicos. Tal característica conferiu a tal linhagem importante papel em estudos envolvendo a chamada terapia de diferenciação do câncer, que consiste na análise de possíveis agentes indutores de diferenciação celular no tratamento de neoplasias. (Delgado-Cañedo, et al, 2006).

2.2 INCUBAÇÃO COM CORTISOL

As células K562 e HEp-2 foram plaqueadas (5×10^4 células/mL) em microplacas de 96 poços, com meio de cultura MEM suplementado com 10% de soro fetal bovino (SFB) para adesão das células em estufa de CO₂ 5% e temperatura 37°C e incubadas *overnight*. No dia seguinte as células foram submetidas ao tratamento com cortisol (Hidrocortisona 500 mg, diluída em PBS), por períodos de 24 e 48 horas nas seguintes concentrações: 0.25 µM, 0.5 µM, 1.0 µM, 2.5 µM, 5.0 µM, 10 µM, 15 µM e 20 µM, de acordo com Abdanipour et al., 2014.

2.3 ENSAIO DE ATIVIDADE METABÓLICA MITOCONDRIAL

Reagentes:

MTT (brometo de 3-[4,5-dimetil-tiazol-2-il]-2,5-difeniltetrazólio)- (Sigma) Dimetil Sulfoxido DMSO - (Synth)

Tampão salina fosfato PBS - Preparado a partir de 50 ml de tampão Fosfato, 950 ml água Destilada e 9 g NaCl (Merck).

A técnica de MTT é um ensaio quantitativo para determinar interrupção de uma função bioquímica crítica. Este ensaio quantifica atividade mitocondrial medindo-se a formação de cristais de formazana, produto formado pela redução de tetrazólio MTT. A redução do MTT ocorre principalmente na mitocôndria através da ação da succinato desidrogenase fornecendo então uma medida da função mitocondrial Mossman (1983).

As células K562 e HEp-2 submetidas ao tratamento com cortisol nos tempo acima mencionados, foram lavadas com PBS três vezes para remoção do meio de cultura e soro fetal e incubadas com MTT onde adicionou-se 10 µL, uma concentração final de 0,5 mg/m de MTT-formazana deixando-as incubadas por 1h a 37°C em atmosfera de 5% de CO₂. Sobre os precipitados de formazana adicionou-se o solvente orgânico DMSO (50 µL) em cada poço, sendo a placa mantida sob agitação por 10 minutos, para solubilização dos cristais de formazana. A leitura da absorbância foi realizada no leitor de ELISA SpectraCount comprimento de onda de 570 nm. Os dados obtidos plotados em gráfico pelo programa GraphPad 6.0.

2.4. VIABILIDADE CELULAR

Para avaliação da viabilidade celular, foi utilizado o teste de exclusão com 0,2 % e Azul de Tripan. As células após incubação com concentrações crescentes de cortisol, foram centrifugadas e ressuspensas com 200 µL de PBS e 200 µL de azul de Tripan, 10 µL da

suspensão de células foi coletada e a leitura realizada no Countess™ Automated Cell Counter (Invitrogen), para exclusão de células mortas.

2.5 MARCAÇÃO COM HOECHST-IODETO DE POPÍDIO PARA CÉLULAS APOPTÓTICAS

As células K562 e HEp-2 incubadas com cortisol, assim como os controles sem tratamento, foram lavadas com PBS e incubadas com 1 µL de Hoechst 33342 e 1 µL de iodeto de propídio para cada 1 mL de suspensão de células e incubadas em gelo durante 20-30 minutos. Após o período de incubação, as células coradas foram analisadas em microscopia de fluorescência (Microscópio Leica DMIL) usando UV / 488 nm de excitação dupla e medindo a emissão de fluorescência a 460 nm e \sim 575 nm. A população foi separada em três grupos: células vivas, núcleo íntegro marcado em azul, as células em apoptose precoce, núcleo fragmentado e marcado em azul, células em apoptose tardia, núcleo fragmentado, marcado em rosa e células em necrose, núcleo íntegro marcado em vermelho.

2.6 ANÁLISE ESTATÍSTICA

A análise estatística dos resultados encontrados foi realizada pelo método Tukey's multiple comparisons test.

3. RESULTADOS

Ensaio de viabilidade celular por meio de atividade metabólica - MTT

Nas figuras 1 e 2, podemos analisar os resultados obtidos por meio de MTT, nas linhagens HEp-2 e K562, sob dosagens crescentes de cortisol e dois intervalos de tempo; sendo esses 24 horas e 48 horas.

Apresentamos os resultados do MTT na linhagem HEp-2 (figura 1), onde podemos observar uma significativa queda na atividade mitocondrial em ambos os períodos de tempo, embora seja visível uma queda maior no período de 48 horas. Também é possível observar que em ambos os períodos a perda de atividade na concentração mais alta de cortisol (20 µM), foi de aproximadamente 80 % da atividade observada em grupo de controle.

Embora os valores referentes à atividade mitocondrial tenham sofrido clara diminuição, principalmente nas concentrações mais altas, não podemos relatar a inativação dessa organela. Da mesma forma, podemos observar que entre algumas concentrações a atividade metabólica se estabilizou por certo período, embora tenha retornado à queda nas concentrações seguintes, tal característica pode ser observada entre os intervalos de concentração 0,5 μM e 1,0 μM e entre 10 μM e 15 μM , ambos no período de 24 horas. Tal observação levanta como hipótese que estes intervalos representam o sucesso da tentativa das células de se adaptarem à injúria sofrida frente ao cortisol, embora tal adaptação não tenha se sustentado frente ao aumento das concentrações do hormônio.

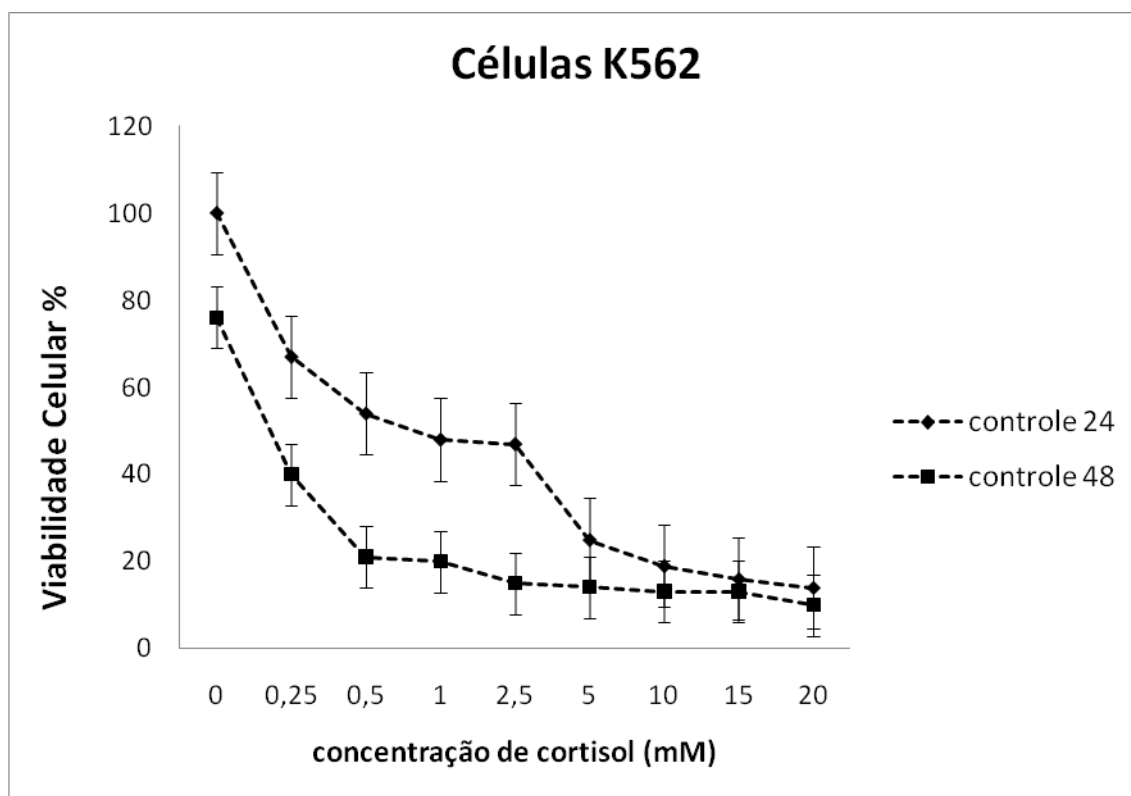


Figura 1. Ensaio de metabolismo mitocondrial pelo método do MTT, linhagem HEp-2.

Em suma, na figura 1 podemos observar a redução de atividade metabólica da linhagem HEp-2, frente as crescentes concentrações de cortisol. Embora a queda nos valores tenha sido facilmente observada, não podemos constatar a finalização da atividade mitocondrial no período avaliado, assim como se observam dois períodos de estabilidade na atividade metabólica.

Na figura 2 analisamos os resultados dos testes de MTT na linhagem K562, nos períodos de 24 e 48 horas, e incubadas com crescentes doses de cortisol. Neste gráfico observa-se uma significativa queda na atividade mitocondrial em ambos os períodos de tempo, embora menor, quando comparada à linhagem HEp-2. Também é possível observar que a perda de atividade metabólica na concentração mais alta de cortisol (20 μ M), foi de aproximadamente 70 %, no período de 24 horas, e de aproximadamente 60% no período de 48 horas, quando comparadas as atividade observada em grupo de controle. A redução de metabolismo mitocondrial foi maior, na linhagem K562 (figura 2), no período de 24 horas, observação que pode se estender à toda curva do gráfico, onde os valores encontrados no período de 24 horas, se apresentam sempre, inferiores aos encontrados em 48 horas.

Da mesma forma, observa-se que, semelhante à linhagem HEp-2, podemos verificar intervalos de concentração onde a atividade mitocondrial parece responder de forma adaptativa ao hormônio e seus efeitos. Tais intervalos entre as dosagens 0,25 μM e 0,5 μM no período de 24 horas; e 0,5 μM e 1,0 μM no período de 48 horas.

Em última análise, podemos observar que, se comparada à linhagem HEp-2, a linhagem K562, parece sofrer menor impacto da administração de altas dosagens de cortisol no que diz respeito à sua atividade metabólica mitocondrial (figura 2)

O teste de MTT não pode ser ligado diretamente ou isoladamente à interpretação de morte celular, servindo aqui como indicador de atividade metabólica que será relacionada ao teste de Azul de Tripán, que indicará o real número de células viáveis.

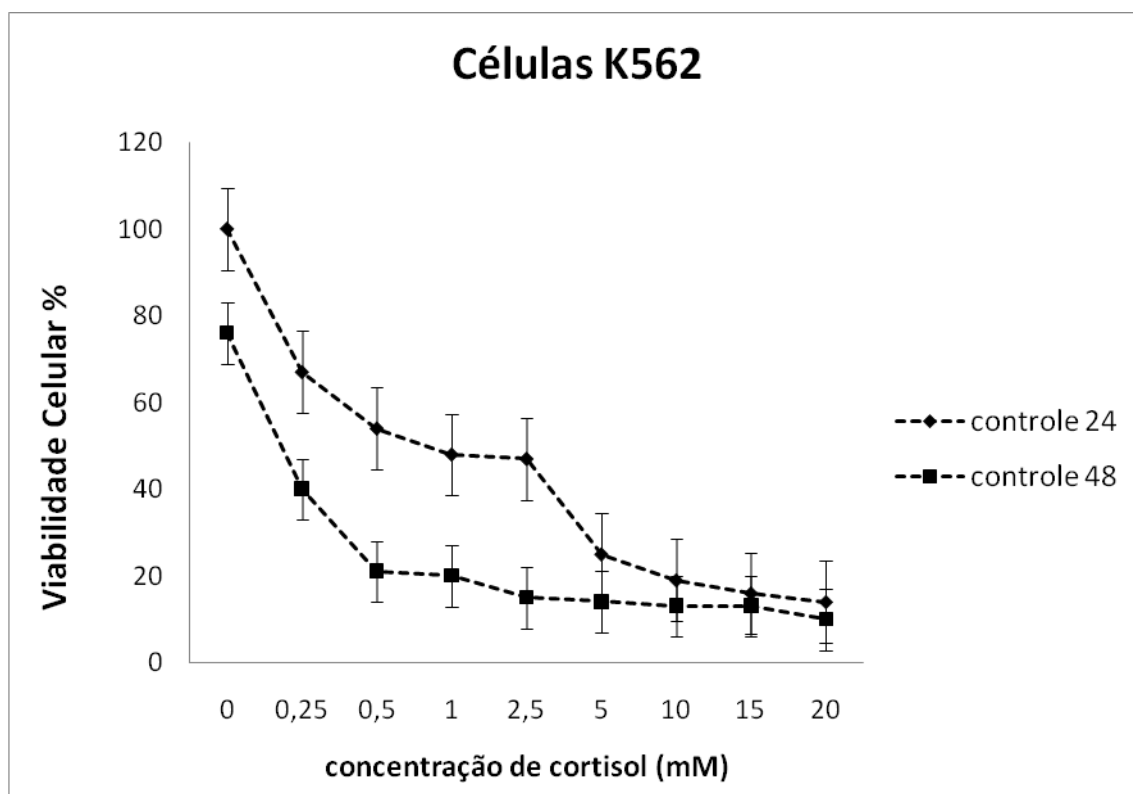


Figura 2. Ensaio de metabolismo mitocondrial pelo método do MTT, linhagem K562.

Teste de Azul de Tripán para avaliação da integridade de membrana celular.

A figura 3, abaixo representa os resultados obtidos através do teste de Azul de Tripán na linhagem HEp-2, que avalia a integridade de membrana celular. Assim como o gráfico anterior de MTT (figura 2), o gráfico abaixo também está dividido em duas curvas, diferenciadas pelo período de incubação das células por cortisol, assim como pelos valores crescentes nas dosagens de cortisol administradas.

A análise dos dados expressos pelo ensaio de Azul de Tripán revelam que, no que diz respeito à integridade de membrana celular, a linhagem HEp-2 mostrou-se visivelmente sensível, sendo que, nas concentrações superiores à 5 μM no período de 48 horas, os valores chegaram ao negativo, em outros termos, indicam considerável número de morte celular.

Ainda com relação ao gráfico da figura abaixo, podemos observar que, poucas foram às diferenças em porcentagem de integridade celular nas dosagens mais altas, demonstrando que, em dosagens de cortisol mais elevadas o fator tempo oferece pouca interferência, sendo logo, visivelmente sensíveis. Da mesma forma observa-se que os efeitos sobre a integridade da membrana ocorrem a partir da concentração de 0,25 μM , apresentando queda nos parâmetros maior que 50 % em ambos os períodos de tempo. Descreve-se apenas dois momentos de recuperação ou adaptação da linhagem em questão, sendo nas concentrações 1,0 μM no período de 24 horas e na concentração 0,25 μM em 48 horas; porém tais períodos de suposta recuperação não se sustentam com o aumento da dosagem, sendo seguidos de queda acentuada dos valores, que no período de 48 horas, chegam à zera.

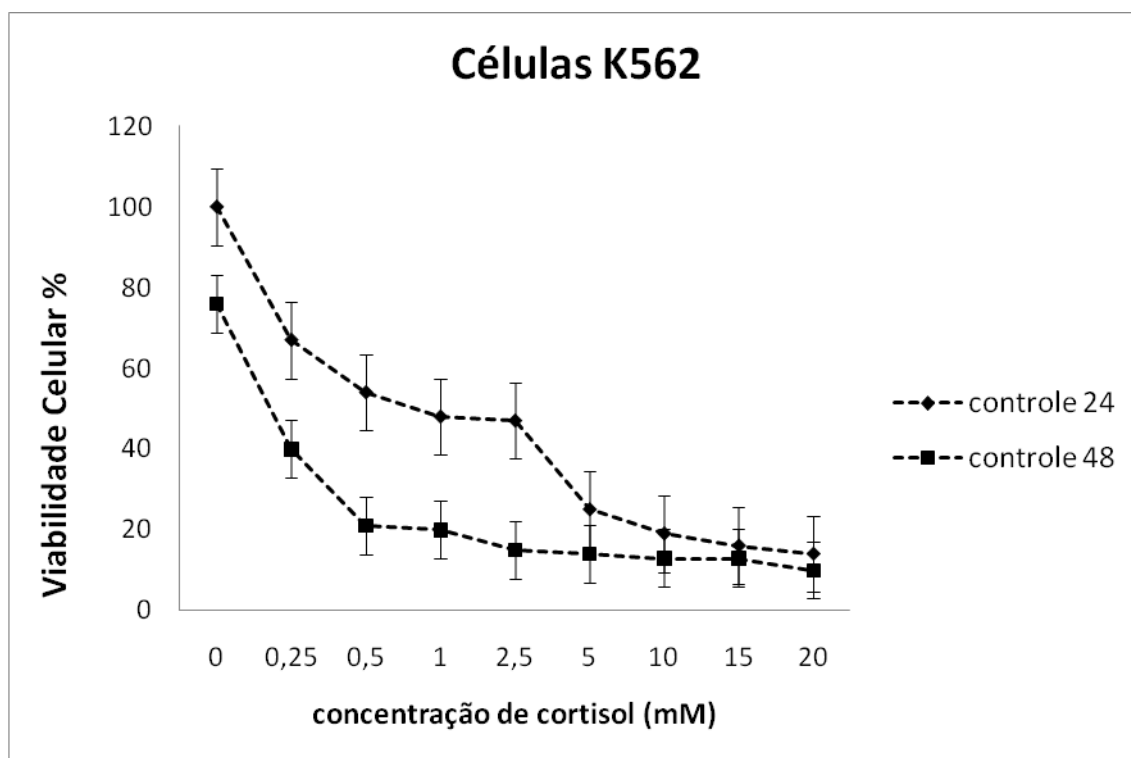


Figura 3 - Ensaio de viabilidade celular pelo método de exclusão com azul de tripan, linhagem HEp-2.

A figura 4 apresenta os resultados obtidos através do teste de Azul de Tripan em linhagem K562. Assim como o gráfico anterior (figura 3), o gráfico na figura abaixo também está dividido em duas curvas, diferenciadas pelo período de incubação das células por cortisol, sendo 24 e 48 horas, assim como pelos valores crescentes nas dosagens de cortisol administradas.

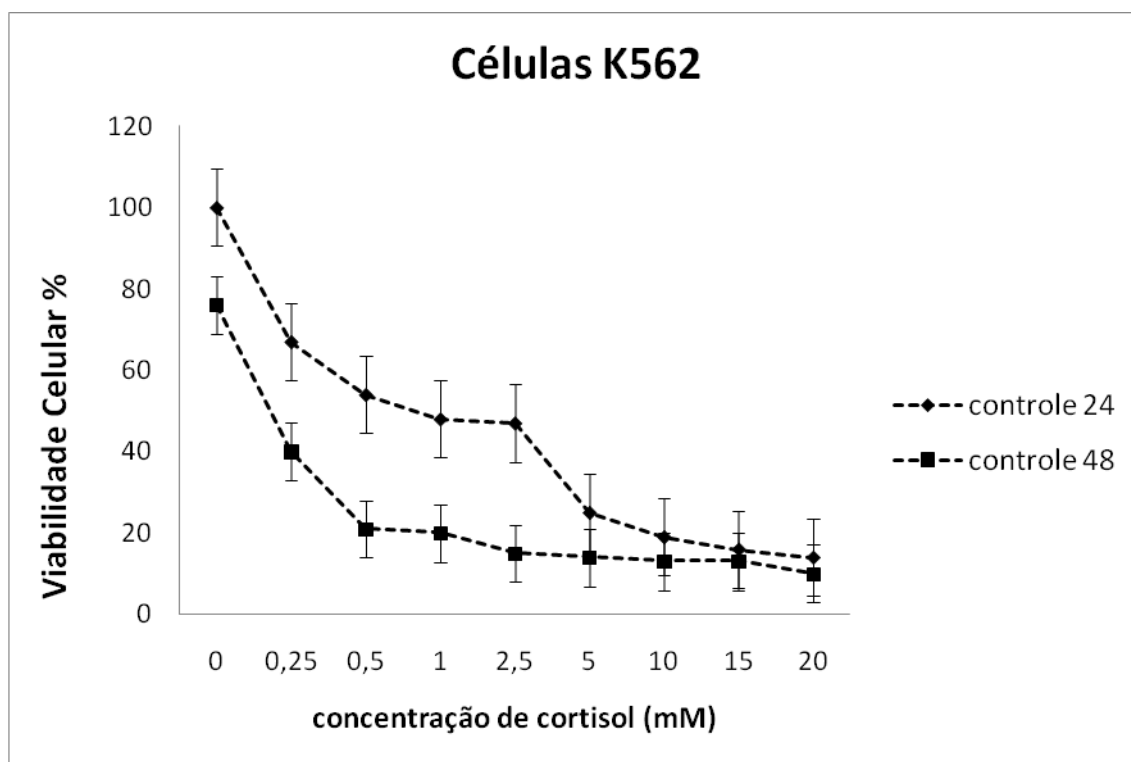


Figura 4 - Ensaio de viabilidade celular pelo método de exclusão com azul de tripan. linhagem K562.

A primeira vista observa-se que, embora em intensidade menor que a observada na linhagem HEP-2, a linhagem K562 também foi sensível, no que diz respeito à integridade celular, as crescentes concentrações de cortisol, tanto no período de 24 horas como em 48 horas, sendo esse último período significativo. Pode-se observar ainda que, logo na primeira concentração ocorre uma queda nas células com membrana íntegra que varia de 30 % a 50 %, nos períodos de 24 e 48 horas, respectivamente. Outro fator importante observado é a presença de um período de estabilização na dosagem de 1 μM , no período de 24 horas, que não se mantém, ocorrendo forte queda nos valores na concentração de 0,5 μM . No período de 48 horas observa-se uma maior estabilidade dos valores, embora baixos (por volta de 20% de membranas íntegras) em concentrações de cortisol que se inicia em 2,5 μM até 15 μM , seguido de leve queda no valor final de 20 μM . Interpretações quanto a tal observação sugerem que, as células que sobreviveram até dosagens mais elevadas do hormônio, possivelmente conseguiram se adaptar a esse, o que é sugerido pela estabilização nos valores de viabilidade de membranas encontrados nas concentrações anteriormente descritas.

As figuras 5; 6; 7 e 8, se relacionam aos resultados de marcação com Hoechst e iodeto de propídio em ambas as linhagens, K562 e HEp-2, nos períodos de incubação de 24 e 48 horas, nas seguintes concentrações: controle ; 0,25 μM ; 0,5 μM ; 2,5 μM ; 10 μM ; 20 μM .

Na figura 5, são apresentadas as imagens de fluorescência, merge e campo claro da linhagem HEp-2, no período de 24 horas. Observa-se que, a concentração crescente, interfere com a adesão das células ao substrato. Tal observação sugere que, o baixo número de células visíveis sob a microscopia se justificaria pelo fato de que, quanto maior a concentração de cortisol, menor a aderência das células ao substrato, as mesmas foram removidas no processo de marcação, quando comparadas ao grupo controle (figura 5a).

Na figura 6 apresenta imagens de fluorescência, merge e campo claro da linhagem HEp-2, no período de 48 horas. Observa-se que da mesma forma, as imagens que revelam quadros apoptóticos e necróticos foram encontrados em números mínimos. Assim como na figura 5, verifica-se a perda de adesão, porém, observa-se que tal perda de aderência já se dá com maior intensidade na primeira dosagem de cortisol analisada (0,25 μM). Novamente, sustenta-se a hipótese de que, quanto maior a dosagem de cortisol, e quanto maior o tempo de incubação, maiores as dificuldades de aderência e ancoragem, fator que justificaria a acentuada ausência de células.

Na figura 7, são apresentadas as imagens de fluorescência, merge e campo claro da linhagem K562, no período de 24 horas, seguindo os mesmos protocolos das imagens anteriores. Nessa imagem (figura 7) verificam-se quadros de apoptose tardia e necrose na maior concentração, caracterizados pela coloração vermelha do iodeto de propídio. Quadros esses que visivelmente aumentam de acordo com as maiores concentrações de cortisol. Em última análise observamos na figura 8, imagens da mesma avaliação em linhagem K562, porém agora no período de 48 horas. Podemos observar que, o número de células em processo necrótico pode ser considerado maior do que a quantidade encontrada na análise de período de 24 horas (figura 7). Fato que colabora para a hipótese de que o cortisol pode ser responsável por tais quadros de morte, quando comparados ao controle, tais quadros visivelmente não são encontrados, colaborando com resultados apresentados na figura 3.

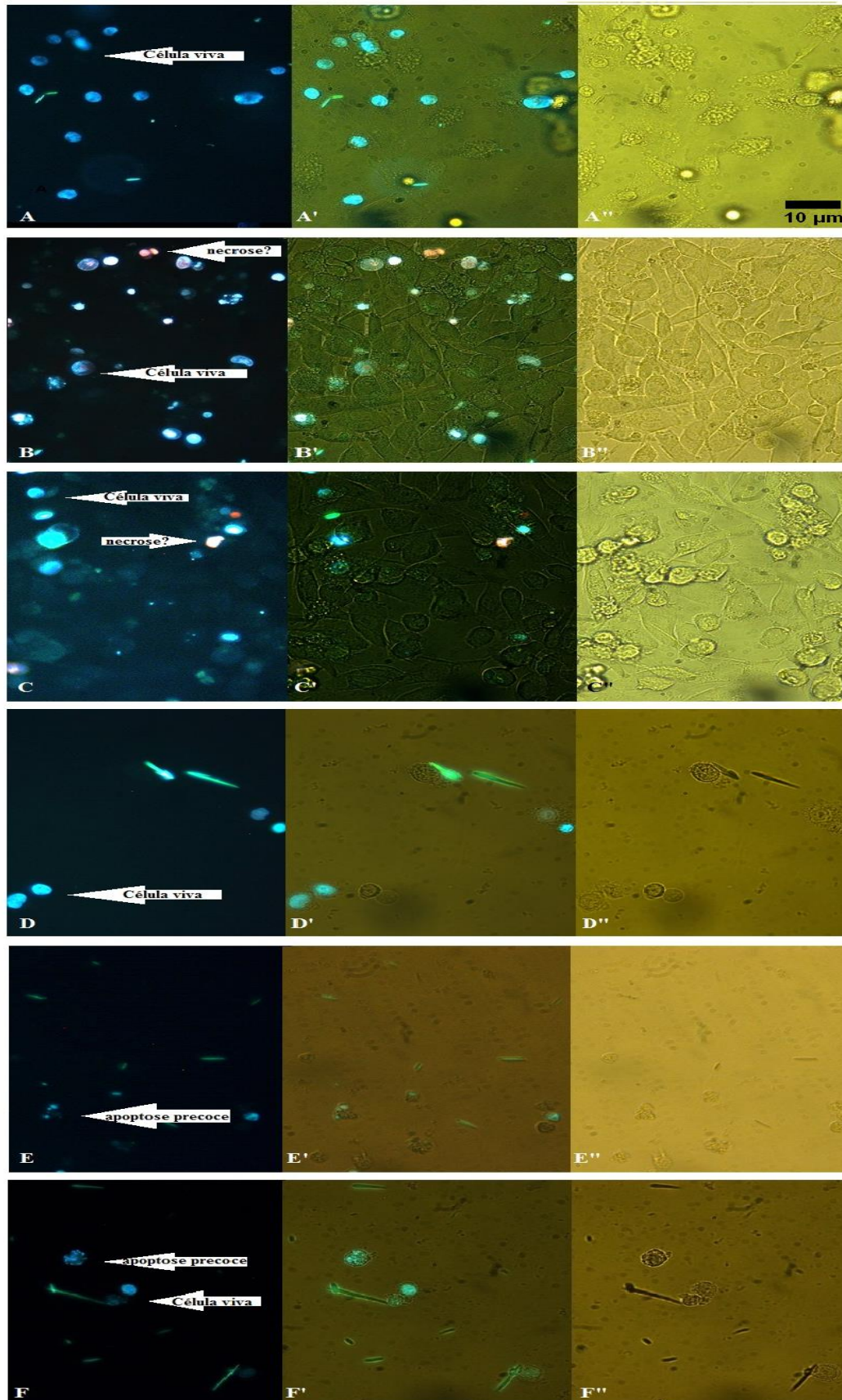


Figura 5. Células HEP-2 incubadas com Hoescht e iodeto de propídio em período de 24 horas. Dosagens de cortisol: A- controle ;B 0, 25µM;C 0,5 µM; D 2,5 µM;E 10 µM;F 20µM; A' ; B' ; C' ; D' ; E' ; F' ; sendo mergee A'';B''; C'';D'';E''eF''sendocampo claro.

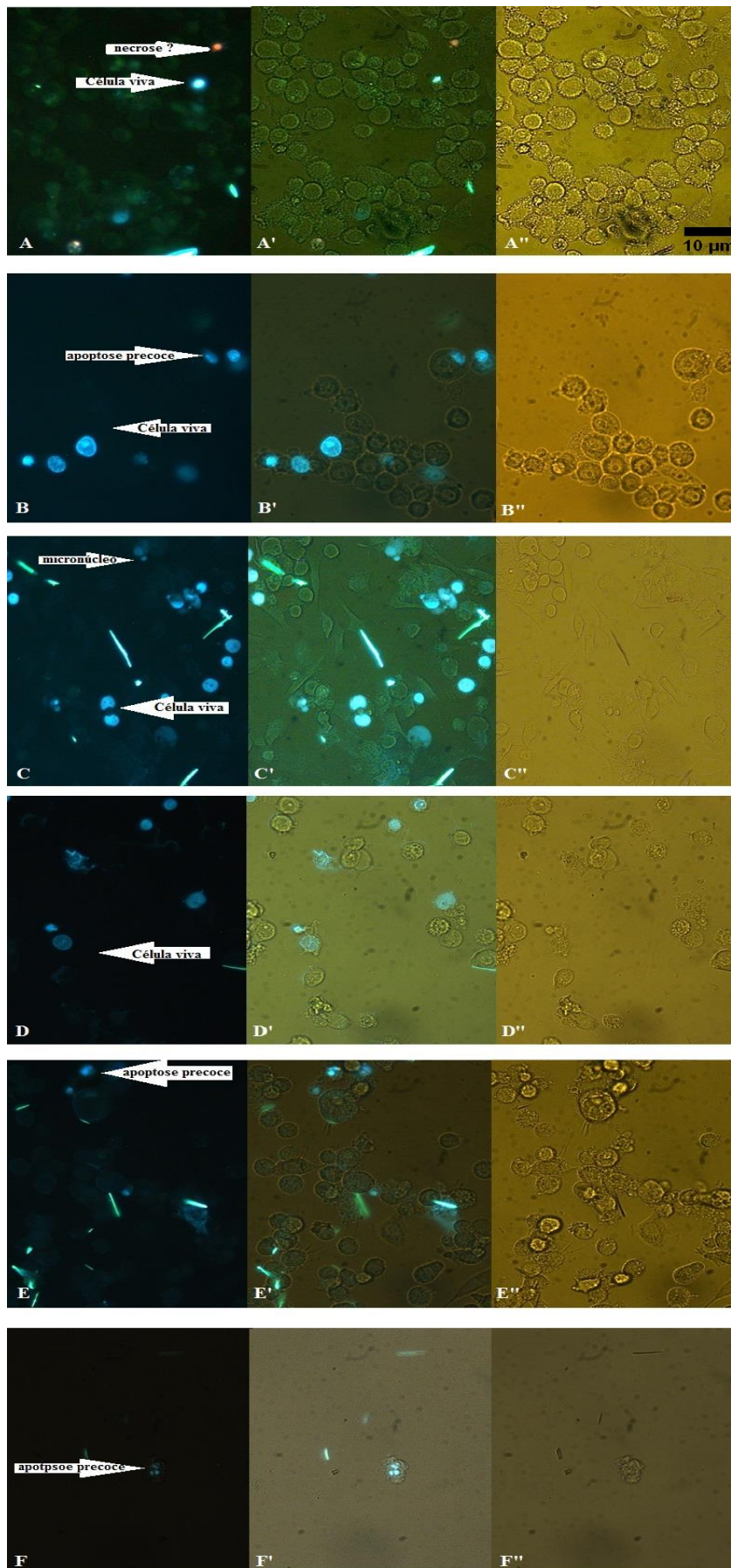


Figura 6. Células HEP-2 incubadas com Hoescht e iodeto de propídio em período de 48 horas. Dosagens de cortisol: A- controle; B 0, 25 μ M; C 0,5 μ M; D 2,5 μ M; E 10 μ M; F 20 μ M; A'; B'; C'; D'; E'; F'; sendo mergee A";B"; C";D";E"eF"sendocampo claro.

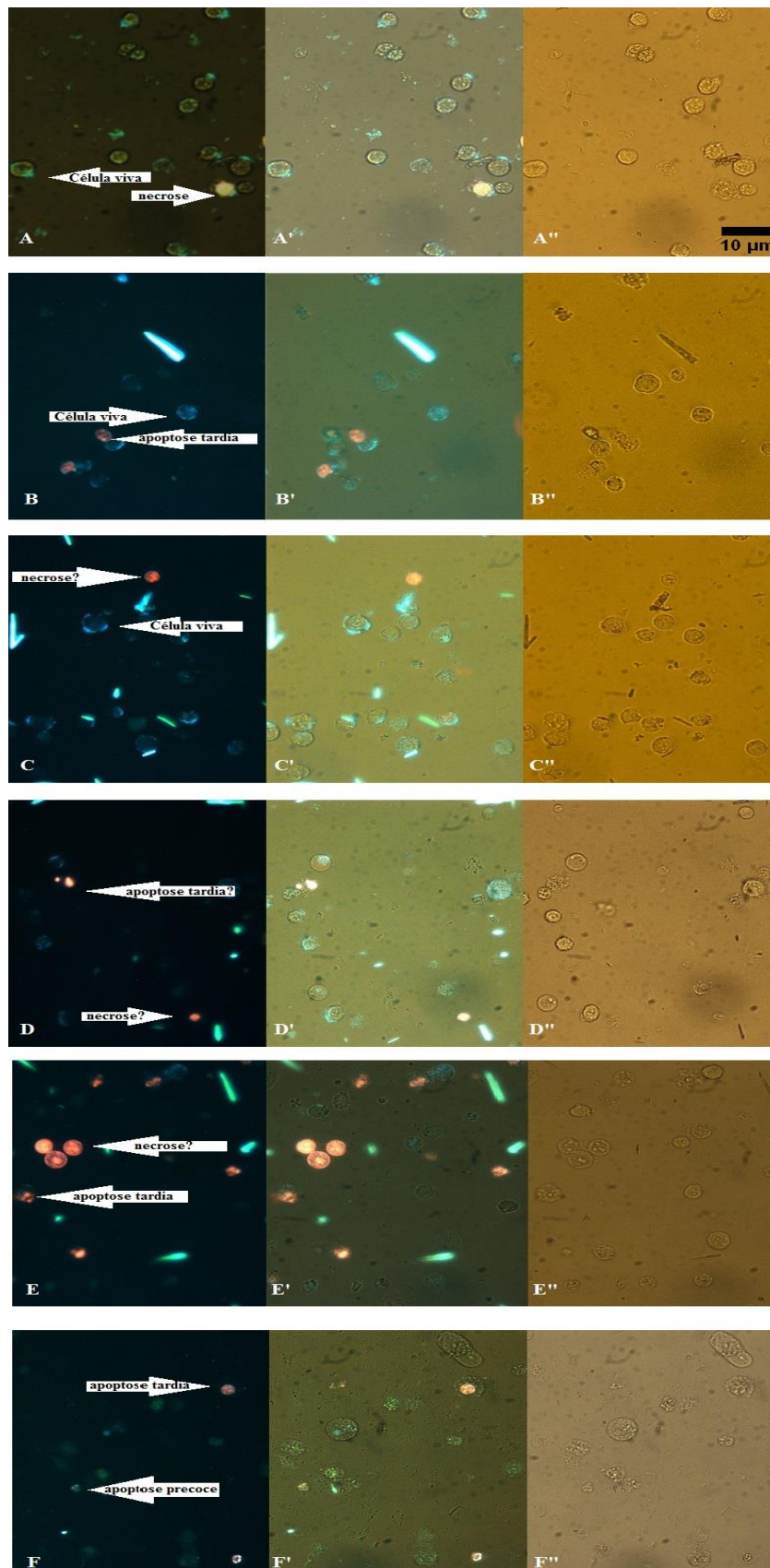


Figura 7. Células K562 incubadas com Hoescht e iodeto de propídio em período de 24 horas. Dosagens de cortisol: A- controle ; B 0, 25 μ M; C 0,5 μ M; D 2,5 μ M; E 10 μ M; F 20 μ M; A'; B'; C'; D'; E'; F'; sendo mergee A";B"; C";D";E"eF"sendocampo claro.

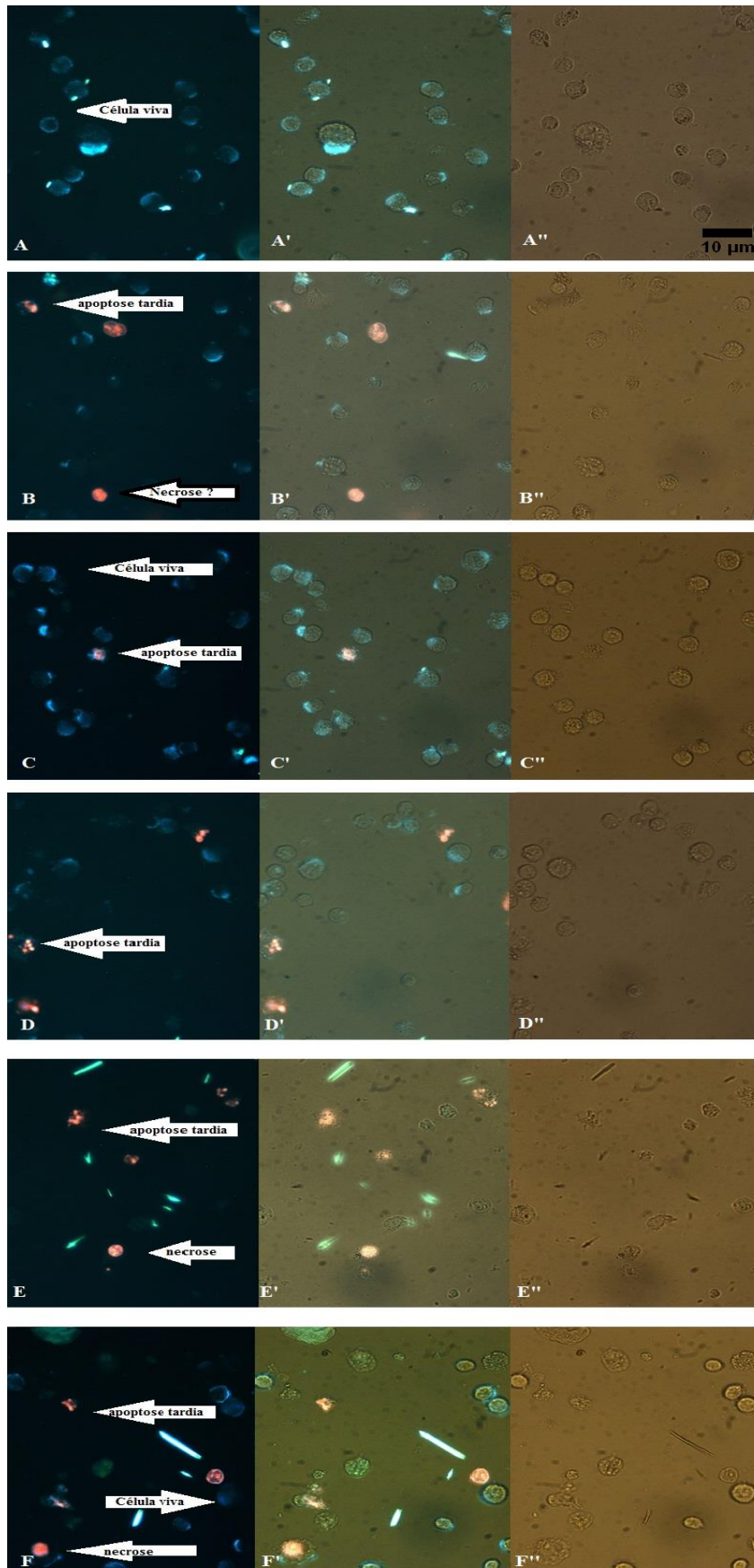


Figura 8. Células K562 incubadas com Hoescht e iodeto de propídio em período de 48 horas. Dosagens de cortisol: A- controle; B 0, 25 μM; C 0,5 μM; D 2,5 μM; E 10 μM; F 20 μM; A'; B'; C'; D'; E'; F'; sendo mergee A"; B"; C"; D"; E" e F" sendo campo claro.

DISCUSSÃO

No presente estudo, o hormônio do estresse, cortisol, diminuiu significativamente a viabilidade celular e a proliferação *in vitro* das células HEp-2 de maneira dependente da dose e do tempo por meio de dois mecanismos diferentes: necrose e apoptose. Utilizamos o ensaio azul de Trypan, que avaliou a integridade da membrana e o MTT, que mede a potência de redução mitocondrial produzindo formazan, um composto colorido. Portanto, é uma medida integrada de viabilidade, proliferação e atividade metabólica e, portanto, é razoável fazer um teste para avaliação da saúde celular. No entanto, concentrações de cortisol inferiores a 5 μM não mostraram efeitos de toxicidade celular nas células K562 em comparação com o grupo não tratado (concentração zero) e, portanto, para a avaliação da toxicidade do cortisol, concentrações superiores a 5 μM foram consideradas, os mesmos resultados foram obtidos células-tronco neurais (Abdanipour et al., 2014).

Na avaliação dos resultados da incubação de cortisol com células Hep-2 às 48 horas, o hormônio demonstra o efeito citotóxico em células tumorais desse tipo, afetando a membrana plasmática e a atividade mitocondrial. Os dados obtidos na avaliação do óbito celular apoptótico intrínseco mostram processo mediado pela atividade mitocondrial, conforme sugerido por (Elmore, 2007), que, entre outras causas, a morte celular via via apoptótica mitocondrial pode ser iniciada por concentrações crescentes de corticosteróides no interior as células. Ainda segundo esses autores, a base bioquímica de tais processos ainda não está clara.

As células K562 apresentaram ligeira resistência a doses menores de cortisol em comparação com os dados da linha HEp-2. Da mesma forma, pode-se observar que a queda nos valores da integridade da membrana foi mais acentuada do que a diminuição encontrada nos valores do metabolismo mitocondrial, que permaneceu com pouca alteração na concentração de 1 μM , em contraste com a queda observada no mesmo intervalo de valores de integridade da membrana. Outro fator importante observado está relacionado às doses mais altas de cortisol, entre 10 μM e 20 μM , a linhagem que apresentou maior resiliência e adaptação, principalmente no período de observação de 48 horas, onde essa resistência começou no cortisol 2,5 μM . Em outras palavras, em 48 horas, depois que um número de aproximadamente 75% das células perdeu a integridade da membrana, os 25% restantes começaram a mostrar maior resistência. A população permaneceu quase inalterada, apesar de um aumento de 20 vezes no cortisol e de 1 μM a 20 μM , dados semelhantes foram relatados em outros estudos, observando que quando as linhas celulares K562 foram expostas a inúmeras substâncias anticâncer, uma pequena porcentagem de células tendia mostrar

resistência à substância utilizada, voltando a gerar crescimento tumoral, agora resistente. Além disso, segundo o autor, essa adaptabilidade é subvalorizada até o momento (Lozzio e Lozzio, 1975; Schaffel e Simoes, 2008).

Um efeito semelhante, mas em menor grau, também pode ser observado em 24 horas e, a partir de 5 μM , o número de células com membranas intactas muda de bit, parecendo estabilizar até a dosagem máxima de 20 μM . Estudos descrevem que as ações dos glicocorticóides encaminhadas para as células tumorais podem às vezes ter ação pró-apoptótica, outra ação protetora dos quadros de indução apoptótica; variações dependentes dessa concentração de glicocorticóides, tempo de exposição e características do tecido, bem como do indivíduo em questão (Herr et al., 2003; Herr e Piftzenmaier, 2006; Zhang et al., 2006). É necessário salientar que os estudos mencionaram que a linhagem celular K562 tem a adaptabilidade característica a agentes causadores de lesão, que a análise em questão pode relacionar-se à provável adaptabilidade observada nas últimas concentrações de cortisol (Delgado-Cañedo, A., Santos, D. G. dos, Chies, J. A. B., Kvitko, K., & Nardi, N. B. 2006).

Os autores concluíram que a concentração de cortisol nas células estaminais neuronais é alta, mas a concentração de cortisol é inibitória, resultando em perda de viabilidade celular e proliferação através do processo de apoptose e necrose. (Abdanipour et al., 2014). Sabe-se que os glicocorticóides inibem a diferenciação celular e o desenvolvimento de várias regiões sinápticas do cérebro ([16; 17]. Entretanto, pouco se sabe sobre o efeito das células tumorais do cortisol. Com relação aos dados encontrados nas imagens de fluorescência, há uma redução considerável na Células HEp-2 por períodos de 24 e 48 horas, a morte celular ocorre por apoptose e alterações na morfologia celular, indicando comprometimento da adesão ao substrato, dados contrários aos descritos por (Armaiz-Pena et al., 2009), O relato de sua revisão aumentou a capacidade de adesão das células tumorais aos hormônios do estresse induzidos pela matriz, particularmente no câncer de ovário. O tipo de morte celular induzida pelo cortisol na linha celular HEp-2 apresenta necrose e apoptose, mas quando analisamos os dados apresentados nas imagens de fluorescência e campo claro das células K562, podemos levantar outras questões: analisando as imagens no período de 24 horas e em 48 horas, podemos ver mais claramente o aparecimento de apoptose tardios e quadros de necrose em ambos os períodos. Da mesma forma, pode-se observar que o surgimento de tais estruturas de morte celular, possivelmente estão relacionadas ao aumento do cortisol e seu tempo de exposição. Assim, vemos o maior número de quadros de necrose e apoptose tardia em doses

mais altas e, quando comparamos os dois tempos de exposição, encontramos uma maior marcação dessas mortes no período de 48 horas.

CONCLUSÃO

Este trabalho demonstra que, de acordo com o tipo de tumor, a resposta ao estresse pode ser diferente. Investigações adicionais são necessárias para determinar os mecanismos exatos da apoptose e necrose das células K562 e Hep-2 mediadas pelo cortisol. Também em níveis moleculares. Compreender os mecanismos de estresse no desenvolvimento do tumor pode favorecer a projeção de novas terapias para reduzir o estresse no paciente.

O estudo dos efeitos do cortisol sobre o desenvolvimento de tumores apenas contribui para maiores estudos sobre a influência do estresse no desenvolvimento e tratamento das mais diversas patologias, dentre elas o câncer.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – DSM IV**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

Abdanipour A, Sagha M, Noori-Zadeh A, Pakzad I, Tiraihi T. In vitro study of the long-term cortisol treatment effects on the growth rate and proliferation of the neural stem/precursor cells. **Neurological Research**, VOL. 000 NO. 000. 2014

Barboza, Luciana P., et al. "Análise dos transcritos da translocação t (9; 22) em Leucemia Mielóide Crônica." **Rev. Bras. Hematol. Hemoter** v. 22, n.2, p. 89-98. 2000

Brandão ML, Lachat JJ. Noções básicas de neuroanatomia. In: Brandão ML, organizador. **Psicofisiologia**. São Paulo: Atheneu, 1995.

Boorkman, T. Introduction to Special Issue. *American Journal of Community Psychology*, v.19, n. 5, p. 643-650, 1991. In MONTEIRO, F. J. Ajuda-mútua e reabilitação. **Análise Psicológica** [online], São Paulo, v. 15, n.3, p. 449-452, 1997. Disponível em <<http://www.unifesp.br/grupos/fibromialgia/ajuda.mutua.pdf>>. Acesso em 29 de setembro do 2009.

Dalgalarrondo, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Delgado-Cañedo, A., Santos, D. G. dos, Chies, J. A. B., Kvitko, K., & Nardi, N. B. Optimization of an electroporation protocol using the K562 cell line as a model: role of cell cycle phase and cytoplasmic DNases. **Cytotechnology**, v. 51, n. 3, p. 141–148. 2006 doi:10.1007/s10616-006-9028-1

Dos Santos, RL, Pithon, MM, Martins, FO, Romanos, MTV, De Oliveira, Ruellas, AC. Evaluation of the cytotoxicity of latex and non-latex orthodontic separating elastics. **Orthod Craniofac Res**, Oxford, v. 13, n. 1, p. 28-33, 2010.

Fukuzuka, K., Edwards, C., Clare-Salzer, M., Copeland, E., Moldawer, L., & Mozingo, D.. Glucocorticoid-induced, caspase-dependent organ apoptosis early after burn injury. *American Journal Physiology. Regulatory, integrative and comparative physiology*, v. 278, n. 4, 1005-1018. 2000.

Herr, I; Piftzenmaier, J. Glucocorticoid use in prostate câncer and other solid tumours: implications for effectiveness of cytotoxic treatment and metastases. **Lancet Oncology**, n. 7, p. 425-430. 2006

Leavell, S.; Clark, E. G. **Medicina Preventiva**. SP: McGraw-Hill, 1976.

Lipp MEN. **Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp (ISSL)**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

Lozzio CB, Lozzio BB. Human chronic myelogenous leukemia cell-line with positive philadelphiachromosome. **Blood**. n. 45, p. 321–334. 1975.

McEwen, BS. Protective and damaging effects of stress mediators. *New England Journal of Medicine*, n. 338, p. 171-179. 1998

Menezes GB, Fontenelle LF, Mululo S, Versiani M. Resistência ao tratamento nos transtornos de ansiedade: fobia social, transtorno de ansiedade generalizada e transtorno do pânico. **Rev. Bras. Psiquiatr.** vol.29, suppl.2 [cited 2009-10-05], pp. S55-S60. 2007 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-4446200700060004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 de setembro de 2009.

Moore. A. E.; Sabachewsky, L.; Toolan, H. W. Culture characteristics of four permanent lines of human cancer cells. **Cancer Res**, Chicago, v. 15, n 9, p. 598-602, 1955.

Mosmann, T. Rapid colorimetric assay for cellular growth and survival: application to proliferation and cytotoxicity assays. **J Immunol Methods**. v. 65, n. 1-2, p. 55-63. 1983.

Roninson, I.B.; Broude, E.V.; Chang, B.D. If not apoptosis, then what? Treatment-induced senescence and mitotic catastrophe in tumor cells. **Drug Resistance Updates**, n. 4, p. 303-313. 2001

Sandberg AA, The Chromosomes in human leukemia. **Semin Hematol** n. 23, p. 201-217. 1986

Schaffel, Rony; Simoes, Belinda P. Leucemia Linfoblástica Aguda Filadélfia positiva. **Rev. Bras. Hematol. Hemoter.** São Paulo , v. 30, supl. 1, Apr. 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-84842008000700013&lng=en&nrm=iso>. access on 16 Jan. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-84842008000700013>.

Sephton, S.E., Sapolsky, R.M., Kraemer, H.C., & Spiegel, D. Diurnal cortisol rhythm as a predictor of breast cancer survival. *Journal of the National Cancer Institute*, n. 92, p. 994-1000, 2000

Soares, AJA and Alves, MGP. Cortisol como variável em psicologia da saúde. **Psic., Saúde & Doenças**, Lisboa , v. 7, n. 2, 2006 .Disponível em <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862006000200002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 03 dez. 2014.

Palermo, EF, Sovadinova, I, Kuroda, K. Structural determinants of antimicrobial activity and biocompatibility in membrane-disrupting methacrylamide random copolymers. **Biomacromolecules**, Washington, v. 10, n. 11, p. 3098-3107. 2009.

Okada, H.; Mak, T.W. Pathways of apoptotic and non apoptotic death in tumour cells. **Nature Reviews Cancer**, n. 4, p. 592-603, 2004.

Toivanen H. **Occupational stress in working women and the benefits of relaxation training** [Tese de Doutorado]. University of Kuopio, Finland, 1994.

Toolan, H W. Transplantable human neoplasms maintained in cortisone-treated laboratory animals: H. S. #1; H.Ep. #1; H.Ep. #2; H.Ep. #3; and H. Emb.Rh. #1. **Cancer Res**, Chicago, v. 14, n.9, p.660-674, 1954

Rabin, B.S., Cohen, S., Ganguli, R., Lysle, D.T., &Cunnick, J.E. Bidirectional interaction between the central nervous system and the immune system. **CRC Critical Reviews in Immunology**, n. 9, p. 279-312. 1989

Rabin, B.S. **Stress, immune function and health: The connection**. New York:Wiley-Liss. 1999.

Russo C, Carroll A, Kohler S, Borowitz M, Amylon M, Homans A, Kedar A, Shuster J, Land V, Crist W, et al.Philadelphia chromosome and monosomy 7 in childhood acute lymphoblastic leukemia: a Pediatric Oncology Group study. 1991. **Blood**. n. 77, p. 1050-1056.

MUDANÇAS DE COMPORTAMENTOS E ATITUDES DA PESSOA EM PSICOTERAPIA: UM CASO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA ABORDAGEM HUMANISTA

Rosa Frugoli¹
Ariane Mendonça²
Isabela S. Rangel³

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa foi identificar as mudanças de comportamento e de atitudes ocorridas em clientes durante o período de processo psicoterápico, a partir da abordagem Humanista Existencial na prática clínica com mulheres em situação de violência. Este estudo trata-se de um recorte de pesquisa ocorrida em 2017 de Trabalho de Graduação (TG) do Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté, que teve como tema a Violência de Gênero.

Na investigação utilizou-se do modelo de pesquisa qualitativa a partir de um estudo documental de uma cliente atendida no Centro de Psicologia Aplicada (CEPA) da Universidade de Taubaté, tinha 37 anos e como queixa trazia relato de violência doméstica. Por meio do documento, prontuário, foi realizado a análise de conteúdo que possibilitou o aparecimento de categorias que sustentaram a análise ocorrida por meio das perspectivas teóricas humanistas. Da análise das categorias encontradas, sendo Poder Judiciário, Filho, Ex-marido, Percepções Pessoais, Namoro e Intervenções, analisaram-se as mudanças ocorridas na cliente.

Dos resultados alcançados no que se referiam as mudanças comportamentais e de atitudes das quais estas dependiam exclusivamente a iniciativa da cliente, verificou-se que estas ocorreram. Entretanto, das ações que dependiam de outros, como nas categorias Filho, Ex-marido e Poder Judiciário não houve evidências de que suas ações e atitudes reorganizavam seu campo fenomenológico. Deste contexto, a pesquisa revelou que as intervenções psicoterápicas possibilitaram a cliente ter disponibilidade em agir somente sobre

¹ Psicóloga, professora de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde (UMESP), professora de Psicologia da Escola de Ciências Médicas (UMESC) e professora do Departamento de Psicologia (UNITAU). Coordenadora do grupo de pesquisa Nepag-Saúde/CNPq.

² Psicóloga, bolsista CAPES/TAXA, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde/UMESP. Integrante do grupo de pesquisa Nepag-Saúde/CNPq.

³ Psicóloga formada pela Universidade de Taubaté.

conteúdos privados, o que remete a necessidade de se incluir neste processo os atendimentos interdisciplinares de rede intersetorial.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A ABORDAGEM HUMANISTA

Nesta abordagem a experiência consciente, a crença na integralidade entre a natureza e a conduta do ser humano no livre arbítrio, espontaneidade e poder criativo formam as bases da visão de homem (FRAZÃO; FUKUMITSU, 2013).

As experiências do sujeito formam sua subjetividade que são advindas de processos sociais, culturais e outros que se manifestam também por meio de fenômenos psicológicos (BOCK, 1997). Então, as experiências manifestadas devem ser expostas à temporalidade, vistas de modo fluido e não estático, na totalidade do indivíduo e no confronto com outras realidades. A integração entre o indivíduo e o mundo permite que a pessoa sinta a realidade presente, libertando-se das exigências do passado e do futuro (ROGERS, 1992).

Um dos principais teóricos da abordagem foi Carl Rogers que defendeu uma visão positiva do homem, o qual possui uma tendência para atingir sua auto atualização, para a autoconsciência ou autodeterminação e a liberdade de decidir seu próprio destino. A tendência à auto atualização é a busca pelo desenvolvimento de todas as suas potencialidades visando o seu crescimento contínuo. Para o autor o autoconceito da pessoa é formado a partir da congruência entre a experiência vivida e a consciência dessa experiência. Já a incongruência seria uma desarmonia entre aquilo que vivencia e aquilo que simbolizou (ROGERS, 1992).

Segundo Rogers (1992), quando o ser humano vivencia um contexto relacional livre de ameaças à integridade do seu eu, livre de julgamentos e com aceitação incondicional positiva ele torna-se aquilo que verdadeiramente é, ou seja, congruente com as suas experiências e suas percepções dessas experiências. Porém, num ambiente carregado de perigos e ameaças ao seu eu, ele desenvolve percepções distorcidas da realidade, não as simbolizando e muitas vezes negando essas experiências incompatíveis com o seu autoconceito.

Para Rogers (1992), os indivíduos bem ajustados a si mesmo, psicologicamente têm autoconceitos realistas e a angústia psicológica, ao contrário, é advinda da desarmonia entre o autoconceito real (o que se é de fato) e o ideal para si (o que se deseja ser). Rogers (1992) ao estruturar a Terapia Centrada no Cliente compreende que a eficácia na psicoterapia não se dá

apenas nas práticas de técnicas que o terapeuta venha exercer em sessão, mas na prática de atitudes. Sendo essas atitudes a empatia, aceitação positiva incondicional e congruência. O cliente ao perceber que é aceito pelo terapeuta em todas as suas complexidades percebe que também pode se aceitar, e é nesta aceitação do cliente em relação a si que é possibilitado o ajustamento de seu self real com o seu self ideal, sendo esse ajustamento o objetivo da Terapia Centrada no Cliente⁴.

2.2 FASES DA PSICOTERAPIA

Para Rogers (1992) a psicoterapia está contida num processo que envolve fases. Necessariamente não são lineares, mas indicam possível direção.

Com a primeira fase, o trabalho é permitir que o cliente se perceba a si, que “ele é responsável por si mesmo”, que tem que dar conta dos seus problemas.

Na segunda fase, “experiência da exploração”, o cliente começa a se reconhecer como sujeito de suas ações e atitudes, a se redescobrir e a se aceitar, descobrir conteúdos negados e encobertos (pela incongruência do self ideal com o self real) que agora estão expostos e podem ou não serem aceitos.

Adentrando-se na terceira fase “experiência de reorganização do self” ocorre à medida que os conteúdos negados chegam à consciência. Nesta etapa o cliente vai alterando a imagem que ele tinha de seu self para a imagem dos conteúdos descobertos, este processo nem sempre é fácil, pois na maioria das vezes, esta nova imagem pode não ser nada do que a pessoa estava esperando, essa imagem pode não ser “boa”. A maior parte do self que a pessoa tinha é desconstruída para entrada de uma nova versão, o que pode gerar sensação de angústia, de desespero, de se encontrar em estado afetivo de sofrimento, mas assim que se reconhecem as incongruências contidas no self à mesma pode ser enfrentada produzindo uma alteração para a coerência.

Na quarta fase, ocorre a “experiência do progresso”, quando o cliente percebe que alguns de seus conteúdos, que anteriormente foram negados, agora são aceitos e não lhe causam mais dor, sofrimento e ou ansiedade, reconhece que aos poucos os problemas ou os conflitos de alguma maneira foram sendo resolvidos e assimilados.

⁴ Entende-se como self “uma configuração organizada de percepções (...) que são admissíveis para a consciência” (ROGERS, 1992, p. 159). É a percepção que o indivíduo possui sobre suas características e habilidades. Essas expressões estão relacionadas à forma como o indivíduo se vê, como ele se percebe (ROGERS, 1992).

Com a “experiência da conclusão” é comum que o cliente sinta medo por ter que enfrentar seus problemas sozinho, sem o apoio do terapeuta. Mas, nesta fase, sua percepção a respeito de suas potencialidades e limites permeiam sua consciência permitindo que o cliente faça escolhas baseadas em si mesmo.

2.3. MUDANÇAS OCORRIDAS NO PROCESSO PSICOTERÁPICO

Os processos terapêuticos eficazes consolidam mudanças na vida do cliente. As pessoas aprendem nesse contexto, mais de si, encontrando meios para organizarem seus conflitos de modo satisfatório. Dentro deste contexto é possível observar comportamentos que demonstram este progresso decorrente da psicoterapia.

Um dos primeiros comportamentos observados decorrentes da eficácia é o “conteúdo verbal apresentado pelo cliente” (ROGERS, 1992, p. 155). Quando o cliente está no início do processo terapêutico suas falas geralmente são relacionadas aos seus problemas e dificuldades, já no decorrer, quando o progresso começa a surgir, observa-se falas relacionadas ao entendimento de si. Quanto mais a pessoa se compreende, mais poderá discutir sobre seus problemas (ROGERS, 1992).

Clinicamente, há um movimento que parte dos sintomas para o self. A exploração do cliente gira primeiramente em torno dos vários aspectos, mas aos poucos, o interesse volta-se mais e mais para o self: “Que tipo de pessoa eu sou? Quais são meus verdadeiros sentimentos? Qual é o meu verdadeiro self? Uma quantidade crescente das conversas centra-se nesses tópicos” (ROGERS, 1992, p. 157).

Outra modificação frequente é o fato de no início do processo terapêutico o cliente tender a dizer sobre problemas e conflitos do passado. Posteriormente, passa a manejar “consigo mesma, com suas atitudes, emoções, valores e metas de maneira como existe atualmente” (ROGERS, 1992, p. 158). O cliente começa a se envolver mais nas descobertas presentes (de si). Em relação ao self, no final do processo terapêutico, as expressões tendem a ser neutras ou positivas, ao contrário do início do processo terapêutico em que geralmente, as expressões referentes ao self tendem a ser negativas⁵.

Outro aspecto que sofre modificações na terapia é a forma “como o cliente percebe os objetos em seu campo fenomenológico - suas experiências, seus sentimentos, seu self, outras

⁵ A aceitação do self, de acordo com a definição usada, significa que o cliente tende a perceber a si mesmo como uma pessoa de valor, digna de respeito e não de condenação; “[...] perceber seus próprios sentimentos, motivos, experiências sociais e pessoais sem distorção dos dados sensoriais básicos; sentir-se confortável ao agir em termos dessas percepções” (ROGERS, 1992, p 161-162).

pessoas, seu ambiente” (ROGERS, 1992, p. 165). No início, o cliente tende a ter uma visão reduzida dos fatos, enxergando-os fatos pelos sentimentos, pela maneira que ele avalia e em suas ideias. Com o progresso, enxerga os acontecimentos como realmente são, sem generalizar as pessoas ou eventos. É a “substituição de símbolos deficientes e generalizados por outros mais adequados, exatos e diferenciados”⁶ (ROGERS, 1992, p. 168).

A primeira coisa a se fazer para a recuperação desses conteúdos, é a revelação das contradições que o cliente demonstra em sua fala, é fazer com que o cliente perceba as incongruências apresentadas. Quando o cliente percebe suas incongruências é levado a procurar as causas de tais discrepâncias e conseqüentemente uma adequação do seu self (ROGERS, 1992)⁷.

Segundo Rogers (1992) é comum ver nos clientes, no início no processo terapêutico, um julgamento a partir dos valores que foram internalizados em sua trajetória de vida. Esses valores regerão o que é certo ou errado, bom ou mau para o cliente, fazendo com que ele se julgue de maneira inadequada, se julgue a partir do que a sociedade impõe.

E no decorrer da psicoterapia é possível verificar que o cliente percebe que esses conceitos podem ser modificados e poderá então realizar uma nova análise a partir de suas experiências e vivências e esta mudança parece caminhar na direção de uma unificação e integração maiores da personalidade; com um grau menor de tendência neurótica e uma diminuição da ansiedade, evoluindo para um grau maior de aceitação do self e da emocionalidade como parte do self; uma objetividade maior ao lidar com a realidade; mecanismos mais eficazes para lidar com situações geradoras de tensão; mais sentimentos e atitudes construtivos; e um funcionamento intelectual mais efetivo (ROGERS, 1992)⁸.

2.4. A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: DOR E SOFRIMENTO NA VIDA DAS MULHERES

A violência contra as mulheres é um problema de saúde pública pelas conseqüências que gera na saúde das mulheres e daqueles que estão envolvidos na situação (SILVA,

⁶ Segundo Rogers (1992) uma das mudanças mais importante vistas em psicoterapia são os conteúdos inconscientes, reprimidos, emergirem na consciência. Os conteúdos são reprimidos, pois a simbolização de tal experiência está em conflito com o conceito de self do cliente. A mudança do self é primordial para que os conteúdos reprimidos possam ser recuperados.

⁷ De um ponto de vista clínico descritivo, podemos dizer que a terapia bem-sucedida parece acarretar o processo de trazer à consciência, de uma maneira adequadamente diferenciada e precisamente simbolizada, experiências e sentimentos que, no momento, contradizem o conceito de self do cliente (ROGERS, 1992 p. 173).

⁸Para Rogers (1992), a partir do momento que o cliente percebe que suas experiências são aceitas pelo terapeuta ele começa a vê-las não mais como algo ameaçador, mas como uma possibilidade de viver. O cliente sai da zona de uma pessoa sem valor, que não é amado e que não é aceito para uma zona onde começa a se amar, a se valorizar e se aceitar por antes ter recebido isso do terapeuta.

TANIZAKA; SOARES, 2018). Inseridos neste tipo de violência, há a violência doméstica, aquela que ocorre com qualquer membro da família. No caso deste estudo de psicoterapia, a demanda da cliente foi sobre este fenômeno.

A violência sofrida pelas mulheres é um fenômeno complexo, pois geralmente os autores da violação de direitos é o parceiro ou ex- parceiro íntimo, aquele com quem a mulher conviveu (ou convive) trocando outras experiências afetivas, como também econômicas, sociais, familiares, religiosas, dentre outras. Estes elementos em conjunto, por vezes, tornam a denúncia ou a tentativa de resolução das situações de violências uma batalha para estas mulheres.

A violência contra as mulheres, sob qualquer tipo ou classificação, merece atenção coletiva, visto envolver conflitos de várias ordens, como jurídicas, afetivas, religiosas, familiares. Para Frugoli e Furquim:

Dificilmente as mulheres procuram ajuda externa nos casos de violência, sobretudo na psicológica. As mulheres tendem a aceitar e justificar as atitudes dos autores de agressão, protelando a exposição de seus sofrimentos até que violência física ocorra. O conhecimento sobre si e sobre os modos de ser dos outros permite a compreensão e a necessidade do autocuidado e a autovalorização de cada um. Ao me relacionar comigo mesmo poderei conseguir me relacionar com o outro, que virá como complemento de parceria. A partir daí, muitas ideias de senso comum podem ser quebradas como as de que os homens são violentos porque são doentes ou estão sob efeitos de drogas; somente mulheres “burras” ou pobres sofrem violência; a mulher é culpada pela violência; a mulher não denuncia porque é covarde ou gosta de apanhar e ser humilhada; a mulher que sofre violência poderia deixar seu parceiro abusivo se assim o quisesse (FRUGOLI; FURQUIM, 2019, p. 125).

Segundo Frugoli (et al., 2019) há situações que as mulheres permanecem em situações de violência por décadas e a dificuldade em realizar a formalização da denúncia não significa que os problemas não existiram anteriormente, pois neste contexto diversos fatores continuam influenciando o percurso da responsabilização dos atos de violência. Além de questões pessoais, a necessidade da proteção de um abrigo que não existem em muitos municípios, o apoio familiar, de vizinhos, de instituições assistenciais e de serviços de saúde pública são fundamentais para as mulheres terem condições de saírem das situações de violência.

Há de se considerar que embora esta situação geralmente seja vivida na individualidade de cada mulher, este é um problema coletivo. Da criminalização da violência

contra as mulheres, dentre seus vários tipos, a doméstica é uma das mais destacadas em virtude de sua gravidade e pouca visibilidade como crime⁹ (SILVA, 2017).

Este tipo de violência além de ser fato criminalizável, traz outras consequências sociais, inclusive para o campo da saúde por interferência direta sobre a saúde. Para Silva, Tanizaka e Soares (2018) o psicólogo, como profissional da área da saúde, mesmo intervindo em atividades clínicas, devem contemplar o fenômeno da violência contra as mulheres, considerando-o como manifestação individual, mas produzida numa sociedade que subordina a condição das mulheres nas relações de gênero.

3 MÉTODO

Para esta pesquisa documental foi utilizado o prontuário de uma cliente atendida em psicoterapia no CEPA. A mulher tinha 37 anos, mãe de 01 filho de 08 anos e demanda de violência doméstica. Escolheu-se esse caso, pois ele correspondia as exigências da pesquisa, que foi analisar os casos atendidos nas perspectivas teóricas Humanista Existencial, identificando se os mesmos apresentavam mudanças de comportamentos, atitudes e condutas durante o processo de psicoterapia na abordagem teórica citada. Dos casos levantados apenas 02 foram atendidos desde a triagem até o processo de psicoterapia na abordagem, porém apenas uma cliente havia assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Portanto, foi utilizado apenas este caso, em que o atendimento foi de março de 2017 a outubro do mesmo ano (os atendimentos posteriores a essa data não foram analisados) e que desde a triagem foi atendida nesta abordagem.

Do prontuário da cliente foi utilizado os seguintes dados: a) Ficha de Identificação; b) Contrato Profissional (em que o termo de consentimento livre e esclarecido, onde a cliente assina para autorizar que seus dados sejam usados para fim de pesquisa científica e formação profissional); C) Controle de Atendimento; D) Ficha de Evolução do Processo; E) Relatórios; e F) Anexos (das atividade técnicas expressivas realizadas).

Após a obtenção do prontuário foi realizada a análise dos dados. A análise teve como objetivo organizar e sintetizar esses dados como forma de proporcionar as respostas ao questionamento feito no presente trabalho. Por meio dos indicativos de Bardin (1977) os

⁹ Nas ações de enfrentamento da violência contra as mulheres, nos efeitos da Lei 11.340/06, configura-se a violência doméstica e familiar contra as mulheres, qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. Esta e outras leis, são tentativas no campo jurídico de criminalizar estas questões, pois os números referentes a esta problemática são significativos.

dados foram analisados pela Análise de Conteúdo, na seguinte ordem: 1) organização da análise¹⁰, 2) codificação¹¹ e, 3) a categorização¹².

Do levantamento das categorias, estas foram vinculadas as perspectivas teóricas da abordagem Humanista e Existencial e foram analisadas as mudanças ocorridas ou não nos documentos da cliente analisada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 DAS CATEGORIAS

4.1.1 Categoria 1: Poder Judiciário

Encontraram-se dados para esta categoria na primeira, segunda, quarta, sexta e nona sessão de psicoterapia.

1ª Sessão de Psicoterapia: “[...] disse que o médico conversou muito com ela e a instruiu em como agir frente ao juiz e perguntou como ela tinha agido no dia em que teve a audiência com o juiz. Cliente relatou que a advogada dela disse que agora tudo pode acontecer, o juiz pode já dar o veredito a partir da perícia feita ou o juiz pode marcar outra audiência. Relatou que az vezes bate insegurança, pois a justiça está nas mãos de homens e os homens falham.” (Recorrência 3).

2ª Sessão de Psicoterapia: “O processo que está há quase cinco anos na mão do juiz também a deixa apreensiva e que se o ex-marido tirar o filho dela ela disse que tem um treco.” (Recorrência 1).

4ª Sessão de Psicoterapia: “Disse que uma das coisas que mais lhe angustia é o processo da guarda do filho que já faz 4 anos que está na justiça e que não saiu até agora fazendo com que ela se sinta injustiçada.” (Recorrência 1).

6ª Sessão de Psicoterapia: “A estagiária pergunta como está a situação da guarda do filho e cliente diz que ela tem a guarda total, mas segue as instruções da audiência de conciliação onde eles a instruíram que o filho deve ficar com o pai duas vezes por semana. Desde então ele tem cumprido isso até que saia o veredito final. [...] Diz que sua causa já está

¹⁰ Para Bardin (1977) a organização da análise gira em torno da pré- análise em que ocorreu primeiro contato do pesquisador com os materiais a serem analisados. Na pré- análise se fez leitura flutuante para conhecer de forma geral todo o material a ser utilizado e a partir desta primeira leitura prepara o material para o próximo passo da pesquisa escolhendo os documentos a serem utilizados, formulando hipóteses e preparando o material para a análise.

¹¹ A codificação segundo Bardin (1977) é a transformação dos primeiros dados obtidos na pesquisa deixando-os mais nítidos em relação ao que se pesquisa. A codificação se dá em três etapas: o recorte (escolha das unidades), a enumeração (escolha das regras de contagem) e a classificação e a agregação (escolha das categorias).

¹² A categorização é o agrupamento de características parecidas. Reside em transformar os dados coletados em categorias de respostas de acordo com o que eles possuem em comum com os outros (BARDIN, 1977).

no juiz há quatro anos e meio, e que nesses quatro anos ela e seu filho vêm sendo refêns.” (Recorrência 3).

9ª Sessão de Psicoterapia: “Relata que foi orientada pela psicóloga do filho a ir até o conselho tutelar para obter orientações sobre os dias em que o filho precisa ir com o pai. Disse que o filho também quer ir ao conselho tutelar, pois ele não quer mais ir para a casa do pai [...] está buscando se respaldar dentro da lei para que nem ela e nem o filho sejam prejudicados.” (Recorrência 2).

Na categoria Poder Judiciário notou-se que a cliente não chegou à primeira fase da psicoterapia descrita por Rogers (1992) em que o cliente se percebe como responsável por si e pelas mudanças que deverá obter. De acordo com os relatos a cliente ainda se via vítima da situação judicial em que se encontrava e só teve alguma evolução nesta categoria quando houve orientação da estagiária que lhe indicou a procurar o Conselho Tutelar da sua cidade. Mesmo cliente identificando que o filho não queria a companhia do pai, também por ter recebido agressões físicas e psicológicas, pois constantemente era denegrada a imagem pessoal do garoto pelo pai, e isto poderia ser resolvido pela via judicial legal, a mesma não apresentava iniciativa de mudanças comportamentais e de atitudes perante o fenômeno. Nesta categoria indica-se que a cliente ainda é regida pelas normas morais (self ideal) em que se encontrava incongruente as situações de sua vida real.

4.1.2 Categoria 2: Filho

Encontraram-se dados para esta categoria na primeira, segunda, quarta, sexta e nona sessão de psicoterapia.

1ª Sessão de Psicoterapia: “Relatou que o maior medo dela é perder o filho para esses bens materiais” (Recorrência 5).

2ª Sessão de Psicoterapia: “Relatou também que desde o hematoma do filho o mesmo não tem conseguido dormir direito e que já faz três dias que ela não dorme. Disse que seu filho chora, mas que diz gostar do pai. Disse que mexer na ferida e ver o filho dela daquele jeito está mexendo muito com ela. Relatou que seu filho está perdendo cabelo de novo. Ela passou no dermatologista e ela disse que a queda do cabelo é emocional e disse que está batendo uma sensação de revolta, pois se trata de uma criança. Disse que seu filho chora dizendo que não consegue dormir e quando pega no sono começa a gritar ‘para pai’.” (Recorrência 4).

4ª Sessão de Psicoterapia: “Relata que o mais lhe dá esperança é o seu filho e que é por ele que ela luta.” (Recorrência 2).

6ª Sessão de Psicoterapia: “Relata que o mais lhe dá esperança é o seu filho e que é por ele que ela luta.” (Recorrência 7).

9ª Sessão de Psicoterapia: “Cliente relata que as duas semanas que ela não veio à psicoterapia foram muito difíceis, pois seu filho está com início de depressão. Relata que a terapeuta do filho tem sido muito boa para ele e que agora ele está conseguindo falar as coisas que quer falar para o pai. Relata que o filho chora a noite e está com queda de cabelo novamente. Disse que enquanto o filho dorme fala “para pai”. Disse que o filho relatou ter medo do pai bater muito nele. Relata que há algumas semanas o filho apareceu com um hematoma no braço onde o filho falava que foi feito na escola, mas que agora o mesmo vem trazendo indícios que foi algum tipo de violência sofrida na casa do pai e disse que essa situação acaba com ela.” (Recorrência 6).

Na categoria Filho mesmo demonstrando que seu filho passava por muitos conflitos em ter que ir visitar o pai e até mesmo ter ocorrido uma suposta agressão física no garoto sofrida a cliente não demonstra se sentir responsável por tais conflitos ao ponto de tomar alguma atitude para resolução deste problema, vendo o ex-marido como total responsável pelos conflitos existentes. Sendo assim, nesta categoria cliente também não demonstrou mudanças em seu comportamento, e assim como na categoria anteriormente descrita a cliente, nesta categoria, também não chegou à primeira fase da psicoterapia descrita por Rogers (1992).

4.1.3 Categoria 3: Ex-Marido

Encontraram-se dados para esta categoria na primeira e segunda sessão de triagem e na primeira, segunda, quarta, quinta, sexta e nona sessão de psicoterapia.

1ª Sessão de Triagem: “Queixa-se de ter sofrido agressões verbais por parte do ex-marido quando era casada”. (Recorrência 2).

2ª Sessão de Triagem: “Queixa-se das agressões verbais sofridas pelo ex-marido”. (Recorrência 1).

1ª Sessão de Psicoterapia: “Cliente relatou que se sente perseguida pelo ex-marido e que ela precisa matá-lo de dentro dela. Relatou chorando que ela vai conseguir fazer isso, pois ela

quer conseguir. Disse também que ele não merece nenhuma lágrima dela. Relatou que ele a ofendia com as palavras.” (Recorrência 5).

2ª Sessão de Psicoterapia: “Disse que se sente morta e que as palavras do ex-marido ainda estão dentro dela. Disse que não consegue nem olhar para o ex-marido, pois tem uma sensação de medo e revolta.” (Recorrência 3).

4ª Sessão de Psicoterapia: “Disse que o medo de ficar acabada é um e a vergonha de tudo o que ela passou com o seu ex-marido é outra. Relata que sua vergonha ficou cada vez maior desde quando seu marido a denegriu.” (Recorrência 2).

5ª Sessão de Psicoterapia: “Estagiária mostra para a cliente que aquela era a primeira sessão que ela conseguia falar do ex-marido sem chorar e cliente confirma.” (Recorrência 1).

6ª Sessão de Psicoterapia: “Estagiária pergunta o que acontece se o filho não for à casa do pai o dia que ele não quiser e cliente diz que o ex-marido já a ameaçou. Cliente relata que tem medo do ex-marido e que não olha para ele nem quando ele vem buscar o filho para ir à sua casa. Relata que depois que ela começou a namorar, o ex-marido parou de persegui-la, parou de jogar ovo na sua casa e de persegui-la de carro [...]” (Recorrência 4).

9ª Sessão de Psicoterapia: “Cliente relata que tem medo de ligar para o ex-marido para discutir esses assuntos e o mesmo fazer o filho sofrer na casa dele.” (Recorrência 4).

Na categoria Ex-marido cliente se vê como uma vítima das atitudes do marido não chegando ao primeiro processo de psicoterapia em que o cliente se percebe como responsável pelas mudanças que gostaria de obter. Porém, no decorrer das sessões cliente adquire certa estabilização emocional quando consegue falar do ex-marido sem chorar. Pode-se dizer, então, que os conteúdos referentes ao ex-marido, que antes eram dolorosos, a cliente em determinado ponto da psicoterapia, passou a não expressar emoções internas de sofrimento, fazendo com tais conteúdos que antes eram geradores de conflitos internos, agora, até certo ponto, passando a ser vistos pela cliente como experiências do passado. E o que antes eram experiências negadas, agora são conscientes, aceitas e passíveis de mudança, assim como descreve Rogers (1992) nas mudanças ocorridas com o cliente durante o processo de psicoterapia.

4.1.4 Categoria 4: Percepções Pessoais

Encontraram-se dados para esta categoria na quarta sessão de triagem e na primeira, segunda, quarta, quinta, sexta e nona sessão de psicoterapia.

4ª Sessão de Triagem: “Cliente relatou sobre sua semana e sobre as melhoras que teve desde que começou a passar no CEPA (fez as unhas e fez luzes no cabelo)”. (Recorrência 1).

1ª Sessão de Psicoterapia: “Disse também que o médico falou que ela é bem comunicativa e ela disse que é mesmo, mas que isso está ressurgindo agora que ela começou a fazer terapia e está conseguindo ser ela novamente. Disse que antes ela tinha medo e vergonha de se expor e agora ela se encontrou. Cliente relatou que antigamente para não tocar na ferida ela omitia tudo o que viveu.” (Recorrência 5).

2ª Sessão de Psicoterapia: “Disse que anda bem entristecida e que para ir ao CEPA é uma luta.” (Recorrência 8).

4ª Sessão de Psicoterapia: “Cliente relata que o fato estar conseguindo colocar para fora o que passou faz com que o processo terapêutico seja muito difícil. Porém mesmo que esteja muito difícil está fazendo muito bem para ela ao ponto de ela ficar esperando pela sessão durante toda a semana.” (Recorrência 6).

5ª Sessão de Psicoterapia: “Relata que agora está conseguindo ser outra A.P, com o pé no chão, mais estruturada, está conseguindo lidar com certas circunstâncias que antes não conseguia lidar, mesmo que ainda esteja sendo gerada.” (Recorrência 2).

6ª Sessão de Psicoterapia: “Cliente pediu para o que a estagiária pudesse fazer para ajudá-la para que fizesse, pois tem horas que ela acha que não terá mais força.” (Recorrência 5).

9ª Sessão de Psicoterapia: “Relata que quando passava com outra psicóloga em outra clínica não conseguia se abrir e ainda tinha medo do ex-marido, mas agora ela e o filho estão conseguindo se abrir [...]” (Recorrência 3)

Na categoria Percepções Pessoais ela demonstra mudanças em tais aspectos:

- 1) Voltar a fazer as unhas, pintar o cabelo;
- 2) Voltou a ser comunicativa;
- 3) Mudar os conceitos que tinha de si considerando que antes da psicoterapia a cliente acreditava que era tudo o que o ex-marido tinha dito a ela nas agressões psicológicas (fedida, inválida, entre outros);
- 4) Perceber o mal que o ex-marido fez a ela;
- 5) Voltar a dar risada e brincar com o filho;
- 6) Estar mais estruturada e conseguir lidar com circunstâncias que antes não conseguia;
- 7) Começar a usar roupas mais despojadas e coloridas;

Tais mudanças foram percebidas por meio das falas da cliente em relação a si mesma o que demonstra que a mesma se encontra na quarta fase da psicoterapia de acordo com Rogers (1992) em que a experiência do progresso ocorre quando o cliente percebe que alguns de seus conteúdos, que anteriormente foram negados, agora são aceitos e simbolizados. A cliente relata e demonstra por suas expressões corporais que está mais tranquila, ou seja, que aos poucos os problemas foram sendo resolvidos e assimilados.

4.1.5 Categoria 5: Namoro

Encontraram-se dados para esta categoria na primeira sessão de triagem e na primeira, segunda, terceira, quinta e sexta sessões de psicoterapia.

1ª Sessão de Triagem: “por tanto sofrer com o ex-marido não consegue ter um relacionamento pleno com o seu parceiro atual, com medo de que se repita o que sofreu no passado”. (Recorrência 1).

1ª Sessão de Psicoterapia: “Disse que pediu para o enteado e o namorado também passarem por atendimento no CEPA para que eles pudessem construir uma nova vida.” (Recorrência 1).

2ª Sessão de Psicoterapia: “Relata que seu namorado é uma pessoa muito boa, que aceita ela do jeito que ela é, que levanta a alto-estima dela, quando ela levanta descabelada ele diz que ela está linda e isso faz bem para ela.” (Recorrência 4).

3ª Sessão de Psicoterapia: “Cliente iniciou a sessão relatando que terminou o relacionamento com o seu namorado. Disse que não quer começar outro relacionamento sem antes se curar do relacionamento passado.” (Recorrência 1).

5ª Sessão de Psicoterapia: “Enquanto fazia esse trabalho contou de como gosta da sua+ advogada e de que não está mais indo na casa do namorado e que agora eles estão só namorando. Disse que falou para o namorado que quer ir com calma e quer se tratar para depois assumir outro compromisso. Relata que a mãe do filho do seu namorado agrediu o menino e que eles foram ao hospital e fizeram um B.O. Relata que essa mãe não quer mais que o menino passe no psicólogo. Disse que o namorado arrumou um emprego e que agora está sendo atendido no CEPA aos sábados. Acha que se afastar do namorado também está fazendo bem para ela, pois ela também estava sofrendo pelo filho do namorado. Ela estava ficando muito estressada com tudo, assumindo um papel de atlas e abraçando o mundo fazendo com que ela não tivesse tempo para se vir e se tratar. Disse que o namorado a entende

e que diz que vai esperar e quer se casar com ela. Cliente diz que se casar vai convidar as estagiárias para irem ao seu casamento.” (Recorrência 1).

6ª Sessão de Psicoterapia: “Em relação ao namoro agora ela está na casa dela e eles só se veem aos finais de semana. Disse que o namorado sentiu a diferença dela e até achou melhor eles se veem apenas aos finais de semana.” (Recorrência 1).

Na categoria Namoro ao perceber que tal relacionamento poderia estar prejudicando-a em diversas situações como desentendimento com o enteado, a cliente conseguiu ter autonomia para estabelecer alguns limites no relacionamento íntimo em que a mesma declarou ter tido melhoras por se posicionar pessoalmente. Considerando que de acordo com Rogers (1992) os processos terapêuticos são espaços de aprendizado em que o cliente aprende mais de si e encontra meios para resolver os seus problemas pode-se dizer que a cliente encontrou uma forma de solucionar um conflito que a incomodava de forma a melhorar a sua relação consigo mesma, com o filho e até mesmo com o namorado, mesmo deixando de morar parcialmente com o mesmo.

4.1.6 Categoria 6: Intervenções

Encontraram-se dados para esta categoria na segunda e na quarta sessão de triagem e na primeira, segunda, terceira, quarta, quinta, sexta e nona sessão de psicoterapia.

2ª Sessão de Triagem: “Estagiária fez escuta ativa”. (Recorrência 1).

4ª Sessão de Triagem: “Estagiária realizou escuta ativa. Após estagiária fez o encerramento do atendimento potencializando os aspectos positivos e informando-lhe da importância de continuar com o processo terapêutico no próximo semestre”. (Recorrência 1).

1ª Sessão de Psicoterapia: “Após a fala da cliente a estagiária pediu para que a cliente desenhasse o ex-marido numa folha A4. Cliente chorando desenha o mesmo, pintando a cabeça e o coração com muita força de caneta preta. Após ela desenhar e pintar a estagiária pediu para que ela rasgasse ou amassasse o desenho. A cliente rasgou o desenho falando que foi pelas vezes que ele a chamou de fedida, pelo coração podre que ele tem sem compaixão, pelas vezes que ele a agrediu com as mãos, pela vez que ele chutou a bunda dela. Depois a estagiária pediu para que ela jogasse tudo no lixo e a cliente jogou.

Depois de ter jogado todos os papéis no lixo ela disse que não conseguiria e não queria falar mais nada e passou alguns minutos chorando. Após disse que existem outros fatos que ela ainda não contou, mas que com o tempo vai falando. Então a estagiária disse que era para a

cliente pensar que aquele papel era um pedacinho do ex-marido que ele havia tirado de dentro dela e jogado fora, que aquilo era um pouquinho de tudo o que estava no coração dela, mas que aquele havia sido o primeiro passo e que um dia ele iria poder dizer que venceu.” (Recorrência 2).

2ª Sessão de Psicoterapia: “Cliente pergunta para a estagiária se ela está sendo egoísta, então estagiária pergunta se esse relacionamento está fazendo bem para ela. Cliente responde que até certo ponto sim. Então estagiária pergunta qual é o ponto que não está fazendo bem e a cliente diz que é a rebeldia do enteado que o seu filho vê e não gosta. E diz que nessa parte o relacionamento está fazendo mal e acredita que também está fazendo mal para o filho. Então estagiária diz que percebe pelas falas da cliente que esse relacionamento que ela está tendo é uma nova chance que ela está dando para si. Cliente confirmou dizendo que ficou três anos e meio sozinha. Então estagiária diz que o problema é o ex-marido que ainda está dentro dela falando o que ela não pode ou não fazer e o que ela é e não é. Então estagiária disse que talvez o problema não seja esse relacionamento novo dando como exemplo as falas da cliente em relação aos cuidados que o namorado tem com ela e a cliente confirmou.” (Recorrência 4).

3ª Sessão de Psicoterapia: “Disse que não quer ir morar em uma casa que está em reforma e que procura um terreno limpo e sem entulho para construir uma nova casa. Disse que ela, no momento, é esse terreno cheio de entulho e que precisa limpá-lo primeiro para depois construir uma casa. Então estagiária pegou uma folha redonda e disse à cliente que aquela folha simbolizava aquele terreno que é a cliente e que gostaria que ele colocasse naquele terreno (folha) todo o entulho no qual ela se referia. Com um lápis de escrever cliente desenhou várias cenas vivenciadas com seu ex-marido. Cliente passou o resto da sessão fazendo os desenhos e enquanto desenhava chorava e em vários momentos ficou com as mãos tremulas. No final da sessão disse que não conseguia mais desenhar e colocou a folha de lado. Estagiária deu alguns minutos para cliente, esperando-a enxugar as lágrimas e assuar nariz. Após estagiária pegou uma borracha e disse a cliente que aquela borracha era um trator e que quando a cliente quisesse ela poderia usar aquele trator para retirar algum entulho que está no seu terreno e que poderá substituí-lo por outras coisas (EVA colorido, glitter, tinta, lantejola, flores de EVA e de papel e outros utensílios trazidos pela estagiária). Então cliente disse que havia muito mais entulho que ela precisava colocar lá, mas que naquela sessão gostaria de colocar um brilho em cima do desenho que fez do filho dela no papel. Com a cola cliente desenhou um coração em cima do filho e colou glitter rosa.” (Recorrência 1).

4ª Sessão de Psicoterapia: “Então estagiária perguntou se a cliente iria querer fazer alguma mudança no terreno e a cliente disse que já veio pensando em colocar algo. Então ela pegou o lápis e acrescentou mais algumas agressões que ela sofreu. Após ela disse que queria finalizar com outra coisa, pegou a cola e colou uma flor em cima do bonecão do posto dizendo que ela era uma flor. Depois colou glitter na bengala. Terminou a sessão dizendo que ela era uma flor e que aonde tinha uma bengala agora tem vida e aonde tinha as palavras de humilhação tem vida. Saiu da sessão dizendo que estava se sentindo mais forte.” (Recorrência 4).

5ª Sessão de Psicoterapia: “Depois ela colou uma flor em cima das fraldas sujas e disse que antes eram fraldas sujas e que agora não era mais. Depois colou lantejoulas no prato de comida que o ex-marido deixava para ela na geladeira e que agora era a beterraba, a alface e o arroz dela. Terminou dizendo que hoje o que ela conseguiria fazer era aquilo. Então estagiária relembrou que a cliente tinha dito que verde simbolizava a vida e mostrou para a cliente que ela havia dado vida a itens como cama, cadeira de rodas, bengala, maca e que tudo que dava a impressão de doença, morte e incapacidade hoje ela havia colocado vida. Cliente disse que nas fraldas ela colocou uma flor, pois ela não é fedida. Ela disse que o desenho dela vai ficar lindo e que um dia ela vai enquadrar e colocar na sua casa, pois esse será o seu troféu.” (Recorrência 4).

6ª Sessão de Psicoterapia: “Estagiária iniciou a sessão perguntando como a cliente estava.” (Recorrência 1).

9ª Sessão de Psicoterapia: “Estagiária diz que o que estiver ao seu alcance para ajudar tanto ela como o seu filho ela estaria à disposição [...]” (Recorrência 3).

Na categoria Intervenções ao se referir a si mesma como um terreno cheio de entulho e que precisava limpá-lo para construir uma casa, cliente se torna responsável pelas mudanças que quer em sua vida. Quando se refere que desde que começou a psicoterapia está em um “caderno novo” isso simbolizou uma fase de mudanças em sua vida. Por meio das atividades técnicas expressivas cliente conseguiu ressignificar o modo como ela se via trocando os aspectos negativos que anteriormente ela achava que era (fedida, bonecão do posto e entre outros) e aspectos que traziam negatividade para sua vida como cadeira de rodas, maca de hospital, bengala e entre outros, por aspectos positivos como: flores e glitter verde que para ela simboliza a vida. Colocou em seus desenhos roupas coloridas das cores que ela gostava, cabelo e nos rostos que antes eram vazios ela colocou olhos e bocas felizes.

De acordo com Tellegen (1984) o ajustamento criativo não é apenas se conformar com o que aconteceu, mas superar o passado, levando-o apenas como bagagem histórica. Por meio das intervenções tal aspecto pode ser verificado quando a cliente conseguiu controlar o choro ao falar do ex-marido ou das agressões sofridas pelo mesmo e em uma das atividades expressivas ele fez um “X” em cima de todos os desenhos que o representavam simbolizando a anulação do significado que este ex-marido tinha dentro dela. De certa forma, a cliente conseguiu superar certos conflitos e certas visões que ela tinha sobre si por meio da atividade técnico expressiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo houve indicações sobre um caso de psicoterapia e suas fases a partir de Rogers (1992). Na primeira fase o cliente se percebe como responsável por si e pela resolução dos seus problemas. Nas categorias Ex-marido, Poder Judiciário e Filho percebe-se que a cliente não se viu como responsável pelas questões trazidas por ela nas sessões e por não se perceber como responsável não agiu em função de mudanças ou progressos. Nas categorias Percepções Pessoais e Intervenções por se perceber como parte do processo e responsável pelas mudanças (isso se observa nas falas da cliente referente as dificuldades que vem enfrentando desde que começou a psicoterapia, mas que continuaria vindo até que pudesse dizer que venceu seus conflitos) que gostaria de obter, indica-se que houve progresso e observou-se avanço nas fases descritas por Rogers (1992).

Sendo assim, a cliente chegou a segunda fase da psicoterapia quando conseguiu explorar os conteúdos que antes eram encobertos. A cliente relata que já fez terapia antes, mas que não havia conseguido se abrir para a outra terapeuta. Já neste processo de psicoterapia ao conseguir relatar os conflitos sofridos referentes ao abuso sexual na infância e as agressões sofridas no casamento ela conseguiu expor os seus conteúdos e começou a aceitá-los.

Ao expor esses conteúdos que antes eram negados a cliente passa para terceira fase da psicoterapia em que a cliente passa a alterar a imagem que tinha do seu self (fedida, bonecão do posto e entre outros). Segundo Rogers (1992) esse processo pode ser muito difícil para o cliente causando angústia, desespero. Isso ocorre, pois, o cliente visualiza a incongruência entre os selfs. Isso pode ser verificado quando a cliente diz que sua semana foi muito difícil, mas tentou trabalhar seus aspectos psicológicos durante todo o tempo.

Neste período, a cliente passa para a quarta fase que foi perceber que os conteúdos que antes eram negados agora não lhe causavam mais dor e sofrimento. A cliente chegou a tal fase quando, ao fazer a técnica expressiva projetiva, faz um “X” em cima de todas as figuras do ex-marido, relatando que o estava anulando, pois o mesmo já não tinha importância em sua vida e a partir daí a cliente passa a não chorar mais ao falar do ex-marido.

A quinta e última fase em que o cliente começa a enfrentar seus problemas sozinho, sem o terapeuta. Mas, esta fase não pode ser identificada, pois a cliente ainda estava em processo de psicoterapia.

Ao se discutir as categorias e relacioná-las as perspectivas rogerianas buscando responder a problematização desta pesquisa, que foi identificar mudanças comportamentais e de atitudes ocorridas em uma cliente durante o processo psicoterápico, tais mudanças ocorreram, pois a cliente teve um passo importante no processo psicoterápico que foi se perceber como responsável pelas mudanças que gostaria de obter em sua vida em relação a tais conflitos e ao se sentir aceita pela estagiária que a atendia. Porém, o que dependia de terceiros como mostra as categorias Ex-marido, Filho e Poder Judiciário parecem que não houve mudanças significativas, o que mostra que neste caso específico a abordagem Humanista Existencial não alcançou os conflitos trazidos pela cliente referentes a conteúdos externos dela. Em tais categorias a cliente não se sentiu responsável por tais conflitos e por não se sentir responsável não teve comportamentos e atitudes em prol da resolução deles.

Considerando a hipótese levantada de que a psicoterapia favoreceu o processo de mudança da cliente atendida pode-se considerar que a mesma foi confirmada, pois houve mudanças no que se referiam as questões internas de self da cliente atendida.

Também por meio do caso, pode ser visto o problema das situações de violência contra as mulheres. No período de atendimento do caso, foi colocado à cliente como suas experiências delineavam sua vida, e que a mesma (cliente) manifestava sofrimento significativos. Foi relevante as manifestações em que a percepção da cliente em relação às questões das violências revelava relatos permeado de responsabilização de si mesma sobre os vários tipos de violência contra as mulheres. Embora, tenhamos trabalhado com a mesma sobre possibilidades de ação sobre estes fenômenos, aqui aparece o quanto nossa sociedade legítima e responsabiliza as mulheres pelo recebimento da violação de direitos. Esta situação mostra-se como um problema coletivo demarca produções de subjetividades. Neste sentido, ofertar orientações e informações sobre este fenômeno e buscar alternativas para o atendimento na rede intersetorial são fundamentais, pois somente os atendimentos

psicológicos não permitiram sua emancipação enquanto sujeito social. Pontua-se que nesta cliente, o processo de psicoterapia, nesta abordagem, conseguiu alcançar questões internas de self, mas houve explicitamente houve a necessidade de um atendimento interdisciplinar para uma eficácia que atenda as diversas áreas da vida da cliente.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BOCK, A. M. B. Formação do psicólogo: um debate a partir do significado do fenômeno psicológico. **Psicologia ciência e profissão**, Brasília, v. 17, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931997000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 nov. 2017.
- FRAZÃO, L. M; FUKUMITSU, K. O. (Org.). **Gestalt-terapia: fundamentos epistemológicos e influências filosóficas**. São Paulo: Summus, 2013.
- FRUGOLI, R. et al. De conflitos e negociações: uma etnografia na Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 28, n. 2, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902019000200016>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- FRUGOLI, R.; FURQUIM, G. T. Conhece Violência contra as Mulheres? E a Psicológica? In: CAETANO, L. M.; SILVA, S. C. (org.). **Psicologia para Pais e Educadores**, vol. 02 - Desenvolvimento Moral e Social. Curitiba: Ed. Juruá, 2019.
- FRUGOLI, R.; TANIZAKA, H. Escola e Família: vamos discutir gênero? In: CAETANO, L. M.; SILVA, S. C. (org.). **Psicologia para Pais e Educadores**, vol. 02 - Desenvolvimento Moral e Social. Curitiba: Ed. Juruá, 2019.
- ROGERS, C. R. **Terapia Centrada no Cliente**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- SILVA, R. M. F. **A Delegacia dos Fundos: uma etnografia na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher**. 2017. 257f. Silva. Tese (Doutorado)- Escola Paulista de Medicina. Universidade Federal de São Paulo. São Paulo.
- SILVA, R. M. F.; BATISTA, V. G.; THEODORO, L. P. Intervenção Psicoterápica na abordagem Humanista/Existencial: um estudo de caso do Centro de Psicologia Aplicada da Unitaú (CEPA) In: OLIVEIRA, A. L; CASTRO, P. F. (Org). **Psicologia: diversos olhares**, Taubaté: EdUnitau, 2017. p. 1-238.
- SILVA, R. M. F.; TANIZAKA, H.; SOARES, S. A violência contra as Mulheres no percurso de vida: análise sobre um psicodiagnóstico de abordagem de base fenomenológica. In: OLIVEIRA, A. L.; CASTRO, P. F. (Org). **Psicologia: novos olhares**, Taubaté: EdUnitau, 2018. P. 143-162
- TELLEGEN, T. A. **Gestalt e Grupos: uma perspectiva sistêmica**. São Paulo: Summus, 1984.

O ADOLESCENTE, A ERA DO VAZIO E A CLÍNICA PSICANALÍTICA

Selma Rodrigues Soares
Maria Emília Sousa Almeida

1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem como objetivo compreender os processos de subjetivação do adolescente, sob o impacto das intensas mudanças e transformações da atualidade, considerando-se as contribuições da clínica psicanalítica contemporânea, cujo desafio é acolher as formas contemporâneas de adoecimento psíquico, consideradas patologias do ato e do vazio, inscritas nas configurações narcísicas da pós-modernidade.

Este capítulo inspirou-se no trabalho de graduação do curso de Psicologia da Universidade de Taubaté (SOARES, 2018), que buscou apresentar os processos históricos e sociais que conduziram às novas configurações familiares, considerando-se a família como primeiro modelo identificatório na constituição psíquica do adolescente, à luz da psicanálise.

Diante das novas estruturas familiares e de todos os aspectos desafiadores do mundo contemporâneo, a escuta psicanalítica pode ser um instrumento útil de subjetivação para o adolescente e um espaço no qual ele possa compreender sua singularidade, simbolizar seu desamparo e construir novas possibilidades de existência. Assim, espera-se que o presente trabalho contribua para uma reflexão sobre o manejo da clínica psicanalítica da adolescência na contemporaneidade.

A partir disso, o quadro estatístico apresentado a seguir dialoga com a observação de Ayub e Macedo (2011) com relação à escassez de pesquisas sobre o atendimento de adolescentes na abordagem psicanalítica.

Em uma pesquisa realizada no Brasil entre os anos de 2013 e 2014 envolvendo várias universidades do país foi realizado o primeiro estudo epidemiológico de representatividade nacional em que foram levantados dados de 74.589 adolescentes no quesito morbidades mentais em adolescentes. Apesar de estar contido numa pesquisa mais ampla denominada de Estudo de Riscos Cardiovasculares em Adolescentes - ERICA, - foi o primeiro estudo transversal conduzido no país e realizado em municípios com mais de 100 mil habitantes. A pesquisa chegou a dados considerados preocupantes com relação à saúde mental do adolescente brasileiro. Houve prevalência de transtornos mentais em cerca de 30% dos participantes, dentre os quais, o transtorno de ansiedade e do controle de impulsos, que tinham

início logo nos primeiros anos da adolescência, entre os 13 e 14 anos. Mesmo sendo em 90% dos casos transtornos considerados não psicóticos, foram adoecimentos mentais, muitas vezes com sintomas vagos, de difícil detecção por parte da família, dos gestores escolares e dos serviços de saúde (LOPES et al. , 2016).

Nas próximas seções, apresenta-se uma descrição sobre o entrelaçamento entre psicanálise e cultura incidindo sobre a constituição do indivíduo, para, em seguida, introduzir um esboço das transformações sociais, que levaram às novas formas de subjetivação na atualidade, com base em estudos de sociólogos e filósofos visando uma compreensão do sujeito pós-moderno.

Segue, a isso, um esboço da constituição psíquica do adolescente impactada pelas mudanças e novas configurações sociais da pós-modernidade. Os desafios enfrentados pelo adolescente na atualidade, quando não superados, podem se tornar um dos fatores contribuintes das patologias da clínica psicanalítica atual, consideradas como patologias do ato e do vazio. Conforme Kristeva (2002), esses novos adoecimentos – as novas doenças da alma - levam os adolescentes aos consultórios com discursos sobre vazio existencial; falta de sentido na vida; depressão, melancolia; compulsões traduzidas nas adicções e nos transtornos alimentares, depressivos e ansiosos que podem levar à automutilação e até ao suicídio. É necessário dar continência a essas novas demandas do ato e do vazio contemporâneo, lembrando o que Freud (1904[1905]/2017) colocava como o objetivo último da psicanálise: a construção de um adulto capaz de realizar (trabalhar) e gozar (amar).

Ao final da seção da revisão da literatura, são apresentados alguns conceitos da psicanálise tradicional e contemporânea, utilizados como novas modalidades de escuta dos estados narcísicos e limítrofes da pós-modernidade, caracterizados, principalmente, pela dificuldade de simbolização e verbalização dos conflitos psíquicos. O capítulo, então, encerra-se com a metodologia, a discussão e as considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 PSICANÁLISE E CULTURA

O sujeito da psicanálise é o sujeito do conflito entre a pulsão e a cultura. No discurso freudiano do mal-estar na civilização (FREUD, 1930/2010) há a inserção do sujeito na cultura, permeada pelo conflito e pela impossibilidade de ele solucioná-lo, cabendo-lhe, portanto, administrá-lo, de modo a satisfazer a todas as instâncias psíquicas – Eu, Id e

Supereu. O sujeito do inconsciente é uma produção simbólica marcada pelo desamparo diante da cultura (BIRMAN, 1997).

Para se estabelecer um entrelaçamento entre o discurso da constituição subjetiva sob a ótica da psicanálise e aquele acerca dos elementos da cultura contemporânea, considera-se que o sujeito da psicanálise é um indivíduo que se forma a partir do conflito entre o jogo de duas forças opostas - de um lado, a pulsão, que tem uma energia constante visando uma descarga imediata e completa, orientada pelo princípio do prazer, e de outro, os objetos externos, dados pelos representantes culturais, produzidos pelo princípio de realidade (BIRMAN, 1997). De acordo com Freud (1930/2010), o sofrimento humano vem de três fontes distintas: “a prepotência da natureza, a fragilidade de nosso corpo e a insuficiência das normas que regulam os vínculos humanos na família, no Estado e na sociedade” (p.43).

A partir dos estudos de Freud (1915a/2010) sobre os sintomas, ele observou que há o latente e o desconhecido em todos os fenômenos psíquicos, um determinismo inconsciente. A psicanálise, portanto, apresenta-se como um saber independente, já que tem um método e um conhecimento próprio, que é a lógica do inconsciente e a clivagem do eu, com base no modelo de recalçamento.

Garcia-Roza (1994/2009) aponta que, segundo o modelo freudiano, quando um determinado conteúdo inconsciente busca uma satisfação em direção à consciência, este objetivo lhe é negado pelas esferas da censura do pré-consciente e do consciente, que se opõe violentamente contra ele. A lógica é entender que a instância do ego é responsável pela administração da quantidade de prazer e desprazer causada em cada sistema, já que são sistemas opostos e fendidos. A tentativa do eu é manter certo equilíbrio entre as instâncias psíquicas, que será maior ou menor dependendo do amadurecimento egóico do sujeito.

A realização de certo desejo, portanto, poderia satisfazer o inconsciente, porém causar desprazer às outras instâncias psíquicas como o pré-consciente e o consciente e, nesse caso, a saída é o desejo permanecer inconsciente (recalcado), com a possibilidade de retornar em direção à consciência via sintoma – retorno do recalcado ou do reprimido (GARCIA-ROZA, 1994/2009). Sendo assim, a subjetividade freudiana existe a partir de um conflito, sendo que Freud (1915/2010) assinala que falhas no recalque dos conteúdos, repudiados pela consciência, dão lugar aos sintomas, atos falhos, chistes e sonhos, formações inconscientes que tem como conteúdo, o desejo constantemente ativo que precisa ser recalcado.

A psicanálise é um método de tratamento e de investigação do inconsciente, sendo este fundado pela primeira experiência de satisfação do bebê. Essa vivência primária paira para

sempre como um objeto perdido, gerando, então, o desejo. É o lugar dos representantes da pulsão, uma força originada numa excitação corporal, que impulsiona o organismo para aliviar o estado de tensão por meio da busca de um objeto que a satisfaça – princípio do prazer - que possui características específicas e é regido por leis próprias. Uma das regras de funcionamento da dinâmica inconsciente é a isenção de contradição mútua, ou seja, a ausência de negação, de dúvidas e de graus de certeza. Além disso, é regido pelos processos primários da condensação e do deslocamento, e pela extratemporalidade, ou melhor, não tem passado ou futuro (GARCIA-ROZA, 1994/2009).

Considerando-se a ideia de singularidade na psicanálise, os estudos que tratam da adolescência de forma universal devem ter como base a noção de que ela ocorre de forma única e individualizada, já que o sujeito da psicanálise, independente de ser criança, adolescente ou adulto, é, em primeira instância, o sujeito do inconsciente.

2.2 DA MODERNIDADE À PÓS-MODERNIDADE

De acordo com Maffesoli (2008), o período histórico estabelecido para a pós-modernidade, de maior consenso entre os analistas da sociedade contemporânea, demarca-se a partir da segunda metade do século XX, mais precisamente em 1986 com a abertura política e econômica da União Soviética para o mundo capitalista. Durante este processo, foi implementado pelo presidente russo Mikhail Gorbachev, um conjunto de medidas políticas conhecido como *Perestroika* e *Glasnost*. Após serem estabelecidas, essas medidas provocaram a dissolução do império soviético, originando diversos países independentes e a queda do Muro de Berlim em 1989. A abertura dos países comunistas para o mercado capitalista provocou uma reflexão sobre o Capitalismo e o Marxismo. Paralelamente ao desenvolvimento tecnológico – intensificado após a 2ª Guerra Mundial, começaram a ser introduzidas as ideias da *pós-modernidade* pela sociologia histórica.

Giddens (2002), sociólogo britânico, destaca que a globalização na contemporaneidade tem como um de seus efeitos a quebra do sentimento de confiança necessária para o indivíduo suportar a realidade. Segundo o autor, a globalização rompeu com os contextos de estabilidade e segurança, proporcionados tanto pelas tradições e pelas comunidades que marcavam a experiência espacial de lugar, quanto pelas relações de parentesco e pelas instituições religiosas. Essa reconfiguração espaço-temporal, na qual o sujeito deixa os espaços concretos, que tinham lugares definidos – o templo, a escola, as

comunidades – e passa a ser inserido em espaços abstratos das comunicações digitais e globalizadas, modificando as noções de tempo e espaço, causa um estado de confusão com relação aos limites e às fronteiras, originando uma espécie de fragmentação do homem contemporâneo acompanhada de uma intensa sensação de desamparo.

Além disso, segundo o autor, a globalização gera uma interdependência mundial que potencializa os riscos e perigos na contemporaneidade – a saturação dos mercados de trabalho e financeiro, a ameaça de uma guerra nuclear com consequências nefastas a nível global, inclusive com danos ao meio ambiente, além da fome, miséria, violência, e outras ameaças (GIDDENS, 1991).

Para Giddens (2002), o predomínio do conhecimento científico sobre o conhecimento religioso contribui para o sentimento de insegurança generalizada, já que a ciência não é dogmática como a religião - base de conhecimento das sociedades pré-modernas – mas, segue o princípio de que não existem verdades absolutas e indiscutíveis e sim a noção de que tudo pode ser questionado e posto em dúvida – reflexividade. Assim, a reflexividade traz aspectos positivos e negativos. Se por um lado gera uma multiplicidade de opções, possibilidades e informações, provocando incerteza e ansiedade no homem contemporâneo, por outro lado possibilita a ele romper com as práticas e preceitos tradicionais e desenvolver suas potencialidades individuais.

Maffesoli (2010), sociólogo francês, pontua que não mais se vive numa sociedade de produção, mas sim numa sociedade de consumo, na qual as relações com o mundo se dão através de um objeto a ser consumido, pautando-se em valores hedonistas, centrando-se na aparência e na imagem, na superficialidade e na banalidade das coisas. Tanto o trivial quanto o trágico – guerras, doença, morte - elevam-se à categoria de espetáculo, difundidos por meio do poder da imagem e da mídia.

Segundo o sociólogo, o sujeito, sem uma identidade definida, passa a viver diversos papéis sociais e a pertencer às chamadas tribos ou comunidades emocionais, que diferentemente da constituição clássica de grupos sociais estáveis como a família, as instituições religiosas e os grupos comunitários, têm uma dinâmica mais fluída, específica e transitória. A permanência nas tribos dura enquanto durar o desejo, o interesse e a necessidade de identificação, pertencimento e compartilhamento com seus membros. Esses grupos têm um caráter temporário, dinâmico e impermanente. O que é importa é o estar junto, e não a razão ou motivo. Desta forma, até mesmo os temas mais insignificantes acabam por fortalecer as relações entre os indivíduos (MAFFESOLI, 1998).

Bauman (2001), filósofo polonês, nomeia a pós-modernidade como modernidade líquida. O autor compara a sociedade atual com os líquidos, dada a rapidez de suas mudanças e à efemeridade de suas relações. Uma das características da modernidade líquida é o rompimento com as tradições e com o passado, gerando uma perda da capacidade de reflexão crítica sobre a sociedade, assim como sobre o progresso social compartilhado. A primazia é do prazer individual frente à inconsistência, fragilidade, fluidez e mutação das instituições, dos valores sócio-político e culturais e das relações e vínculos afetivos.

Na sociedade líquido-moderna das relações transitórias – amor líquido - e dos medos abstratos – medo líquido – inúmeros fenômenos provocam um sentimento de desamparo generalizado. São eles: isolamento social; individualismo, ausência de modelos tradicionais decorrente da globalização e da mercantilização excessiva; a transformação das pessoas em mercadorias pela sociedade do consumo; a enxurrada de informações e estímulos disponíveis via meios de comunicação; o avanço desmedido da ciência e da tecnologia; a massiva influência da mídia em todos os aspectos da vida humana; e as ameaças globais contemporâneas - violência urbana, o terrorismo, o fantasma nuclear, o aquecimento global, o desemprego, a desigualdade social e o crime organizado – criando um estado geral de incerteza e desesperança (BAUMAN, 2008).

Diante desse quadro de instabilidade, Lipovetsky (2005), filósofo francês, denomina a contemporaneidade de era do vazio. Segundo o autor, o indivíduo pós-moderno traz a marca da personalização, ou seja, tem como uma característica importante, a sensibilidade psicológica individual, centrada unicamente em sua realização emocional, no qual o individual predomina sobre o universal, assim como o psicológico supera o ideológico.

O vazio referido por Lipovetsky (2005) é o vazio de sentido, que leva ao tédio e à indiferença. A indiferença contemporânea nasce do excesso, do sentimento de saciedade e de estagnação. O velho é acolhido da mesma forma que o novo. Não há mais revoluções. Não há mais o encanto do vislumbre do futuro, na ciência e na técnica. O autor chama este tempo de deserto pós-moderno e assinala que não se vê de forma mais gritante essa indiferença como no ensino, no qual o discurso do Mestre tornou-se banalizado e desacreditado, produzindo uma desmotivação sem fim nos jovens alunos.

Assim, diz o autor, se o sujeito moderno freudiano era constituído sobre as bases de um conflito neurótico provocado por um embate entre o seu mundo interno dos impulsos, da sexualidade e da agressividade com o mundo repressor da cultura de uma sociedade rígida, tradicional e estabelecida sobre a autoridade, o sujeito da era do vazio sofre pela falta de

modelos identificatórios seguros e confiáveis. Da mesma forma como a hierarquia é questionada pela ciência, as figuras de autoridade, dos mestres e dos pais estão diluídas, acarretando uma impotência parental diante da educação dos filhos (LIPOVETSKY, 2005).

Birman (2006), psiquiatra brasileiro, traça algumas marcas importantes para a compreensão das mudanças sofridas nas estruturas familiares a partir dos 1950 e 1960, destacando que as principais revoluções que impactaram as famílias foram no campo da sexualidade, com o advento dos anticoncepcionais e dos movimentos feministas, que surgiram em consequência disso. Com a falência do modelo patriarcal, as mulheres, em poder do seu próprio corpo e no controle da reprodução, passaram a reivindicar direitos iguais em casa e no mundo do trabalho.

A maternidade deixou de ocupar o centro da vida das mulheres e cedeu espaço à construção da carreira, ao estudo e à vivência do prazer. Com a saída das mulheres para o mundo do trabalho e a manutenção dos homens distante do ambiente doméstico, criou-se um espaço de ausência na educação dos filhos. Além disso, após o divórcio e os recasamentos, a família nuclear tradicional sofreu uma reconfiguração, na qual os projetos existenciais próprios tornaram-se independentes e predominantes em relação aos objetivos familiares em comum. Com isso, a responsabilidade pela criação dos filhos passou a ser compartilhada não só entre os pais, mas também entre os padrastos, madrastas, irmãos mais velhos, profissionais e cuidadores (BIRMAN, 2006).

Birman (2006) ressalta que a atualidade é um estado de transição da ordem familiar da modernidade para uma nova organização da família, que nos dias de hoje ainda encontra-se num contexto de adaptação.

A precariedade do investimento afetivo parental é substituída pela presença de cuidadores, profissionais, instituições, internet, TV, jogos eletrônicos, acarretando um profundo sentimento de abandono. Além disso, a infância é encurtada pelo grau de exigência de desempenho dos pais em relação aos seus filhos, para satisfazerem as suas próprias necessidades narcísicas. A criança sai da infância e entra no mundo da competitividade em que apenas o número um é valorizado. Somado a isso, tem-se o isolamento social infantil, provocado pela ausência do brincar nos espaços diminuídos dos *shoppings* e condomínios, e para compensar o abandono segue-se a frouxidão dos interditos, dificultando a constituição psíquica da criança e conseqüentemente do adolescente (BIRMAN, 2006).

Diante dos desafios da contemporaneidade, quais são as possibilidades de subjetivação do adolescente na pós-modernidade, levando-se em conta a visão da psicanálise?

2.3 ADOLESCÊNCIA: TEMPO DE TRANSIÇÃO

A adolescência saiu da condição de não existência na era medieval, e tomou a posição de idade favorita no século XX, ao qual Ariès (1981) dá o nome de *século adolescente*, ao se referir ao fato de que todos anseiam por chegar cedo a essa etapa, para logo em seguida, adiar a maturidade, almejando permanecer adolescente por tempo indeterminado.

Do ponto de vista da psicanálise, a adolescência tem início com a entrada na puberdade (FREUD, 1905/2016). Esse período, segundo o autor, é caracterizado pela saída do período da repressão edípica - a latência - e a entrada na puberdade, marcada pelo excesso pulsional, ao qual é exigido o abandono dos objetos infantis e a busca de reinvestimento em objetos novos extrafamiliares. Osório (1992) afirma que a adolescência é o nome que se dá ao aspecto do amadurecimento biopsicossocial do indivíduo, em que os aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais se integram num conjunto de características que unificam o referido fenômeno.

Desta forma, a adolescência é uma fase do ciclo do desenvolvimento humano marcada por profundas mudanças biopsicossociais provocadas pela entrada na puberdade, que tem como foco principal, a retomada de todos os conflitos anteriores, tanto edípicos como pré-edípicos. Para a psicanálise, o púbere tem como tarefa fundamental a organização das pulsões parciais auto-eróticas da sexualidade infantil em torno da sexualidade genital. Quando a criança deixa a infância, ao final do complexo de Édipo, ela entra em um período de recalçamento das pulsões chamado de latência. O caminho para a vida adulta é perpassado por uma resignificação das etapas edípicas e pré-edípicas. Esse processo de resignificar os conflitos anteriores à latência implica uma renúncia aos objetos amorosos familiares e a escolha de novos objetos de amor no campo social. A partir dessa nova escolha de objetos no campo social, o adolescente constrói um ramo de identificações que levará à definição do seu eu (FREUD, 1905/2016).

Em função das mudanças biológicas sofridas pelo seu corpo, o adolescente vive um momento de excesso pulsional, o qual tem dificuldades de contenção nas atuais configurações sociais, dados os excessos de estímulos, próprios da cultura da tecnologia, da imagem e do consumo. Além disso, como enfatizam Aberastury e Knobel (1981), ele necessita elaborar os seus lutos – da infância perdida, do corpo infantil e dos objetos familiares abandonados, o que lhe desperta um profundo desamparo. Desse modo, é possível compreender o motivo de sua insegurança e ambiguidade - marcas importantes da adolescência. A insegurança, provocada

pelo esvaziamento que se dá no espaço entre o mundo infantil e o mundo adulto, leva à ambiguidade da atração e do repúdio aos objetos amorosos da infância, sem a garantia de que possam ser substituídos à altura por novos objetos extrafamiliares.

Calligaris (2000) afirma que o adolescente encontra-se em um espaço esvaziado de sentidos, no qual ele sente falta dos seus primeiros objetos de satisfação e ao mesmo tempo vive a expectativa do encontro com os novos objetos amorosos que irão inaugurar sua vida adulta. O encontro com esses novos objetos irá, por meio de um conjunto de identificações, inaugurar a identidade - termo utilizado no campo social - ou o eu - termo utilizado no campo da psicanálise - para a qual o adolescente se dirige.

Segundo Freud (1921/2011), a identificação é o mecanismo mais primitivo de laço afetivo com o outro. Ela tem início na oralidade, na qual o bebê incorpora, por meio da ingestão do leite, algo que estava no outro – na mãe ou seu substituto - e agora é tomado para si – narcisismo primário – e encontra o seu destino ao final do Édipo, em que a criança escolhe com quem irá se identificar em contraposição a quem irá escolher como objeto – a mãe ou o pai. A identificação nunca é com a totalidade do objeto, mas sim com alguns de seus traços. Os processos de identificação são importantes para se entender a origem do eu, que surge a partir de um conjunto de identificações ao longo da infância e da adolescência, na qual o indivíduo seguirá na escolha de novos objetos amorosos ao renunciar aos objetos primários da infância – mãe e pai.

Para Blos (1994), uma sociedade, que carece dos modelos estáveis das sociedades tradicionais, dificulta a integração social do adulto em formação, pois não lhe oferece um papel social claro e coeso como ocorria nas gerações anteriores. Assim, pode-se dizer que o adolescente não tem um modelo no qual apoie a construção de sua autoimagem, e por este motivo, ele é obrigado a buscar o seu próprio modo de vida junto aos seus pares, por meio da identificação com os grupos existentes, nem sempre adequados a um desenvolvimento saudável.

Somado à falta de modelos fixos para se apoiar, como outrora ocorria em sociedades alicerçadas nas instituições e na vida ritualizada (BLOS, 1994), o fenômeno da globalização, experienciado pela sociedade atual, na qual as noções de tempo e espaço são ampliadas, geram uma ampla gama de possibilidades de escolhas diferentes ao adolescente: por um lado, a chance de criar uma auto identidade e um estilo de vida que lhe é mais apropriado e autêntico, rompendo com as práticas e os preceitos tradicionais; e, por outro lado, a incerteza

e a ansiedade provocadas pela instabilidade da cultura marcada pelo imediatismo e pelo esvaziamento de ideais e modelos compartilhados (GIDDENS, 2002).

Pode-se pensar que essa dificuldade de subjetivação e vazio de sentido, pela qual o adolescente é atravessado, é intensificada num mundo hipermoderno, como denomina Lipovetsky (2005), marcado por um movimento frenético, livre e instável, que valoriza o bom desempenho, a eficiência e a lógica de mercado capitalista. Esse sentido de urgência e imediatismo, visando o prazer e o excelente desempenho em primeiro lugar, exerce sobre o sujeito uma enorme pressão e estresse no sentido de que ele se sente obrigado a correr atrás de sua eficiência máxima para que encontre um lugar no mundo. Como diz Kristeva (2002), assim como o prazer é enaltecido, a felicidade também é uma obrigação. Diante dessas demandas urgentes, o indivíduo não tem tempo para construir uma alma.

Diante desse sentimento de desamparo, inerente à condição humana de finitude e de incompletude, acentuado pelas condições próprias da cultura atual, pautada no excesso de estímulos e na imediatez, inúmeros estudos têm contemplado as novas psicopatologias do vazio e do agir, que surgem na clínica psicanalítica da atualidade, como resultado - dentre múltiplos fatores - da deficiência na capacidade simbólica para representar a dor psíquica (AYUB, 2009).

A adolescência, portanto, é uma demanda de reorganização psíquica, tendo em vista as tensões geradas no corpo pelas mudanças provocadas pela maturação biológica da sexualidade. Com isso, ressurge o conflito edípico, iniciado na primeira infância, reprimido e interrompido na latência. É um momento de crise que levará à construção da identidade subjetiva a partir do desapego das figuras parentais infantis e da renúncia aos ideais da infância e do encontro de novos objetos com quem o adolescente possa se identificar (POMPENMAYER, 1999).

A nova escolha objetual do adolescente terá como referência os padrões relacionais construídos na primeira infância dos zero aos três anos de idade. Disso decorre a importância dada por Freud (1914/2010) às relações primárias do bebê com sua mãe e a dissolução do complexo de Édipo e seus processos identificatório, quando a criança se depara com a impossibilidade do incesto e a conseqüente formação do superego - instância psíquica responsável pelos julgamentos éticos e morais e o ideal do eu (FREUD, 1905/2016).

Diante deste quadro, a pergunta que se faz é: de que forma a clínica psicanalítica pode contribuir para amenizar o sofrimento psíquico do adolescente em face das novas demandas da pós-modernidade.

2.4 A CLÍNICA PSICANALÍTICA CONTEMPORÂNEA

Em face das características complexas e problemáticas da adolescência, vistas anteriormente e dos efeitos que a sociedade contemporânea e seu cenário de excessos e imediatismo exercem sobre a formação do sujeito, diversos estudos têm denominado as novas patologias que surgem na clínica da atualidade de patologias do vazio ou patologias do agir (AYUB, 2009).

Ayub (2009) destaca que o saber psicanalítico e a sua prática clínica tem um lugar privilegiado na investigação do adoecimento psíquico do jovem na contemporaneidade, na medida em que o ajuda a construir as suas representações sobre a sua atuação no mundo, sendo uma possibilidade de escutar o adolescente de forma singular nas diversas formas de sofrimento do contexto contemporâneo, tais como, toxicomanias, alcoolismo, transtornos alimentares e outras condutas autodestrutivas que podem culminar com o suicídio devido à carência simbólica e à fragilidade de recursos psíquicos do jovem contemporâneo. São configurações psíquicas que se constituíram com base nas falhas ambientais da formação psíquica do bebê no estabelecimento do seu eu narcísico e na carência de modelos identificatórios estáveis, dentre outros fatores.

O saber psicanalítico surge de sua prática clínica. Freud (1904[1905]/2017) introduziu o tratamento psicanalítico como uma troca de palavras entre analista e analisando, no qual este último relata suas impressões presentes e experiências passadas carregadas de desejos e impulsos que seriam decifrados pelo analista. Suportada por uma ligação emocional, a relação terapêutica permitiria que o analista, por meio de uma escuta atenta de seu paciente, chamada de escuta ou atenção flutuante, direcionasse seus pensamentos, observando suas reações de compreensão ou rejeição. Além disso, isso seria feito de forma íntima e particular somente entre o analista e o analisando.

O método psicanalítico originou-se do chamado método catártico criado por Joseph Breuer, após Freud concluir que a hipnose utilizada por Charcot - com quem trabalhou no início - para tratar os casos de histeria, não era efetiva (GARCIA-ROZA, 1994/2009). Em seguida Freud abandonou a hipnose e o método catártico, substituindo-a pela associação livre, cuja regra fundamental na análise era que o sujeito falasse com sinceridade tudo aquilo que viesse à sua mente durante a sessão. Foi a partir da arte da interpretação que Freud foi

desvelando as lacunas nas lembranças que se refletiam no esquecimento de fatos do passado e nos discursos confusos dos pacientes (FREUD, 1904[1905]/2017).

A partir da observação do mal estar que algumas recordações causavam em seus pacientes durante os seus relatos, Freud (1904[1905]/2017) chegou aos conceitos de recalque e de resistência, entrelaçados entre si. A Psicanálise passou a ter como fundamento de sua prática a transferência dos afetos infantis que o paciente projetava no analista ao colocá-lo como substituto de suas imagos infantis. Gradualmente, trabalhando as resistências ao material recalcado, ou melhor, o seu fruto deformado durante os circuitos pulsionais, Freud (1904[1905]/2017) esperava dar ao paciente um novo sentido ao seu sofrimento.

A Psicanálise tradicional originou-se de uma teoria sobre a interpretação dos sonhos aplicada à estrutura clínica da neurose há mais de um século. O tratamento analítico fundamentava-se na transferência sobre o analista, do passado reprimido. O analista como sendo outra pessoa, fruto da projeção do paciente. O afeto transferido também era pertencente ao passado. O analista, por meio da atenção flutuante interpreta a transferência que ocorre no aqui e agora da sessão terapêutica, facilitada pelo processo regressivo que se estabelece durante a análise (BOTELLA, 2000).

O método psicanalítico freudiano basicamente tratava as neuroses originadas do conflito psíquico entre as diversas instâncias anímicas, fundamentada na formação edípica e na angústia de castração. A partir da teoria do trauma, Freud concluiu que determinados fenômenos não poderiam ser esquecidos porque jamais haviam estado na consciência ou na memória. Eram conflitos que nunca haviam saído do inconsciente. A clínica psicanalítica atual é desafiada a trabalhar com esses traumas irrepresentáveis, pela carência simbólica da atualidade (MARUCCO, 2012).

O sofrimento do adolescente contemporâneo que chega à clínica, na maioria das vezes, encaminhado pela escola ou pela família, portando angústias difíceis de serem verbalizadas, somadas à crise da adolescência normal (ABERASTURY; KNOBEL, 1981), traz o aspecto da dificuldade em constituir-se como sujeito, em face das novas estruturas familiares e sociais, impostas pelos valores e paradigmas pós-modernos, que afetam principalmente os modelos identificatórios necessários para a definição da identidade do adolescente.

Essas novas formas de adoecimento, com características diferentes da neurose tratada pela clínica clássica freudiana, são provocadas por uma cultura que se volta para a satisfação imediata e para a supressão da dor. Já não há o mal-estar freudiano, marcado pelo tripé da neurose – raiva, culpa e medo - que apesar do conflito, tornava o ser humano civilizado e

capaz de simbolizar as suas próprias experiências pela linguagem. Hoje, a única saída é a passagem ao ato (AYUB, 2009).

Estudos atuais trazem as configurações narcísicas da era do vazio como substitutas das estruturas neuróticas da modernidade. Na clínica do vazio, as neuroses mistas ou limítrofes são marcadas por um eu fragmentado e descentrado, em razão de falhas atribuídas aos processos de constituição do eu narcísico, no início da vida, agravadas por uma sociedade permissiva, em que os modelos tradicionais típicos das instituições da modernidade estão em declínio (LAZZARINI; VIANA, 2010).

O adolescente chega à clínica portando um sofrimento para o qual não tem representação. A representação é aquilo que preenche o espaço de uma ausência. Podemos então, considerar o bebê que para suportar a ausência de sua mãe, cria uma fantasia sobre ela no tempo de espera e isso o conforta, pois, pela fantasia, ele confere um sentido para o sofrimento dado pela falta da mãe. Quando não se consegue dar um sentido para conter uma força pulsional, ocorre uma desorganização psíquica, como nos casos-limites, ou seja, aquelas pessoas que vivem na fronteira entre o neurótico e o psicótico (BOTELLA, 2000).

A clínica psicanalítica contemporânea faz uso de dois fenômenos importantes para manejar as formas de sofrimento atuais ligadas ao vazio e à insuficiência representacional a que o adolescente também pode estar sujeito. Os eventos referem-se à regrediência e figurabilidade e à contratransferência (BOTELLA, 2000; LEVISKY, 1998).

Segundo Botella (2000), a regrediência ocorre na mente do analista que, diante da carência representacional do analisando, de modo inesperado e involuntário, sofre uma regressão e se desinteressa pelo discurso manifesto do paciente e entra no fenômeno da figurabilidade, no qual vê imagens ou ouve melodias, como se estivesse em um evento alucinatório. Esse conteúdo imagético e algumas vezes, auditivo, geralmente está vinculado ao conteúdo irrepresentável do paciente. É como se numa única imagem, que surge na mente do analista, estivessem contidos de forma condensada e deslocada, como no trabalho do sonho, diversos elementos psíquicos - uma representação consciente, um desejo infantil recalçado, uma recordação, uma sensação corporal e uma percepção exterior.

Segundo o autor, o tratamento analítico dos dias atuais, face às novas formas de adoecimento, principalmente no campo representacional, não pode estar limitado às representações, mas ir além dos métodos tradicionais da atenção flutuante. A figurabilidade produzida no psiquismo do analista deve ser considerada como um conteúdo manifesto que

poderá ou não produzir uma interpretação de um conteúdo irrepresentável do paciente, que inesperadamente, ganha sentido e coerência (BOTELLA, 2000).

A contratransferência como forma de comunicação e de percepção do analista em relação aos conteúdos inconscientes do paciente é outro fenômeno a ser utilizado na clínica psicanalítica contemporânea. Para Levisky (1998), que considera o adolescente um sujeito instável psiquicamente, devido à alternância entre a progressão e a regressão da libido, o intercâmbio transferência/contratransferência seria um recurso adequado, desde que o analista esteja em dia com sua análise pessoal e supervisão para que discrimine de forma eficiente o seu conteúdo psíquico do conteúdo psíquico do paciente.

Desta forma, levando-se em consideração o excesso pulsional e a frágil capacidade simbólica característicos da adolescência na contemporaneidade e dado sua construção subjetiva segundo a perspectiva psicanalítica, é necessário compreender as novas patologias oriundas do contexto atual e como essas demandas são articuladas na clínica psicanalítica contemporânea, especialmente no manejo clínico do adolescente, ainda em fase de transição. A psicanálise contemporânea centra-se nas relações objetais, transpondo para a clínica as formas de interação entre uma mãe suficientemente boa - analista e bebê - paciente, diante do quadro da pós-modernidade em que os indivíduos encontram-se fragmentados como um bebê que precisa da continência da mãe para adquirir o contorno de um eu (LEVISKY, 1998).

3 MÉTODO

O método utilizado foi a pesquisa bibliográfica com base em material já elaborado, visando identificar, compreender e analisar os fatores que compõem os estudos atuais sobre as modalidades de subjetivação do adolescente na perspectiva psicanalítica e o seu entrelaçamento com a cultura com vistas a compreender a atuação da clínica psicanalítica do adolescente na contemporaneidade. De acordo com Gil (2002), as pesquisas que se propõem à análise de diversos posicionamentos sobre uma questão costumam ser desenvolvidas quase que exclusivamente mediante fontes bibliográficas. Assim, a pesquisa teve como foco identificar e analisar a produção teórica de autores da psicanálise, da sociologia e da filosofia que tratam de temas da contemporaneidade, além dos fundamentos da psicanálise sobre a constituição psíquica do sujeito e o seu manejo clínico tradicional e contemporâneo.

4 DISCUSSÃO

O mal estar que se estabelece diante do conflito entre a violência pulsional a que o adolescente está sujeito, devido às transformações biológicas que tomam conta de seu corpo, intensificadas pelas exigências do contexto cultural em que ele está inserido estruturam o seu psiquismo a partir do desamparo produzido neste processo. Isso leva o sujeito a encontrar um estilo singular que lhe possibilite estruturar-se psiquicamente e lidar com esses impasses a serem superados (BIRMAN, 1997).

Bauman (2008) coloca a questão do desamparo no mundo contemporâneo, causado pelo isolamento social e pelo individualismo decorrente do medo e da insegurança pelos processos relacionais estabelecidos com base em uma lógica de consumo em que as pessoas são transformadas em mercadorias. Além disso, as ameaças globais contemporâneas, como a violência urbana, o terrorismo, o aquecimento global, entre outras, contribuem para um retorno ao sentimento de desamparo de que fala Freud quando trata do medo da perda de amor pelo bebê, já que sem ter alguém que cuide dele e o proteja, ele não sobrevive (FREUD, 1930/2010).

A noção mais próxima da violência que está na base do adolescer aproxima-se da ideia de trauma da teoria freudiana em sua segunda tópica. A concepção de trauma encontra-se nas origens do aparelho psíquico cuja tarefa principal é controlar o excesso de excitação evitando a dor e o desprazer. O trauma é tudo o que escapa ao universo das representações e traz a marca do desamparo original para o ego frágil do sujeito adolescente, a quem a única opção é constituir-se e existir a partir de sua relação com o outro (CARDOSO, 2001).

Diante dessa violência e de outros aspectos traumáticos, o medo os leva a formar as tribos de Maffesoli (2008), agregadas em torno de um sentimento de pertencimento e de compartilhamento, condicionados por seus modos de ser, de pensar e de agir, nas quais o que é importa é o estar junto, e não a razão ou motivo. Desta forma, até mesmo os temas mais insignificantes e até mesmo nocivos, acabam por fortalecer as relações entre os indivíduos como uma forma de se proteger da violência e do caos do mundo contemporâneo. No tribalismo de Maffesoli (2008), impera a lógica da emoção, muitas vezes irracional e inconsciente, na qual importa apenas a satisfação da necessidade de pertencer e de compartilhar, mesmo que de forma transitória e de curta duração.

Em um nível social, o sujeito suportaria os modos abstratos ou ausentes da fragmentação da vida contemporânea, e ao mesmo tempo toleraria a onipresença do tempo e

do espaço dado pela globalização e pelo mundo virtual. Nesse sentido, pode-se refletir sobre os modos de subjetivação do adolescente na atualidade, que se vê órfão de modelos identificatórios estáveis e tradicionais, fragmentado pela falta de contorno espacial decorrente dos modos de comunicação tecnológica contemporâneas, vivendo um presente dominante sem acesso ao passado e ao futuro (GIDDENS, 2002).

Assim como Lipovetsky (2005) discute a era do vazio, Kristeva (2002) aborda a clínica do vazio, e assinala que a incapacidade de representação psíquica do homem moderno gera o que ela denomina de as novas doenças da alma, já que essas novas patologias advêm de uma falta de tempo em construir a própria alma, no sentido de que o homem pós-moderno não suporta a frustração da espera e quer descarregar imediatamente a sua pulsão, sem ter tempo de vazio para simbolizar a sua dor por meio da fantasia e do pensamento. Isso delineia a sensação de que fala Lipovetsky (2005) de que o sujeito da pós-modernidade é um sujeito de formas indeterminadas e fluidas tanto na relação consigo mesmo quanto na relação com o outro.

A psicanálise, em seu contexto clínico, constrói-se a partir de uma escuta na tentativa de entrar em contato com a dimensão inconsciente do sujeito. Ela vai além do verbal da associação livre, por meio da transferência e da contratransferência na situação analítica em que gestos, movimentos corporais e silêncios auxiliam a composição da narrativa do analisando. Diante dos desafios contemporâneos relatados anteriormente, observa-se hoje que a deficiência representacional do sujeito contemporâneo ameaça os moldes da clínica psicanalítica clássica, que prima pelo método da associação livre de palavras como mediadora da instância inconsciente. A carência da palavra não decorre de recalçamento, mas sim de vivências desorganizadoras muito primitivas que impediram o processo de simbolização (FUCHS; ZORNIG, 2013).

Nesse sentido, pode-se dizer que a clínica psicanalítica, nas palavras de Birman (1997), é uma prática de subjetivação, na medida em que facilita o encontro do sujeito com o seu próprio desejo. O autor assinala que o lugar da psicanálise na contemporaneidade é romper com o pacto perverso do sujeito, levando-o a se confrontar com a sua falta e finitude. Somente por meio da assunção da própria incompletude, o sujeito pode chegar à sua singularidade, e construir as diversas possibilidades de destinos para sua existência.

Desta forma, o adolescente, que vive uma crise normal dentro de outra crise (OLIVEIRA; HANKE, 2017), tem a possibilidade de uma escuta qualificada que permita a expressão de seu sofrimento e a valorização do seu discurso. A clínica psicanalítica permitirá

uma leitura a respeito da articulação entre a dor psíquica gerada pelos processos normais da puberdade e os padecimentos próprios das exigências da sociedade pós-moderna.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vive-se em tempos de excessos e esvaziamentos. Este momento de paradoxos, em que o excesso da informação, da pulsão, da imagem, do consumo, dos espaços e tempos se configura como saturação. O vazio da representação diminui a capacidade simbólica, a espera torna-se intolerável e, por isso, não há tempo para se construir uma alma. O espaço vazio não se sustenta por muito tempo, e assim não havendo falta num mundo de excesso em que há o vazio da alma, também não há desejo com o qual se possa construir uma alma.

As novas organizações sociais e as formas como elas alteraram os valores e os paradigmas de um tempo de bases tradicionais, modernas e bem delineadas, deram lugar a um espaço de transição em que ainda não há a adequação necessária para que o homem contemporâneo a simbolize.

A constituição subjetiva é dada por meio de um conjunto de identificações, necessárias à construção da subjetividade do adolescente e as mesmas, iniciam-se desde o nascimento com o narcisismo primário de Freud. A cultura, embora, não seja o único elemento que medeia esse processo de formação da subjetividade, dele também faz parte. Principalmente na adolescência em que o indivíduo sai do seio familiar e penetra no seio social no qual irá buscar novas identificações, e nesse estado de passagem, a linha entre a crise normal da adolescência e a psicopatologia é bastante tênue.

O adolescente enfrenta os desafios no campo da cultura e da alteridade, e para isso, ele necessita de uma base psíquica fortalecida com recursos egóicos adequados. Considera-se que, diante das novas estruturas familiares e de todos os aspectos desafiadores do mundo contemporâneo, a escuta psicanalítica pode ser um instrumento útil de subjetivação e um espaço onde o jovem possa compreender sua singularidade e simbolizar o seu desamparo, vivendo a angústia de seus conflitos, e não a agonia do irrepresentável.

Sendo a clínica psicanalítica um espaço privilegiado de escuta dos conflitos psíquicos do sujeito, é relevante a realização de pesquisas centradas na teoria e na técnica da psicanálise, voltadas para os adolescentes, assim como para os chamados pacientes difíceis ou não analisáveis, de modo a acolher as demandas que se configuram como as novas doenças da alma (KRISTEVA, 2002). Esses sujeitos vivem em um período que se encontra no caminho

de transição entre a solidão interior e o embate com a alteridade e, diante de inúmeras possibilidades de construção do próprio destino, tais indivíduos podem regredir aos estados primitivos da infância. Nesse caso, podem ser levados a se confrontarem com o consequente desamparo e fragmentação que surgem a partir disso e a vivenciar a agonia do irrepresentável até que possa por meio da relação terapêutica dar novos sentidos e representações a aquilo que não consegue nomear (ZORNIG, 2014).

Portanto, este estudo visa preencher lacunas no conhecimento acerca das modalidades de tratamento para a saúde mental do adolescente na contemporaneidade, tendo por base a abordagem teórica e clínica da psicanálise com foco nos adoecimentos atuais.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal**. Trad. de Suzana Maria Garagoray Ballve. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2 Ed. Trad. de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.

AYUB, R. C. P. **O olhar de psicanalistas que escutam a adolescência: singularidade da clínica atual**. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: Faculdade de Psicologia, PUCRS, 2009. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10923/4886>>. Acesso em 13 de março de 2018.

AYUB, R. C. P.; MACEDO, M. M. K. A clínica psicanalítica com adolescentes: especificidades de um encontro analítico. **Psicologia Ciência e profissão**. Brasília, v. 31, n. 3, p. 582-601, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 de julho de 2018.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Trad. de Carlos Alberto Medeiros Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Medo líquido**. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BIRMAN, J. **Estilo e modernidade em psicanálise**. São Paulo: Editora 34, 1997.

_____. Tatuando o desamparo A juventude na atualidade. In: Cardoso M.R., organizador. **Adolescentes**. São Paulo: Escuta; 2006. p. 25-43. Disponível em: <<https://chasqueweb.ufrgs.br/~slomp/edu01011/birman-tatuando-o-desamparo.pdf>> Acesso em 01 de novembro de 2018.

BLOS, P. **Adolescência: uma interpretação psicanalítica**. 1 Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

BOTELLA, C. Entrevista César Botella. (por e-mail: 2000). **Revista Psicanálise**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 225-248, 2000. Entrevista concedida a Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre (SBPdePA). Disponível em <<http://sbpdepa.org.br/site/wp-content/uploads/2017/03/SBPdePA-Entrevista-C%C3%A9sar-Botella.pdf>> Acesso em 01 de agosto de 2018.

CALLIGARIS, C. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha (Folha Explica), 2000.

CARDOSO, M. R. Violência e alteridade: o mal-estar na adolescência. **Revista Latino americana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 27-36, Mar. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142001000100027&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 Março 2018.

FREUD, S.. (1904 [1905]) O método psicanalítico freudiano. In: **Fundamentos da Clínica Psicanalítica**. Trad. Claudia Dornbusch. (Obras Incompletas de Sigmund Freud, v. 6) 1 Ed.- Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

_____. (1905). Três ensaios sobre a Teoria da Sexualidade. In: **Obras completas, vol. 6: Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria ("O caso Dora") e outros textos (1901-1905)**; Trad. de Paulo César de Souza. 1 Ed.- São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. (1914). Introdução ao Narcisismo. In: **Obras completas, vol. 12: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)**; tradução Paulo César de Souza. 1 Ed.- São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. (1915a). O Inconsciente. In: **Obras completas, vol. 12: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)**; tradução Paulo César de Souza. 1 Ed.-- São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. (1915). Os Instintos e seus destinos. In: **Obras completas, vol. 12: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)**; tradução Paulo César de Souza. 1 Ed.- São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. (1921). Psicologia das Massas e análise do eu. In: **Obras completas, vol. 15: Psicologia das Massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)**; tradução Paulo César de Souza. 1 Ed.- São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. (1930). O mal-estar na civilização. In: **Obras completas, vol. 18: O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)**; tradução Paulo César de Souza. 1 Ed.-- São Paulo: Companhia das Letras, 2010

FUCHS, S. S.; ZORNIG, S. A escuta analítica: corpo, afeto e palavra. **Psicologia em Revista** Belo Horizonte , v. 19, n. 3, p. 340-352, 2013 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682013000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 02 maio 2018.

GARCIA-ROZA, L. A. (1994). **Freud e o inconsciente**. – 24 Ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. Trad. de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

_____. **Modernidade e identidade**; Trad. de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

KRISTEVA, J. As novas doenças da alma. Trad. de Joana Angélica D'Ávila Melo. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

LAZZARINI, E. R.; VIANA, T.C. Ressonâncias do narcisismo na clínica psicanalítica contemporânea. **Análise Psicológica**, Lisboa, abr. 2010, v. 28, n. 2, p. 269-280, abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S087082312010000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 13 de outubro de 2018.

LEVISKY, D.L. Contratransferência na análise de adolescentes: uma modalidade de comunicação e percepção. In: _____. *Adolescência: reflexões psicanalíticas*. Prefácio Maurício Knobel. 2. Ed. rev. e atual. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998. Cap.9, p.251-272.

LIPOVETSKY, G. **A Era do Vazio**. Barueri: Manole, 2005.

LOPES, C.S. et al. ERICA: prevalência de transtornos mentais comuns em adolescentes brasileiros. **Revista de Saúde Pública**. 2016; 50 (suplemento 1):14s. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v50s1/pt_0034-8910-rsp-S01518-87872016050006690.pdf> Acesso em 05 de agosto de 2018.

MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

_____. **Saturação**. Trad. de Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras: Itá Cultural, 2010.

_____. **Elogio da Razão Sensível**. Trad. de Albert C.M.Stuckenbruck. 4ª ed., Petrópolis, RJ. Vozes, 2008.

MARUCCO, N. C. A clínica contemporânea e suas raízes metapsicológicas freudianas. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo , v. 45, n. 83, p. 71-84, dez. 2012 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352012000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 06 abril. 2018.

OLIVEIRA, H.M.; HANKE, B.C. Adolescer na contemporaneidade: uma crise dentro da crise. **Ágora**. v. XX n. 2 mai/ago, p. 295-310, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em<:<http://www.scielo.br/pdf/agora/v20n2/1809-4414-agora-20-02-00295.pdf>> Acesso em 03 de julho 2018.

OSÓRIO, L. C.. **Adolescente Hoje**. Porto Alegre: Artmed, 1992.

POMPENMAYER, C. **O processo de luto do adolescente em relação às imagens parentais relacionado com a escolha de uma profissão**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

SOARES, S.R. **A clínica psicanalítica da adolescência: saberes contemporâneos sobre o impacto da sociedade pós-moderna na formação subjetiva do adolescente**. 2018.79 p. Trabalho de Graduação – Departamento de Psicologia, Universidade de Taubaté, Taubaté, 2018.

PSICANÁLISE DOS MITOS, FÁBULAS E SUPER-HERÓIS: DO INCONSCIENTE AO MUNDO REAL

Gabriel Fugarra Magalhães Capello
Paulo Francisco de Castro

1 INTRODUÇÃO

A psicanálise traz consigo um arcabouço histórico que permite uma atuação ainda mais profunda no intercurso das histórias, mitos, fábulas e sonhos. Segundo Corso e Corso (2006), a teoria psicanalítica pode ser facilmente aplicada no terreno das narrativas, uma vez que toda a vida de um indivíduo é uma história, que pode ser rica de aventuras, reflexões, frustrações e outros momentos, caracterizando-se como uma trama.

Os diversos modos de se construir uma narrativa estão presentes na sociedade desde o mais remoto dos tempos e se aperfeiçoa a cada geração, constituindo um importante papel nas estruturas de cada sociedade.

Desde muito cedo, as crianças entram em contato com inúmeros contos e fábulas. De acordo com Corso e Corso (2006), a partir do momento em que a infância ganhou importância social, as narrativas folclóricas e os contos assumiram um papel significativo, pois, apesar de se constituírem como uma espécie de ficção, apresentam, de maneira indireta, conteúdos subjetivos da criança, nos quais esta conseguia se identificar com o que estava acontecendo na trama e com os próprios personagens.

O termo identificação permeia o vocabulário cotidiano e filosófico, mas para a psicanálise, pode ser entendido como um “[...] processo psicológico pelo qual um sujeito assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo desse outro. A personalidade constitui-se e diferencia-se por uma série de identificações” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2016, p. 226).

Entretanto, é válido ressaltar que, ao longo de toda construção teórica, o conceito de identificação evoluiu e tomou maiores direcionamentos, e não caberia abordá-los aqui em todas as suas especificidades; contudo, salienta-se apenas que existe um outro que é identificado pelo Eu e que se introjeta aos conteúdos subjetivos.

Para Freud (1921/2011), esse processo é a mais antiga manifestação de uma ligação entre o indivíduo e outra pessoa. A identificação desempenha um papel essencial, principalmente no Complexo de Édipo, no qual o garoto se identifica com a figura paterna e

acaba por revelar um interesse em ser como o pai, tomando-lhe o lugar em todas as situações vivenciadas; na menina, essa ação volta-se para a figura materna.

Diante desses fatos, a criança lida com as questões edípicas até que estas cheguem à sua dissolução. Nesse momento, o superego está formado e a “consciência moral” começa a atuar mais intensamente na vida da criança, que começa a identificar e projetar seus conteúdos internos em suas outras relações, que podem estar relacionadas com histórias que lhe são contadas e com heróis que fazem parte do seu universo atual (FREUD, 1924/2011).

Partindo desse pressuposto, sabe-se que a criança poderá, dentro das histórias, alcançar uma sublimação dos seus desejos até então reprimidos pela atuação do superego, uma vez que se utiliza da ficção para elaborar seus dramas íntimos, colorir e atribuir imagens ao que sente. Alguns estudiosos chegam a apontar que o fato de algumas narrativas sobreviverem até hoje em nossa sociedade se deve a uma questão darwinista, isto é, oferecem maior possibilidade de representação do inconsciente infantil e, com isso, se adequam e evoluem com as gerações (CORSO; CORSO, 2011).

Com o foco voltado para a cultura atual, percebe-se um novo modelo de narrativa que se estabeleceu e vem ganhando força ao longo dos anos: trata-se dos super-heróis, que apresentam em seu enredo questões de grande importância nas quais as “pessoas normais”, diariamente, se confrontam com vilões, principalmente nas histórias em quadrinhos (HQs) e nos filmes originados por elas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O MITO

A palavra mito é originária do grego *mythos*, derivado dos verbos contar, narrar (*mytheo*) e conversar (*mytheo*), pois a Grécia antiga utilizava-se dessa narrativa para contar as desventuras de deuses e heróis (PASTORE, 2012 apud WINOGRAD, 2012). Partindo dessa primeira definição, pode-se perceber que as mais diversas civilizações trazem os mitos em sua estrutura histórica/cultural, que, através de uma narrativa metafórica, auxiliam na transmissão de um conhecimento e dos valores que norteiam os indivíduos.

Entretanto, Lalonde (1999 apud WINOGRAD, 2012) propõe uma divisão em três partes do conceito de mito. A primeira delas estaria relacionada a uma narrativa lendária e fabulosa, com origem popular e que é atribuída a um povo para explicar acontecimentos; a segunda refere-se a uma manifestação e propagação de ideias e doutrinas com uma narrativa

poética e simbólica, na qual as fantasias se misturam com a realidade; por fim, a terceira pode ser vista como um futuro fictício que exprime os sentimentos de uma coletividade e serve para desencadear determinada ação.

As demarcações propostas por ambos os autores trazem uma luz sobre o tema e colidem em um único ponto: o mito é uma forma de contar a origem do homem, como ele se formou e tornou-se o que é hoje, além do que determinou sua organização, suas regras sociais e até mesmo a ética que o circula.

De acordo com Eliade (2000 apud WINOGRAD, 2012), o mito narra a origem do mundo, do homem, do animal, do fogo, da guerra e assim por diante; embora o tempo seja, de certa forma, irrecuperável para o sujeito, os mitos o tornaram contemporâneo e passível de ser visto e entendido como um mito vivo e vivido.

Torna-se possível, então, investigar as questões sobrenaturais, cósmicas e fantasiosas das estruturas míticas para traçar um olhar sobre os eventos que realmente ocorreram, aos olhos dessas colocações sagradas. Por ser uma narrativa que descreve as erupções do sagrado no mundo, o mito serve de modelo exemplar de todas as atividades humanas significativas (ELIADE, 1978 apud MONFARDINI, 2005), sendo sua principal função a de revelar esses modelos.

Entretanto, deve-se elucidar que a narrativa mítica aborda eventos que de fato existem: a criação do mundo, a fúria da natureza, a vida, a morte, entre outros; estes, apesar de serem manifestados de forma metafórica, ainda são frutos de uma produção humana condizente com os conteúdos vivenciados – a morte de um ser acontece, por exemplo, justamente para comprovar sua existência no mundo real (ELIADE, 2000 apud WINOGRAD, 2012).

Pode-se entender que os mitos se adaptam à realidade. Segundo Seleprin (2010), há uma ligação entre mitos e realidade que é capaz de unir determinados grupos que encontram, nessa forma de narrativa, um ponto em comum. Isso pode ser observado em diversos grupos sociais, nos quais as pessoas, em contato com a cultura e com o meio em que estão inseridas, começam a produzir mitos que passam a carregar os valores de identidade e de união daquele grupo.

Partindo desse pressuposto, vislumbra-se que, assim como o homem moderno se considera constituído pela História, o homem das sociedades arcaicas se proclama o resultado de certo número de eventos míticos. Nem um, nem outro se consideram “dados”, “feitos” de uma vez por todas, assim como, por exemplo, se produz uma ferramenta de forma definitiva (ELIADE, 2000 apud WINOGRAD, 2012, p. 16).

No que se refere ao mundo no qual se está inserido, o homem não se sente preso em seu próprio modo de existir, uma vez que esse mundo e esse indivíduo são “abertos” e se comunicam através de símbolos.

De acordo com Eliade (2000 apud WINOGRAD, 2012, p. 126):

[...] se o mundo lhe fala por meio de suas estrelas, suas plantas e seus animais, seus rios e suas pedras, suas estações e suas noites, o homem lhe responde por meio de seus sonhos e de sua vida imaginativa, de seus Ancestrais ou de seus totens (concomitantemente “Natureza”, sobrenatural e seres humanos), de sua capacidade de morrer e ressuscitar ritualmente nas cerimônias de iniciação [...], de seu poder de encarnar um espírito ao usar uma máscara, etc.

Sendo assim, o mito não é algo que se prende a determinada parte da História da humanidade, mas segue dizendo como o mundo é percebido pelas pessoas que o habitam, independentemente da sua época, guiando-as para um mundo de reflexões e descobertas sobre si.

Para Sousa (2006, p. 1), “[...] os mitos não são coisas do passado, não desaparecem. Os mitos continuam plenamente vivos”. Atualmente, os mesmos conceitos ainda são utilizados, as estruturas do mito se adaptam a esse novo mundo e apresentam novos heróis, novos deuses e novas descobertas.

2.2 DO MITO AO INCONSCIENTE EM SEU CONTEXTO ATUAL

O mito, como já apresentado anteriormente, possibilita uma forma metafórica de narrar acontecimentos, além de transmitir para a nova geração os conhecimentos que determinado grupo detém. De acordo com Seleprin (2010, p. 8), “[...] o mundo, no qual o homem se encontra, constantemente lhe está falando. Para que este homem possa compreender o mundo no qual se encontra, a linguagem e o conhecimento dos mitos são fundamentais”.

Na sociedade atual, “[...] observa-se, por exemplo, a presença do fantástico e do maravilhoso, acompanhados frequentemente pelo humor e pela ironia; a utilização dos processos do pensamento infantil; a intercalação entre relatos mitológicos, etc.” (MONFARDINI, 2005, p. 56). Dessa forma, muito do que se percebe hoje como algo aclamado pelas pessoas é a literatura e/ou os filmes de fantasia, que permitem ao indivíduo um retorno aos mitos de origem, vivenciando-os de outras formas.

Segundo Todorov (1975 apud MONFARDINI, 2005, p. 57), esse novo “gênero” do mito está entre o maravilhoso e o estranho, sendo que o *fantástico* se instaura quando há uma indecisão acerca da natureza de um acontecimento. Se a decisão recai sobre um acontecimento sobrenatural, regido por leis estranhas às do mundo conhecido, então adentra-se no âmbito do *maravilhoso*; se, ao contrário, encontra-se uma explicação possível no mundo real, o acontecimento passa para campo do, simplesmente, *estranho*.

Ao voltar os olhos para a forma adotada para contar a trajetória dos antigos e novos heróis mitológicos, nota-se a transmissão de sentimentos capazes de mobilizar as mais diversas reações, algo que ainda se estabelece nos dias atuais.

Por conta desse fato, Todorov (1975 apud MONFARDINI, 2005, p. 58), “[...] se aproxima dos postulados da psicanálise, dividindo os temas em dois grandes grupos: os temas do *eu* [...] e os temas do *tu*”. Os temas do Ego são aqueles concernentes da relação do indivíduo com o mundo, enquanto que os do *Id* relacionam-se aos seus desejos e ao inconsciente.

Por fim, o autor realça que o fantástico possui a função de permitir a livre expressão dos temas considerados tabus e que acabam por serem travestidos de sobrenatural. Entretanto, tal roupagem torna-se desnecessária com o surgimento da psicanálise, pois os temas da literatura fantástica se tornam os mesmos da investigação psicológica, estabelecendo, assim, uma relação entre literatura fantástica e as imagens submersas no inconsciente humano (TODOROV, 1975 apud MONFARDINI, 2005, p. 58).

Dessa forma, apesar de alguns considerarem que houve, nos dias atuais, uma “morte” dos mitos, é notório que estes apenas se escamotearam e se adaptaram; contudo, foi graças ao advento da psicanálise que a narrativa mitológica ganhou novamente um espaço que mobiliza curiosidade, pesquisa e análise nos campos. A interpretação dos sonhos de Sigmund Freud estabelece a relação entre as questões subjetivas e os conteúdos manifestados nos mitos gregos (MONFARDINI, 2005).

Portanto, atualmente, os mitos e seus elementos se manifestam não somente através de uma tradição oral, mas também escrita e visual, normalmente apresentadas pela mídia. Os personagens das histórias em quadrinhos trazem consigo, em sua estruturação, diálogos e poderes – os heróis mitológicos e folclóricos encarnam os ideais da sociedade de tal maneira, que qualquer atitude ou morte desse herói pode afetar seus leitores/seguidores (ELIADE, 2000 apud WINOGRAD, 2012).

Logo, o que seriam os indivíduos se não os heróis de seus próprios mitos ou histórias? Ao olhar sob a luz da psicanálise, pode-se compreender que cada ser é resultado de uma mistura entre Narciso e Édipo, mas que são impedidos de consumir o seu real desejo, sendo condenados a buscar outro propósito. Como algo mitológico, aparentemente se destoa da realidade, não sendo encarado parte da constituição de cada ser, mas apenas como um constructo fantasioso por causar um enorme desconforto, que está atrelado aos conteúdos já reprimidos na infância.

Pode-se então traçar um percurso entre a forma com a qual o mito vai trabalhar no aspecto da fantasia e do “inexistente”: alguma coisa que, de fato, está na história do homem, ou algo como os super-heróis, tão aclamados como a nova narrativa mítica.

Segundo Seleprin (2010, p. 10), “[...] a pessoa projeta nos heróis míticos que são apresentados pela sociedade o seu obscuro desejo de transcender a condição humana”; a esta, se aplica o transcender as barreiras impostas pelas instâncias e consumir os seus desejos edípicos. Assim, para a continuação deste trabalho, torna-se necessário, então, o realce da relação entre psicanálise e o mito atual, que vai desde os contos de fadas até os super-heróis.

2.3 AS FADAS, OS HERÓIS E O DIVÃ

Esta seção tem o objetivo de apresentar um panorama sobre os contos de fadas a partir da produção de Bettelheim (2017) e de outros autores; além disso, utiliza-se dos conceitos apresentados por Campbell (2007) acerca do herói e de toda sua trajetória, buscando traçar comparativos com os super-heróis da atualidade.

Dessa forma, é possível fazer apontamentos sobre a relevância desses conteúdos por meio da compreensão psicanalítica e dos processos psíquicos relacionados, que permitem não somente a identificação e a projeção por parte de crianças e adultos, mas também o contato com o desconhecido, que não é verbalizado.

2.3.1 Os Contos de Fadas e seu Caminho até o Inconsciente

O surgimento dos contos de fadas perde-se no tempo. A literatura registra que são histórias transmitidas oralmente de geração para geração, mantendo-se até hoje junto à infância e não se reservando apenas à função de distrair ou ninar as crianças, mas despertando a fantasia e os conteúdos do infante (SCHNEIDER; TOROSSIAN, 2009).

Como já vem sendo apresentado ao longo deste trabalho, os contos de fadas fazem parte do mundo das narrativas, que auxiliam na elaboração e no contato com os conteúdos inconscientes de crianças e adultos. O poder dos contos de fadas na psique humana foi explorado por Bettelheim (2017), que ressaltou que a criança pode trabalhar conteúdos que, muitas vezes, não são verbalizados.

Outros dois autores que seguem os estudos nessa área são Corso e Corso (2006), que conseguem expandir ainda mais a análise dos contos clássicos e apresentam uma visão dos contemporâneos, como Harry Potter e o Mágico de Oz.

Acredita-se que, ainda hoje, é possível conectar as pessoas a partir da narrativa, permitindo uma relação com os elementos maravilhosos (atributos dos contos de fadas) e com a multiplicidade dos sentidos ali arraigados. Os contos permitem um contato lúdico com os mistérios da vida e que, apesar do medo, a busca por desvendá-los acaba impulsionando as crianças a saberem mais e mais sobre cada história (CORSO; CORSO, 2006).

Aplicando o modelo psicanalítico da personalidade humana, os contos de fadas transmitem importantes mensagens à mente consciente, à pré-consciente e à inconsciente, em qualquer nível que esteja funcionando no momento. [...] À medida que as histórias se desenrolam, dão validade e corpo às pressões do id, mostrando caminhos para satisfazê-las, que estão de acordo com as requisições do ego e do superego. (BETTELHEIM, 2017, p. 12-13)

A partir dessas ideias, umas das grandes ameaças e conteúdos que devem surgir ao longo das narrativas são os de “[...] desamparo das crianças diante das fantasias inconscientes dos pais, às quais estão particularmente expostas pelo fato de serem, para elas, perigos irrepresentáveis” (CORSO; CORSO, 2006, p. 18). Essas questões vão se misturando não somente aos desejos incestuosos, mas também ao questionamento sobre “*o que o outro quer de mim*”, bastante semelhante ao Complexo de Édipo e ao Narcisismo.

Entretanto, apesar de algumas similaridades, observam-se diferenças entre a narrativa mítica e os contos de fadas. Para Bettelheim (2017, p. 59):

Os mitos projetam uma personalidade ideal que age baseada nas exigências do superego, enquanto que os contos de fadas descrevem uma integração do ego que permite a satisfação apropriada dos desejos do id. Essa diferença responde pelo contraste entre o pessimismo difuso dos mitos e o otimismo essencial dos contos de fadas.

Além disso, enquanto a criança ouve o conto, é normal que ocorra uma identificação que a liga ao personagem e às situações que surgem do ambiente e das relações. Por essa

razão, a criança imagina que sofre e triunfa da mesma forma e nos mesmos momentos em que o herói enfrenta provas e desafios idênticos (auxiliando, inclusive, na moralidade); esse reconhecimento é algo que acontece naturalmente, sem nenhum tipo de interferência externa (BETTELHEIM, 2017).

Os contos, já há muito tempo, exerciam uma função terapêutica. Na medicina hindu, por exemplo, um conto de fadas que correspondesse ao problema identificado era oferecido para meditação a uma pessoa desorientada psiquicamente, na esperança de que ela pudesse visualizar os dilemas existenciais e conflitos internos, permitindo uma autodescoberta e um novo caminho a ser seguido (BETTELHEIM, 2017).

Por outro lado, de acordo com Monaci (1990 apud SCHNEIDER; TOROSSIAN, 2009, p. 139), nota-se uma “[...] importância da narração de contos e histórias não só num sentido terapêutico, mas para a estimulação do repertório de soluções adaptativas de conflitos [...] na busca de estabelecer um significado de vida”. Além disso, existe o acesso a um mundo simbólico que consegue dar formas alternativas para que a criança possa se expressar.

Logo, observa-se que os contos nunca dizem inequivocamente o que se deve fazer ou como atuar, mas auxiliam “[...] a criança a desenvolver o desejo de uma consciência mais elevada por intermédio daquilo que está implícito na história. [...] convence pelo apelo que exerce sobre nossa imaginação e pela consumação atraente dos acontecimentos, que nos seduz” (BETTELHEIM, 2017, p. 49).

A criança recebe uma forte influência das ficções e se utiliza desse fato da mesma forma com a qual o mito era usado em sociedades antigas, tentando encaixar seus conflitos nos esquemas apresentados ou se apropriando de fragmentos, estabelecendo um diálogo com o inconsciente. Fica claro, então, que as crianças no mundo contemporâneo, apesar de algumas estarem distantes dos contos de fadas, buscam na TV ou nos quadrinhos o *fantástico* e o *maravilhoso* (CORSO; CORSO, 2006).

É notório que, com o passar dos anos, a tradição oral, que antes dependia muito da imaginação das crianças, começou a perder espaço para as imagens oriundas da mídia, por meio de uma ascensão dos heróis em quadrinhos ou de filmes com o mesmo tema (CORSO; CORSO, 2006). Por conta disso, exprime uma necessidade de apresentar algumas considerações acerca do herói e sua evolução, traçando um comparativo de alguns conteúdos de seu passado e a forma com que adquire seus poderes, sob o viés da teoria psicanalítica.

2.3.2 O Herói e suas Características

Conforme abordado anteriormente, os mitos se apresentam em todas as épocas e circunstâncias, sendo visto como uma forma através da qual os conteúdos psíquicos dos seres humanos acabam sendo apresentados ao mundo externo. A psicanálise contribui ainda mais com esse universo simbólico e mítico, segundo Campbell (2007, p. 16), “[...] na ausência de uma efetiva mitológica geral, cada um de nós tem seu próprio panteão do sonho – privado, não reconhecido, rudimentar e, não obstante, secretamente vigoroso”.

Os contos maravilhosos, que descrevem a vida dos heróis lendários, os poderes das divindades da natureza, espíritos e até mesmo ancestrais totêmicos, podem ser vistos como uma expressão simbólica dos desejos, temores e tensões inconscientes do humano. Além disso, contribuem com a formação de metáforas, que servem de vínculo entre o inconsciente e os campos da ação prática, auxiliando na compreensão do que se passa nos domínios do desejo e dos temores infantis (CAMPBELL, 2007).

Dessa forma, não somente as histórias, mas os heróis que nela surgem, viabilizam uma forma para que a criança, e até mesmo os adultos, acessem os conteúdos mais recônditos do seu aparelho psíquico.

De acordo com Ferreira (1986), o termo herói pode ser definido como um homem extraordinário pelas suas grandes habilidades como guerreiro, seu triunfo, valor ou magnanimidade; portanto, um herói é alguém que transcende condições humanas e problemas que estão implícitos em seu dia a dia.

Para Campbell (2007, p. 28), o herói “[...] é o homem ou a mulher que conseguiu vencer suas limitações históricas pessoais e locais e alcançou formas normalmente humanas”.

Valle, Telles e Fernandes (2014, p. 1) também apresentam suas considerações sobre o tema ao afirmarem que o herói está “[...] intimamente ligado à sociedade que o criou, bem como à época de sua criação. Isso porque as qualidades inerentes a um determinado herói devem estar intimamente ligadas aos valores de sua época e às necessidades de um povo”. Graças a esse processo, tem-se uma grande quantidade de representações de deuses, heróis e criaturas místicas ao longo da história humana.

É interessante ressaltar que, apesar de toda a jornada realizada pelo herói, existirão momentos nos quais o ouvinte ou o leitor irá se identificar com o processo e compreender que parte daquilo também acontece com ele, mas que está camuflado por meio de metáforas. Segundo Campbell (2007, p. 318), “[...] a conclusão do ciclo da infância é o retorno ou

reconhecimento do herói; é o momento em que este, depois de um longo período de obscuridade, tem revelado seu verdadeiro caráter”.

Ao analisar a conclusão desse ciclo, pode-se traçar um comparativo com o período de latência proposto por Freud (1905/2016, p. 78-80), quando afirma que:

[...] o recém-nascido traz consigo germens de impulsos sexuais, que continuam a se desenvolver por algum tempo, mas depois sucumbem a uma progressiva supressão, que pode ser ela mesma interrompida por verdadeiros acessos de desenvolvimento sexual [...] As inibições sexuais durante esse período de latência total ou parcial são formados os poderes psíquicos que depois se colocarão como entraves no caminho do instinto sexual e, ao modo de represas, estreitarão seu curso (o nojo, o sentimento de vergonha, os ideais estéticos e morais).

Em outras palavras, a latência é um período que vai do declínio da sexualidade infantil (após a dissolução do Complexo de Édipo) até o início da puberdade e que marca uma pausa na evolução da sexualidade, correspondendo a uma intensificação do recalque e à transformação dos investimentos de objetos em identificação com os pais, e a um desenvolvimento das sublimações (LAPLANCHE; PONTALIS, 2016).

Com isso, é possível que a criança entre em contato com os conteúdos desse estágio de seu desenvolvimento psicosssexual, uma vez que muitos heróis passam por grandes jornadas e despertares. Faz-se necessário, então, apresentar um panorama sobre os super-heróis modernos e as histórias em quadrinhos, além de discorrer sobre sua importância para o Ego infantil.

2.3.3 Os Super-Heróis e as Histórias em Quadrinhos

O termo história em quadrinho (HQ) só foi utilizado a partir do século XX, quando foram inseridos balões nos desenhos com as falas dos personagens. Desde então, passou a ser um grande fenômeno em todo o mundo, adorado por crianças e jovens, principalmente com o surgimento do *Superman*, em 1938. Esse período ficou conhecido como a era de ouro dos gibis (SILVA, 2011).

Contudo, as HQs não são inocentes, trazendo ideologias e mensagens simbólicas em sua estruturação e composição dos personagens. *Superman* e *Capitão América* emergiram como símbolos de esperança para um povo que havia sofrido com a quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929, e que, posteriormente, foram utilizados para trazer esperança durante a Segunda Guerra Mundial (SILVA, 2011).

Assim, é possível identificar que o grande sucesso dos heróis está atrelado a uma necessidade do povo americano, e também do mundo inteiro, de encarar todos os acontecimentos que permeavam aquele momento (MATTOS; SAMPAIO, 2004). O termo “herói” é adotado por Silva (2011, p. 2) para “[...] definir aquele que se diferencia dos demais personagens por seus valores morais e suas ações extraordinárias. [...] Ele se dedica a lutar por uma causa nobre”.

[...] as histórias mostram toda “jornada mística do herói”, como definida por Joseph Campbell, na qual ele vive em paz em seu habitat natural, é arrancado deste local por forças externas perturbadoras, inicia uma jornada de ação e conhecimento, passa por grandes provações, até que retorna ao seu habitat, já restituído à situação original, mas agora cheio de tesouros, o que não lhe permite viver de seu antigo modo. (MATTOS; SAMPAIO, 2004, p. 7)

Até este ponto, já ficou claro o importante papel do simbolismo dentro das narrativas, seja pelo mito ou pelos contos de fadas; a evolução do tempo e das gerações produzem novos materiais que, ainda assim, fazem com que crianças e adultos entrem em contato consigo mesmos. Para Bettelheim (2017, p. 53), “[...] os psicanalistas freudianos se preocupam em mostrar que tipo de material recalçado ou de outro modo inconsciente subjaz aos mitos e contos de fadas, e como estes se relacionam com os sonhos e devaneios”, ou seja, a psicanálise pode acessar tais conteúdos a partir das diversas narrativas, possibilitando maior entendimento sobre os indivíduos.

Ao analisar as histórias de super-heróis famosos, é possível destacar alguns apontamentos sobre seus dilemas, conflitos e até mesmo questões que remetem ao Complexo de Édipo.

2.3.4 Considerações sobre a História do Herói e Conceitos Psicanalíticos

Considerando todos os pontos discutidos anteriormente, entende-se a necessidade das crianças de instituírem defesas diante das frustrações que ocorrem ao longo da infância. De acordo com Fonof e Colucci (2008, p. 270), seu contato com a narrativa das histórias (tanto nos contos de fadas quanto nas histórias em quadrinho) desperta o incremento da vida imaginativa, que vai se ligar por identificação às vivências próprias. Inicialmente, nota-se que os super-heróis foram criados em lares adotivos, sendo órgãos do casal parental; as princesas, por sua vez, são órfãs de mãe.

Essa observação torna-se mais clara quando o olhar está voltado para a história de origem dos heróis *Batman* e *Superman* (órfãos do casal parental); o *Homem-Aranha*, no entanto, apenas perde o seu pai simbólico, isto é, seu tio Ben. De posse dessas prerrogativas, é importante dar início a uma série de questões sobre o Complexo de Édipo e sobre como essa via é utilizada pela criança.

Segundo Fonoff e Colucci (2008), os personagens buscam, acima de tudo, vigiar os perigos da noite, combater o crime e aplicar a justiça – mesmo ideal de Édipo. Uma característica comum aos super-heróis é a de ter os pais mortos em situações fantasiosas e pouco claras, o que acaba sendo favorável quando se pensa na morte dos pais (edípicos) como consequência das fantasias destrutivas da criança.

O menino, como já citado, nutre um ressentimento em relação ao pai pelo fato de ele estar no caminho que o levaria a uma completa atenção e dedicação da mãe, a fim de que ela o veja e o admire como o maior herói de todos. Mas como lidar com todas essas questões? Bettelheim (2017) explica que os contos de fadas [aplica-se as histórias em quadrinhos também] permitem que tais questionamentos se camuflam e que o pai vire um dragão mau que precisa ser derrotado pelo personagem principal.

Outro fato importante abordado revela que “[...] os heróis têm a sexualidade inibida, aparentemente para proteger o segredo de uma segunda identidade, ou denunciar tal qual o sintoma onde está o conflito e a culpa” (FONOFF; COLUCCI, 2008, p. 275). Algo muito diferente ocorre com a heroína ou com a princesa, que são retratadas antes de seu contato com a sexualidade e assumem uma postura mais ingênua, e seu pai é descrito como uma pessoa poderosa, bondosa, velha e/ou ausente.

Bettelheim (2017) expõe que, para a menina, o que obstrui sua situação edípica seria uma mulher mais velha e mal-intencionada (isto é, a mãe), sonhando em ser uma grande mulher (geralmente uma bela e jovem donzela); entretanto, muitas vezes, a menina acaba sendo mantida presa e sofre nas perigosas garras da madrasta e/ou da bruxa. Logo, há o surgimento de duas mães na relação edípica e na história em si: a mãe que não apresentava ameaças e cuidava da criança [rainha] e, posteriormente, a rival [madrasta] que quer tomar para si o pai, segundo Corso e Corso (2006, p. 78):

A Mãe boa, [...] por ter desejado tanto a criança, ficaria isenta de sentimentos hostis, abandona a cena rapidamente, para deixar surgir em seu lugar a madrasta num novo casamento do pai. Sempre claramente diferenciada da genitora, [...] cuja relação com a enteada não há o amor materno para amortecer o ciúme e a inveja.

Acompanhar a evolução das histórias, dos personagens e do herói é essencial para que a criança consiga, aos poucos, compreender e lidar com seus conflitos, pois assim como os super-heróis, ela emerge, após “matar os pais” edípicos, mais forte e mais poderosa, adquirindo uma nova identidade que se assemelha ao período pós-latência, isto é, na puberdade.

Desse modo, este capítulo buscou apresentar tais questões e conteúdos a partir das produções infantis que têm os heróis como tema central.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada indivíduo é composto por uma história, uma narrativa de vida que se assemelha aos aspectos aqui explorados, seja ela constituída por aventuras, desventuras, encontros ou desencontros, mas que, inegavelmente, demonstram o quanto o Ego se estrutura a partir dos aspectos simbólicos há várias décadas e civilizações – e continuam se estruturando até os dias de hoje.

Com isso, torna-se possível elucidar a importância do outro na constituição do Eu, em que toda criança passa por um processo de identificação com o objeto de desejo (pai ou mãe) e trava uma importante batalha contra seus desejos e contra a castração imposta pela realidade.

Percebe-se que a psicanálise utiliza, de forma significativa, todo o universo simbólico que transcorre nas sociedades, sendo o mito um marco de muitas teorias até então estabelecidas. Os estudos de Eliade (2016) ilustram justamente os aspectos fundamentais que estruturam as narrativas míticas e suas funções ao longo dos anos, transmitindo uma mensagem de forma sutil e simbólica ao indivíduo, permitindo uma elaboração maior sobre determinados acontecimentos.

Além disso, autores como Bettelheim (2017) e Corso e Corso (2006) contribuem para uma expansão ainda maior relacionada a todo o arcabouço histórico das narrativas, fazendo uso das análises míticas e bases psicanalíticas para analisar uma gama de contos de fadas, reafirmando os estudos apresentados por Eliade (2016) e outros tantos autores sobre a forma simbólica de transmitir não apenas uma mensagem, mas de fornecer ao indivíduo formas de elaboração de seus conteúdos inconscientes e conflituosos.

Entretanto, ao refletir a respeito de quais contos estavam sendo utilizadas pelas crianças atualmente, percebeu-se uma ascensão significativa não mais dos contos de fadas ou

mitos clássicos, apesar de ambos estarem sendo utilizados como base para uma nova forma de contar histórias, mas sim dos super-heróis. Dessa forma, deve-se investigar os conceitos que norteiam esses novos heróis e se eles poderiam ser considerados, de certa forma, viabilizadores entre os desejos inconscientes da criança e uma elaboração lúdica.

De deuses antigos a lendários heróis (ou super-heróis), a sociedade se reestrutura e apresenta várias maneiras para continuar elaborando simbolicamente toda a sua trajetória de vida, seus desejos aceitáveis e obscuros, suas perspectivas acerca do outro e seus ideais, pois apesar dos imensos conflitos na história humana, a fantasia permite não somente uma forma de escape das desprazerosas imposições da realidade, mas uma maneira de fazer com que todos possam ser heróis, atuantes sob seus conflitos e demandas, mesmo que por um curto período.

REFERÊNCIAS

- BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. 34. ed. São Paulo: Terra e Paz, 2017.
- CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. São Paulo: Pensamento, 2007.
- CORSO, Diana Lichtentein; CORSO, Mário. **Fadas no Divã: psicanálise nas histórias infantis**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S.A, 1986.
- FONOFF, Fernanda Mara Colucci; COLUCCI, Regina de Baptista. Os heróis, as princesas e o imaginário infantil. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 41, n. 75, p. 269-283, dez. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352008000200020&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 set. 2018.
- FREUD, Sigmund (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“o caso Dora”) e outros textos (1901/1905)**. Tradução de Paulo César de Souza. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 13-172.
- FREUD, Sigmund (1921). Psicologia das massas e análise do Eu. In: FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos (1920-1923)**. Tradução de Paulo César de Souza. 4.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 13-113.
- FREUD, Sigmund (1924). A dissolução do complexo de Édipo. In: **O EU e o ID, “autobiografia” e outros textos (1923-1925)**. Tradução de Paulo César de Souza. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 203-213.
- LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean Bertrand Lefebvre. **Vocabulário da Psicanálise**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- MATTOS, Leonardo Martinelli de Campos e SAMPAIO, Rafael Cardoso. **A evolução do mito do herói dos quadrinhos**. Juiz de Fora: UFJF; FACOM, 1º sem. 2004. 234fl. Mimeo. Projeto Experimental do Curso de Comunicação Social.
- MONFARDINI, Adriana. O mito e a literatura. **Terra roxa e outras terras – Revista de Estudos Literários**. v. 5, p. 50-61, 2005. Disponível em: <http://www.http://www.uel.br/pos/letras/terraroxa/g_pdf/vol5/v5_4.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.
- SCHNEIDER, Raquel ElisabeteFinger; TOROSSIAN, Sandra Djambolakdijan. Contos de fadas: de sua origem à clínica contemporânea. **Psicologia em Revista**, v. 15, n. 2, p. 132-148, 2009.

SELEPRIN, Maquiel José. **O mito na sociedade atual**. Disponível em: <[www.educadores.diaadia.pr.gov.br/aquivos/File/.../O mito na sociedade atual.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/aquivos/File/.../O_mito_na_sociedade_atual.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2018.

SILVA, Rafael Laytynher. A contribuição das histórias em quadrinhos de super-heróis para a formação de leitores críticos. **Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação**, v. 5, n. 1, 2011. Disponível em: <http://www.usp.br/anagrama/SilvaLaytynher_hqleituracritica.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

SOUSA, Alípio F. Mito e Ideologia. In: Comunicologia – **Revista de Comunicação e Epistemologia da Universidade Católica de Brasília**. Ano 0, n. 01, p. 01-08, 2006.

VALLE, Cléa Fernandes Ramos; TELLES, Verônica; FERNANDES, Cléa. O mito do conceito de herói. **Revista do ISAT, Rio de Janeiro**, v. 2, n. 1, p. 01-06, 2014.

WINOGRAD, Monah. Mitos e origens na psicanálise freudiana. **Cadernos de Psicanálise**, Rio de Janeiro, v.34, n.27, p.225-243, dez. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141362952012000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 ago. 2017.

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DE MÃES ADOLESCENTES E TARDIAS: A TÉCNICA DO DESENHO-ESTÓRIA COM TEMA NA REPRESENTAÇÃO DA MATERNIDADE

Adriana Leonidas de Oliveira
Sofia Gláucia Gonçalves Dedini

INTRODUÇÃO

O modelo de maternidade vigente nos dias atuais, no qual há uma idealização do amor materno, é fruto de uma história de pelos menos três séculos. A partir do século XVIII, a mudança na forma como as crianças eram cuidadas possibilitou o desenvolvimento de um vínculo que antes não existia. Badinter (1985) destaca que começou a se estabelecer um novo modelo de maternidade. Em função de questões conjugais, sociais, culturais e econômicas da época, as crianças eram amamentadas por camponesas, amas de leite e em decorrência das condições que eram oferecidas a essas mulheres, muitas crianças morriam antes do primeiro ano de vida.

A atenção e cuidados dispensados pelos pais aos filhos e o papel da mulher enquanto mãe passou a ser cada vez mais valorizado pela sociedade, principalmente as mulheres da classe burguesa e aristocrática. Contudo, sabe-se que em decorrência do processo de industrialização pelo qual passava o mundo no século XIX, era exigido que as mulheres trabalhassem fora e o modelo de maternidade proposto, no qual o papel feminino era exclusivamente materno, não era compatível com a vida das mulheres pobres. Então, o avanço da urbanização e da indústria, possibilitou a transição do modelo tradicional de maternidade da época, para um modelo mais moderno, com famílias menores e a mulher tendo outras atribuições além de ser mãe (SCAVONE, 2001).

Em virtude dessas transformações e com o acesso à educação e formação profissional pela mulher, a maternidade passou a ser cada vez mais uma questão de escolha, embora tenha sido influenciada por múltiplos fatores, como a subjetividade da mulher e o contexto socioeconômico em que está inserida (SCAVONE, 2001). Entretanto, importante lembrar que, no início do século XX, existiam poucas instituições de ensino superior e predominavam os colégios religiosos, lugares de onde as mulheres saíam prontas para o casamento, capazes de educar os filhos e conduzir a vida doméstica (BIASOLI-ALVES, 2000). Prevalencia o modelo de família tradicional, na qual existia uma hierarquia entre os membros, já que ao

homem era destinado o papel de provedor e a mulher tinha o dever de cuidar do trabalho doméstico e dos filhos (PRATTA; SANTOS, 2007).

Essa desigualdade com relação aos homens foi abordada pelos estudos feministas, por volta de 1970, ao colocar em debate a questão do significado da maternidade, chamando atenção para os efeitos sociais e políticos deste fenômeno. Nesta época, a recusa da maternidade foi uma alternativa encontrada pelas feministas para romper com o fato de que por ser mulher precisava ser mãe (SCAVONE, 2001).

A partir deste mesmo período, a mulher passou a ter maior participação no mercado de trabalho, mas a maioria era solteira e sem filhos. Aspectos socioeconômicos geraram transformações tanto no que diz respeito ao mercado de trabalho, quanto nos relacionamentos dentro do sistema familiar, como por exemplo, gastos com despesas básicas em decorrência da queda na qualidade dos serviços públicos, incentivo ao consumo gerando aumento dos orçamentos familiares, altos índices de inflação e a decisão pela mulher de adiar a maternidade ou de ter menos filhos (DIAS; FIORIN; OLIVEIRA, 2014).

Meyer (2005), ao defender o argumento sobre a politização da maternidade, também estabelece relações entre o feminismo e a maternidade, referindo-se a movimentos sociais como a urbanização e o fortalecimento do sistema capitalista que posicionaram a mulher no papel materno, mencionando políticas e programas de estado nas quais se difunde o modelo da mulher-mãe, que precisa ser educada e orientada em nome da responsabilidade que tem por seus filhos, visando o desenvolvimento biopsicossocial destes, independente das circunstâncias envolvidas nesse processo de maternagem. De acordo com o autor, o feminismo produziu, ao longo do século XX, uma discussão política acerca da maternidade, ampliando a questão para a esfera social e cultural, ao questionar “[...] o pressuposto biologicista que permitia inscrever o feminino no sexo anatômico e passou a prestar atenção nos modos pelos quais, no âmbito do social e da cultura, somos produzidos e educados como sujeitos de gênero” (MEYER, 2005, p. 85).

Scavone (2001) cita a contracepção moderna como uma das conquistas tecnológicas que possibilitou a escolha da maternidade no século XX, embora afirme que o controle da fecundidade não é um fato novo na história, já que em diferentes períodos da história as mulheres tinham acesso aos métodos abortivos. A autora encontra uma contradição no fato de que a contracepção tenha sido uma conquista para as mulheres, apontando, que nos países mais pobres, a livre escolha pela maternidade encontra obstáculos em questões sociais, como por exemplo, os impactos da esterilização feminina no Brasil, utilizada pelas mulheres

brasileiras como método contraceptivo, danos dos contraceptivos, sem acompanhamento médico e até mesmo o aborto.

Como vimos, a trajetória das mulheres demonstra um processo de transformação, principalmente ao longo do século XX. Por outro lado, também é possível notar uma continuidade dos padrões de maternidade construídos a partir do século XVIII, pois segundo Biasoli-Alves (2000), dificilmente será possível haver uma ruptura total de antigos padrões, visto que em uma família há o encontro de diferentes gerações e por isso os valores e normas construídas no passado influenciarão as novas gerações.

Conforme aponta Scavone (2001), a maternidade tornou-se com o passar dos anos uma escolha com aspectos ambíguos, visto que esta escolha não é tão livre, pois, como vimos, está atrelada a múltiplos fatores, entre eles, os subjetivos, sociais e econômicos. Os fenômenos sociais, citados pela autora, como as condições econômicas e culturais das famílias e as possibilidades profissionais, não determinam a escolha da maternidade, mas influenciam suas características e possibilidades, visto que variam conforme a classe social e as condições oferecidas pelo país onde a mulher vive. Os fenômenos da maternidade adolescente e tardia estão diretamente relacionados a estes aspectos.

Atualmente, a entrada da mulher no mercado de trabalho, o comprometimento com a profissão, os inúmeros papéis que desempenham na atualidade e novas técnicas de controle da fertilidade estão levando às mulheres a optarem pelo adiamento da maternidade (LOPES, DELLAZANA-ZANON, BOECKEL, 2014; OLIVEIRA, ROCHA, COLISSI, SIFUENTES, 2013; ALDRIGHI, WALL, SOUZA, CANCELA, 2016). O adiamento da maternidade para após os 35 anos tem sido considerado um fenômeno mundial nos últimos 30 anos (ALDRIGHI et al, 2016; GOMES, CANHA, DZIK, NOVO, JULIANO, SANTOS, CAVAGNA, 2009, CAETANO, NETTO, MANDUCA, 2011). Entretanto, Oliveira et al. (2013) pontuam que este é um fenômeno mais significativo nas classes sociais mais altas.

Segundo dados do DATASUS, divulgados pelo Estadão, em duas décadas, o número de mulheres que são mães após os 40 anos aumentou 49% e as que são mães entre os 30 e 39 anos teve um aumento de 61,4%. As razões para esse aumento, segundo o Estadão (2017), são a busca pela realização profissional e estabilidade financeira (CAMBRICOLI, 2017).

Por outro lado, um fenômeno também muito frequente é a maternidade na adolescência, com um significativo aumento no número de casos no início do século XXI (DADOORIAN, 2003; ESTEVES, MENANDRO, 2005; LEVANDOWSKY, PICCININI, LOPES, 2008; PANTOJA, 2003). Os estudos também assinalam um declínio das gestações

entre as mulheres adultas, no mesmo período (DADOORIAN, 2003; ESTEVES, MENANDRO, 2005). No entanto, após o relativo aumento do número de casos de adolescentes grávidas no início do século XXI, houve queda de 17 % entre os anos de 2004 e 2015, conforme aponta o portal Brasil (2017). Apesar disso, estudos continuam apontando a gravidez na adolescência como uma questão de saúde pública, o que justifica o número de pesquisas relacionadas a este tema (DADOORIAN, 2003; ESTEVES, MENANDRO, 2005; LEVANDOWSKY et al, 2008; PANTOJA, 2003).

Conforme observamos, a mulher teve papel central em todo processo de transformação da família. Por isso, consideramos importante investigara organização e dinâmica das relações familiares frente a essas repetições e transformações de padrões e mais especificamente, atendendo ao objetivo da pesquisa, saber do ponto de vista das mulheres, mães tardias e adolescentes, como vivenciam a maternidade e constroem seus significados, com todas as suas influências, numa época de questionamentos de paradigmas e intensas transformações dos sistemas familiares, considerando a maternidade, não como um fato isolado, mas inserido dentro de um contexto social, cultural e familiar em constante interação.

Assim, a maternidade mostra-se um fenômeno complexo e, independente da fase em que ela é vivenciada, pode envolver riscos, desafios e vantagens, abrangendo aspectos biopsicossociais que precisam ser considerados nos estudos.

OBJETIVO

Neste trabalho buscamos compreender a representação de maternidade para 2 mães tardias e 2 mães adolescentes, com filhos até 12 anos de idade, tendo como base para a análise a técnica do desenho-estória com tema.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa e delineamento de estudo de caso. Este método foi considerado neste estudo por estar de acordo com os objetivos traçados, considerando a perspectiva familiar sistêmica na compreensão do fenômeno da maternidade. Por isso, adotamos o pensamento sistêmico para compreendermos as realidades apresentadas, sempre em relação aos contextos em que elas ocorrem, assumindo três pressupostos básicos: a complexidade dos fenômenos, sua instabilidade e intersubjetividade. Nesse sentido, Vasconcellos (2012) afirma que esta é uma epistemologia

que considera o observador, já que suas crenças influenciam suas práticas e a forma como enxerga os fenômenos. Assim, é ele que faz emergir a “realidade” do sistema, a qual se constrói na interação com o outro.

A pesquisa foi realizada na cidade de Taubaté-SP e as participantes da pesquisa foram duas mulheres que se tornaram mães após os 35 anos e duas mulheres que se tornaram mães na adolescência, após os 15 anos, com filhos na faixa etária de 1 a 12 anos de idade. Assim, foram consideradas nesta pesquisa mães tardias as mulheres com idades acima dos 35 anos e adolescentes as mulheres acima dos 15 anos (FELDMAN, OLDS, PAPALIA, 2009).

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram uma entrevista semiestruturada e a técnica projetiva do Desenho-Estória com Tema, desenvolvido por Walter Trinca (2013). Neste capítulo, abordaremos apenas os resultados obtidos pelo Desenho-Estória com Tema. Segundo Trinca (2013, p.56): “o procedimento de Desenhos-Estórias foi concebido para a apreensão da dinâmica emocional de forma ampla e profunda, com o objetivo de expressar a liberdade associativa, a criatividade e a espontaneidade do indivíduo” O procedimento de Desenho-Estória com Tema é uma extensão do D-E, mas nesse caso, a sugestão é de que em vez de fazer um desenho livre, a participante faça um desenho relacionado ao tema proposto pelo pesquisador e em seguida conte uma história relacionada ao desenho. Desse modo, a orientação dada às participantes desta pesquisa foi: “Desenhe uma mãe no seu dia-a-dia”. Após a realização do desenho, foi solicitado à participante que contasse livremente uma história sobre o desenho: “Agora você pode contar uma história sobre o seu desenho e depois atribua um título à sua história”. Caso fossem necessários esclarecimentos, acerca da história ou do desenho, para a interpretação do material, poderia ser realizado um inquérito (CUNHA, 2000).

Todos os nomes apresentados nos resultados são fictícios. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté (Parecer nº 1.551.231).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Jéssica - Mãe Adolescente - Título: A adolescente que não quis ser mãe, mas aceitou.

Jéssica demonstrou em seu desenho que é feliz sendo mãe de duas meninas. Atribui um sentido positivo para a maternidade, associando-a ao resgate de si. Afirma que engravidar na adolescência a salvou de seguir caminhos que não considerava adequados. O desenho

retrata Jéssica e suas duas filhas em um lugar bonito, ensolarado e com um arco íris. Jéssica se vê como uma menina que não queria ser mãe, mas aceitou. Depois da tempestade, o sol aparece e nasce um arco íris. Metaforicamente, Jéssica deu um sentido positivo ao que lhe aconteceu e projeta no desenho uma vida de realizações. Além disso, considerou a maternidade como um resgate de si, deixando-a menos vulnerável.

É o sol, adoro sol né e o arco íris, acho tão bonito, a gente tá passeando nesse lugar lindo. Sei lá, às vezes pode ter acontecido coisas com ela no passado que, às vezes o filho foi bom pra ela sabe? Podia estar agora se prostituindo na rua, usuária de droga, sei lá, às vezes o filho foi bom pra ela, foi bom ter filho adolescente - Jéssica (mãe adolescente)

Jéssica retratou no desenho sua vida com as filhas e o quanto precisou dar um sentido ao que viveu, até mesmo depois da morte de sua mãe, a qual tinha como referência.

Quanto aos sentimentos expressos, Jéssica demonstrou raiva com relação ao nascimento da primeira filha. Ao mesmo tempo em que viu a possibilidade de ser mãe como um projeto de vida, também sentiu muita dificuldade com os primeiros cuidados com a filha. No entanto, no desenho demonstrou impulsos amorosos, como alegria e amor, demonstrando também recursos defensivos. Essa ambivalência, segundo Brisac, Perin e Quayle (2011), é própria do processo gestacional, pois afirmam que aspectos de vida e morte se entrelaçam neste período, acompanhados de sentimentos de perda, culpa, abandono e solidão. Tenta lidar com suas angústias, buscando negar as dificuldades no convívio com as filhas. Reconhece a importância de cuidar das filhas, mas demonstra se sentir sozinha neste papel, principalmente após a perda da mãe. Como figuras significativas, surge a identificação com a figura materna. Disse que prefere não ter relacionamento sério com ninguém, pois acredita que pode não ser boa influência para suas filhas e que prefere morar sozinha com as meninas, justificando que sua mãe também ficou sozinha quando seu pai morreu.

É, eu e minhas filhas! Eu não quero arrumar uma pessoa pra falarem que eu fico dando atenção pra pessoa e elas vendo aquilo. Nossa, se minha mãe pode, se eu crescer eu também posso arrumar um namoradinho e trazer pra casa, aí eu não quero que elas vejam essas coisas, eu acho errado. E meu pai bebia muito, coitada da minha mãe, sofreu muito com ele, e ela curtiu também um pouquinho da vida dela. Isso, nós três, sempre nós três, não vai ter ninguém mais não. (Jéssica, mãe adolescente)

A relação com a figura paterna se mostrou negativa, e talvez por isso Jéssica afirme que prefere ficar sozinha com as filhas. Além disso, os dados de Jéssica coincidem com a afirmação de Nichols e Schwartz (2007, p. 293), a respeito das famílias monoparentais: “o problema estrutural mais comum nas famílias monoparentais é o mesmo da maioria das famílias com pai e mãe: uma mãe sobrecarregada, emaranhada com os filhos e desligada de relacionamentos adultos”.

Renata - Mãe Adolescente - Título: Tal mãe, tal filha.

Enquanto desenhava, Renata demonstrou pouca resistência à tarefa, demonstrando ter energia e entusiasmo. Renata se vê como uma menina, demonstrando necessidades de ser cuidada e tendências regressivas. Por isso cuida da filha como gostaria de ser cuidada pela mãe, projetando suas necessidades de afeto. Demonstrou sentimentos de alegria e realização. Entra em contato com suas carências e as aceita, lidando com isso por meio do cuidado com a filha.

Eu desenhei uma menina de certa maneira, então tudo que eu quero fazer é enfeitar minha filha do jeito que eu queria que a minha mãe me enfeitasse, vamos dizer assim.

No desenho, o cuidado com o cabelo da filha aparece como um símbolo importante. Chevalier e Gheerbrant (2003 apud BRISAC et al., 2011) apontam o cabelo como um símbolo de potência e capacidade. Renata inclui sua mãe no discurso do desenho-estória e assim demonstra o quanto ainda se sente dependente e carente de afeto, projetando-o na filha. Embora tenha demonstrado medo de perder a filha durante a gestação, por já haver perdido o primeiro bebê no início da gestação, não apareceu no relato aspectos negativos, pelo contrário, demonstra idealização e pensamentos positivos com relação ao futuro.

Renata nasceu em uma família recasada e acredita que os irmãos mais velhos sentiram dificuldade com o novo relacionamento dos pais. Por este motivo valoriza o modelo de família tradicional, afastando-se do modelo que recebeu de sua família de origem.

A família é bem, você vê que é bem esparramada, por isso que hoje eu dou muito valor à família que eu tenho, eu quero manter a mais unida possível porque eu sei o quanto é difícil, porque querendo ou não, tem minha mãe e meu pai, eles são casados até hoje, chegaram a se separar por causa dos meus irmãos, mas voltaram, os meus irmãos por parte de mãe brigavam com meu pai, a da parte do meu pai brigavam com meus irmãos, aí minha mãe não gostava, era um rolo sabe? (Renata, mãe adolescente)

Ao contar a história sobre o desenho, Renata demonstra o quanto valoriza seu modelo de família atual. No trecho abaixo ela estava contando que gosta de arrumar a filha para irem à igreja e que este é um momento em família.

É um momento que vai os três que pra mim eu gosto muito, quando eu engravidei era um sonho que eu tinha de tá eu meu marido e ela ficarmos na mesma coisa, acreditando na mesma coisa e aprendendo a mesma coisa que é o fato de ir pra igreja. (Renata, mãe adolescente)

Adriana - Mãe tardia - Título: Uma aventura.

Adriana apresentou em seu desenho-estória que tem vitalidade e disposição para as atividades diárias e que gosta de atender às necessidades da família. Demonstra ser uma pessoa bastante dinâmica e exigente com relação ao seu desempenho como mãe, mas também demonstra se preocupar com sua própria saúde.

Eu acho assim, o meu dia a dia como mãe, ele é bastante corrido, porque eu quero dar o máximo de atenção para meu filho, quero fazer o máximo de coisas pra ele, então eu acabo ficando sem tempo, então tem dia que eu vou com o brinco só pro serviço, tem dia que eu saio abotoando a roupa, camisa, protetor solar, a maquiagem eu acabo fazendo no meu serviço, porque como ele quer chegar na hora certa, então é bastante corrido, e, além disso eu gosto muito de fazer academia, então eu quero ir pra academia, então conciliar todas essas coisas que eu quero fazer, realmente não é fácil, então o dia acaba sendo curto, sabe, mas porque eu quero fazer bastante coisas pra ele, então acho que é isso, a vida de mãe é corridíssima. (Adriana, mãe tardia)

Adriana demonstrou que apesar da dificuldade de conciliar a vida profissional, pessoal e familiar, gosta de poder atender às necessidades do filho. No desenho demonstrou que, às vezes, abre mão de se cuidar para atender às necessidades do filho, diferente do que apareceu na entrevista, ao relatar que quando o filho era pequeno sentia-se culpada por ter necessidade de um tempo para cuidar de si mesma longe do filho.

Fernanda - Mãe tardia – Título: Minha família, meu bem mais precioso.

Fernanda apresentou uma imagem de si predominantemente positiva, demonstrando em seu relato ser uma pessoa protetora, amorosa e feliz com a família que construiu. No

entanto, também demonstra bastante insegurança com relação aos cuidados com a filha e às suas capacidades de conciliar e dar conta de todas as suas atividades. O sentimento é de que precisa dar conta sozinha da casa e também dos cuidados com a filha, pois justifica que seu esposo já trabalha o dia todo e por isso não consegue dividir as tarefas. Fernanda demonstra aceitação de sua vida conjugal, mas se sente sobrecarregada com as tarefas diárias. No desenho demonstra ser uma pessoa forte, embora também apresente características infantis e necessidades de carinho e atenção. Aparece ser uma pessoa bastante exigente com relação a si mesma, tanto na questão profissional quanto com a filha, o que acaba trazendo culpa quando percebe que falha em algumas situações. Também aparece na história sua visão tradicional de família, confirmando os dados da entrevista.

Fernanda demonstra que sente dificuldade para conciliar suas atividades profissionais com os papéis familiares, sentindo-se sobrecarregada com as tarefas diárias, embora também afirme que não se sente sozinha nessas situações, pois tem a compreensão e o amor de sua família. Apesar da insegurança relatada em algumas situações com a filha, também se mostra capaz de desempenhar suas atividades diárias e feliz por viver com sua família.

O que eu resumo de tudo isso né? É o amor que eu tenho pela minha família e o cuidado que eu tenho com eles e a proteção, eu gosto de proteger, eu gosto de cuidar, eu acho que o amor em família é tudo pra mim, é o essencial pra que eu seja feliz, pra que eu continue minha vida, sem eles eu acho que eu deixaria de existir também. É isso. (Fernanda, mãe tardia)

CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENHO-ESTÓRIA COM TEMA

Todas as mães aceitaram a proposta para realizarem o Desenho-Estória com tema, embora tenham demonstrado receio ao dizerem que não sabiam desenhar adequadamente. Foram informadas de que não seriam analisadas suas capacidades artísticas, mas sim o conteúdo de seus desenhos e histórias.

O desenho de Fernanda (mãe tardia) chamou a atenção por ser o único a aparecer a figura masculina. Apesar disso, o desenho retrata a figura feminina maior, dando-nos a impressão de ser aquela que organiza e supre a família, o que confirmou os dados da entrevista.

Os desenhos e histórias das duas mães adolescentes retratam desejos de realização pessoal por meio da maternidade. Assim, apesar das entrevistas demonstrarem que Jéssica e Renata enfrentam dificuldades relativas ao desempenho do papel materno, seus desenhos e

estórias demonstraram que não veem dificuldades com a maternidade, pelo contrário, demonstraram alegria e satisfação e, tentam satisfazer, no cuidado com as filhas, suas próprias necessidades e carências. Este dado corrobora com os achados de alguns autores de que apesar das dificuldades encontradas pelas mães adolescentes, elas se sentem orgulhosas e felizes com a maternidade (DADOORIAN, 2003; LEVANDOWSKY et al., 2008; NUNES, 2010).

Já os desenhos das mães tardias retratam um cotidiano familiar com dificuldades, como demonstraram nas entrevistas, no qual precisam desempenhar diferentes papéis, o que as deixa sobrecarregadas. No entanto, apesar das dificuldades, as mães tardias também se sentem satisfeitas por poderem atender às necessidades dos filhos, mesmo que para isso precisem, algumas vezes, de renunciar aos seus desejos particulares.

Essas representações da maternidade apresentadas neste trabalho são frutos das experiências das mães pesquisadas e segundo Coelho (2012) esses discursos são moldados pelos valores da ideologia social que organizam a vida em sociedade e na família. Coelho (2012) destaca três significados relacionados à maternidade: o primeiro que destaca a mulher como responsável pela reprodução biológica e contracepção (SCAVONE, 1985 APUD COELHO, 2012); O segundo significado relaciona à maternidade como condição de ser mulher; e o terceiro que atribui à mulher a responsabilidade pela educação dos filhos.

Os resultados deste instrumento revelaram que as mulheres, ao falarem de suas experiências cotidianas, trazem consigo uma imagem associada à representação social que possuem do fenômeno da maternidade.

DISCUTINDO A REPRESENTAÇÃO DE MATERNIDADE

As mães pesquisadas responderam que a maternidade trouxe dificuldades para desempenhar diferentes papéis, demonstrando que esta é uma questão que independe da idade em que a mulher se torna mãe. Somente a adolescente Jéssica demonstrou arrependimento por ter sido mãe na adolescência, mas por outro lado, associou o fato de ser mãe ao resgate de si mesma e ao desejo de ser reconhecida como mulher. Estes dados da entrevista de Jéssica nos remetem à afirmação de Dadoorian (2003), ao analisar as razões para a gravidez na adolescência em jovens de classes populares, defende a ideia de que as causas desse fenômeno não se devem somente a falta de informações sobre os contraceptivos, mas a um desejo de ter um filho para se tornar mulher e para suprir uma carência afetiva com relação à

família de origem, o que pode prejudicar na vivência da maternidade. Jéssica perdeu o pai muito jovem, aos 7 anos e a mãe aos 19 anos, quando já tinha sua primeira filha. Comenta que sua mãe a ajudou na gestação e nascimento da primeira filha, o que aliviou o peso de sua responsabilidade, no entanto afirma que a gravidez a salvou de ir para um caminho que não considera adequado. Assim, Dadoorian (2003) rejeita a afirmação de que a gravidez é indesejada, mas também considera os impactos de uma gravidez na vida da adolescente, tanto em sua vida pessoal como nos aspectos sociais e econômicos. Patias, Fiorin, Lima e Dias (2014) também afirmam que nas classes mais populares a maternidade adolescente é vista como um projeto de vida para as meninas. Nesses contextos, pela escassez de projetos de inserção no mercado de trabalho, a maternidade é uma forma de se tornar reconhecida, confirmando os dados encontrados na entrevista de Jéssica (mãe adolescente). Já nas classes mais favorecidas, as meninas conseguem retomar os estudos e vislumbram uma vida profissional, embora também sejam cobradas em relação à responsabilidade com os filhos.

Os dados encontrados na entrevista de Renata (mãe adolescente) também confirmaram as afirmações de Patias et al. (2014), de que nas classes mais favorecidas o impacto da gestação adolescente é menor. Renata diz que apesar da dificuldade de ter sido mãe jovem, quis voltar a trabalhar logo para poder suprir as necessidades da filha. Estes dados ressaltam a importância de considerar na análise os contextos sociais, culturais e econômicos das duas adolescentes entrevistadas. No entanto, apesar de ter uma condição socioeconômica mais favorável, os dados demonstrados na entrevista e no desenho estória de Renata também nos fazem pensar que a adolescente ao engravidar buscou dar um sentido à sua vida.

Outro dado que chamou atenção, apontado pelas mães pesquisadas, está relacionado à maternidade como dádiva e sacrifício, informações que nos fazem pensar no que Badinter (1985) demonstrou no livro *O Mito do amor Materno*. A partir do século XVIII, a mudança na forma como as crianças eram cuidadas possibilitou o desenvolvimento de um vínculo que antes não existia. Badinter (1985) destaca que começou a se estabelecer um novo modelo de maternidade. A autora ressalta a exaltação do amor materno e a valorização da infância a partir do século XVIII, passando a ser imperativa a sobrevivência das crianças. Assim, o papel da mulher como mãe passou a ser exaltado pelos ideólogos da época, sendo considerado nobre e fonte de felicidade humana.

Os resultados obtidos das mães tardias, Fernanda e Adriana, apesar de uma exaltação do papel da mulher como mãe, apontam para a valorização da vida profissional e independência financeira da mulher. Ao mesmo tempo, Fernanda e Adriana queixam-se da

sobrecarga relativa à multiplicidade de papéis desempenhados após o nascimento dos filhos. Esses dados coincidem com o estudo de Lopes et al. (2014) que mencionaram o trabalho como principal fonte de satisfação em mães tardias, ainda que se queixem da sobrecarga de trabalho.

As mães tardias apresentaram dados que remetem à importância de ser mãe. Ao mesmo tempo, também destacaram as múltiplas funções que hoje a mulher vem desempenhando e atribuem bastante importância ao desempenho profissional. Com estes dados vemos que se por um lado, as mães entrevistadas conquistaram um reconhecimento no mercado de trabalho, por outro, ainda se veem mais responsáveis pela educação dos filhos, queixando-se do acúmulo de tarefas.

Com relação aos sentimentos gerados pela maternidade, todas as mães pesquisadas demonstraram ambivalência.

Jéssica (mãe adolescente) se queixou da perda de liberdade e das responsabilidades que a maternidade trouxe. Renata (mãe adolescente), embora perceba e afirme que enfrenta dificuldades para continuar estudando, não se arrependeu por ter sido mãe na adolescência. Este dado vai ao encontro do estudo de König, Fonseca e Gomes (2008), que investigaram as representações sociais de mães adolescentes sobre a maternidade, encontrando que as adolescentes pesquisadas percebem a maternidade como algo natural, desconhecendo os compromissos que o evento acarreta e embora não demonstrem arrependimento, lamentam-se pela falta de liberdade e veem a dificuldade de continuar os estudos pela necessidade de encontrar um emprego para sustentar seus filhos.

Fernanda (mãe tardia) demonstrou insegurança nos primeiros cuidados com a filha, atribuindo o cuidado excessivo à maternidade tardia. Demonstrou uma ideia romantizada da maternidade e associou o amor materno ao instinto. Afirmou que teve muitas dificuldades nos primeiros cuidados com a filha recém-nascida e quando voltou a trabalhar foi difícil conciliar o trabalho com o papel de mãe, o que a deixava se sentindo culpada. O fato de ser bastante exigente e ter expectativas altas com relação ao seu desempenho aumentavam ainda mais a sensação de fracasso. Atualmente percebe que tem dificuldades no estabelecimento de limites com a filha.

Adriana (mãe tardia) tinha uma vida profissional e conjugal já estável e o nascimento do filho trouxe uma instabilidade no sentido de fazer com que o casal tivesse que se adaptar a algumas mudanças e rever questões relativas ao papel parental. Adriana demonstrou culpa por se sentir cansada e por sentir falta de sua vida sem filho, demonstrando também ter uma visão

romantizada da maternidade, como se a mulher/mãe não pudesse demonstrar esses sentimentos.

Os dados encontrados nas entrevistas das mães tardias, Fernanda e Adriana, confirmam alguns dados da pesquisa de Feres-Carneiro e Rodriguez (2013) que encontraram ambivalências intensas no período de adaptação ao bebê em mães tardias. As duas mães tardias referiram ter uma vida profissional bem estabelecida antes de serem mães. Fernanda se destacou pela visão romantizada da maternidade, imaginando que, por ter experiências com crianças, como professora, ficaria mais fácil cuidar de sua filha. Feres Carneiro e Rodriguez (2013) afirmam que a falta de experiência e visão romantizada da maternidade que contrasta com a realidade pode fazer com que a mulher se sinta fracassada e tenha dificuldades para conciliar a vida já estruturada e a maternidade. Por isso a importância de intervenções para pais tardios que tenham o objetivo de desmistificar a maternidade, promovendo representações menos idealizadas.

A ambivalência demonstrada pelas mães tardias foi apontada por Lima (2012) que as relacionou aos sentimentos de impotência/potência frente a seus corpos e ao controle sobre a reprodução, apontando uma dificuldade de integrar esses sentimentos, uma vez que as mulheres se deparam com situações nunca antes vividas, e influenciadas por uma história profissional bem sucedida que contribui para o sentimento de impotência frente às dificuldades da maternidade. Fundamentando-se nas ideias de Winnicott, psicanalista inglês, a autora aponta para a importância de integrar onipotência e impotência, elementos masculinos e femininos, o ser e o fazer, afirmando que uma vida criativa e saudável está relacionada com a integração desses elementos, ou seja, aceitar as falhas, medos e frustrações e também reconhecer os ganhos. Os dados encontrados por Lima (2012) remetem a um sentimento de imaturidade para a maternidade, mesmo em mães tardias, demonstrando que a ambivalência independe da idade, assim como verificamos neste estudo.

A discussão dos sentimentos relacionados ao desempenho do papel de mãe traz à tona que os discursos acerca da maternidade são determinados por valores da ideologia social, que segundo Coelho (2012), atribuem um significado naturalizante à figura materna. São discursos que colocam a mulher como única responsável pela reprodução, gravidez, parto e também pela contracepção; no qual o amor materno é inerente ao feminino e cabe à mãe ser a responsável pela socialização dos filhos. O sentimento de culpa e a sensação de não estar fazendo o suficiente pelo filho pode ter relação com esses valores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos ter atingido nosso objetivo, que foi o de compreender a representação de maternidade para as mães adolescentes e tardias pesquisadas. Como fundamentação teórica foi utilizado o pensamento sistêmico novo-paradigmático e por meio de entrevista semiestruturada e da abordagem qualitativa, foram pesquisadas 4 mulheres: 2 que se tornaram mães na adolescência e 2 mães tardias, tendo como recurso na análise dos dados a Técnica do Desenho-Estória com tema. Não observamos e também não foi nosso objetivo neste estudo identificar se a idade é um fator que pode interferir negativamente na vivência da maternidade. Entretanto, identificamos que as mães adolescentes precisaram adiar os estudos em função da maternidade, por não terem programado a gestação. Porém, apesar das dificuldades, as adolescentes parecem ter encontrado um sentido para suas vidas por meio da maternidade. Verificamos diferenças marcantes nas repercussões da maternidade na vida das duas mães adolescentes, indicando a influência do fator socioeconômico e o apoio da rede social em tais contextos.

Foram encontradas um número menor de pesquisas relativas à maternidade tardia em comparação à maternidade adolescente, embora os dados de pesquisas indiquem um significativo aumento da gestação tardia e queda na gestação adolescente nos últimos 20 anos. A atenção maior à adolescência pode estar atrelada à visão de que a adolescente precisa renunciar ao estudo e prorrogar alguns planos em virtude da gestação. Sem contar que nas classes menos favorecidas, a situação pode ficar ainda mais difícil, reduzindo as perspectivas de inserção profissional.

Foi verificado que a gestação tardia foi uma opção para as mulheres que foram mães após os 35 anos, sendo priorizados a carreira profissional e o estabelecimento de uma relação estável antes de terem filhos. Em contrapartida, a maior experiência de vida e profissional dessas mulheres não resultou em uma maior segurança na relação com os filhos. Além disso, uma mãe tardia apresentou maior dificuldade no início do processo de maternar, além de medos e ansiedades na gestação, por acreditar que sua gestação era de risco. A dificuldade nos primeiros cuidados com a filha também foi relacionada às exigências, altas expectativas e idealizações com relação à maternidade.

Apesar das diferenças de idade, classes sociais e dinâmicas familiares, as mulheres pesquisadas buscam a conciliação de seus papéis na família e na sociedade. Assim, preocupam-se com o desenvolvimento de seus filhos, com a vida conjugal, mas também

buscam sua autonomia pessoal e profissional. Esse processo, de acordo com as mulheres, é prazeroso, mas também desperta conflitos, muitos em função de um imaginário social de que o amor materno é inerente à mulher, e não algo construído e conquistado, gerando idealizações da relação mãe e filho.

Ficou evidente a romantização da maternidade em todas as mães pesquisadas, o que traz um senso de responsabilidade maior às mulheres com relação à educação e cuidados com os filhos, apesar de hoje haver, em geral, uma maior divisão das responsabilidades parentais. O excesso de exigências com relação ao desempenho de múltiplas tarefas provocou o sentimento de culpa no que se refere à educação dos filhos, uma vez que lhes dedicam menos tempo.

Na pesquisa realizada, somente a mãe adolescente pertencia a uma classe social menos favorecida e era a única que também não se queixou de sobrecarga relativa ao trabalho fora de casa. Nesse caso, a maternidade parece ter lhe dado uma visibilidade maior. Isso faz pensar no desenvolvimento de pesquisas que investiguem também a influência do contexto social e cultural na manutenção dos padrões de maternidade, procurando compreender este fenômeno sob uma perspectiva relacional, que é construído e transformado ao longo dos anos, a partir de um processo histórico e político.

Ainda que estejamos vivendo um processo de reconstrução das formas de pensar a maternidade e o feminino, a sociedade não responsabiliza igualmente homens e mulheres pelos cuidados com os filhos. Por isso, vemos mulheres se sentindo tão culpadas por suas falhas. Integrar as várias facetas de uma mulher ainda parece ser uma tarefa difícil, pois implica em aceitar as próprias falhas, reconhecer os acertos e romper com estereótipos e ideais impossíveis de serem alcançados. Olhar para quem são na realidade e abandonar a ideia de que a maternidade é algo inato na mulher, talvez seja o caminho para a construção de mulheres e mães reais, que fazem o melhor possível por seus filhos.

REFERÊNCIAS

- ALDRIGHI, Juliane Dias et al . As experiências das mulheres na gestação em idade materna avançada: revisão integrativa. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo , v. 50, n. 3, p. 512-521, June 2016 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342016000300512&lng=en&nrm=iso>. access on 06 Sept. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342016000400019>.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado: O mito do amor materno**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985. Disponível em:<[http://www.redeblh.fiocruz.br/media/livrodigital%20\(pdf\)%20\(rev\).pdf](http://www.redeblh.fiocruz.br/media/livrodigital%20(pdf)%20(rev).pdf)>. Acesso em: 19 fev. 2016.
- BIASOLI-ALVES, Zélia Maria Mendes. Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília , v. 16, n. 3, p. 233-239, Dec. 2000 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722000000300006&lng=en&nrm=iso>. access on 06 Sept. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722000000300006>.
- BRISAC, J.N.W; PERIN, S.N; QUAYLE, J. Representação da relação mãe-bebê através do procedimento desenho-estória em gestantes adolescentes e tardias. **Mudanças – Psicologia da Saúde**, São Paulo, Jan-Dez 2011. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/MUD/article/view/3030>>. Acesso em: 04 mar. 2017
- CAETANO, L.C; NETO,L; MANDUCA, J.N.L. Gravidez depois dos 35: Uma revisão sistemática da literatura. **Rev. Min de Enfermagem**, Belo Horizonte, out./dez., 2011. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=BDENF&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=22157&indexSearch=ID>. Acesso em: 12 jun. 2017.
- CAMBRICOLI, F. (2017). Número de mulheres que são mães após os 40 anos cresce 49% em duas décadas. Recuperado em 12 junho, 2017, de <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,n-de-mulheres-que-sao-maes-apos-os-40-anos-cresce-49-em-duas-decadas,70001687252>.
- COELHO, S.V. Revendo os papéis na parentalidade: Paternidade e Maternidade. In: AUN, J.G; VASCONCELLOS, M.J.E; COELHO, S.V. **Atendimento Sistêmico de Famílias e Redes Sociais**. 3.ed. Belo Horizonte: Ophicina de Arte e Prosa, 2012.
- CUNHA, J. A . **Psicodiagnóstico-V**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- DADOORIAN, D. Gravidez na adolescência: um novo olhar. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 84-91, mar. 2003. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 mar. 2016.

ESTEVEES, J.R; MENANDRO, P.R. Trajetórias de vida: repercussões da maternidade adolescente na vida de mulheres que viveram tal experiência. **Estudos de Psicologia**, Natal, vol 10, n.3, p.363-370, set-dez. 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/261/26110304.pdf>>. Acesso em: 02 Mar. 2016.

FELDMAN, R.D; OLDS, S.W; PAPALIA, D.E. **Desenvolvimento Humano**. 10.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2009.

Feres-Carneiro, T., & Rodriguez, F.T. Maternidade tardia e ambivalência: algumas reflexões. **Tempo psicanal.**, v. 45, n. 1, p. 111-121, 2013. Recuperado em 04 março 2017, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382013000100008&lng=pt&nrm=iso.

FIORIN, P. C; OLIVEIRA, C. T; DIAS, A. C. G. Percepções de mulheres sobre a relação entre trabalho e maternidade. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**. Santa Maria, Jan-Jun, 2014. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v15n1/05.pdf>>. Acesso em: 04 fev.2016.

GOMES, L. M. O. et al . A idade como fator prognóstico in vitro. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, Rio de Janeiro , v. 31, n. 5, p. 230-234, May 2009 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032009000500005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 Mar. 2017.

KONIG,A. B, FONSECA, A.D; GOMES, V.L.O. Representações sociais de adolescentes primíparas sobre ser mãe. **Revista Eletrônica de enfermagem**, Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/4554/representa%C3%A7oes%20sociais%20de%20adolescentes%20primiparas.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

LEVANDOWSKI, D. C; PICCININI, C. A; LOPES, R. C. S. Maternidade adolescente. **Estud. psicol.** Campinas , v. 25, n. 2, p. 251-263, June 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2008000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 Mar. 2016.

LIMA, M.G.R. **Um estudo sobre o adiamento da maternidade em mulheres contemporâneas**. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LOPES, M. N; ZANON, L. L; BOECKEL, M. G. A multiplicidade de papéis da mulher contemporânea e a maternidade tardia. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto , v. 22, n. 4, p. 917-928, dez. 2014 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2014000400018&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 04 mar. 2017.

MEYER, D.E.E. A politização contemporânea da maternidade: Construindo um argumento. **Biblioteca Virtual em Saúde**, v.6, n.1, p.81-104, 2005. Disponível em: <<http://saudepublica.bvs.br/pesquisa/resource/pt/int-1131>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

NICHOLS, M.P; SCHWARTZ, R.C. **Terapia Familiar: Conceitos e Métodos**. 7ª Ed. São Paulo: Artmed, 2007.

NUNES, S. A. Problematizando a gravidez na adolescência. **Rev. Epos**, Rio de Janeiro , v. 1, n. 1, jan. 2010 . Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2010000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 mar. 2016.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2010000100004&lng=pt&tlng=pt.

OLIVEIRA, D.R. et al. A mulher contemporânea e a maternidade tardia. **Anais da VI Mostra Científica do Cesuca**, Cachoeirinha, RS, v.1, n.7, p1-12, 2013.

PATIAS, N. D. et al . O fenômeno da parentalidade durante a adolescência: reflexões sobre relações de gênero. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto , v. 15, n. 2, p. 45-62, dez. 2014 .

Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702014000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 mar. 2016.

PORTAL BRASIL. **Número de adolescentes grávidas cai 17% no Brasil**. 2017. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/saude/2017/05/numero-de-adolescentes-gravidas-cai-17-no-brasil>. Acesso em: 15 jun. 2017.

RODRIGUEZ, F.T; FERES-CARNEIRO, T. Maternidade tardia e ambivalência: algumas reflexões. **Tempo psicanal.**, Rio de Janeiro , v. 45, n. 1, p. 111-121, jun. 2013 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382013000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 04 mar. 2017.

SCAVONE, L. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Interface**, Botucatu , v. 5, n. 8, p. 47-59, Feb. 2001 . Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832001000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Mar. 2016.

TRINCA, W. **Formas compreensivas de investigação psicológica**: procedimento de desenhos-estórias e procedimento de desenhos de família com estórias. 1. ed. São Paulo: Vetor, 2013.

VASCONCELLOS, M.J.E. Pensamento sistêmico novo-paradigmático: Novo-paradigmático, por quê? In: AUN, J.G; VASCONCELLOS, M.J.E; COELHO, S.V. **Atendimento Sistêmico de Famílias e Redes Sociais**: vol 1. 3.ed. Belo Horizonte: Ophicina de Arte e Prosa, 2012.

UM ESTUDO DA PROSTITUIÇÃO FEMININA: A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE A MERCANTILIZAÇÃO DO SEXO

Talitha Vieira Gonçalves Batista¹³

Rosa Frugoli¹⁴

Lenina Ida Disney Campos¹⁵

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa contemplou a Prostituição como a principal temática de estudo. Para tanto, buscou-se conhecer e analisar artigos científicos, da última década, acerca da temática da prostituição, considerando os eixos relevantes à área da Psicologia. Refere-se a Trabalho de Graduação concluído em 2018.

A prostituição é um fenômeno sociocultural permeado de muitos estigmas. Além de diversas situações de violência que as mulheres são submetidas (SILVA; BATHISTA; THEODORO, 2017), quando exercem a prostituição se inserem num contexto ainda maior de vulnerabilidades. Devido à construção sócio histórica da sexualidade feminina, o mercado do sexo é assombrado de maneira concreta, por meio de representações e práticas violentas objetivas, advindas da violência simbólica frente a realidade da prostituição. As situações de violência que envolve as mulheres neste contexto

Nessa pesquisa, a análise de produção científica sobre a temática foi feita pela base de dados Scielo, que ganha relevância por ser um portal de revistas brasileiras que organiza e publica textos de revistas na internet. Com a análise de produções feitas a partir desde portal, pode-se perceber de que maneira diversos autores se referiram e abordaram a Prostituição na última década, permitindo analisar os estudos relativos a essa área.

Ao ser encarada a prostituição como mercantilização do sexo, atribui-se como principal motivação da prostituta o fator monetário. Dessa forma, o sexo torna-se apenas um serviço como qualquer outro, de modo que o corpo feminino é a moeda de troca. Bruns (2010) sugere que apesar de ter como motivação inicial o fator financeiro, não se deve reduzir essa relação a mero intercâmbio monetário, pois, podem existir sentidos subjetivos por trás da prática da prostituição. Russo (2007) alega que a profissionalização da prática sexual faz com que a dimensão pessoal da prostituta seja embotada, no sentido de que exista a fusão do

¹³ Psicóloga clínica e professora do Departamento de Psicologia (UNITAU).

¹⁴ Psicóloga, professora de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde (UMESP), professora de Psicologia da Escola de Ciências Médicas (UMESC) e professora do Departamento de Psicologia (UNITAU).

¹⁵ Psicóloga formada pela Universidade de Taubaté.

âmbito profissional¹⁶ e pessoal, tornando a relação dela com o cliente cada vez mais impessoal, em que o que importa no momento da compra por tais serviços não são as particularidades da mulher contratada.

As reflexões de Burbulhan (2012) mostram que a prostituição abrange mais que o simples caráter financeiro, são corpos, são relações, e cada parte vive essa experiência de uma maneira. Embora em princípio seja uma relação apenas comercial, a prática abrange diferentes aspectos, gerando impactos na subjetividade de ambas as pessoas que vivenciam aquela realidade.

Nas próximas seções será apresentada uma breve contextualização teórica sobre o tema Prostituição, a partir do qual serão tratados os seguintes aspectos: histórico, definição, problematização da temática, empoderamento/ vitimação e estigma. Posteriormente, será explicado o método de pesquisa bibliométrica e os resultados alcançados e discutidos à luz da teoria.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS

Os aspectos históricos indicam que a prostituição¹⁷ nos remonta a ideia de que a maioria dos povos antigos a mulher era o centro da sociedade. Tratava-se de um período matriarcal, segundo a historiadora Roberts (1998).

De acordo com Bruns (2010) por volta de 6500 a.c, a fecundidade feminina era associada a fecundidade dos campos, onde a agricultura já tinha se instalado como prática de sobrevivência. Os homens nessa época não eram opressores em relação á liberdade sexual

¹⁶ No que se refere a prostituição no Brasil, Oliveira (2004) indica que há o “vazio legal”, pois aqui, existe apenas o registro da prostituição no Código Brasileiro de Ocupações, que serve apenas para fins de contribuição de previdência social, não dando respaldo nenhum à prática.

¹⁷ O termo prostituição, deriva do latim “prosto”, que quer dizer “estar às vistas, à espera de quem quer chegar ou estar exposto ao olhar público (...) é a prática sexual remunerada habitual e promíscua” (FRANÇA, 1994, p. 145). Braga (1982, p. 62), define a mulher prostituta como “uma mulher que aluga seu corpo para jogos sexuais sem amor”, assim sendo, a prostituta é a profissional que cobra pela utilização de seu corpo. A definição da prostituição como trabalho, levando em consideração apenas o caráter comercial, refere-se ao ato de comercializar serviços de natureza sexual como sexo, fantasias, fetiches, carícias, etc. Visto que em alguns casos a mulher prostituta contratada pode não transar com seu cliente, indica que, contrário do que popularmente se acredita, não se trata da venda do corpo, mas sim de uma atuação no imaginário das pessoas através das possibilidades de prazeres e práticas sexuais.

feminina, pois não tinham conhecimento de sua importância no processo de fecundação e geração de uma nova vida.

A vida sexual das mulheres era iniciada dentro da santidade, um chamado emissário divino atirava oferendas sob a mulher escolhida por ele, que seria a personificação da Deusa da Fertilidade. Qualls-Corbett (1990) deixa claro o respeito que existia com a mulher escolhida, agora abençoada, que voltava para sua casa sentindo-se orgulhosa e sem qualquer sentimento de culpa pela prática sexual e pelo prêmio recebido.

Ao ocuparem uma posição tão poderosa, as mulheres tinham a autonomia de controlarem suas respectivas sexualidades. Há evidências de que as mulheres eram autônomas e desinibidas em sua expressão sexual, e controlavam sua fertilidade a partir de calendários lunares. Como os homens eram ignorantes quanto a seu papel no processo de reprodução, não havia a ideia obsessiva de paternidade, que se tornou típica apenas com o enraizamento do patriarcado. A unidade central social era matriarcal, centralizada em mães e filhos (ROBERTS, 1998).

Por volta de 3.000 a.C. esse cenário começou a sofrer mudanças. Tribos do antigo Oriente começaram a invadir esses territórios que viviam sob o domínio matriarcal, anulando o poder que era posse dessas mulheres consideradas Deusas-mães e as sujeitando às regras masculinas (ROBERTS, 1998).

A partir da invasão das tribos do Oriente, Roberts (1998) afirma que esses povos monoteístas, que adoravam um único Deus Masculino, impuseram suas crenças e acabaram com a liberdade que existia entre os gêneros. A liberdade sexual feminina passou a ser restrita, as mulheres foram expulsas do poder e a filiação e a herança passaram a ser direitos masculinos. As várias mudanças fizeram com que as atividades masculinas fossem hipervalorizadas e as femininas desvalorizadas, pois o comércio, as guerras e a maior parte das atividades que passaram a ser centro da economia, da política e também ponto central social, eram atividades que privilegiavam o domínio masculino.

A partir de então, da mudança de domínio do matriarcal para o patriarcal, Roberts (1998) afirma que passaram a existir as primeiras prostitutas da história, as sacerdotisas dos templos. Ao mesmo tempo em que eram prostitutas também eram sagradas. As pessoas ainda adoravam essas mulheres nos antigos ritos sexuais, e essa prática perdurou mesmo depois da instauração do patriarcado, após serem retiradas de suas posições de poder.

2.2 O PATRIARCADO

No patriarcado a mulher virtuosa era a mulher casada e fiel a seu marido. E como trás Qualls-Corbett (1990), os escritos religiosos traziam uma espécie de comportamento padrão que seria característico das boas mulheres, que dizia que a mulher tende a assumir, por meio do matrimônio legítimo, qualidades similares a do seu marido.

As sacerdotisas que trabalhavam fora dos templos foram as primeiras prostitutas de rua da história, porém, a conexão dessas sacerdotisas com o sagrado se manteve intacta, mesmo consideradas como sacerdotisas de classe baixa. A medida que o poder patriarcal se instaurou e se fortaleceu na sociedade da época, aos poucos, as sacerdotisas dos templos foram expulsas e formaram grupos de cantoras e dançarinas de rua (ROBERTS, 1998).

Na maioria das sociedades do Período Antigo a prostituição que era realizada fora dos templos sagrados era considerada profana e representava o lado obscuro da sexualidade da mulher, porém, quando praticada dentro dos templos politeístas, era sagrada por enaltecer e fazer referência aos Deuses.

O início da estigmatização da prática se pontua nesse momento histórico, quando, como afirma Qualls-Corbett (1990), essas prostitutas que exerciam a prática fora dos templos eram excluídas socialmente, não eram consideradas cidadãs, seus filhos eram considerados bastardos e só ganhariam respeito a partir de um ato heroico. Essas prostitutas, que executavam seus rituais fora dos templos, tinham suas práticas estigmatizadas e vinculadas ao pecado. Eram obrigadas a vestirem-se de maneira diferente, de modo que facilitasse o reconhecimento e que as diferenciasse de outras mulheres, eram proibidas de entrarem em templos e a misturarem-se com outras pessoas da sociedade em que viviam.

Durante o século IV, devido às guerras, às rebeliões de escravos, à crise econômica e às invasões dos povos germânicos, o Império Romano sofreu um grande enfraquecimento. Essas tribos germânicas eram tribos agrícolas, o que fez com que as pessoas se desviassem de centros urbanos e voltassem para a vida rural. Esse período, que durou até o século XIV, teve permanência da Igreja Cristã como norteadora de comportamentos, o que trouxe consequências impactantes na compreensão da sexualidade, principalmente na sexualidade da mulher. A partir desse período as prostitutas passaram a ser condenadas por suas práticas, principalmente pelos defensores do cristianismo, sendo atacadas ferozmente, tratadas diferentemente só em casos de arrependimento dos atos profanos e pecaminosos. À medida que a Igreja via a existência das prostitutas como um gravíssimo pecado, pois suas práticas

afrontavam os princípios Cristãos (castidade, fidelidade e monogamia), a prostituição também era vista como um mal necessário, pois essas mulheres prestavam serviços sexuais para membros do clero, servindo como "descarga de prazer" (ROBERTS, 1998).

No fim do Período Medieval, com a deterioração das condições de vida, a prostituição se tornou uma saída para muitas mulheres. O poder não estava mais no clero e sim na burguesia, que também tirava proveito das prostitutas. Cobravam taxas altíssimas para que pudessem trabalhar na área, tirando assim a autonomia e o lucro das mulheres que trabalhavam com sexo.

Roberts (1998) relata que nos séc. XV e XVI com a transição da Idade Média para a Idade Moderna, a sociedade se voltou fortemente em torno da figura masculina, fortalecendo ainda mais as raízes do patriarcado. A sociedade se organizou de forma que o homem deveria exercer seu poder na política e nos negócios, cabendo a mulher apenas a responsabilidade dos serviços domésticos. Devido ao cenário econômico da época, excluídas das profissões, muitas mulheres sem recursos passaram a se prostituir nas ruas, pois não tinham características e condições financeiras para serem respeitadas como prostitutas de luxo.

No séc. XVII uma tendência das classes altas fez com que os bordéis resolvessem inovar na arte do sexo, vendendo produtos diferentes, incluindo fetiches. Passou a existir nessa época até um marketing desse mercado, como afirmou Roberts (1998). A Igreja tentou, sem sucesso, revogar as antigas leis, aplicando-as, outra vez, com imposições morais mais severas. Quando o mercado do sexo não funcionava durante o dia, funcionava à noite, na clandestinidade.

Com a Revolução Industrial, a partir de meados do século XVII, a miséria do campesinato tornou-se uma realidade, o que culminou no êxodo rural. Com isso, as mulheres sofreram graves consequências econômicas, algumas tinham empregos com baixos salários e outras sequer tinham emprego. Com as condições precárias de sobrevivência, muitas mulheres passaram a se prostituir não só por dinheiro vivo, mas também por troca de favores, o que aumentou o número de prostitutas (BRUNS, 2010).

Marcado pelo domínio da burguesia, no século XIX o domínio essencialmente patriarcal minimizou mais uma vez o papel da mulher, deixando apenas cabível ao lar. Mais uma vez na história a prostituta se fez necessária para o alívio da satisfação sexual masculina, já que a mulher correta mantinha relações sexuais com o marido apenas para fins de procriação. Porém, ao passo que era essencial a prática do sexo para a satisfação fisiológica masculina, era também considerada uma prática imprópria.

As prostitutas eram mulheres da classe trabalhadora que após terem iniciado a vida sexual na puberdade, entravam para o mercado do sexo para garantir melhores condições de sobrevivência, pois trabalhando como autônomas as condições de vida seriam mais fáceis (BRUNS, 2010).

Roberts (1998) conta que, com os homens destinados a guerra, as mulheres foram a única fonte de força de trabalho para as grandes indústrias que emergiam no cenário da Segunda Guerra Mundial, ganhando relativamente bem e saindo da classe dos menores salários¹⁸. Porém, esse movimento não teve relevância no início de um igualitarismo de gênero voltado ao trabalho, e justamente por isso, os homens, sentindo-se ameaçados pela força de trabalho dessas mulheres, reagiram, tendo o que Roberts chamou de “ataque de pânico moral”. Nesse contexto, a fim de reagir a esse destaque feminino, as prostitutas foram o alvo primário de combate nesse cenário. Houve uma nova repressão sexual tradicional, em que autoridades policiais e agentes de saúde tinham o poder de deter qualquer mulher que pudesse ser uma delinquente sexual, podendo sujeitá-las a exames de doenças venéreas e mantendo-as detidas até que saísse o resultado de seus exames. Enquanto aguardavam, recebiam atendimento de assistentes sociais que aconselhavam e tentavam direcionar essas mulheres a trabalharem de forma “mais digna”.

2.3 A PROSTITUIÇÃO NA ATUALIDADE

O período pós-guerra trouxe a expansão da economia de consumo, o que espalhou benefícios tecnológicos para as grandes indústrias da época. Porém, tal economia de consumo das massas fazia com que as pessoas tivessem que trabalhar por um período mais longo para adquirir tais bens. O ocorrido fez com que muitas mulheres casadas, e que antes viviam apenas como donas de casa, se deslocassem para o mercado de trabalho. O objetivo seria melhorar as condições econômicas para que pudessem adquirir novos bens de consumo. Tal aumento de vagas destinadas a mulheres (mesmo sendo serviço não especializado e mal remunerado), contribuiu para que muitas se desviassem para as práticas de prostituição (ROBERTS, 1998).

Por outro lado, inclusive mais acentuado, no período do pós-guerra, essas mulheres foram tiradas de seus cargos em indústrias a fim de uma tentativa de domesticação da classe

¹⁸ O período entre as duas guerras mundiais também acarretou mudanças em relação às mulheres e o trabalho. Com o avanço tecnológico, a agricultura passa pelo processo de mecanização, fazendo com que muitas mulheres que trabalhavam nessa área, rumassem para outras. Tal mudança possibilitou a entrada de mulheres no setor comercial e administrativo, fazendo com que abandonassem seus serviços domésticos a fim de outras oportunidades de trabalho.

feminina, para que elas voltassem ao lar e a suas tarefas cotidianas voltadas a família. O ocorrido apenas corroborou para que o preconceito contra prostitutas se fortalecesse, o que fez com que em todos os lugares do mundo, novas regras ainda mais repressoras fossem criadas, algumas até tornando a prática ilegal e passível de prisão, tanto para a prostituta que for pega fazendo o comércio de seu corpo, quanto para o homem que estiver em sua companhia. Porém, assim como desde o começo da história dessas prostitutas, as mesmas continuaram com suas atividades na ilegalidade. As leis proibiram as prostitutas de trabalharem livremente, usando de força policial, ameaça de detenção e agressões, pois, como afirma Roberts (1998), “a decência submissa” deveria prevalecer: “Os atuais sistemas legais e de policiamento das prostitutas são exploradores, opressivos, classistas e racistas” (ROBERTS, 1998, pg. 348).

As prostitutas de hoje têm sempre algo em comum: estão na profissão pelo retorno financeiro, vivem ocultas, à margem, não são especializadas e são de classe trabalhadora (maioria)¹⁹. A mulher prostituta é periférica, trabalha em locais públicos, nas ruas. Para Roberts (1998) as motivações são sempre de caráter financeiro e em relação as condições de trabalho. Existe ainda a falsa ideia de que uma semana de trabalho de prostituição é muito mais lucrativa do que outra forma de trabalho, e o fato de as mulheres de outros setores ainda terem a remuneração mais baixa do que os homens reforça a falsa ideia de lucro advindo da prostituição, já que, nessa prática, as prostitutas podem fazer seus horários e jornadas de trabalho. No Ocidente, o meretrício deixou de ser a opção para aquelas que vivem em extrema pobreza, como já foi para muitas há muitos anos. Roberts (1998) diz que muitas mulheres analisam diversas opções de trabalho antes de optarem por se prostituir. Analisando discursos, Roberts (1998) também obteve um dado que influencia na motivação de mulheres prostitutas pela área do comércio do sexo: os filhos. Essas mulheres querem ter uma renda independente de pensões alimentícias²⁰.

Ao traçar o breve panorama histórico da prostituição e tendo levantado alguns pontos de debate, vale destacar que o preconceito e o estigma permanecem ainda muito fortes dentro do pensamento humano. A noção de que a mulher direita é a mulher casta, do lar e voltada à maternidade tornou-se um conceito norteador de caráter, onde qualquer comportamento desviante desse preestabelecido ainda é rebatido com muito preconceito e violência.

¹⁹ Com a nova sociedade organizando-se e estruturando-se a partir do consumo, o sexo tornou-se também um produto, fazendo com que muitos empresários e comerciantes lucrassem com esse comércio.

²⁰ Pasini (2005) discute que, mesmo já havendo uma categoria oficial para as profissionais do sexo na Classificação Brasileira de Ocupações, as prostitutas ainda permanecem marginalizadas, pois mesmo a prostituição em si não sendo considerada crime em território brasileiro, todo o mercado relacionado a esta, sim.

3 MÉTODO

Utilizou-se a pesquisa bibliométrica, a qual pretende identificar o que foi produzido de conhecimento pela comunidade científica acerca da temática prostituição. Ou seja, a pesquisa bibliométrica consiste em um conjunto de técnicas e procedimentos úteis para quantificar e analisar a literatura científica (CAJUEIRO, 2013).

Primeiramente, buscaram-se artigos na plataforma Scielo a partir do descritor ‘Prostituição’. Entre os artigos encontrados, considerou-se como critérios de seleção:

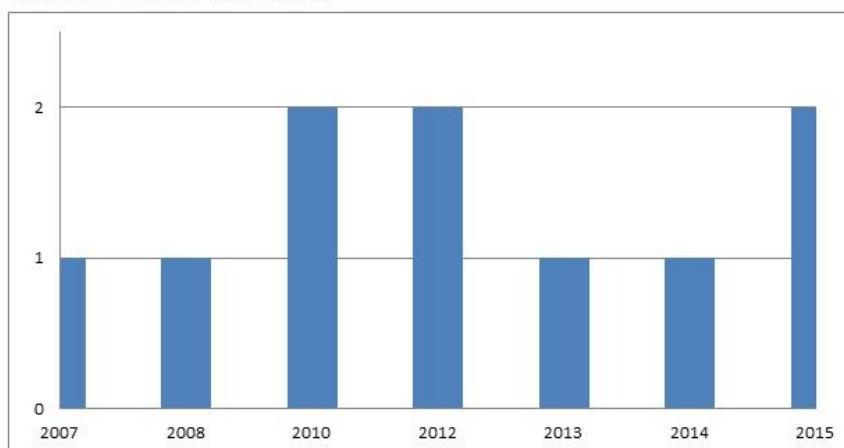
- Publicações de 2006 a 2016;
- Publicações relacionadas diretamente à Psicologia;
- Publicações em português/Brasil.

Após a delimitação dos artigos, foi feita leitura e catalogação dos artigos, a partir dos itens quantitativos pré-estabelecidos, a saber: ano de publicação, autores, instituição de origem dos autores, objetivos, método (tipo de pesquisa, população, instrumentos) e conclusão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a análise dos artigos pode-se perceber o quadro atual dos estudos sobre o tema Prostituição na última década, conforme abaixo:

Gráfico 1 – Ano de Publicação



De acordo com as informações contidas no gráfico pode-se observar que os anos mais expressivos em publicações, de acordo com os critérios adotados para a seleção dos artigos, foram 2010, 2012 e 2015, com 2 publicações em cada ano o que corresponde à 60% das

publicações analisadas, totalizando 6 artigos. Os anos 2007, 2008, 2013 e 2014 seguem correspondendo à 40% das publicações, com 4 publicações anuais.

Percebe-se que há um aumento significativo do número de publicações a partir do começo da segunda década do século XXI, tendo um breve declínio nos anos de 2013 e 2014, mas retomando o maior número de publicações em 2015.

Esse aumento pode ser decorrente em razão de o público de mulheres prostitutas estarem saindo de cenários de invisibilidade social e ganhando espaço dentro de demandas sociais, sejam elas de políticas públicas de saúde, de discussões a cerca da prostituição quanto categoria profissional e movimentos feministas que discorrem sobre a problemática de gênero, não deixando de serem vítimas do processo de estigmatização, mas ganhando espaço e repercussão dentro de pesquisas relacionadas ao fenômeno da prostituição.

Dentre os artigos selecionados, as instituições de origem dos autores referidos são:

Tabela 2 – Instituição de Origem dos Autores

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	TOTAL	%
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	1	10%
Universidade de Aveiro (Portugal)	1	10%
Universidade de Campinas	1	10%
Universidade de São Paulo	2	20%
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	1	10%
Universidade Federal de Minas Gerais	1	10%
Universidade Federal de São Carlos	1	10%
Universidade Federal do Paraná	1	10%
Universidade Federal do Piauí	1	10%

No que diz respeito às palavras-chave, pode-se observar a tabela a seguir.

Tabela 3 – Palavras-chave

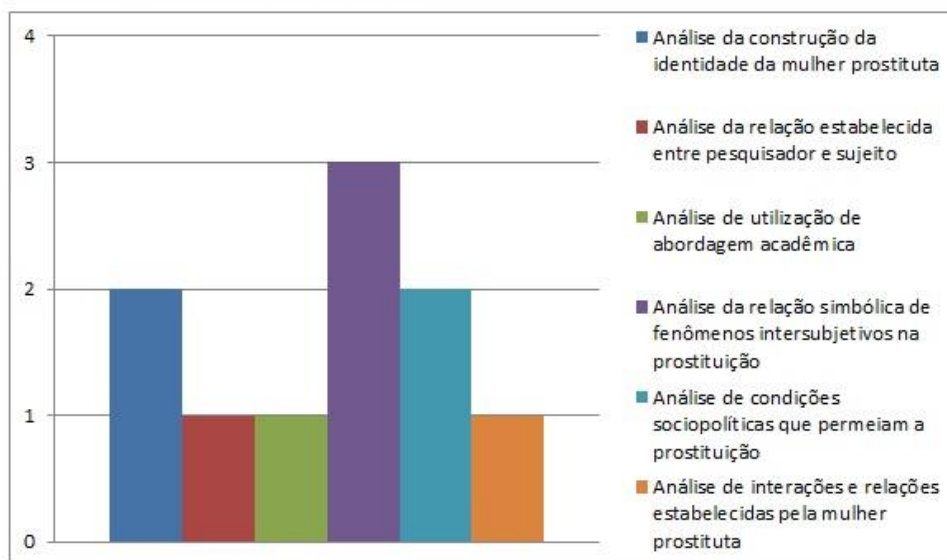
PALAVRAS-CHAVE	TOTAL	%
Aborto	1	10%
Afeto	1	10%
Corpo	1	10%
Desigualdade Social	1	10%
Determinação Social	1	10%
Dinheiro	1	10%
Emoções	1	10%
Enfermagem	1	10%
Estigma Social	1	10%
Ética	1	10%
Feminismo	1	10%
Fenomenologia	1	10%
Gênero	2	20%
Governos	1	10%
História	1	10%
Investigação-ação	1	10%
Logoterapia	1	10%
Metodologia de investigação	1	10%
Movimentos Feministas	1	10%
Opção	1	10%
Parentesco	1	10%
Porto Alegre	1	10%
Preço	1	10%
Prostituição	10	100%
Sentida da vida	1	10%
Sexualidade	2	20%
Símbolo	1	10%
Síndrome HIV	1	10%
Trocas íntimas	1	10%
Valor	1	10%
Violência	1	10%

Como indica a tabela 3, percebe-se que o descritor de presença unânime em 10 (100%) dos artigos é o descritor “prostituição”. Em seguida, os dois descritores mais utilizados nos artigos são gênero e sexualidade, sendo que cada um está presente em 2 (20%) dos 10 artigos selecionados. Os descritores: aborto, afeto, corpo, desigualdade social, determinação social, dinheiro, emoções, enfermagem, estigma social, ética, feminismo, fenomenologia, governos, história, investigação-ação, logoterapia, metodologia de investigação, movimentos femininas, opção, sentido da vida, símbolo, síndrome HIV, trocas íntimas, valor e violência representam 10% dos descritores utilizados na seleção dos artigos selecionados, presentes cada um deles em 1 artigo dos 10 selecionados para a pesquisa.

Em relação aos objetivos encontrados nas publicações sobre o tema Prostituição na última década, estes foram agrupados em 6 grupos de objetivos diferentes: (1) análise da construção da identidade da mulher prostituta; (2) análise da relação estabelecida entre pesquisador e sujeito; (3) análise de utilização de abordagem acadêmica; (4) análise da

relação simbólica de fenômenos intersubjetivos na prostituição; (5) análise de condições sociopolíticas que permeiam a prostituição e (6) análise de interações e relações estabelecidas pela mulher prostituta, conforme:

Gráfico 3 – Objetivos dos Artigos



De acordo com o gráfico acima verificou-se que 3 (50%) dos 10 artigos distribuídos entre as 6 categorias de objetivos, buscam, de forma geral, analisar e compreender aspectos simbólicos na relação entre dinheiro, afeto, sexualidade, gênero, estigma, valor e preço dentro das relações que ocorrem no fenômeno da prostituição.

No artigo "No labirinto da prostituição, o dinheiro e seus aspectos simbólicos" a autora pretende falar sobre o papel do dinheiro como representação do valor dentro das relações de prostituição, pois é a carga emocional\simbólica que diferencia valor de preço, sendo o preço a expressão quantitativa da troca comercial de um bem ou serviço enquanto o valor é a expressão qualitativa que depende do grau de satisfação e utilidade de um "produto". A autora problematiza a questão do valor qualitativo como a representação do preço pago na relação prostituta\cliente como sendo o medidor de toda e qualquer relação social desde o advento do capitalismo: "o valor está fora do objeto, é uma representação humana e só tem sentido se pensado a partir da sua inserção em relações sociais" (RUSSO, 2007, p.502). Ela traz também a questão simbólica do dinheiro como veículo de liberdade tanto econômica, de poder de comprar, quanto a liberdade de escolha de ser ou não ser prostituta. Ela discute a oferta de presente como símbolo afetivo, pois um objeto comprado pelo cliente da prostituta presenteada carrega certa característica dele mesmo, enquanto o dinheiro se apresenta de

forma impessoal e delimita as diferenças simbólicas entre o pagamento (determina a relação estritamente profissional) e o agrado.

No artigo “Gênero, estigma e sexualidade” o objetivo é problematizar a relação entre gênero, estigma, sexualidade e saúde, pretendendo refletir sobre a promoção de saúde pública, sendo assim, evidenciar os problemas enfrentados por mulheres prostitutas, o que tange a doenças sexualmente transmissíveis, como o HIV, e a prática do aborto, atrelando a essa dificuldade todos os dilemas sócio-histórico-culturais que permeiam o estigma da mulher que trabalha com seu corpo e sexualidade.

Já o artigo “Dinheiro, afeto e sexualidade” aponta os problemas existentes na relação de intersubjetividade da prostituição, desconsiderando o viés monetário como exclusivo da troca. São apontados dados coletados no estudo como as motivações que são atribuídas à busca de clientes por prostituição, o julgamento que eles fazem dessa relação, o prazer no ato sexual com o cliente, os riscos envolvidos e os limites que as prostitutas levantam para sua atuação a fim de proteger seus universos pessoais e subjetivos.

Em seguida, aparece o objetivo de ‘análise da construção da identidade da mulher prostituta’, representando 2 artigos, 33% das categorias. Esta categoria está representada pelos artigos “Banquete de Homens. Sexualidade, parentesco e predação na prática da prostituição feminina” e “Prostituição e Sentido de Vida”.

O primeiro artigo busca expor como era o fazer-se prostituta em Porto Alegre na década de 1980, problematizando quais as formas de sexo para as prostitutas de rua, quais as formas das relações afetivas e como os gêneros eram fabricados, além da construção da identidade e da corporificação da mulher prostituta.

Já o artigo “Prostituição e Sentido de vida” tem como objetivo evidenciar a busca de sentido de vida para a mulher prostituta a partir do viés da fenomenologia e da logoterapia, de modo a apresentar o sentido da vida como uma característica e um problema essencialmente humano, não sendo esse sentido total ou globalizante, onde a realização pessoal vem como consequência de se atingir o sentido.

Já a categoria de condições sociopolíticas que permeiam a prostituição (5), (16%) os quais propõem ‘analisar a construção histórica e sociopolítica da identidade da prostituta com base em suas vivências afetivas e de relação de trabalho com os clientes, suas motivações e sentido de vida’, é representada pelos artigos “Prostituição: uma história de invisibilidade” e “Prostituição: opção ou determinação social?”.

O primeiro artigo dessa categoria visa reunir dados históricos sobre como governos de diferentes países têm tratado a prostituição e como os mais diversos movimentos feministas têm discutido o tema, problematizando as medidas governamentais e suas possibilidades, tais como o abolicionismo, proibicionismo e a regulamentação, que serão descritas e discutidas ao longo desta pesquisa.

Na sequência, o artigo "Prostituição: opção ou determinação social?" levanta pontos de reflexão sobre a motivação da prostituta em escolher esse meio de vida, questionando a escolha como causa ou consequência de um cenário de violência e invisibilidade social, onde a prostituição ocorre em maior número em razão da marginalização da categoria frente a iniciativas governamentais de garantia de promoção de saúde e de capacitação profissional deste público invisível e estigmatizado.

Já o objetivo de 'análise da relação estabelecida entre pesquisador e sujeito', (2) (16%), que propõe problematizar a relação estabelecida entre o acadêmico pesquisador e o sujeito pesquisado, apontando dificuldades metodológicas; análises de estudos do tema que possam proporcionar estratégias de abordagem que potencializem os resultados de atuação direta.

Este objetivo é representado pelo artigo "Vivência da entrevista fenomenológica", descreve as dificuldades práticas de aproximação da amostragem selecionada, mesmo com o intermédio de organizações familiares das prostitutas pesquisadas, o que sinaliza uma dificuldade real que é tida ao tentar aproximar-se de tal público, a partir disso, a autora objetiva indicar estratégias metodológicas que otimizem esse processo de aproximação.

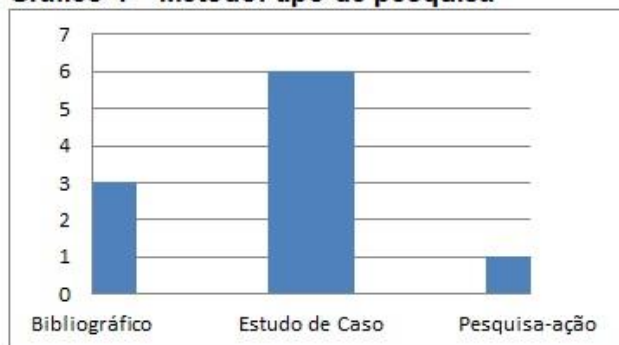
A categoria de 'análise de utilização de abordagem acadêmica' (3), representando também 16% da amostragem, tem como objetivo atuar, por meio de um referencial teórico, realizando um levantamento bibliográfico dos tipos de abordagens realizadas em pesquisas relacionadas à prostituição feminina de rua. De modo a proporcionar, por uma investigação-ação, novas estratégias de abordagens para que possa ser desenvolvida uma nova proposta socioeducativa que priorize os direitos e necessidades das profissionais do sexo.

Por fim, a categoria de 'interações e relações estabelecidas pela mulher prostituta' (6), que aparece representando 16% das categorias de objetivos encontrados nos 10 artigos selecionados para a utilização nessa pesquisa, propõe analisar quais e como são as relações íntimas estabelecidas no convívio da mulher prostituta, seja com parceiros afetivos, clientes e colegas de trabalho. O artigo "Quando a intimidade sobe e desce as escadas da zona boêmia

de Belo Horizonte" incluso nesta categoria discute que o binômio carência afetiva x carência econômica é ou se torna intrínseco de todas as relações de prostitutas de Belo Horizonte.

Em relação ao tipo de estudo de cada publicação analisada, de acordo com os procedimentos técnicos, foram encontrados os seguintes tipos: bibliográfico, estudo de caso e pesquisa-ação.

Gráfico 4 – Método: tipo de pesquisa



De acordo com o Gráfico 4 pode-se perceber que houve maior utilização do método estudo de caso nas publicações analisadas sobre o tema Prostituição na última década. O método estudo de caso aparece utilizado em 6 (60%) dos 10 artigos analisados. Esse tipo de pesquisa visa compreender a realidade de determinada amostragem sem interferir na mesma, fazendo uma interpretação a partir de uma base teórica que possibilite a compreensão deste fenômeno. Tendo como objetivo principal, conhecer a realidade de determinada situação, o pesquisador não objetiva interferir diretamente sobre o objeto, mas sim evidenciar como ele se percebe. Tal pesquisa discorre a partir de uma perspectiva interpretativa que tem como intuito compreender como é a concepção dos participantes em relação ao tema pesquisado (FONSECA, 2002). As pesquisas que compõem essa categoria são: “Banquete de homens. Sexualidade, parentesco e predação na prática da prostituição feminina”, “Vivência da entrevista Fenomenológica”, “No labirinto da Prostituição, o dinheiro e seus aspectos simbólicos”, “Prostituição: opção ou determinação social?”, “Dinheiro, afeto e sexualidade: a relação de prostitutas com seus clientes” e “Quando a intimidade sobe e desce as escadas da zona boêmia em Belo Horizonte”.

Surgiram também pesquisas bibliográficas, com 3 (30%) publicações. A pesquisa do tipo bibliográfica, de acordo com Kauark, Manhães e Medeiros (2010) é aquela elaborada a partir de material já publicado, como livros, artigos de periódicos e materiais disponibilizados na internet. Os artigos presentes nessa categoria são, “Gênero, estigma e sexualidade”,

“Prostituição uma história de invisibilidade, criminalização e exclusão” e “Prostituição e sentido de vida: relações de significado”.

E, por fim, aparece 1 (10%) publicação com a utilização do método pesquisa-ação, representada pelo artigo “Conhecimento, prática e ética: Os desafios da investigação-ação em contexto de prostituição feminina de rua”. A pesquisa-ação é concebida e realizada, de acordo com Kauark, Manhães e Medeiros (2010), em associação com uma ação ou resolução de um problema coletivo. Os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema se envolvem de modo participativo ou cooperativo, representada pelo artigo “Conhecimento, prática e ética os desafios da investigação-ação em contexto de prostituição Feminina de rua”.

Ainda em relação ao método, foram analisadas população/amostra que compuseram a pesquisa. Quanto aos participantes dos artigos categorizados em estudo de caso, os seis artigos selecionaram prostitutas a partir de critérios descritos a seguir:

No artigo “Vivência da entrevista fenomenológica com prostitutas: relato de experiência” foram selecionadas 11 depoentes, prostitutas e ex prostitutas, cadastradas na Associação das Prostitutas do Estado do Piauí (APROSPI), sendo apenas duas delas não atuantes mais na área;

No artigo “Banquete de homens. Sexualidade, parentesco e predação na prática da prostituição feminina” a amostra utilizada foram quatro mulheres prostitutas com idade entre 18 e 30 anos;

No artigo “Dinheiro, afeto, sexualidade: a relação de prostitutas com seus clientes”, a população foi selecionada a partir de conveniência e indicação entre as próprias prostitutas, resultando em sete mulheres com idade entre 22 e 61 anos. A autora estabeleceu como critério que as participantes tivessem pelo menos 2 anos de atuação na área. Observou-se que, na amostragem dessa pesquisa, todas as participantes eram mães, solteiras, não tinham um relacionamento fixo, eram prostitutas há mais de 4 anos e cobravam entre 30 e 50 reais por programa;

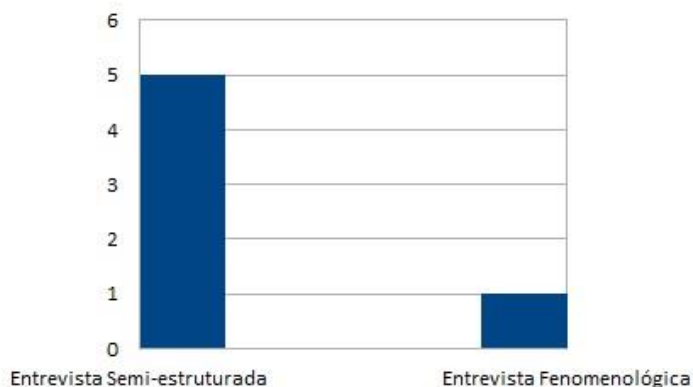
No artigo “No labirinto da prostituição: o dinheiro e seus aspectos simbólicos” foram realizadas entrevistas com 20 mulheres que se prostituíam no alto da Ladeira do Sol e em uma das avenidas da Praia do Meio, em Natal (RN);

E, por fim, no artigo “Quando a intimidade sobe e desce as escadas da zona boêmia de Belo Horizonte”, as participantes foram mulheres que se prostituíam na zona boêmia, a

pesquisadora utilizou também de conversas informais com clientes que frequentavam o local no período de coleta de dados.

Em relação aos instrumentos utilizados, conforme gráfico abaixo, foram utilizados os instrumentos entrevista semi-estruturada e entrevista fenomenológica.

Gráfico 5 – Método: Instrumentos



A entrevista é uma técnica de coleta de dados em que “o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas com o objetivo de obtenção de dados que lhe interessam a investigação” (GIL, 1994, p.117).

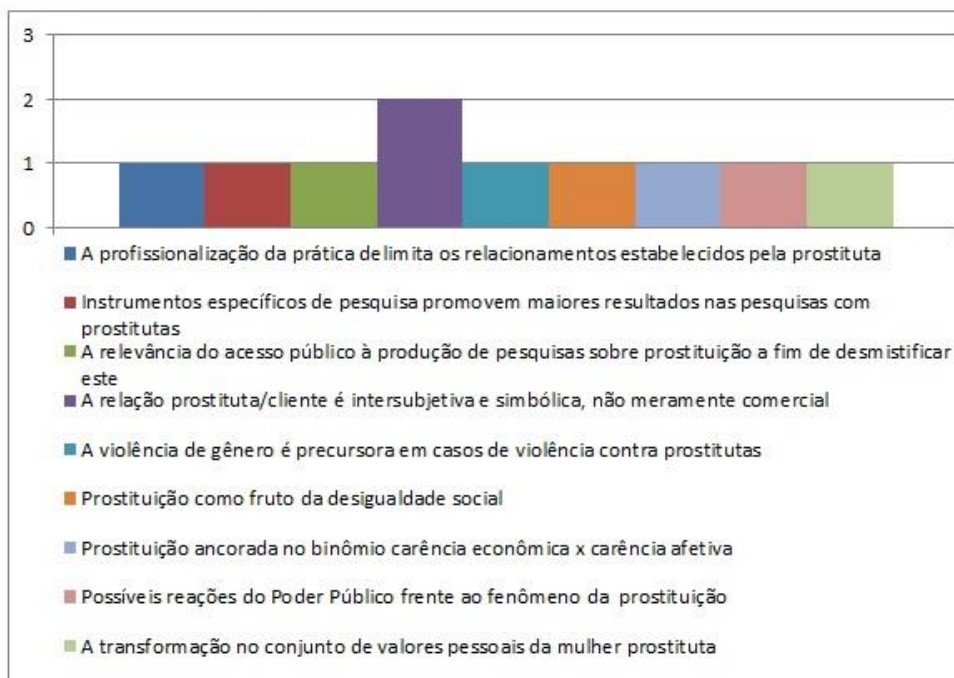
Nos dois tipos de instrumentos utilizados, conforme indica o gráfico 5, a entrevista semi-estruturada é utilizada em 5 pesquisas (84%). A Entrevista Semi-estrutura é, segundo Minayo (1996), o fenômeno que permite aproximarmos os fatos ocorridos na realidade da teoria existente sobre o assunto analisado, a partir da combinação entre ambos. Manzini (1990/1991, p. 154) destaca ser importante que o roteiro de entrevista seja organizado com perguntas básicas (principais), de modo a permitir que sejam "complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista". Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre, desvinculadas de alternativas que possam ser sugeridas pelo roteiro utilizado, permitindo que os entrevistados sejam mais espontâneos.

Já a entrevista fenomenológica, presente em 1 artigo (16%) compreende a possibilidade de conhecer o pensamento e as opiniões das pessoas sobre determinado assunto. Consiste numa conversa social, face a face, orientada por um problema de pesquisa. O contato entre entrevistador e entrevistado favorece a interação entre ambos e, desta forma, permite

que o entrevistado se abra, relatando muito além do que foi perguntado, tornando possível captar outras informações além do relato verbal (HEIDEGGER, 2009).

Em relação às conclusões encontradas nas publicações sobre o tema Prostituição na última década, de acordo com os critérios adotados para a seleção dos artigos, estas foram agrupados em 9 grupos de conclusões diferentes – (1) a profissionalização da prática delimita os relacionamentos estabelecidos pela prostituta em seu meio social; (2) instrumentos específico de pesquisa promovem maiores resultados na pesquisa com prostitutas; (3) a relevância de acesso público á produção de pesquisas sobre prostituição a fim de desmistificar esse fenômeno; (4) a relação prostituta/cliente é intersubjetiva e simbólica, não meramente comercial; (5) a violência de gênero é precursora em casos de violência contra prostitutas; (6) prostituição como fruto de desigualdade social; (7) prostituição ancorada no binômio carência economica x carência afetiva; (8) possíveis reações do poder público frente ao fenômeno da prostituição; (9) a transformação no conjunto de valores pessoais da mulher prostituta²¹ – conforme gráfico 6.

Gráfico 6 – Conclusões



De acordo com as informações expostas no Gráfico 6 acima nota-se a maior presença da conclusão: (4) “a relação prostituta/cliente é intersubjetiva e simbólica, não meramente comercial” em 2 (20%) publicações. Esta foi a conclusão dos dois artigos que se propuseram

²¹ Neste estudo, as autoras optaram por focalizar as discussões sobre a conclusão de número 4 “a relação prostituta/cliente é intersubjetiva e simbólica, não meramente comercial” pela limitação do próprio artigo e por este ser de maior índice.

a investigar os intercâmbios realizados no fenômeno da prostituição, chegando a hipótese de que nem tudo está a venda nas relações estabelecidas entre prostituta e cliente, pois a troca feita entre ambos é profissionalizada, em que, apesar de o corpo da prostituta compor seu universo subjetivo, através de limitações de compra e venda (como por exemplo, não beijar a boca, usar preservativo) possibilita-se o exercício da liberdade da mulher prostituta como trabalhadora e cidadã.

Os artigos que compõem esta categoria são "Dinheiro, afeto e sexualidade" e "No Labirinto da Prostituição", ambos discorrem que a relação estabelecida entre prostituta e cliente é intersubjetiva e não apenas de caráter econômico, diferenciando valor e preço atribuídos ao produto e a prática, apontando que um é qualitativo e outro quantitativo, ou seja, o valor atribuído aos serviços de uma mulher prostituta, carrega intrinsecamente atribuição de valoração, onde a moeda se torna um símbolo na troca, sendo proporcional o valor e o preço, o que revela que quanto maior o preço pago pelo programa, maior o valor atribuído à subjetividade da mulher contrata. Curiosamente, num cenário geral de prostituição no Brasil, os serviços sexuais são muito mal pagos, demonstrando a conotação estigmatizada de que a subjetividade da mulher contratada é de menor valor, fato esse derivado do processo sócio histórico de como a prostituição vem sendo lida ao decorrer dos anos. Ainda dentro da discussão do símbolo atribuído aos serviços da prostituta, no artigo "No Labirinto da Prostituição", a autora destaca as principais diferenças entre pagamento e presente, revelando diferenças intencionais em ambos. No caso do pagamento, a intencionalidade se faz referente à conclusão dos serviços prestados, ou seja, apesar da seleção de quem será a garota contratada, não tem relevância os atributos pessoais e subjetivos da mulher na hora de pagar pelos serviços contratados, o pagamento é feito em razão da execução do serviço, não em razão de quem o fez. Enquanto que, ao presentear uma mulher prostituta, o cliente visa, além de lhe dar um objeto de valor, lhe dar também um símbolo de afetividade, pois, como cita a autora, o presente é sempre escolhido pelo cliente e carrega consigo características subjetivas de quem presenteia, assim sendo, o presente é uma forma de subsidiar uma relação além da esfera profissional. Quanto a relação de intersubjetividade estabelecida entre prostituta e cliente, o artigo "Dinheiro, afeto e sexualidade: a relação de prostitutas com seus clientes" demarca que o pagamento em dinheiro impessoaliza toda e qualquer relação que a mulher prostituta estabeleça com seus clientes, o que reafirma o caráter profissional da atuação. Ao longo do artigo a autora discorre a respeito de o que dinheiro pode pagar ou não dentro da relação prostituta cliente, demarcando que apesar de haver envolvimento físico e sexual, a

mulher cria mecanismos para defender sua subjetividade ao se relacionar com os clientes, mecanismos esses como a escolha por não beijar na boca, o uso do preservativo, o não contato direto com fluídos corporais, o estabelecimento de duração do encontro, etc, pois, assim como qualquer outro tipo de aproximação, o contato estreito pode confundir qual o tipo de relação está sendo criada com o outro, o que indica que apenas o dinheiro como símbolo de norteamento da prostituição como prática profissional, não assegura a influência e o impacto na subjetividade da profissional prostituta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão bibliométrica pode-se alcançar os objetivos do trabalho, contribuindo também para ampliação do conhecimento a respeito da Prostituição, identificando como os profissionais estão lidando com a temática. Pode-se observar que os anos mais expressivos foram 2010, 2012 e 2015, com duas publicações em cada ano, o que corresponde a 60% das publicações analisadas, totalizando seis artigos.

Percebe-se que há um aumento significativo do número de publicações a partir do começo da segunda década do século XXI, tendo um breve declínio nos anos de 2013 e 2014, mas retomando o maior número de publicações em 2015. Esse aumento pode ser decorrente em razão de o público de mulheres prostitutas estarem saindo de cenários de invisibilidade social e ganhando espaço dentro de demandas sociais, sejam elas de políticas públicas de saúde, de discussões a cerca da prostituição quanto categoria profissional e movimentos feministas que discorrem sobre a problemática de gênero, não deixando de serem vítimas do processo de estigmatização, mas ganhando espaço e repercussão dentro de pesquisas relacionadas ao fenômeno da prostituição.

Os autores que publicaram sobre o tema Prostituição na última década, de acordo com os critérios adotados para a seleção dos artigos, foram: Adriano Furtado Holanda e Willian Henrique Correa, com participação no artigo “Prostituição e sentido de vida: relações de significado.”; Claudete Ferreira de Souza Monteiro e Isabel Cristina Cavalcante Moreira, com participação na publicação “Vivência da entrevista fenomenológica com prostitutas: relato de experiência”; Fernanda Burbulham, autora da publicação “Dinheiro, afeto, sexualidade: a relação de prostitutas com seus clientes” com coautoria de Roberto Mendes Guimarães; Glaucia Russo, autora do artigo “No labirinto da prostituição: o dinheiro e seus aspectos simbólicos”; Isabel Bernardes Ferreira, Mayra Cardoso Pereira e Sueli Gião Pacheco do Amaral, com participação no artigo “Prostituição: opção ou determinação Social?”; José

Miguel Nieto Olivar, autor do artigo “Banquete de homens. Sexualidade, parentesco e predação na prática da prostituição feminina”; Manuela Gonçalves e Marta Graça, autoras do artigo “Conhecimento, prática e ética: Os desafios da investigação-ação em contexto de prostituição feminina de rua”; Mariana Luciano Afonso e Rosemeire Scopinho, autoras da publicação “Prostituição uma história de invisibilidade, criminalização e exclusão”; Marina Veiga França, escritora do artigo “Quando a intimidade sobe e desce as escadas da zona boêmia de Belo Horizonte” e Simone Monteiro e Wilsa Vieira Vilela, autoras da publicação “Gênero, estigma e saúde: reflexões a partir da prostituição, do aborto e do HIV/Aids entre mulheres”.

Destes autores supracitados, dois (20%) são da Universidade de São Paulo. Possivelmente, o fato da predominância de pesquisas feitas pela USP neste tema, se deve pela localidade geográfica da instituição.

O descritor de presença unânime em dez (100%) dos artigos foi o descritor “prostituição”. Em seguida, os dois descritores mais utilizados nos artigos são gênero e sexualidade, sendo que cada um está presente em dois (20%) dos dez artigos selecionados.

Em relação aos objetivos encontrados nas publicações sobre a temática, estes foram agrupados em seis grupos de objetivos diferentes: (1) análise da construção da identidade da mulher prostituta; (2) análise da relação estabelecida entre pesquisador e sujeito; (3) análise de utilização de abordagem acadêmica; (4) análise da relação simbólica de fenômenos intersubjetivos na prostituição; (5) análise de condições sociopolíticas que permeiam a prostituição e (6) análise de interações e relações estabelecidas pela mulher prostituta.

Em relação ao método, houve maior utilização do estudo de caso nas publicações analisadas, seis (60%) dos 10 artigos. Destes seis, cinco (84%) utilizaram a entrevista semiestruturada como instrumento de intervenção.

Em relação às conclusões encontradas nas publicações sobre o tema Prostituição na última década, estas foram agrupados em nove grupos: (1) a profissionalização da prática delimita os relacionamentos estabelecidos pela prostituta em seu meio social; (2) instrumentos específico de pesquisa promovem maiores resultados na pesquisa com prostitutas; (3) a relevância de acesso público á produção de pesquisas sobre prostituição a fim de desmistificar esse fenômeno; (4) a relação prostituta/cliente é intersubjetiva e simbólica, não meramente comercial; (5) a violência de gênero é precursora em casos de violência contra prostitutas; (6) prostituição como fruto de desigualdade social; (7) prostituição ancorada no binômio carência

economica x carência afetiva; (8) possíveis reações do poder público frente ao fenômeno da prostituição; (9) a transformação no conjunto de valores pessoais da mulher prostituta.

A conclusão: (4) “a relação prostituta/cliente é intersubjetiva e simbólica, não meramente comercial” foi obtida em duas (20%) publicações. Esta foi a conclusão dos dois artigos que se propuseram a investigar os intercâmbios realizados no fenômeno da prostituição. Ambos artigos chegaram a hipótese de que nem tudo está a venda nas relações estabelecidas entre prostituta e cliente, pois a troca feita entre ambos é profissionalizada. Apesar do corpo da prostituta compor seu universo subjetivo, por meio de limitações de compra e venda (como por exemplo, não beijar a boca, usar preservativo) possibilita-se o exercício da liberdade da mulher prostituta como trabalhadora e cidadã.

Na construção deste trabalho, atentou-se para abordar tanto o universo subjetivo, composto por significados individuais, quanto o universo coletivo, tecido e elaborado a partir das relações (quais e como) estabelecidas entre mulher prostituta e mundo. Assim, é de vital importância pensar o fazer-se prostituta problematizando todos os estigmas atrelados à existência dessas mulheres, abandonando os preconceitos e nos aproximando desse público na tentativa de compreender aquilo que se apresenta como realidade no contexto de vida da mulher subjugada.

REFERÊNCIAS

BRUNS, M. A. T., GUIMARÃES, R. M. **Garota de programa**. Uma nova embalagem para o mesmo produto. Campinas: Átomo, 2010.

BURBULHAN, F., GUIMARAES, R. M., BRUNS, M. A. T. Dinheiro, afeto, sexualidade: a relação de prostitutas com seus clientes. **Psicol. estud.**, Maringá, v.17, n. 4, p. 669-677, dez. 2012. Disponível em <<http://www.scielo.br/pe>> Acesso em 11 Ago. 2016.

CAJUEIRO, R. L. P. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos**: guia prático do estudante. Petrópolis: Vozes, 2013.

CORREA, W. H., HOLANDA, A. F. Prostituição e sentido de vida: relações de significado. **Psico-USF**, Itatiba, v. 17, n. 3, p. 427-435, dez. 2012. Disponível em <<http://www.scielo.br/pe>> Acesso em 11 Ago. 2016.

FERREIRA, I.B., PEREIRA, M.C. **Prostituição**: Opção ou Determinação Social. São Paulo, 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pe>> Acesso em 11 Ago. 2016.

FRANÇA, G.V.de. **Prostituição**: um enfoque político-social. Rio de Janeiro: Feminina, v. 22, n.2, p. 145-148, fev. 1994.

FRANÇA, M. V. Quando a intimidade sobe e desce as escadas da zona boêmia de Belo Horizonte. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 43, p. 321-346, dez. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000200321&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 Ago. 2016.

GIL, A. C. **Método e Técnicas de Pesquisa Social**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GRACA, M., GONCALVES, M. Conhecimento, prática e ética: Os desafios da investigação-ação em contexto de prostituição feminina de rua. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 108, p. 135-156, dez. 2015. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-74352015000300008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 Ago. 2016.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 2009.

KAURAK, F. S., MANHÃES, F. C., MEDEIROS, C. H. **Metodologia da Pesquisa**: Um Guia Prático. Bahia: Via Litterarum, 2010.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 3.ed. São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco, 1996.

MOREIRA, I. C. C. C., MONTEIRO, C. F. S. Vivência da entrevista fenomenológica com prostitutas: relato de experiência. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 62, n. 5, p. 789-792, Out. 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pe>> Acesso em 11 Ago. 2016.

NASCIMENTO, E. N. et al. Técnicas de coleta de dados utilizadas em artigos científicos da área da saúde. **Arquivos de Ciências da Saúde UNIPAR**, Umuarama, v. 11, n. 1, p. 45-50, 2007.

OLIVAR, J. M. N. Banquete de homens: sexualidade, parentesco e predação na prática da prostituição feminina. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 89-101, fev. 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pe>> Acesso em 11 Ago. 2016.

OLIVEIRA, A. **Prostituição, exclusão e violência**: estudo empírico da vitimação sobre prostitutas de rua. FPCEUP – Artigo em Livro de Atas de Conferência Internacional, 2004.

PASINI, E. Sexo para quase todos: a prostituição feminina na Vila Mimosa. **Cad Pagu**. 2005.

QUALLS-CORBETT, N. **A Prostituta Sagrada**: a face eterna do feminino. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.

ROBERTS, N. **As prostitutas na história**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos tempos, 1998.

RUSSO, G. No labirinto da prostituição: o dinheiro e seus aspectos simbólicos. **Cad. CRH**, Salvador, v. 20, n. 51, p. 497-514, Dez. 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pe>> Acesso em 11 Ago. 2016.

VILLELA, W. V., MONTEIRO, S. Gênero, estigma e saúde: reflexões a partir da prostituição, do aborto e do HIV/aids entre mulheres. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 531-540, set. 2015. Disponível em <http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742015000300019&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 11 Ago. 2016.

SILVA, R. M. F.; BATISTA, V. G.; THEODORO, L. P. Intervenção Psicoterápica na abordagem Humanista/Existencial: um estudo de caso do Centro de Psicologia Aplicada da Unitau (CEPA) In. OLIVEIRA, A. L; CASTRO, P. F. (org). **Psicologia**: diversos olhares. Taubaté/SP EdUnitau, 2017.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A PSICOLOGIA HUMANISTA: UM ESTUDO DE CASO DE PESSOA TRANSGÊNERO MASCULINO NA REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA PAULISTA

Rosa Frugoli²²
Vanusa M. O. Ribeiro²³
Viviane Marco Pinheiro²⁴

1 INTRODUÇÃO

Este estudo trata-se um recorte de pesquisa de Trabalho de Graduação (TG) do Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté que teve como tema a Violência de Gênero ocorrida no ano de 2018. Na delimitação do objeto de investigação, focalizou-se as experiências de violência em pessoa transgênero numa cidade do Vale do Paraíba Paulista com objetivo de compreender como as situações de violência fazem parte do campo fenomenológico da pessoa e delineia seu *self*.

A pessoa transgênero é aquela que se identifica com um gênero diferente daquele que lhe foi concebido no nascimento. A transgeneridade não é um transtorno mental como se pensava no passado (SAMPAIO; COELHO, 2012), contudo, a mudança de gênero pode acarretar problemas de natureza psicossocial ao indivíduo e aqueles ao seu redor.

As questões da violência de gênero contida na diversidade sexual, sobretudo de pessoas transgêneros, apresentam dados significativos de conflitos e sofrimentos. Estas pessoas por não manifestarem a identidade de gênero e ou a orientação sexual dentro da heteronormatividade, frequentemente são violentadas em seus direitos básicos.

A violência à pessoa transgênero está contida na violência de gênero e causa inúmeras consequências, principalmente sofrimento físico, psicológico e sexual (PAULINO-PEREIRA et al., 2017). É designada como um problema de segurança pública, a qual ocorre, muitas vezes, de forma silenciosa e duradoura, o que explica também os prejuízos relevantes à saúde (SANTOS et al., 2010). A questão da diversidade sexual e o problema da violência neste âmbito se evidenciam como uma necessidade de ação do psicólogo para a diminuição do sofrimento psíquico que acometem estas pessoas.

²² Psicóloga, professora de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde (UMESP), professora de Psicologia da Escola de Ciências Médicas (UMESC) e professora do Departamento de Psicologia (UNITAU). Coordenadora do grupo de pesquisa Nepag-Saúde/CNPq.

²³ Psicóloga formada pela Universidade de Taubaté. Integrante do grupo de pesquisa Nepag-Saúde/CNPq.

²⁴ Psicóloga, integrante do grupo de pesquisa Nepag-Saúde/CNPq.

Neste sentido, esta investigação buscou compreender as experiências de violência sofrida por pessoa transgênero, entendendo que estudos a este respeito, além de contribuir para a compreensão do fenômeno, possibilitam embasamento para intervenção neste âmbito e a ampliação de informações para toda a sociedade.

Nas próximas seções será apresentada uma breve contextualização teórica sobre os temas Saúde e Gênero, para posteriormente ser explicado o método da pesquisa de campo e os resultados alcançados e discutidos à luz da teoria.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 GÊNERO E SAÚDE

A saúde é um direito básico que deve ser garantido pelo Estado. Apesar das diferenças entre os grupos sociais, a saúde é um direito de todos e, para que se obtenha o acesso, é importante a elaboração de políticas adequadas que levem em consideração essas diferenças, desenvolvendo, assim, a equidade²⁵ em saúde. Quando se trata da necessidade de saúde para grupos sociais vulneráveis, como a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros e outros²⁶, há de se considerar que a identidade de gênero e a orientação sexual não são doenças²⁷.

Esta tarefa é complexa, tendo em vista que o próprio conceito de gênero ainda ser visto no senso comum como algo pejorativo que vai ao encontro a ideia de manifestação de sexualidade e papéis sociais do que venha a ser feminino e masculino baseado em algo

²⁵ Para que se possa desenvolver a equidade, é importante considerar a perspectiva de gênero, visto que cada pessoa possui diferentes necessidades em saúde. Por isso, é essencial a incorporação da perspectiva de gênero em todos os programas e políticas de saúde, prestando atenção nas diferenças e promovendo a igualdade de gênero em saúde (RIBEIRO, 2011).

²⁶ As siglas que representam pessoas com identidade de gênero e orientação sexual diferente da heteronormatividade estão em constante acréscimo de letras. Até 1980 a sigla era LGB que significava lésbicas, gays e bissexuais. A partir dos anos 90 foi acrescentado a letra T para incluir transexuais, travestis e transgêneros. Em meados da década de 90, ainda se acrescentou a letra Q de *queer*, usada para designar pessoas não-binárias, terceiro-gênero, transgêneros ou transexuais, ou seja, todos os que não se identificam como heterossexuais e/ou cisgêneros. Deste processo, temos observado a inclusão de outras letras designando terminologias para pessoas que não são cobertas pelas letras iniciais. Chegamos em 2018 a sigla LGBTQIAPF2K+, em que o novo Q corresponde a *questioning* (alguém que está se questionando sobre a sexualidade; I de intersexual; C de curioso; A de âgenero (ausência de gênero); A de aliado; P de pansexual (atraído por todos os gêneros); P de polisssexual (atraído por vários gêneros); F de friends (amigos e familiares); o número 2 de *two-spirit* (papéis sociais dos dois gêneros); e K de *kink* (fetichista ou pessoa que pratica sexo de maneira não convencional).

²⁷ É importante lembrar que foi no ano de 1973 que a APA retirou a homossexualidade da segunda edição do Manual Diagnóstico e Estatístico das Perturbações Mentais (DSM-II, 1973, apud MOLEITO e PINTO, 2009), defendendo que a homossexualidade não implica qualquer tipo de desajustamento na pessoa. Além disso, a APA também esclareceu que os profissionais de saúde mental têm responsabilidade de caráter ético, social e profissional em relação à retirada do estigma associado às pessoas homossexuais, em parte devido aos mesmos profissionais e à história da psicologia (MOLEIRO; PINTO, 2009).

estável e natural. Anjos e Lima (2016) ao pontuarem os indicativos de Judith Butler, corroboram a ideia de que não há nenhuma estabilidade entre sexo e gênero²⁸.

O que define a identidade de gênero é o modo como a pessoa se sente e se percebe, assim como a forma que a mesma espera ser reconhecida pelas outras pessoas (TEIXEIRA, 2009) e a orientação sexual que diz respeito especificamente ao sexo pelo qual o indivíduo se sente atraído sexual e emocionalmente (SANTOS et al., 2010).

Diante destas perspectivas, pode-se indicar que concepções diferentes de gênero existem em diversos contextos culturais e históricos. Em torno dos anos de 1990, veio à tona no contexto norte-americano a categoria transgênero contendo um conjunto de variação de gênero (com pessoas que queriam ou não se submeter a mudança corporal). Com isso, vale ressaltar que muitas pessoas trans começaram a se assumirem em público e, além disso, a ideia de diferenciação entre sexo e gênero se tornou relevante (COSTA; NARDI; KOLLER, 2017).

Para Araújo e Theophilos (2019) o termo trans atualmente é “guarda-chuva”, pois abarca pessoas com distinções de gênero incompatíveis às condutas sociais prevalentes.

2.2 AS PESSOAS TRANS

A pessoa incluída no termo “trans”²⁹ é aquela que se identifica com um gênero diferente daquele que lhe foi concebido no nascimento, ou seja, é aquela pessoa que se encontra em conflito entre o sexo biológico e o sexo psicológico. Em outras palavras, é uma pessoa que pode nascer com características masculinas (do ponto de vista biológico) por exemplo, mas que se sente do gênero feminino; ou a pessoa que possui características físicas femininas, mas que se identifica como um homem (SAMPAIO; COELHO, 2012).

Das perspectivas conceituais de gênero, houve investimentos das lutas sociais pela igualdade de gênero. Os movimentos lésbicos, de *gays* e bissexuais a partir dos anos 80

²⁸ É importante considerar que a diferença, aparentemente “natural”, entre homens e mulheres é uma concepção relativamente recente, sendo uma visão que surgiu do pensamento ocidental no século XVIII. Até o século XVIII, o modelo científico que predominava era o modelo do sexo único, tendo como base uma visão de mundo em que as diferenças entre masculino e feminino seriam de grau e não de espécie (COSTA et al., 2017).

²⁹ O popularizador do termo transexual foi Harry Benjamin (1966, apud COSTA et al., 2017), que foi também o responsável pela sensibilização a respeito das necessidades de atenção à saúde das pessoas trans, já que a medicina e a psiquiatria desta época consideravam essas pessoas como confusas, invertidas e esquizofrênicas. Para Benjamin (apud COSTA; NARDI; KOLLER, 2017), um homem transexual seria uma pessoa do gênero masculino “preso” em um corpo do sexo feminino e a única alternativa terapêutica seria o tratamento hormonal e cirúrgico, com o objetivo de realizar a transição para o “outro sexo”. Além disso, Benjamin realizou a distinção entre travestismo e transexualidade, explicando que no primeiro termo não existe o desejo de modificação corporal e de afirmação de identidade. Foi a partir das concepções de Benjamin que pôde-se afirmar cientificamente a ideia de que os indivíduos trans não deveriam passar por terapias conversivas (COSTA; NARDI; KOLLER, 2017).

começaram a incluir ações que solicitavam também os direitos civis das pessoas trans (COSTA; NARDI; KOLLER, 2017), inclusive, que se garantisse saúde e qualidade de vida durante as fases de desenvolvimento.

Segundo Sampaio e Coelho (2012) é principalmente na infância e na adolescência das pessoas trans que estas são marcadas por situações de conflito e discriminação, já que normalmente a transgeneridade se manifesta ainda durante os primeiros anos de vida. Os trans, principalmente na fase da adolescência³⁰, passam por um processo que contribui para o isolamento pessoal, o que muitas vezes pode levar ao surgimento de quadros depressivos.

Para a maior parte desse grupo de pessoas, também a escola é tida como um ambiente desagradável, promotor de violência, revelando uma realidade moldada pelo despreparo e desconhecimento da sociedade e dos educadores sobre a transgeneridade. Para Frugoli e Tanizaka (2019) o enfrentamento à homofobia e a transfobia deve ocorrer em vários âmbitos, sobretudo na escola. Para os autores, tanto os operadores das leis referentes à educação, a sociedade civil e as famílias, estes devem repensar a aplicabilidade e tangibilidade das políticas públicas de inclusão e de respeito às diferentes formas de manifestar a sexualidade no contexto escolar, com a finalidade precípua de facilitar um desenvolvimento biopsicossocial sadio em todos os alunos, independente de orientação sexual ou identidade de gênero, possibilitando um futuro no qual a sociedade seja mais acolhedora e tolerante às diferenças. A escola poderia ser um facilitador para inserção de crianças e principalmente adolescentes.

Na adolescência, as situações antes vividas somente no seio familiar tornam-se públicas. Esses acontecimentos de desacordo, conflito e isolamento podem ocorrer em diferentes contextos da vida, incluindo os contextos familiares, escolares e de trabalho (TEIXEIRA, 2009).

Vale lembrar que quando as famílias dessas pessoas que não estão em conformidade com o gênero não são capazes de oferecer o apoio incondicional que elas precisam, muitas outras condições problemáticas surgem, incluindo transtornos de humor, transtornos de ansiedade, depressão, abuso de substâncias, distúrbios alimentares, automutilação e tentativas de suicídio (TEIXEIRA, 2009).

³⁰ Para os adolescentes transgêneros, as qualidades sexuais que surgem na adolescência produzem descontentamento e incômodo pessoal. Nesse momento em que o conflito com o corpo, em específico com as áreas do corpo que revelam o sexo biológico, a pessoa transgênero passa a ter sofrimento devido a sua incoerência com o sexo psicológico e o gênero a que se sente pertencer, ou seja, enfatiza-se o desejo de um corpo que faça correspondência à sua própria identidade (SAMPAIO; COELHO, 2012).

As mudanças no corpo (como ou sem cirurgias) e de nome são importantes para os transgêneros e transsexuais em relação ao reconhecimento social. Não dar esse direito, como a condição da mudança do nome no registro civil e a realização do procedimento cirúrgico, tem sido considerado uma ação violenta (TEIXEIRA, 2009). Vieira (2000) escreve que a estabilidade entre o corpo e a mente da pessoa transgênero se traduz pela adaptação entre o sexo e o nome. Este direito está estabelecido no direito ao próprio corpo, no direito à saúde e no direito à identidade sexual. Trata-se, portanto, de um “direito da personalidade”³¹ (VIEIRA, 2000).

Quando os transgêneros, transexuais e travestis iniciam as mudanças corporais, principalmente na fase adulta, passa por abuso físico e psicológico em diversas situações originados, muitas vezes, de pessoas próximas, como amigos, professores e até mesmo dos pais. Além disso, Harper e Schneider (2003, apud SANTOS et al., 2010) confirmam a importância em compreender que a pessoa transgênero experimenta situações de opressão, assédio e violência, encarando muitas dificuldades em áreas como a de trabalho, habitação, educação e acesso aos serviços de saúde.

2.3 A PSICOLOGIA HUMANISTA E OS NOVOS PROCESSOS DE SUBJETIVIDADE: TRANSGÊNERO NÃO É DOENÇA

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) publicou a Resolução CFP 01/2018, que orienta os profissionais da Psicologia a atuar, no exercício da profissão, de modo que as travestilidades e transexualidades não sejam consideradas patologias. Esta resolução acentua que na profissão, psicólogas e psicólogos devem atuar de forma a contribuir para a eliminação da transfobia, preconceito e nem se omitam frente à discriminação de pessoas transexuais e travestis, pois corroboram que as experiências de discriminação afetam diretamente a saúde psicológica³².

Cabe ressaltar que a subjetividade é formada a partir do conjunto de diferentes experiências e das relações internas e externas da pessoa. As pessoas trans também estão inseridas neste processo e suas vidas são demarcadas por suas experiências. Para Bock (1997) a manifestação da subjetividade é dada na inclusão do indivíduo na sociedade que pode ser

³¹ Mesmo tendo como um direito garantido pela Portaria 675 do Ministério da Saúde, grupos transexuais e transgêneros afirmam ocorrer constrangimentos e discriminação nas instituições quando do uso do nome social.

³² Há indicativos de que os psicólogos são os profissionais mais sensibilizados e capacitados para lidar com as pessoas da diversidade de gênero e orientação sexual em suas singularidades (MOLEIRO e PINTO, 2009).

compreendida em sua singularidade, a partir da totalidade social e histórica (diretamente vinculada a sua própria singularidade).

Logo, considerando a subjetividade como sendo a manifestação das experiências diárias da vida da pessoa, pode-se conciliar das indicações rogerianas (ROGERS, 1992, 2009) que o organismo reage ao campo fenomenológico da maneira como este é experimentado e percebido, sendo que o campo perceptivo é, para a pessoa, a realidade. É importante ressaltar que cada pessoa reage a esta realidade a partir das percepções que tem de si mesma.

Comportamentos e atitudes para Rogers (1992) geram tendência a respostas totais, organizadas e direcionadas para metas, ou seja, é a busca pela meta, sendo essa a necessidade percebida ou não. Sendo um sistema todo organizado, no qual qualquer modificação de uma das partes pode produzir alteração em qualquer outra, o organismo tem a tendência e um impulso básico para concretizar, manter e aperfeiçoar o que experimenta. Essa tendência existe como meio de preservação e movimento à direção da maturação e da concretização do self.

Neste sentido, a noção de “eu” vai se formando, visto que não é algo essencial, mas, como dito, vindo das relações da pessoa com o mundo, compreendendo uma condição consciente de sentidos e significados com os quais a pessoa se identifica em seu campo fenomenológico, uma noção de “eu” tal qual a pessoa se percebe (ROGERS, 2009). Também considerado como a percepção de si e da realidade pela própria pessoa, é chamado de autoconceito (ROGERS, 1992).

As manifestações dos comportamentos e das atitudes, na busca da concretização do self, estão diretamente relacionadas às metas para satisfazer necessidades do campo fenomenológico percebidas pelos sujeitos. A base do comportamento que parece funcionalmente (embora não conscientemente) projetada para reduzir a tensão e preservar e aperfeiçoar o organismo é formada quando essas necessidades ocorrem como tensões fisiológicas e quando estas são experimentadas (ROGERS, 1992).

Para Rogers (1992), o melhor ponto de observação para compreender o comportamento de um indivíduo é a estrutura de referência interna da própria pessoa. Compreendendo o mundo que o sujeito experimenta, o comportamento pode ser bem compreendido alcançando-se, tanto quanto possível, suas referências. A partir destes indicativos tivemos a proposta de conhecer as experiências e manifestações de subjetividade do participante na

3 MÉTODO

Neste estudo utilizou-se do método qualitativo que proporcionou a absorção das informações da realidade de uma pessoa transgênero. O delineamento foi o Estudo de Caso com caso único, modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais, visto como o mais adequado para a investigação deste fenômeno estudado, uma vez que possibilitou conhecer a realidade imediata do participante (YIN, 2001).

O participante da pesquisa foi um rapaz transgênero, de vinte anos de idade³³. Este rapaz foi selecionado e convidado por meio da página pessoal de uma das autoras nas redes sociais. Foi utilizada a técnica de amostragem não probabilística para a seleção deste participante. Essa técnica apresentou o benefício de ter um custo baixo e poder ser realizada em menor tempo, além de não seguir uma regra estatística e poder depender dos fatores estabelecidos pelas pesquisadoras. A seleção pode acontecer diante por conveniência, considerando que o participante pode retratar em profundidade suas experiências recortadas na delimitação do objeto de pesquisa.

Os critérios para a inclusão do participante se referiram a sua condição de ser transgênero. Ter idade acima de dezoito anos, ter afirmado que passou por alguma experiência de violência por conta de sua condição de transgênero, e ter aceitado participar do trabalho. Esta investigação foi realizada numa cidade do Vale do Paraíba e, para preservar o sigilo do participante, foi utilizado um nome fictício, Adriano.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi a entrevista semiestruturada com questões que buscaram compreender quais as experiências de violências vivenciadas pelo participante. As entrevistas foram gravadas com a autorização registrada no termo de consentimento que foi entregue ao participante.

Nas entrevistas, primeiramente foi feito o contato com o participante, explicando-lhe a proposta da pesquisa, bem como seus objetivos, a justificativa, a condição do sigilo e o recolhimento da assinatura no Termo de Consentimento aprovado pelo comitê de ética. Posteriormente foi feito o contato com o participante para a realização da entrevista semiestruturada conforme o objetivo da pesquisa. Ocorreram 03 encontros com duração de 1h cada.

³³ Este Trabalho de Graduação foi submetido e, posteriormente, aprovado pelo comitê de ética da Universidade de Taubaté sob a Plataforma Brasil.

Após a coleta de dados por meio de entrevistas, os dados foram analisados pelas perspectivas teóricas de Rogers (1992) que auxiliaram na compreensão dos dados coletados. Esta teoria possibilita recursos de compreensão de que o ser humano é integral, em constante desenvolvimento e suas experiências demarcam sua personalidade, comportamentos e atitudes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da coleta de dados e relacionando-as aos referenciais teóricos utilizados, buscou-se compreender as experiências de violência do participante transgênero a seus conteúdos de subjetividade.

Dos conteúdos expostos nas entrevistas no que se refere a experiência da pessoa consigo mesma e com o mundo e estes formam o seu campo fenomenológico, foram selecionadas situações como as relacionadas as performances de gênero, à depreciação do feminino, à identidade de Adriano, ao processo de percepção pessoal, de mudança de identidade de gênero, as perspectivas teóricas de Rogers (1992).

Neste sentido, os conteúdos foram relacionados a relação de *self* na identidade de gênero.

O participante, Adriano, nos afirma que tem como Registro Geral (RG) o nome de Adriane. Por diversas vezes, este fato causou constrangimento, o que atualmente não ocorre mais. Entretanto, para se chegar a esta condição, houve inúmeras situações que lhe causaram muito sofrimento. Hoje em dia, ele está consciente de que seu nome social está correspondendo com sua performance de gênero, mas, como dito, no passado, não foi assim:

E então, a gente quando fala da transição, a gente não fala a partir da hormonização, sabe? Porque muita gente confunde, pra muita gente a transição só começa a partir da hormonização, das mudanças externas. Mas não é isso. A mudança é a partir do momento que você simplesmente é e que você se reconhece como tal, que pra mim veio muito forte na infância. Na infância, eu era um moleque, quer dizer, uma menina moleque (risos). Eu tinha cabelo grande, mas mal gostava de pentear, na verdade eu odiava pentear porque pentear era uma coisa muito feminina e os meninos não penteavam, até porque eles tinham o cabelo muito curto, né? Então não penteavam e eu mal penteava o meu porquê eu também não gostava de ter aquele cabelo comprido (Participante, transgênero, 20 anos).

Para Adriano, seu comportamento já era de menino na infância, o que nos indicativos de Butler (2012 apud ANJOS; LIMA, 2016), a sociedade ainda permanece presa à norma binária, o que nos leva a um conjunto de outros problemas que diz respeito ao conceito de

gênero. Para a autora, a sociedade considera que os meninos e as meninas devem se comportar de uma determinada forma, a um “certo” sexo ou a um “certo” gênero correspondente ao sexo biológico para uma identidade de gênero fixa, como foi o caso de Adriano, que, na infância, deveria ter comportamento e atitudes, ou seja, performance do que é considerado, socialmente, de menina (BUTLER, 2012 apud ANJOS; LIMA, 2016).

Adriano continua afirmando que seu posicionamento era de menino:

E eu não, eu era eu mesmo quando era pequeno, eu já não concordava com muitas coisas disso, eu odiava vestir rosa e tudo que assimilava à feminilidade. Era muito engraçado... minha irmã mais velha gostava de boneca e eu não, eu gostava de empinar minha pipa; e minha mãe não me dava dinheiro pra comprar pipa e depois de um tempo não me dava dinheiro pra nada porque ela sabia que eu ia gastar com isso. Ela me dava uns trocadinhos e eu comprava varetas, papel e eu mesmo ia fazendo minha pipa e eu gostava muito, passava a tarde inteira só fazendo isso, mas quase nunca dava certo (risos), eu não era muito bom nisso. Muitas vezes, eu esperava alguma pipa de alguém cair, aí eu corria pegar (risos). E então, eu era um moleque, eu corria, gostava de bermudas largas, ficava muito tempo descalço, tinha mais grupos de amigos meninos. A minha infância foi muito marcada por grupos de meninos, porque sempre me identifiquei mais com eles, do que com as meninas, até porque eu achava as meninas muito chatas. E foi aí que começou a crítica da minha mãe e da minha avó, tanto que as críticas feitas pela minha mãe eram reflexo do que minha avó falava. Elas pensavam “como assim uma menina que não gosta de rosa, não gosta de brincar de boneca, não tem comportamentos femininos de não sentar direito, com pernas fechadas, está sempre brigando, querendo dar porradas”, porque eu era briguento mesmo (risos). E minha avó sempre falava para minha mãe “Maria, Maria... ela está andando muito com meninos! Cuidado, viu? Cuidado!” Porque na verdade ela queria falar para minha mãe que menina que anda com menino é puta, né? Infelizmente, hoje eu sei que era isso, infelizmente ainda tem muito disso e eu passei muito por isso. Além de eu ser a “Maria homem”, eu era puta (Participante, transgênero, 20 anos).

Embora, a maioria das pessoas no senso comum considere que a identidade de gênero é algo fixo, como foi o caso familiar de Adriano, alguns autores evidenciam que a identidade se transforma porque se considera que ela é construída a partir de um processo de metamorfose, o que significa dizer que a identidade do sujeito está em constante transformação e construção. Ela se modifica na vida cotidiana, refletindo na construção identitária dos que estão ao nosso redor (PAULINO-PEREIRA et al., 2017).

Para Sampaio e Coelho (2012), a infância e a adolescência das pessoas transgêneros são marcadas por situações de conflito e discriminação, já que normalmente a transgeneridade se manifesta ainda durante os primeiros anos de vida. Nessa fase, as situações antes vividas somente no seio familiar tornam-se públicas. Esses acontecimentos de desacordo, conflito e isolamento podem ocorrer em diferentes contextos da vida, incluindo os contextos familiares, escolares e de trabalho (TEIXEIRA, 2009).

Adriano, ao se aproximar da puberdade, foi se desenvolvendo e sua percepção em relação ao mundo foi se ampliando:

Mas, conforme eu fui crescendo, eu fui entendendo as coisas e vi que começaram a me machucar com ataques de que isso não podia existir, de que Deus não gostava, que isso era errado e “senta direito, olha seu comportamento, fecha a perna, fala baixo, arruma esse cabelo...” e aí começou a pesar pra mim, eu comecei a ficar muito frustrado, eu fiquei mal de verdade com minha família toda falando pra mim como eu deveria agir, me comportar. E isso foi começando a me deixar pra baixo com o passar do tempo. E aí, até que um dia uma tia que morava ali perto foi para o Nordeste e ela queria mostrar a família toda para os meus parentes de lá e pediu pra gente se juntar pra ela tirar uma foto. Eu lembro que eu tinha acabado de ganhar do meu tio, que é homossexual e já era assumido nessa época, um relógio do homem aranha que eu não tirava pra nada. Além desse meu tio, eu tenho outro tio e um primo homossexuais que se assumiram depois. E eles nunca me julgaram, sempre foram os cabeças abertas e para eles eu já era a sapatão mesmo e estava tudo bem quanto a isso. E eles procuravam fazer sempre o que eu queria, tanto que em relação ao relógio, o meu tio perguntou “olha, tem um relógio da Barbie e um do Homem aranha, qual você quer?” e eu escolhi, com dez anos, o do Homem aranha e ele me deu sem problema algum. Esse era eu sempre, com a bermudinha amarela, a camiseta do esporte e o relógio do Homem aranha. E aí voltando ao assunto da foto, tiraram essa foto da família pra mandar para o Nordeste e eu, como uma criança masculina mesmo e inocente, fiz uma pose meio que com as pernas abertas e fazendo um jóia com a mão. Aí, eu lembro da minha tia ligando pra minha mãe lá do Nordeste metendo o pau em mim, do jeito que eu estava, da minha pose e aí, pronto! Quando ela voltou, reuniu toda a família pra conversar sobre o Adriano, sobre mim. E eu estava no quarto, só ouvindo e a minha tia falando “isso é errado, olha só pra essa menina, está parecendo um menino, está parecendo uma sapatão, é isso que você quer Maria?”. E minha mãe sempre foi muito imparcial, meio submissa, ela não se posicionava, não falava nada. Claro que também tinha o motivo dela estar morando de favor na casa da minha avó e enfim, hoje eu consigo entender isso. Mesmo assim ela não se pronunciava e até hoje é um pouco assim. Mas aí, até que eu entrei na cozinha e eu lembro que eu não sabia o que falar, só ouvia. E isso me mexeu de uma forma que até os meus tios gays vieram falar pra mim sobre o meu comportamento, sabe? Que eu tinha que mudar, que eu tinha que me adequar no padrão. E aí foi onde eu fiquei péssimo, comecei a me frustrar (Participante, transgênero, 20 anos).

Desta situação explícita de determinação de performance de gênero, Adriano começou a evidenciar que seu sofrimento psíquico advinha da não aceitação familiar e social de sua identidade de gênero. Teve prejuízo em relação também a sua vida de inter-relacionamentos, passou a ficar em solidão, pois se afastou dos amigos, teve significativos conflitos com a “monstruação” e com o desenvolvimento de seu corpo, teve frustrações diante de situações sociais em que deveria comprar peças íntimas de vestuários com as quais não se identificava, não se sentia protegido e acolhido pela família e sentia falta da relação paterna como indica adiante:

Me afastei de todos os amigos meninos, até porque eu não sei como, mas de repente eles também começaram a me olhar com malícia e isso passou a me incomodar demais também. Então me afastei deles, me afastei das crianças que eu brincava na rua e mal saía de casa. Essa foi uma época horrível porque além de tudo, começou a puberdade. A puberdade... nossa! A puberdade foi pra mim... um ápice! Foi uma solidão! Era eu comigo mesmo. Minha cintura começou a afinar, meus traços do rosto começaram a afinar, minha voz cada vez mais fina, meus seios crescendo, aí veio a menstruação, que eu chamo de monstruação (risos) e minha mãe comprando

calcinhas finas, sutiãs. E cada troca de roupa era um comentário “aí olha aqui, olha aqui o peitinho dela crescendo” e eu odiava isso tudo. Minhas tias querendo olhar, nossa eu odiava muito e comecei a me frustrar bastante. Eu não queria mudar, eu queria ficar pra sempre do jeito que eu era, eu queria ser reto, continuar sem peito. Mas não foi assim, né? E foi a época que eu entrei em depressão. Porque além de tudo, juntou com problemas que minha mãe estava passando com meu pai em relação a dinheiro e minhas mudanças. E eu passei a ter muitos conflitos internos, pensava que se meu pai tivesse junto as coisas iriam ser mais fáceis, ele ia me entender melhor, porque meu pai também sempre teve uma cabeça mais aberta. Mas ele não estava lá, na verdade foi uma época que ele cagava pra gente. E aí eu mal saía de casa, só ia pra a escola e torcia muito para ter feriado e para as férias chegarem logo. Eu mal tinha amigos, me afastei de todos e só desenhava nessa época. O desenho era meu refúgio, passava o dia todo desenhando sozinho no meu quarto. E só para fazer um comentário disso, hoje eu percebo que eu sempre desenhava personagens masculinos. Mas então, eu passava o dia todo desenhando na verdade pra fugir da realidade, né? Quando eu desenhava, eu ia pro mundo que eu estava desenhando e assim o tempo passava (Participante, transgênero, 20 anos).

Adriano passou a se refugiar das ameaças do mundo buscando desenhar personagens masculinos para fugir da realidade em que se encontrava por perceber que algo estava errado em sua vida, decidiu mudar e buscar outras experiências, como na religião, e posteriormente se assumindo como alguém que não lhe representava: “uma mulher”. Nesse período, os conflitos internos faziam parte de seu dia a dia:

Aí pensei comigo “quer saber, eu vou tentar mudar, vou me fortalecer na igreja, vou tentar ser certa”, até porque nessa época eu não tinha tantos amigos mesmo. Aí foi a época do travestimento, que eu tentei a minha feminilização. Tentei arrumar meu cabelo, alisei, eu passava batom, comprei brincos e roupas da moda pra tentar ser mais aceito e me sentir mais incluído. Eu realmente vesti uma máscara. Vesti uma persona e que eu assumi. Comecei a observar o jeito que as meninas andavam, se comportavam e tentava fazer tudo que elas faziam. Mas é importante eu falar aqui que mesmo com tudo isso, eu sempre deixei muito claro que a minha preferência sexual era por meninas. Eu até fiquei com menino uma vez, mas eu odiei, não senti prazer nenhum. E com treze anos eu já estava decidido que eu gostava das meninas. Aí eu comecei a ter mais amigas, comecei também a ser popular, porque eu sempre fui muito comunicativo, muito simpático e fiz muitas amigas. Fiz amigas femininas, lembrando que nunca fui aquelas meninas “mi mi mi”, eu era aquelas porras loucas (risos) e eu amava as amigas porra loucas que encontrei. Voltei a fazer amizades com meninos também. E daí eu percebi que do nada eu consegui ter um grupo de amigos meninas e meninos, sabe? Não tinha mais aquela divisão. E eu me sentia muito bem vendo isso e aproveitei demais essa fase. Nossa, era muito bom mesmo! Eu voltei a sair bastante, a gente estava sempre fazendo festinhas na casa de um e de outro e tudo era diversão. Era bom! Mas ainda me faltava alguma coisa. Depois do rolê, eu chegava em casa e pensava no quanto o dia foi bom, mas que ainda tinha alguma coisa que não completava. E mais que isso, eu me olhava no espelho e falava pra mim “você não está sendo você mesmo”. Eu sempre tive uma relação muito forte com espelho, eu adorava brincar na frente dele quando eu era criança, mas nessa fase eu não me olhava muito, na verdade eu fugia dele todas as vezes que eu me arrumava e só ficava na frente dele mesmo quando eu já estava com meu pijama largo, sem estar “vestida de menina”, sabe? Nessa minha tentativa de feminilização era como acontece quando a gente encontra uma pessoa que a gente não gosta e aí a gente olha de relance, sabe? Olha e desvia! Eu fazia isso com todos os espelhos de casa, era essa a minha relação com o espelho. Sem contar também que eu mal tirava foto nessa época. E quando eu ficava sozinho em casa, eu

tirava toda minha roupa, porque essas roupas femininas sempre me incomodavam. E daí... teve a fase de costume. Eu tive que me acostumar com isso. Sabe quando você está na fossa e se acostuma com isso? Foi assim comigo. Eu já estava esgotado, entrei no cômodo. Mas sempre com alguma coisa dentro de mim falando que não era eu ainda. Aí veio a rebeldia. Comecei a questionar um monte de coisa. Pensava nos porquês, porque era assim, porque isso, porque aquilo. Comecei a questionar por que eu via muita coisa e não concordava (Participante, transgênero, 20 anos).

Do contato de Adriano com seus próprios conflitos e reflexões pelas situações em que vivia, ele começou a permitir obter novas informações sobre a vida que tinha. Começou a fazer parte de novos grupos sociais e a aprender sobre as terminologias que indicavam identidade de gênero e orientação sexual:

Aí eu comecei a ver e saber diferenciar, o gay afeminado, o gay mais masculinizado, a lésbica-machão, a lésbica feminizada, os bissexuais, os punks, roqueiros, conheci gente que já estava nesse grupo uns trinta anos. E eu lembro que eu fiquei muito encantado com as lésbicas masculinizadas, porque até então não tinha tido contato, só olhado de fora e eu pensei “caraca, eu quero isso pra mim também”. Porque de verdade, eu acho que tava chegando o momento que eu não estava mais aguentando esconder quem eu era e comecei a me sentir sufocado. Até que depois de uma semana mais ou menos eu virei pra minha amiga e falei “Gabriela, eu vou cortar o cabelo”, aí ela falou “mentira Dri?” e eu “vou, eu acabei de ganhar cinquenta reais de aniversário do meu tio e é isso que eu vou fazer, cortar meu cabelo”, e ela virou pra mim e falou “eu vou com você”, daí pronto, né? Daí que eu fui mesmo, eu vi que eu não estava sozinho. Fomos em um barbeiro lá na rodoviária, cortei meu cabelo igual de homem mesmo. Eu já não tinha cabelo muito grande, sempre fui cortando aos poucos, mas era no ombro e eu cortei muito curtinho mesmo. Minha amiga ficou gravando (risos) e eu tenho esse vídeo até hoje. E aí depois de cortar, fui embora tremendo e cheguei em casa morrendo de medo de tudo que poderia acontecer. E nessa época eu já tinha assumido o cabelo bem curto, já era moleque mesmo, roupa de meninos, magro, tentava cada vez mais esconder meu peito, mas ainda estava faltando alguma coisa, eu não me considerava lésbica, tinha alguma coisa faltando. E eu continuava com os meus roles na Pracinha, normal. Até que um dia eu conheci uma mulher, eu reconheci que era uma mulher, mas ela tinha uma voz estranha. Todo mundo tratava ela como feminino e além da voz estranha, ela tinha uns traços masculinos, sabe? Ela era muito mais alta que as outras meninas, tinha uma maturidade diferente. E ela me intrigou, porque ela tinha um semblante masculino, todos tratavam ela como feminino e ela também se tratava como feminino. E eu pensei comigo, “poxa, o que é isso?”. Fui embora pensando nela e daí muita coisa começou a bater, a conspirar. Eu acredito muito nessas coisas de que a gente atrai o que a gente quer. E aí um dia eu estava assistindo pânico na band, e teve uma reportagem da Sabrina Sato com o Tarso Brant, que antes era Tereza. Aí meu tio falou assim “Dri, você ficaria com essa mulher?”, aí eu falei “Quem, a Sabrina?” e ele “Não, com essa outra”. Aí eu falei, “tio, não é uma mulher, o nome dele é Tarso, olha aí” e ele falou “Não, mas na verdade ele é Tereza”. E eu comecei a focar mais na reportagem e não falavam muito a palavra transgênero ou algo do tipo, mas eu vi ele como homem já, até porque ele já estava externalizando isso, agindo e falando como tal. E isso me intrigou muito, fiquei muito pensativo, pensava “que legal, ele nasceu mulher, estava comprovando lá que ele tinha nascido mulher e ele tomou hormônio pra ficar assim? Parecido com homem! Como isso?”. Aí comecei a pesquisar na internet e coloquei lá “Tereza Brant”, aí veio a história dela, várias páginas abrindo, aí daqui a pouco eu percebi uma palavra diferente que eu nunca tinha escutado falar antes: transgênero. Fiquei pensando o que seria isso e comecei a pesquisar, aí achei “pessoa que não se identifica com o gênero dado de nascença”. Daí pronto, eu comecei a procurar histórias sobre isso e achei várias e

todas começaram a bater comigo, principalmente as infâncias, que acho que é onde mais grita esse desejo de ser, né? E como ela não entende nada, ela só é alguma coisa diferente do que falam que ela é e ela não sabe explicar isso, ela sofre. E aí a ficha caiu, eu falei pra mim mesmo “é isso! Está tudo explicado. Eu sou transgênero (Participante, transgênero, 20 anos).

Correlacionando os dados da entrevista de Adriano com os referenciais teóricos de gênero, evidenciou-se que ele não é doente. Entretanto, por não se adequar às simetrias de gênero socialmente impostas, também foi possível identificar sofrimento durante sua trajetória de vida.

Para Rogers (1992), como as experiências estão em constante desenvolvimento e formam campo fenomenológico ou mundo particular das pessoas, sendo as experiências percebidas conscientemente ou não, no caso de Adriano, as experiências vivenciadas por meio do mundo da transexualidade influenciaram sua maneira de estar no mundo.

Podemos perceber que, enquanto Adriano era criança, experimentava sentimento de segurança por ser quem era, ou seja, naquele período, poderia brincar à vontade com garotos, usar as roupas que quisesse e, para ele, isso estava congruente, pois fazia o que queria e do modo como queria. Embora percebesse somente algumas vezes que seus parentes indicavam que havia alguma coisa de errado em seus comportamentos, para Adriano, esses fatos não lhe causavam nenhum sofrimento, pois estava bem consigo mesmo.

Com o passar do tempo, sobretudo por volta dos 10 anos de idade, começou a se conscientizar de que seus familiares o reprovavam por suas atitudes e comportamentos. A situação da foto familiar e os comentários da tia evidenciaram que ele não estava se adequando aos comportamentos esperados de uma menina. Aqui, Adriano indica que seus desconfortos pessoais começavam a se manifestar. Com o passar do tempo, isso foi piorando e suas dificuldades e sofrimentos ficaram mais frequentes e intensos.

Então, à medida que as experiências ocorriam na vida de Adriano, a partir das relações entre o meio interno e externo, essas experiências eram simbolizadas, percebidas e organizadas em alguma relação com o *self*, como ocorreu na infância e depois que descobriu o que era uma pessoa transexual. Outras experiências foram ignoradas, porque não havia relação percebida com sua estrutura de *self*, como a aceitação geral da própria família. E diversas experiências foram negadas ou distorcidas, porque essas foram incoerentes com a estrutura do *self*, ou seja, o sentido coerente atribuído ao “eu” não permite uma intrusão de percepção que não esteja de acordo com ele, como no caso da identidade de gênero de Adriano durante a sua puberdade, adolescência e início de sua vida adulta. Nesta última

situação, as percepções, por serem contraditórias ou impedidas de entrar na consciência, podem ser excluídas, pois, de alguma forma, a experiência poderia ser ameaçadora (ROGERS, 1992). No caso de Adriano, durante inúmeras situações, ele mesmo não compreendia o que ocorria com ele sobre a transexualidade.

Das relações entre o que uma pessoa simboliza ou não, ocorre o que Rogers (1992) afirma de ajustamento ou desajustamento psicológico. É possível afirmar que, de modo geral, na atualidade, Adriano se encontra em ajustamento psicológico, já que existe a manifestação da congruência de *self*.

A melhor definição de integração parece ser a afirmação de que, pela simbolização acurada, todas as experiências sensoriais e viscerais podem ser admitidas à consciência e organizadas num único sistema inteiramente coerente que é ou tem relação com a estrutura do *self*. Assim que ocorre esse tipo de integração, a pessoa pode tornar-se plenamente atuante e mover-se na direção homeostática, ou seja, tem-se a tendência ao crescimento pessoal. Este fato é afirmado por Adriano nesta situação em que ele não reduz sua vida à transexualidade, mas à amplitude de seu campo fenomenológico:

Olha, eu queria falar pra você uma coisa que eu tento deixar bem claro pra todo mundo: Não existe só o Adriano transgênero. Existe o Adriano professor, namorado, filho, irmão, amigo, pessoa mesmo, sabe? E eu estou falando isso porque muitas pessoas se aproximam de mim por curiosidade. Não estou falando de você, eu sei que o seu caso é uma exceção. Até têm algumas pessoas que se tornam íntimas, acabam ficando na minha vida, mas outras eu sei que se aproximam só pra perguntar as coisas e depois somem da minha vida. E é isso que eu quero desmistificar. A gente tem uma bagagem de sentimentos dentro da gente. A gente é um humano como qualquer outro. Então, você como futura psicóloga se for possível passar isso a diante junto com a gente, seria fundamental. E também queria falar que hoje sou uma pessoa realizada e extremamente feliz em todos os aspectos. Tenho algumas dificuldades, mas nada se compara a toda minha infelicidade que já vivi. Hoje, os problemas são pequenos e eu consigo passar por eles, porque tenho uma felicidade enorme dentro de mim que me recompensa. E claro, a mensagem mesmo que eu sempre passo é para as pessoas não desistirem de nada. Não desistirem dos sonhos e da vida. Porque acredito que para uma pessoa trans é assim que tenho que falar, pra ela não desistir da vida. Porque se caso ela desiste, acha bobeira, ela simplesmente está deixando de existir. E isso não deve acontecer (Participante, transgênero, 20 anos).

A vida de Adriano nos mostra que o fato de pertencer a uma identidade de gênero qualquer não significa que ele é doente ou tem transtornos psicológicos. Adriano nos mostra que, se a sociedade não aceitar a diversidade de gênero, isso, sim, possibilita doenças, visto que causa sofrimento psíquico a quem não manifesta simetria de gênero legitimada socialmente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o problema de pesquisa e os objetivos desta investigação se referiam a identificar e a compreender as experiências de vida e de violência de uma pessoa transgênero numa cidade do Vale do Paraíba Paulista, após as análises da entrevista do participante e a estruturação do trabalho, pode-se verificar que estes foram alcançados, tendo em vista que o participante apresentou identidade de gênero diferente do que lhe foi atribuído em seu nascimento e, com isso, vivenciou situações de violência em sua trajetória.

É importante considerar que em junho de 2018 a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a transexualidade da lista de transtornos mentais da agência das Organizações das Nações Unidas (ONU), porém continua na Classificação Estatística Internacional de Doenças (CID) em uma nova categoria chamada Saúde Sexual, a fim de incentivar a oferta de políticas públicas de saúde para transexuais (OMS, 2018). Para se garantir o direito de se realizar as cirurgias de transição de gênero a pessoa ainda é enquadrada por um código de patologias.

A dificuldade em definir e compreender a transexualidade como sendo outra condição humana diferente da homossexualidade ainda é muito frequente, o que dificulta também a aceitação da sociedade. Sendo assim, parte-se do pressuposto de que cabe à atividade do psicólogo investigar e produzir procedimentos e intervenções compatíveis a dignidade e respeito à vida e as situações vividas destas pessoas.

O contato com Adriano foi de grande importância, tanto no desenvolvimento deste trabalho como uma forma de contribuição acadêmica, como na vida pessoal da pesquisadora, a qual conseguiu uma empatia ainda maior com o participante ao ouvir os relatos de sua vida. Nos dias atuais, Adriano demonstrou ser uma pessoa extremamente feliz consigo mesmo e com suas relações do cotidiano, tais como no trabalho e vida social. Além disso, com toda a sua sensibilidade humana, demonstrou não admitir situações de indiferenças que possam acontecer perto de si, o que pode ser afirmado em suas falas referentes ao seu trabalho, que, como professor, procura sempre passar para seus alunos o respeito com as diferenças. Apesar de ser uma pessoa jovem e de ainda passar por algumas dificuldades, Adriano se mostrou uma pessoa muito madura e com experiências de vida exemplares.

Por fim, é de grande importância ressaltar que ele conseguiu passar uma lição de vida e que antes mesmo de existir o “Adriano Transgênero”, existe um Adriano professor,

namorado, filho, irmão e amigo, isto é, uma pessoa comum, com uma bagagem de sentimentos dentro de si, como qualquer outra pessoa.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, K. P. L.; LIMA, M. L. C. Gênero, sexualidade e subjetividade: algumas questões incômodas para a psicologia. **Psicologia em Pesquisa**, Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p. 49-56, dez. 2016.
- ARAÚJO, E. B.; THEOPHILO, G. L. de M. TRANSGÊNEROS: AINDA INCOMPREENSÍVEIS? **Revista Docência e Cibercultura**, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, p. 73, jan./abr. 2019.
- BOCK, A. M. et al. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. São Paulo: Saraiva, 1997.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP N.º 01/2018. **Código de Ética Profissional**.
- COSTA, A. B.; NARDI, H. C.; KOLLER, S. H. Manutenção de desigualdades na avaliação do gênero na psicologia brasileira. **Temas psicol.**[online]. 2017, vol.25, n.1, pp. 97-115. ISSN 1413-389X.
- FRUGOLI, R.; TANIZAKA, H. FRUGOLI, R.; TANIZAKA, H. Escola e Família: vamos discutir gênero? In: CAETANO, L. M.; SILVA, S. C. (org.). **Psicologia para Pais e Educadores**, vol. 02 - Desenvolvimento Moral e Social. Curitiba: Ed. Juruá, 2019.
- MOLEIRO, C.; PINTO, N. Diversidade e psicoterapia: expectativas e experiências de pessoas LGBT acerca das competências multiculturais de psicoterapeutas. **Ex aequo**, Vila Franca de Xira, n.20, pp.159-172, abr./out. 2009.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Diminuindo diferenças: a prática das políticas sobre determinantes sociais da saúde: documento de discussão**. Rio de Janeiro: OMS, 2018.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **CID-10 Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde**. 10a rev. São Paulo: Universidade de São Paulo; 1997.
- PAULINO-PEREIRA, F. C; SANTOS, L. G. .; MENDES, S. C. C. Gênero e Identidade: possibilidades e contribuições para uma cultura de não violência e equidade. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 29. dez. 2017
- RIBEIRO, J. L. P. A Psicologia da Saúde. In: ALVES, R. F. (Org.). **Psicologia da saúde: teoria, intervenção e pesquisa**, Campina Grande: EDUEPB, 2011. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/z7ytj/pdf/alves-9788578791926-02.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2018.
- ROGERS, C. R. **Terapia Centrada no Cliente**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. **Tornar-se pessoa** (6ª ed.). (M. J. do C. Ferreira & A. Lamparelli, Trads.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1961). 2009

SAMPAIO, L. L. P.; COELHO, M. T. A. D. **A transexualidade na atualidade:** discurso científico, político e histórias de vida. Botucatu: Interface, 2012.

_____. Quando o estranhamento se traduz em preconceito: trajetórias de vida de pessoas transexuais. In: VIEIRA, T. R. (Org). **Minorias Sexuais:** direitos e preconceitos. Brasília: Consulex, 2012. p. 341-351.

_____. Transexualidade: aspectos psicológicos e novas demandas ao setor saúde. **Interface**, Botucatu, v.16, n.42, p. 637-649. jul./set. 2012.

SANTOS, E. C. et al. Percepção de Usuários Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros Transexuais e Travestis do Sistema Único de Saúde. **Revista Internacional de Psicologia**, Rio Grande do Sul, v. 44, p. 235-245, jan. 2010.

TEIXEIRA, F. B. **Vidas que desafiam corpos e sonhos:** uma etnografia do construir-se outro no gênero e na sexualidade. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2009.

VIEIRA, T. R. (Org.). Adequação de nome e sexo e a vulnerabilidade do transexual. **Minorias Sexuais:** direitos e preconceitos. Brasília: Consulex, 2012.

_____. Adequação de sexo do transexual: aspectos psicológicos, médicos e jurídicos. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 88-102, jul./dez. 2000.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Tradução de Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001. 207 p. Título original: Case study research: design and methods.

PARTE II: CONTEXTOS DE FAMÍLIA

A EXPERIÊNCIA DO HOMEM NA TRANSIÇÃO DO PAPEL DE PARCEIRO PARA PAI

Jennifer Salles Costa
Débora Inácia Ribeiro

1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo resultou de um Trabalho de Graduação que teve por objetivo verificar a experiência vivenciada pelo homem quando transita do papel de apenas parceiro para os papéis de parceiro e pai. De acordo com Menezes (2001) a família passa por diversas e diferentes etapas em seu ciclo de vida, onde diferentes tarefas e desafios são gerados no sistema familiar. A transição para a parentalidade é considerada uma das maiores transformações em que o sistema familiar é submetido; é o momento em que os cônjuges, antes considerados como um casal, tornam-se pais, progenitores de uma nova família (MENEZES, 2001).

Assim, este trabalho teve por objetivo investigar a experiência vivenciada pelo homem na transição da conjugalidade para a parentalidade, pois, apesar de ser uma transição importante, é ainda pouco pesquisada sob perspectiva do homem. Ao se estudar sobre os aspectos psicológicos do ciclo gravídico-puerperal, existe uma concentração quase que exclusiva sobre as transformações da mulher, e pouco se estuda sobre a paternidade como transição (MALDONADO, 1988). Sendo necessário, portanto, um maior enfoque nas necessidades e conflitos ocasionados na vida do homem. Dessa forma, nesse estudo buscou-se focar na experiência vivenciada pelo homem ao passar do papel de parceiro para o papel de pai, sendo abordados também os seus sentimentos em relação à paternidade, assim também como seus temores e receios. Além disso, Prati e Koller (2011) destacam a importância do acompanhamento de profissionais nesse período de transição, buscando aspectos funcionais em meio às mudanças ocorridas.

Na próxima seção será apresentada uma breve contextualização teórica sobre o tema paternidade e os desafios na transição da conjugalidade para a parentalidade. Em seguida, será explicado o método e os resultados serão apresentados e discutidos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 PATERNIDADE

A paternidade constitui uma fase do desenvolvimento emocional do homem. Para ele, ter um filho representa uma mudança de olhar em relação à sua vida, passando esta a ter um prisma diferente (MALDONADO *et al.*, 1990). A vivência deste período é de grande intensidade para muitos homens (BORNHOLDT *et al.*, 2007).

Ao longo do tempo, a função da paternidade e a perspectiva do que é “ser pai” vem apresentando diversas mudanças, advindas de fatores socioeconômicos e culturais (SOARES; COLOSSI, 2016).

No início do século XX, a família, na sociedade ocidental, caracterizava-se pelo modelo hierárquico, em que o poder pertencia ao homem; porém no decorrer do tempo, com as mudanças sociais, a mulher saiu para o mercado de trabalho, obtendo assim uma crescente autonomia; com isso, os relacionamentos passaram a ser mais igualitários, resultando em influências na dinâmica familiar (SOARES; COLOSSI, 2016). Ao mesmo tempo em que a mulher passou a invadir o espaço público, o homem passou também a ocupar o espaço privado, espaço este que, anteriormente, era ocupado apenas pela mulher (STAUD; WAGNER, 2008). Desta maneira, espaços públicos e privados passam a integrar-se, desintegrando-se juntamente os estereótipos firmados até então, passando a mulher a ter acesso ao poder e o homem às suas emoções (GABRIEL; DIAS, 2011).

Ao se falar nos aspectos históricos, percebe-se que a paternidade tradicional foi firmada, porém, desconstruída com o passar do tempo (STAUD; WAGNER, 2008). Neste sentido, a modernidade trouxe indagações ao modelo tradicional da paternidade, juntamente a busca pela liberdade e autonomia humana (GABRIEL; DIAS, 2011). Deste modo, a paternidade se constitui de um papel que se encontra em constante transformação (GABRIEL; DIAS, 2011).

A paternidade pode ser sentida de diversas maneiras, desde o período da gravidez. Alguns homens sentem-se muito participantes, buscando sentir o bebê na barriga da parceira, demonstrando interesse pelo enxoval e pela decoração do quarto, continuando empenhado após o nascimento do bebê; já outros, sentem-se alheios durante o período da gestação, pelo fato de não conseguirem ver o bebê ou senti-lo, continuando alheios após o nascimento, não construindo uma ligação afetiva com a criança (MALDONADO *et al.*, 1990). Sobre o distanciamento afetivo do homem para com seu bebê, Freitas *et al.* (2007) mencionam que,

para alguns pais, o fato de não estarem presentes no dia a dia da mulher no período da gestação, pode ocasionar uma sensação de estranhamento mediante o papel de pai, como se não fossem “tão pais” como deveriam ser.

Atualmente, o homem, ao se tornar pai, pode questionar antigos valores sociais e culturais, que predeterminavam de maneira estanque e polarizada os papéis de pai e mãe. Torna-se possível o surgimento de novas concepções do papel de pai, portanto, ser pai, nos dias de hoje, é uma maneira de caminhar por um espaço desconhecido, antes e após o nascimento dos filhos (BORNHOLDT *et al.*, 2007).

2.2 OS DESAFIOS NA TRANSIÇÃO DA CONJUGALIDADE PARA A PARENTALIDADE

A gravidez é considerada uma época fecunda em diversos sentidos, pois nessa fase, além de um novo ser estar sendo formado, é consolidado no homem e na mulher uma nova parte de si, ou seja, surge a capacidade de cuidar paternalmente e maternalmente de uma criança (MALDONADO *et al.*, 1990). Porém, o período crítico de crise ou transição, não se encerra no parto. Na verdade, a maior parte das mudanças maturacionais acontece após o parto, sendo assim, o puerpério, período que acontece após o parto, dá continuidade a todas as transformações decorrentes do parto; pois resulta em novas mudanças fisiológicas, mudanças na rotina da família, no relacionamento familiar, assim também como na consolidação da relação pais-filho.

A transição de papéis constitui-se de uma crise situacional, ao ajustar-se às novas condições, repercussões são trazidas ao relacionamento conjugal (PRATI; KOLLER, 2011). Berthoud (2003) afirma que o ser humano convive com diversos conflitos entre antigos e novos papéis, sendo o exercício da parentalidade, um nítido exemplo de transição, em que diversos papéis são abandonados e novos padrões vão se construindo.

Neste momento, inicia-se a estruturação de espaço para a chegada do novo membro na família, que até então, era formada pelo sistema conjugal (PRATI; KOLLER, 2011), sendo, portanto, necessária uma re-significação dos estágios.

Para Maldonado, Nahoum, *et al.* (1990), apesar do vínculo entre a mulher e o homem ser algo que está em constante mudança, a espera de um filho pode abalar o padrão de vida do casal; ou seja, o homem, pode sentir o medo de ser deixado de lado e colocado em segundo plano com a chegada do bebê, ao ver a mulher voltar toda a sua atenção ao novo integrante da

família. Os autores ainda afirmam que nessa fase pode ocorrer uma ambivalência de sentimentos, pois por mais que a chegada de um filho traga muita alegria, juntamente com a alegria vem o temor, pois ao decidir ter um filho, se obtém um compromisso irreversível por toda a vida; sendo esta uma mudança de grande proporção, incapaz de gerar apenas um tipo de sentimento.

A mudança nos papéis familiares, geram uma nova dinâmica na organização familiar, e essa mudança acaba por afetar a todos os integrantes desse núcleo, mesmo que essa mudança seja esperada (SOARES; COLOSSI, 2016). Neste sentido, com o nascimento do bebê, o homem passa a vivenciar um papel que, durante a gravidez, era fantasiado, estava em fase de preparação (GABRIEL; DIAS, 2011).

Freitas *et al.* (2007) destacam ainda que para alguns homens a paternidade é vista como uma experiência social significativa desde o instante em que é recebida a notícia da gravidez, resultando em satisfação, bem-estar e afeto pela companheira, num momento especial ao casal; porém alguns homens não recebem a notícia com alegria, ao contrário disso, a notícia pode ser recebida com receios e preocupações. Outra questão de conflito para o homem refere-se à preocupação excessiva com as responsabilidades, tanto com sua esposa, quanto com o novo integrante da família, fazendo com que o mesmo se coloque em último plano, deixando de se preocupar com suas necessidades; além disso, ambos, pai e mãe, dedicam-se integralmente ao bebê, o que pode resultar na falta de afeto da esposa para com o marido (BRITO; OLIVEIRA, 2006).

Alguns homens ao receberem a notícia da gravidez sentem-se satisfeitos, pois foram capazes de fecundar uma mulher e se reafirmam machos, reprodutores e viris, ou seja, tendo o reconhecimento de poder e honra (FREITAS *et al.* 2007). Mas, juntamente a esse sentimento, é possível que venha acompanhado a sensação de não ter fecundado a mulher no momento correto. Outra questão levantada por Freitas *et al.* (2007) se refere à distância; pois alguns pais não puderam estar presentes no momento da gravidez e por ocasiões importantes da vida, não estão presentes no dia-a-dia do bebê; fazendo com os mesmos não se sintam “tão pais” de seus filhos. Além disso, com todos os conflitos resultantes das mudanças, a mulher sofre alterações que impactam na vida do parceiro, em uma visão mais tradicional o homem tem a responsabilidade de suprir as necessidades financeiras da família (FREITAS *et al.* 2007), fatores estes que possivelmente, resultam em tensões, na fase gravídico-puerperal vivenciada pelo homem. A demanda paterna, de fato é menor que a demanda materna no período gestacional/puerperal; porém esse período também acarreta para o pai uma série de processos

psicológicos, que trazem influências desde a relação conjugal até o vínculo que será estabelecido entre pai e filho (BORNHOLDT *et al.*, 2007).

No que se refere ao casamento, para Maldonado (1988), a gravidez pode levar o casal a um maior aprofundamento no relacionamento, porém, por outro lado, é possível que nesse período seja rompida essa estrutura. Com as transformações, a mulher pode acabar por excluir o marido de sua vida, com isso, o homem sente intenso ciúme do bebê, da mesma forma que sentiu dos irmãos mais novos, resultando numa ameaça ao casamento.

Por muitas vezes, a troca de papéis traz à luz conflitos de relacionamento que estavam esquecidos; o homem, ao transacionar do papel de parceiro para pai, pode querer ser melhor que seu próprio pai ou pode sentir-se incapaz de entrar nessa competição; além disso, pode ver o filho como um irmão mais novo, entrando numa rivalidade em busca do afeto da mulher (MALDONADO, 1988). A maior necessidade de receber afeto e atenção nessa fase pode gerar um grande impacto na relação conjugal. Nela, existe a possibilidade de o homem sentir-se excessivamente solicitado pela parceira e, com isso, sente medo de ser explorado, se vier a ceder; o pai pode sentir também o medo de deixar a parceira “mimada”, ao mesmo tempo em que está sendo privado de cuidados e atenção (MALDONADO, 1988).

Sobre a vida sexual do casal, nessa fase a mulher frequentemente apresenta-se menos disponível, pois as relações sexuais, geralmente reiniciam-se por volta de 30 dias após o parto. Nesse sentido é gerado no homem a sensação de ser menos importante ou de estar em segundo plano, podendo surgir ressentimentos em relação à mulher, por ver que coisas que antes eram feitas com frequência, diminuem ou deixam de existir (MALDONADO; NAHOUM *et al.*, 1990).

Outro fator encontrado nessa fase, segundo Maldonado (1988), é a Síndrome de Couvade, que produz alguns sintomas como anorexia, dor de dente, náusea e vômitos, depressão, tensão, insônia, ansiedade e irritabilidade, sintomas esses comuns na mulher durante a gravidez, aparecem no homem e podem aumentar no decorrer da gravidez da mulher.

O homem, nessa fase pode assumir um papel protetor, compartilhando com sua parceira as tarefas em relação ao cuidado do bebê. Compartilha com ela todas as ansiedades e temores, assim também como as fantasias em relação ao novo integrante da família, elaborando dentro de si a sua relação com o bebê (MALDONADO, 1988); além disso, pode também sentir-se decepcionado com a parceira, por achar que ela não corresponde ao ideal de

“boa mãe”, por vê-la confusa, impaciente e até mesmo agressiva (MALDONADO; NAHOUM, *et al*, 1990).

Com o nascimento do bebê, a divisão de tarefas que anteriormente era discutida e planejada, passa a acontecer de forma mais concreta, resultando em novos sentimentos em ambos os cônjuges. Nessa fase, o homem pode responsabilizar-se pelos cuidados com a criança, assim também, como nos cuidados com a casa, dividindo, dessa forma, as tarefas domésticas com a parceira; além disso, o pai torna-se referência para o desenvolvimento e estruturação da criança, sendo de extrema importância a concordância dos cônjuges entre as medidas adotadas, para que se inicie a construção de uma ideia de identidade (PRATI; KOLLER, 2011).

Algumas famílias podem passar com muito sofrimento por esse período, tendo dificuldades para encontrar uma nova forma de relação saudável (PRATI; KOLLER, 2011). Porém, essas dificuldades podem ser vencidas através da adaptação às novidades e do de exercícios de flexibilidade da família (SOARES; COLOSSI, 2016). Torna-se necessário a construção de um espaço interno e comunicacional, que possibilite tanto ao pai quanto à mãe, a discussão dessa prática que se encontra em frequente transformação (PRATI; KOLLER, 2011). Pois a dinâmica do casal adquire impactos com efeitos muito profundos, podendo produzir na vida emocional tanto do homem como na da mulher, um colorido diferente, nessa fase, (MALDONADO; NAHOUM, *et al*, 1990).

3 MÉTODO

O método utilizado foi o estudo de caso que, segundo Gil (2002), representa uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biométricas e sociais. O estudo de caso é um estudo profundo e exaustivo de um ou mais objetos, onde possibilita um amplo e detalhado conhecimento do objeto estudado (GIL, 2002). Para Chizzotti (2003), no estudo de caso são coletados e registrados dados de um caso específico ou de diversos casos, no intuito de organizar-se um relatório ordenado e crítico acerca de uma experiência.

3.1 TIPO DE PESQUISA

O estudo de caso foi realizado sob uma abordagem qualitativa, que procura percepções e entendimentos acerca do tema escolhido, possibilitando uma interpretação do conteúdo

pesquisado (GODOY, 1995). Para tal, foram entrevistados três pais, com idades entre 35 e 42 anos, residentes na cidade de Taubaté, sendo utilizado o método Amostragem em Bola de Neve, que, de acordo com Vinuto (2014), constitui-se como uma forma de amostra não probabilística, utilizando-se de cadeias de referência. Portanto, através da Amostragem em Bola de Neve, os três pais submeterem-se às entrevistas estruturadas, havendo uma relação fixa de perguntas, em que sua ordem e redação permanece a mesma para todos os entrevistados, sendo a lista de perguntas chamada de questionário ou formulário (GIL, 1995).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 PARTICIPANTES

Quadro 1 – Apresentação dos dados sociodemográficos dos pais

	PARTICIPANTE 1	PARTICIPANTE 2	PARTICIPANTE 3
IDADE	35 anos	38 anos	42 anos
ESTADO CIVIL	Casado	Casado	Casado
TEMPO DE UNIÃO	Treze anos	Quinze anos	Quatorze anos
COM QUEM MORA	Esposa e filhos	Esposa e filhos	Esposa e filha
FILHOS	Dois	Dois	Uma
PROFISSÃO	Pintor	Designer Gráfico	Monitor de Célula Volkswagen
RENDA MENSAL	R\$ 3.000,00	R\$ 2.500,00	R\$ 5.800,00

FONTE: Dados obtidos em formulário preenchido após as entrevistas.

4.2 CATEGORIAS DE ANÁLISE

CATEGORIA 1 – PERCEPÇÃO DO PAI SOBRE A GESTAÇÃO E CHEGADA DO BEBÊ

Quadro 2 – Percepção do pai sobre a gestação e a chegada do bebê

Categoria 1 - Percepção do pai sobre a gestação e chegada do bebê	
Subcategoria 1.1 - Sentimentos com a notícia da gestação	
Pai 01	Surpresa
	Peso da responsabilidade por não ter sido planejado
Pai 02	Felicidade

Pai 03	Choro de Alegria
	Recebeu um presente
Subcategoria 1.2 - Preparação e Expectativa	
Pai 01	Acompanhou tudo de perto
	Ansiedade
Pai 02	Preocupação
	Tranquilidade na primeira gravidez
	Preocupação na segunda gravidez
Pai 03	Preocupação financeira
	Preocupação em ser um influenciador para a filha
	Querer agregar na vida da filha

FONTE: Análise de conteúdo realizada pela pesquisadora

Subcategoria 1.1 – Sentimentos com a notícia da gestação

Pai 01

“Do primeiro filho foi surpresa, por ser o primeiro e por não estar esperando, mas foi muito bom; do segundo, que foi depois de três anos, foi surpresa também, mas acho que foi um pouquinho mais pesado, por não estar esperando, o peso da responsabilidade né, lógico, e por ter “tido” “sido” surpresa né, por não estar esperando, por não ter sido planejado.”

Pai 02

“É, no caso do primeiro filho, do E., foi uma surpresa, mas já era meio que esperado, a gente já tinha...já tava com dois anos de casado então já era mais ou menos esperado. A da S. que é mais recente, a T. não queria muito, porque já tem uma distância grande entre os dois, só que pelo outro lado eu queria muito, então quando eu recebi a notícia eu fiquei muito feliz, foi instantânea, a gente já mais ou menos que sabia, mas mesmo já sabendo, o fato dela falar que tava grávida, é muito bom, eu fiquei muito feliz.”

Pai 03

“Bom, pra mim foi uma surpresa tremenda, porque a gente não, apesar de querer a gente não estava esperando. A gente estava fazendo uns exames pra saber se tava tudo certo, ela

tinha começado a parar de tomar remédio, então a gente tem um tempo de uma limpeza no organismo né. Então, ela quando ficou sabendo, ela não acreditou. Cinco vezes, ela falou que abriu o exame e foi no dia 17 de agosto e o aniversário dela é dia 19, aí quando foi no dia 19 que ela fez um bolinho lá, aí me entregaram um presente, ué mas o aniversário era dela, aí quando me entregaram o presente eu abri e tinha uma cartinha com tudo lá. Era o cartãozinho dizendo que ela ia chegar. Aí eu chorei, me derreti, saiu as pernas, é, foi realmente um presente que eu recebi naquele dia lá.” (Pai 03)

Subcategoria 1.2 – Preparação e Expectativa

Pai 01

“Ah a preparação foi normal, acompanhando tudo de perto, ééé, na ansiedade pra ver se “tava” tudo bem, se tinha algum problema, acompanhando tudo com muita preocupação, mas tipo assim, ansioso pra chegada né, ansioso pra acabar logo o período de gravidez.”

Pai 02

“Do E. eu tava trabalhando num serviço fichado, então eu tavatranquilo, eu tava sossegado porque eu tinha uma renda boa, tinha plano de saúde, tinha é...não cesta básica, ééé...ajuda, é, assim de alimentação, essas coisas, então eu tavatranquilo, tava bem estável; ela também trabalhava na época, então tavatranquilo, não me preocupei tanto nessa época, nessa primeira. Só que depois de onze anos eu sendo autônomo, ela já dona de casa, fazendo algumas coisinhas ou outra, já foi mais preocupante, só que aí a gente vê que, como Deus prepara as coisas tudo certo, tudo no seu momento certo, então foi caminhando normalmente. Aparecerem mais serviços, eu consegui me estabilizar, consegui fazer as coisas, não com muito programação que nem foi do E., foram mais, meio que em cima da hora, só que correu tudo bem, então, a gente ganhou também algumas coisas, foi bem legal, bastante gente ajudou, então deu pra se preparar legal. Não fiquei tão preocupado assim, eu pensei que fosse passar um aperto maior, mas graças a Deus ta “rolando” normal. Então, não to preocupado não.”

“Foi bem legal, porque quando eu tive o primeiro filho, quando eu tive o E. eu trabalhava em São Paulo, então eu não acompanhei a gestação dela, o tempo que eu tava aqui eu

passava pouco tempo, e por ser novo de casamento, ser imaturo, por não ter uma experiência assim, eu...foi bem conturbado, totalmente diferente da S., que já foi, a gente já veio com uma experiência, então tipo assim, eu cuidei mais dela, pude cuidar mais dela, dar mais ajuda, pude estar mais a disposição dela nos momentos que ela precisava, numa dor, sei lá, a ajuda dentro de casa, então foi...a gente mudou bastante, foi bem diferente de uma gestação pra outra.

Pai 03

“Na verdade, a minha preocupação maior do bebê não era só financeira, eu sei que a parte financeira é muito importante, é, Deus me deu condição de ter um emprego, que eu acho que é um emprego muito bom, mas eu acho que a minha maior preocupação é como eu posso ser um influenciador, como eu posso ser uma pessoa que possa agregar na vida da minha filha, desde o zero ano até o resto da vida. A minha preocupação é, não só de nenenzinho, mas por tudo, eu quero ser realmente o melhor arco para a flechinha de presente que Deus me deu.”

Ao receberem a notícia da gravidez, os pais participantes relataram tanto sentimentos positivos, como alguns negativos. Dentre estes, destacaram-se como positivos felicidade, surpresa, e choro de alegria, já como sentimento negativo, destacou-se o peso da responsabilidade por não estar na espera de um bebê naquele momento. Diversos sentimentos são gerados nessa fase, Maldonado *et al.* (1990), afirmam que é possível ocorrer uma ambivalência de sentimentos, pois juntamente com a alegria é frequente o sentimento de temor.

Sobre a preparação e expectativa, surge a necessidade de um rearranjo familiar, sendo necessária uma estruturação de espaço para a chegada do bebê (PRATI; KOLLER, 2011). Além disso, Maldonado *et al.* (1990), afirmam que alguns pais podem sentir-se alheios ao bebê durante a gravidez, pelo fato de não estarem presentes nesse momento.

Outro fator presente nos relatos acima, se apresenta na preparação financeira, pois nessa fase o homem adquire para si a responsabilidade de suprir as necessidades financeiras da família (FREITAS *et al.*, 2007), neste período os gastos e despesas aumentam com a chegada de um novo integrante na família. Além dos gastos atuais, o homem preocupa-se com o futuro de sua família, e conseqüentemente com o futuro do bebê, incluindo a formação

acadêmica do filho(a), assim também como com viagens de férias, moradia alimentação, entre outros; portanto, se o pai está em uma fase financeira estabilizada a preocupação seria menor, porém se o mesmo encontra-se em uma fase de dificuldades financeiras as preocupações e tensões se fazem maiores, conforme relatos do Pai 02.

CATEGORIA 2 - DESAFIO NA TRANSIÇÃO DOS PAPÉIS

Quadro 3 – Desafio na transição dos papéis

Categoria 2 - Desafios na transição dos papéis	
Subcategoria 2.1 - Impactos Positivos	
Pai 01	Ter uma criança em casa
	Acompanhar o crescimento
Pai 02	Completo o que faltava
	Conversas em família
	Tempo em família
	Comunicação
Pai 03	Ajuda dentro de casa
	Experiência totalmente fascinante
	Crescimento
Subcategoria 2.2 - Impactos Negativos	
Pai 01	Responsabilidade como um peso
	Preocupação Financeira
	Correria
	Mulher pensa mais no bebê que no marido
Pai 02	Perda do sono
	Não ter hora para dormir
Pai 03	Preocupação com o bebê
	Saber lidar com as tensões

FONTE: Análise de conteúdo realizada pela pesquisadora

Subcategoria 2.1 – Impactos Positivos

Pai 01

“Positivo, positivo é a sensação de ter uma criança dentro de casa, de, ah a alegria né, é, a felicidade de ter uma criança dentro de casa, acompanhar o crescimento, o desenvolvimento, a parte de descoberta deles, é muito legal isso daí.”

Pai 02

“Foi uma sensação de que completou o que tava...parecia que faltava alguma coisa, ainda mais sendo menina, então a gente já tem um menino, com a chegada dela parece que completou ali a casa, fechou uma família mesmo, e “pô”, positivo é tudo, tudo muda, é tudo, sei lá, voltado pra ela ,ééé, nossa, é uma experiência indescritível, é complicado falar porque tudo mudo, parece que, antes, eu não sei é diferenciar o antes e o depois. É, se eu tivesse sem ela hoje, então ééé, é tudo positivo, pra mim tudo mudou. É, a conversa com a gente, dentro de casa, é, as nossas atitudes, os nossos tempos em família, tudo, o jeito de falar, o jeito de ajudar dentro de casa um com outro, então acabou mudando tudo, ela só trouxe coisas boas assim, uniu mais nós três.”

Pai 03

“Bom, com a chegada do bebê muda tudo, sua vida vira de cabeça pra baixo. O impacto positivo que eu tive é que ser pai é uma experiência totalmente fascinante. Eu sei que todo dia, não tem um dia que eu fale pra você que passou batido, todo dia eu to aprendendo com a Z. Eu acho que eu cresci como ser humano, eu cresci realmente como pai de família, e eu cada vez mais com a Z. presente eu tenho percebido o quanto é importante e qual é realmente o papel de sacerdote na vida da família.”

Subcategoria 2.2 – Impactos Negativos

Pai 01

“Os negativos é, não que é negativo, mas a responsabilidade eu acho que é um peso, isso faz com que a gente se preocupe mais, em termos financeiros, é, a correria, que é muito corrido, e também a parte da mulher né, que a mulher fica mais sensível, fica mais, pensa mais no bebê e menos no homem né.”

Pai 02

“A gente perdeu um pouquinho de sono, fora isso (risos), graças a Deus não teve nenhum. As noites ficaram um pouquinho mais curtas, mas por pouco período também, pouco tempo, mas fora isso graças a Deus não tem mais nada não, só positivo.”

Pai 03

“Bom, impacto negativo, a gente fala impacto negativo, mas é como você é acostumado a ter uma hora pra dormir ou dorme a hora que quer, a parte mais difícil é essa, que você não tem hora pra dormir, você tá sempre atento, e aquela sensação que você tem, que eu acho até que é normal, que é de, se o seu bebê tá chorando e você não sabe o que é, e você não consegue fazer ela parar de chorar, as vezes é uma dorzinha, pode ser a dor mais simples que for, mas você fica tão tenso, fica tão preocupado que você acaba ficando perdido, você fica ligado no 220. Eu não diria que seria um impacto tão negativo, mas é uma coisa que você é necessário saber lidar com isso pra que isso não transforme é, essa tensão toda em uma coisa que, em arrependimento, nunca em arrependimento.”

Os três pais entrevistados, destacaram impactos positivos e negativos com a chegada do bebê, dentre os impactos negativos destacam-se a responsabilidade e a preocupação financeira (Pai 02), de acordo com Freitas *et al.* (2007), o homem responsabiliza-se por suprir as necessidades financeiras da família, responsabilidade esta que aumenta com a chegada de mais um integrante na família, podendo esta preocupação estender-se ao futuro do bebê.

Brito e Oliveira (2006) apontam que a preocupação excessiva com as responsabilidades ocasionadas nessa fase traz conflitos ao homem, fazendo com que muitas das vezes ele se coloque em último plano. Menezes (2001) afirma que a parentalidade é considerada uma das maiores transformações que acontecem no sistema familiar, sendo este momento de extrema delicadeza, pois envolve diversos fatores internos e externos da vida da mulher e do homem, sendo assim, impactos positivos e negativos podem ocorrer, trazendo ao homem a alegria de ter uma criança em casa e ver o seu crescimento (Pai 01), aumentando o diálogo e a união da família, assim também como um sentimento de completude (Pai 02), e em contrapartida resulta em mais responsabilidade, horas de sono perdidas e tensões que terão de ser administradas (Pai 03), conforme as falas transcritas acima.

CATEGORIA 3 – RELAÇÃO COM A ESPOSA

Quadro 4 – Relação com a esposa

Categoria 3 - Relação com a Esposa	
Pai 01	Lado afetivo
	A mulher não liga para o marido
	O pai se sente “fora da caixa”
Pai 02	Pude dar mais atenção a ela
	Cresceram como casal

	Uniram-se mais
	Conversam mais
Pai 03	Prova o amor quando nasce a criança
	Sente-se excluído ou esquecido
	Tem que ser o suporte da esposa e da filha
	Tem que estar preparado para não se frustrar

FONTE: Análise de conteúdo realizada pela pesquisadora

Pai 01

... e também a parte da mulher né, que a mulher fica mais sensível, fica mais, pensa mais no bebê e menos no homem né.”

“É uma parte meio delicada, porque, as vezes a gente acha que é um esquema de, que é uma fase fácil, tipo, ah a criança ta crescendo, você taacompanhando, você ta...mas tem um lado afetivo também que fica mais...tipo, a mulher não liga muito pro homem, é só mais o bebê. No primeiro foi mais “de boa”, a segundo é mais difícil, porque daí são dois, tipo, você tem que dar atenção pro mais velho, tem que dar atenção pro mais novo, e não tem a atenção, parece, da mão, porque daí a mãe fica mais sobrecarregada por ser a mais, é, cobijada dos dois né, os dois “qué” mais a atenção da mãe do que do pai as vezes, e isso é muito difícil, porque daí o pai se sente fora “da” “da” “da” caixa, eu pelo menos me sinto assim as vezes, então mas é, é fase né, eu acredito que passe, assim como passou da primeira vez. É um pouco mais difícil por ser dois agora, mas como eles vão crescendo, eu acho que vai, vai melhorando isso daí”.

Pai 02

“...A gente como casal cresceu bastante, se uniu bastante também, a gente conversa mais, ta mais junto. O fato de estar trabalhando próximo me ajuda bastante. Foi isso.”

Pai 03

“A relação com a esposa eu digo pra você que é, eu digo como pai, como homem, eu acho que você realmente prova o amor quando nasce a criança, porque a mulher tem uma transformação total na vida, é uma entrega muito grande, na qual você pode se sentir talvez excluído ou então esquecido, se você não tiver preparado e saber que essa fase vai chegar e você vai ter que passar por isso, que vai ter vezes que a vez é a da criança, que ela vai dar atenção pra criança, e que você tem que ajudar, então você acaba ficando, você tem que

saber que você é o suporte das duas, não só da sua filha, mas da sua esposa também. Então se você não tiver preparado pra isso, você se frustra. Mas é, eu aprendendo, ainda estou nessa caminhada de cada vez mais, é, Deus ta pedindo cada vez mais, pra demonstrar que eu amo realmente a minha esposa, por tudo o que a gente passa, por toda dificuldade, por toda tensão, stress bobo que seja, o mais simples, mas é cada hora que você fala, você fala assim: puxa, eu amo em palavras e provo em atitudes que eu amo, e hoje foi um exemplo, se a gente ama a Deus, você ama o seu próximo e ama a sua esposa.”

Com a chegada do novo membro da família, diversas novidades na vida do casal podem acontecer, ambos podem sentir-se mais unidos e fortalecidos como casal (Pai 01), porém o oposto também pode ocorrer; sobre a relação com a esposa, o homem também passa por diversas transformações, ao mesmo passo que a união entre eles pode aumentar, assim também como o diálogo e a cumplicidade (Pai 02), é possível também que a distância entre ambos ocorra (Pai 01).

Nessa fase, as transformações ocasionadas com a gravidez e a chegada do bebê, podem fazer com que a mulher exclua o marido de sua vida, produzindo no homem o sentimento de ciúme do bebê; além disso, ele pode sentir-se incapaz de competir com o bebê, ou enxergar o bebê como um irmão mais novo, entrando numa rivalidade no intuito de obter o afeto de sua mulher (MALDONADO, 1988).

Outra transformação bastante presente na vida do casal, está relacionada a vida sexual, pois nesse período a mulher frequentemente apresenta-se menos disponível, resultando no homem, uma sensação de estar em segundo plano na vida da mulher, sendo possível gerar no mesmo, ressentimentos em relação à sua mulher (MALDONADO et al., 1990). Desta forma, nessa fase o amor que o homem sente pela mulher é de fato posto a prova (Pai 03), pois com a total entrega da mãe ao bebê, se o homem não estiver preparado e ter em mente que essa fase pode passar, ele pode por muitas vezes sentir-se excluído ou então esquecido (Pai 03).

CATEGORIA 4 – ENFRENTENDO AS MUDANÇAS

Quadro 5 – Sentimento frente às mudanças

Categoria 4 – Sentimento frente às mudanças	
Pai 01	Sensação de alegria, felicidade
	Sentimento de perda
	Sente-se distante
	Mudança na rotina
Pai 02	Atenção voltada para a bebê

	Não percebe grandes mudanças
Pai 03	Vive experiências novas todos os dias
	Vive todas as fases
	Quer ser melhor para si e para a esposa e filha

FONTE: Análise de conteúdo realizada pela pesquisadora

Pai 01

“Como eu me senti? Ai é difícil explicar, porque é uma sensação de alegria, uma sensação de felicidade, por eles estarem chegando, mas ao mesmo tempo, é uma sensação de perda, tipo do...com a esposa, tipo, a intimidade com a esposa fica um pouco mais distante, e isso é muito ruim, eu acho que tipo, a atenção também, e também o período de desenvolvimento da criança, a gente fica meio, não chega a ser um, “um” “um” “um”...não sei te explicar como que fala, mas é tipo assim, é tipo assim você se sente distante, então aquela mudança assim, de primeiro era só os dois, então tipo, tinha uma conversa, um diálogo só de dois, então agora, a partir de agora com o nascimento dos dois, é tipo assim, é um negócio mais distante, eu acho que isso é uma das conseqüências, a distância do homem e da mulher, então se não tomar cuidado, você vai se distanciando cada vez mais, acho que esse que é, se eu entendi a pergunta, é isso mesmo né.”

Pai 02

“É difícil...o que muda um pouco é a rotina, porque é voltada toda pra ela, toda pra S. por enquanto, porque ela é neném, então tipo assim, a gente acaba voltando. Mas graças a Deus ela vem, não teve alterações radicais assim, porque que nem eu tava falando antes, ela vem, tipo, pra complementar, então quando complementa não parece que mudou, parece que você já ta naquela rotina já faz um tempo, então tudo se encaixa, os horários se encaixam, agora ela ta dormindo no mesmo horário que a gente dorme, ela acorda pra mamar mas é coisa de neném, ela acorda o mesmo horário que a T. acorda, então não tem...não mudou, eu não vejo mudanças, assim, entendeu, na rotina, é como se...como eu falei, como se ela tivesse já com a gente há bastante tempo, não tivesse chegado agora, que a gente fez...se encaixou na nossa rotina, ela veio só pra acrescentar alguma coisa que tava faltando ali, então graças a Deus não vi alteração nenhuma na rotina (risos).”

Pai 03

“Puxa, foi, é um percurso bem grande, e eu me sinto, como se diz assim, é, não sendo repetitivo, mas você nunca, eu tive a preocupação de ler, sobre respeitos, sobre a maternidade na parte da mulher, o pai como que é. Mas é um caso totalmente diferente, eu acho que você vive todo dia uma nova experiência, você agrega muito valor ouvindo as pessoas, lendo literatura, mas a sua convivência diária é a sua experiência, então essa é quase que um DNA, é como se fosse uma identidade só sua, que Deus reservou só pra você, pra sua filha e pra sua esposa. Então eu acho que vale muito a pena, e cada fase eu tento não acelerar e nem deixar atrasar, eu vivo essa fase, se hoje é a fase do chorinho na madrugada, a gente vai ficar no chorinho de madrugada; hoje é a fase de passar a mão na barriga e cantar musiquinha pra ela, eu vou passar a mão na barriga e cantar musiquinha pra ela, não porque eu li, mas porque eu sinto vontade, eu quero, eu gosto, eu me entrego, e eu quero que seja...é como diz na primeira pergunta, eu quero ser o melhor, não só pra mim, mas pra elas também.”

Toda mudança traz consigo a necessidade de uma nova organização e reajuste, no que se refere ao sistema familiar, Soares e Colossi (2016), destacam que transitar do estágio da conjugalidade para o estágio da parentalidade resulta em uma carga de estresse na organização familiar, fazendo com que crises sejam geradas. Portanto, o homem, conforme descrito nas falas acima, passa por um misto de sensações e adquire para si uma carga de responsabilidade com todos os fatores existentes. Ele se sente feliz pela chegada do bebê e distante da esposa pela total atenção que ela dá ao bebê (Pai 01); a mudança de rotina existe, porém pode ser enfrentada como uma consequência da completude com a chegada do bebê (Pai 02), além disso pode ser encarada como um longo percurso repleto de novas experiências (Pai 03). Gabriel *et al.* (2011), dizem que nessa fase o homem pode viver novas transformações, significados e responsabilidades, porém este também é um momento de reavaliação de seus valores, desta forma, o homem adquire para si o desejo de ser o melhor para si e para sua família (Pai 03).

Sendo assim, todas as mudanças e dificuldades ocasionadas podem ser vencidas por meio da adaptação e do exercício de flexibilidade da família (SOARES; COLOSSI (2016). Portanto, impactos profundos são gerados na vida do casal nessa fase, podendo resultar em um colorido diferente na vida emocional do casal (MALDONADO *et al.*, 1990).

Ao se tornar pai, o homem pode viver um momento cheio de novas transformações, significados e responsabilidades, porém, este também pode ser um momento de reavaliação de seus valores (Pai 03).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo avaliar e compreender a experiência do homem quando passa pela transição do estágio da conjugalidade para o estágio da parentalidade. Para alcançar tal objetivo foram realizadas entrevistas com três homens que passaram por esse momento em suas vidas. No que se refere à notícia da gestação, os pais entrevistados relataram uma ambivalência de sentimentos e expectativas, como alegrias, surpresas e até mesmo comparando a ocasião como um grande presente, porém também relataram preocupações com as responsabilidades advindas de tal acontecimento. Neste sentido, os relatos dos pais entrevistados vão ao encontro da teoria abordada na pesquisa, em que as transformações ocorridas nessa fase requerem uma reorganização no ciclo familiar e na relação dos pais do bebê.

Neste novo ciclo, com as alegrias e preocupações, impactos positivos e negativos são gerados. Ao mencionar a relação do homem e da mulher, os pais entrevistados relataram diversas mudanças com a chegada do bebê, dentre elas, o aumento na união do casal, o aumento do diálogo e a chance de estar mais próximo da esposa. Os entrevistados apresentavam uma visão dessa fase como uma prova de amor, assim também como a necessidade de estar preparado para não se sentir excluído, esquecido ou até mesmo sentir-se frustrado.

Fica evidente que o homem, assim como a mulher, precisa de suporte, apoio e atenção, sendo este o foco da pesquisa, ou seja, evidenciar e contribuir para uma maior compreensão desse momento, assim também como uma maior compreensão do tema ao universo acadêmico e científico.

REFERÊNCIAS

- BERTHOUD, C. M. E. **“Re-significando a parentalidade” Os desafios de ser pais na atualidade.** Taubaté/SP: Cabral Editora Universitária, 2003.
- BORNHOLDT, E.A; WAGNER, A; STAUDT, A. C. P. A Vivência da Gravidez do Primeiro Filho à Luz da Perspectiva Paterna. **Psic. Clín.** Rio de Janeiro, vol. 19, n.1, p. 75-92, 2007.
- BRITO, R. S.; OLIVEIRA, E. M. F. Aleitamento materno: mudanças ocorridas na vida conjugal do pai. **Rev Gaúcha Enferm**, Porto Alegre (RS), v. 27, n. 2, p. 193-202, 2006.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** 6. Ed.São Paulo: Cortez, 2003.
- FREITAS, W. M. F. F; COELHO E. A. C. C; et. AL. Sentir-se pai: a vivência masculina sob o olhar do gênero. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 137-145, jan, 2007.
- GABRIEL, M. R; DIAS, A. C. G. Percepções Sobre a Paternidade: descrevendo a Si Mesmo e o Próprio Pai como Pai. **Estudos de Psicologia**, v. 16, n. 3, p. 253-261, 2011.
- GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** São Paulo: Editora Atlas S.A, 2002.
- GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa tipos fundamentais: **Revista de Administração de Empresas.** São Paulo, v.35, n.3, p. 20-29. Mai/Jun, 1995.
- MALDONADO, M. T. P. **Psicologia da Gravidez.** RJ: Editora Vozes Ltda. 1988.
- MALDONADO, M. T. P; NAHOUM, J. C; DICKSTEIN, J. **Nós Estamos Grávidos.** RJ: Bloch Ed. 1990.
- MENEZES, C. C. **A relação conjugal na transição para a parentalidade: Da gestação ao segundo ano de vida do bebê.** 2001. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do rio Grande do Sul, 2001.
- PRATI, L. E; KOLLER S. H. Relacionamento Conjugal e Transição para a Coparentalidade: Perspectiva da Psicologia Positiva. **Psic. Clín.**, Rio de Janeiro, Vol. 23, n.1, p.103-118, 2011.
- SOARES, B; COLOSSI, P. M. Transições no Ciclo de Vida Familiar: A Perspectiva Paterna Frente ao Processo de Transição para a Parentalidade. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n.48, p. 253-276, jul/dez. 2016.
- STAUDT, A. C. P; WAGNER, A. Paternidade em Tempos de Mudança. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 10, n. 1, p. 174-185, 2008.
- VINUTO, J. A Amostragem em Bola de Neve na Pesquisa Qualitativa: Um Debate em Aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 213-220, ago/dez. 2014.

CARREIRA FEMININA: CONCILIANDO A VIDA PROFISSIONAL COM A VIDA FAMILIAR NAS DIFERENTES FASES DO CICLO VITAL

Adriana Leônidas de Oliveira
Mariana Tudan Xavier da Rocha

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo buscou identificar como a mulher concilia o papel de mulher trabalhadora e mulher mãe/esposa, e como ela lida com o problema do conflito trabalho-família. O mercado de trabalho tem mudado bastante desde a revolução industrial. A mulher cada vez mais está entrando no mercado de trabalho, e consolidando uma carreira. Porém, muitos obstáculos e diferenças, quando compara-se com a carreira masculina, ainda cruzam o caminho da carreira da mulher. A emancipação feminina cruza com o desejo da maternidade, e não é possível pensar na vida profissional e na vida pessoal de uma pessoa de forma dicotômica.

O foco de interesse deste trabalho é verificar se a mulher tem conseguido conciliar a vida profissional (carreira) com a vida pessoal, e como é feita tal conciliação em cada fase do ciclo vital. A partir do resultado obtido, pode-se criar estratégias nas empresas para auxiliar a mulher nessa dupla jornada, fazendo-a se sentir mais valorizada, e assim, mais motivada. Deve-se considerar as dificuldades e os fatores facilitadores encontrados pela mulher em cada fase do ciclo vital (aquisição, adolescente, madura e última) para entender algumas atitudes da mulher dentro da empresa e dentro da família, buscando auxiliá-la para que seu trabalho seja melhor desenvolvido, e sua vida familiar se desenvolva de forma saudável.

Nas próximas seções será apresentada uma breve contextualização teórica sobre os temas família e ciclo vital, carreira e carreira feminina, para posteriormente ser explicado o método da pesquisa de campo e os resultados alcançados e discutidos à luz da teoria.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 FAMÍLIA E CICLO VITAL

A família é tida como um sistema dentro do qual pessoas vivem no mesmo espaço físico e mantém relações significativas; essas relações significativas estão diretamente relacionadas às relações de interdependência entre os vários subsistemas da família. A família é o primeiro grupo de contato de uma pessoa, e é no meio dela que ocorrem as primeiras

aprendizagens do indivíduo. A família passa por ciclos durante a vida, e Cerveny (2010) diz, em relação a esse ciclo vital, que ele possui etapas, desenvolvimento, movimento e crescimento.

Cerveny criou a teoria do Ciclo Vital da Família em 1997, na qual apresenta quatro fases: Fase de Aquisição, Fase Adolescente, Fase Madura e Fase Última. Tais fases englobam todos os arranjos familiares, tais como as famílias tradicionais, as famílias monoparentais, os casais sem filhos, as famílias com filhos adotivos, as famílias homoafetivas, entre outras.

A fase de aquisição segue o seguinte critério: tempo de união de 0 a 10 anos e/ou filho mais velho com idade semelhante. Essa fase foi assim denominada pelo fato da aquisição, de modo geral, se constituir no eixo propulsor fase, como aquisição de casa, carro, filhos, entre outros. De acordo com Berthoud (2002a), esta fase é composta por três fenômenos principais:

1. Unindo-se: quando se dá a origem da família. É composto por subcategorias como: conquistando, vivendo o processo de união, preparando, adaptando-se e vivendo um recasamento
2. Construindo a vida a dois: é o momento em que a família está sendo construída, envolvendo negociações, adaptações e novos sentimentos. É composto por subcategorias como: vivendo um tempo de adaptação, iniciando a família, relacionando-se e vivendo sem filhos
3. Vivendo a parentalidade: a vinda do primeiro filho e a vida com filhos pequenos, iniciando-se com o desejo e a decisão de ter filhos até a tríade que forma a família, acontecendo, assim, o nascimento emocional e biológico do bebê, mesmo que haja uma gravidez inesperada. É uma fase quando se descobrem novos sentimentos, aproxima o casal com as novidades e os desafios vividos por eles.

A fase adolescente, tem como critério o tempo de união de 11 a 20 anos e/ou filho mais velho com idade semelhante, e é marcada por profundas transformações evolutivas em todos os membros da família. Para Berthoud (2002b) a fase adolescente passa por dois processos fundamentais:

1. Reajustando as lentes: reconfigurando as relações pais/filhos: Processo de reorganização de papéis e funções no sistema familiar. Tem como subcategorias:

construindo a família adolescente, sentindo-se decepcionado, adotando estratégias, vivendo a transição, “não mais cuidador” e recasamento.

2. Vivendo um novo ritmo na vida em família: refere-se às novas configurações familiares e demandas diante de filhos adolescentes. Possui como subcategorias: conciliando a vida profissional, filhos crescendo, voltando-se para os filhos, papel da mulher e relacionamento do casal.

A fase madura é considerada a fase mais duradoura do ciclo vital. Os pais estão na meia idade, divididos entre os filhos, agora jovens adultos, e sua geração mais velha necessitando de mais cuidados, tanto físicos como financeiros, emocionais e sociais. Segundo Oliveira e Cerveny (2002), existem quatro fenômenos nesta fase:

1. Remodelando as relações: está relacionado à transformação na dinâmica da relação parental e conjugal desta fase. Possui como subcategorias: construindo uma parceria e ressignificando a relação.
2. Adaptando-se às mudanças: acomodando a estrutura e funcionamento da família: tem-se um ajustamento à nova realidade estrutural da família. Possui como subcategorias: despedindo-se e dando boas-vindas, repensando papéis e relações hierárquicas e consolidando valores da família.
3. Enfrentando desafios: suas subcategorias são: assumindo e transpondo obstáculos.
4. Olhando para o futuro: está ligado aos planos e às expectativas com relação ao futuro. Suas subcategorias são: buscando qualidade de vida, buscando expansão e esperando colher frutos, que expressa o desejo de poder ver no futuro o resultado do esforço dedicado a família até aqui.

A fase última também é marcada por renegociações e reorganizações de estrutura e papéis, diante da entrada de novos membros, do envelhecimento e da saída de membros. Nesta fase tem-se o envelhecimento, que é marcado por perdas, perda da autonomia, perda dos amigos, perda de entes queridos. Os fenômenos desta fase, descritos por Coelho (2002) são:

1. Fazendo Retrospectiva: antigos valores e modelos de casal e família são revistos para buscar-se uma compreensão para o fechamento do ciclo. Possui como subcategorias: até que a morte nos separe, acompanhando os filhos e crescendo profissionalmente.

2. Vivendo o Presente: possui como subcategorias: exercendo a parentalidade, como pais estendidos, ou seja, analisa como esses pais cuidam dos filhos indiretamente através dos netos, e como se relacionam com noras e genros; e exercendo a função de casal, que no caso dos não viúvos é fazer um balanço de uma vida compartilhada e poder sentir o privilégio de terem caminhado por tanto tempo juntos.
3. Fechando o Ciclo: É o encontro do idoso consigo mesmo. Possui como subcategorias: ficando por perto, perdendo e ressignificando papéis, invertendo a parentalidade e esperando o futuro.

2.2 CARREIRA

Carreira é um termo comumente utilizado, que possui diversos significados, porém, é complexo defini-lo.

A carreira nas organizações tem sido tradicionalmente associada à ocupação e à profissão, como um caminho a ser trilhado profissionalmente, e que possibilita progresso em posições ao longo do tempo. A perspectiva tradicional de carreira na sociedade capitalista está associada ao sucesso e à ascensão social (TOLFO, 2002).

De acordo com Schein (1995 *apud* TOLFO, 2002), a carreira é um fator muito relevante para o futuro, pois como existem mudanças constantes e de forma veloz no mundo, é necessário que o trabalhador tenha maior flexibilidade e maiores relações interpessoais. Segundo o autor, a globalização e as novas tecnologias reduzem os limites das organizações, dos empregos e dos papéis exercidos pelos profissionais, o que gera ansiedade nos trabalhadores.

Segundo London e Stumph (1982 *apud* DUTRA, 1996), para se planejar a carreira é preciso levar em consideração três fatores fundamentais, que guiarão a escolha.

- 1- Autoavaliação: avaliar suas características pessoais, suas qualidades, seus interesses e potencial, por exemplo.
- 2- Estabelecimento de objetivos de carreira: tendo em vista sua autoavaliação e sabendo as oportunidades disponíveis, deve-se identificar os objetivos de carreira e elaborar um plano realista.
- 3- Implementação do plano de carreira: realizar cursos para capacitação, e ter acesso às experiências profissionais necessárias para competir com os demais, e assim iniciar a carreira

Portanto, carreira deve ser pensada como um caminho que está em constante construção, no tempo e no espaço, tanto pelas pessoas quanto pelas organizações (VAN MAANEM, 1997 *apud* DUTRA, 1996). Além disso, ela reflete necessidades, desejos, expectativas, associados às experiências profissionais e de vida das pessoas (HALL, 1976 *apud* DUTRA, 1996).

2.3 CARREIRA FEMININA

Com a Primeira Guerra Mundial, as mulheres foram obrigadas a sair de casa para trabalhar fora, pois, os homens foram para guerra, porém as empresas continuaram a produção. Portanto, as mulheres deixaram os afazeres domésticos e foram trabalhar na produção das indústrias, por falta de mão de obra masculina. Segundo Thébaud (1991), no pós-guerra, como muitos homens voltaram machucados e/ou inabilitados para trabalhar, as mulheres continuaram nas indústrias. Com isso, a mulher passa a ter um papel de maior importância dentro da sociedade, porém ainda com muitos preconceitos e restrições. Mas isso lhes permitiu acesso ao ensino superior para que estivesse qualificada ao trabalho, podendo assim se inserir no mercado de trabalho e conquistar novas posições, antes destinadas somente a homens.

De acordo com Freitas (2012), elas começam a se emancipar, porém sem melhoras nas condições de vida, pois as mulheres embora exercendo a mesma função, recebiam um salário bem menor. Com o aumento de mulheres trabalhando, foram surgindo leis dedicadas a elas, como em relação à gestação, que permite que as empresas realizem uma substituição temporária da mulher gestante e lactante por dado período, sem grandes ônus financeiros. A mulher, com o passar dos anos, vem ganhando espaços no mercado de trabalho, permitindo-se alcançar altos cargos e estabelecendo-se como liderança nas mais diversas organizações, principalmente a partir dos anos 2000. Percebe-se um grande avanço na luta da mulher em relação à inserção no mercado de trabalho.

Tradicionalmente, as mulheres foram consideradas responsáveis pela manutenção dos relacionamentos familiares, e por todos os cuidados, por seus maridos, filhos, pais, e por qualquer outro membro da família que necessitasse de cuidados. Ainda existem muitas mulheres que assumem esse papel, porém, atualmente, cada vez mais mulheres jovens unem-se à força de trabalho. Atualmente, cada vez mais as mulheres adiam o casamento e filhos, e

se firmam em suas carreiras, e a ideia do provedor único no casamento já não é mais forte (CARTER; McGOLDRICK,1995).

Como expõem Pinto e Amazonas (2006), a mulher passou a se apropriar de sua nova condição e, através dos movimentos feministas, passou a questionar tudo o que lhe era imposto para ser reconhecida como mulher. O movimento feminista foi muito importante, principalmente porque possibilitou às mulheres um novo lugar social, além de uma nova identidade.

Continuam os autores a expor, que agora, mesmo a mulher cuidando da casa, responde de forma autônoma por si mesma, atua e se impõe na sociedade, e é merecedora de respeito e reconhecimento.

Segundo Pinto e Amazonas (2006), isso tudo, porém, não significa uma igualdade entre os sexos, pois ainda hoje, muitos dos antigos preconceitos ainda perduram.

3 MÉTODO

3.1 TIPO DE PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa de campo, quantitativa, qualitativa e exploratória. O método quantitativo possui medidas sistemáticas, e que seguem um padrão para facilitar a análise estatística dos dados obtidos por meio da pesquisa (NASCIMENTO; SOUSA, 2015) com forma de aplicação mais rápida. Na pesquisa qualitativa, o processo de pesquisa é indutivo, e considera a singularidade do indivíduo e a subjetividade do fenômeno (NASCIMENTO; SOUSA, 2015).

Além disso, é uma pesquisa exploratória, e de acordo com Gil (1992), tem o intuito de facilitar a relação do pesquisador com o problema de pesquisa, possibilitando a construção de uma hipótese mais clara.

3.2 ÁREA DE REALIZAÇÃO

A presente pesquisa foi realizada em cidades do Vale do Paraíba e Litoral Norte do estado de São Paulo

3.3 INSTRUMENTOS

Os instrumentos utilizados nesta pesquisa foram desenvolvidos por Maria Eugênia Toledo Jacusso de Moraes, orientada pela professora Doutora Adriana Leônidas de Oliveira, CRP 06/41548-8 (MORAES, 2010)

Na primeira etapa da pesquisa foram utilizados: um questionário sociodemográfico e um questionário com quatorze questões sobre como a mulher lida com questões familiares e profissionais. Nesta primeira etapa os questionários foram respondidos via internet ou pessoalmente. Obteve-se um total de 120 questionários respondidos.

Na segunda etapa da pesquisa foi realizada uma entrevista semiestruturada, com uma mulher de cada fase do ciclo vital.

3.4 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população deste estudo foram mulheres, de classe média, inseridas no mercado de trabalho, com ou sem ensino superior, das quatro fases do ciclo vital, consideradas a partir das seguintes características: fase de aquisição (tempo de união de 0 a 10 anos e/ou filho mais velho com idade semelhante), adolescente (tempo de união de 11 a 20 anos e/ou filho mais velho com idade semelhante), madura (tempo de união de 21 a 35 anos e/ou filho mais velho com idade semelhante), e fase última (tempo de união acima de 35 anos e/ou filho mais velho com idade semelhante). Essas características para definição da fase do ciclo vital da família são apontadas por Cerveny (1995).

3.5 PROCEDIMENTO PARA COLETA DE DADOS

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade de Taubaté. Na primeira etapa do estudo foram aplicados trinta questionários em mulheres de classe média, que residem em cidades do Vale do Paraíba ou Litoral Norte do estado de São Paulo, de cada fase do ciclo vital. Os questionários foram disponibilizados via internet, e também puderam ser preenchidos pessoalmente. Na segunda etapa do estudo, uma mulher de cada fase do ciclo vital que participou da primeira etapa foi convidada para realizar uma entrevista semiestruturada. Nas duas etapas as participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual autorizam que seus dados sejam usados para fins de pesquisa acadêmica.

3.6 PROCEDIMENTO PARA ANÁLISE DE DADOS

Na primeira etapa foram feitas tabulações e uma análise estatística e percentual dos resultados obtidos. Na segunda etapa foi realizada uma análise qualitativa do conteúdo obtido por meio das entrevistas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção será iniciada com a apresentação da caracterização da amostra estudada. Em seguida, os resultados obtidos na etapa quantitativa da pesquisa serão apresentados por gráficos com os dados gerais, e por tabelas com os dados comparativos das diferentes fases do ciclo vital (aquisição, adolescente, madura e última).

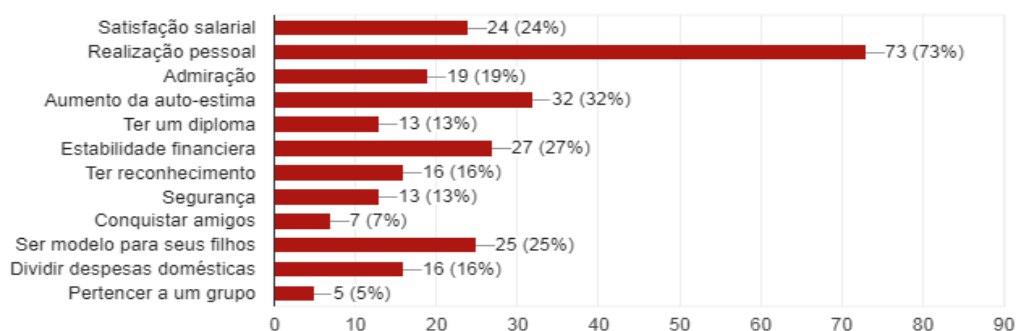
Os dados obtidos nas entrevistas, na fase qualitativa da pesquisa, serão apresentados concomitantemente aos dados quantitativos, de forma a ampliar a compreensão do fenômeno em estudo.

A amostra foi composta por mulheres de diferentes idades: entre 20 e 30 anos totalizaram 13 mulheres (13%); de 31 a 40 anos um total de 36 mulheres (36%); de 41 a 50 anos totalizaram 24 mulheres (24%); de 51 a 60 anos teve um total de 20 mulheres (20%); e com mais de 60 anos foram 7 mulheres (7%). Obteve-se um total de 34 mulheres da fase de aquisição, 27 mulheres da fase adolescente, 29 mulheres da fase madura, e 10 mulheres da fase última. As participantes têm no mínimo ensino médio completo, e a maioria possui ensino superior completo. A fase de aquisição é a que possui o maior número de mulheres com ensino superior e pós-graduação. Em relação ao estado civil, 75% da amostra é casada, 16% é divorciada, 7% solteira, e apenas 2% é viúva. Em relação a filhos, 88% da amostra possuem filhos, e apenas 12% não possuem filhos. A maioria das mulheres possuem 2 filhos, apenas 1 mulher tem 4 filhos, e nenhuma tem mais de 4 filhos.

Em relação às principais conquistas obtidas durante a carreira (Gráfico 1), as mulheres associaram a palavras positivas como, realização pessoal (73%), aumento da autoestima (32%), estabilidade financeira (27%), e ser modelo para os filhos (25%). Nesta questão as mulheres poderiam escolher até três alternativas. Pode-se perceber, observando a Tabela 1, que em todas as fases as mulheres da amostra falaram que a principal conquista foi realização pessoal: 24,444% da fase de aquisição, 22,368% da fase adolescente, 33,766 da fase madura, e 29,629% da fase última. Além disso, no Quadro 1, observa-se as respostas de cada uma das participantes das entrevistadas de cada fase do ciclo vital referente a isto. Analisando tais respostas pode-se relacionar com o que diz Touraine (2007), que a mulher atualmente tem se afirmado positivamente como mulheres, e não como vítimas do machismo ainda existente na

sociedade, e o principal objetivo das mulheres é a construção de si mesmas. Com isso observa-se o aumento da autoestima, o ganho de reconhecimento e satisfação em relação a si e sua carreira

Gráfico 1- Principais conquistas da carreira



Fonte: Dados da pesquisa de campo

Tabela 1 - Principais conquistas da carreira

	FASE DE AQUISIÇÃO	FASE ADOLESCENTE	FASE MADURA	FASE ÚLTIMA
Satisfação salarial	10%	6,578%	10,389%	7,407%
Realização pessoal	24,444%	22,368%	33,766%	29,629%
Admiração	5,555%	6,578%	11,688%	0%
Aumento da auto-estima	13,333%	9,210%	9,090%	22,222%
Ter um diploma	5,555%	6,578%	1,298%	7,407%
Estabilidade financeira	5,555%	17,105%	10,389%	3,703%
Ter reconhecimento	8,888%	6,578%	2,597%	3,703%
Segurança	4,444%	5,263%	5,194%	3,703%
Conquistar amigos	4,444%	2,631%	0%	3,703%
Ser modelo para os filhos	4,444%	10,526%	10,389%	18,518%
Dividir despesas domésticas	12,222%	2,631%	3,896%	0%
Pertencer a um grupo	1,111%	3,947%	1,298%	0%

Total | 90 respostas | 76 respostas | 77 respostas | 27 respostas
 Fonte: Dados da pesquisa de campo

Quadro 1 –Conquistas da carreira

Quais foram as conquistas de cada etapa?	
Fase de Aquisição	“Eu estou muito satisfeita com o meu desempenho, então acho que minha maior conquista foi satisfação. Depois que comecei a trabalhar me senti mais livre, aumentou até a minha autoestima.”
Fase Adolescente	“O aprendizado, depois a experiência.”
Fase Madura	“Acho que satisfação pessoal, profissional e até mesmo em relação ao salário.”
Fase Última	“Em cada etapa da minha vida o que foi melhor foi ver o desenvolvimento dos meus filhos. Fui ganhando amigos, mas também perdendo outros, ganhei muito dinheiro numa época, porém, quando decidi abrir meu restaurante, minha sócia me roubou e aí fui parar no fundo do poço. Mas o que posso falar que conquistei, foi reconhecimento e conhecimento em relação aos outros, ao mundo e a mim mesma.”

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Em relação às dificuldades encontradas pelas mulheres durante a carreira, pode-se notar que as mulheres da fase de aquisição encontram maiores dificuldades na inserção no mercado de trabalho (17%), ao conciliar os afazeres domésticos e profissionais (17%), e devido ao excesso de responsabilidade (17%). 17% das mulheres da fase adolescente, e 12% das mulheres que se encontram na fase madura relataram que a maior dificuldade é o excesso de responsabilidade. Nestas duas fases (adolescente e madura), a mulher está com a carreira numa fase mais avançada, que exige maior maturidade profissional, acarretando no excesso de responsabilidade. Os dados desta pesquisa concretizam o que afirma Dutra (1996), pois nesta fase o trabalho e a carreira ocupam um grande espaço na vida da pessoa, e isso pode gerar conflitos com outros interesses. Ainda segundo Dutra (1996), é também nesta fase que ocorre uma grande pressão para a atualização de conhecimentos. Acontece também a aceitação de maiores responsabilidades, muitas vezes assumindo responsabilidade de terceiros.

Por fim, na fase última, a maioria das mulheres também classificou o excesso de responsabilidade como principal dificuldade (6%) (Tabela 2). Analisando a parte qualitativa da pesquisa, observa-se no Quadro 2 as respostas das entrevistas das participantes referente às dificuldades encontradas ao longo da carreira e como essas foram superadas.

Tabela 2 – Principais dificuldades encontradas em sua carreira

	FASE DE AQUISIÇÃO			FASE ADOLESCENTE			FASE MADURA			FASE ÚLTIMA		
	muito	pouco	nenhum	muito	pouco	nenhum	muito	pouco	nenhum	muito	Pouco	nenhum
Me inserindo no mercado de trabalho	17%	8%	9%	6%	12%	9%	6%	8%	15%	2%	3%	5%
Fazer uma especialização/aprimoramento	14%	12%	8%	4%	15%	8%	7%	10%	12%	4%	4%	2%
Conciliar os afazeres domésticos e profissionais	17%	12%	5%	13%	10%	4%	9%	11%	9%	5%	1%	4%
Arranjar pessoas/ locais que cuidem de seu(s) filho(s) com segurança	11%	11%	12%	9%	7%	11%	5%	9%	15%	4%	0%	6%
Problema de saúde	4%	13%	17%	2%	9%	16%	5%	8%	16%	2%	5%	3%
Falta de apoio do cônjuge	3%	11%	20%	3%	7%	17%	2%	5%	22%	5%	0%	5%
Excesso de responsabilidade	17%	11%	6%	17%	6%	4%	12%	7%	10%	6%	1%	3%
Dupla jornada de trabalho	16%	8%	10%	15%	7%	5%	11%	7%	11%	4%	0%	6%
Estar estagnada	8%	11%	15%	2%	8%	17%	3%	10%	16%	3%	6%	1%
Relacionamento com colegas de trabalho	4%	9%	21%	2%	14%	11%	4%	10%	15%	2%	4%	4%
Perda de autonomia	2%	13%	19%	0%	11%	16%	2%	9%	18%	4%	3%	3%
Falta de tempo para lazer	12%	8%	14%	12%	9%	6%	3%	16%	10%	5%	4%	1%
Problemas financeiros	12%	15%	7%	15%	8%	4%	5%	14%	10%	5%	3%	2%
Falta de apoio da empresa	10%	8%	16%	8%	6%	13%	5%	9%	15%	3%	2%	5%
Ter que deixar o trabalho/ Aposentar-se	3%	6%	25%	1%	6%	20%	3%	7%	19%	2%	3%	5%

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Quadro 2 – Dificuldades ao longo da carreira e superação

Quais foram as dificuldades que você encontrou para chegar nesta posição? E como foram superadas?	
Fase de Aquisição	<p>“Nossa, nesse mundo tem muita gente querendo “puxar nosso tapete”, então acho que a maior dificuldade que tive foi em me relacionar com as pessoas certas, além de não ter com quem deixar minha filha e precisar coloca-la na escola muito pequena.”</p> <p>“Acho que a gente aprende a lidar com as pessoas, até mesmo com aquelas mal caráter, o tempo nos ensina. No início era difícil pra mim, mas hoje acho que me saio bem, com bom humor as coisas parecem que se resolvem mais fácil.”</p>
Fase Adolescente	<p>“Encontrei dificuldade em fazer o meu nome.”</p> <p>“Não olhando para elas.”</p>
Fase Madura	<p>“Preconceito por ser mulher e falta de apoio do marido, até por isso me divorciei.”</p> <p>“Na questão do preconceito eu mostrei que sabia fazer, mostrei serviço, hoje todos gostam de mim, eu soube me impor. Com o meu marido, como eu já disse me divorciei devido à falta de apoio.”</p>
Fase Última	<p>“Dificuldades? Todas! Marido folgado, pai machista, mãe submissa, sociedade machista, falta de apoio, tudo isso me deu até depressão, mas isso naquela época era tratado como frescura.”</p> <p>“Eu consegui superar com força de vontade, porque sou uma mulher determinada e precisava sustentar meus filhos.”</p>

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Comparando as respostas das participantes com o resultado dos questionários, pode-se dizer que em todas as fases as respostas das entrevistas estão semelhantes ao resultado da

análise dos questionários. O fator principal que dificulta a carreira é não ter com quem deixar os filhos, se inserir no mercado de trabalho, falta de apoio, e dificuldade de relacionamentos interpessoais.

Em relação aos aspectos facilitadores encontrados pelas participantes durante a carreira (Tabela 3), pode-se perceber que na fase de aquisição, na fase adolescente, e na fase madura, o principal facilitador é a determinação com 35% da amostra, Na fase última 9% citou determinação e outros 9% citou buscar soluções. No Quadro 3 pode-se observar as respostas das participantes para entrevista em relação aos aspectos que as auxiliaram ao longo de suas carreiras. Pode-se observar que as respostas das entrevistas, e o resultado da análise dos questionários estão de acordo, e o principal fator que as auxiliaram durante a carreira são fatores internos seguidos de apoio de familiares.

Tabela 3 – Aspectos facilitadores durante a carreira

	FASE DE AQUISIÇÃO			FASE ADOLESCENTE			FASE MADURA			FASE ÚLTIMA		
	mu i t o	pou co	nen hum	muit o	pouco	nenhum	muito	pouco	nenhum	muito	pouco	Nenhu m
Ajuda do marido	19 %	10 %	5%	16%	5%	6%	16%	8%	5%	2%	4%	4%
Ajuda dos filhos	7%	7%	20%	12%	12%	3%	12%	10%	7%	3%	6%	1%
Ajuda dos pais	17 %	9%	8%	15%	6%	6%	13%	4%	13%	3%	5%	2%
Dividir tarefas domésticas com cônjuge	13 %	12 %	9%	8%	9%	10%	8%	12%	9%	1%	1%	8%
Ter locais de confiança para deixar o(s) filho(s)	16 %	4%	14%	12%	11%	4%	14%	7%	8%	6%	4%	0%
Bons cursos de formação	19 %	15 %	0%	12%	13%	2%	18%	11%	0%	5%	4%	1%
Determinação	31 %	3%	0%	25%	1%	1%	25%	4%	1%	9%	1%	0%
Agilidade/Rapidez	18 %	15 %	1%	20%	5%	2%	21%	4%	5%	8%	1%	1%
Buscar soluções	25 %	8%	1%	19%	7%	1%	20%	7%	2%	9%	1%	0%
Dinamismo	26 %	8%	0%	20%	6%	1%	21%	6%	2%	8%	2%	0%
Bons relacionamentos interpessoais	25 %	9%	0%	19%	4%	4%	19%	6%	4%	8%	2%	0%

Apoio da empresa | 8% | 14% | 12% | 10% | 7% | 11% | 8% | 6% | 15% | 1% | 7% | 2%

Fonte: Dados da pesquisa de campo

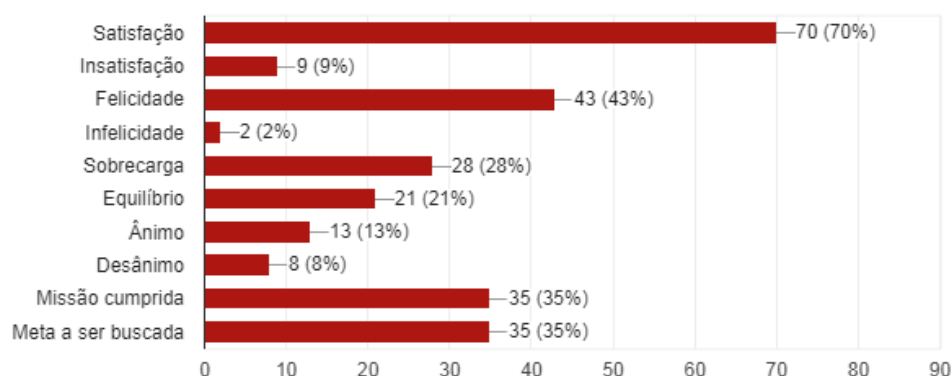
Quadro 3 – Aspectos facilitadores ao longo da carreira

Quais foram os aspectos facilitadores para chegar nesta posição?	
Fase de Aquisição	“Força de vontade e determinação. Mas o principal é o estudo, porque sem estudo não adianta ter força de vontade e determinação.”
Fase Adolescente	“Força de vontade, ajuda do meu marido e dos meus pais.”
Fase Madura	“Força de vontade e determinação. Mas o principal é o estudo, porque sem estudo não adianta ter força de vontade e determinação.”
Fase Última	“Facilitadores? O que me ajudou? (Risos) Só meus filhos, porque eles me moviam. O resto só atrapalhou, mas quando eu separei do meu marido também ajudou, me senti melhor, livre e feliz. Hoje eu me amo. Ah, estudar! Sim, estudar me ajudou muito, sem estudo a vida é muito mais difícil.”

Fonte: Dados da pesquisa de campo

É possível perceber que as mulheres associam as suas carreiras aos sentimentos bons, como satisfação (70%), felicidade (43%), missão cumprida (35%), e meta a ser buscada (35%). Sentimentos considerados ruins aparecem em uma porcentagem inferior, como infelicidade (2%), desânimo (8%), e insatisfação (9%), conforme ilustra o Gráfico 2. Aqui elas podiam escolher até três alternativas. Observando a divisão por fases do ciclo vital (Tabela 4), 7,777% das mulheres da fase de aquisição falaram de meta a ser buscada, 23,376% da fase adolescente relacionaram com satisfação, 35,294 da fase madura também relacionaram à satisfação, e na fase última 28,571% da amostra relacionou sentimentos em relação à carreira com missão cumprida. Esses dados estão de acordo com o que Coelho (2002) diz, pois a fase última é marcada por encerramento de ciclos, e é o momento de fazer uma retrospectiva. Portanto sentimentos de missão cumprida, como mostrou a pesquisa, estão diretamente relacionados com esta fase.

Gráfico 2 – Sentimentos em relação à carreira



Fonte: Dados da pesquisa de campo

Tabela 4 - Sentimentos em relação à carreira

	FASE DE AQUISIÇÃO	FASE ADOLESCENTE	FASE MADURA	FASE ÚLTIMA
Satisfação	24,444%	23,376%	35,294%	25%
Insatisfação	4,444%	2,597%	2,941%	3,571%
Felicidade	14,444%	16,883%	19,117%	10,714%
Infelicidade	1,111%	1,298%	0%	0%
Sobrecarga	5,555%	12,987%	10,294%	21,428%
Equilíbrio	7,777%	11,688%	4,411%	7,142%
Ânimo	6,666%	5,194%	4,411%	0%
Desânimo	3,333%	3,896%	1,470%	3,571%
Missão cumprida	4,444%	14,285%	16,176%	28,571%
Meta a ser buscada	27,777%	7,792%	5,882%	0%
Total	90 respostas	77 respostas	68 respostas	28 respostas

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Referente às expectativas para a carreira (Tabela 5), as mulheres da amostra citaram: fase de aquisição, 13,978% conseguir conciliar a vida profissional e a vida familiar, e 13,978% fazer uma pós graduação/investir na formação profissional. O primeiro item está de acordo com Cerveny (1997), que diz que nesta fase passa-se pelo processo de adquirir bens, e o segundo item tem relação com os três fenômenos principais desta fase estabelecidos por Berthoud (2002a): unindo-se, construindo a vida a dois, e vivendo a parentalidade.

Na fase adolescente 18,181% da amostra citou investir na formação, educação e sustento dos filhos. Fase madura 20,779% citou planejar para a aposentadoria, e na fase última 40% citou aposentar. Nesta questão poderia escolher até três alternativas. De acordo com Silva, Alves e Coelho (1997), um aspecto marcante da fase última é a aposentadoria, e isso pode ser observado no resultado desta pesquisa.

Tabela 5 – Expectativas nesta etapa da vida

	FASE DE AQUISIÇÃO	FASE ADOLESCENTE	FASE MADURA	FASE ÚLTIMA
Conseguir conciliar vida profissional com a vida familiar	13,987%	16,883%	2,597%	10%
Conseguir desenvolvimento na carreira	11,828%	6,493%	1,298%	0%
Fazer uma pós graduação/Investir na formação profissional	13,978%	9,090%	9,090%	0%
Conseguir maior apoio de meu cônjuge	1,075%	2,597%	1,298%	0%
Conseguir maior apoio de meus familiares	0%	0%	0%	20,799%
Me planejar para a aposentadoria	5,376%	7,792%	20,779%	15%
Dividir com colegas o conhecimento que adquiri em minha carreira	3,225%	2,597%	6,493%	0%
Aprender outra língua	5,376%	1,298%	7,792%	0%
Alcançar um cargo de liderança	2,150%	1,298%	0%	0%
Ter um bom salário	11,828%	11,688%	7,792%	10%
Subir de cargo	2,150%	0%	0%	0%
Ter reconhecimento	4,301%	6,493%	6,493%	10%
Alcançar realização profissional	8,602%	1,298%	1,298%	5%
Adquirir independência financeira	3,225%	3,896%	5,194%	5%
Garantir o sustento e adquirir bens para o futuro	6,45%	7,79%	9,09%	0%
Investir na formação, educação e sustento dos filhos	6,45%	18,18%	11,69%	5%
Me aposentar	0%	2,60%	9,09%	40%
Total	93 respostas	77 respostas	77 respostas	20 respostas

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Em relação aos papéis que a mulher assume na família (poderia escolher quantas alternativas quisesse), pode-se perceber que na fase de aquisição os principais papéis desempenhados pela mulher são: contribuir com o sustento econômico da família (19,672%),

e cuidar da organização da casa. Na fase adolescente o principal papel da mulher no contexto familiar é cuidar da organização da casa (20,512%). Na fase madura 18,348% das mulheres disseram que assumem o papel de cuidar da organização da casa, e também 18,348% falam que desempenham o papel de dar suporte emocional à família. Na fase madura 23,076% da amostra assume o papel de dar suporte emocional à família, como ilustra a Tabela 6.

Tabela 6 - Papéis que assume dentro do contexto familiar nessa etapa de vida

	FASE DE AQUISIÇÃO	FASE ADOLESCENTE	FASE MADURA	FASE ÚLTIMA
Ser responsável pelo sustento econômico da família	4,918%	5,982%	8,256%	7,692%
Contribuir com o sustento econômico da família	19,672%	17,948%	14,678%	15,384%
Cuidar da organização da casa	19,672%	20,512%	18,348%	20,512%
Responsável pela educação dos filhos	16,393%	14,529%	14,678%	5,128%
Dar suporte emocional à família	15,573%	13,675%	18,348%	23,076%
Gerir a família	8,196%	9,401%	10,091%	5,128%
Ditar e fazer cumprirem as regras familiares	8,196%	7,692%	7,339%	7,692%
Cumprir e fazer cumprirem as regras familiares	7,377%	10,256%	8,256%	15,384%
Total	122 respostas	117 respostas	109 respostas	39 respostas

Fonte: Dados da pesquisa de campo

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo principal caracterizar como se desenvolve a carreira feminina, e averiguar como a mulher consegue conciliar a vida profissional e a vida familiar em cada fase do ciclo vital. Após as entrevistas e os questionários respondidos pelas participantes (34 da fase de aquisição, 27 da fase adolescente, 29 da fase madura e 10 da fase última), pode-se afirmar que este objetivo foi atingido.

Em relação às dificuldades encontradas em cada fase do ciclo vital, pode se concluir que: na fase de aquisição as principais dificuldades citadas pelas participantes foram se inserir no mercado de trabalho, conciliar os afazeres domésticos e profissionais, e o excesso de

responsabilidade. Na fase adolescente, as maiores dificuldades apontadas foram excesso de responsabilidade, dupla jornada de trabalho, e problemas financeira. Na fase madura as principais dificuldades encontradas durante a carreira foram excesso de responsabilidade, dupla jornada de trabalho, e conciliar os afazeres domésticos e profissionais. Por fim, na fase última, as principais dificuldades são excesso de responsabilidade, conciliar os afazeres domésticos e profissionais, falta de apoio do cônjuge, falta de tempo para lazer, e problemas financeiros. Assim, a conciliação de fazeres domésticos e vida profissional foi um desafio presente em todas as fases.

Quanto aos aspectos facilitadores, notou-se que em todas as fases do ciclo vital os principais aspectos são fatores intrínsecos, como determinação e dinamismo. Fatores extrínsecos como boa formação, apoio do cônjuge e bons relacionamentos interpessoais, aparecem posteriormente.

Quando se analisa as conquistas de cada fase, obteve-se como resultado nas quatro fases do ciclo vital a realização pessoal, seguida da alta autoestima na fase de aquisição, estabilidade financeira na fase adolescente, admiração na fase madura, e também aumento da autoestima na fase última.

Referente aos sentimentos das mulheres direcionados à carreira, pode-se concluir que em todas as fases apareceram predominantemente sentimentos positivos. Na fase de aquisição apareceram sentimentos como meta a ser buscada e satisfação; na fase adolescente, e na fase madura apareceram também satisfação, além de felicidade. Já na fase última os sentimentos direcionados à carreira são de missão cumprida e satisfação. Sobre as expectativas das participantes, na fase de aquisição as mulheres desejam conseguir conciliar vida profissional com a vida familiar, e conseguir desenvolvimento na carreira. Na fase adolescente desejam investir na formação, educação e sustento dos filhos, e conseguir conciliar vida profissional com a vida familiar. Na fase madura obteve-se como resultado o desejo de se planejar para a aposentadoria, e investir na formação, educação, e sustento dos filhos. E na fase última apareceram desejo de se aposentar, e conseguir maior apoio de familiares.

Os papéis que a mulher assume no contexto familiar variam de acordo com as fases. Na fase de aquisição e na fase adolescente os principais papéis assumidos pelas mulheres são: contribuir com o sustento econômico da família e cuidar da organização da casa. Na fase madura e na fase última são: cuidar da organização da casa e dar suporte emocional à família.

Na tentativa de conciliar a vida familiar e a vida profissional as mulheres encontram dificuldades, mas apesar de ser uma tarefa árdua, pode-se concluir que com determinação e auxílio da rede de apoio fica mais fácil realizar essa conciliação.

REFERÊNCIA

- BERTHOUD, C. M. E. Visitando a Fase de Aquisição. In: CERVENY, C.M.O.;
- BERTHOUD, C. M. E. (Orgs). **Visitando a Família ao Longo do Ciclo Vital**. 2. Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002a.
- BERTHOUD, C. M. E. Visitando a Fase Adolescente. In: CERVENY, C.M.O.;
- BERTHOUD, C. M. E. (Orgs). **Visitando a Família ao Longo do Ciclo Vital**. 2. Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002b.
- CARTER, B.; MCGOLDRICK, M, **As mudanças no ciclo de vida familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas , 1995.
- CERVENY, C.A.O; BERTHOUD, C.M.E. **Família e ciclo vital: nossa realidade em pesquisa**. São Paulo: Casa do Psicólogo,1997.
- _____. (Orgs). **Família e ciclo vital: nossa realidade em pesquisa**. 2. Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.
- COELHO, M. R. V. P. Visitando a Fase de Aquisição. In: **Visitando a Família ao Longo do Ciclo Vital**. CERVENY, C.M.O.; BERTHOUD, C. M. E. (Org). 2. Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- DUTRA, J.S. **Administração de carreira: uma proposta para repensar a gestão de pessoas**. São Paulo: Atlas,1996
- FREITAS, M. E.; DANTAS, M. **Diversidade sexual e trabalho**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1992
- MORAES, M. E. T. J. **A carreira feminina ao longo do ciclo vital da família**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). UNITAU, Universidade de Taubaté, 2010.
- NASCIMENTO, F. B.; SOUSA, F. L. L. **Metodologia da pesquisa científica: teoria e prática**. 1 ed. Editora Thesaurus, 2015
- OLIVEIRA, A. L.; CERVENY, C. M. O. Visitando a fase madura. In: CERVENY, C.M.O.; BERTHOUD, C. M. E. (Org). **Visitando a Família ao Longo do Ciclo Vital**. 2. Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- PINTO, V.C; AMAZONAS, M. C. L. A. Ser Mulher. In: AMAZONAS, M. C. L. A; LIMA, A.O; DIAS, C. M. S. B. **Mulher e Família: Diversos Dizeres**. São Paulo: Oficina do livro, 2006, p. 27-42.
- SILVA, J.L; ALVES, L.F; COELHO, M.R.M. A família em fase última. In: **Família e Ciclo Vital: nossa realidade em pesquisa**. CERVENY, C.M.O; BERTHOUD, C.M.E. (ORG). São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997, p.122-132.

THÉBAUD, F. A grande guerra: o triunfo da divisão sexual. In.: DUBY, G.; M. PERROT (orgs.). **História das mulheres no ocidente**. São Paulo: Afrontamento, 1991, p.31-93.

TOLFO, Suzana da Rosa. A carreira profissional e seus movimentos: revendo conceitos e formas de gestão em tempos de mudanças. **Rev. Psicol.**, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 39-63, dez. 2002. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572002000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 abr. 2018.

TOURAINÉ, A. **O Mundo das mulheres**. Petrópolis: Vozes, 2007.

FAMÍLIA, ACEITAÇÃO E CRIANÇAS COM O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA NOS ÚLTIMOS 8 ANOS

Andreza Maria Neves Manfredini
Quéren Hapuque Lopes Dos Santos

1 INTRODUÇÃO

A família tem um papel fundamental no processo de aceitação do diagnóstico do transtorno do espectro autista (TEA) na criança. Tanto os pais quanto os irmãos podem influenciar a desenvolver uma visão colaborativa e de respeito ao que concerne as demandas de uma pessoa com TEA, ao passo que, estas mesmas pessoas podem criar barreiras a partir de uma visão preconceituosa. Por meio das bases de dados científicas, tais como: Lilacs, Periódicos Capes, Microsoft Academic Search e HighBeam, Web of Science, Psycinfo, Pepsic, Medline, SCOPUS e DOAJ, esta pesquisa objetivou identificar aspectos da dinâmica familiar que favoreçam e dificultam tanto a aceitação do diagnóstico de TEA na criança quanto as influências dos pais e dos irmãos. Baseado no método bibliográfico, a coleta de dados procedeu-se com o uso das seguintes palavras chaves: Transtorno do Espectro Autista, Família e Irmãos. O tempo para coleta dos artigos foi delimitado nos últimos 8 anos (entre 2010 e 2018). A análise de dados baseou-se de acordo com as premissas da leitura exploratória, seletiva, analítica e interpretativa. Os resultados principais dizem respeito a resiliência dos pais que retrata numa predisposição de enfrentar as dificuldades que fazem parte do contexto de uma criança com TEA e a influência dos mesmos ser decisivo para uma melhor adaptação as demandas de uma criança com TEA. Contudo, as relações familiares podem estar suscetíveis a situação de vulnerabilidade quando um de seus filhos apresentar o diagnóstico do TEA, dado o desgaste emocional resultante da exposição, estresse, ansiedade, depressão, e instabilidade emocional, o que afeta a adesão ao tratamento da criança com TEA. Quanto a experiência dos irmãos no tratamento da criança com TEA, apresenta como uma extensão da dificuldade dos pais e sua afirmação de seu papel como cuidadores de seus irmãos e irmãs, o que reflete na dificuldade de entendimento e aceitação do irmão com TEA.

Nas próximas seções serão apresentadas uma contextualização teórica sobre a temática da família e do TEA, para posteriormente ser explicado o método da presente pesquisa, bem como os resultados principais alcançados e discutidos à luz da teoria sistêmica.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 FAMÍLIA

A família é tida como importante e o primeiro sistema de experiências para o homem, sendo que por meio dela o indivíduo vai desenvolver o sentido de pertencimento e o de ser diferenciado.

É na família que são formados os primeiros vínculos, ou seja, é nela que o indivíduo vai começar a desenvolver sua história individual e única, através dos laços que serão ensinados e estabelecidos (CERVENY e BERTHOUD, 1997).

Nas últimas décadas o conceito de família tem ampliado para um âmbito muito mais vasto, porque novas tendências e novas configurações familiares têm permitido novas concepções de família e da organização da vida dos seus membros. A família é, um espaço privilegiado para a elaboração e aprendizagens de dimensões significativas de interação e comunicação onde as emoções e afetos positivos ou negativos vão dando corpo ao sentimento de sermos quem somos e de pertencermos aquela e não a outra família. (RELVAS, 1996; ALARCÃO, 2006).

Na visão sistémica a família deve ser vista como um sistema que apoia uma estrutura hierárquica dos seus membros, constituída em subsistemas, ou seja, um sistema dentro de outros sistemas e ela própria contendo outros sistemas com regras que regulam o relacionamento entre os membros da família.

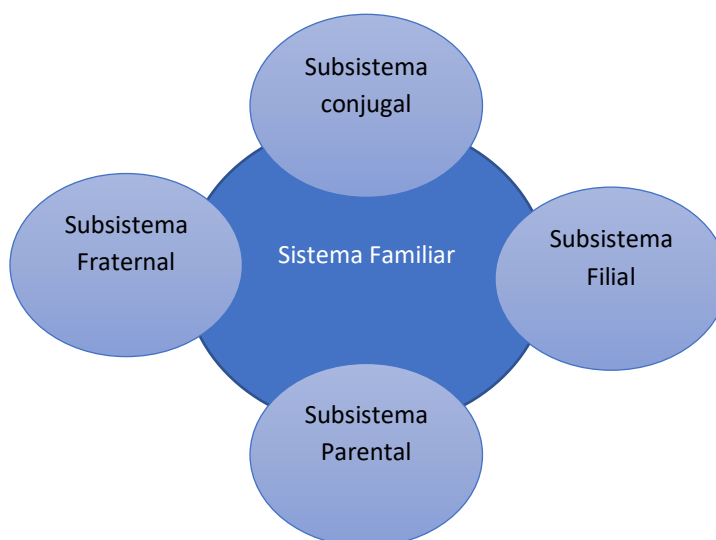


Figura 1 – Sistema Familiar e Subsistemas

Fonte: Os autores

Com isso, pode-se perceber que grandes modificações ocorreram nas últimas décadas e a visão tradicional de família tem refletido outros olhares, e outras concepções surgiram a partir do desenvolvimento da humanidade, como também os papéis de cada membro da unidade familiar, que refletem diretamente na dinâmica e singularidade de sua família. As relações existentes entre os membros da família possuem grande importância para sua funcionalidade, dinamismo e manutenção de representações afetuosas entre todos que a compõem.

2.2 FAMÍLIA E A CRIANÇA COM TEA

Os pais que tem filhos com TEA, em alguns casos, são os primeiros a verificar que algo diferente do padrão está acontecendo no desenvolvimento de seu filho. Nesse momento, inicia uma busca por auxílio profissional, o que pode gerar um clima de incertezas na família. No entanto, cabe salientar sobre a importância da forma como esse diagnóstico é transmitido aos pais das crianças com TEA. Assim que é avaliado por meio de um diagnóstico entre os profissionais da saúde, geralmente pediatra, psicólogo e neurologista, é importante comunicar aos pais os recursos úteis no tratamento, o que auxilia a família na sensação de que existe algo para se fazer de possível (SCHULMAN, 2002).

Os pais podem apresentar sentimentos negativos em vista da necessidade de buscar respostas, com isto, a fim de dar sentido para o que está acontecendo com seu filho, essas dificuldades enfrentadas podem gerar sentimentos confusos (SCHMIDT, 2013). Para esse autor, esses sentimentos estão associados as diferentes reações, entre eles enquadram-se: (i) negação, (ii) raiva, (iii) culpa, (iv) pensamento mágico, (v) início da aceitação e (vi) busca por soluções. Muitos pais, após o recebimento do diagnóstico do filho, buscam um culpado, choram e muitas vezes podem negar o transtorno. Alguns sentem dificuldades em interagir com o filho devido ao diagnóstico e, reclusos na sua dor, acabam perdendo o contato com a sociedade e voltando sua atenção para a família, evitando julgamentos e críticas externos a família (ARDORE, CORTEZ e REGEN, 2001).

2.3 IRMÃOS E A CRIANÇA COM TEA

A forma peculiar da pessoa com Transtorno do Espectro Autista, de se comportar, interfere nos relacionamentos intrafamiliares em geral e, em especial, com os irmãos. Estes,

pela proximidade etária, compartilham um único e importante relacionamento dentro da unidade familiar, o qual tem sido considerado como altamente relevante para o desenvolvimento de habilidades sociais na infância, já que um aprende constantemente com o outro em função do convívio social e familiar (GADIA et al., 2004, GOMES e BOSA, 2004; KAMINSKY&DEWEY, 2002; POWEL e OGLE,1992).

Reconhece-se então que os irmãos desempenham um papel importante na complexa história de como as pessoas se desenvolvem, assim como também nas relações entre irmãos de pessoas com o TEA. Os irmãos possuem um papel significativo para a melhora do transtorno, tendo em vista que o tratamento se estende ao contexto familiar, escolar e social, e não se restringe apenas ao consultório terapêutico ou médico.

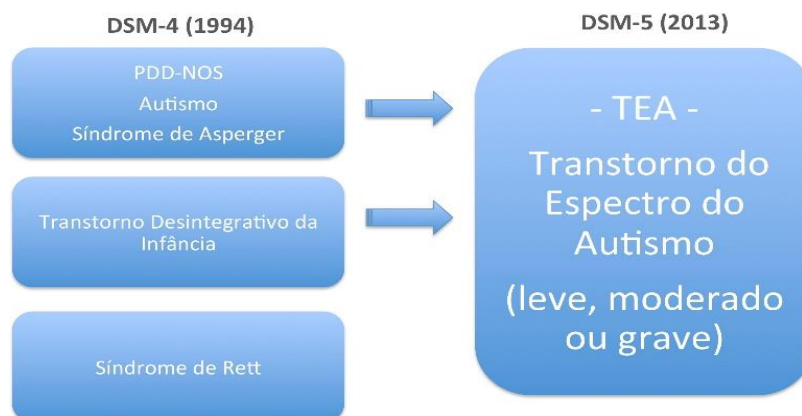
Diversos autores se debruçaram sobre a temática do TEA, para compreender suas causas e características, e justamente será apresentado na seção seguinte. Muitos estudos e pesquisas foram realizados, nas quais os conceitos e as definições sobre o transtorno foram debatidos durante décadas, tendo a terminologia do transtorno sofrido modificações.

2.4 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O termo “autismo” vem do grego “autos” que significa “si mesmo”. Usado inicialmente pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler, para descrever um sintoma significativo da esquizofrenia, ou seja, característica patológica de determinados doentes em se isolar (ROCHA, 1997).

O termo autismo perpassou por diversas alterações ao longo do tempo, e atualmente é chamado de Transtorno do Espectro Autista (TEA) pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V, 2013, PA, 2014). As características do espectro são prejuízos persistentes na comunicação e interação social, bem como nos comportamentos que podem incluir os interesses e os padrões de atividades, sintomas que estão presentes desde a infância e limitam ou prejudicam o funcionamento diário do indivíduo (APA, 2014).

Novo reagrupamento do Transtorno do Espectro do Autismo



* DSM - Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais

Figura 2 – Novo Reagrupamento do Transtorno do Espectro do Autismo

Fonte: DSM-V (2014)

As categorias que anteriormente eram descritas separadamente pelo DSM-IV como Autismo, Síndrome de Asperger, Transtorno Desintegrativo, Transtorno Global do Desenvolvimento sem especificação, atualmente são agrupados em uma única categoria denominada de Transtorno do Espectro Autista (TEA). Podendo o TEA ser classificado em Grau leve (Nível 1), Grau moderado (Nível 2), Grau severo (Nível 3). (DSM – V, 2014).

3 MÉTODO

A presente pesquisa tem como delineamento a **bibliográfica**, a partir de uma revisão narrativa dos aspectos que envolvem a aceitação do TEA e a família como parte deste processo.

O estudo foi elaborado por meio de levantamento de artigos científicos em português e inglês, publicados nos últimos 8 anos (2010-2018) na base de dados da Lilacs, Periódicos Capes, Microsoft Academic Search e HighBeam, Web of Science, Psycinfo, Pepsic, Medline, SCOPUS e DOAJ, e foram utilizados os seguintes descritores: Transtorno do Espectro Autista, Família e Irmãos / Autism Spectrum Disorder, Family and Brothers.

Os critérios para a inclusão dos materiais bibliográficos foram artigos disponíveis eletronicamente e que abordaram o TEA, a família, e os irmãos, publicados nos últimos 8

anos. Como critérios de exclusão estabeleceram-se: artigos que não referenciam ao TEA como tema central, ou artigos que não tivessem aspectos da família que tenha uma criança com TEA.

<i>Base de Dados</i>	<i>Quantidade de Artigos</i>	<i>Aceitos</i>	<i>Rejeitados</i>
DOAJ	03	01	02
Web-of-Science	00	00	00
Psycinfo	02	00	02
Pepsic	00	00	00
Medline	00	00	00
Lilacs BVS	08	00	08
Microsoft Academic Search e HighBeam	05	04	01
SCOPUS	13	05	08
Periódicos CAPES	10	06	04
Total	41	16	25

Para a análise de dados, foi realizada uma leitura analítica com a finalidade de ordenar e selecionar as informações contidas nas fontes, de forma que estas possibilitassem a obtenção de respostas ao problema da pesquisa. O procedimento para a análise foi organizado da seguinte forma:

1 – LEITURA EXPLORATÓRIA:

“Esta é uma leitura do material bibliográfico que tem por objetivo verificar em que medida a obra consultada interessa à pesquisa.” (GIL, 2002 p. 20)

A leitura exploratória pode ser comparada à expedição de reconhecimento que fazem os exploradores de uma região desconhecida. É feita mediante o exame da folha de rosto, dos índices da bibliografia e das notas de rodapé. Também faz parte deste tipo de leitura o estudo da introdução, do prefácio (quando houver), das conclusões e mesmo das orelhas dos livros. Com esses elementos, é possível ter uma visão global da obra, bem como de sua utilidade para a pesquisa. (GIL, 2002)

Nesta etapa foram aceitos 18 artigos, na qual constavam os elementos que interessavam à pesquisa, e foram rejeitados 23 artigos.

2 – LEITURA SELETIVA:

Após a leitura exploratória, procedeu-se a seleção, ou seja, à determinação do material que de fato interessa à pesquisa. Para tanto, é necessário ter em mente os objetivos da pesquisa, de forma que se evite a leitura de textos que não contribuam para a solução do problema proposto. (GIL, 2002)

A leitura seletiva foi a mais profunda que a exploratória, porém não foi definitiva. É possível que se volte ao mesmo material com propósitos diferentes. Isso porque a leitura de determinado texto pode conduzir a algumas indagações que, de certa forma, podem ser respondidas recorrendo-se aos textos anteriormente vistos. Da mesma forma, é possível que determinado texto, eliminado como não pertinente, venha a ser objeto de leitura posterior, em decorrência de alterações dos propósitos do pesquisador. (GIL, 2002)

Nesta etapa foram aceitos 16 artigos, na qual constavam os elementos que interessavam aos objetivos da pesquisa, porém foram rejeitados 25 artigos.

3 LEITURA ANALÍTICA:

A leitura analítica foi feita com base nos artigos selecionados. Embora possa ocorrer a necessidade de adição de novos textos e a supressão de outros tantos, a postura do pesquisador, nesta fase, foi de analisá-los como se fossem definitivos. (GIL, 2002)

A leitura analítica, teve a finalidade de ordenar e sumarizar as informações contidas nas fontes, de forma que estas possibilitem a obtenção de respostas ao problema da pesquisa. (GIL, 2002)

4 LEITURA INTERPRETATIVA:

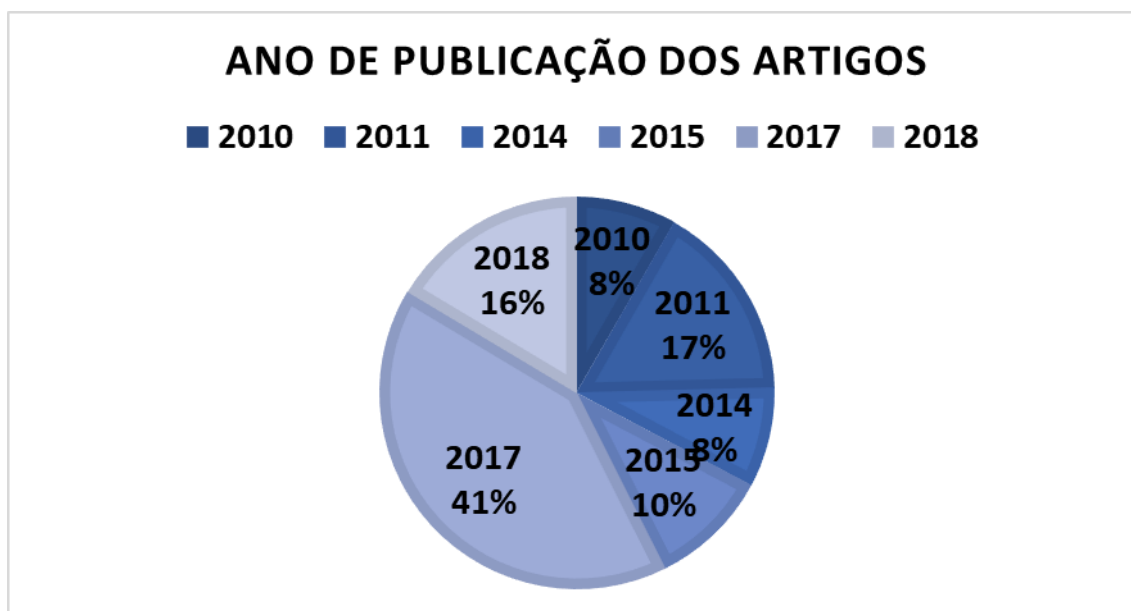
Esta foi uma leitura que constituiu a última etapa do processo de leitura das fontes bibliográficas. Naturalmente, foi a mais complexa, já que tem por objetivo relacionar o que o autor afirma com o problema para o qual se propõe uma solução. Na leitura interpretativa, procurou-se conferir o significado mais amplo nos resultados obtidos com a leitura analítica. Enquanto nesta última, por mais bem elaborada que seja, o pesquisador fixou-se nos dados, na leitura interpretativa, foi além deles, mediante sua ligação com outros conhecimentos já obtidos. (GIL, 2002)

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados dos artigos catalogados nas bases de dados científicas encontrados e selecionados, foram agrupados em tabelas conforme os critérios de inclusão e exclusão, de modo a facilitar a identificação das informações. Na análise dos anos de publicações dos artigos, pode-se observar a prevalência de publicações de artigos do ano de 2017 conforme os descritores utilizados nesta pesquisa. No gráfico abaixo, é possível identificar que 41% dos artigos foram publicados no ano de 2017; 16% no ano de 2018; 17% no ano de 2011; 10% no ano de 2015; 8% no ano de 2014 e 2010.

Gráfico 2 – Ano de Publicação dos Artigos

Fonte: Os Autores



Com estes dados encontrados, constatou-se a ocorrência de um aumento significativo em publicações de artigos, que trazem a questão da influência da família e dos irmãos de um indivíduo com TEA e os aspectos da dinâmica desta família que implica no processo de aceitação do TEA.

O papel das famílias no cuidado de crianças com TEA possui grande importância, tendo em vista a família como um todo, englobando todos seus membros e sua singularidade e pluralidade. As perspectivas dos irmãos em relação ao cuidado recebido por um irmão ou irmã com esse transtorno, também tem ganhado enfoque e discussões em alguns estudos, porém ainda há necessidade de uma exploração e aprofundamento maior neste tema. Foi

identificado uma lacuna em publicações de artigos que tratam como tema principal a questão do TEA a família e os irmãos, principalmente em anos anteriores à 2015.

Os aspectos da família e o poder da influência dos pais e irmãos que favorecem e dificultam no processo de aceitação da criança com TEA, tem sido pouco discutido e evidenciado nos artigos publicados. No entanto, conforme os dados coletados, observa-se que a família possui um papel primordial em todo o processo de tratamento da criança com TEA, o que resultará conseqüentemente no processo de aceitação deste indivíduo.

4.1 INFLUÊNCIA DOS PAIS NO PROCESSO DE ACEITAÇÃO DA CRIANÇA COM TEA

Foram selecionados 7 artigos referentes a influência dos pais, que favoreçam e dificultam, no processo de aceitação da criança com TEA e um total de 9 artigos que abordavam assuntos sobre o relacionamento do irmão influenciando a criança com TEA, e estes artigos serão discutidos mais profundamente nesta seção.

Art.	Base de Dados	Título	Resultado
01	Periódicos Capes	Avaliação de Treino de Controle do Stress para Mães de Crianças com Transtornos do Espectro Autista. Ano 2015	Mães de crianças com TEA, podem experimentar altos níveis de estresse, o que dificulta a atenção necessária ao seu filho. Com isso a participação de mães em grupos terapêuticos, psicoterapia individual, ou familiar, contribui para a redução de seu estresse, propiciando seu empoderamento, melhorando sua qualidade de vida. A participação da mãe do processo de tratamento, e também no cuidado de suas emoções, favorece para ambiente familiar contribuindo e influenciando o êxito do tratamento e aceitação de seus filhos com TEA.
02	Periódicos Capes	Iniciativas de comunicação na interação entre crianças com distúrbios do espectro autístico e suas mães: análise	Os prejuízos em habilidades pragmáticas são as principais dificuldades em comunicação para crianças com TEA e influenciam diretamente suas relações sociais e alterações comportamentais. É importante o empenho das mães em descrever e interpretar a comunicação de seus filhos com TEA para que consigam compreender suas tentativas de entendimento mútuo e propiciem circunstâncias favoráveis para a criança fazer o

		pragmática. Ano 2011	melhor uso possível de seus meios comunicativos. Estes aspectos, evidentemente devem ser também investigados e levados em consideração pelos profissionais das áreas da saúde e da educação, na elaboração de procedimentos de intervenção com crianças portadoras de TEA. Necessário o apoio de outros familiares e o respaldo profissional oferecido à criança e sua família no sentido de promover melhor qualidade de vida familiar.
03	Periódico s Capes	A construção do diagnóstico do autismo em uma rede social virtual brasileira. Ano 2013	A procura por contato com outras pessoas que partilham a experiência de ser pai ou cuidador de um indivíduo com autismo, através das redes sociais, com foco em compartilhamento de experiências e apoio, que possam contribuir para as relações com seus filhos, pois os pais, ao compartilharem informações com um grupo a qual se identificam, experienciam sensações de conforto, empatia, o que refletirá e favorecerá, seus comportamentos com a criança com TEA,
04	Periódico s Capes	O Fenótipo Ampliado do Autismo em genitores de crianças com Transtorno do Espectro Autista – TEA. Ano 2015	O fator “preocupações intensas”, em crianças com o transtorno, se correlacionou significativamente com os traços “rigidez” e “distanciamento” nos pais (homens), sugerindo a existência de uma possível associação genética entre os sintomas manifestados na criança e os traços correspondentes nos pais. Traços de rigidez/ perfeccionismo, encontrados em pais e mãe de crianças com TEA, desfavorecem o tratamento.
05	Periódico s Capes	Itinerário Terapêutico Percorrido por Mães de Crianças com Transtorno Autístico. Ano 2009	Os pais encontram-se em condições de elevada vulnerabilidade, dado o desgaste emocional resultante da exposição a condições crônicas de estresse.
06	Microsoft Academic Search e	O impacto do suporte social e da resiliência	Os comportamentos dos pais que envolvem resiliência, e a possibilidade de encarar mudanças e dificuldades como oportunidades, são influência para a uma melhor adaptação do

	HighBeam	familiar no estresse parental em famílias com uma criança diagnóstico com um transtorno do espectro do autismo. Ano 2017	TEA e favorece no processo de aceitação do filho com TEA.
07	DOAJ	Inteligência Social dos Pais com Transtornos do Espectro do Autismo Impacta o Comportamento Emocional: Um Novo Modelo Proposto para Estabilizando emocionalidade destes pais impactando seu social. Ano 2017	Estresse, ansiedade e depressão e baixa eficácia parental, instabilidade emocional dos pais, comportamento e expressão de sentimentos para seus filhos, levam o atraso indevido no diagnóstico e tratamento da criança com TEA.

Na Tabela 5, que se refere a Influência dos pais que favorece e dificulta no processo de aceitação da criança com TEA, foi identificado que os pais encontraram-se em condições de elevada vulnerabilidade, dado o desgaste emocional resultante da exposição as condições crônicas de estresse.

Foi identificado pelos artigos científicos selecionados nesta pesquisa, que o apoio comunitário e algumas conexões sociais, tais como: frequentar serviços religiosos e grupos de pais, favorecem uma diminuição do estresse familiar devido ao TEA. A procura por contato com outras pessoas que partilham a experiência de ser pai, mãe ou cuidador de um indivíduo com TEA, por meio das redes sociais, podem contribuir para as relações saudáveis com seus

filhos (MEIERHOFFER, 2013). Com relação aos homens que são pais, sugeriu a existência de uma possível associação genética entre os sintomas manifestados na criança e os traços correspondentes nos pais, traços de rigidez/ perfeccionismo, encontrados em pais e mães de crianças com TEA, que desfavorecem o tratamento. O fator *preocupações intensas*, em crianças com o transtorno, se correlacionou significativamente com os traços rigidez e distanciamento nos pais (homens) (MOYSON, 2011 e ROEYERS, 2011). É importante o empenho das mães em descrever e interpretar a comunicação de seus filhos com TEA para que consigam compreender suas tentativas de entendimento mútuo e propiciem circunstâncias favoráveis para a criança fazer o melhor uso possível de seus meios comunicativos. É necessário o apoio de outros familiares e o respaldo profissional oferecido à criança e a sua família no sentido de promover melhor qualidade de vida familiar. Pode-se observar que os relatos maternos demonstraram que a situação da criança com TEA exige adaptações no cotidiano familiar e que alguns pais, mães e irmãos dessas crianças também vivenciam uma sobrecarga psicológica contínua. Os pais de crianças com TEA parecem estar particularmente vulneráveis ao estresse gerado pelas dificuldades da demanda da criança e a convivência familiar pode incrementar o risco de problemas emocionais e comportamentais nos irmãos, o que acarreta em dificuldades no processo de aceitação da criança com TEA (BRITO, 2011).

No que se refere ao planejamento de intervenções para as famílias dessas crianças, salienta-se a importância do profissional de psicologia a auxiliar os pais e irmãos a reconhecerem a frustração, a raiva e a ambivalência de sentimentos com relação à criança ou referentes à situação vivenciada pela família. Dados de estudos apontam que mães exprimem mais suas angústias frente a família (MOYSON, 2011).

O processo de enfrentamento familiar desencadeou mudanças na dinâmica familiar e, em especial, na interação entre mãe e filho. Ao focar nessa interação, identificamos que, diante da situação de vulnerabilidade do filho, as mães passaram a dedicar-se integralmente às crianças, acumulando responsabilidades pelo cuidado com a casa, com a família e com o filho com TEA, o que acarretou uma sobrecarga física e emocional. Quando o diagnóstico é estabelecido e o plano de tratamento instituído, as mães sentem-se reconfortadas. O tempo despendido pela criança na escola é aproveitado pelas mães no desempenho de tarefas domésticas, contudo elas reservam pouco para atividades de autocuidado. Com isso, podemos identificar o autocuidado das mães, e sua saúde mental, contribuem para o processo de tratamento e aceitação do filho com TEA. Boa parte dos artigos rejeitados, (Os traços subliminares do amplo espectro autístico são distribuídos em diferentes subgrupos de pais,

mas não irmãos com autismo; Anormalidades mitocondriais e redox em células linfoblastóides do autismo: um estudo de controle de irmãos; A arquitetura cognitiva do simplex e do multiplex ASD famílias diferem; Evidência de taxas de recorrência de TEA e parada reprodutiva; Múltiplas abordagens para determinar os fatores genéticos que contribuem para o ASD; O contexto diagnóstico da Síndrome de Asperger; Variações de novos e raras no genoma de pacientes com transtorno do espectro autista verbais e não verbais) mas que apresentavam como tema o Transtorno do Espectro Autista, evidenciavam questões de contribuição genética tanto materna quanto paterna, mais proeminente na transmissão do endofenótipo da teoria da mente, que se relaciona com o déficit da habilidade de dedução encontrado em pais de crianças com TEA. Alguns artigos apresentaram estudos sobre as diferenças de contribuições genéticas avaliando grupos com os pais de crianças com TEA, aos pais de crianças com síndrome de Down e de crianças com desenvolvimento típico.

4.2 INFLUÊNCIA DOS IRMÃOS NO PROCESSO DE ACEITAÇÃO DA CRIANÇA COM TEA

Art.	Base de Dados	Título	Resultado
01	Microsoft Academic Search e HighBeam	A qualidade de vida de irmãos de crianças com transtorno do espectro do autismo. Ano 2011	Aspectos da experiência do irmão importantes para uma boa qualidade de vida como irmão de uma criança com TEA, são os seguintes: 1. Tolerância; 2. Entendimento mútuo; . Atividades conjuntas; 4. tempo privado; 5. Confie no bem-estar; 6. Aceitação; 7. Trocar experiências; 8. Suporte Social; 9. Lidando com o mundo exterior.
02	Microsoft Academic Search e HighBeam	As Experiências dos Indivíduos com um Irmão Diagnosticado com um Transtorno do Espectro do Autismo. Ano 2012	Tempo jogando juntos de maneira amigável podem desenvolver habilidades compartilhamento, cooperação e empatia que, por sua vez, os ajuda a desenvolver comportamentos ao longo de um ciclo de vida.
03	Microsoft Academic Search e HighBeam	Irmãos e ambientes familiares de pessoas Com Transtorno do Espectro Autista: uma revisão de literatura. Ano 2010	É importante criar ambientes positivos que possibilitem condições de desenvolvimento, e ferramentas melhorando o ambiente familiar o que pode ajudar a estabelecer a interação entre irmãos e efeitos dos fatores de risco.

04	SCOPUS	Irmãos Adultos que tenham um irmão ou uma irmã com autismo: Variações entre famílias e dentro da família em relacionamentos com irmãos. Ano 2018	As experiências únicas dos irmãos dentro das famílias, possuem fatores de nível individual na qual são associados com o afeto positivo na relação de irmãos, enquanto os fatores de nível familiar associados com o pessimismo do irmão sobre o futuro de seu irmão ou irmã, dificultam a relação entre eles reflete no tratamento do irmão com TEA.
05	SCOPUS	Relacionamentos entre irmãos e funcionamento familiar em irmãos de adolescentes precoce, adolescentes e jovens adultos com transtorno do espectro do autismo. Ano 2017	Programas de prevenção e intervenção contribuem para evitação a parentalidade entre os irmãos em desenvolvimento típico e diminuir os episódios de brigas e conflitos manifestos entre irmãos e irmãs com e sem TEA. A satisfação familiar e a idade previram significativamente comportamentos durante as interações entre irmãos.
06	SCOPUS	Breve relato: Sentimentos do irmão em relação ao irmão ou irmã com ou sem autismo ou deficiência intelectual. Ano 2018	Os irmãos relataram seus sentimentos como ansiedade, hostilidade e afeto positivo, em relação a seu irmão ou irmã com TEA, que podem contribuir ou não para seu tratamento e processo de aceitação.
07	SCOPUS	Cuidados psiquiátricos de crianças com transtorno do espectro do autismo – O que seus irmãos pensam sobre isso? Um estudo qualitativo. Ano 2017	Os aspectos da experiência dos irmãos, em particular, sua confusão com relação ao tratamento, sua dificuldade em separar-se do discurso de seus pais e sua afirmação de seu papel como cuidadores de seus irmãos e irmãs mais novos, refletem na dificuldade de entendimento e aceitação do irmão com TEA.
08	SCOPUS	Estresse auto-relato entre irmãos adolescentes de indivíduos com transtorno do espectro do autismo e Síndrome de Down. Ano 2017	Os irmãos de indivíduos com transtorno do espectro autista, também apresentam níveis de estresses consideráveis, que podem acarretar nas relações dentro da família.

Na tabela 6, que se refere a Influência dos irmãos, que favoreçam e dificultam, no processo de aceitação da criança com TEA, foi identificado que as experiências únicas entre os irmãos dentro das famílias, possuem fatores de nível individual. Estes fatores são associados com o afeto positivo na relação de irmãos, enquanto os fatores de nível familiar associados com o pessimismo do irmão sobre o futuro do que apresenta o TEA, dificulta a

relação entre eles, o que reflete no tratamento do TEA (REEVE, 2007). É importante criar ambientes positivos que possibilitam condições de desenvolvimento, e ferramentas melhorando o ambiente familiar o que pode ajudar a estabelecer a interação entre irmãos e efeitos dos fatores de risco. Programas de prevenção e intervenção contribuem para diminuição dos episódios de brigas e conflitos manifestos entre irmãos e irmãs com e sem TEA. (REEVE, 2007).

Os aspectos da experiência dos irmãos, em particular, sua confusão com relação ao tratamento, sua dificuldade em separar-se do discurso de seus pais e sua afirmação de seu papel como cuidadores de seus irmãos e irmãs mais novos, refletem na dificuldade de entendimento e aceitação do irmão com TEA. (REEVE, 2007). Os irmãos de indivíduos com transtorno do espectro autista, também apresentam níveis de estresses consideráveis, que podem acarretar nas relações dentro da família.

A qualidade de vida de irmãos de crianças com transtorno do espectro do autismo, também foi evidenciada, pois crianças com TEA apresentam uma ampla gama de habilidades e perfis comportamentais, e muitas das vezes os irmãos acabam não sabendo como lidar com o que sentem, e não sabem que seus comportamentos podem influenciar ou desfavorecer o processo de tratamento e aceitação da criança com TEA. Estudos qualitativos recentes (Roeyers, 2011) sobre a experiência de irmãos de crianças com TEA não apenas confirmam que essas crianças vivenciam condições estressantes de vida, mas também revelam alguns temas anteriormente ocultos, como ter medo e ser vítima de comportamento violento, e aceitação da criança com TEA. Segundo Roeyers (2011), a influência de crianças com TEA em seus irmãos é modificada por vários fatores relacionados às características e dinâmica dos membros individuais da família e como um todo, como sexo, idade, ordem de nascimento, número de membros, status socioeconômico, resposta dos pais à criança, temperamento e estilos de enfrentamento.

Existem alguns aspectos da experiência do irmão importantes para uma boa qualidade de vida como irmão de uma criança com TEA, que são: (i) Tolerância; (ii) Entendimento mútuo; (iii) Atividades conjuntas; (iv) tempo privado; (v) Confiança no bem-estar; (vi) Aceitação; (vii) Trocar experiências; (viii) Suporte Social; e (ix) Lidando com o mundo exterior (MOYSON, 2011). Esses domínios representam aspectos da experiência do irmão importantes para uma boa qualidade de vida como irmão de uma criança com TEA, influenciando na aceitação da criança com TEA.

Com relação ao aspecto de tolerância, os irmãos de crianças com TEA procuram maneiras de lidar com esse comportamento, alguns mais eficazes do que outros, pois os comportamentos típicos, às vezes bizarros, agressivos ou irritantes de um irmão ou irmã com TEA, podem ser difíceis de suportar (HUINKER, 2012). No entendimento mútuo, compreender um ao outro é essencial para as interações bem sucedidas entre as pessoas. Para os participantes de um estudo realizado em um dos artigos selecionados chamado “A qualidade de vida de irmãos de crianças com transtorno do espectro do autismo”, era importante que seus irmãos com TEA pudessem falar, para que pudessem conversar entre si e entender um ao outro (REEVE, 2007). Além disso, é importante que os irmãos reconheçam que a criança com TEA não consegue entender certas emoções, por isso a importância da participação de toda a família no tratamento, para obtenção de uma compreensão do Transtorno, e com isso conseguirem se familiarizando e lidando melhor com os sintomas, da criança, principalmente dentro do lar. A limitação final da comunicação na relação entre irmãos é o fato de que, geralmente, a criança com TEA só quer falar sobre suas próprias áreas de interesse. As atividades conjuntas são a oportunidade de fazer coisas com os seus irmãos com TEA, particularmente atividades triviais. Para eles, era importante que o TEA não prejudicasse as atividades típicas da infância. No entanto, algumas atividades serão de fato limitadas por causa do TEA. É importante o reconhecimento dos irmãos de que podem fazer coisas "normais", embora às vezes de maneira um pouco diferente, o que contribuirá gradualmente para a aceitação do TEA e sua inclusão (Reeve, 2007).

A hora privada é importante para enfatizar a necessidade de não ser apenas um irmão de uma criança com TEA, ou seja, ter um lugar próprio em casa, ter seus próprios amigos ou frequentar uma escola diferente de seus irmãos favorece para o bem-estar dos irmãos. O tempo privado provou ser útil em situações mais difíceis, e contribui para a manutenção de um ambiente saudável no lar e nas relações (REEVE, 2007). Aprender a aceitar que seu irmão possui o TEA e as consequências desse diagnóstico para sua própria vida cotidiana aparecem como um tema importante nos estudos. Quando os irmãos percebem que seu irmão ou irmã sempre será diferente, os irmãos não têm outra escolha além de aceitar o TEA. Esse processo de aceitação pode ser conceituado em três etapas: na primeira etapa, os irmãos engolem a mensagem, na segunda etapa, e na terceira etapa, os irmãos se resignam à sua situação especial e até começam a considerá-la como "normal". No entanto, aceitar o TEA também implica que haverá momentos, dias ou mesmo semanas em que isso parecerá muito difícil ou mesmo impossível (REEVE, 2007; HUINKER, 2012; MEIERHOFFER, 2013). As trocas de

experiências são importantes que os irmãos de crianças com TEA conheçam outras pessoas com a mesma experiência.

De acordo com Roeyers (2011), ao ouvir as histórias de outros irmãos, compartilhando experiências, obtendo informações sobre TEA e também se divertindo uns com os outros, os irmãos podem entender melhor sua própria história. Isso os ajuda a aceitar sua situação e, ao mesmo tempo, colocar as coisas em perspectiva. Tendo em vista que o suporte social indicou que os irmãos também precisam de apoio e ajuda. As crianças esperam, primeiro, que seus pais as escutem; embora reconheçam que seu irmão pode precisar de mais atenção, esperam que seus pais tratem igualmente todos os filhos da família, e este tipo de interação resultará em sentimentos de acolhimento, afeto e compreensão, e conseqüentemente uma melhor harmonia no ambiente familiar, proporcionando a aceitação do TEA (ROEYERS, 2011).

Segundo Royeres (2011) afirma que pode haver outros membros da família que não acreditam no TEA como também pode haver problema quando os membros da família não percebem o impacto da criança com TEA. Infelizmente, as famílias com um filho com TEA e, mais especificamente, os irmãos da criança com TEA, não podem esperar o apoio de sua família extensa (ROEYERS, 2011). [...] o vínculo fraterno pode se constituir em um dos vínculos mais duradouros de nossas vidas. Esse vínculo, que se inicia na infância e dura ao longo da vida, tem um poder emocional o qual modela a história de quem nós somos e de quem nós nos tornamos” (OLIVEIRA, 2005 p. 16).

Os irmãos desempenham um papel de grande importância, e que podem contribuir para trocas de experiências que influenciarão o processo de aceitação da criança com TEA. Lidar com o mundo exterior, devido a invisibilidade do TEA, (isto é, amigos, vizinhos) muitas vezes é difícil e doloroso, pois muitos não sabem (ou não é permitido saber) que a família possui uma criança com TEA.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo desta pesquisa foi investigar como a família influencia no processo de aceitação da criança com TEA, compreendendo as influências dos pais e dos irmãos que favoreçam e dificultam no processo de aceitação. A presente pesquisa tratou-se de ser um delineamento do tipo bibliográfica, a partir de uma revisão narrativa dos aspectos que envolvem a Aceitação do Transtorno do Espectro Autista e a Família como parte deste processo. Foram utilizadas 9 (nove) bases de dados (Lilacs, Periódicos Capes, Microsoft Academic Search e HighBeam, Web of Science, Psycinfo, Pepsic, Medline, SCOPUS e

DOAJ). Dentre estas bases de dados foram coletados 41 (quarenta e um) artigos e aceitos apenas 16 (dezesesseis) artigos, tendo como critério de inclusão artigos que abordaram conjuntamente o Transtorno do Espectro Autista, a Família, e os irmãos.

Os comportamentos dos pais referentes a resiliência e a possibilidade de encarar mudanças e dificuldades como oportunidades, são influência para a uma melhor adaptação do TEA e favorece no processo de aceitação do filho com TEA. Os pais podem encontrar-se em condições de elevada vulnerabilidade, dado o desgaste emocional resultante da exposição, estresse, ansiedade, depressão e baixa eficácia parental, e instabilidade emocional, estes comportamentos e expressões desses sentimentos para seus filhos, levam ao atraso indevido no diagnóstico e tratamento da criança com TEA. Os irmãos de indivíduos com TEA também apresentam níveis de estresses consideráveis, que podem acarretar problemas nas relações dentro da família. Os aspectos da experiência dos irmãos, em particular, a confusão com relação ao tratamento, a dificuldade em separar-se do discurso de seus pais e a afirmação de seu papel como cuidadores de seus irmãos e irmãs mais novos, refletem na dificuldade de entendimento e aceitação do irmão com TEA. É importante que irmãos possam ter uma relação amigável que possam desenvolver mais confiança, cooperação e empatia, o que por sua vez, os ajuda a desenvolver comportamentos colaborativos ao longo de um ciclo de vida.

É de extrema importância os pais e os irmãos da criança com TEA envolverem-se no tratamento, pois a própria família pode ser um recurso favorável ao desenvolvimento da criança com este tipo de transtorno. Os pais e os irmãos podem tanto influenciar e contribuir para o tratamento e conseqüentemente a aceitação, como da mesma forma podem dificultar este processo. O tratamento da criança com TEA, só pode ser bem sucedido, levando em conta as limitações de cada indivíduo, se a família participar de forma ativa e engajada, o que implicará na aceitação desta criança com TEA. A partir dos resultados encontrados nesta pesquisa, compreende-se a importância de mais estudos voltados às influências das famílias no processo de aceitação da criança com TEA, e pesquisas voltadas as influências dos irmãos neste processo.

Estudar de modo mais profundo e qualitativo o relacionamento entre irmãos para o desenvolvimento da criança com TEA e descobrir de modo mais profundo detalhes desta relação que pode ser fundamental para a aceitação e desenvolvimento da criança com tal transtorno. Quanto à temática da família, sugere-se estudar com mais profundidade questões relacionadas ao comportamento dos pais, voltadas à extensão do tratamento no ambiente familiar, as atitudes que refletem na relação com o filho, e as que favorecem o processo de

aceitação. Todo ser com e sem TEA é indubitavelmente único! Toda criança com e sem TEA tem as suas potencialidades, e como pessoas únicas, devem ser conduzidas por caminhos que os façam transcender.

A aceitação é o primeiro passo para a construção de uma nova realidade, para ir em busca de contextos melhores e mais saudáveis para se viver. Aceitar é preciso, é necessário e as vezes é a única opção. Aceitação não é se conformar, e sim encarar o que se apresenta, sabendo que há possibilidades de mudanças para um futuro, que requer esforço para sua construção no presente. Durante a vida surgem situações que são inesperadas, como por exemplo uma mãe que recebe o diagnóstico de um filho com TEA. Lidar com certas realidades duras, pode causar dor, sofrimento e angústias, porém relutar contra certos fatos só intensificará a dor, e com maturidade, compreende-se que a aceitação, é a melhor opção, pois ela pode vir acompanhada de leveza. Aceitar as coisas que a vida lhe traz não significa parar de buscar e sim caminhar para algo maior e melhor, e em busca de uma vida que vale a pena ser vivida.

REFERÊNCIAS

- OLIVEIRA, Adriana Leonidas. Irmãos, Meio-irmãos e Co-irmãos: A dinâmica das relações Fraternas no Recasamento, 2005. 369 p. Doutorado (Psicologia Clínica) PUC-SO, São Paulo, 2005.
- MOYSON, T .; ROEYERS, H. A qualidade de vida dos irmãos de crianças com autismo Transtorno do Espectro. *Crianças Excepcionais*, v.78, n.1, p.41-55, 2011.
- REEVE, M. A Qualidade de Vida de Irmãos de Crianças Com Transtorno do Espectro do Autismo. 2007. 8 f. artigo (psicologia) – São Paulo, 2007.
- HUINKER, H. As Experiências dos Indivíduos Com Um Irmão Diagnostic’ado Com Transtorno do Espectro do Autismo. 2012. 8 f. Artigo (Psicologia) -Universidade de ST. Catherine, Santa Catherinhe, 2012.
- BRITO, Maria Cláudia. INICIATIVAS DE COMUNICAÇÃO NA INTERAÇÃO ENTRE CRIANÇAS COM DISTÚRBIOS DO ESPECTRO AUTÍSTICO E SUAS MÃES: ANÁLISE PRAGMÁTICA. 2011. 9 f. Dissertação (Pisoclogia) – Universidade Estadual Paulista, UNESP, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://file://D://PERIÓDICOS%20CAPES/136-10.pdf>. Acesso em 25 set. 2018
- MEIERHOFFER, L.K. A Construção do Diagnósticco do Autismo Em Uma Rede Social Virtual Brasileira. 2013. 14 f. Dissertação (Psicologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013
- MOYSON, T .; ROEYERS, H. A qualidade de vida dos irmãos de crianças com autismo Transtorno do Espectro. *Crianças Excepcionais*, v.78, n.1, p.41-55, 2011.
- GIL, A. Como Elaborar Projeto de Pesquisa. 4º. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- ROCHA, P. S. Autismos. São Paulo: Escuta, 1997.
- SCHULMAN, C. Bridging The Process Between Diagnosis and Treatment. In GABRIELS, R.; HILLS, D. Autism- From Research to Individualized Practice. London: Jessica Kingsley Publishers, 2002.
- RELVAS, A. P. O Ciclo Vital da Família, Perspectiva Sistémica. Porto: Afrontamento, 1996
- ALARCÃO, M.; RELVAS, A. P. Novas Formas de Família. Coimbra: Quartelo, 2006.
- GADIA, C.A. et al. Autismo e Doenças Invasivas de Desenvolvimento. *Jornal de Pediatria*, Porto Alegre, v. 80, n. 2, p.83-94, 2004.
- POWELL, T. H.; OGLE, P. A. Irmãos Especiais: Técnicas de Orientação e Apoio Para o Relacionamento Com o Deficiente. São Paulo: Maltese, 1992.
- PRADO, D. O Que É Família? Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, n. 50, 1981.

ALARCÃO, M.; RELVAS, A. P. Novas Formas de Família. Coimbra: Quartelo, 2006.
AMA, 2003.

SÍNDROME DE DOWN: O PROCESSO DE ENFRENTAMENTO VIVENCIADO POR PAIS

Lara de Bona Sendretti
Débora Inácia Ribeiro

1 INTRODUÇÃO

A síndrome de Down é uma desordem cromossômica, que determina diversos desafios não só para a criança acometida, mas também para grupo familiar (TRENTIN; SANTOS, 2002).

O presente capítulo abordará o processo de enfrentamento vivenciado por pais que possuem um filho com síndrome de Down, procurando compreender o desenvolvimento de suas potencialidades ao longo desse processo. Tomando-se como pressuposto que o ser humano é portador de potencialidades e é capaz de superar as adversidades (MASLOW, 1970), compreende-se que, quando surge um momento de desorganização emocional, ele será capaz de acionar e desenvolver suas potencialidades.

Os pais, quando recebem um diagnóstico de deficiência do filho, provavelmente sofrerão uma desestrutura e precisarão reorganizar suas potencialidades para serem capazes de enfrentar a situação que lhes foi imposta. Uma vez que o recebimento do diagnóstico de deficiência de um filho é percebido por muitas famílias como uma situação adversa, considera-se válido investigar como os pais enfrentam a tal situação, como avaliam o atendimento psicológico que recebem nesse momento e como são desenvolvidas suas potencialidades desde o recebimento do diagnóstico e ao longo do primeiro ano de vida da criança.

Este estudo recebe o suporte teórico a abordagem humanista, reconhecida como a terceira força da psicologia (ROSA; KAHHALE, 2002), e que tem por foco de investigação a experiência humana, compreendida por Maslow (1970) como uma busca constante pela autorrealização.

Pretende-se ampliar o conhecimento acerca de como as famílias têm enfrentado e vivenciado o nascimento de um filho com síndrome de Down, visto que muito se discute sobre essa condição genética e sobre os cuidados gerais com a criança, mas ainda existem poucas pesquisas sobre as vivências das famílias envolvidas nesse contexto. Os sentimentos e

as reações dos pais de um bebê com Síndrome de Down acabam sendo negligenciados, tanto pelos profissionais de saúde quanto pelos pesquisadores, mediante a urgência das intervenções direcionadas à criança.

Na próxima seção será apresentada uma breve contextualização teórica sobre o enfrentamento vivenciado pela família mediante o recebimento do diagnóstico e o atendimento psicológico oferecido nessa circunstância. Em seguida será explicado o método da pesquisa e posteriormente os resultados serão apresentados e discutidos à luz do referencial teórico.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 O ENFRENTAMENTO VIVENCIADO PELA FAMÍLIA DIANTE DO DIAGNÓSTICO DA SÍNDROME DE DOWN

A palavra enfrentamento é compreendida por Nunes (2010) como a capacidade humana de superar o que está causando estresse ou até mesmo sofrimento. De acordo com Maslow (1970), ao enfrentar uma situação adversa o indivíduo lança mão de suas potencialidades, em busca de reajustamento. Nesse processo, ele pode até mesmo se tornar mais forte do que era antes de ser atingido por tal circunstância.

A palavra “enfrentamento” foi largamente difundida pela abordagem comportamental e pela Psicologia da Saúde. Já a abordagem humanista, que é utilizada como referencial no presente capítulo, não utiliza frequentemente essa designação, mas lança mão de uma construção teórica fundada nos conceitos de potencialidades (ROGERS, 1977) e autorrealização (MASLOW, 1970) para pensar o enfrentamento.

Na área da Psicologia a palavra enfrentamento tem sido relacionada a possíveis estratégias desenvolvidas pelos indivíduos que precisam lidar com algo tido como ameaçador e estressante, em um dado momento da vida. Folkman e Lazarus (1986) são autores reconhecidos como referência no tema e conceituam o enfrentamento como um conjunto de estratégias a partir das quais o sujeito se torna capaz de lidar com situações que o ameaçam e sobrecarregam. Os autores compreendem que tais estratégias são desenvolvidas a partir das capacidades cognitivas e comportamentais das pessoas.

O nascimento de uma criança é marcado por grandes reestruturações e adaptações no subsistema familiar. Quando se recebe um diagnóstico de deficiência todo esse quadro se modifica ainda mais. Segundo Sanches e Júnior (2011), ao receber o diagnóstico da deficiência de um filho, os pais necessitarão se adaptar a esse acontecimento e ao longo desse

processo podem surgir sentimentos de negação, tristeza, medo e luto. A comunicação do diagnóstico é um momento delicado, tanto para os pais quanto para os profissionais de saúde, e pode produzir uma desestabilização no ambiente familiar, exigindo esforços para a conquista de um novo estado de equilíbrio.

Conforme Nielsen (1999 apud DUARTE, 2010), o momento do diagnóstico faz surgir um leque de reações entre os membros da família, que precisam passar por um processo de adaptação, transformando os seus sonhos para iniciarem a aceitação da criança com deficiência. Esse processo de aceitação e adaptação pode variar de família para família. Em muitos casos, é um processo lento e doloroso; em outros, a adaptação é vivenciada de maneira mais natural. Compreende-se que essas diferenças acontecem em decorrência da maior ou menor vulnerabilidade das famílias.

Em se tratando da reação dos pais mediante o recebimento do diagnóstico, afirma Buscaglia (2006) que cada família reage de uma maneira diferente e singular. Algumas famílias passam por um período agudo de crise, mas alcançam gradativamente um estado de reestruturação, enquanto outras permanecem em desequilíbrio por muito tempo, e a situação pode ser considerada como crônica.

A forma como o diagnóstico é dado influencia grandemente na estrutura e organização familiar, pois, segundo Sunelaitis, Arruda e Marcom (2007), esse momento é de fundamental importância para o processo de adaptação familiar. Muitas famílias desenvolvem medos e problemas em decorrência de terem recebido informações errôneas, incompletas, tardias e desumanizadas.

A comunicação do diagnóstico da síndrome de Down pelos profissionais de saúde deve ser relatada de forma acolhedora, evidenciando os aspectos positivos e conscientizando a família do que realmente se trata esta condição genética. É importante que as famílias entendam que os bebês com síndrome de Down podem e devem ter um desenvolvimento social, afetivo e cognitivo e que isso dependerá do suporte a eles oferecido, sobretudo por meio da estimulação precoce. Sunelaitis, Arruda e Marcom (2007), consideram fundamental que, logo após a saída da maternidade, a mãe e o bebê sejam logo encaminhados a uma unidade especializada, na qual receberão todo o apoio e auxílio para atravessar esse caminho de adaptação e desenvolvimento.

Conforme o estudo a maioria das famílias vivencia este momento com grande sofrimento. Contudo, é importante destacar que algumas famílias vivem essa experiência com uma pronta adaptação e enfrentam bem tal circunstância (DUARTE, 2010).

Ferguson (2002 apud DUARTE, 2010) afirma que os pais que demonstram maior adaptação à situação da deficiência do filho conseguem equilibrar a harmonia da família, e conquistam resultados positivos na forma de enfrentar esse contexto.

2.2 O ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO ÀS FAMÍLIAS MEDIANTE A VIVÊNCIA DA SÍNDROME DE DOWN

Quando a confirmação do diagnóstico da síndrome de Down é realizada pelos profissionais da saúde, todo o cuidado se volta para a criança, que muitas vezes é logo encaminhada para comunidades terapêuticas e médicos especialistas da área. Os pais passam nesse momento por um turbilhão de sentimentos e emoções, mas na maioria das vezes permanecem negligenciados em suas necessidades de assistência.

De acordo com Rodriguez e Carneiro (2012) a assistência aos pais e familiares não é priorizada no momento do diagnóstico, tanto nos centros obstétricos quanto nas equipes de estimulação precoce. Em contrapartida, o foco da atenção é direcionado para a criança, devido à necessidade de se identificar precocemente e oferecer, caso necessário, as intervenções cabíveis frente aos possíveis problemas clínicos e do desenvolvimento da criança.

As famílias são prontamente aconselhadas a encaminhar o recém-nascido a unidades que disponibilizam a estimulação precoce, mas geralmente os profissionais de saúde não oferecem apoio e acolhida aos pais. Estes são imediatamente bombardeados com várias informações sobre as condições de saúde e desenvolvimento do filho, tendo pouco tempo para se adaptarem ao novo quadro de exigências em relação ao seu papel de cuidadores de uma criança com síndrome de Down, gerando uma enorme confusão e desequilíbrio emocional.

O acompanhamento psicológico durante esse processo parece ser um fator essencial para que os pais consigam, de fato, cumprir seu papel de cuidado à criança. Padua e Rodrigues (2013) consideram que o trabalho do psicólogo no apoio às famílias de pessoas com deficiência se torna primordial, tanto no que diz respeito à adaptação a essa circunstância inesperada, quanto nas ações em favor do desenvolvimento da criança. Os autores apontam, inclusive, que os pais que recebem o apoio necessário desde o momento do diagnóstico e ao longo do primeiro ano de vida da criança, tornam-se mais capazes de oferecer acolhida e segurança ao filho.

2.3 A PSICOLOGIA HUMANISTA COMO SUPORTE TEÓRICO PARA A COMPREENSÃO DA VIVÊNCIA DE ENFRENTAMENTO

A Psicologia Humanista surgiu no contexto norte americano em meados do século XX, sendo reconhecida como a terceira força da psicologia. Sua reflexão teórica propõe críticas à Psicanálise e ao Behaviorismo, que já representavam práticas consolidadas no campo de atuação da psicologia. Abraham Maslow, considerado o pai da psicologia humanista norte americana, dirige seu enfoque de investigação para o indivíduo saudável, e acredita que as pessoas têm capacidade de superar obstáculos e de alcançar a autorrealização.

De acordo com Maslow (1962), a motivação humana pode se dirigir tanto em direção ao crescimento quanto em direção à superação de deficiências. Neste último caso, os indivíduos agem com o objetivo de suprir uma falta ou carência do organismo. Este tipo de motivação humana indica um modo deficitário de vivenciar as experiências, podendo até mesmo produzir doenças. Já a motivação para o crescimento está vinculada à ideia de saúde do organismo e desenvolvimento das potencialidades humanas.

As adversidades que muitas vezes são impostas aos indivíduos podem produzir diversas formas de desorganização emocional. Mediante tais eventos as pessoas podem acionar suas potencialidades em direção ao crescimento, mas podem também permanecer fixadas em suas características deficitárias, em suas perdas e impossibilidades

O recebimento do diagnóstico de deficiência de um filho é provavelmente uma situação deflagradora de conflito emocional para os pais. Contudo, uma vez considerando que o ser humano é capaz de superar adversidades, é possível que esta situação possa evocar as potencialidades do organismo, alavancando a tendência ao crescimento e ao desenvolvimento de um modo de ser no mundo mais potente e realizado.

Compreende-se que a família, ao receber o diagnóstico de deficiência de um filho, provavelmente sofrerá uma desestrutura, então precisará reorganizar suas potencialidades para ser capaz de enfrentar a adversidade que lhe foi imposta. É com base nessa suposição de trabalho que se conduz a presente investigação.

Uma vez apresentado o referencial teórico, apresenta-se a seguir o método da pesquisa.

3 MÉTODO

Trata-se de pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, pautada no modelo de revisão integrativa. Foi feito um levantamento dos artigos publicados nas seguintes bases de dados: Biblioteca eletrônica científica (SciELO), Periódico Eletrônico em Psicologia (PePSIC), Literatura Científica e Técnica da América Latina e Caribe (Lilacs) e Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Os descritores utilizados foram “síndrome de Down”, “pais” e “família” e o período selecionado foi de 2008 a 2018.

De acordo com Souza, Silva e Carvalho (2010) a revisão integrativa reúne a literatura científica atual sobre uma temática específica com vistas a identificar, analisar e sintetizar os resultados de estudos sobre um mesmo assunto. A revisão integrativa permite a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais, com o objetivo de obter uma compreensão ampla do fenômeno explorado.

Segundo Minayo (1994 apud SILVA 2007) a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações. Além disso, a pesquisa qualitativa considera a importância da subjetividade e da interpretação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A SÍNDROME DE DOWN E SEUS PAIS NA BASE DE DADOS

De acordo com os critérios de busca indicados no método, foram selecionados 143 artigos, dentre os quais apenas sete abordavam o tema de interesse da presente pesquisa, a saber, como os pais e famílias vivenciam o momento do diagnóstico de um filho com síndrome de Down e como desenvolvem estratégias de enfrentamento ao longo do primeiro ano de vida da criança.

Dos artigos selecionados, seis foram publicados na base de dados Scielo e um na Pepsic. Dois artigos foram publicados pela revista “Ciência e Saúde Coletiva” e os demais artigos foram publicados em revistas diversas, como é apresentado a seguir (QUADRO 1).

Quadro 1: Levantamento de Publicações por periódicos

PERIÓDICOS	Nº
Psicologia: Teoria e Pesquisa	1
Estudos de Psicologia	1
Ciência e Saúde Coletiva	2
Psicologia em Estudo	1
Psicologia Argumento	1
Arquivos Brasileiros de Psicologia	1
TOTAL	7

Fonte: Dados da pesquisa

Em relação ao ano de publicação, cada artigo foi publicado em um ano diferente e percebe-se que não há artigos publicados nos anos de 2009 e 2013, como é possível observar a seguir (QUADRO 2).

Quadro 2: Levantamento dos artigos por ano de publicação

ANO	Nº
2008	1
2010	1
2011	1
2012	1
2014	1
2017	1
2018	1
TOTAL	7

Fonte: Dados da pesquisa

4.2 A NOTÍCIA DO DIAGNÓSTICO DA SÍNDROME DE DOWN

Dos artigos selecionados, quatro discorriam sobre o momento em que é dada a notícia do diagnóstico da síndrome de Down. Um artigo enfocou as estratégias de enfrentamento vivenciadas pelos pais; outro artigo discorria sobre os cuidados primários que os pais precisam ter com o bebê; já um terceiro artigo tratava do papel do pai nesse contexto da síndrome de Down e os aspectos positivos dessa vivência.

Em relação ao enfrentamento vivenciado pelos pais ao receber o diagnóstico da síndrome de Down, os artigos mostraram que esse momento é marcado por sofrimento e é considerado o período mais difícil na trajetória dos pais, uma vez que essa notícia é geralmente inesperada.

Esse momento pode ser marcado por experiências negativas, pois, de acordo com os artigos analisados, a comunicação é feita aos pais quando estão sozinhos, sem o apoio de um profissional habilitado a lidar com questões emocionais. Os estudos consideram que esse primeiro impacto da notícia pode dificultar todo o processo de vínculo entre os pais e o bebê e ainda aumentar a sobrecarga emocional.

4.3 A VIVÊNCIA DOS PAIS AO MOMENTO EXATO DO RECEBIMENTO DO DIAGNÓSTICO

Dos sete artigos selecionados, três apresentavam os sentimentos e as reações dos pais no momento exato do diagnóstico.

Os artigos indicavam que a primeira reação dos pais é geralmente a de choque, pois eles não estavam esperando o diagnóstico de uma síndrome. Em seguida ao choque, foram identificados os seguintes sentimentos: tristeza, negação, culpa, ansiedade e angústia. Foram mencionados ainda sentimentos de desespero, desproteção, revolta, desorientação, aceitação, rejeição, resignação e incerteza (QUADRO 3).

Quadro 3: Sentimentos e reações dos pais no momento do diagnóstico

SENTIMENTOS E REAÇÕES DOS PAIS	Nº DE ARTIGOS
Choque	3
Tristeza	3

Desespero	1
Ambivalência	1
Rejeição	1
Culpa	3
Negação	3
Desorientação	1
Desproteção	1
Incerteza	1
Resignação	1
Aceitação	1
Revolta	1
Angústia	2
Ansiedade	2

Fonte: Dados da pesquisa

Esses sentimentos prevalentes de choque, tristeza, culpa e negação são compreendidos pelos autores dos artigos como reações naturais a um fato inesperado. A culpa é explicada como uma reação imediata, pois os pais não compreendem o motivo de estarem passando pela situação de ter um filho com síndrome de Down. De certa forma, sentem que não merecem vivenciar tal condição. Os artigos comentam que a forma como os profissionais transmitem essa notícia dificulta ainda mais o enfrentamento da situação. Dos sete artigos encontrados, três enfatizaram a insatisfação dos pais com a forma como os profissionais transmitiram o diagnóstico da síndrome de Down do recém-nascido.

4.4 MUDANÇAS PROVOCADAS NA FAMÍLIA

Dentre os sete artigos selecionados para análise, dois abordavam as mudanças no contexto familiar provocadas pela chegada de uma criança com síndrome de Down. Um deles relatava que, após a adaptação dos pais à nova situação, geralmente ocorre uma aproximação afetiva em relação ao bebê. Também no período de adaptação acontece uma reorganização da família.

Já outro artigo abordava o impacto da síndrome de Down sobre a família, em especial, sobre pais e mães. Esse estudo procurou mostrar que o nascimento de uma criança com síndrome de Down exerce impacto sobre toda a família, trazendo consequências negativas especialmente para pais e mães. Uma das consequências é o aumento do estresse no ambiente familiar, fator que pode dificultar ainda mais a adaptação dos familiares à condição da criança. O estudo também se refere aos aspectos positivos, que acontecem a partir do momento em que os pais aceitam e se adaptam à condição do bebê com síndrome de Down.

Cada família vivencia esse contexto de maneira única e singular, ora enfatizando os aspectos negativos, ora os positivos. De acordo com Henn, Piccinini e Garcias (2008) as formas como as famílias reagem ao nascimento de um filho com síndrome de Down podem ser diversas, e essas reações podem estar relacionados a inúmeros fatores, dentre os quais, a maneira como aconteceu a história da gravidez e do diagnóstico.

Dos sete artigos selecionados, apenas um abordava as estratégias de enfrentamento utilizadas pelas famílias, sendo que as mais comuns eram o empenho para a resolução de problemas e a busca de suporte social. Outro aspecto relevante nesse estudo foi que, apesar de as famílias apresentarem sintomas de estresse, muitas delas desenvolviam estratégias de enfrentamento adequadas para lidar com situações problema.

4.5 SUPORTE MÉDICO E PSICOLÓGICO NO MOMENTO EM QUE É DADO O DIAGNÓSTICO DA SÍNDROME DE DOWN

Dos sete artigos selecionados, quatro abordavam a postura dos profissionais, sobretudo dos médicos, quando é transmitido à família o diagnóstico de síndrome de Down do recém-nascido.

Os quatro artigos indicavam que um dos principais problemas enfrentados pelos pais ao receberem o diagnóstico é a linguagem utilizada pelos médicos, geralmente com terminologias muito técnicas e obscuras, resultando em pouca informação efetiva. A consequência é que os pais acabam recebendo pouca informação prática a respeito da síndrome de Down, o que acarreta dificuldades em relação ao manejo da situação e ao próprio vínculo afetivo com a criança. Essa modalidade de comunicação muito técnica pode intensificar os sentimentos de angústia, ansiedade e inadequação que os pais experimentam frente ao desafio de cuidar de um bebê com síndrome de Down.

Os artigos evidenciavam também que muitos pais se sentiram indignados mediante o despreparo da equipe médica ao transmitir o diagnóstico e que lhes foi oferecido pouco apoio e orientação efetiva e necessária para os primeiros cuidados com o bebê. As queixas mais comuns foram: falta de informação sobre a síndrome de Down; despreparo da equipe médica ao transmitir a notícia; falta de tato; valorização dos aspectos negativos da condição da criança; falta de orientação. De maneira geral, os pais se sentiram insatisfeitos em relação à forma como a notícia da síndrome de Down lhes foi dada (QUADRO 4).

Quadro 4: Comunicação do diagnóstico da síndrome de Down pelos profissionais de saúde

COMUNICAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DA SÍNDROME DE DOWN REALIZADA POR PROFISSIONAIS	Nº DE ARTIGOS
Falta de Informação	4
Despreparo	1
Falta de Tato	1
Aspectos Negativos	1
Falta de Orientação	2
Insatisfação	1

Fonte: Dados da pesquisa

Dos quatro artigos analisados, somente um especificava a formação dos médicos que transmitiram o diagnóstico: obstetra, pediatra e médico da UTIN (Unidade de Terapia Intensiva Neonatal). Nenhum artigo mencionou se havia um psicólogo no momento em que foi dada o diagnóstico. Apenas um artigo mencionou a importância de haver um psicólogo na equipe de saúde, identificando-o como profissional habilitado para oferecer apoio aos pais. Outro aspecto importante é que todos os artigos analisados abordavam a necessidade de implementação de programas de apoio, informação e assistência aos pais, de maneira a oferecer, desde a maternidade, o auxílio e suporte necessários ao processo de adaptação da família à condição da criança com síndrome de Down.

Dos sete artigos selecionados, cinco apontavam sugestões para melhorar o atendimento às famílias que passam por essa vivência de ter um filho com síndrome de Down. Os estudos discorriam sobre a forma como os pais gostariam de ser tratados pelos profissionais de saúde, sendo as principais reivindicações: que as equipes de saúde deem mais

atenção às questões emocionais dos pais em relação ao bebê; que haja maior cuidado e orientação sobre o diagnóstico, tratamento, prognóstico; que as equipes da saúde conheçam e evidenciem as potencialidades da criança nessa condição, visto que na maioria das vezes são evidenciados os aspectos negativos. Outra questão se refere ao suporte dado especificamente à mãe: sugere-se que a notícia seja dada após o primeiro dia do nascimento, quando o vínculo entre a mãe e o bebê já tenha sido estabelecido, e que essa informação não seja dada à mãe enquanto estiver sozinha, mas acompanhada por uma pessoa da família. Os estudos também evidenciaram a importância de se encaminhar as famílias para grupos de apoio, capazes de proporcionar trocas de informações e experiências entre casais que possuem um filho com síndrome de Down, sendo recomendável que esses grupos sejam compostos também por psicólogos e médicos.

É possível observar que, dos sete artigos selecionados, cinco abordavam a necessidade de implementação de programas de intervenção e prevenção voltada para a família. Quatro artigos indicavam a necessidade de maior detalhamento nas informações e orientações dadas aos pais frente ao diagnóstico da síndrome de Down; três artigos apontavam a importância da formação de grupos de apoio capazes de fornecer suporte às famílias (QUADRO 5).

Quadro 5: Sugestões indicadas nos artigos para melhorar o suporte médico e psicológico

SUGESTÕES PARA MELHORAR O SUPORTE MÉDICO E PSICOLÓGICO	Nº DE ARTIGOS
Implementação de programas de intervenção e prevenção para famílias	5
Necessidade de informação e orientação	4
Grupo de apoio	3
Presença de um psicólogo	3

Fonte: Dados da pesquisa

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os artigos analisados, foi possível verificar que o momento da comunicação do diagnóstico da síndrome de Down do filho é avaliado pelos pais como uma experiência negativa. Geralmente os sentimentos evocados são de confusão e desconforto. A forma como o diagnóstico é transmitido pelos profissionais de saúde frequentemente intensifica nos pais a desorganização emocional provocada pela situação inesperada. Verificou-se, a partir da análise dos estudos, que os pais se sentem insatisfeitos e indignados frente ao despreparo da equipe médica. As principais queixas identificadas foram a falta de acolhimento e de suporte às famílias.

Os estudos apontam para a necessidade de que os profissionais da saúde repensem sua atuação junto aos familiares, disponibilizando informações práticas sobre a condição da criança com síndrome de Down. Ressaltam que seria importante que, desde o momento em que é dado o diagnóstico, sejam destacadas as potencialidades da criança e os aspectos positivos frente ao contexto. Caberia também a esses profissionais o encargo de orientar as famílias sobre importância da estimulação precoce, indicando seus benefícios para a vida da criança e enfatizando a importância do trabalho do psicólogo como fonte de apoio e orientação.

Em relação às vivências dos pais no momento exato do recebimento do diagnóstico, os estudos indicam que os sentimentos mais frequentes são de choque, tristeza, negação e culpa. Os autores explicam que tais sentimentos ocorrem devido ao fato inesperado do diagnóstico da síndrome de Down. Os estudos destacam que as famílias acreditam que o acompanhamento pré-natal realizado corretamente poderia prevenir ou alertar sobre a ocorrência de algum fator inesperado relativo à condição do bebê, no caso, a síndrome de Down. Outros sentimentos destacados nos estudos foram: desespero, desproteção, desorientação, aceitação, rejeição, resignação e incerteza.

Alguns estudos abordaram a questão da adaptação dos familiares à condição da síndrome de Down do bebê. Quando esse fato começa ocorrer, os pais se aproximam afetivamente da criança, sendo esse momento reconhecido como uma reorganização familiar.

Em relação ao suporte médico oferecido quando é dado o diagnóstico verificou-se que os profissionais utilizam termos muito técnicos, dificultando o entendimento dos pais sobre a condição da síndrome de Down e gerando no casal muitas dúvidas. Outro aspecto observado na presente pesquisa é que em nenhum dos estudos analisados foi mencionada a presença de um profissional psicólogo no momento da notícia. Sendo assim, pode-se considerar que as equipes de saúde de certa forma negligenciam os aspectos emocionais envolvidos nesse

contexto, pois não agregam psicólogos em seu quadro de atendimento. Considera-se que o psicólogo seria o profissional habilitado para oferecer suporte aos pais e familiares, uma vez que estes geralmente sofrem algum grau de desorganização emocional ao receberem o diagnóstico de síndrome de Down de seu bebê. Os estudos sugerem que a presença de um psicólogo junto à equipe médica no momento da comunicação do diagnóstico representaria importante apoio aos pais. Ressaltam também a importância do encaminhamento das famílias para grupos de apoio, considerando-os como veículos facilitadores de acesso à informação e suporte mútuo. Outro aspecto apontado nos estudos é a necessidade de implementação de programas de intervenção e prevenção, também com o objetivo de oferecer suporte às famílias com crianças síndrome de Down.

A análise dos resultados da presente pesquisa aponta para a escassez dos estudos direcionados às famílias da criança diagnosticada com síndrome de Down. A maioria dos artigos publicados tem por objeto de análise a própria criança. Sendo assim, considera-se necessária a realização de mais estudos que tenham como objeto os pais da criança nessa condição e suas múltiplas possibilidades de enfrentamento e superação. Uma vez que se propõe que todo ser humano tem potencialidades e possibilidades de auto superação (MASLOW, 1970), considera-se que a notícia da síndrome de Down do filho poderia ser encarada como alavanca para o crescimento e autorrealização dos pais, especificamente, e das famílias, de maneira mais geral.

Sugere-se que sejam realizadas novas pesquisas, com o objetivo de produzir conhecimento mais aprofundado, que resulte em implementação de ações e programas capazes de oferecer suporte adequado às famílias de crianças com síndrome de Down.

REFERÊNCIAS

- BUSCAGLIA, L. **Os deficientes e seus pais**. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- DUARTE, M. **Percepções, Sentimentos e Receios de Família de Crianças com Deficiência**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Coimbra, 2010.
- FOLKMAN, S.; LAZARUS, R. S. If it changes it must be a process: A study of emotion and coping during three stages of a college examination. **Journal of Personality and Social Psychology**, 48, 150-170. (1985).
- HENN, C.G; PICCININI, C.A; GARCIAS, G.L. A família no contexto da síndrome de Down: revisando a literatura. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v.13, n.3, p. 485 – 493, 2008.
- MASLOW, A. **Introdução à Psicologia do Ser** (A. Cabral, Trad.). Rio de Janeiro: Eldorado. 1970 (Originalmente publicado em 1962).
- NUNES, C. O conceito de enfrentamento e a sua relevância na prática da psiconcologia. **Revista de Psicologia**. V.13, n.19, p.91-102, 2010.
- PADUA, E; RODRIGUES, L. **Família e Deficiência**: Reflexões sobre o papel do psicólogo no apoio aos familiares de pessoa com deficiência. In: VII Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial, 2013, Londrina. **Anais...** Londrina: VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em educação especial, 2013, p.1-11.
- RODRIGUEZ, F; CARNEIRO, T. Os bebês com síndrome de Down e seus pais: novas propostas para intervenção. **Estudos de Psicologia**. Campinas, v.29, p.831-840. Out/dez.2012
- ROGERS, C. R.; KINGET, G. M. **Psicoterapia e Relações Humanas**, v. 1, Belo Horizonte: Interlivros, 1977.
- ROSA, Eliza Zaneratto; KAHHALE, Edna Maria Peters. Psicologia Humanista: uma tentativa de sistematização. In. KAHHALE, Edna Maria Peters (Org.). **A Diversidade da Psicologia**: uma construção teórica. São Paulo: Cortez, 2002.
- SANCHES L.A.S, JUNIOR G. A F. **Relatos maternos sobre o impacto do diagnóstico da deficiência dos filhos**. Cad. Saúde Colet., Rio de Janeiro, 19 (3):366-74. 2011. Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/266316188_Relatos_maternos_sobre_o_impacto_do_diagnostico_da_deficiencia_dos_filhos> Acesso: 05 Maio de 2018.
- SILVA, A. **Famílias Especiais**: Resiliência e Deficiência Mental. 2007.105f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre, 2007.
- SOUZA, M. SILVA, M; CARVALHO, R. Revisão Integrativa: o que é e como fazer? **Einsten**. São Paulo, v.8, p.102-106. Junho. 2009.

SUNELAITIS, R; ARRUDA, D; MARCOM, S. A Repercussão de um diagnóstico de síndrome de Down no cotidiano familiar: perspectiva da mãe. **Acta Paul Enferm.** Maringá, v.20, n.3, p.264-271. Junho/Julho. 2007.

TRENTIN,F; SANTOS,V.Aspectos Gerais da Síndrome de Down :Uma Visão Biológica.**Cadernos da Escola de Saúde.** Curitiba, v.1, p.15-31. 2002

PARTE III: CONTEXTOS DE EDUCAÇÃO

A DISCUSSÃO DO MÉTODO CIENTÍFICO NA GRADUAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA DE UM CURSO DE PSICOLOGIA

Aline Albuquerque Cirimbelli Souza
Fabiane Ferraz Silveira Fogaça

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta discussões teóricas e reflexões sobre a importância da disciplina de metodologia científica dentro da grade curricular nas instituições universitárias, especialmente para o curso de Psicologia.

Em 2002, foi aprovada a lei que torna a monografia facultativa, sendo responsabilidade da instituição de ensino torná-la uma obrigatoriedade ou não. Caso a universidade adote o Trabalho de Graduação (TG) como componente curricular, este será avaliado por uma banca de três professores, mestres ou doutores (no caso da graduação) e os resultados da defesa da monografia são considerados parte do histórico escolar (BRASIL, 2002).

A pesquisa acadêmica sempre esteve presente dentro das universidades, consistindo em um dos pilares da formação científica, conforme previsão constitucional.

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (BRASIL, 1988)

A decisão sobre o envolvimento com pesquisa científica sempre recaiu sobre o próprio aluno. Porém, o fato de o TG ser um trabalho obrigatório e fundamental para a obtenção do diploma após o término do curso acaba por gerar ansiedade e medo nos estudantes, sobretudo para aqueles que não têm a intenção de realizar pesquisas futuras ou de seguir carreira acadêmica.

Por essa questão, realizou-se um estudo de levantamento visando identificar as maiores dificuldades dos alunos de Psicologia ao cursarem a disciplina de Método e Técnica de Pesquisa, que tem por objetivo a discussão das seções de um projeto de pesquisa, com ênfase nos aspectos metodológicos. A seção de Método aborda as etapas de coleta e análise de dados, bem como o local de realização da pesquisa.

Espera-se que este trabalho contribua com o aprimoramento da grade curricular nas universidades, de forma a enfatizar os aspectos da pesquisa nos quais os discentes mais apresentam dificuldades.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 IMPORTÂNCIA DA EXPERIÊNCIA DA PESQUISA NA GRADUAÇÃO

De acordo com Moura et al. (2015), a ciência passou e continua passando por diversas mudanças ao longo da história; a cada dia, o pensamento científico pode e deve tomar novos rumos em direção ao aprimoramento da teoria e da prática. Nos primórdios da sociedade, por exemplo, não havia pensamento científico, apenas crenças e superstições. Com o passar dos anos, tais crenças foram testadas e avaliadas, a fim de comprovar se realmente condizem ou não com a realidade. Logo, a evolução científica é um processo longo que visa comprovar ou não determinados aspectos impostos pela sociedade, além de buscar explicar fenômenos.

É bem verdade que o conhecimento humano é gerado pela vivência em grupo, uma vez que a experiência e o conhecimento produzido por essa convivência são passados por gerações. Assim também nasce o saber científico, pois ele é resultado do questionamento de verdades produzidas pelo conhecimento ainda não testado; portanto, a Ciência objetiva quantificar e comprovar determinado fenômeno presente no cotidiano.

A Ciência é constituída por teorias que podem ser estudadas e avaliadas a partir do Método Científico. Com esses avanços, tornou-se necessário ensinar para os alunos de graduação como realizar uma pesquisa e como pensar cientificamente (MOURA et al., 2015).

Os cursos de graduação têm como conteúdo o conhecimento científico. Além de se apropriarem do conhecimento já produzido, os discentes precisam desenvolver habilidades de produção e crítica ao conhecimento científico já publicado (REBELATTO; BOTOMÉ, 1999).

A grade curricular das universidades brasileiras passou por transformações significativas ao longo da história (RODRIGUES, 2019), e uma das mudanças que mais impactam a vida dos universitários é a monografia obrigatória, ou seja, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), ou Trabalho de Graduação (TG). A premissa dessa mudança dentro das universidades é promover aos alunos maior contato com o trabalho e com o pensamento científico, gerando profissionais competentes, tanto na função exercida quanto nas pesquisas que regem sua respectiva área (PADILHA; CARVALHO, 1993).

A obtenção de conhecimento científico resulta em diversos benefícios para o estudante de graduação, como o senso crítico e a capacidade de pensar cientificamente. Esses aspectos são de extrema relevância, seja para o profissional individual ou para avanços e progressos dentro da área de atuação. Além disso, a preocupação da universidade em ensinar pesquisa pode resultar em uma redução do nível de dificuldade sentida por graduandos no que concerne ao conhecimento científico, pois são incentivados a aprimorar o pensar científico (PADILHA; CARVALHO, 1993).

Outra disciplina adicionada à grade curricular com o intuito de auxiliar e promover melhor compreensão, tanto do pensamento científico quanto da elaboração da monografia de forma geral, corresponde à disciplina de metodologia científica. É importante ressaltar que essa disciplina carrega consigo grande relevância, uma vez que dará bases teóricas e práticas para a produção do conhecimento, desenvolvendo competências para a realização de um projeto de pesquisa na prática (MOURA et al., 2015).

2.2 ENSINO DO MÉTODO CIENTÍFICO NA GRADUAÇÃO

Conforme mencionado na subseção anterior, foi preciso adicionar disciplinas de metodologia científica na grade das universidades, principalmente após a obrigatoriedade do Trabalho de Graduação. Sendo assim, faz-se necessário dissertar sobre a forma de abordagem dessa matéria.

É fato que a educação básica no Brasil não recebe o enfoque que necessita, resultando, na maioria das vezes, em escolas de Ensino Fundamental e Médio sucateadas, o que leva ao baixo rendimento de crianças e adolescentes e exige mais dos professores nas instituições universitárias, pois é preciso suprir essa carência de conhecimento. Não é diferente com a aprendizagem em pesquisa e com o desenvolvimento do pensamento crítico: o corpo docente das universidades e faculdades precisa tratar o método científico com cuidado para que este se faça compreensível a todos os alunos, uma vez que a pesquisa é interessante tanto para os professores quanto para o corpo discente (OLIVEIRA; VALENÇA, 2015).

Dentro da disciplina de metodologia, todos os pontos apresentados são de extrema importância, visto que o trabalho científico segue um padrão rigoroso que deve ser respeitado e escrito de forma clara, com o uso de linguagem acadêmica. Entretanto, de acordo com Oliveira e Valença (2015), a etapa mais importante da produção científica como um todo é a elaboração do problema de pesquisa, posto que é a pergunta-chave do trabalho, a pergunta

que deve ser respondida ao longo da produção através da aplicação do método adequado para tal finalidade.

É essencial afirmar que esses dois pontos se comunicam diretamente, pois, para cada problema proposto, há um delineamento mais apropriado; portanto, devem ser abordados durante as aulas de metodologia de forma cuidadosa e precisa. A elaboração da pesquisa científica conta com as seguintes etapas, além das duas já citadas: objetivo, justificativa, referencial teórico, discussão de resultados e conclusão, além das bibliografias utilizadas para o embasamento teórico (OLIVEIRA; VALENÇA, 2015).

Em seu artigo, Silva (2016) afirma que a relevância da metodologia está no fato de que esta é a via, o caminho para se chegar até a ciência; por essa razão, conclui-se que é de suma importância que os graduandos possuam entendimento abrangente no que se refere ao conhecimento dos diversos meios de se fazer pesquisa.

Teixeira (2010 apud SILVA, 2016), por sua vez, entende que o conhecimento é primordial no que concerne à educação de qualidade e, com a pesquisa, é possível construir novos conhecimentos, além de validar aqueles já existentes. Para que essa possibilidade se torne ainda mais efetiva, seria proveitoso se a metodologia de pesquisa começasse a ser trabalhada já no ensino básico, pois, dessa forma, o aluno ingressaria na faculdade com conhecimento prévio sobre como fazer ciência.

Na universidade, cabe ao professor e ao aluno trabalharem de forma integrada para a formação deste último; contudo, é tarefa do primeiro estabelecer procedimentos de ensino eficientes, não apenas para a produção científica, mas para uma boa formação do profissional que está nascendo. Logo, a disciplina de metodologia estimula o discente a questionar os limites da ciência, além de possibilitar a sapiência no que diz respeito aos diferentes rumos dentro de uma pesquisa que podem levar ao mesmo destino: a produção de conhecimento (SILVA, 2016).

De acordo com Gil (2002), vários são os métodos possíveis para um trabalho acadêmico, e é o método que permitirá ao autor da pesquisa o alcance de seus objetivos. Sendo assim, é importante que os docentes expliquem quais os delineamentos principais e indiquem quais os aspectos positivos e negativos de cada um.

2.3 PRINCIPAIS DIFICULDADES DOS GRADUANDOS NA APRENDIZAGEM DO MÉTODO CIENTÍFICO

Segundo abordagem anterior, os graduandos possuem diversas dificuldades durante o período da graduação (FONAPRACE, 2016), pois trata-se de uma fase de extrema mudança na rotina e que demanda um grau elevado de rápido amadurecimento, para que seja possível acompanhar o curso sem se prejudicar. Entretanto, entre essas dificuldades, uma das maiores está centrada na produção científica, não apenas no Trabalho de Graduação, mas também na confecção de artigos e Iniciação Científica. Levando esse fato em consideração, discorrem-se neste subitem as principais dificuldades dos universitários no que se refere à aprendizagem do método científico.

Segundo Bezerra et al. (2011), dentro da disciplina de metodologia, aprende-se como estruturar um trabalho acadêmico por meio de um projeto inicial. Portanto, é necessário que o aluno aprenda a escolher um tema relevante, elabore um problema de pesquisa coeso e coerente, e encontre uma metodologia adequada para afirmar ou negar suas hipóteses acerca do tema selecionado e da pergunta feita.

Para tanto, a disciplina deve preparar o aluno para essas normas e padrões do trabalho acadêmico, auxiliando desde a escolha do tema até a organização do cronograma final, além de promover uma assessoria no que diz respeito à busca de artigos nas grandes bases de dados (Pepsic, SciELO, Periódicos CAPES, entre outros, no caso do curso de Psicologia).

Frequentemente, a dificuldade dos alunos tem início na busca de material para preparação do referencial teórico, pois há muita dúvida relacionada à pesquisa; os alunos podem se perder com facilidade no meio da extensa quantidade de material disponível para trabalho. Dessa forma, a disciplina de metodologia deve contribuir nessa etapa inicial do projeto, ensinando a pesquisar e a selecionar os melhores conteúdos para integrarem o trabalho (BEZERRA et al., 2011).

Além disso, uma das principais e mais frequentes dificuldades dos graduandos em fase de preparação de projeto para TG corresponde ao seguimento das normas de elaboração de trabalhos acadêmicos organizados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). É preciso, contudo, dizer que tais normas são importantes para o trabalho científico justamente por padronizarem e organizarem as produções.

Liviet (2006 apud FREITAS, 2012) afirma que as normas são muito importantes não apenas para o trabalho científico, mas para a sociedade como um todo, pois se assemelham a uma “linha reta” responsável por traçar o caminho pelo qual o indivíduo deve seguir. Essa analogia também pode ser utilizada no trabalho científico: o graduando deve fazer uso desses documentos normativos para que seu trabalho esteja sempre organizado e seguindo um padrão de normalização.

As principais normas da ABNT que regem a produção científica acadêmica são:

- NBR 14724, responsável pela apresentação e estruturação das produções acadêmicas.
- NBR 6023, que aborda a formatação das referências.
- NBR 10520, presente na padronização das citações.

A padronização se faz necessária principalmente no momento de avaliar os trabalhos submetidos em congressos e em plataformas. Se cada autor os organizasse à sua maneira, certamente dificultaria o trabalho dos avaliadores; além disso, a existência de regras ajuda na compreensão do material apresentado (BEZERRA et al., 2011).

Para Azevedo (2001 apud BEZERRA et al., 2011), a finalidade de um trabalho científico, frequentemente, é a publicação em alguma revista ou periódico que aborde temas da área escolhida pelo autor; sendo assim, requer cautela e atenção para retratar os pontos principais de uma pesquisa.

A padronização exige essa atenção, pois ao dividir o trabalho acadêmico em diversas subseções, o autor é levado a focar em partes específicas e a produzir, conseqüentemente, um bom trabalho. Ademais, a organização torna o material produzido mais atrativo para os leitores: a normalização torna a leitura do artigo mais fluida e contínua, além de aumentar a qualidade da produção (AZEVEDO, 2001 apud BEZERRA et al., 2011).

Outra dificuldade muito frequente dos universitários está relacionada ao delineamento do método. Conforme mencionado anteriormente, o método é importante, pois trata-se da via pela qual a pergunta-chave do trabalho chegará à sua resposta; dessa maneira, a existência de uma relação estreita entre o tipo de método e o tema é primordial.

De acordo com Gil (2002), o delineamento depende diretamente do resultado que o pesquisador pretende alcançar. Assim, há três tipos de objetivos: exploratório, através do qual o autor formula hipóteses quanto ao tema principal; descritivo, que, como o nome sugere, descreve algum fenômeno; e explicativo, que possui a função de explicar algum fenômeno por meio de observação. Quanto ao procedimento escolhido pelo pesquisador, a gama de

opções é maior, sendo que as principais são: bibliográfico, documental, experimental, quase-experimental, levantamento, estudo de caso, pesquisa-ação e participante.

A definição do método é algo particular do(s) pesquisador(es) e cabe a ele(s) a identificação da melhor maneira de atingir os resultados esperados e responder suas indagações iniciais. Entretanto, no que diz respeito à disciplina de metodologia, é de extrema relevância que os docentes focalizem na apresentação das características principais de cada delineamento, seus pontos positivos e suas dificuldades, para que o aluno saiba como conduzir sua pesquisa. As dificuldades concernentes ao método estão relacionadas à sua escolha, bem como à boa utilização do delineamento no momento de redigir a pesquisa e coletar os dados (BEZERRA et al., 2011).

Por fim, um fator interessante abordado por Freitas (2012) é a questão do plágio dentro dos trabalhos acadêmicos. Como fora visto, diversas são as dificuldades que regem a produção científica, e entre elas está o desenvolvimento da leitura e da escrita crítica, o que pode levar alguns universitários para o “caminho mais simples”: plagiar a produção de outra pessoa e assumi-la como sua própria, e, devido ao aumento da facilidade para “copiar e colar” o texto do autor original com o avanço da tecnologia, as instituições de ensino têm se preocupado bastante com essa questão e realizado discussões acerca do roubo intelectual comprovado, que é caracterizado como crime (Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998).

Além de ser uma prática ilegal, o plágio foge completamente da proposta do meio acadêmico, pois uma produção científica, além de contribuir para a área escolhida pelo universitário, também tem como função aprimorar a capacidade criativa do indivíduo; ao plagiar uma produção, essa criatividade é totalmente esquecida e colocada em segundo plano, contribuindo para que o universitário se torne um indivíduo sem pensamento crítico (FREITAS, 2012).

3 MÉTODO

3.1 DELINEAMENTO

O estudo adotou o método quase-experimental, do tipo delineamento de pré e pós-intervenção com um único grupo, mediante os seguintes arranjos descritos por Campbell e Stanley (1979): a) avaliação pré-intervenção da variável dependente com um único grupo; b) o mesmo grupo foi exposto a uma intervenção (variável independente); c) avaliação pós-

intervenção da variável dependente; d) comparação intragrupo das avaliações pré e pós-intervenção.

As variáveis dependentes analisadas neste estudo consistem na avaliação do nível de dificuldade do participante quanto ao planejamento das diferentes seções de uma pesquisa científica no formato de Trabalho de Graduação (TG). A variável independente à qual o participante foi exposto consiste da disciplina obrigatória de Métodos e Técnicas de Pesquisa, na qual estão previstas discussões teóricas e supervisões em grupo da elaboração do projeto de TG.

3.2 PARTICIPANTES

Para esta pesquisa, fora requisitada a participação de 70 discentes do curso de graduação em Psicologia, que estavam passando pelo processo de definição de tema e elaboração do projeto de pesquisa na modalidade de TG. No momento da coleta de dados, os participantes cursavam o terceiro e quarto anos da graduação em Psicologia.

3.3 LOCAL

A pesquisa foi realizada em uma Universidade localizada em uma cidade do Vale do Paraíba, no interior do Estado de São Paulo.

3.4 INSTRUMENTOS

Esta pesquisa utilizou-se da aplicação de um questionário com cinco questões fechadas produzido com base na escala Likert de cinco níveis. O questionário contou com perguntas que avaliaram o grau de dificuldade atribuída pelo discente ao status atual do seu projeto de TG e abordaram os seguintes tópicos: definição de tema, problema de pesquisa, objetivo geral, objetivos específicos, referencial teórico, pesquisa do material bibliográfico, definição de método e normas da ABNT, incluindo a formatação de referências.

3.5 INTERVENÇÃO

A disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa II é ofertada aos alunos do terceiro e quarto anos do curso de graduação em Psicologia, e está organizada em um formato de

supervisões semanais em grupo, nas quais são discutidas as seguintes etapas do projeto de TG: definição do tema de pesquisa, definição do problema de pesquisa, definição dos participantes, instrumentos e procedimentos de coleta e análise de dados.

Aos alunos, são atribuídas tarefas semanais de elaboração do projeto de TG, cujo cumprimento faz parte da composição do conceito final da disciplina. Os docentes contam com uma monitora que auxilia nas supervisões semanais.

3.6 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

O questionário foi aplicado em grupo no início (pré-intervenção) e ao final do semestre letivo (pós-intervenção) da disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa II, e cada aplicação contou com a duração de 10 minutos.

Os dados apresentados referem-se à aplicação piloto do projeto, que se encontra em fase de nova coleta de dados com os discentes do período letivo de 2019. A pesquisa recebeu parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa quanto à metodologia e aos termos de consentimento (número do parecer: 3.642.299).

3.7 PROCEDIMENTO PARA ANÁLISE DE DADOS

Foram feitas comparações das avaliações de pré e pós-intervenção, que utilizaram gráficos com resultados expressos em frequência absoluta.

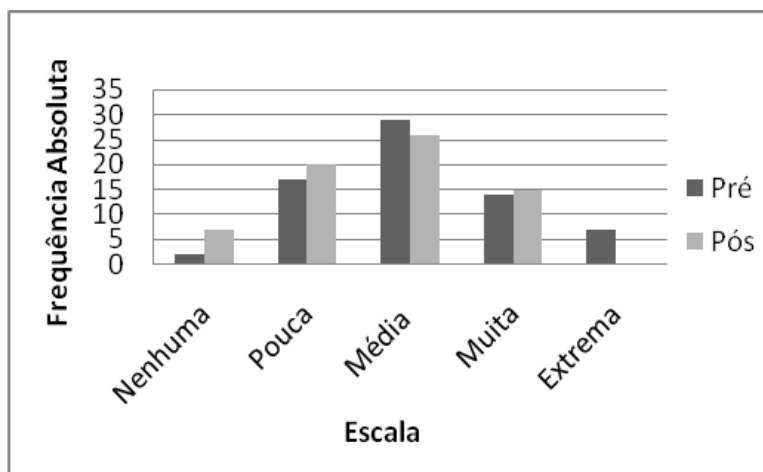
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Primeiramente, apresentam-se os resultados relativos às dificuldades com o tema (Gráfico 1) e problemas de pesquisa (Gráfico 2). Os Gráficos 3 e 4 indicam os resultados obtidos quanto aos seus objetivos: o objetivo geral diz respeito à conclusão que se espera alcançar com o problema proposto, ao passo que os objetivos específicos estão relacionados com a forma adotada pelo pesquisador para atingi-lo, passo a passo.

Na sequência, os Gráficos 5 e 6 ilustram o grau de dificuldade encontrado no que tange à pesquisa bibliográfica; o Gráfico 7 aborda as dificuldades relacionadas ao método da pesquisa.

Por fim, os Gráficos 8 e 9 retratam os resultados referentes ao uso das normas da ABNT, tanto na formatação geral quanto na referência para trabalho acadêmico.

Gráfico 1 – Dificuldade com o tema

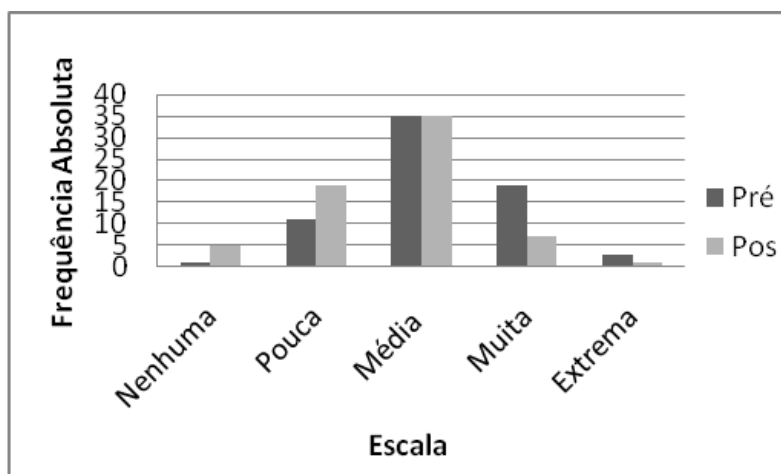


Fonte: Dados da pesquisa

Como visto no referencial teórico deste trabalho, a dificuldade na disciplina de metodologia já se inicia no momento da definição do tema. Através do Gráfico 1, é possível observar que, em um primeiro momento, essa dificuldade foi grande, pois há uma quantidade considerável de respostas assinaladas nas opções “muita” e “extrema”, ao passo que as barras em “nenhuma” e “pouca” aumentaram no final do semestre, indicando que, possivelmente, as aulas de Método e Técnica de Pesquisa auxiliaram os alunos na escolha de um tema válido e relevante.

Os resultados indicam a permanência da dificuldade nos graus “média” e “muita”. Supõe-se que as discussões ocorridas na disciplina aumentam a discriminação sobre áreas com maior e menor produção científica e tipos de métodos a seguir. Os relatos de interesse de mudança de tema ao final da disciplina são comuns em função do melhor entendimento sobre a amplitude de literatura sobre uma temática.

Gráfico 2 – Dificuldade com o problema de pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa

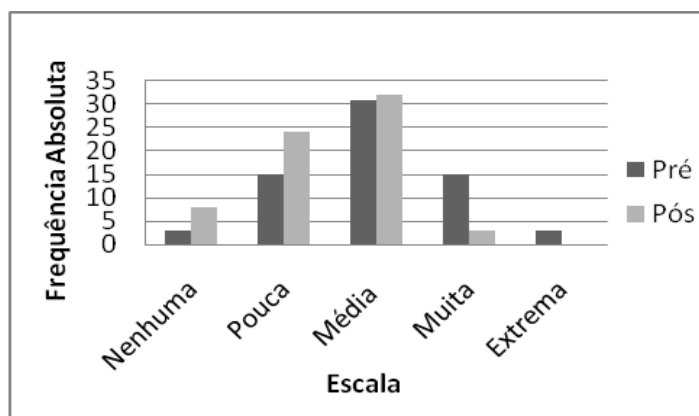
O Gráfico 2 ilustra, na segunda aplicação do questionário, que as opções “nenhuma” e “pouca” se mostram opostas às alternativas “muita” e “extrema” da primeira aplicação, retratando que as aulas de metodologia foram importantes para a compreensão da elaboração de um problema de pesquisa coeso, posto que os alunos sentiram menos dificuldade nessa parte da pesquisa.

Oliveira e Valença (2015) destacam que um dos itens principais dentro de um trabalho acadêmico é a elaboração de um problema, pois ele será a chave para o restante da pesquisa. O problema de pesquisa demanda certo conhecimento sobre o assunto, ou seja, antes de ser elaborado, é necessário que o indivíduo já tenha realizado uma pesquisa prévia sobre o tema escolhido.

A mudança no grau de dificuldade pode estar relacionada ao maior número de aulas para a definição do problema; no geral, são utilizadas de duas a três aulas, com a solicitação de que os alunos redijam e apresentem a descrição do problema de pesquisa (OLIVEIRA; VALENÇA, 2015).

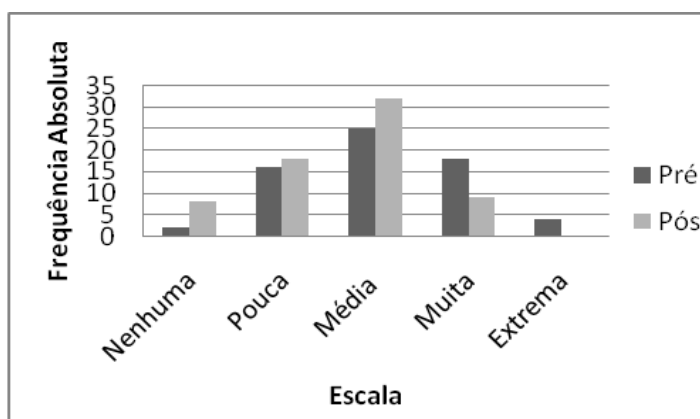
A seguir, encontram-se os gráficos referentes aos objetivos, tanto gerais (Gráfico 3) quanto específicos (Gráfico 4). Conforme abordado anteriormente, o objetivo geral descreve qual é a principal meta da pesquisa, enquanto os objetivos específicos relatam como esses resultados serão alcançados.

Gráfico 3 – Dificuldade com o Objetivo Geral



Fonte: Dados da pesquisa

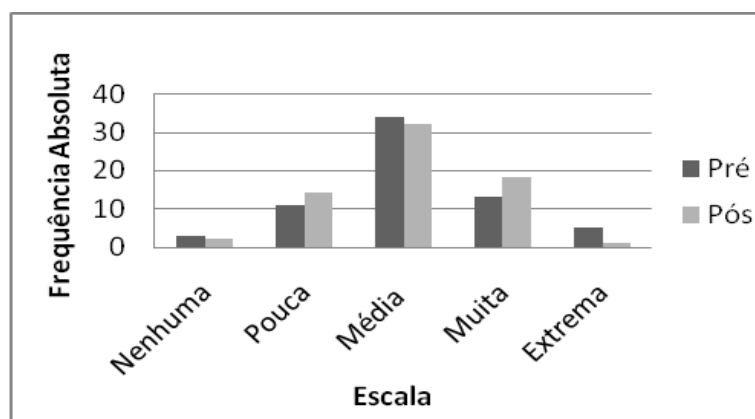
Gráfico 4 – Dificuldade com os Objetivos Específicos



Fonte: Dados da pesquisa

Como é possível observar, dificuldades com ambos os itens diminuíram após as aulas de Metodologia, demonstrando eficácia na disciplina no momento de auxiliar os universitários na elaboração de objetivos.

Gráfico 5 – Dificuldade com a pesquisa bibliográfica



Fonte: Dados da pesquisa

Através do Gráfico 5, nota-se que o grau de dificuldade continuou elevado no penúltimo nível, revelando que grande parte dos graduandos ainda pode enxergar os levantamentos relacionados ao conteúdo como um obstáculo no momento de realização da pesquisa, o que pode levá-los à desmotivação para a produção científica, principalmente em se tratando de uma produção obrigatória, como o Trabalho de Graduação.

Segundo Bezerra et al. (2011), todo trabalho necessita de uma boa base de dados para o seu referencial teórico. Obviamente, outros materiais científicos podem ser consultados, como por exemplo, os livros; entretanto, com o advento da tecnologia e a maior facilidade para encontrar materiais na internet, atualmente, a preferência é acessar periódicos, anais e artigos publicados em bancos de dados *online*. Posto isso, um dos itens do questionário refere-se ao “material bibliográfico”, que abarca tanto a facilidade (ou não) para encontrar materiais relevantes para a pesquisa, quanto o bom uso dos bancos de dados.

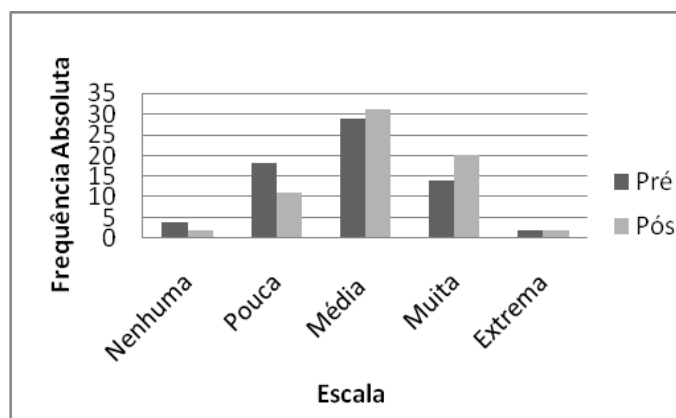
É importante citar que, além das aulas de Método e Técnica de Pesquisa (MTP), o curso de Psicologia da universidade em questão dispõe, em sua grade curricular, de aulas de Trabalho Acadêmico no primeiro semestre da graduação, disciplina esta que favorece o contato dos alunos com alguns aspectos importantes, seja com relação à formatação do trabalho segundo as normas ABNT, ou no que concerne à pesquisa e ao uso dos bancos de dados de forma produtiva.

Uma hipótese pertinente aos dados apresentados é que as estratégias de pesquisa bibliográfica não são revistas na disciplina de MTP, já que estes indicam a necessidade de adequação do Plano de Ensino da disciplina.

É possível perceber elevado nível de dificuldade no que diz respeito a essa parte do trabalho científico. É fundamental que as universidades, durante algum semestre, direcionem seu foco para a retomada de produção de texto, a fim de que os graduandos não se sintam desamparados no momento de produzir alguma redação, desde trabalhos disciplinares até o próprio TG.

Os níveis de dificuldade continuaram altos mesmo após a disciplina de metodologia, abrindo possibilidade para que a universidade se concentre nesse aspecto e auxilie os alunos.

Gráfico 6 – Dificuldade com o referencial teórico



Fonte: Dados da pesquisa

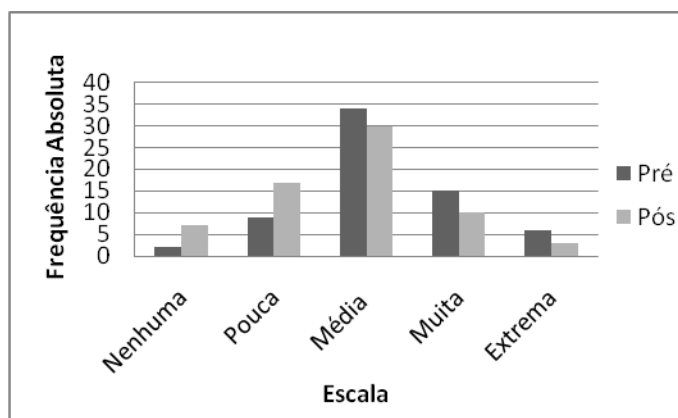
Observa-se, a partir do Gráfico 6, que os graduandos também tendem a sentir um pouco mais de dificuldade na organização do Referencial Teórico. Para Oliveira e Valença (2015), a educação brasileira sofre defasagens desde a sua base, gerando maiores dúvidas no momento de escrever uma dissertação ou uma monografia.

Cabe aqui a discussão sobre as definições de um semestre para o estudo das etapas da pesquisa científica e um semestre para a elaboração do projeto, que limitam o acompanhamento da elaboração teórica. Soma-se a isso o fato de que a multiplicidade dos temas e problemas de pesquisas podem sobrecarregar as aulas durante o semestre, de forma que apenas uma disciplina de MTP não consiga rever aspectos pontuais de cada projeto de pesquisa.

Esse é um fator que seria melhor trabalhado no curso como um todo, e não apenas na matéria sobre metodologia, de forma que todas as disciplinas devem favorecer o desenvolvimento de habilidades de aprofundamento teórico, uma vez que são exigidas na elaboração do Referencial Teórico de uma pesquisa.

Um dos pontos mais abordados durante a aula de metodologia é a definição do método e sua importância (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Dificuldade com a definição de método



FONTE: Dados da pesquisa

De acordo com o Gráfico 7, é possível visualizar que houve uma diminuição da dificuldade no momento de definir a metodologia do trabalho. Contudo, mesmo com o declínio nos obstáculos sentidos pelos universitários, ainda há necessidade de maior discussão sobre os diferentes tipos de delineamentos, bem como dos principais pontos positivos e negativos de cada um, para que os graduandos não sejam surpreendidos negativamente e necessitem mudar o método após o início do trabalho.

Um dos pontos principais da aula de metodologia é a explicação dos diferentes métodos que podem desenhar uma pesquisa científica e como estes se aplicam. Bezerra et al. (2011) entendem que o método escolhido para a pesquisa é aquele que deve viabilizar a investigação do problema de pesquisa; logo, o pesquisador deve ter clareza sobre a multiplicidade de métodos científicos disponíveis.

Durante a disciplina de metodologia são estudados os tipos principais de delineamento, que são: bibliográfico, pesquisa de campo, pesquisa de levantamento, estudo de caso e pesquisa experimental. Segundo Gil (2002) e conforme citado anteriormente, toda metodologia tem seus pontos negativos e positivos, portanto, é necessário que haja cuidado no momento de definir o método da pesquisa.

Dois tipos de delineamento são os mais escolhidos pelos graduandos: bibliográfico e levantamento. O estudo de caso também é bastante recorrente, mas por demandar uma investigação mais detalhada de cada sujeito e levando em conta o pouco tempo que se dispõe para a realização do Trabalho de Graduação, dá-se maior preferência para a análise de dados menos detalhada.

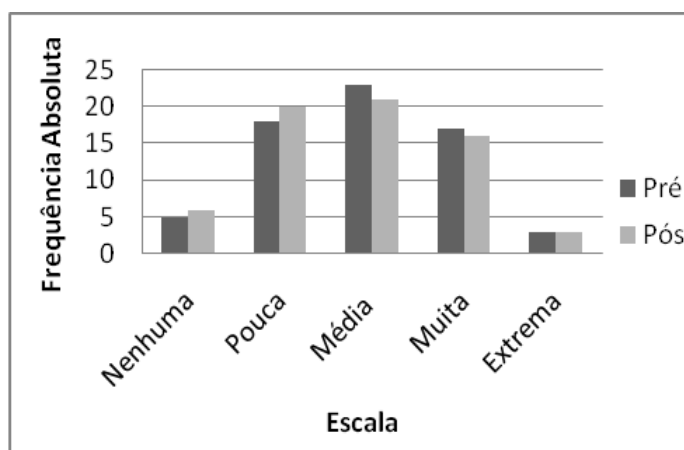
A maior dificuldade sentida nessa etapa do trabalho é a definição de um método que seja compatível com o problema de pesquisa, que responda à pergunta e que ainda seja válido

para o trabalho. Por diversas vezes, os graduandos precisam mudar o método de modo súbito, pois não realizaram o estudo adequado para saber se aquele delineamento era ou não compatível com a pesquisa (Gráfico 7).

Considerando que um número maior de aulas é utilizado para a elaboração do método, é interessante observar a diminuição na dificuldade com esse item no decorrer do semestre. Cada item do método e cada um de seus tipos é discutido de forma separada; há uma aula para a definição dos participantes e local, outra para a seleção dos instrumentos, mais uma para descrever a coleta de dados, e assim por diante. Os resultados do Gráfico 7 podem indicar que uma estratégia de ensino é capaz de produzir resultados positivos, desde que seja devidamente aperfeiçoada.

No que concerne às normas ABNT, têm-se dois gráficos: o primeiro abrange toda a organização e padronização geral do trabalho, além de capa, pré-texto, espaçamento, entre outros (Gráfico 8); o segundo se concentra na formatação de referências (Gráfico 9).

Gráfico 8 – Dificuldade com as normas da ABNT



Fonte: Dados da pesquisa

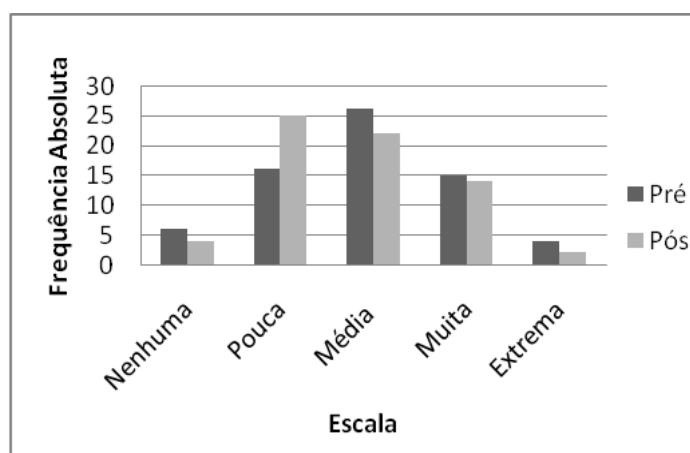
Pode-se observar no Gráfico 8 que a dificuldade com as normas de citação da ABNT diminuiu após a disciplina de metodologia, porém, ainda continuou alta, reforçando o que foi mencionado anteriormente sobre a carência dos graduandos no que diz respeito às normas. As aulas de MTP podem ser muito favoráveis aos alunos nesse aspecto, mas é preciso que as universidades compreendam a necessidade de ensinar essa etapa extremamente importante logo no início da graduação, a fim de que seja possível a aplicação correta das normas nos trabalhos disciplinares.

Os dois últimos itens do questionário dizem respeito às normas da ABNT relativas à produção do trabalho científico: o primeiro se traduz na norma ABNT propriamente dita; o outro se refere à formatação de referências bibliográficas.

Azevedo (2001 apud BEZERRA et al., 2011) afirma que a normatização dos trabalhos é de grande importância por diversos motivos, dentre os quais se destacam a padronização e a maior facilidade para o trabalho dos avaliadores no momento de selecionar artigos para periódicos e revistas. Dessa maneira, o conhecimento das normas ABNT é extremamente relevante para uma boa produção.

Tanto as normas para o pré-texto e o texto propriamente dito quanto a formatação das referências são abordadas nas aulas de Trabalho Acadêmico e retomadas de forma breve apenas na disciplina de Método e Técnica de Pesquisa, pois supõe-se que os alunos se utilizam das normas para a produção dos trabalhos disciplinares; contudo, a realidade se mostra diferente. Muitos alunos não têm conhecimento dessas normas e não são ensinados da forma correta, pois a formatação não é cobrada durante os anos de graduação. Logo, os graduandos se sentem extremamente ansiosos com essa formatação na época de redigir o TG, posto que qualquer erro é justificativa para a diminuição de pontos (Gráfico 8).

Gráfico 9 – Dificuldade com a formatação de referências



Fonte: Dados da pesquisa

O Gráfico 9 apresenta resultados semelhantes aos encontrados no gráfico anterior, indicando que a disciplina contribuiu para esse aspecto do trabalho; no entanto, é preciso que os alunos estejam acostumados com a formatação de referências antes do momento de escrever uma monografia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a presente pesquisa foi possível constatar, primeiramente, a extrema relevância que a disciplina de metodologia carrega dentro da grade curricular de uma universidade, pois, muitas vezes, o aluno não tem contato com os padrões de um trabalho acadêmico antes de ingressar na faculdade. Dessa forma, é muito importante que a instituição disponibilize, em pelo menos um período, uma disciplina voltada para a área em questão.

Em segundo lugar, a partir da análise de dados, diversas hipóteses interessantes e passíveis de serem utilizadas para melhoria da disciplina foram identificadas. Conforme se vislumbra nos dados relativos à definição de método (Gráfico 7), houve diminuição das dificuldades dos discentes após a realização das aulas durante um semestre.

Ressalta-se, todavia, que essas dificuldades ainda persistem, o que demonstra que a didática adotada para abordar esse item importante da pesquisa está apresentando bons resultados, mas ainda pode ser revisto e incrementado com o objetivo de formar profissionais que, de fato, saibam identificar cada tipo de delineamento de pesquisa, não apenas para a vida universitária, mas também para a vida profissional.

Outro ponto prende-se à dificuldade para realizar a pesquisa bibliográfica: os alunos não estão habituados a buscar artigos e periódicos em bancos de dados, e isso reflete em maior dificuldade para realizar a pesquisa no momento de escrever uma monografia. De acordo com os gráficos correspondentes, observa-se grande dificuldade para redigir um referencial teórico, com a utilização de termos científicos e acadêmicos, causada por problemas para pesquisar e escrever. Para evitar que isso ocorra, sugere-se que a prática da pesquisa e da escrita sejam ensinadas e cobradas dos universitários desde o primeiro semestre.

Por fim, pode-se concluir que a disciplina de Método e Técnica de Pesquisa tem papel fundamental no que concerne à compreensão dos elementos necessários para uma boa e relevante pesquisa científica, pois auxilia os alunos de forma a diminuir consideravelmente suas principais dificuldades. Entretanto, há melhorias pontuais que podem ser implementadas, a fim de aumentar a produtividade dos acadêmicos.

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, M. P. Et al. As dificuldades na elaboração de artigos científicos para alunos de graduação na área da Ciência da Informação: o caso do mini-curso de elaboração de artigos científicos do curso de Gestão da Informação da UFPE. In: **Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência e Gestão da Informação. 2013, Cariri. Os encontros científicos estudantis: vantagens e principais problemas.** Minas Gerais: Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, 2011. v. 3.
Acesso em: 17 de maio de 2019
Disponível em:
file:///C:/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/2145-6979-1-PB%20(1).pdf
- BRASIL. Parecer CES/CNE nº 146, de 27 de agosto de 1962. **Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Superior.** Brasília, DF, 03 de abril de 2002.
Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0146.pdf>
Acesso em: 03 de maio de 2019.
- FREITAS, T. C. S. A Percepção dos Discentes sobre as Dificuldades na Produção do Trabalho Acadêmico. In: **IX ANPED SUL, 2012, Caxias do Sul. IX ANPED SUL.** Caxias do Sul, 2012.
Acesso em: 12 de maio de 2019
Disponível em:
<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/77/721>
- FONAPRACE/ANDIFES (2016). IV Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos da IFES (p. 291). Brasília: FONAPRACE/ANDIFES. Recuperado de <http://201.57.207.35/fonaprace/wpcontent/uploads/2016/08/DIAGRAMACAO-perfil2016.pdf>
- GIL, A.C; **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed, São Paulo: Atlas, 2002.
- MOURA, J.S; SANTOS, A.S.; JESUS, I.J.; SANTOS, J.V.; **Metodologia, o que é isso?** A importância da disciplina metodologia científica na formação acadêmica do aluno de graduação.
Disponível em: file:///C:/Users/Fernando/Downloads/1603-5492-1-PB.pdf
Acesso em: set. De 2018.
- OLIVEIRA, T. A. B.; VALENCA, K. F. P. A importância da metodologia científica para o Ensino e Aprendizagem no Ensino Superior. In: **EDUCERE - XII Congresso Nacional de Educação, 2015, Curitiba - PR. Anais do EDUCERE - XII Congresso Nacional de Educação, 2015.**
Acesso em: 03 de abr de 2019.
Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17807_10482.pdf
- PADILHA, M.I.C.S; CARVALHO, M.T.C; O aluno de graduação e a pesquisa científica; **Revista Esc. Enfermagem da USP.**, v. 27, n.2, p. 281-95, ago. 1993.
Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v27n2/0080-6234-reeusp-27-2-281.pdf>
Acesso em: set de 2018.

REBELATTO, J.R.; BOTOMÉ, S.P. **Fisioterapia no Brasil: fundamentos para uma ação preventiva.** São Paulo: Manole, 1999.

RODRIGUES, D. C. **A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO CULTURAL PARA AS UNIVERSIDADES:** Uma exigência para além da formação profissional. Material não publicado. 2019

SILVA, M. M. S. **A importância do Conhecimento Científico na Universidade e sua Contribuição para a Semana Científica da Faculdade R.Sá.** 2016.

Acesso em: 15 de abr de 2019

Disponível em:

http://www.faculdadersa.com.br/Arquivos/downloads/semana_cientifica/Trabalhos%202016/Servico_Social/A_IMPORTANCIA_DO_CONHECIMENTO_CIENTIFICO_NA_UNIVERSIDADE_E_SUA_CONTRIBUICAO_PARA_A_SEMANA_CIENTIFICA_DA_FACULDADE_RSA.pdf

A REESCOLHA DE ÁREA DE FORMAÇÃO DE ALUNOS UNIVERSITÁRIOS

Adriana Leônidas de Oliveira
Miriam da Costa Camargo

1 INTRODUÇÃO

No contexto da Psicologia, é comum encontrar alunos de curso superior que desistem de sua primeira opção de curso e intencionam recomeçar nova etapa, muitos destes mudando, inclusive, de área de atuação. Fatores como o padrão de socialização e práticas educativas vigentes na família e no sistema de ensino parecem não preparar o aluno para tomar decisões, não o exercitando para examinar valores, interesses e aptidões que caracterizem sua individualidade, além de não oferecer oportunidades para uma exploração sistemática e reflexiva da complexidade do mundo do trabalho.

Analisar o que leva o aluno universitário a fazer uma reescolha de área de formação e avaliar o repertório de variáveis relevantes, que englobam os níveis pessoal, institucional e socioeconômico que o influenciam e o contextualizam, é de grande importância para que este aluno, no futuro, possa ser melhor orientado, diminuindo, conseqüentemente, o número de evasões dos cursos.

Dessa forma, este capítulo apresenta um estudo sobre os motivos da reescolha da área de formação entre jovens universitários.

As próximas seções compreendem uma breve contextualização teórica sobre a difícil escolha profissional na adolescência, a influência familiar no momento de escolha e evasão de curso, o papel da universidade e a importância da orientação profissional nesse processo. Posteriormente, explica-se o método da pesquisa de campo, finalizando com os resultados alcançados e as considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A difícil escolha profissional na adolescência

O impacto causado nos jovens que terminam o ensino médio e logo ingressam na universidade vai além da profissionalização: ele acarreta transformações nas redes de amizade

e de apoio social, revelando a necessidade de estabelecimento de novos vínculos de amizade. Portanto, ajustar-se à universidade é integrar-se socialmente com pessoas nesse novo contexto, com o intuito de desenvolver relações interpessoais satisfatórias (ALMEIDA; SOARES, 2003 apud TEIXEIRA; COLABORADORES, 2008).

As expectativas das pessoas quanto ao próprio futuro profissional estão sempre carregadas de afeto, esperanças, medos e inseguranças, não somente seus, mas também de familiares e amigos mais próximos (SOARES, 2002 apud BARDAGI; HUTZ, 2008).

Nesse sentido, Bordieu (1974 apud RIBEIRO, 2005) entende que o indivíduo tende a reproduzir simbolicamente a estrutura das relações sociais próprias da classe social a qual sua família pertence. Ele é impulsionado pelo desejo de ingressar na universidade, mas precisa enfrentar alguns determinantes do seu *habitus*, como por exemplo, a falta de modelos de trabalho com formação superior em sua família, a reprodução dos modelos de projeto de vida dos pais, a falta de acesso à cultura, pouco incentivada pela família ou, ainda, a necessidade de sobrevivência imediata, que gera projetos de vida instantâneos e de curto prazo.

Os alunos egressos do ensino médio tendem a criar a expectativa de que os vínculos de proximidade e proteção lá vivenciados se mantenham no ensino superior. Sob essa ótica, é importante que tais alunos sejam trabalhados para essa transição e preparados para terem maior autonomia, independência e, em alguns casos, para a impossibilidade de uma relação individualizada com o professor. Por outro lado, deve-se construir, no ensino superior, um modelo de interação que contemple os aspectos técnicos e afetivos, a fim de possibilitar essa troca (BARDAGI; HUTZ, 2012).

A influência familiar no momento de escolha e evasão de curso

Os pais são descritos como modelos profissionais, fontes de apoio e encorajamento que auxiliam na superação de barreiras; são sentidos também como fontes privilegiadas de informações sobre o mundo do trabalho. É no âmbito dos valores e dos projetos familiares que as metas e expectativas profissionais dos filhos são estabelecidas; por isso, a discussão aberta sobre a carreira é tão importante na família (GUERRA; BRAUNGART-RIEKER et al., 1999 apud BARGAGI; HUTZ, 2008).

Segundo Ribeiro (2005), existe um discurso social de que o curso universitário é condição indispensável para a ascensão social e as famílias têm como meta que seus filhos atinjam esse patamar em sua escolaridade.

O valor atribuído ao trabalho, a própria problemática vocacional dos pais, o padrão de interação familiar e os níveis socioeconômico, de escolaridade e ocupacional dos pais parecem características importantes para o contexto de desenvolvimento de carreira dos filhos (BARDAGI; HUTZ et al., 2006 apud BARGAGI; HUTZ, 2008).

É fato que os pais continuam sendo as figuras mais importantes no momento da escolha profissional do adolescente. Quando não há diálogo sistemático sobre esse tema dentro da família, surge a necessidade de intervenções que possibilitem essa aproximação de forma mais efetiva, e a orientação vocacional é um fator facilitador desse caminho. Essa intervenção pode ser dentro da escola ou na própria universidade, em períodos iniciais da graduação, visando proporcionar a aproximação dos pais à nova rotina dos filhos (BARDAGI; HUTZ, 2008).

O papel da universidade

Observa-se, nos estudos de Bardagi e Hutz (2008), que a família e a universidade devem estar atentas ao cotidiano e às práticas do aluno dentro da instituição. A intenção é possibilitar uma conversa franca sobre os sentimentos e as expectativas desse aluno e proporcionar intervenções de aconselhamento de carreira e aproximação de professores, ou seja, a instituição deve propiciar uma rede de apoio que possa orientá-lo no processo de evasão do curso.

A importância dos relacionamentos na graduação também é fundamental para a satisfação acadêmica dos alunos, e essas relações incluem colegas, professores e funcionários da instituição. O papel dos professores é de suma importância nessa dimensão. O conhecimento e o interesse pelas características e dificuldades do aluno, a empatia, a disponibilidade e a capacidade de despertar interesse do aluno pela área e pela carreira foram descritos como sendo essenciais na dimensão relacional no ensino superior (CASTANHO, 2002 apud BARDAGI; HUTZ, 2012).

Estudos demonstram que a solução, para as universidades, seria preocupar-se com objetivos mais amplos de formação e desenvolvimento de estudantes, atentar-se para a formação sociocultural, desenvolver sistemas de valores e definir projetos de carreira, aquisição de competências interpessoais e empreendedorismo. Na perspectiva do aluno, a possibilidade real de mudanças na metodologia e de melhorias na estrutura dos cursos

propiciaria razões importantes para a permanência nos cursos superiores (LOTUFO et al., 1998 apud BARDAGI; HUTZ, 2014).

Vários aspectos foram apontados como relevantes para a evasão e, dentre eles, estão os relacionamentos interpessoais e o envolvimento em atividades acadêmicas e de trabalho na universidade. Estudos de Villas Boas (2003) indicam que os índices de evasão diminuíram consideravelmente com a inserção de alunos em projetos de pesquisa, por meio de programa de iniciação científica. A não participação em atividades acadêmicas pode contribuir para uma falta de informações realistas a respeito da profissão escolhida, impedindo que muitos alunos descrevam claramente seus sentimentos em relação à escolha (VILLAS BOAS, 2003 apud BARDAGI; HUTZ, 2012).

Cabe aqui destacar a importância dos estudos de Teixeira e Gomes (2004), que demonstram a valorização do aluno pelas atividades práticas na formação profissional. Essas atividades são percebidas como oportunidades para que ele possa conhecer melhor a sua profissão e a si mesmo (TEIXEIRA; GOMES, 2004 apud BARDAGI; HUTZ, 2012).

Outro aspecto importante é destacado nos estudos de Silva, Taveira e Ribeiro, (2009): a contribuição do estágio afeta na maneira como os alunos constroem suas carreiras. O contato com o mercado de trabalho proporcionado pelo estágio e a interpretação que os estudantes fazem dessa experiência contribui para aumentar a definição e a relação com o projeto profissional (SILVA; TAVEIRA; RIBEIRO, 2009 apud BARDAGI; HUTZ, 2012).

Portanto, conforme salientado pelos autores, sentir-se parte do ambiente e do grupo é fundamental para que a identidade profissional se estabeleça, porque o aluno tende a associar o curso, os colegas, a instituição e a profissão em si, solidificando seu autoconceito e reafirmando a segurança na escolha de sua carreira profissional.

A importância da orientação profissional

Pesquisas realizadas pelo grupo de estudos em ensino superior da Unicamp reuniram evidências de que os aspectos de compromisso com a instituição e com o objetivo de se graduar não se mostraram suficientes para explicar os índices de evasão ou permanência no curso, indicando a influência dos fatores vocacionais para a compreensão do fenômeno (BARDAGI; HUTZ, 2014).

No ensino médio, a orientação profissional é um importante instrumento, uma vez que os desafios enfrentados pelo adolescente ao ingressar no ensino superior incluem temas

acadêmicos, institucionais, de relacionamentos sociais e de desenvolvimento psicossocial e vocacional. No aspecto do desenvolvimento pessoal, um sentido de identidade mais cristalizado e um código de valores mais organizado também são necessários. A autonomia, o comportamento de exploração da carreira, a tomada de decisão e o comprometimento com as metas também são atitudes e competências fundamentais para lidar com as tarefas do seu desenvolvimento psicossocial e vocacional (ALMEIDA; SOARES, et al., 2013 apud MAGALHÃES, 2013).

No cenário brasileiro, o aspecto vocacional exerce maior influência sobre as possibilidades de permanência ou de saída do aluno, pois a decisão vocacional é tomada antes da entrada para a universidade, o que não acontece em outros países, especialmente na América do Norte.

No que concerne ao aconselhamento de carreira, as pesquisas de Fiorini (2016) remetem ao mundo do trabalho contemporâneo, onde pesquisadores de alguns países da Europa e Estados Unidos se reuniram e propuseram uma nova abordagem para o modelo de desenvolvimento de carreira chamado *Life Designing*, ou *Perspectiva de Construção da Vida*. Ao considerar que a escolha profissional é apenas um dos aspectos que compõem a carreira – que abrange outras vivências do indivíduo, esse modelo revelou um significado mais individualizado e contextualizado com o seu meio social.

Após esses estudos e intervenções na área de desenvolvimento de carreira, passou-se a empregar um novo termo para a orientação profissional: *Aconselhamento de Carreira*. O modelo apoia o indivíduo na construção da própria trajetória de carreira, ao invés de orientá-lo a seguir profissões que, eventualmente, se ajustem às suas competências pessoais. Considera-se a diversidade de cada um de forma particular, num contexto cultural e socioeconômico que influencia as suas escolhas (DUARTE, 2013 apud FIORINI, 2016).

3 MÉTODO

Para compreender os motivos da reescolha da área de formação entre jovens universitários, foi realizada uma *pesquisa de campo, exploratória e qualitativa*.

A *pesquisa de campo* visa obter informações sobre um problema por meio da coleta de dados, evidenciando o que se deseja coletar (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Esta pesquisa pode ser classificada como sendo *exploratória*, pois foram realizadas com propósitos acadêmicos, cujo objetivo foi proporcionar maior familiaridade com o problema e construir hipóteses diante do conhecimento e descrição das características da população que se pretendeu estudar (GIL, 2010). Também pode ser considerada qualitativa porque se preocupa com os aspectos da realidade que não podem ser quantificados e centra-se na descrição, na compreensão e na explicação da dinâmica das relações sociais (GERTHARD; SILVEIRA, 2009).

Para a coleta de dados, utilizou-se um roteiro de entrevista semiestruturado, construído com referência no estudo de Magalhães (1998). Esse roteiro foi dividido em seis conjuntos de questões relacionadas aos seguintes temas: definição, preferências vocacionais, projeto de vida, compartilhamento de questões e anseios profissionais, exploração do autoconceito e grau de certeza.

O estudo foi realizado em uma Universidade localizada no Vale do Paraíba Paulista, abrangendo os cursos da área das Ciências Exatas, Ciências Humanas e Biociências, com foco nos cursos que concentraram o maior número de solicitações de reescolha de cursos de graduação. Foram entrevistados nove estudantes universitários de idades variadas, independentemente do gênero, que fizeram a reescolha da área de formação acadêmica nos últimos três anos. As características dos participantes são apresentadas no Quadro 1.

Os dados foram analisados por meio de técnicas qualitativas do método de análise de conteúdo

Quadro 1 – Características dos participantes da pesquisa

	Gênero	Idade	Estado Civil	Curso Anterior	Curso Atual
P1	Masculino	17 anos	Solteiro	Direito (um semestre)	Psicologia 2º semestre
P2	Feminino	20 anos	Solteira	Psicologia (um semestre)	Psicologia
P3	Feminino	20 anos	Solteira	História (um semestre)	2º semestre
P4	Feminino	20 anos	Solteira	Relações Internacionais (um semestre)	Psicologia
P5	Feminino	21 anos	Solteira	Serviço Social (um semestre)	2º semestre
P6	Feminino	21 anos	Solteira	Engenharia Mecânica (um semestre)	Ciências Contábeis 4º semestre
P7	Feminino	21 anos	Solteira	Economia (um semestre)	Psicologia
P8	Feminino	29 anos	Casada	Arquitetura (três semestres)	2º semestre
P9	Feminino	29 anos	Casada	Letras (dois dias)	Psicologia
P10	Masculino	23 anos	Solteiro	Comércio Exterior (dois semestres)	Administração
P11	Masculino	23 anos	Solteiro	Engenharia de Produção (um dia)	8º semestre
P12	Masculino	23 anos	Solteiro	Odontologia (dois meses)	Psicologia
P13	Feminino	29 anos	Casada	Engenharia de Energia (dois semestres)	Ciências Contábeis 8º semestre
P14	Masculino	30 anos	Solteiro	Economia (seis semestres)	Psicologia
P15	Masculino	30 anos	Solteiro	Filosofia (três meses)	2º semestre

Fonte: Dados da pesquisa de campo

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos depoimentos permitiu a identificação de diversas causas de reopção de curso, já citadas em estudos acadêmicos anteriores, não tendo sido detectadas, neste trabalho, causas diferenciadas para a mudança de área de atuação.

Quanto ao **perfil sociodemográfico** dos entrevistados, observa-se que, muitas vezes, o fator financeiro ou o meio sociocultural do aluno podem ser apontados como a causa da evasão. O fator financeiro foi predominante para apenas um dos participantes no momento da reescolha. Todavia, é importante ressaltar que, assim que a situação financeira da família melhorou, esse aluno retornou para o curso de sua preferência.

Os participantes desta pesquisa, em sua maioria, são alunos adolescentes, que residem com a família e dependem financeiramente dos seus pais. Apenas uma delas é casada e estuda com o benefício do Programa de Financiamento Estudantil (FIES). Outras duas, embora residam com a família, trabalham e são as responsáveis financeiras pelo seu curso. Dois dos

entrevistados residem em cidades próximas e os demais moram na cidade em que está localizada a universidade em que estudam.

Com relação às **percepções sobre a formação universitária**, alguns dos entrevistados mais novos relataram que frequentar o ensino superior foi importante para não desapontar a sua família. Esse fator pode levar os alunos a não se esforçarem para enfrentar os desafios que o ensino superior propõe e, ainda, a não reconhecerem a formação superior como sendo importante para o seu futuro ou para si mesmos.

Embora os participantes tenham mencionado habilidades gerais e específicas requeridas no mercado de trabalho, estas apresentaram-se de modo fragmentado e isolado, não permitindo inferir um perfil global e consistente com a área de formação do estudante. Isso demonstra a dificuldade de se construir um perfil profissional que articule a formação acadêmica e as exigências do mercado de trabalho.

Nesse sentido, nota-se mais maturidade e autoconhecimento entre os entrevistados mais velhos. Muito embora estudos indiquem que a idade cronológica do sujeito não influencia no momento da decisão profissional, esses participantes apresentaram maior clareza sobre as próprias dificuldades na escolha da carreira.

No que concerne aos **motivos apontados para a reescolha**, percebe-se que estes foram diversos, sendo que a falta de interesse pelo curso e a falta de motivação foram os mais citados. Isso demonstra que a pouca informação ou a informação distorcida sobre o curso, aliadas à dificuldade em acompanhá-lo, os levou ao desânimo e à conseqüente evasão.

Sentimentos como decepção e frustração também foram relatados na pesquisa. As dificuldades para acompanhar o curso ou o conteúdo desinteressante das disciplinas foram fatores que contribuíram para o insucesso. A falta de correspondência entre o estudante e o contexto do ensino pode estar relacionada às expectativas irrealistas de que a instituição não vai cumprir o que ele imaginava para a sua realização profissional.

Quando se trata do aspecto do **autoconhecimento**, observa-se que o indivíduo em fase de amadurecimento está envolto em um ambiente de muitas dúvidas, ainda desenvolvendo novas perspectivas, desejos e objetivos. É nesse cenário que ele precisa tomar a difícil decisão de escolher um curso. Diante da falta de orientação profissional, o aluno indeciso se deixa influenciar pela família, numa demonstração de falta de clareza nessa escolha.

Obter autoconhecimento é um desafio para o adolescente, e tanto a escola quanto a família exercem papel importante na escolha profissional, podendo torná-la fácil ou difícil no momento em que apresenta expectativas e valores a determinadas profissões (SILVA;

FUZARO; PACHECO, 2016). Nesse processo, não é só o conhecimento de si que influencia, mas também o meio sociocultural do adolescente (SILVA; FUZARO; PACHECO, 2016).

Ao relatarem os critérios que os levaram à escolha da primeira opção profissional, muitos participantes revelaram que a influência familiar foi fator preponderante nesse processo. Na indecisão, a pressão familiar é vista como principal agente influenciador, seja como apoio ou como imposição, confirmando a tese de Moura e Menezes (2004) de que a participação parental é fator fundamental no desenvolvimento da carreira.

A expectativa de entrar no mercado de trabalho foi fator decisivo no processo da escolha apenas para uma das participantes. Observa-se que essa jovem já passou da fase de adolescência e mencionou que a questão de expectativas de melhoria financeira a levou à primeira escolha. Porém, a falta de informação prévia sobre como proceder para se inserir no mercado, aliada à falta de análise de possibilidades dentro da profissão pretendida, a levou à frustração e à decepção com o curso escolhido.

Portanto, a relação entre a idade e a maturidade profissional, ainda em estudo, demonstra que não se deve levar em conta a idade cronológica, mas sim as variáveis pessoais e contextuais do indivíduo (MOURA; MENEZES, 2004).

No âmbito do comportamento exploratório vocacional, o autoconhecimento facilita o aprendizado, uma vez que possibilita a reunião de informações essenciais à formação do autoconceito (geral e vocacional). O objetivo é reunir determinadas informações sobre o próprio sujeito, ou sobre o meio, e encontrar subsídios para hipóteses que o auxiliem a escolher, preparar, assumir, ajustar-se ou progredir em uma ocupação ou carreira. Nesse sentido, a personalidade e o desenvolvimento de carreira tem sido destaques em pesquisas de diferentes teóricos no âmbito vocacional (SUPER; KNASEL, 1981 apud MAGALHÃES et al., 2001; HOLLAND, 1997 apud MAGALHÃES et al., 2001).

A maioria dos entrevistados demonstrou imaturidade quando da primeira escolha profissional e também no momento da reescolha. Percebe-se que a falta de comportamento exploratório vocacional ainda persistiu em alguns deles no momento da decisão de reopção.

Fatores como a imaturidade e a dificuldade na identificação dos próprios interesses e aptidões prejudicam, consideravelmente, o processo de escolha por um curso universitário.

Entende-se que maturidade vocacional é a capacidade que o indivíduo tem de enfrentar as tarefas e compreender as consequências que o seu desenvolvimento social e biológico exige. Ter clareza de autoconceito é fundamental para o estabelecimento dessa maturidade.

O período universitário é uma fase de construção de identidade profissional e a percepção de identificação pessoal é importante para a satisfação com o curso. Logo, a questão do **desenvolvimento vocacional** parece fundamental na análise dos fatores de evasão ou permanência no curso superior. Nesse sentido, o comportamento exploratório é importante para que os alunos escolham suas atividades dentro do próprio curso ou após sua conclusão.

Uma das entrevistadas revelou que está cursando a universidade para satisfazer a vontade de seus pais. Parece não reconhecer a formação superior como importante para si e para seu futuro, conforme foi observado em seu relato.

Os sujeitos indecisos vocacionalmente caracterizam-se pela pouca motivação e iniciativa para explorar alternativas ocupacionais; tomam decisões impulsivas e sua perspectiva temporal restringe-se ao presente. Assim, eles apresentam dificuldades para imaginar o futuro e formular autoconceitos, relacionando-os com potencialidades vocacionais, isto é, de se traduzirem vocacionalmente.

Portanto, uma reescolha amadurecida é aquela em que o indivíduo observa, analisa e adquire conhecimentos sobre todos os aspectos possíveis da situação em que se encontra, pondera as vantagens e desvantagens e, então, toma uma decisão.

Sobre o **projeto de vida**, grande parte dos entrevistados declarou que gostaria de obter estabilidade financeira e de trabalhar na área escolhida, além do desejo de aplicar seu conhecimento fora do país. Todavia, o fator financeiro, fundamental para o alcance desse objetivo, não foi citado como fonte principal na primeira escolha de curso. No processo de reescolha, esse fator foi mencionado apenas por alguns participantes, podendo-se observar que nem todos demonstraram ter atingido maior maturidade no momento da reescolha.

Na perspectiva de Santos, Luna e Bardagi (2014), a tendência dos adolescentes é a de serem resistentes. Suas características principais são a efemeridade, o distanciamento, a superficialidade de conhecimento e de entendimento em relação ao mundo e a si mesmos. A falta de estímulo à reflexão pode gerar dificuldades no planejamento profissional.

Os sujeitos inseridos na chamada “modernidade líquida” (BAUMAN, 2001 apud SANTOS; LUNA; BARDAGI, 2014) podem apresentar espírito de desapego e descompromisso, impedindo a formação de vínculos, gerando desamparo afetivo e social a esse sujeito. Dessa forma, pensar no futuro e tomar decisões sobre ele acarreta autoconhecimento, e a falta deste dificulta o estabelecimento de prioridades e hierarquia de interesses quanto ao processo de escolha profissional e aos projetos de vida.

No aspecto de aconselhamento de carreira, ao analisar os fatores de reescolha de área de formação, nota-se que o compromisso com a instituição e com o objetivo de se graduar não se mostraram suficientes para manter os alunos no curso.

Atualmente usa-se o termo *aconselhamento de carreira* para a orientação profissional, porque, mais que orientar o sujeito a seguir profissões que possam se ajustar às suas competências pessoais, esse modelo o apoia na construção da própria trajetória de carreira. Esse processo leva em consideração a diversidade de cada um, nos contextos cultural e socioeconômico, que podem influenciar as suas escolhas, promovendo um sentido de identidade mais cristalizado (BARDAGI; HUTZ, 2012).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O impacto causado nos jovens que concluem o ensino médio e logo vão para a universidade vai além da profissionalização. Fenômenos de persistência ou evasão partem das características do estudante e da universidade. Sentir-se pertencente ao grupo é fundamental, e as expectativas e comprometimentos que o indivíduo transfere para o ambiente universitário são ditados pelo seu grau de integração acadêmica e social nesse ambiente. Assim, o processo de evasão deve ser entendido como longitudinal, de interação entre os sistemas acadêmico e social na instituição. Sentir-se apartado do seu grupo pode ser decisivo para o fracasso.

Sob essa ótica, o conhecimento construído nesta pesquisa pode contribuir para os processos de aconselhamento de carreira dentro do contexto universitário. Deve haver um processo de orientação profissional no momento da primeira escolha, pois quando esta é feita sem autoconhecimento, sem conhecimento do mercado e, muitas vezes, com certa pressão familiar, pode desencadear o processo de reescolha, além de gerar outras reescolhas, conforme ocorreu com alguns dos entrevistados deste estudo.

Percebe-se que faltam trabalhos interventivos de aconselhamento durante o ensino médio, responsável por preparar o aluno para o vestibular, mas, muitas vezes, não o prepara para a vida universitária.

Por sua vez, a universidade deve acompanhar e se preocupar com o desenvolvimento psicossocial desse aluno e com as condições que favorecem um melhor aproveitamento da experiência acadêmica, criando programas de Intervenção para minimizar os índices de evasão.

Estudos recentes por parte dessas instituições demonstram o aumento da preocupação com as questões vocacionais, no entanto, torna-se fundamental integrar iniciativas que focalizem o aluno como um todo, com ações específicas de cada área, curso ou grupo de alunos.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, A. M.; ALMEIDA, L. S. Adaptação ao ensino superior: o papel moderador das expectativas acadêmicas. **Educare, Revista Científica de Educação**, v. 1, n. 1, p. 13-32, 2015.
- BADARGI, M. P.; ALBANAES, P. Relações entre adaptabilidade de carreira e personalidade: um estudo com universitários ingressantes brasileiros. *Revista da Associação Portuguesa de Psicologia*. **Revista PSICOLOGIA**, v. 29, n. 1, p. 35-44, 2015.
- BARDAGI, M. P.; BOFF, R. M. Autoconceito, autoeficácia profissional e comportamento exploratório em universitários concluintes. **Avaliação** (Campinas) [online], vol.15, n.1, pp.41-56, 2010.
- BADARGI, M. P.; HUTZ, C. S. Não havia outra saída”: percepções de alunos evadidos sobre o abandono do curso superior. **PSICO**, v. 14, pp. 95-105, jan/abr, 2009.
- BADARGI, M. P.; HUTZ, C. S. Apoio parental percebido no contexto da escolha inicial e da evasão de curso universitário. **Revista Brasileira de orientação Profissional**, v. 9, n. 2, pp. 31-44, 2008.
- BADARGI, M. P.; HUTZ, C. S. Rotina acadêmica e relação com os colegas e professores: impacto na evasão universitária. **PSICO**, v. 43, n. 2, pp. 174-184, abr/jun, 2012.
- BARDAGI, M. P.; HUTZ, C. S. Evasão universitária e serviços de apoio ao estudante: uma breve revisão da literatura brasileira. *Psicologia Revista*. **Revista da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde**. v. 14, n. 2, p. 279-301, 2014.
- BARDAGI, M. P.; PARADISO, Â. C.; LASSANCE, M. C. P. Trajetória acadêmica e satisfação com a escolha profissional de universitários em meio de curso. **Revista Brasileira de Orientação profissional**, v. 4, n. 1-2, p. 153-166, 2003.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- EISENSTEIN, E. Adolescência: definições, conceitos e critérios. **Adolescência e Saúde**, vol. 2, n. 2, p. 6-7, 2004.
- FIORINI, M. C. Desenvolvimento de Carreira: Percurso Histórico e Paradigma Atual. **PSICOLOGIA. PT**, 1-13, 2016.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa** – 1ª ed. Rio Grande do Sul: Editora UFRGS, 2009.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.
- INEP – Censo da Educação Superior. Altos índices de desistência na graduação revelam fragilidade do ensino médio, avalia ministro. 2016. MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32044-censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 11 out. 2018.

MAGALHÃES, M.O. Sucesso e fracasso na integração do estudante à universidade: um estudo comparativo. **Rev. Bras. de Orient. Prof.**, v. 14, n. 2, p. 215-226, 2013.

MAGALHÃES, M.; REDIVO, A. Re-opção de curso e maturidade vocacional. **Revista da ABOP**, v. 2, n. 2, p. 7-28, 1998.

MAGALHÃES, M.; STRALIOTTO, M.; KELLER, M.; GOMES W. B. Eu quero ajudar as pessoas: a escolha vocacional da psicologia. **Psicol. Cienc. Prof.** v. 21, n. 2, junho, 2001.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas. 2003.

MORENO P. F.; SOARES, A. B. O que vai acontecer quando eu estiver na universidade? Expectativas de jovens estudantes brasileiros. **Revista Aletheia**, v. 45, p. 114-127, set/dez, 2014.

MOURA, C. B. M.; MENEZES, M. V. Mudando de Opinião: Análise de um Grupo de Pessoas em Condição de Re-escolha Profissional. **Rev. Bras. Orientac. Prof.**, v.5, n.1, 2004.

RIBEIRO, M. A. O projeto profissional familiar como determinante da evasão universitária – um estudo preliminar. **Rev. Bras. de Orient. Prof.**, vol. 6 (2), p. 55-70, 2005.

RODRIGUEZ, A. Fatores de Permanência e Evasão de Estudantes do Ensino Superior Privado Brasileiro – Um Estudo De Caso. **Caleidoscópio**, v. 1, n. 3, p. 31-43, 2014.

SANTOS, M. M.; LUNA, I. N.; BARDAGI, M. P. O desafio da orientação profissional com adolescentes no contexto da modernidade líquida. **R. Ci. Hum.**, v. 48, n. 2, p. 263-281, jul/dez, 2014.

SILVA, J. E. S.; FURAZO, C. M. F.; PACHECO, M. M. D. R. A Escolha Profissional Para Adolescentes: Panorama de Estudos e Pesquisas. **Revista Magistro**, p. 172-177, v. 1, n. 13, 2016.

SILVA FILHO, R. L. L; MONTEJUNAS, P. R.; HIPÓLITO, O.; LOBO, M. B. C. M. A Evasão no Ensino Superior Brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 641-659, set/dez, 2007.

TEIXEIRA, M. A. P.; DIAS, A. C. G; WOTTRICH, S. H.; OLIVEIRA, A. M. Adaptação à universidade em jovens calouros. **Psicol. Esc. Educ.** (Impr.) [online], v. 12, n. 1, p. 185-202, 2008.

AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS: UM ESTUDO DOS SENTIDOS ATRIBUÍDOS POR PARTICIPANTES DE UMA ONG NO VALE DO PARAÍBA

Nicole Cristina Felix Rosa
Camila Young Vieira

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa que se propôs a analisar os sentidos atribuídos por pais e crianças participantes de uma ONG na região do Vale do Paraíba, no que se refere às ações socioeducativas oferecidas pela instituição. As ações socioeducativas consistem em atividades extracurriculares, tais como ações vinculadas ao esporte, à cultura, à arte e ao apoio à aprendizagem, e visam promover atendimento às crianças e aos adolescentes no período em que estes permanecem fora do ambiente escolar. Sendo assim, a pesquisa busca compreender o contexto das ONGs no Brasil, bem como as ações socioeducativas no âmbito das políticas sociais, e identificar os sentidos (percepções e afetos) dos pais e crianças participantes das atividades oferecidas pela instituição estudada.

Dentro deste contexto, é relevante destacar que as ações socioeducativas surgiram com o intuito de garantir proteção às crianças e adolescentes de territórios vulnerabilizados a fim de promover aprendizagens de convívio social, conciliando campo educacional e cultural, proporcionando-lhes direito à cidadania.

O interesse pelo tema surgiu a partir de uma experiência pessoal, a qual possibilitou uma série de questionamentos referentes ao alcance e possibilidades das ações socioeducativas, tais como: de que modo estas ações podem contribuir para o desenvolvimento, para promoção, emancipação e autonomia dos indivíduos? São capazes de promover efetivamente a transformação da realidade? São capazes de possibilitar o acesso às riquezas materiais e simbólicas produzidas pela sociedade?

Nas próximas seções será apresentada uma breve contextualização teórica sobre os temas, para posteriormente ser explicado o método da pesquisa de campo e os resultados alcançados e discutidos à luz da teoria da Psicologia Sócio-Histórica.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 SOBRE AS POLÍTICAS SOCIAIS

Segundo Yamamoto (2007), as políticas sociais podem ser denominadas a partir das questões sociais, um conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos colocados pela necessidade da classe operária no processo de formação da sociedade capitalista. “Questão social pode, pois, ser traduzida como a manifestação no cotidiano da vida social da contradição capital-trabalho” (YAMAMOTO, 2007, p. 31).

De acordo com Höfling (2001), as políticas sociais têm suas bases nos movimentos populares do século XIX, diante do conflito apontado entre capital e trabalho no desenvolvimento das revoluções industriais. Durante os séculos XVIII e XIX, houve um conjunto de mudanças significativas no continente europeu. A revolução industrial estabeleceu a substituição do trabalho artesanal pelo assalariado e pelo uso de máquinas, resultando em uma mudança influente no contexto social e econômico vigente na época. O produtor que antes dominava seu processo produtivo tornou-se operário subordinado aos empresários exploradores, que o forçavam a trabalhar muito em troca de um salário baixo. “Não se tratava mais de trabalhadores independentes, mas de assalariados submetidos à disciplina das oficinas e à lei do proprietário” (RODRIGUES, 2009, p. 8).

Desse modo, as péssimas condições de trabalho oferecidas provocaram o surgimento de alguns movimentos que tinham por objetivo defender o trabalhador. Esses movimentos populares e os conflitos entre capital e trabalho deram origem às políticas sociais, procedimento este necessário, no qual o Estado se organizou para responder às demandas sociais produzidas pelo sistema capitalista (XIMENES; PAULA; BARROS, 2009).

Diante deste contexto, devido à contradição presente no controle dos mercados entre a socialização da produção e a apropriação privada, o Estado passou a ser redimensionado, assumindo a responsabilidade por um conjunto de mecanismos extraeconômicos que se associavam proporcionalmente ao processo produtivo (YAMAMOTO, 2007).

Segundo Höfling (2001), as políticas sociais estão relacionadas às ações que estabelecem o modelo de proteção social realizado pelo Estado, as quais consistem na redistribuição dos benefícios sociais, tendo em vista a diminuição das desigualdades provocadas pelo desenvolvimento socioeconômico.

De acordo com Ximenes, Paula e Barros (2009), no final dos anos 70 e durante os anos 80, o Brasil caracterizava-se pelo crescente desgaste do período ditatorial e pelo

surgimento de diversos movimentos sociais que lutavam pelo estabelecimento de valores e práticas democráticas. Havia, assim, uma discussão gradativa em torno das ações assistenciais.

Considerando a grande mobilização das classes subordinadas e a necessidade de discussão das políticas sociais, Teixeira (2007) afirma que houve a exigência da elaboração de uma lei que regulamentasse a assistência às pessoas que viviam em situação de “vulnerabilidade social”; então, em 1988 foi promulgada a Constituição, denominada “Constituição Cidadã”, afirmando os direitos sociais como dever do Estado.

Deste modo, de acordo com Gonçalves (2010), as políticas sociais tornaram-se responsáveis por garantir os direitos à população por meio de uma perspectiva democrática de proteção como direito universal.

A consolidação da assistência social como política pública, entretanto, não se estabeleceu plenamente na prática, pois embora tivesse ocorrido a promulgação da Constituição de 1988, não houve a realização de muitas das normas definidas (YAMAMOTO, 2009). Em função da vagarosidade na regulamentação, somente em 1993 foi sancionada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que dispõe sobre a organização da assistência social no Brasil e garante a proteção social.

2.2 PROTEÇÃO SOCIAL E AS AÇÕES SOCIOEUCATIVAS

Segundo Matias (2010), as ações socioeducativas no Brasil podem ser denominadas atividades extracurriculares para crianças e adolescentes e são realizadas no tempo livre em que estes permanecem fora da escola. A realização e aplicação destes programas fora do contexto escolar ocorrem com a finalidade de proporcionar uma formação integral para a vida dos participantes.

Segundo Carvalho e Azevedo (2005), citados por Matias (2010), as ações socioeducativas podem ser definidas como ações que reúnem educação e proteção social, extensões de proteção integral à infância e à juventude.

No que se refere à política de assistência social, de acordo com os “Parâmetros Socioeducativos: Proteção Social para crianças, adolescentes e jovens”, elaborada pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ações Comunitárias – Cenpec, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e Itaú Cultural (2007), as ações socioeducativas assumem o compromisso na busca da garantia dos

direitos sociais das crianças, adolescentes, jovens e famílias atendidos em seus programas e serviços. Atuam como programa de proteção social básica ou especial para indivíduos que estão fora do alcance de proteção pública.

De acordo com Prisco (2012), a proteção social tornou-se elemento integrante da política de Assistência Social no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988. Segundo ele, a Proteção Social Básica deve ser compreendida como um conjunto de ações e serviços que têm por finalidade produzir impactos na realidade social de modo a proteger, promover e prevenir a população, a fim de evitar a fragilização e o rompimento de seus vínculos.

Da mesma maneira, para Yamamoto (2009), a proteção social básica caracteriza-se pelo atendimento a pessoas e grupos que estejam “em situação de vulnerabilidade social, e destina-se ao desenvolvimento de ações que visam ao fortalecimento de vínculos sociais e ao desenvolvimento de potencialidades” (YAMAMOTO, 2009, p. 690).

Deste modo, de acordo com Lima e Carloto (2009), as ações socioeducativas têm sido declaradas como umas das principais ações da Política Nacional de Assistência Social para a efetivação da proteção social, em especial da proteção social básica.

De acordo com Nozawa, Garcia e Rocha (2010), muitos dos direitos assegurados pela Lei da criança e do adolescente são efetivados com a finalidade de afastá-las do trabalho infantil, do uso de drogas e da exploração sexual, proporcionando momentos despreocupados e agradáveis. As ações socioeducativas atuam de modo a auxiliar nesta dinâmica, criando espaços para as crianças da comunidade. Sendo assim, visam proporcionar momentos de lazer, convivência, orientação e apoio escolar por meio de oficinas.

Segundo Matias (2010), a elaboração e execução de políticas públicas com esta finalidade devem ser consideradas valiosas, pois favorecem a possibilidade de crianças e adolescentes construírem conhecimentos e habilidades capazes de proporcionar benefícios e permanência na escola formal, resultando em efeitos significativos nas avaliações educacionais.

2.3 TERCEIRO SETOR NO BRASIL

De acordo com Leite (2007), a expressão terceiro setor foi cunhada para designar o conjunto de instituições presentes na sociedade civil que não tinham objetivo de lucro, mas exclusiva finalidade pública. Inicialmente, eram vistas como forma de assistencialismo e caridade, associadas à religião ou a movimentos políticos. Porém, esta visão mudou com a

crise do Estado do bem-estar social, que motivou a busca de alternativas para sociedade, com a finalidade de responder às demandas da população por bens e serviços, visto que, no modelo anterior, isto era dever Estatal.

De acordo com Vicente (2009), o Estado de bem-estar social, inicialmente, era um projeto obrigatório para recuperar a capacidade de expansão dos países capitalistas após a tensão social, econômica e política do período pós-guerra. Ficou conhecido como “era dourada do capitalismo”, por garantir emprego à maioria da população. “Esse cenário propiciou o crescimento econômico industrial e a implementação das políticas sociais com uma aliança entre os diferentes setores da sociedade: os empresários, a classe média e os trabalhadores” (VICENTE, 2009, p. 124). A partir de então, ficaria como responsabilidade do Estado regular a economia e a vida social do País, garantindo o acesso a todos. Entretanto, as crises do petróleo de 1973 e 1979 interfeririam de modo significativo no desencadeamento do fim do Estado de bem-estar social. Essas crises, somadas à contrariedade das empresas privadas, em razão das altas cargas de impostos cobradas pelo modelo de Estado vigente, levaram às críticas das correntes defensoras de outras concepções de Estado e de sociedade.

No Brasil, o Estado do bem-estar social não existiu, pois a promulgação da Constituição Cidadã, na década de 80, vem junto com os ajustes neoliberais que visam a diminuição do Estado e expansão do mercado.

O terceiro setor no Brasil surge nas décadas de 70 e 80, protagonizado por ONGs com dois enfoques distintos: o primeiro, de cunho militante e reivindicatório, sem qualquer ligação com o Estado. O segundo, atuando sob lógicas compensatórias e assistencialistas apoiado por grupos religiosos e voluntários (SILVA, 2011).

Nos anos 90 o terceiro setor ganha destaque no Brasil, mas com uma nova configuração. Nesse momento, o Estado se insere como aliado do setor e formam-se as parcerias públicas não estatais. A partir de então, as ONGs assumem responsabilidade em relação às questões sociais em parceria com o Estado e as empresas. Com isso, apesar de algumas atuações significativas, desresponsabilizam o Estado do seu papel de garantir os direitos sociais (SILVA, 2011).

2.4 PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA

Segundo Bock (2015), a Psicologia Sócio-Histórica carrega consigo a capacidade de crítica às posições reducionistas e incentiva a produção de uma psicologia dialética por meio

de seus fundamentos epistemológicos e teóricos. Fundamenta-se no marxismo e adota o materialismo histórico e dialético como filosofia, teoria e método.

A psicologia Sócio-Histórica, sob a perspectiva do materialismo dialético, assume a concepção de homem “constituído numa relação dialética com o social e com a história, sendo, ao mesmo tempo, único, singular e histórico”. Esta perspectiva permite compreender as mediações sociais que constituem o sujeito em busca do sentido manifestado por ele (AGUIAR; OZELLA, 2013, p. 301).

De acordo com Aguiar e Ozella (2013), aspectos teóricos metodológicos desenvolvidos por Vigotski surgiram devido à necessidade de uma teoria que fizesse a mediação entre o método materialista histórico e os fenômenos psíquicos, com o objetivo não só de compreender a relação sujeito/objeto, mas a própria constituição do sujeito, produzindo um conhecimento mais próximo do concreto. A adoção dessa perspectiva metodológica tem como decorrência a crítica radical das visões reducionistas, objetivistas e subjetivistas.

Para tanto, Vigotski introduziu o conceito de mediação a fim de superar a cisão singular-social e, como metodologia de análise, criou a categoria de sentidos e significados.

Segundo Vigotski (2001 apud AGUIAR, OZELLA, 2013, p. 304), o indivíduo é capaz de internalizar o significado da materialidade e torna-se capaz de transformar o que é natural em cultural. Os significados podem ser caracterizados como produções históricas e sociais que permitem a comunicação e a socialização das experiências. Referem-se aos conteúdos compartilhados, que são apropriados pelos sujeitos e configurados a partir de suas próprias subjetividades. Os sentidos, por sua vez, se referem ao particular, à subjetividade, capaz de expressar o sujeito com mais precisão, unindo os processos cognitivos, afetivos e biológicos.

De acordo com a teoria de Vigotski, descrita por Costas e Ferreira (2013), o processo de humanização dos indivíduos se dá a partir do uso instrumental e cultural em uma esfera social, por isso, os significados e os sentidos são constituídos e transformados na medida em que este homem também evolui.

3 MÉTODO

Para realização do estudo, optou-se por uma pesquisa de natureza qualitativa, a fim de compreender o universo de significados, atitudes e crenças, defendendo o caráter interpretativo do conhecimento (GONZÁLEZ REY, 2010). A investigação do tema foi norteada a partir da concepção da Psicologia Sócio-Histórica, que apresenta uma preocupação

em compreender os conteúdos investigados, descrevendo-os e procurando suas possíveis relações, complementando o individual com o social (FREITAS, 2002).

Para tanto, participaram da pesquisa duas crianças, com faixa etária entre nove e dez anos, integrantes das atividades oferecidas pela instituição há três anos e suas respectivas mães e responsáveis. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as mães e o procedimento Desenho-Estória com as crianças, o qual consiste na identificação das vivências infantis por meio da realização de desenhos com temas e contação de histórias referente a eles. De acordo com Ancona-Lopez (2013), a produção expressa os sentidos atribuídos pela criança à experiência da vida atual. As cenas objetivadas nos desenhos estão relacionadas com a própria experiência e com afetos vividos pelo sujeito.

O trabalho de análise foi embasado na categoria vigotskiniana de sentido-significado, que tem por objetivo alcançar o nível subjetivo do discurso dos participantes, contribuindo para compreensão da dialética social-subjetiva presente nesse contexto.

A análise dos sentidos busca compreender, por meio da construção de indicadores, as formas de ser do sujeito, os processos vividos por ele, bem como suas percepções e afetações. Sendo assim, após as transcrições das entrevistas e histórias, inicialmente, faz-se uma primeira leitura dos relatos transcritos e busca-se os conteúdos significativos; em seguida, aglutina-se esses conteúdos em indicadores. Por fim, em uma leitura mais específica, encontra-se os núcleos de significação que serão pensados, refletidos e articulados com a teoria.

O resultado foi composto por três núcleos de significação, denominados como: 1 – políticas públicas e terceiro setor, 2 – atividades socioeducativas: caminhos e descaminhos e 3 – mudanças e transformações sociais. Estas categorias buscaram refletir não só o trabalho da ONG estudada, como também verificar as possibilidades e impossibilidades das atividades oferecidas, além de identificar as mudanças e transformações percebidas pelos próprios participantes.

Esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa – CEP sob CAAE nº 69174117.5.0000.5501.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os participantes serão descritos como, P1, P2, C1 e C2, nos quais as mães responsáveis se configuram como P1 e P2, e as crianças participantes como C1 e C2.

Sobre os participantes, P1 possui 37 anos, é mãe de C1, criança do sexo feminino que possui 9 anos. Já P2 possui 46 anos, é mãe de C2, também do sexo feminino, que possui 10 anos. Ambas as crianças participam das atividades oferecidas pela instituição há cerca de três anos.

4.1 POLÍTICA PÚBLICA E TERCEIRO SETOR

Este núcleo de análise teve por objetivo refletir o trabalho da ONG estudada a fim de analisar a qualidade das ações e a garantia de direitos, além de problematizar a ausência do Estado, que resulta na precarização dos serviços oferecidos.

De acordo com Cavalcante e Prédes (2010), a qualidade dos serviços públicos prestados à população sofre profunda interferência da política social que está subordinada à política econômica, refletindo, assim, nas condições de trabalho dos profissionais que atuam na área social e no próprio serviço oferecido.

Segundo o relato da participante 2, é possível identificar como a dependência em relação à política econômica é capaz de provocar a ausência ou lentidão das políticas sociais, e, por consequência, a falta de recursos provenientes do Estado aos serviços prestados.

P2: O projeto está indo, mas está andando lento, e pelo tanto de tempo que já estamos aqui, já era para a gente estar lá em cima, e a gente não está. Aqui não tem ajuda. A única ajuda que tem aqui é de doação.

Este trecho revela a ausência de verbas e investimentos nos projetos sociais. É válido considerar que a falta de recursos para a contratação de um número suficiente de profissionais é uma barreira para a implementação e garantia da qualidade dos serviços prestados.

Diante deste contexto, é possível compreender o papel das ONGs como uma terceirização dos serviços públicos. A responsabilidade, que antes era do Estado, passa a ser transferida para própria população carente de recursos, e sua efetivação deixa de ser um direito, passando a ser uma opção do voluntariado da própria região.

A terceirização do serviço oferecido não garante qualidade e permanência das atividades, tornando-se dependente da disponibilidade de professores e voluntários que, muitas vezes, abandonam a instituição devido a outros compromissos, como por exemplo, emprego ou faculdade, dificuldade financeira, falta de comprometimento, entre outros.

De acordo com o material coletado por meio do procedimento Desenho-Estória, é possível identificar características referentes às dificuldades do trabalho voluntário presente na instituição. Segue o relato:

C2: O dia ruim no projeto, foi no dia em que a professora de balé foi embora. Aí, a outra professora chegou e disse também que só iria ficar até outubro porque estava grávida e o bebê ia nascer. Aí ela disse que ia entrar outra professora, e eu fiquei triste porque as outras foram embora e a outra vai ter que entrar. Fiquei triste e acho chato ter que ficar trocando de professora.



Figura 1. C2: Dia mau – despedida da professora de balé.

Deste modo, a dependência inteiramente do trabalho voluntário, como acontece na instituição estudada, acaba por prejudicar a qualidade e continuidade das atividades fornecidas, permanecendo longe de garantir efetivamente a formação e proteção integral a infância.

No que diz respeito à ausência do Estado, entende-se que ao terceirizar o serviço prestado ao terceiro setor, este deixa de se responsabilizar com compromissos sociais, passando a ser apenas um provedor parcial e fiscalizador, distanciando-se das necessidades da população e de uma política de direito efetiva.

O relato da participante a seguir revela o valor da intervenção estatal no atendimento das necessidades da população.

P2: Há três anos o plantão social que ficava na instituição fechou, por causa dos cortes da prefeitura, e nós ficamos na mão.

Revela, também, a pouca efetividade em investimento social proveniente das políticas sociais, no contexto das prioridades governamentais.

P2: Cheguei aqui em 2009, já faz anos que pedimos ajuda da prefeitura, para os vereadores, mas eles não fazem nada e não querem nem saber se ainda estamos precisando de ajuda. Aqui não tinha projeto nenhum.

Yazbek (2008) afirma que as políticas governamentais no campo social, embora simbolizem o caráter contraditório das lutas sociais, acabam por repetir o perfil da desigualdade no País, tornando-se apenas assistencialistas.

A seguir, o breve relato da participante retrata a ausência do Estado e a transferência de responsabilidades para a sociedade e, por consequência, às mães de família.

P2: Quando a assistente social falou do projeto eu já comecei a chorar ali mesmo na recepção de tanta felicidade. A gente se preocupa com os filhos. Eles gostam daqui! Quantas vezes eu já liguei na Vanguarda, já liguei para os vereadores. Pedi ajuda, sabe? Pra gente poder subir isso aqui. Mas tá difícil, minha filha! Só tá no que tá, porque nós mães temos muita força de vontade.

Na entrevista é possível identificar, também, o empenho e a persistência das mães que exercem a função de buscar recursos para garantia de direitos.

P2: As mães não podem ter preguiça de carregar e trazer. Caminhada das Mães! (risos) E eu não vou desistir! Se um dia fechar, eu não desisto! Vou caçar em outro lugar! Nós vamos andar mais um tiquinho para frente. Como se diz: “no meio do caminho parou, mas lá na frente tem gente, então nós vamos”! Desistir nunca! Sempre andar.

Embora apresente diversas contradições, este setor expressa aspectos positivos, como por exemplo, expectativa de transformação e fortalecimento social. É capaz de promover, mesmo com as dificuldades, pequenos acessos à população.

C1: A menina foi na primeira aula de balé, lá ela conheceu a professora, aprendeu a fazer vários exercícios de balé, dançou e brincou bastante. Foi um dia muito legal.

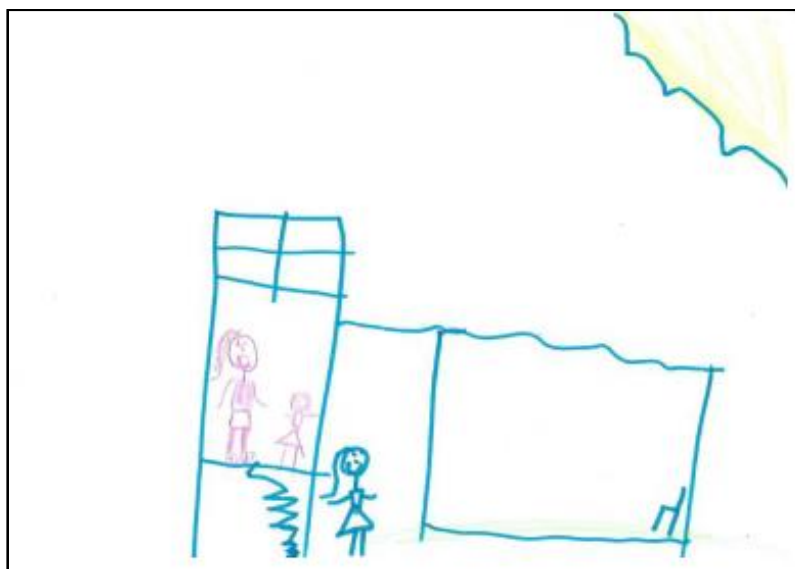


Figura 2. C1: Dia em que aprendi alguma coisa nova – Primeira aula de balé.

O conteúdo coletado permite identificar aspectos relevantes em relação ao processo de inclusão, aprendizagem e estimulação de interesses a cultura. Segundo Carvalho e Azevedo (2005), as ações socioeducativas são ações que combinam educação e proteção social, e podem ser compreendidas como uma tentativa da promoção da garantia de direitos a população.

Contudo, é possível inferir a contradição existente em relação à atuação do terceiro setor, pois este ocupa um lugar que deveria ser de responsabilidade do Estado. Entretanto, as ações desenvolvidas por este garantem direitos mínimos à população, apresentando-se como alternativa de acesso à população vulnerável.

4.2 ATIVIDADES SOCIOEDUCATIVAS: CAMINHOS E DESCAMINHOS

Este núcleo de significação teve por finalidade verificar possibilidades e impossibilidades da instituição. Buscou-se compreender as ações socioeducativas, avaliar as atividades propostas, e as lacunas e dificuldades encontradas para realização destas atividades.

De acordo com o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. Parâmetros socioeducativos: proteção social para crianças, adolescentes e jovens: Igualdade como direito, diferença como riqueza: Caderno 2: Conceitos e políticas, elaborada pelo Cenpec em parceria com SMADS/Fundação Itaú Social (2007b, p. 23), existem algumas diretrizes que caracterizam o serviço dos centros para crianças, adolescentes e juventude operado por organizações da sociedade civil. A seguir, serão apresentadas as

diretrizes em forma de itens, seguidas da articulação e análise com a ONG estudada na pesquisa.

Caminhos e Possibilidades

- Atender às necessidades e interesses presentes no território onde está inserido.

As oficinas desenvolvidas na instituição estão relacionadas aos interesses e necessidades do próprio território no qual está inserida, as modalidades das oficinas que são disponibilizadas no projeto estão relacionadas ao esporte e à cultura.

- Diante das possibilidades, haver complementariedade entre programas sociais.

Algumas parcerias são de extrema importância para a eficácia dos serviços oferecidos, como por exemplo, parceria com o Sesc por meio do programa Mesa Brasil, a qual fornece a maior parte da alimentação oferecida pela instituição, beneficiando diversas crianças e familiares. Entretanto, diante da realidade do projeto, é possível identificar dificuldades de parcerias com demais programas sociais, devido à ausência de recursos como, por exemplo, transporte.

- Promover infraestrutura e divulgação das atividades.

A princípio, não haviam lugares específicos para cada tipo de oficina, mas atualmente esta questão foi solucionada.

P2: O projeto começou na música, mas aí não deu certo depois, teve curso de hortaliça, mas aí também não deu certo, a única coisa que vingou até agora foi o balé, o judô, o teatro e o futebol.

No começo não tinha lugar certo, “o dia que não era em um lugar era em outro”. Aí, com o tempo, foi arrumando, ajeitando, a gente foi pedindo, divulgando, e está continuando até agora.

Descaminhos e Impossibilidades

- Desenvolver as atividades por grupos etários.

Na instituição, a organização em grupos etários, por vezes, fica comprometida devido à grande demanda de participantes e à pouca disponibilidade de voluntários. Com isso, a divisão por turmas e idades acaba ficando prejudicada. Deste modo, as oficinas são organizadas mediante as necessidades de cada grupo.

- Assegurar ações de proteção também às famílias.

O foco da instituição não consiste em trabalhar diretamente com os vínculos sociofamiliares, entretanto, envolve os responsáveis em suas ações, e acaba por realizar tal tipo de intervenção de modo tangencial. Todavia, não é capaz de assegurar ações de proteção a todas as famílias. É válido destacar que pais ou familiares comprometidos com as oficinas e com a instituição

são mais presentes, portanto, apresentam mais frequência durante as aulas e mínima desistência por parte da criança participante.

- Atender as famílias como coparticipantes.

Na instituição, há o início de uma abertura para que os pais atuem como coparticipantes do processo educativo; entretanto, a grande demanda e a falta de funcionários prejudicam esta participação de modo integral.

- Proporcionar amplas e iguais condições de acesso à população atendida.

Identificar as condições de acesso à população atendida não foi o foco do presente estudo, entretanto foi possível observar, mediante o conteúdo coletado, que a instituição busca proporcionar condições a toda população. A carência de recursos na instituição também gera dificuldades para promover iguais condições aos participantes das oficinas. Muitas vezes precisam contar com a ajuda da própria família para realizar determinadas ações, como, por exemplo, vestimenta de uniformes, ou até mesmo ir a um campeonato.

- Alternativas para superação das dificuldades escolares.

As crianças com grandes defasagens são encaminhadas para a psicopedagoga da instituição, que desenvolve auxílio e reforço escolar antes das oficinas. Entretanto, a grande demanda provocada é atendida mediante a disponibilidade voluntária. Deste modo, é possível compreender que, embora a instituição tente auxiliar na superação das dificuldades, não é capaz de realizar o serviço de modo integral.

- Promover experimentação e circulação nos lugares da cidade.

A falta de patrocínio ou verba impede os participantes de ter acesso às riquezas materiais e simbólicas adquiridas na nossa cultura ao longo do tempo, ou seja, restringe o serviço prestado somente à instituição, região na qual já estão inseridos.

Nesse sentido, foi possível identificar possibilidades e impossibilidades da ONG estudada. Em relação a suas possibilidades, esta é capaz de atender às necessidades e interesses presentes no território onde está inserida, oferece uma complementariedade entre programas sociais, tem uma infraestrutura para atender a demanda e realiza uma divulgação das atividades propostas. No entanto, também apresenta algumas impossibilidades, como por exemplo, não ser capaz de realizar as oficinas com divisão por grupos etários. Embora exista uma abertura para a atuação com as famílias, devido à falta de recursos, não consegue atender às famílias como coparticipantes. Além disso, não consegue proporcionar amplas e iguais condições de acesso à população atendida.

Vale ressaltar que a instituição tem um trabalho comprometido com a população e busca estratégias para garantir o serviço no contraturno escolar, mas ainda encontram dificuldades em oferecer alternativas para superação das dificuldades escolares, ou promover experimentação e circulação nos lugares da cidade.

4.3 MUDANÇAS E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

Este núcleo consiste na identificação de mudanças e transformações percebidas pelos próprios participantes. Pretende-se, deste modo, discutir sobre as percepções, afetações e seus impactos resultantes no cotidiano.

De acordo com Cunha (2007), os projetos sociais, como uma via de acesso, ajudam a desenvolver a criança como um ser social, ligando a educação, a cultura e o esporte. Afirma a autora que a educação por meio do esporte vem se tornando um caminho para a promoção de profissionais.

Por meio dos relatos das mães, é possível identificar a percepção positiva que elas possuem acerca do projeto, e o quanto este faz diferença na vida das crianças e de suas famílias.

P2: Tiveram a iniciativa de começar o projeto aqui. Inventar uma história da vida dessas crianças, para ver se daria certo, e aí é como está até hoje. Como eu falo para eles, a criança que não convive com ninguém, que não faz nada, a tendência delas é ficar numa esquina qualquer. E se eles não ocuparem o tempo deles com nada, aí a tendência deles é se tornar agressivo. Agora, se eles pensarem, “ah eu vou naquele projeto, eu vou fazer isso, vou fazer aquilo”, isso vai ajudar eles a pegarem responsabilidade de criança já. Tem horário para entrar, tem horário para sair. É isso aí que ajuda eles, até no amanhã de arrumar um bom emprego, é o esporte, é estar no meio do povo.

Os projetos sociais causam amplo impacto e suas mudanças são visíveis com relação à criança, família e sociedade. Cunha (2007) ressalta que essas mudanças devem ser acompanhadas e avaliadas, e os resultados – tanto positivos quanto negativos – devem ser estudados e abordados como propostas de melhorias para os projetos.

Segundo Matias (2010), ações socioeducativas não se limitam apenas a questões que perpassam a situação social dos envolvidos. Estas atividades impactam, em certa medida, sobre o seu processo de desenvolvimento de forma integral.

No relato a seguir, é possível identificar o prolongamento das mudanças e transformações para demais áreas além do projeto, como, por exemplo, a escola e a família.

P1: Hoje eles se interessam mais pelas coisas, e mais tarde eles vão crescer com aquilo dali e vão investir, né? Na escola, eles começaram a participar mais das aulas, até a professora notou diferença, antigamente tinham muita vergonha.

É muito bom para minhas crianças que estão pequenas ainda, que estão participando agora. Trouxe bastante mudanças! Eles gostam!

P2: Em relação à escola, as notas melhoraram, as notas deles tudo eram vermelhas. Nunca ganhei parabéns nessa minha vida, de três anos para cá eu só ganho parabéns na escola. Eles melhoraram 100%, a própria diretora falou “mãe o que você fez com os seus filhos? Como eles melhoraram nesses três anos para cá”.

Antigamente, as crianças viviam internada, até na saúde deles eles melhoraram. Por causa do esporte, da correria. Até o psicológico deles melhoraram. Nem resfriado mais pega eles.

Segundo Cunha (2007), os projetos sociais têm como finalidade contribuir com o desenvolvimento das competências nas crianças, uma vez que estas, muitas vezes, não são devidamente trabalhadas nas escolas. É importante salientar que a escola e os programas socioeducativos se complementam, com a finalidade de reparar as lacunas e dificuldades encontradas no sistema de serviço público oferecido pelo Estado.

Em síntese, estas ações atuam de modo a promover mudanças e transformações na realidade de seus participantes, e são capazes de intervir além do campo da educação formal, possibilitando mediação em relação a outros contextos, como, por exemplo, inclusão social, familiar, promoção de aprendizagem e motivação, concedendo-lhes dignidade e possibilidades para além do contexto em que estão inseridos, promovendo perspectiva de novas capacidades por meio do encontro com outras pessoas e com a instituição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados obtidos, foi possível identificar não só os efeitos das ações socioeducativas sob a perspectiva dos participantes, como também suas implicações e contribuições como intervenção social.

Em relação ao papel das ONGs no Brasil, entende-se que essas assumem os cuidados que o Estado não desempenha, ocupam espaço nas políticas sociais e passam a responsabilizar-se pelas ausências do Estado, atuando de modo a responder às demandas da população, além de intervir entre o poder público e a sociedade.

No que diz respeito às ações socioeducativas no âmbito das políticas sociais, foi possível compreender as diversas possibilidades nas ações deste serviço, das quais exercem funções importantes para a população e são capazes de prover impacto relevante na realidade de seus participantes.

Em relação à ONG estudada, as atividades oferecidas são estruturadas em forma de oficinas que visam oferecer à população conhecimento, oportunidade, desenvolvimento de habilidades e potencialidades, além de trabalhar a convivência familiar e comunitária. Foi possível identificar que a instituição é capaz de promover acesso ao lazer, à educação, à cultura e ao esporte; entretanto, encontra dificuldades em relação ao trabalho voluntário e à permanência constante das atividades.

As percepções e afetos identificados no conteúdo apurado permitiram compreender os impactos das ações no cotidiano dos participantes. Os relatos das mães revelaram melhoras significativas em relação ao comportamento, à aprendizagem, à busca por interesse, à participação social, além de benefícios relacionados ao sentimento de pertencimento, e reconstrução da dignidade, no que diz respeito à consciência do próprio valor.

Deste modo, conclui-se que as ações socioeducativas, embora atuem, muitas vezes, com caráter assistencialista e sem recursos, são consideradas instrumento de intervenção capaz de dar respostas positivas, atuam como garantia de direitos mínimos à população e são capazes de promover proteção social em regiões de vulnerabilidade. Contudo, considera-se que a proteção social básica deveria ser garantida e financiada pelo Estado, visto que trabalha na prevenção de riscos sociais e preconiza a diminuição da desigualdade social.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, W. M. J. de; OZELLA, S. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 29, n. 236, p.299-322, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2176-66812013000100015&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 13 mai. 2017.

ANCONA-LOPEZ, S. O uso do Procedimento de Desenhos-Estórias na abordagem fenomenológico-existencial. In.: TRINCA, W. (org.). **Procedimentos de Desenhos-Estórias: formas derivadas, desenvolvimentos e expansões**. 1. ed. São Paulo: Vetor, 2013.

BOCK A. M.; GONÇALVES, M; FURTADO, O. (orgs). **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

CAVALCANTE, G. M. M.; PREDES, R. A precarização do trabalho e das políticas sociais na sociedade capitalista: fundamentos da precarização do trabalho do assistente social. **Libertas**. Juiz de Fora, v.10, n.1, p. 1-24, jan./ jun. 2010. Disponível em: <<https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/1860/1309>> Acesso em: 21 mai. 2017.

CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. (2007b). Parâmetros socioeducativos: proteção social para crianças, adolescentes e jovens: Igualdade como direito, diferença como riqueza: **Caderno 2: Conceitos e políticas / CENPEC [on-line]**. São Paulo: SMADS/Fundação Itaú Social. Disponível em: <<https://craspsicologia.files.wordpress.com/2013/04/parametros-das-ac3a7c3b5es-socioeducad-2.pdf>> Acesso em: 11 abr. 2017.

COSTAS, A. F. T., FERREIRA L. S. Sentido, Significado e Mediação em Vygotsky: implicações para a constituição do processo de leitura. **Revista Iberoamericana de Educacion**, n. 55, 2011. p.205-223. Disponível em: <<rieoei.org/rie55a09.pdf>> Acesso em: 15 mai. 2017.

CUNHA, B. Z. **A inclusão da criança em projetos sociais de educação pelo esporte**. 36 f. TCC (Graduação) – Curso de Educação Física, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <[https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/123456789/39/monografia beatriz cunha.pdf?sequence=3](https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/123456789/39/monografia%20beatriz%20cunha.pdf?sequence=3)>. Acesso em: 25 ago. 2017.

FREITAS, M. T. A. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 21-39, Jul, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 jul. 2017.

GONÇALVES, M. G. **Psicologia, Subjetividade e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 136p. 2010.

GONZÁLEZ REY, F. G. O Compromisso Ontológico da Pesquisa Qualitativa. In: REY, F. G. **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade**: os processos de construção da informação. São Paulo: Cengage Learning, 2010. p. 1-28.

HÖFLING, E. M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos CEDES**. Campinas: UNICAMP, v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-32622001000300003&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 15 mai. 2017.

LEITE, M. A. S. O terceiro setor e as organizações da sociedade civil de interesse público – Oscips. **Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais**. Disponível em:
<www.alemgo.gov.br/bancoconhecimento/tecnico/TerSet.pdf> Acesso em: 17 jul. 2007.

LIMA E. S; CARLOTO C. M. Ações socioeducativas: reflexões a partir de Freire, **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p.127-139, 2009. Disponível em:
<<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/692>>. Acesso em: 27 mai. 2017.

MATIAS, N. C. F. A Importância de Políticas Públicas Além da Escola Formal para o Desenvolvimento Infantil e Adolescente: Uma revisão de literatura. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 14, n. 1, p. 93-102, jan./jun. 2010. Disponível em:
<revistas.ufpr.br/psicologia/article/download/10347/12925> Acesso em: 28 mar. 2017.

NOZAWA, T. N; GARCIA, T. L. A; ROCHA, E. F. **A importância do assistente social nos projetos sociais e na educação** – uma breve análise da experiência do projeto degraus criança, 2010. Disponível em:
<<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2223/2363>> Acesso em: 27 mai. 2017.

PRISCO, T. A Proteção Social Básica da Assistência Social. **Argumentum**, Vitória – ES, v. 4, n.2, p. 80-94, jul./dez. 2012. Disponível em:
<<https://doi.org/10.18315/argumentum.v4i2.3151>> Acesso em: 23 ago. 2017.

RODRIGUES, L. M. Mudanças na classe política brasileira. **Centro Edelstein de Pesquisas Sociais**, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em:
<<http://static.scielo.org/scielobooks/h6kh6/pdf/rodrigues-9788579820113.pdf>> Acesso em: 18 mai. 2017.

SILVA, C. Y. **O Psicólogo no Terceiro Setor: os sentidos do trabalho no enfrentamento à desigualdade social**. 2011. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP.

TEIXEIRA, S. M. Políticas Sociais no Brasil: A histórica (e atual) relação entre o “público” e o “privado” no sistema brasileiro de proteção social, **Sociedade em Debate**, Pelotas, v.2, n. 13, p. 45-64, jul.-dez. 2007. Disponível em:
<<http://www.revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/viewFile/400/354>> Acesso em: 25 abr. 2017.

VICENTE, M. M. História e comunicação na ordem internacional. São Paulo: Editora UNESP; **São Paulo: Cultura Acadêmica**, 2009. 214 p. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/b3rzk/pdf/vicente-9788598605968.pdf>> Acesso em: 13 abr. 2017.

XIMENES, V. M.; PAULA, L. R. C.; BARROS, J. P. P. Psicologia comunitária e política de assistência social: diálogos sobre atuações em comunidades. **Psicologia Ciência e Profissão**, v.29, n.4, p. 686-699, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000400004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 15 set. 2017.

YAMAMOTO, O. H. Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v.19, n.1, p. 30-37, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19n1/a05v19n1.pdf>> Acesso em: 14 mai. 2017.

YAMAMOTO, O. H. Questão Social e Políticas Públicas: Revendo o Compromisso da Psicologia. In.: BOCK, A. **Psicologia e o Compromisso Social**. Cortez: São Paulo, 2009.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO: A NECESSIDADE DO NOSSO OLHAR

Fernanda Cardoso Fraga Fonsêca
Maria José Milharezi Abud

1. INTRODUÇÃO

Há 90 anos atrás, redigia-se o primeiro relato de atendimento educacional aos superdotados no Brasil. Conforme relata Delou (2007), foi em 1929, quando a Reforma do Ensino Primário, Profissional e Normal do Estado do Rio de Janeiro tratou dos alunos denominados *super-normaes*. Ao longo destes anos, o tema ainda encontra-se envolto em mitos e desconhecimento por parte de muitos profissionais da área da educação (RECH e FREITAS, 2005). Evidente que a culpa não é dos profissionais; o tema não costuma fazer parte ou receber a devida atenção dos conteúdos programáticos das disciplinas em cursos de graduação no Brasil, nem na Psicologia, nem da Pedagogia e licenciaturas (PÉREZ; FREITAS, 2011). Assim, o tema parece ainda não estar consolidado dentre os conhecimentos destes profissionais. Para além do comprometimento das práticas dos profissionais que atuam na educação, as consequências disso se desdobram em uma espécie de efeito dominó: Se os profissionais que deveriam ter a adequada compreensão do tema, não o tem, deixam de incluir em suas atividades, a identificação dos alunos com Altas habilidades/Superdotação (termo abreviado como AH/SD), o que se comprova pela subnotificação desses alunos nas escolas brasileiras. A falta da identificação, impacta negativamente no atendimento de tais alunos. Afinal, valeria a pena o esforço para implementar projetos cujo público alvo seriam alunos que inexistem, ou são uma minoria tão ínfima da população escolar, diante de tantos outros desafios enfrentados por qualquer instituição de ensino (ainda que tais alunos tenham, por lei, este direito garantido)?

Sem o atendimento acontecer, o que será divulgado como prática de trabalhos na área de AH/SD? Assim parece se fechar o ciclo vicioso que tem condenado o trabalho com as pessoas com AH/SD ao ostracismo e ao estereótipo de exótico, elitista e desnecessário.

Assim, este capítulo objetiva expor os principais tópicos sobre o tema das Altas Habilidades/Superdotação para a sua difusão, destacando o que a bibliografia expõe como aspectos relevantes.

Para isso, a seguir apresentam-se os temas mais pertinentes à difusão do conhecimento acerca do tema, encontrados a partir da pesquisa bibliográfica.

2 MÉTODO

Este capítulo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que é definida por Marconi e Lakatos (2007), como uma técnica de pesquisa que abrange toda a bibliografia já publicada a respeito do tema de estudo, tais como livros, revistas, teses, monografias, rádio, filmes, televisão e etc. O contato direto do pesquisador com estes materiais, “propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 71).

Gil (2008) destaca que para se realizar uma pesquisa bibliográfica, é necessário recorrer às seguintes etapas: formulação do problema, elaboração do plano de trabalho, identificação das fontes, localização das fontes e obtenção do material, leitura do material, confecção de fichas, construção lógica do trabalho e, por fim, redação do texto.

Por meio dessa técnica, foram encontradas e selecionadas as fontes para o presente capítulo sobre o tema Altas Habilidades/Superdotação, conforme exposto a seguir.

3. O QUE SÃO ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO?

A definição exposta na “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL, 2008, p. 15), do Ministério da Educação, o MEC, é a seguinte:

Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

Quando se fala sobre esse potencial, fica a pergunta: o potencial é considerado elevado comparado a que ou a quem? Segundo Gagné (2008), conforme expõe Simonetti (2008, p. 42), os talentosos são aqueles que possuem um nível superior de mestria demonstrada em, pelo menos, um campo de atividade humana que situe o indivíduo entre os 10% superiores, “relacionados aos pares que estão (ou já estiveram) ativos naquele campo”. Logo, o conceito para se considerar alguém com altas habilidades/superdotação passa a ser entendido como estatístico. Este conceito das ciências exatas, então, torna lógica a existência de pessoas com

AH/SD, já que em qualquer sociedade, sempre existirão os que figuram entre os 10% que possuem desempenho superior em alguma atividade humana. Em números absolutos, Pérez e Freitas (2014) calculam que no cenário brasileiro há 2,5 milhões de estudantes com AH/SD.

Com relação à terminologia para referir-se a essas pessoas, Gagné (2008) utiliza o termo talento, um termo diferente do utilizado pelo MEC. Essa questão merece uma explicação a parte, já que não é consensual entre os autores.

4. TERMINOLOGIA

Os termos superdotação, altas habilidades, assim como dotação, talento e até mesmo genialidade, são termos frequentemente utilizados para referir-se à inteligência acima da média. As diferenças parecem ter se efetivado em parte devido às traduções de materiais estrangeiros sobre o tema e em parte pela própria concepção que os diferentes autores demonstram ter sobre o fenômeno. Aliado a isso, há a realidade de autores diferentes pesquisando simultaneamente e atribuindo nomes diferentes a conceitos semelhantes (GUENTHER, 2012).

Para Alencar, Feldhusen e French (2004), o termo “talento” costuma ser empregado para denominar uma habilidade específica em um domínio de atividade humana, por exemplo, em alguma modalidade artística ou esportiva. O talento na criança estaria ainda em fase inicial, não completamente concretizado, enquanto que no adulto pode traduzir-se em um desempenho competente após treino, como por exemplo, na natação ou na pintura. O termo “superdotado” tem sido mais comumente associado ao notado alto potencial intelectual. Contudo, de acordo com os autores, há um aspecto comum entre os termos, pois consideram que tanto o talento como a superdotação são desenvolvidos na interação da predisposição genética com as influências externas, como a família, os professores, os amigos e o ambiente cultural no qual a pessoa está inserida.

Landau (2002, p. 36) explica a diferença entre os termos de uma outra forma. A autora divide a capacidade humana em três diferentes níveis: talento, superdotação e genialidade, explicando que

o talento manifesta-se num campo específico de interesse do indivíduo. A superdotação constitui um aspecto básico da personalidade da pessoa talentosa, que lhe propicia revelar seu talento num nível superior, de maior abrangência, tanto cultural quanto social. A genialidade é um fenômeno raro na humanidade que abriga um grande número de manifestações, incluindo o

talento do superdotado, cuja compreensão e/ou realização se observam em âmbito mundial. (LANDAU, 1973).

Assim, a autora sintetiza que se o talento não for estimulado, a superdotação não se manifesta e a genialidade não se realiza.

Guenther (2012) também posiciona-se quanto às divergências entre os significados de cada um dos termos para expressar o potencial superior. A autora utiliza em sua obra os termos dotação e talento, porém aponta uma diferença nos significados. Traduzida do inglês *giftedness*, a dotação é a posse e o uso de notável capacidade natural, constituinte da genética do indivíduo, pode ser entendida como algo que ele “tem”. Assim como dotação, termos como potencial e aptidão também referem-se à capacidade natural do indivíduo. O talento, por sua vez, é o termo usado para designar uma competência treinada, aprendida, ou seja, aquelas habilidades desenvolvidas em alguma área da atividade humana, em um nível superior de realização. Da mesma forma, termos como habilidade e competência, também estão associados à capacidade adquirida. Logo, a dotação é um componente necessário para o desenvolvimento do talento, mas se faz importante a presença de estímulos adequados. De maneira que pode existir em uma pessoa a dotação que nunca se tornará talento por falta de condições apropriadas no ambiente.

Guenther (2012) aponta ainda uma fragilidade com relação ao uso do termo altas habilidades, pois, segundo a autora, o termo pode ter sua origem na expressão da língua inglesa *high ability*, cuja tradução mais correta seria “alta capacidade”.

Por sua vez, o termo superdotado apareceu pela primeira vez no Brasil em 1967, quando o MEC, constituiu uma comissão para definir os critérios para a identificação e o atendimento dos alunos denominados agora, portanto, superdotados. Até então, esses alunos eram referidos como super-normaes (DELOU, 2007).

Faz-se importante a menção de que apesar da variedade na terminologia, neste capítulo, será adotado o termo altas habilidades/superdotação ou sua forma abreviada AH/SD. Essa escolha se deu pelo fato de ser o termo oficialmente utilizado pelo Conselho Brasileiro para Superdotação (ConBraSD) (PÉREZ, 2012) e pelo MEC (BRASIL, 2016).

5. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA O ALUNO COM AH/SD

No que se refere ao atendimento dos alunos com AH/SD, foram encontradas na literatura diversas menções a documentos, tanto nacionais quanto internacionais, e também a leis que garantem o direito dessas pessoas à educação especial.

Um dos documentos mais importantes a ser mencionado é a “Declaração de Salamanca”, que prevê claramente o atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais na escola regular sob a perspectiva da educação inclusiva, o que abrange os com AH/SD. Essa Declaração foi elaborada na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, organizada pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura –, em Salamanca, na Espanha, em 1994. No seu texto, reafirma os direitos à educação previstos na Declaração Universal dos Direitos humanos adotada pela ONU – Organização das Nações Unidas em 1948 e as garantias estabelecidas na Conferência Mundial sobre a Educação para Todos de 1990.

A respeito de seu conteúdo, a Declaração de Salamanca enfoca os direitos da pessoa com necessidades educativas especiais, passando pelas questões relacionadas à política e à organização, à escola e aos educadores, às linhas de ação sobre necessidades educativas especiais e ao envolvimento comunitário (BRASIL, 1997). É destacado no seu texto que a “Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais” aprovada pela Conferência tem por base as experiências dos governos participantes da Conferência, assim como as resoluções, recomendações e publicações da ONU e outras organizações intergovernamentais. Ao relatar sobre como deve ser essa “Linha de Ação”, a Declaração de Salamanca orienta:

[...] que as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem na rua e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidos ou marginalizados. (BRASIL, 1997, p. 3).

E mais: “Os programas de estudos devem ser adaptados às necessidades da criança e não o contrário. As escolas deverão, por conseguinte, oferecer opções curriculares que se adaptem às crianças com capacidade e interesses diferentes” (BRASIL, 1997, p. 8).

No contexto brasileiro, Delou (2007) destaca que as políticas públicas nacionais na área das AH/SD são comumente caracterizadas pela descontinuidade e por ações fragmentadas.

O início dessas políticas se deu nos anos 70, com uma maior preocupação em atender a população escolar especial, incluindo os alunos com AH/SD, que culminou na Lei de Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus (Lei nº 5692/71) (BRASIL, 1971), que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4024/61) (BRASIL, 1961) ao determinar ‘tratamento especial’ para os alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados [...]” (BRASIL, 1971, Artigo 9º).

Delou (2007) ressalta a importância do Projeto Prioritário nº 35/71 que previa a aceleração de estudos dos alunos superdotados. Assim, caso o aluno terminasse antes da idade normal parte dos estudos do ensino de 1º grau, atual Ensino Fundamental, o aluno poderia frequentar simultaneamente o 2º grau, atual Ensino Médio, em escolas que permitissem matrículas por disciplina. No entanto, a autora afirma que a aceleração se tornou mais comum no 2º grau, no caso de alunos de famílias abastadas que eram aprovados nos vestibulares de universidades particulares. Esses alunos costumavam solicitar mandados de segurança que garantiam o acesso às aulas do Ensino Superior enquanto cursavam ou concluíam o 2º grau.

No ano de 1994, segundo Delou (2007), houve a publicação do documento intitulado Política Nacional de Educação Especial produzido pela Equipe da Secretaria de Educação Especial do MEC junto com dirigentes estaduais e municipais, representantes do Instituto Benjamim Constant, do Instituto Nacional de Educação de Surdos e de organizações não governamentais. Tal documento trazia uma revisão dos principais conceitos de Educação Especial sob o paradigma da integração e, com relação às AH/SD, apresentou os avanços teóricos feitos pelas áreas da psicologia e da educação até então. De fato, os anos 90 foram significativos para a área da educação especial, considerando que em 1996 foi aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9394/96, que ampliou o que estava definido no Capítulo III, Seção I, da Constituição Federal, a qual dispõe sobre a educação (BRASIL, 1988).

Portanto, a Lei 9394/96, trouxe modificações na redação para que não apenas os portadores de deficiência tivessem garantido um atendimento educacional especializado, mas todos com necessidades educacionais especiais. Em seu Artigo 4º, a LDBEN, estabelece como um dever do Estado que a educação escolar pública garanta “atendimento educacional

especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1996, Art. 4.º, III). No capítulo II, Seção I, a LDBEN apresenta a possibilidade de flexibilidade para a organização da educação básica:

a educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. (BRASIL, 1996, Cap. II, Seção 1, Art. 23).

Esse é um dos artigos da LDBEN que possibilitaria a aceleração de estudos para que o aluno com AH/SD possa terminar o ensino básico em menor tempo e de acordo com sua capacidade.

Existe igualmente respaldo legal para o atendimento ao superdotado na “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” do Ministério da Educação (MEC), emitida como um documento de orientação publicado em janeiro de 2008 (BRASIL, 2008), que prevê a inclusão em escola regular, como também o atendimento às necessidades educacionais especiais aos alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento, por exemplo, autismo, e com AH/SD.

Como consequência da criação da LDBEN, o MEC iniciou trabalhos que instituíram as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, (Parecer CNE/CEB Nº 17 e Resolução CNE/CEB Nº 2) (BRASIL, 2001), especificando o tipo de atendimento que os alunos com AH/SD devem receber. Posteriormente, o parecer CNE/CEB Nº 13/2009 e a resolução CNE/CEB Nº 4/2009 (BRASIL, 2009a; BRASIL, 2009b) instituem as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, que complementam as Diretrizes Nacionais. Essas Diretrizes Operacionais reafirmam a Educação Especial como uma modalidade complementar e suplementar, bem como definem o Atendimento Educacional Especializado em turno contrário ao da escola regular, tornando obsoletas as classes e escolas especiais.

Apesar disso, Pérez e Freitas (2014) chamam a atenção para o baixo número de alunos atendidos. De acordo com o Censo da Educação Básica de 2012, dos 2,5 milhões de alunos com AH/SD, apenas 11.025 foram registrados; desses, 10.902 estavam sendo atendidos em classes regulares e 123 em classes especiais (PÉREZ; FREITAS, 2014).

Infelizmente percebe-se que, apesar das garantias previstas aos alunos com AH/SD, a desinformação acerca da identificação e de como atender a esses alunos ainda colabora para o baixo número de estudantes atendidos na educação pública brasileira.

6. ATENDIMENTO

Para o atendimento aos alunos com AH/SD, serão expostos aqui dois exemplos de atendimento encontrados na literatura. No contexto nacional, existem os Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S) (BRASIL, 2006). Implantados em 2005 em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, os NAAH/S são espaços extraclasse para prover uma oportunidade mais completa de desenvolvimento aos alunos. De acordo com o MEC, sua proposta é

atender aos alunos com altas habilidades/superdotação; promover a formação e capacitação dos professores e profissionais da educação para identificar e atender a esses alunos; oferecer acompanhamento aos pais dessas crianças e à comunidade escolar em geral, no sentido de produzir conhecimentos sobre o tema e; disseminar informações e colaborar para a construção de uma educação inclusiva e de qualidade. (BRASIL, 2006, p. 11).

Os NAAH/S foram alvo de algumas críticas por ainda não terem conseguido impactar significativamente a área das AH/SD. Apesar da formação de professores, que seria um de seus objetivos, Valle-Ribeiro e Barbosa (2014, p. 102) comentam que essa formação é presencial e disponível àqueles docentes que trabalham nas salas de recursos multifuncionais e, por isso, “atinge uma parcela ínfima dos professores”.

No contexto internacional, Joseph Renzulli também apresenta propostas de atendimento aos alunos com essas necessidades que condizem com sua concepção teórica de superdotação. Iniciou seu trabalho na década de 60, mas sua teoria ganhou mais corpo na década de 70, e vem sendo aprimorada desde então. Em linhas gerais, Renzulli foi influenciado por Sternberg e Gardner no que se refere aos já vigentes questionamentos a respeito dos testes de QI como critério único para a identificação de talentos (RENZULLI, 2004).

Pérez (2004) relata que Renzulli chama a atenção para a afirmativa de Sternberg a respeito do fato de que os testes não funcionam para todas as pessoas em todos os momentos e supõe que no melhor cenário, avalia corretamente apenas um segmento da população

testada. Por isso, ainda conforme Pérez (2004), Renzulli não ignora os resultados dos testes como instrumentos avaliadores da inteligência, mas amplia sua avaliação considerando práticas não limitadoras, como observação de comportamentos da criança. Os testes não poderiam realmente medir todos os aspectos considerados pelo autor, uma vez que em sua visão, os comportamentos de superdotação estão condicionados de forma social e afetiva por instâncias da sociedade, tais como a escola, a família e o trabalho. Com base nisso, criou seu constructo partindo de observações concretas que traziam inovações em relação às práticas mais usuais à época de aceleração e atividades de enriquecimento desconexas (RENZULLI, 2004).

A Concepção de Superdotação dos Três Anéis criada por ele consiste na interação dinâmica de três traços humanos: a habilidade acima da média, o compromisso com a tarefa e a criatividade elevada (RENZULLI, 2014). A habilidade acima da média permanece relativamente estável e não necessita ser excepcional. O compromisso com a tarefa ou a motivação refere-se à persistência, dedicação, esforço e autoconfiança. A criatividade elevada refere-se à flexibilidade e à originalidade do pensamento. Esses dois últimos traços, a criatividade e o compromisso com a tarefa, são mais temporais e contextuais e requerem que os comportamentos sejam observados em situações em que possam ser incentivados e manifestados (RENZULLI, 2004).

Propõe um novo paradigma, principalmente por defender a não rotulação do aluno, ao afirmar que “ser” superdotado não é tão importante quanto desenvolver comportamentos superdotados e criativos em alunos que apresentem elevado potencial. Tal proposta vai ao encontro da flexibilidade tanto na identificação, quanto na inclusão de alunos superdotados que se encontram em situação de risco social ou com baixo rendimento escolar (RENZULLI, 2014).

Em seus estudos, apresenta a diferenciação de dois tipos de superdotação, a escolar ou acadêmica e a produtivo-criativa, sendo que esta envolve, conforme expõe Renzulli (2014, p. 83)

aspectos da atividade e do envolvimento nos quais se incentiva o desenvolvimento de ideias, produtos, expressões artísticas originais e áreas do conhecimento que são propositalmente concebidas para ter um impacto sobre uma ou mais plateias-alvo.

Afirma que pessoas altamente criativas e produtivas têm altos e baixos no rendimento de alto nível. Expõe também que a superdotação acadêmica está contemplada principalmente no nível da capacidade acima da média, tendendo a permanecer estável ao longo do tempo, e

que as pessoas em tal situação nem sempre mostram o máximo de criatividade ou comprometimento com a tarefa (RENZULLI, 2004).

Para Renzulli (2014), a superdotação é relativa ao tempo, às pessoas e às circunstâncias. Isso quer dizer, conforme conclui o autor, que comportamentos provêm de determinadas pessoas (não de todas), em momentos determinados e em circunstâncias também determinadas (não em todo o tempo). Desse modo, entende-se que seja irreal presumir que todas as pessoas tenham comportamentos relacionados às AH/SD, ou então, pensar que as pessoas que apresentam comportamentos de AH/SD terão esses comportamentos em qualquer momento e circunstância. Isso em muito reflete o mito de que a pessoa com AH/SD deva apresentar produções superiores às de seus pares em todas as áreas do conhecimento, todo o tempo. Inclusive esta pressão pode ser muito nociva, principalmente no caso das crianças.

Para o atendimento aos alunos com AH/SD, Renzulli (2014) propõe o Modelo Triádico de Enriquecimento que foi originalmente elaborado para incentivar a produtividade criativa nos alunos por meio da exposição de vários temas, áreas de interesse e campos de estudos. O Modelo se chama Triádico porque se baseia em atividades de três tipos: as atividades exploratórias gerais de tipo I, atividades de treinamento em grupo tipo II e investigações de problemas reais individuais ou em pequenos grupos tipo III. As atividades do tipo I foram pensadas para expor os alunos a uma variedade de temas, hobbies e interesses que eles já apresentam, enquanto que as atividades do tipo II seriam para apresentar novas áreas potenciais de interesse para o aluno. Essas atividades do tipo I e II devem ser ampliadas também para os demais alunos, não apenas os superdotados. O diferencial estaria nas atividades do tipo III que atrairia os superdotados pela possibilidade de aprofundamento e construção de soluções baseadas em problemas reais. São considerados como objetivos das atividades tipo III.

– oferecer oportunidades para aplicar interesses, conhecimentos, ideias criativas e o comprometimento com a tarefa a um problema ou área de estudo selecionada; – adquirir uma compreensão avançada do conhecimento (conteúdo) e da metodologia (processo) utilizados em disciplinas específicas, áreas artísticas de expressão e estudos interdisciplinares; – desenvolver produtos autênticos que são prioritariamente direcionados para realizar um impacto desejado sobre uma audiência específica; – desenvolver habilidades de aprendizagem auto-direcionadas nas áreas de planejamento, organização, utilização de recursos, administração do tempo, tomada de decisões e autoavaliação, e – o desenvolvimento do comprometimento com a tarefa, autoconfiança e sentimentos de realização criativa. (RENZULLI, 2014, p. 546).

Acrescenta-se ao exposto que o Modelo Triádico de Enriquecimento serve como base teórica e curricular para o SEM, Modelo de Enriquecimento para toda a escola³⁴, conforme Renzulli (2014, p. 547).

No contexto atual de educação, destaca-se a importância de se oferecer oportunidades para o desenvolvimento de capacidades acima da média e o atendimento adequado, por meio da educação inclusiva ou de programas complementares (SIMONETTI, 2008; METTRAU; REIS, 2007; MAIA-PINTO; FLEITH, 2002; BARBOSA; SIMONETTI; RANGEL, 2005). A par disso, acentua-se a necessidade de se conceder serviços de orientação e aconselhamento ao superdotado e à família, uma vez que estes indivíduos também podem desenvolver problemas socioemocionais tais como: “perfeccionismo e medo do fracasso, ambivalência a respeito de si mesmo, baixa auto-estima, sub-rendimento, desvio das normas impostas pela família e pelo grupo de mesma idade, além do isolamento social” (ALENCAR, 2007, p. 376).

Contudo, ainda é esperado que seja dada maior assistência às pessoas que se destacam por um potencial superior, pois somente desta maneira é possível o desenvolvimento deste potencial em atividades produtivas para o indivíduo e para a sociedade (GUENTHER, 2000).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em conta o que a literatura da área traz sobre o tema das Altas Habilidades/Superdotação, conclui-se que esse assunto se encontra ainda sob diversos desafios. Um deles refere-se a como localizar a literatura sobre AH/SD, pois foram levantadas diversas terminologias para designar as pessoas cujo desempenho em alguma área do conhecimento se configura como superior. Essa falta de unificação pode tornar complexo o entendimento sobre a conceituação do que é AH/SD, dado que não há consenso sobre como chamar esse grupo de pessoas, assim como observou-se existir uma diferença na própria concepção deste fenômeno no olhar de cada autor.

Um aspecto em que os autores demonstram concordância é com relação ao direito que essas pessoas têm em receber o atendimento adequado às suas capacidades. A respeito do tema referente às políticas públicas, o desafio se apresenta não na falta de consenso, mas na descontinuidade de tais políticas, pelo menos no contexto nacional. A esse desafio é adicionado o de tornar realidade em todos os estados brasileiros o que já está redigido nos documentos há quase 50 anos. Assim, observa-se que tais direitos existem, porém há críticas

³⁴ Schoolwide enrichment model.

quanto a sua execução na educação dos 2,5 milhões de estudantes brasileiros com AH/SD. Sobre os programas existentes, os NAAH/S ainda são apresentados como insuficientes e conclui-se então que, quanto ao atendimento, a maior parte dos indivíduos com AH/SD recebem, na atualidade, pouca ou nenhuma assistência durante sua educação básica. Outro consenso entre os autores, refere-se ao benefício individual e social que pode ser atingido caso a educação contemple o desenvolvimento de capacidades acima da média e o atendimento adequado, por meio da educação inclusiva ou de programas complementares.

Por fim, após esta pesquisa, conclui-se que o tema precisa ser divulgado, visto que a produção bibliográfica, ainda que escassa comparada a outros temas em educação, existe, mas nem sempre chega a quem deve chegar. Essa divulgação deve ser feita no meio acadêmico, para que educadores possam ser formados com um olhar crítico para a sua atuação na educação de todos os seus alunos, sem ignorar aqueles cujo atendimento educacional especializado se faz necessário. E também deve ser feita no meio não acadêmico, para que os direitos existentes possam ser reivindicados e colocados em prática.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, E. M. L. S. Características sócio-emocionais do superdotado: questões atuais. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 12, n. 2, p. 371-378, maio/ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v12n2/v12n2a18>. Acesso em: 7 ago. 2019.
- ALENCAR, E. M. L. S.; FELDHUSEN, J. F.; FRENCH, B. Identificando talentos, aspirações profissionais e pessoas mais admiradas por estudantes. *Psicologia Escolar e Educacional*, Campinas, v. 8, n. 1, p. 11-16, 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pee/v8n1/v8n1a02.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2019.
- BARBOSA, M. C. D. L.; SIMONETTI, L. G.; RANGEL, M. Relato da vida escolar de pessoas com o transtorno obsessivo-compulsivo e as altas habilidades: a necessidade de programas de enriquecimento. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 11, n. 2, p. 201-222, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v11n2/v11n2a4.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2019.
- BRASIL. *Constituição Federal do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 ago. 2019.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB*. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 29 ago. 2019.
- BRASIL. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Tradução de Edilson Alkmim da Cunha. 2. ed. Brasília, DF: Corde, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Nacionais de Educação Especial para a Educação Básica*. Brasília, DF: MEC; SEESP, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação-Documento Orientador*. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/doc/documento%20orientador_naahs_29_05_06.doc. Acesso em: 17 ago. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF: MEC/ SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2019.
- BRASIL. *Parecer CEB/CNE nº 13, de 24 de setembro de 2009*. Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF, 2009a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb013_09_homolog.pdf. Acesso em: 7 set. 2019.

BRASIL. *Resolução CNE/CEB nº. 4, de 2 de outubro de 2009*. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF, 2009b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 21 ago. 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. *A Consolidação da inclusão escolar no Brasil: 2003 a 2016*. Brasília, DF: MEC/SECADI, 2016. Disponível em: <https://inclusaoja.files.wordpress.com/2016/05/a-consolidac3a7c3a3o-da-inclus3a3o-escolar-no-brasil-2003-a-2016.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2019.

DELOU, C. M. C. Educação do aluno com altas habilidades/superdotação: Legislação e Políticas Educacionais para a Inclusão. In: FLEITH, D. S. (org.). *A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação: orientação a professores*. Brasília, DF: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, 2007. v. 1, cap. 2, p. 25-39. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/altashab2.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2019.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUENTHER, Z. C. *Desenvolver capacidades e talentos: um conceito de inclusão*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUENTHER, Z. C. *Crianças dotadas e talentosas... Não as deixem esperar mais!* Rio de Janeiro: LTC, 2012.

PÉREZ, S. G. P. B.; FREITAS, S. N. Encaminhamentos pedagógicos com alunos com Altas Habilidades/Superdotação na Educação Básica: o cenário brasileiro. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 41, p. 109-124, jul./set. 2011. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n41/08.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2019.

LANDAU, E. *A coragem de ser superdotado*. Tradução de Sandra Miessa. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Arte e Ciência, 2002.

PÉREZ, S. G. P. B.; FREITAS, S. N. Políticas públicas para as Altas Habilidades/Superdotação: incluir ainda é preciso. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, RS, v. 27, n. 50, p. 627-640, set./dez. 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/14274/pdf>. Acesso em: 5 set. 2019.

MAIA-PINTO, R. R.; FLEITH, D. S. Percepção de professores sobre alunos superdotados. *Revista Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 19, n. 1, p. 78-90, jan./abr.2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v19n1/a07.pdf>. Acesso em: 6 set. 2019.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de Pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

METTRAU, M. B.; REIS, H. M. M. S. Políticas públicas: altas habilidades/ superdotação e a literatura especializada no contexto da educação especial/inclusiva. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 57, p. 489-510, out./dez. 2007.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v15n57/a03v5715.pdf>. Acesso em: 7 set. 2019.

RECH, A. J. D.; FREITAS, S. N. Uma análise dos mitos que envolvem os alunos com altas habilidades: a realidade de uma escola de Santa Maria/RS. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 11, n. 2, p. 295-314, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v11n2/v11n2a9.pdf>. Acesso em: 1 set. 2019.

RENZULLI, J. S. O que é essa coisa chamada superdotação, e como a desenvolvemos? uma retrospectiva de vinte e cinco anos. Tradução de Susana Graciela Pérez Barrera Pérez. *Educação*, Porto Alegre, ano XXVII, v. 27, n.1, p. 75-131, 2004. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/375/272>. Acesso em: 15 ago. 2019.

RENZULLI, J. Modelo de enriquecimento para toda a escola: um plano abrangente para o desenvolvimento de talentos e superdotação. Tradução de Susana Graciela Pérez Barrera Pérez. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, RS, v. 27, n. 50, p. 539-562, set./dez. 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/14676/pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

SIMONETTI, D. C. *Superdotação: estudo comparativo da avaliação dos processos cognitivos através de testes psicológicos e indicadores neurofisiológicos*. 2008. 196 f. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) – Universidade do Minho, Braga, 2008. Disponível em: http://www.altashabilidades.com.br/upload/publicacoes_Tese14.06.09_15251.pdf. Acesso em: 23 ago. 2019.

VALLE-RIBEIRO, N.; BARBOSA, A. J. G. Características da produção sobre professores de alunos com dotação e talento. *Psicologia da Educação*, n. 38, p. 101-112, 2014. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/psicoeduca/article/view/22805/19406>. Acesso em: 2 set. 2019.

COMPORTAMENTOS INADEQUADOS E INDICADORES DE APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Celina Gomes Teixeira de França
Fabiane Ferraz Silveira Fogaça
Bruno Balbi Aguiar

1 INTRODUÇÃO

O contexto escolar foi o objeto de observação escolhido para uma experiência no Estágio Curricular Supervisionado em Básico I – de forma mais específica, o Ensino Fundamental I de uma escola particular localizada no bairro central de uma cidade do interior do Estado de São Paulo, no ano de 2016.

Este capítulo discorre sobre um estudo observacional com alunos em sala de aula. Esse interesse surgiu a partir de todo o referencial teórico discutido ao longo do período acadêmico de dois anos concluído pelos estagiários, mais precisamente com as disciplinas Técnicas de Observação e Entrevista, Psicologia do Desenvolvimento e Psicologia da Aprendizagem, bem como matérias relacionadas ao desenvolvimento infanto-juvenil que foram alvo de estudo no semestre em que o estágio foi realizado, como por exemplo, a matéria Psicopatologia Infanto-juvenil. As observações foram guiadas pelo referencial da Análise do Comportamento.

Considerou-se que as vertentes comportamento-aprendizagem e habilidades sociais são importantes constructos no desenvolvimento infantil. As mudanças sociais e comportamentais vêm modificando o sistema educacional, trazendo um conjunto de desafios e transformações. Dessa forma, o papel da escola é enfatizado na formação do educando, tornando-se um ambiente favorável para que as habilidades sociais sejam manejadas dentro do contexto escolar, juntamente com os processos de ensino e aprendizagem.

Dentre os aspectos anteriormente descritos, optou-se por observar a ocorrência de comportamentos inadequados externalizantes e internalizantes, além de indicadores de aprendizagem.

As próximas seções deste capítulo abordam uma breve contextualização teórica sobre os seguintes temas: “O papel da educação/escola no desenvolvimento de repertório social”, “Relacionamento interpessoal na infância e habilidades sociais adquiridas”, “Problemas de

comportamentos internalizantes e externalizantes”, “Relações entre problemas de comportamento, pró-sociais e aprendizagem”.

O método utilizado foi a observação estruturada, tendo em vista a quantificação da frequência de determinados comportamentos inadequados, subdivididos em internalizantes e externalizantes. Os resultados serão apresentados em forma de gráficos e análise dos dados obtidos.

Deseja-se que este estudo possa contribuir de forma inovadora, estimulando os profissionais envolvidos na área educacional a produzirem novos trabalhos voltados ao tema em questão, visto que os crescentes desafios do contexto escolar demandam a expansão de novas metodologias que aprofundem o conhecimento e propiciem diversificação nas alternativas interventivas.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 O PAPEL DA EDUCAÇÃO/ESCOLA NO DESENVOLVIMENTO DE REPERTÓRIO SOCIAL

O ambiente escolar pode ser considerado um importante espaço de desenvolvimento para o indivíduo, pois propicia eventos que promovem a busca por conquistas e construções de importantes conexões sociais. É ainda um lugar para enfrentamento de desafios e superação das dificuldades pessoais. A interface da Psicologia com a Educação oferece recursos metodológicos e interventivos para atender diversos tipos de demandas no contexto escolar (QUINTEIRO; RESENDE, 2017).

O desempenho escolar pode estar associado ao relacionamento aluno/professor, e isso diz respeito à qualidade dessa relação (FERNANDES; DEL PRETTE, 2005). O desenvolvimento de um repertório social bem-sucedido implica em diversos fatores, como por exemplo, a boa expressão de sentimentos, o desenvolvimento da empatia e da capacidade assertiva na resolução de problemas. Porém, quando esse repertório é deficitário, o indivíduo encontra dificuldades de interação em seu meio social.

A escola é ambiente para o desenvolvimento de importantes potencialidades do indivíduo – muitas destas, aliás, não poderiam se desenvolver fora desse universo. As habilidades sociais são aprimoradas na infância, e essa fase da vida é decisiva para a aprendizagem. A construção de um repertório socialmente habilidoso acontece através de interações entre familiares, amigos e com a comunidade de forma simultânea. Para Melchiori

(2009), a escola pode ser um ambiente de aprendizagem que vai além da aquisição de conhecimentos para o indivíduo, pois também é considerada um local propício para o desenvolvimento de comportamentos proativos da criança.

Os arranjos ambientais, sejam de caráter incidental ou intencional, possibilitam a aprendizagem de habilidades sociais no transcorrer da história de vida do indivíduo. Dessa forma, a aprendizagem de comportamento socialmente competente é atribuída à modelagem do comportamento dos agentes educativos do indivíduo, que abrange pais e professores (FOGAÇA, 2015).

2.2 RELACIONAMENTO INTERPESSOAL NA INFÂNCIA, HABILIDADES SOCIAIS ADQUIRIDAS

Segundo Bolsoni-Silva e Carrara (2010), habilidades sociais são um grupo de comportamentos emitidos frente às demandas de uma relação interpessoal. Tais respostas têm por finalidade gerar o aumento de ganho e promover a redução de perdas.

A aprendizagem do repertório de habilidades sociais ocorre desde a sua mais tenra idade, ou seja, passa pelo seu nascimento e perpassa por diversas etapas de sua vida. No entanto, os repertórios mais complexos são adquiridos nas diferentes etapas de seu desenvolvimento (ANGELIN, 2012).

Os relacionamentos interpessoais são desenvolvidos na infância para que a criança comece a adquirir competência social e venha a desenvolver capacidade para lidar com situações conflituosas, adquirindo habilidades como senso de humor, empatia, flexibilidade, autonomia, iniciativa, paciência, entre outras. Família, escola e comunidade são ambientes nos quais as habilidades sociais são exigidas da criança; paralelamente, esses ambientes passam por uma veloz modificação cultural, requerendo o aperfeiçoamento das habilidades sociais. Dessa forma, o treinamento das habilidades sociais pode ser uma boa alternativa como método de prevenção, realizado por meio de ações integradas entre a família e a escola, podendo também associar-se a intervenções que visem promover a superação das dificuldades interpessoais e das problematizações associadas (VITORINO, 2017).

Argumenta-se que processos de ensino-aprendizagem ocorrem sob uma série de circunstâncias, independentemente da existência de um professor ou da escola, mas parecem existir vantagens, como a indução de novas formas de comportamento ou a aceleração de

aprendizagens que não aconteceriam naturalmente sem as estratégias sistematizadas, promovidas pelo ensino formal (ZANOTTO, 2000).

Juntamente com a escola, a família exerce um importante papel na formação do indivíduo, pois cabe a ela fornecer apoio e segurança; quando ausentes esses elementos, a criança pode ser prejudicada em sua formação e alguns aspectos dessa deficiência podem aparecer no seu comportamento durante a interação com outras crianças e professores em sala de aula.

Conforme Silva et al. (2008), o comportamento se mantém porque é reforçado, tanto positivamente quanto negativamente; assim, pais e/ou educadores da criança são importantes para o desenvolvimento de repertórios de habilidades sociais a serem adquiridas. Se os pais, mesmo orientados por um terapeuta, não fornecem novas respostas para a criança, os comportamentos emitidos serão reforçados e tentem a manter-se cada vez mais intensos.

De acordo com Fogaça (2015), a família é um pequeno grupo social que promove amparo financeiro e emocional aos seus membros, e nela são estabelecidos os comportamentos mais relevantes, tais como autonomia e reponsabilidade. Dessa forma, o grupo familiar ganha sustentação dentro de seu núcleo, e fora dele em outras instituições. A “cultura familiar” é desenvolvida de forma geracional e um conjunto de práticas podem ocorrer de forma previsível, em conformidade com os eventos apresentados, levando à repetição de um comportamento operante na geração atual, ou mesmo nas posteriores.

2.3 PROBLEMAS DE COMPORTAMENTOS INTERNALIZANTES E EXTERNALIZANTES

Algumas ferramentas são utilizadas para auxiliar os profissionais na identificação de necessidades e dificuldades comportamentais da criança no ambiente escolar. Uma delas é o “Inventário de Comportamentos Prossociais”, que fornece aos profissionais informações relacionadas a comportamentos adequados e inadequados dos alunos, e o quanto tais comportamentos podem interferir, de forma positiva ou negativa, no processo de aprendizagem da criança.

Os comportamentos podem ser classificados como internalizantes e externalizantes, e durante a vida escolar, a criança irá apresentar algumas dessas condutas no ambiente de sala de aula. Comportamentos externalizantes são aqueles que revelam, por exemplo, irritabilidade

e agressividade; no caso dos internalizantes, estes sinalizam comportamentos de introspecção, como ansiedade, depressão, tristeza e baixa autoestima (MASSOLA; SILVARES, 2005).

O aumento da frequência dos comportamentos prossociais melhora significativamente o desempenho escolar e, ao mesmo tempo, reduz de forma automática a repetição de emissão dos comportamentos inadequados.

As análises dos dados de comportamentos adequados e inadequados servem para proporcionar informações ao profissional que está diretamente ligado à criança, para que este comece a intervir de forma a ajudá-la a aumentar os índices de frequência do comportamento adequado, por meio de elogios e outros incentivos, a fim de que a frequência aumente ainda mais ou, simplesmente, permaneça. Os comportamentos inadequados devem ser extintos; para tanto, é preciso que o profissional esteja atento a qual tipo de intervenção o aluno será submetido.

Exemplificando, Rodrigues et al. (2010) citam o aluno que se apropria de objetos de colegas ou do professor, sem autorização, procurando não ser visto. Diante dessa situação, o professor pode colocar como regra que, caso haja necessidade de utilização de seus materiais ou quaisquer outros itens pertencentes aos colegas, estes devem ser solicitados, sempre. Contudo, para que essa norma surta resultados positivos, deve existir um conjunto de contingências (que podem ser classificadas como antecedentes) que propiciem o comportamento desejado.

Os comportamentos adequados devem ser reforçados para que se mantenham em evidência. Algumas estratégias, como elogiar de forma sincera, gratificar o aluno com bilhetes direcionados aos pais que ressaltem sua boa conduta, ou ainda outros estímulos positivos, beneficiam a criança de forma significativa (RODRIGUES et al., 2010).

Para Bandeira et al. (2006), a problematização dos comportamentos internalizantes e externalizantes ocorre por um déficit no repertório de habilidades sociais, que conforme:

[...] Del Prette e Del Prette (2005), as habilidades sociais referem-se às “diferentes classes de comportamentos sociais do repertório de um indivíduo, que contribuem para a competência social” (p. 31); e a competência social à “capacidade de articular pensamentos, sentimentos e ações em função de objetivos pessoais e de demandas da situação e da cultura, gerando consequências positivas para o indivíduo e para a sua relação com as demais pessoas” (p. 33).

2.4 RELAÇÕES ENTRE PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO, PROSSOCIAIS E DE APRENDIZAGEM

Para as áreas da Psicologia e da Educação, o baixo desempenho acadêmico é fator preocupante, pois o fracasso pode estar ligado tanto ao âmbito pessoal quanto ao profissional do indivíduo. É preciso compreender que o processo de aprendizagem está envolto em uma complexa gama de variáveis; a criança precisa desenvolver determinadas habilidades e capacidades, porém, ainda é necessário que esteja inserida em um ambiente que favoreça seu desempenho. Não obstante, deve-se considerar ainda as variáveis sociais e políticas, as quais afetam diretamente todo o contexto de ensino e aprendizagem (BANDEIRA; SAPIENZA, 2018).

Segundo Bandeira et al. (2006), estudos voltados para essa área têm demonstrado que existe uma relação entre comportamentos prossociais problemáticos e déficit de aprendizagem. Tais pesquisas apresentam duas vertentes nessa relação: a primeira postula que os comportamentos problemáticos podem levar a criança a desenvolver problemas de aprendizagem; a segunda alega que tais dificuldades se apresentam por falhas na memória, na atenção e no humor.

As intervenções específicas nos comportamentos prossociais podem, aparentemente, custar um bom investimento de tempo e dedicação do profissional para o aluno, entretanto, quando o objetivo está estabelecido, o professor de sala e seus alunos podem usufruir de excelentes resultados, que perdurarão por toda a vida acadêmica da criança (ANGELIN, 2017).

Indicadores de aprendizagem também auxiliam no apontamento de deficiências dos alunos, e é possível relacionar comportamentos prossociais com indicadores de aprendizagem para identificar pontos de melhoria na criança.

Diante dessas considerações, este estudo tem como objetivo apresentar os resultados referentes à identificação dos fenômenos comportamentais, vislumbrando aspectos de avaliação e intervenção no âmbito escolar.

3 MÉTODO

3.1 PARTICIPANTES

Alunos do segundo ano do Ensino Fundamental I de uma escola particular. Os participantes, que possuem de 6 a 7 anos de idade, sendo três meninos e seis meninas, totalizando nove crianças, foram classificados por número para a proteção de sua identidade.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

O estágio foi realizado em uma escola de ensino Fundamental I. O curso intitulado Ensino Fundamental é dividido em nove anos, as antigas séries, e abrange conteúdos necessários à formação básica de cidadãos críticos, atuantes e responsáveis. O conhecimento é estimulado por meio de aulas teóricas e visitas aos laboratórios.

3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Para a elaboração da base de dados e realização das análises, adotou-se a observação estruturada, com o objetivo de quantificar a frequência da ocorrência de determinados comportamentos inadequados, subdivididos em internalizantes e externalizantes, bem como a observação de indicadores de aprendizagem emitidos pelos alunos.

Inicialmente, as observações basearam-se em um método de análise da frequência absoluta de determinados comportamentos através da tabela demonstrada a seguir, na qual “1” representa “pouco ou não frequente”, “2” indica “mais ou menos frequente” e, por fim, “3” significa “muito frequente” (em anexo).

Contudo, para uma análise mais elaborada, houve necessidade de modificação no método e nos quesitos de observação. Dessa forma, foram elaboradas tabelas que permitissem a análise da frequência dos comportamentos inadequados e dos indicadores por ocorrência, ou seja, cada comportamento emitido era devidamente assinalado na tabela correspondente (uma para comportamentos inadequados externalizantes e internalizantes, com destaque para os externalizantes, e outra para os indicadores observáveis de aprendizagem).

Com base nesse material, foram realizadas três observações, em três semanas diferentes; os itens foram elaborados a partir dessas observações livres, que nortearam o trabalho no que concerne à identificação de comportamentos e indicadores de aprendizagem

emitidos com mais frequência e que poderiam ser mais facilmente identificados, colaborando para a construção dos resultados.

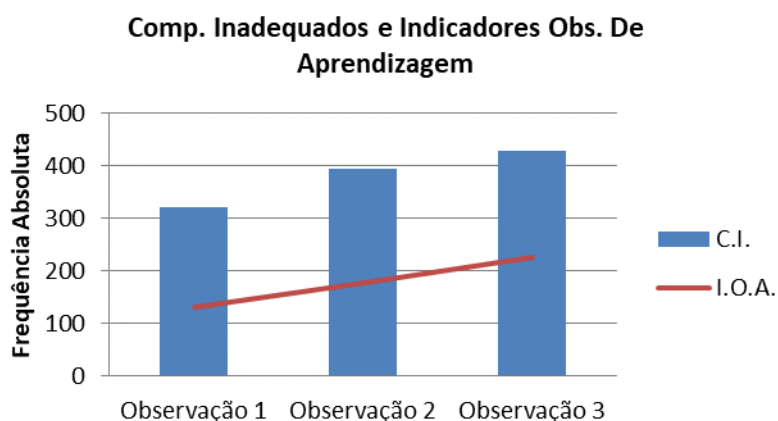
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados coletados possibilitaram a obtenção de resultados referentes aos Comportamentos Inadequados e Indicadores de Observáveis de Aprendizagem: Frequência Absoluta (Gráfico 1); na sequência, o Gráfico 2 apresenta a Porcentagem Absoluta de Comportamentos Inadequados Externalizantes e Internalizantes.

Por sua vez, os Gráficos 3, 4 e 5 retratam os dados observáveis dos Comportamentos Inadequados e Indicadores Observáveis de Aprendizagem por aluno, realizados em três etapas de averiguações; o Gráfico 6 refere-se à análise de Comportamentos Inadequados e Indicadores Observáveis de Aprendizagem por aluno: Frequência Absoluta, sendo esta uma análise isolada de três alunos.

Finalmente, o Gráfico 7 permite uma avaliação da Porcentagem Absoluta dos Comportamentos Inadequados Externalizantes e Internalizantes: alunos 1, 3 e 9 (Gráfico 6).

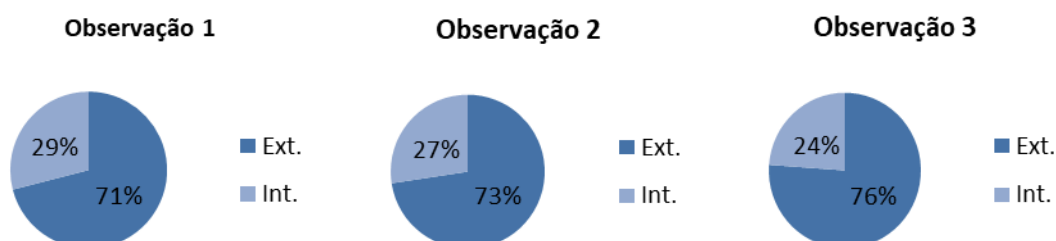
Gráfico 2 – Comportamentos Inadequados e Indicadores de Observáveis de Aprendizagem: Frequência Absoluta



Fonte: Dados de pesquisa (2019)

Através do Gráfico 1, observa-se uma evolução crescente dos níveis de emissão de comportamentos inadequados. No entanto, de modo geral, a sala de aula responde de forma positiva aos indicadores de aprendizagem.

Gráfico 3 – Porcentagem Absoluta de Comportamentos Inadequados Externalizantes e Internalizantes



Fonte: Dados de pesquisa (2019)

O Gráfico 2 ilustra o percentual de comportamentos inadequados internalizantes e externalizantes. Há um aumento progressivo na emissão dos comportamentos internalizantes relativos às observações 1, 2 e 3, porém, os comportamentos externalizantes indicaram redução.

Gráfico 4 – Comportamentos Inadequados e Indicadores Observáveis de Aprendizagem por aluno:

Observação 1



Fonte: Dados de pesquisa (2019)

Os Gráficos 3, 4 e 5 apresentam uma análise individualizada dos alunos frente à emissão dos comportamentos inadequados e indicadores observáveis de aprendizagem. Consta-se que, apesar da variação da frequência dos comportamentos emitidos, houve uma quantidade positiva de indicadores de aprendizagem.

Gráfico 4 – Comportamentos Inadequados e Indicadores Observáveis de Aprendizagem por aluno:
Observação 2

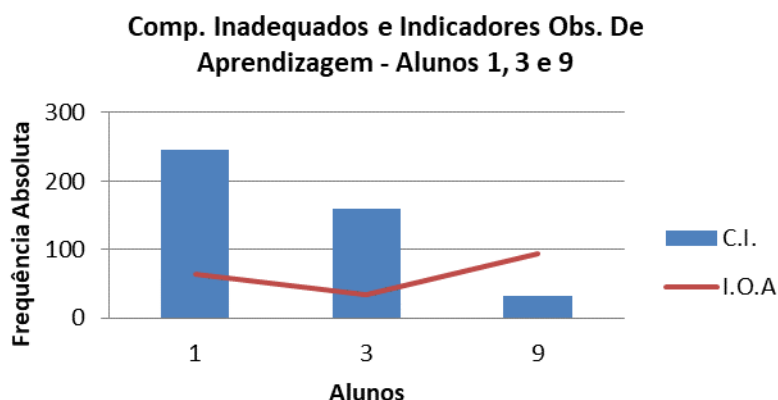


Fonte: Dados de pesquisa (2019)



Fonte: Dados de pesquisa (2019)

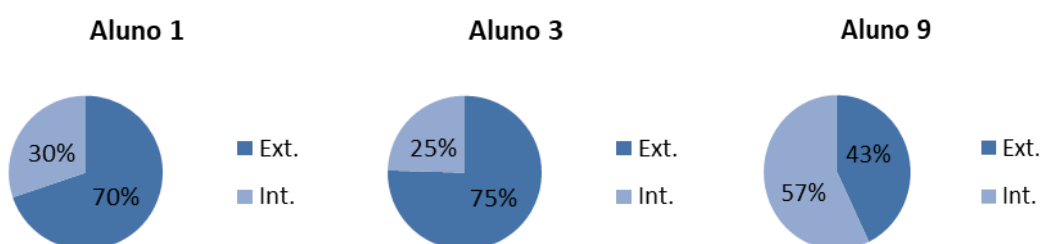
Gráfico 6 – Comportamentos Inadequados e Indicadores Observáveis de Aprendizagem por aluno:
Frequência Absoluta



Fonte: Dados de pesquisa (2019)

O Gráfico 6 revela uma análise isolada dos alunos 1, 3 e 9, por meio da qual pode-se perceber maior variação de emissão de comportamentos inadequados internalizantes e externalizantes.

Gráfico 7 – Porcentagem Absoluta dos Comportamentos Inadequados Externalizantes e Internalizantes:
alunos 1, 3 e 9



Fonte: Dados de pesquisa (2019)

As análises dos gráficos acima revelaram informações importantes acerca da qualidade das observações, uma vez que, apesar da variação do total absoluto de comportamentos inadequados e indicadores observáveis de aprendizagem, o padrão se manteve. Esse padrão também expressa certo grau de equilíbrio da sala, conforme pode-se verificar no Gráfico 1: apesar de altos níveis de emissão de comportamentos inadequados, a sala como um todo emite importante quantidade de indicadores de aprendizagem.

No que concerne aos comportamentos inadequados internalizantes e externalizantes, os percentuais indicaram que a maioria é externalizante, ou seja, está relacionada a expressões de vontade, frustração, agitação, agressividade, etc., projetadas no ambiente, sendo passíveis de observação e maior controle por parte do professor, o que denota, também, uma característica comum dos indivíduos dessa faixa etária (Gráfico 2).

Os Gráficos 3, 4 e 5 expõem uma análise mais individualizada dos alunos a respeito da relação entre os comportamentos inadequados e os indicadores observáveis de aprendizagem nas três observações. Por meio desses gráficos, notou-se uma importante variação na frequência de emissão dos itens analisados neste estágio, tornando possível o isolamento dos alunos que demonstraram maior variação entre os itens. Entretanto, apesar dessa grande variação, constata-se que, mesmo aqueles que emitem muito mais comportamentos inadequados, também exprimem quantidade considerável de indicadores de aprendizagem.

O Gráfico 6 refere-se à análise isolada dos alunos que demonstraram maior variação entre os itens observados, resultando nos percentuais absolutos dos comportamentos inadequados internalizantes e externalizantes representados pelo Gráfico 7. Nesse momento, foram capturadas informações importantes: os alunos 1 e 3, apesar de emitirem muito mais comportamentos inadequados em relação aos indicadores de aprendizagem, mantiveram-se no mesmo padrão de porcentagem expressa no Gráfico 2, ou seja, os comportamentos externalizantes representam grande maioria. O aluno 9 emitiu mais indicadores de aprendizagem e menos comportamentos inadequados em comparação aos outros alunos, contudo, tais comportamentos eram, em sua maioria, internalizantes.

Os comportamentos inadequados internalizantes são aqueles projetados para o interior do indivíduo, que envolvem reações mais comedidas e mais difíceis de serem constatadas. De certa forma, os comportamentos inadequados internalizantes devem ser tratados com maior cautela, pois indicam um nível não adaptado no trato com as emoções e no convívio social, podendo evoluir para quadros de embotamento emocional, fechamento ou isolamento, o que pode refletir em dificuldades comportamentais durante o desenvolvimento da criança.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No geral, a sala observada comportou-se de maneira adequada para a faixa etária; os alunos possuem uma média equilibrada entre a emissão de comportamentos inadequados e indicadores de aprendizagem. Em alguns casos específicos, esses comportamentos e

indicadores demonstraram alguma discrepância, indicando a necessidade de uma participação mais ativa do professor no manejo das atitudes e no acompanhamento mais individualizado, sempre que possível.

O processo de aproximação com a instituição na qual o estágio foi efetuado ocorreu de forma tranquila, tanto da parte dos professores, com a realização das observações, quanto da parte do corpo diretor, responsável pela aprovação de tal atividade, além do profissional psicólogo responsável pela supervisão dos estagiários naquele ambiente institucional.

Vale ressaltar que as observações ocorreram em um microambiente, com um número limitado de participantes de uma única sala do Ensino Fundamental I, sendo imperioso a ampliação e o refinamento de todo o processo para a obtenção de resultados mais expressivos e que representem impacto no ambiente de pesquisa da Psicologia Escolar.

REFERÊNCIAS

- ANGELIN, A.P. **Promovendo habilidades sociais em educação básica: uma proposta de intervenção.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, abr. 2012.
- BANDEIRA, L.; SAPIENZA, G. **Funcionamento adaptativo, problemas de comportamento e queixas escolares: percepção de professores.** Revista Diálogo Educacional. Curitiba, v. 18, n. 58, p.974-991, 2018.
- BANDEIRA, M.; ROCHA, S. S.; SOUZA, T. M. P.; DEL PRETTE. A.; DEL PRETTE. Z. A. P. **Comportamentos problemáticos em estudantes do ensino fundamental: características da ocorrência e relação com habilidades sociais e dificuldades de aprendizagem.** Universidade Federal de São Carlos, Estudos de Psicologia. v. 11, n. 2, p. 199-208, 2006.
- BOLSONI-SILVA, Alessandra Turini & CARRARA, Kester. **Habilidades sociais e análise do comportamento: compatibilidades e dissensões conceitual-metodológicas.** Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 330-350, 2010.
- DANNA, M.; MATOS, M.A. **Aprendendo a observar.** Cap. 1 Ed. Edicon
- DEL PRETTE, A. **Habilidades sociais e educação: Pesquisa e atuação em psicologia escolar/educacional.** In: DEL PRETTE, Z. A. P. (Orgs). Psicologia escolar e educacional: saúde e qualidade de vida, Campinas: Alínea, 2001, p. 113-41.
- DESSEN, M. A.; POLONIA, A.C. **A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano.** Universidade de Brasília, Paidéia, Distrito Federal, v. 17, n. 36, p. 21-32. 2007.
- FERNANDES, P. M. L. M; DEL PRETTE, A. **Contribuições do referencial das habilidades sociais para uma abordagem sistêmica na compreensão do processo de ensino aprendizagem.** Interações, São Paulo, v. 10, n. 20, p. 57-72, dez. 2005
- FERREIRA, R. F; CARVALHO, M. A.G; SENEM, C.J. **Desenvolvendo habilidades sociais na escola: um relato de experiência.** Construção Psicopedagógica. Vol.24 n.25, SP 2016.
- FOGAÇA, F. F. S. **Avaliação de habilidades sociais de adolescentes em conflito com a lei em interações com familiares e amigos: uma análise de metacontingências.** São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2015.
- MAIA, Denise da Silva & LOBO, Beatriz de Oliveira Meneguelo. **O desenvolvimento de habilidade de solução de problemas interpessoais e a convivência na escola.** Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 17-29, 2013.
- MELCHIORI, L. E.; RODRIGUES, O. M. P. R.; PEREZ, M. C. A. **Família e Escola,** In: CAPELLINI, V. L. M. F.; RODRIGUES, O. P. R. R. (Orgs.). Formação de Professores: práticas em educação inclusiva, v. 2, p. 93-129, MEC, 2009.

MELLO, A. **Preditores de sintomas internalizantes e externalizantes dos filhos: fatores da conjugalidade, parentalidade e coparentalidade.** 2014

<https://prezi.com/xxrucd4cabas/preditores-de-sintomas-internalizantes-e-externalizantes-dos/>

QUINTEIRO, R.S.; RESENDE, F.M. **Desenvolvimento psicossocial e psicopedagógico: Intervenções contemporâneas na educação.** Conecte-se! Revista Interdisciplinar de Extensão. V. 1. Nº 1. 2017

RODRIGUES, R.P.M.O.; CAPELLINI, F.M.L.V. **Desempenho Pró-Social ou Pró-Acadêmico.** Cap. IV. UNESP/FC/MEC, 2010.

SILVA, A. T. B.; SILVEIRA, F. F.; MARTURANO, E. M. **Promovendo habilidades sociais educativas parentais na prevenção de problemas de comportamento.** Revista Brasileira de Terapia Comportamental Cognitiva. Vol. X, nº 2, Vol. X, nº 2, p. 125-142. 2008.

VITORINO, F. C. A. **Habilidades Sociais na Infância como integração família escola.** **Psicologia** acessível. Disponível em: >

<https://psicologiaacessivel.net/2017/03/02/habilidades-sociais-na-infancia-como-integracao-entre-familia-e-escola/> Acesso em: 15 de Junho 2019.

ANEXO I – Tabela de registro dos comportamentos inadequados

COMPORTAMENTO	0	1	2
1. Comporta-se de maneira muito infantil para sua idade			
2. Discute muito			
3. Não termina as atividades que começou			
4. Não consegue concentrar-se e/ou ficar atento por muito tempo			
5. Não consegue ficar sentado (a)			
6. É convencido (a), conta vantagem			
7. Agarra-se aos adultos ou é muito dependente			
8. Chora muito			
9. É cruel com animais			
10. Exige que prestem muita atenção nele (a)			
11. É desobediente na escola			
12. Não se dá bem com outras crianças ou adolescentes			
13. Não parece sentir-se culpado depois de se comportar mal			
14. Sente ciúme com facilidade			
15. Desrespeita as regras na escola			
16. Acha ou reclama que ninguém gosta dele (a)			
17. Acha que os outros o (a) perseguem			
18. Machuca-se com frequência, tendência a sofrer acidentes			
19. Mete-se em muitas brigas			
20. É alvo de muitas provocações			
21. Anda com pessoas que se metem em encrencas			
22. É impulsivo (a) age sem pensar			
23. Prefere estar sozinho (a) a ficar em companhia dos outros			
24. Rói as unhas			
25. É nervoso (a) ou tenso (a)			
26. Tem pesadelos			
27. Sente-se cansado (a) demais sem motivo			
28. Ataca fisicamente as pessoas			
29. Mexe nas partes íntimas com frequência			
30. Mexe demais nas partes íntimas			
31. Os seus trabalhos escolares são fracos			
32. Desastrado (a) ou tem falta de coordenação			
33. Prefere estar com crianças mais velhas			
34. Prefere estar com crianças mais novas			
35. Recusa-se a falar			
36. Grita muito			
37. Reservado (a), guarda as coisas para si mesmo (a)			
38. Mostra-se pouco à vontade ou facilmente envergonhado (a)			
39. Gosta de se exhibir, fazer palhaçadas			
40. Muito acanhado (a) e/ou tímido			
41. Teimoso (a), mal-humorado (a) ou se irrita facilmente			
42. Tem mudanças repentinas e humor ou sentimentos			
43. Fica facilmente emburrado			
44. Desconfiado (a)			
45. Xinga ou fala palavrões			

46. Fala demais			
47. Provoca muito			
48. Faz birra ou é esquentado (a)			
49. Ameaça os colegas			
50. Chupa o dedo			
51. Pouco ativo (a), seus movimentos são lentos ou tem falta de energia			
52. Infeliz, triste ou deprimido			
53. Barulhento (a) demais			
54. Choraminga			
55. Isola-se, não se relaciona com os outros			
56. Preocupa-se muito			

O TREINO DE HABILIDADES EM ADOLESCENTES MULTIPLICADORES DE UM PROJETO EDUCACIONAL: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO JOVENS PROTAGONISTAS

Carla Milena Cesar Ferreira Nuñez
Claudio Gonçalves Mendes Galiotto
Dina Rosemary Akerman Santos
Fabiane Ferraz Silveira Fogaça

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta discussões teóricas e reflexões sobre a prática do psicólogo no contexto escolar, a partir de uma experiência de estágio curricular. O trabalho foi desenvolvido no ano de 2016 por ocasião do Estágio Curricular Básico II, em um projeto educacional chamado “Jovens Protagonistas”, que atende alunos da rede pública do ensino médio na cidade de Pindamonhangaba, SP.

O Estágio Básico II tem como objetivo principal o desenvolvimento da capacidade de identificação dos fenômenos de interesse do psicólogo, além de vislumbrar aspectos de avaliação e intervenção em determinados cenários. Acrescenta-se a essa premissa o desafio contemporâneo que os psicólogos possuem para favorecer outros repertórios relevantes, como os comportamentos pró-éticos e prossociais de educadores e alunos, além de ampliar a reflexão acerca das estratégias de ensino e aprendizagem que considerem esse desafio.

Ainda se reconhece que recai sobre os agentes educativos (especialmente pais e professores) a tarefa de fornecer modelos e estabelecer condições para que crianças e adolescentes desenvolvam relacionamentos interpessoais de qualidade que, ao mesmo tempo que garantem o alcance de objetivos pessoais e a resolução de problemas sociais, também prezem pelo respeito aos direitos individuais e coletivos.

Este trabalho aborda, inicialmente, uma discussão sobre a importância de intervenções preventivas com adolescentes. Em seguida, apresenta-se o projeto educacional que acolhe adolescentes e realiza tais intervenções preventivas, chamado “Jovens Protagonistas”. Posteriormente, destaca-se o treinamento de novas habilidades por meio do procedimento de modelagem, com a utilização dos preceitos da Análise do Comportamento aplicados à Educação.

A seção de Método discorre sobre os principais instrumentos de avaliação e estratégias de intervenção empregados no trabalho com sete alunos multiplicadores e uma professora coordenadora do projeto. Os resultados estão expressos na forma de quadros e suas respectivas discussões.

Espera-se que este trabalho possa contribuir na formação de novos profissionais, no que se refere às habilidades de seleção de ferramentas de avaliação, etapas de análise e processos de intervenção voltados à contribuição do professor no desenvolvimento de comportamentos sociais relevantes, no âmbito da Educação com adolescentes.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 A IMPORTÂNCIA DE INTERVENÇÕES PREVENTIVAS COM ADOLESCENTES

Não é novidade a participação dos psicólogos na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, principalmente levando-se em consideração o contexto de exposição a múltiplas condições de risco.

Segundo publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (2018), até o ano de 2015, cerca de 47.000 crianças e adolescentes encontravam-se em situação de acolhimento institucional; 7.300 crianças e adolescentes aguardavam adoção e 27.000 adolescentes estavam privados de liberdade. Soma-se a isso, conforme dados de 2019 publicados pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), que, em 2016, havia 2,4 milhões de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no Brasil.

Ademais, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (2018) destaca outros fatores de risco de nossa realidade, como as questões relacionadas ao tráfico de drogas e exploração sexual comercial, como as piores formas de trabalho/exploração, que geram a criminalização da infância e da adolescência, o elevado número de mortes, a naturalização do genocídio das crianças/adolescentes/jovens, principalmente as/os negras/os e indígenas, o aumento significativo do número de suicídios e as “reformas” da educação sem a participação das crianças/adolescentes e da sociedade.

Diante desse cenário e considerando a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, integrante e participante da sociedade, destaca-se a importância da Psicologia na atuação junto a crianças e adolescentes.

Dentro dessa atuação, a prevenção, como enfatiza o art. 70 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), é um dever não apenas da Psicologia, mas de todos os cidadãos, no sentido de impedir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, sobretudo quando estes estão em condição de vulnerabilidade social.

Nessa perspectiva, a ação preventiva concentra seus esforços na identificação e na redução dos fatores de risco destacados acima, na implementação de fatores de proteção e na promoção da saúde, por meio de uma articulação em rede via fomento no nível local (SILVA, 2010).

Partindo dessa premissa, o projeto “Jovens Protagonistas”, que será descrito a seguir, caracteriza-se pela sua atuação principalmente no âmbito preventivo, conferindo aos adolescentes participantes a possibilidade de assumirem seu protagonismo na condição de sujeitos de direitos, de aprimorar os fatores de proteção, minimizando as situações de vulnerabilidade e violência por meio do conhecimento dos temas abordados nas oficinas pedagógicas desenvolvidas e do fortalecimento dos vínculos construídos nos espaços democráticos e educativos fora e dentro das escolas.

2.2 O PROJETO JOVENS PROTAGONISTAS

O Projeto “Jovens Protagonistas”, criado e desenvolvido desde 2009 na cidade de Pindamonhangaba-SP, tem como finalidade fortalecer os fatores de proteção e minimizar as situações de vulnerabilidade e violência dos adolescentes entre 11 e 18 anos de idade, por meio da promoção do protagonismo e de ações educativas.

O projeto conta com metodologias próprias e inovadoras, promove a capacitação de jovens, tornando-os seguros de suas práticas como protagonistas e facilitadores em oficinas de discussões sobre violência contra as mulheres, gravidez na adolescência, sexualidade, identidade de gênero, orientação sexual, diversidade sexual, étnica e racial, filosofia política, *bullying*, prevenção às drogas e outros.

As oficinas utilizam dinâmicas que facilitam a abordagem dos temas, os quais são desenvolvidos de maneira prática e cativante, propiciando a desconstrução e a reconstrução de conceitos. Os alunos multiplicadores criam e desenvolvem oficinas em diferentes escolas, organizam e realizam o encontro de jovens "WiFi Cultural", que recebe mais de 400 alunos.

No decorrer de cada ano, cerca de 40 alunos multiplicadores de escolas públicas são capacitados para abordarem os temas acima citados.

O número de alunos atendidos pelo projeto, durante as apresentações nas escolas e nos encontros de jovens, cresce a cada ano: 400 alunos (2011), 530 alunos (2012), 660 alunos (2014), 936 alunos (2015), 1.000 alunos (2016) e 1.500 alunos em 2017.

Desde a sua criação, o projeto em questão participou dos seguintes eventos: I Mostra Nacional de Saúde e da IV Mostra de Prevenção nas Escolas, em Brasília (2010); exposição oral no Congresso Internacional de Promoção de Saúde e I Congresso Regional de Promoção de Saúde Escolar em Havana, Cuba (2014); Congresso Internacional de Pedagogia, em Havana, Cuba (2015); e Congresso Internacional de Cidades Educadoras, em Rosário, Argentina (2016).

O projeto é desenvolvido dentro de um período de nove meses divididos em quatro momentos: 1º) CONHECER: os alunos multiplicadores participam de várias oficinas pedagógicas, conhecem a estrutura e os materiais; 2º) GESTAÇÃO: após a orientação, os alunos multiplicadores participam de encontros semanais, escolhem o tema a ser abordado, recebem o material para estudo, criam, elaboram e estruturam suas oficinas com dinâmicas e brincadeiras; os alunos multiplicadores escolhem o tema, as dinâmicas e as brincadeiras que irão compor sua oficina; 3º) COMPARTILHAR, em que cada aluno multiplicador apresenta sua oficina aos demais e todos colaboram com sua reestruturação; 4º) EMPODERAMENTO: na primeira fase, os alunos multiplicadores reapresentam suas oficinas e, na fase seguinte, ministram suas oficinas em diferentes escolas da cidade. Paralelamente, os alunos multiplicadores organizam, junto a instituições parceiras, o encontro de jovens "WiFi Cultural" para culminância do projeto.

Durante as etapas de desenvolvimento, o aluno multiplicador é estimulado e desafiado a elaborar sua oficina e, na entrega, que compreende as últimas etapas para que ele se torne um aluno multiplicador, será necessário sustentar sua pesquisa, sua produção e sua forma de aplicação.

De modo geral, o projeto proporciona tanto a aquisição de conhecimentos específicos sobre os temas das oficinas, como por exemplo, gravidez na adolescência, *bullying*, entre outros, quanto o desenvolvimento de um repertório comportamental bem elaborado, como a mediação de conflitos, a postura para conduzir uma oficina, etc.

Para que os alunos multiplicadores desenvolvam novas habilidades ou aperfeiçoem as que já possuem, a coordenadora do projeto utiliza-se de processos de ensino, que podem ser interpretados à luz do conceito de modelagem e que serão explorados na sequência.

2.3 TREINANDO NOVAS HABILIDADES POR MEIO DO PROCEDIMENTO DE MODELAGEM

Do ponto de vista da Análise do Comportamento, a aprendizagem ocorre, predominantemente, a partir de três formas: via modelagem, modelação e controle por regra (BAUM, 2006). Para o presente estudo, foi utilizado o conceito de modelagem como procedimento de desenvolvimento de comportamentos-alvo (habilidades), no contexto de treinamento de adolescentes multiplicadores de um projeto social.

A aprendizagem humana acontece por meio de aquisição, fortalecimento e evolução de comportamentos operantes, termo descrito e elaborado por Skinner (1982), que propõe como operante o comportamento que produz consequências, modificando o ambiente e sendo modificado pelo mesmo (CATANIA, 1999).

A apresentação de comportamento operante depende de condições do indivíduo (condições motivacionais), características ou exigências do responder (topografia e estrutura do comportamento) e características do ambiente físico e social (BAUM, 2006). Por exemplo, no contexto de sala de aula, é desejável que os alunos participem com comentários, dúvidas e sugestões.

Entretanto, alguns alunos apresentam tais comportamentos operantes com maior ou menor frequência, e não é raro observar que alguns deles não se expõem a essas situações. Considera-se que tais diferenças, em termos de apresentação de comportamento operante, ocorram devido a aspectos contextuais e consequências passadas já produzidas.

Conforme já destacado, as consequências produzidas pelos comportamentos aumentarão ou diminuirão suas ocorrências futuras. A relação entre um comportamento e uma consequência responsável por aumentar sua frequência é denominada contingência de reforço (MOREIRA; MEDEIROS, 2007).

A contingência de reforço positivo implica na apresentação de consequências com provável efeito reforçador, após a ocorrência de algum comportamento. Consequências reforçadoras podem ser primárias, ou seja, não necessitam de uma história de condicionamento (p. ex. água, comida e abrigo), ou secundária, que necessitam de

emparelhamento prévio com reforçadores primários, mais comumente utilizados em situações de treinamento, como elogios e prêmios (CATANIA, 1999).

De acordo com Baum (2006), novos comportamentos surgem a partir de variações em comportamentos existentes no repertório do indivíduo. A modelagem é entendida como um procedimento para ensinar novos comportamentos (CATANIA, 1999, p. 131), segundo os seguintes princípios teóricos:

A modelagem é baseada no reforço diferencial: em estágios sucessivos, algumas respostas serão reforçadas e outras não. Além disso, à medida que o responder se altera, os critérios para o reforço diferencial também mudam, em aproximações sucessivas da resposta a ser modelada.

O procedimento de modelagem é composto pelas seguintes etapas de planejamento e aplicação prática: 1) definir o comportamento-alvo; 2) decompor o comportamento-alvo em unidades menores (comportamentos mais simples); 3) estabelecer a sequência de comportamentos a serem aprendidos, dos menores, mais simples, até o comportamento-alvo; 4) apresentar consequências com provável efeito reforçador diante do primeiros comportamentos da sequência; 5) à medida que o responder se altera, o critério de apresentação do reforço também deverá ser alterado, em direção ao comportamento-alvo (CATANIA, 1999).

Em outras palavras, a modelagem implica no estabelecimento de um comportamento a ser ensinado (comportamento-alvo) e na utilização de consequências reforçadoras, pois à medida que o comportamento varia em direção ao comportamento-alvo, o critério para apresentação da consequência reforçadora também é alterado.

De acordo com Moreira e Medeiros (2009), o sucesso na utilização do procedimento de modelagem implica na imediaticidade na apresentação da consequência reforçadora, ou seja, temporalmente próxima à apresentação do comportamento e em um meio termo entre a apresentação frequente e não frequente de reforço.

Como procedimento, a modelagem é uma ferramenta bastante útil:

[...] na medida em que pode ocasionar dois tipos de mudança comportamental: a aquisição de novas respostas e o aprimoramento de um repertório preexistente. No primeiro caso, trata-se de uma possibilidade de instalar repertórios que, de outro modo, poderiam nunca ocorrer por serem de grande complexidade. A modelagem também permite o aprimoramento de um repertório comportamental preexistente, no qual respostas cada vez mais complexas são geradas e mantidas. (LEONARDI; BORGES, 2012, p. 167)

Para Meyer (2005), uma das grandes contribuições de Skinner (1982) foi a distinção entre comportamentos modelados por contingências e comportamentos governados por regras, sendo que o primeiro é mantido por consequências imediatas e o segundo é dependente de instruções verbais providas por outra pessoa.

Dentre as principais vantagens do processo de modelagem, pode-se destacar a maior valorização por parte do indivíduo, em função do acúmulo de experiência e contato natural com as consequências reforçadoras (SKINNER, 1982), bem como maior variabilidade e amplitude do comportamento (MATOS, 1993).

Optou-se pelo estudo da modelagem como procedimento de ensino pelo fato de que esse processo, se bem executado, não depende da espera pelo contexto favorável para que novos comportamentos surjam, mas sim de que comportamentos que se assemelhem ao comportamento-alvo final sejam fortalecidos e evoluam na direção almejada.

3 MÉTODO

3.1 PARTICIPANTES

Participaram deste estudo sete alunos multiplicadores do projeto “Jovens Protagonistas”, com idades entre 15 e 22 anos de idade, conforme tabela abaixo. Houve também a participação da professora coordenadora do projeto, R., de 48 anos de idade.

Tabela 1 – Dados dos alunos multiplicadores participantes

NOME	IDADE	TEMPO NO PROJETO
C.	16	10 meses
D.	16	22 meses
F.	16	3 meses
G.	16	3 meses
M.	16	10 meses
T.	15	22 meses
V.	22	10 meses

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Inicialmente, realizou-se uma entrevista semiestruturada com a coordenadora do projeto, com o objetivo de identificar cinco comportamentos-alvo representativos das principais habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos multiplicadores.

Essa entrevista semiestruturada contou com as seguintes questões: 1) Quais habilidades você gostaria de desenvolver nos alunos oficinairos? 2) O que você faz quando percebe que o aluno está se distanciando da aquisição de uma habilidade? 3) Como você percebe a evolução dessas competências? 4) Como você favorece a evolução dessas competências? 5) Quais são as facilidades e as dificuldades que você encontra nesse processo?

A entrevista teve função investigativa, visando a definição dos parâmetros de observação sistemática. De acordo com Santos (2014), a entrevista é a técnica mais utilizada para obtenção de informações a respeito de uma pessoa, em qualquer situação que exista um indivíduo buscando saber algo sobre outro, esclarecer comportamentos, elucidar intenções, ideias ou atitudes de alguém, sejam específicas ou genéricas.

A autora ressalta que trata-se de uma ferramenta poderosa à disposição dos psicólogos, de valor inestimável e, sem dúvida, a mais indispensável de todas as que possam ser colocadas ao seu alcance. A entrevista é, também, um instrumento insubstituível e indispensável nas diferentes tarefas que realiza um psicólogo (seleção, orientação, aconselhamento, terapia, etc.), sendo esta uma referência e um ponto de partida que direciona os trabalhos (SANTOS, 2014).

Após a entrevista, realizou-se um total de nove sessões de observação com os participantes, que foram divididas em: avaliação de pré-intervenção (duas observações) e avaliação de pós-intervenção (sete observações).

A observação sistemática, segundo Cano e Sampaio (2007), acontece quando o observador já define anteriormente o fenômeno que vai estudar por meio da observação. Nesse caso, complementam as autoras, as categorias de análise do objeto de estudo são construídas *a priori*, e os comportamentos a serem analisados já estão estruturados e planejados.

A avaliação de pré-intervenção consistiu de observações efetuadas no momento do projeto chamado “compartilhar”, em que cada aluno multiplicador aplica sua oficina nos demais alunos multiplicadores e todos colaboram com sua reestruturação. Nessa etapa, foi observado e registrado se o comportamento estava em estágio de aquisição inicial, intermediário ou se já fazia parte do repertório do aluno multiplicador.

A avaliação de pós-intervenção ocorreu também no momento de “compartilhar”, porém, numa segunda fase, que se inicia com a introdução das intervenções feitas pela

professora coordenadora (descritas com mais detalhes no próximo tópico). Dessa forma, pode-se observar e registrar se houve mudança no comportamento dos alunos.

Para a coleta de dados, as seguintes etapas foram executadas: definição dos comportamentos a serem observados por meio de entrevista semiestruturada aplicada pela professora coordenadora do projeto e realização das observações de pré e pós-intervenção. Os resultados foram estruturados em uma planilha Excel e, em seguida, quantificados e organizados na forma de quadros e tabelas.

3.3 CARACATERÍSTICA DA INTERVENÇÃO CONDUZIDA PELA COORDENADORA DO PROJETO

Em relação à intervenção realizada pela coordenadora do projeto, observa-se que, mesmo sem dominar a Análise do Comportamento, esta possui habilidade para manejar recursos que se aproximam da modelagem. Isso ficou claro na prática e na fala de uma entrevista feita com a professora, que se encontra na íntegra como anexo e da qual destacamos algumas partes.

“[...] É importante que o aluno oficinairo trabalhe desde o arranjo da sala de aula, da disposição das cadeiras e mesas até a sua postura corporal, seu vocabulário, seu tom de voz; isso impacta em como ele vai transmitir o conteúdo para os outros alunos”.

Na verbalização acima, observa-se a preocupação da professora com relação ao manejo dos aspectos contextuais.

Já nas falas abaixo, evidencia-se que os alunos recebem estímulos que facilitam a aprendizagem e a consequente aquisição de habilidades.

“Em um primeiro momento, eu faço com que esse aluno participe das oficinas de outros alunos "mais avançados", que já desenvolveram a competência, e sempre vou chamando a atenção para os exemplos positivos, mas sem expor esse aluno que se distanciou. Depois, eu observo se houve uma mudança na prática. Se ele aprendeu, eu elogio para todo o grupo, se ainda não tiver tido mudança, eu chamo esse aluno e converso individualmente com ele. Eu também posso agrupá-lo em uma oficina com alunos veteranos do projeto, essa é uma outra possibilidade”.

“Eu faço o que chamo de ‘socializar o acerto’. Eu socializo o acerto deles no momento em que eu observo quando eles atingem uma evolução, seja ela qual for, não

importa sua dimensão. Isso é compartilhado com todo o grupo e favorece tanto para a autoestima dele quanto para exemplo aos demais alunos”.

Nesse sentido, foi possível constatar que, dentre as formas de aprendizagem utilizadas, a modelagem se destaca. Isso acontece porque existe *feedback* imediato, mudança gradual e aumento paulatino de exigências, e tais ações se aproximam do conceito de aproximações sucessivas.

Identificou-se, ainda, que são utilizados modelos e instruções para instalar comportamentos e direcioná-los ao alvo. Nesse processo, a coordenadora do projeto utiliza também a modelação e regras. Na Análise Aplicada do Comportamento, a modelação e a regra são formas de aprendizagem que instalam o comportamento de forma rápida e são viáveis nos casos em que a modelagem é mais lenta ou custosa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da entrevista realizada, foram identificados cinco comportamentos-alvo a serem desenvolvidos pelos alunos multiplicadores, que estão apresentados no Quadro 1. Os manejos e as intervenções conduzidas pela coordenadora do projeto foram organizados como aspectos do procedimento de modelagem e estão descritas no Quadro 2. O Quadro 3 indica a avaliação de ocorrência e nível de proficiência dos comportamentos-alvo nas avaliações pré e pós-intervenção.

Quadro 1 – Categorias e respectivas descrições dos comportamento-alvo

Categorias de comportamento-alvo	Descrição
1. Mediação de conflitos	Lidar com diferenças de opiniões ou resistência dos alunos participantes das oficinas
2. Estimular a participação do grupo	Favorecer a participação e a atenção de todos os alunos no decorrer da oficina
3. Considerar todas as opiniões do grupo	Todas as opiniões precisam ser consideradas para que haja um diálogo harmônico entre os alunos, portanto, os alunos multiplicadores precisam ser flexíveis e abertos para a escuta. A não consideração de uma opinião, por mais divergente que ela possa ser, pode desmotivar a participação e transformar a oficina em uma imposição de opinião pessoal
4. Fazer síntese da participação	Após considerar as opiniões dos alunos, realizar uma síntese do que foi falado e dar uma devolutiva para todo o grupo, correlacionando-a com o tema da oficina e ressaltando a importância de se ter várias opiniões para construir ou desconstruir um conceito
5. Postura	Uso de vocabulário adequado, tom de voz, postura corporal (estar sentado quando estiver explicando, ou seja, no mesmo nível dos participantes)

Fonte: Os próprios autores (2016)

Quadro 2 – Etapas do procedimento de modelagem e exemplos correspondentes de verbalizações da professora coordenadora

Etapas da modelagem	Foi observado?	Exemplo
1) definir o comportamento-alvo	Sim	“[...] <i>Algumas competências básicas são importantes como as leitoras e escritoras.</i> ” “[...] <i>Ele também deve aprender a ouvir e a falar, considerando a opinião do grupo e criando uma atmosfera de diálogo, estimulando a participação de todos e realizando uma síntese devolutiva do que emergir a partir deste diálogo seja para construir ou desconstruir uma opinião.</i> ”
2) decompor o comportamento-alvo em unidades menores	Não	
3) estabelecer a sequência de comportamentos a serem aprendidos, dos menores, mais simples, até o comportamento-alvo	Sim	“[...] <i>É importante que o aluno oficinairo trabalhe desde o arranjo da sala de aula, da disposição das cadeiras e mesas até a sua postura corporal, seu vocabulário, seu tom de voz; isso impacta em como ele vai transmitir o conteúdo para os outros alunos.</i> [...]”
4) apresentar consequências com provável efeito reforçador diante dos primeiros comportamentos da sequência	Sim	“[...] <i>Em um primeiro momento, eu faço com que este aluno participe das oficinas de outros alunos "mais avançados" que já desenvolveram a competência e sempre vou chamando a atenção para os exemplos positivos.</i> [...]”
5) à medida que o responder se altera, o critério de apresentação do reforço também deverá ser alterado, em direção ao comportamento-alvo	Sim	“[...] <i>Depois eu observo se houve uma mudança na prática. Se ele aprendeu eu elogio para todo o grupo, se ainda não tiver tido mudança, eu chamo esse aluno e converso individualmente com ele.</i> [...]”
6) Apresentação de reforço imediato	Sim	“[...] <i>Eu socializo o acerto deles no momento em que eu observo quando eles atingem uma evolução, seja ela qual for, não importa sua dimensão. Isso é compartilhado com todo o grupo.</i> [...]”

Fonte: Os próprios autores (2016)

Observa-se, a partir do Quadro 2, que a coordenadora do projeto apresenta manejos condizentes com o procedimento de modelagem, especialmente ao prover reforço imediato, mudança gradual e aumento paulatino de exigências; tais ações se relacionam com o conceito de aproximações sucessivas, ou seja, uma série de passos nos quais se exige, gradualmente, a emissão de comportamentos cada vez mais próximos de um comportamento alvo.

Conforme entendimentos de Esmeraldo (2012), a aproximação sucessiva é caracterizada por aumento gradual do número de critérios de exigência para a produção de uma consequência. Nesse sentido, o autor conclui que tal procedimento aumenta

paulatinamente a complexidade de uma resposta esperada mediante a apresentação de consequências com provável efeito reforçador.

Ainda foi identificado o uso de modelos e instruções para instalar comportamentos e direcioná-los ao alvo. Nesse processo, a coordenadora do projeto também se utilizou da modelação do comportamento e regras para governar o comportamento.

Na Análise do Comportamento, a modelação e a regra são formas de aprendizagem que instalam o comportamento de forma rápida e são viáveis nos casos em que a modelagem é mais lenta ou custosa. Levando em consideração a entrevista aplicada para a definição dos comportamentos-alvo, observou-se que a coordenadora do projeto utiliza a modelação para direcionar o comportamento dos alunos multiplicadores.

O processo de aprendizagem por modelação consiste em aprender a partir da imitação de um modelo; dessa forma, uma das estratégias para instalar um comportamento ou direcioná-lo ao alvo era fazer com que os novos alunos multiplicadores participassem da oficina dos alunos multiplicadores mais antigos no projeto, a fim de imitar os comportamentos que ali emergiam.

Quadro 3 – Avaliação de ocorrência e nível de proficiência do comportamentos-alvo nas avaliações pré e pós-intervenção

Participante	Mediação de conflito						Estimular a participação						Considerar as opiniões						Síntese						Postura								
	PRÉ			PÓS			PRÉ			PÓS			PRÉ			PÓS			PRÉ			PÓS			PRÉ			PÓS					
	I	N	A	I	N	A	I	N	A	I	N	A	I	N	A	I	N	A	I	N	A	I	N	A	I	N	A	I	N	A	I	N	A
C.	x				x		x				x			x			x		x				x			x			x			x	
D.		x			x			x			x			x			x			x			x			x			x			x	
F.	x			x			x			x			x			x			x			x			x			x			x		
G.	x			x			x			x			x			x			x			x			x			x			x		
M.		x			x			x			x			x			x			x			x			x			x			x	
T.	x			x				x			x			x			x			x			x			x			x			x	
V.	x			x			x			x			x			x			x			x			x			x			x		

Fonte: Os próprios autores (2016)

Legenda: I: Repertório inicial. N: Repertório intermediário. A: Comportamento-alvo

De acordo com o Quadro 3, nota-se que os melhores resultados foram obtidos com os comportamentos-alvo: “Considerar todas as opiniões” e “Fazer síntese”. Observa-se que a quase totalidade dos alunos multiplicadores já possuía repertórios intermediários em tais

categorias e desenvolveram o comportamento-alvo final. É interessante constatar que essas duas habilidades se complementam e tendem a se desenvolver concomitantemente.

Sobre a categoria “Postura”, percebe-se que alunos multiplicadores já tinham um repertório intermediário. Para parte deles, houve uma evolução em relação ao comportamento-alvo final. Os resultados de “Estimular a participação” indicam uma mudança de repertório inicial para intermediário. Os piores resultados foram obtidos em relação à categoria “Mediação de conflito”.

Pelo resultado das observações dos comportamentos identificados, observou-se que esse último comportamento foi o único não atingido como alvo por nenhum aluno multiplicador, já que se trata de uma habilidade complexa que requer treino para ser estabelecida. Entretanto, notou-se a evolução de alguns alunos multiplicadores no que concerne a essa habilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente trabalho foi identificar os fenômenos comportamentais de interesse do psicólogo escolar. Nesse sentido, a proposta foi observar o uso do procedimento de modelagem de comportamentos-alvo de alunos multiplicadores do projeto Jovens Protagonistas. Tal projeto proporcionou tanto a aquisição de conhecimentos específicos sobre os temas das oficinas (diversidade sexual, drogas, relação pais e filhos, etc.), quanto o desenvolvimento de habilidades específicas.

Foi possível perceber também que o projeto, por utilizar uma metodologia que vai além da aula tradicional expositiva e dialogada, proporcionou o desenvolvimento da autonomia, da aproximação entre os jovens, e o fortalecimento dos vínculos entre os participantes, fundamental para mitigar os fatores de risco entre os adolescentes. Além disso, despertou o interesse de alguns jovens de cursarem alguma licenciatura e se tornarem professores multiplicadores dessa metodologia. Assim, sugere-se a continuidade de estudos mais aprofundados sobre as temáticas da autonomia e do fortalecimento dos vínculos.

Por fim, destaca-se que a experiência de um estágio nos anos iniciais do curso de Psicologia é desafiadora e, ao mesmo tempo, estimulante. Desafiadora porque são os primeiros passos fora dos muros da universidade e, assim como uma criança que começa a descobrir o mundo à sua volta, ora se pisa torto, ora os sustos surpreendem, não por incapacidade, mas simplesmente pela falta de costume de ocupar esse corpo que é a

Psicologia e de articulá-lo no tempo e no espaço. Por isso, o suporte da supervisão, o compromisso com a fundamentação teórica e o apoio dos amigos são referências essenciais. É estimulante porque todo passo em direção a uma descoberta, mesmo torto, carrega em si certo fascínio e singularidade característicos daqueles momentos em que a criança descobre uma parte de seu corpo, ou quando se depara com algum objeto novo. A descoberta de uma parte desse corpo Psicologia, neste estágio básico e dentro do projeto Jovens Protagonistas, ampliou possibilidades e horizontes de atuação, estudo e reflexões.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266. Acesso em: 24 jun. 2019.
- BAUM, W. M. **Compreender o behaviorismo**. Artmed Editora, 2006.
- CANO, D.S; SAMPAIO I.T.A. O método de observação na psicologia: Considerações sobre a produção científica. **Interação em Psicologia**, v.11, p. 199-210, 2007.
- CATANIA, A. C. **Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. Crescer e lutar por direitos e políticas para crianças e adolescentes. 2018. Disponível em <http://www.crpsp.org/site/fique-de-olho-interna.php?noticia=1433&titulo=Crescer%20e%20Lutar%20por%20Direitos%20e%20Pol%20Edticas%20para%20Crian%20as%20e%20Adolescentes>. Acesso em: 24 jun. 2019.
- ESMERALDO, D. C. **Efeitos de dois procedimentos de aproximação sucessiva sobre a seleção de uma prática cultural complexa**. Dissertação de Mestrado. Belém: Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, 2012.
- FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. 2019. Trabalho infantil no Brasil. Disponível em <https://fnpeti.org.br/cenario>. Acesso em: 24 jun. 2019.
- LEONARDI, J. L.; BORGES, N. B. A modelagem como ferramenta de intervenção. In: Nicodemos Batista Borges; Fernando Albregard Cassas. (Org.). **Clínica analítico-comportamental: aspectos teóricos e práticos**. 1ed.Porto Alegre: Artmed, 2012, p. 166-170.
- MATOS, Maria Amélia. Análise de contingências no aprender e no ensinar. In: ALENCAR, Eunice S. (Org.). **Novas contribuições da psicologia aos processos de ensino e aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 1993. p. 141-165.
- MEYER, Sonia Beatriz. Regras e auto-regras no laboratório e na clínica. **Análise do comportamento: pesquisa, teoria e aplicação**, 2005.
- MOREIRA, M. B.; MEDEIROS, C. A. **Princípios básicos de análise do comportamento**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- SANTOS, S.G. A entrevista em avaliação psicológica. **Revista especialize on-line IPOG**, Goiânia, edição especial, v. 01, n.008, set./2014.
- SILVA, M.M.A. Cuidado e proteção em saúde da criança e do adolescente em situação de violência. In: Conselho Federal de Psicologia. **A escuta de crianças e adolescentes**

envolvidos em situação de violência e a rede de proteção / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2010.124 p.

SKINNER, B. F. **Sobre o behaviorismo.** Tradução de Maria da Penha Villalobos. 1982.

PARTE IV: CONTEXTOS DE GESTÃO

A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO PROCESSO SELETIVO: EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM UMA EMPRESA JÚNIOR

Graduanda Ana Carolina Ayres Astone
Prof. Mestra Andreza Cristina Both Casagrande Koga
Prof. Dra. Marilsa de Sá Rodrigues

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como principal objetivo refletir acerca da importância da avaliação psicológica em um processo seletivo. A experiência do estágio ocasionou a realização de um procedimento de recrutamento e seleção em uma Empresa Júnior, no Departamento de Arquitetura e Urbanismo de uma Universidade no interior do Estado de São Paulo. Foi solicitado o apoio dos alunos do Departamento de Psicologia, da mesma Universidade, para o processo seletivo dos alunos que estagiariam na empresa, no ano vigente. Foi então realizada a avaliação psicológica para a seleção dos candidatos, utilizando-se como ferramenta o Teste Palográfico e os dados identificados na entrevista.

Um processo de seleção de funcionários, como conceitua Gondim e Queiroga (2013), se dá pela escolha de candidatos que correspondem ao perfil para uma ou mais vagas; necessita de uma definição do desempenho a ser empreendido, conhecimento detalhado do cargo a ser preenchido, viabilizado por meio da análise do cargo, que deve ser realizada antes mesmo de a seleção, propriamente dita, se iniciar. As autoras citadas discutem que isso garante, quando realizada adequadamente, a entrada de pessoas que preenchem os requisitos do cargo, bem como das características e qualificações que seu ocupante deverá apresentar. Por essa razão, os psicólogos assumem um papel importante para a condução dos processos seletivos, uma vez que as empresas buscam métodos para avaliação do comportamento humano na identificação das características ideais às vagas, como apontam Coradini e Murini (2009). Assim, as avaliações psicológicas têm sua importância no momento de selecionar alguém, pois estão destinadas a avaliar as aptidões e traços de personalidade necessários ao adequado desenvolvimento das tarefas envolvidas em uma determinada função.

Diversas são as ferramentas e técnicas que podem ser utilizadas nos processos seletivos com o objetivo de conhecer os candidatos e verificar aquele que apresenta as características que estão mais adequadas às necessidades da empresa naquele momento. Entre essas opções estão aqueles muito utilizados quando são conduzidos por psicólogos: os testes

psicológicos. Esse recurso de avaliação psicológica é uma ferramenta para auxiliar os profissionais responsáveis na tomada de decisão, no momento da escolha de um candidato que esteja apto a assumir determinado cargo.

Nos próximos segmentos do capítulo será apresentada uma maior contextualização teórica sobre a avaliação psicológica no processo seletivo e sobre o Teste Palográfico, utilizado neste estudo, para posteriormente, ser explicado o método do trabalho realizado em campo, seguido de uma intervenção no contexto, além dos resultados alcançados e discutidos à luz da teoria.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 PROCESSO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

Gondim e Queiroga (2013, p. 384) descrevem que o processo de recrutamento e seleção tem seu início quando há a oferta de um cargo ou função. Citam que “a análise das necessidades faz com que se desenhe um perfil do que se espera do candidato e, a partir daí, decide-se pela vaga a ser ocupada, a qual pode previamente existir na organização ou vir a ser criada”.

A gestão de pessoas tem importante atuação nesse processo, pois administra as relações das pessoas com a organização, isto é, o profissional de recrutamento e seleção exerce papel fundamental na formação do quadro de profissionais de uma empresa, utilizando métodos para avaliação do comportamento humano na identificação das características ideais às vagas (CORADINI; MURINI, 2009).

Coradini e Murini (2009) explicam que, em ambos os casos, tanto no recrutamento quanto na seleção, é realizada uma análise de aspectos profissionais e pessoais dos candidatos, tendo em vista a adequação ao cargo. Portanto, quando a seleção é bem executada, resultará em uma alta produtividade, retorno ao investimento despendido, ajudando a empresa a atingir seus planos e objetivos. Segundo Chiavenato (2006 apud CORADINI e MURINI, 2009, p. 66,

[...] seleção é o processo pelo qual uma organização escolhe de uma lista de candidatos, a pessoa que melhor alcança os critérios de seleção, para a posição disponível, considerando as atuais condições de mercado.

Conforme Chiavenato (2006 apud CORADINI e MURINI, 2009) as etapas do processo de seleção podem ser esquematizadas da seguinte forma: análise curricular; testes; entrevista; verificação de referência, e dinâmica de grupo. Assim, entende-se que a avaliação psicológica é indispensável no que se refere a um processo de seleção de pessoas para uma organização.

2.2 A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO PROCESSO

Cardoso (2009, p. 389) aponta que

a avaliação psicológica no contexto organizacional é vista como um recurso de análise que auxilia os profissionais na tomada de decisão, especialmente no momento da escolha de um profissional para determinada função/atividade.

A autora ainda comenta que é importante que essa estratégia seja bem conduzida, contextualizada e fundamentada nos rigores psicométricos das técnicas de avaliação.

Thadeu, Ferreira e Faiad (2012) determinam que avaliação psicológica, nesse contexto de seleção, tem como principal objetivo identificar se as características de um candidato ao cargo são compatíveis àquelas que são requeridas no perfil do mesmo e, para que isso ocorra, utilizam-se técnicas específicas. Essas técnicas são variadas, com a finalidade de avaliar tais requisitos psicológicos considerados relevantes ao cargo ao qual o indivíduo se candidata. Dentre elas, podem ser citados os testes psicológicos, as entrevistas de seleção, as amostras de trabalho e os centros de avaliação. Contudo, os testes psicológicos destacam-se como os preditores mais utilizados em seleção de pessoal (THADEU; FERREIRA; FAIAD, 2012), destacando-se que podem ser utilizados somente por psicólogos.

2.2.1 Teste Psicológico

O teste psicológico é um instrumento que visa medir, de forma objetiva e padronizada, um determinado construto, utilizando para tanto uma amostra representativa dos itens que compõem o domínio de tal construto (ANASTASI; URBINA, 2000 apud THADEU; FERREIRA; FAIAD, 2012). Na seleção de pessoal, os testes psicológicos mais amplamente usados são os testes de habilidade cognitiva e os de personalidade.

Os testes de habilidade cognitiva, também chamados de testes de capacidade ou aptidão, objetivam mensurar a inteligência (habilidade cognitiva geral) ou aptidões específicas (ANASTASI; URBINA, 2000; ROTHMANN; COOPER, 2009 apud THADEU; FERREIRA; FAIAD, 2012). Já os testes de personalidade têm como objetivo mensurar características emocionais, interpessoais, motivacionais e de atitudes (ANASTASI; URBINA, 2000 apud THADEU; FERREIRA; FAIAD, 2012) e avaliar como as pessoas tendem a se comportar em situações diversas (SPECTOR, 2006 apud THADEU; FERREIRA; FAIAD, 2012). Nesse processo de seleção, foi utilizado apenas um teste psicológico que se enquadra na categoria de teste de personalidade: o Teste Palográfico.

O Teste Palográfico é considerado um teste expressivo de personalidade uma vez que se trata da realização de traçados simples e da análise da escrita. No ato de desenhar podem estar presentes características como adaptação, a expressão e a projeção. Segundo Van Kolck (1984 apud ALVES; ESTEVES, 2004), a adaptação se refere à resposta do indivíduo perante a tarefa solicitada, isto é, se ele realiza de um modo convencional, original ou fantasioso. Já a expressão, trata-se do estilo particular dessa resposta, diz respeito à forma. E por fim, a projeção é atribuição de qualidades às situações e objetos, que aparecem no conteúdo e na maneira do sujeito tratar o tema.

A partir disso, a consistência ou organização da personalidade pode ser analisada além do ponto de vista de “disposições internas”, mas também a partir do nível do comportamento expressivo do indivíduo, sendo examinado de forma mais direta. “O estudo direto da expressão é a abordagem mais natural para o estudo da personalidade” (ALVES; ESTEVES, 2004, p.24). Segundo Allport e Vernon (1933 apud ALVES; ESTEVES, 2004), essas atividades expressivas apresentam um estilo individual constante e estável e esses aspectos indicam uma congruência entre os movimentos expressivos e as atitudes, traços, valores e outras disposições da personalidade. Os movimentos, em geral, apresentam características expressivas e não expressivas e também componentes adaptativos ou instrumental e o expressivo. O componente instrumental consiste em “o que fazemos” ao contrário do expressivo, que consiste em “como fazemos”. Assim, pode-se estabelecer a diferença, segundo Allport (1974 apud ALVES; ESTEVES, 2004), sendo que o instrumental é intencional, determinado pelas necessidades do momento e das situações, produzido formalmente, pode ser controlado, procura mudar o ambiente e é tipicamente consciente. Já o expressivo é não intencional, reflete a estrutura mais profunda da personalidade, transmitido

espontaneamente, menos alterável e frequentemente incontrolável, não tem objetivo e está abaixo do limiar da consciência.

Existem diversos fatores que exercem influência sobre esse comportamento expressivo, por exemplo, a tradição regional, disposição emocional passageira, idade, sexo, condições de saúde, entre outros. As condições do ambiente também exercem influência, se a pessoa não tiver apoio adequado, como escrever em uma superfície não plana, ter interrupções; esses aspectos podem produzir diferentes tipos de traçados e causar mudanças na sua pressão. (ponto e vírgula acima)

Van Kolck (1984 apud ALVES; ESTEVES, 2004) propõem alguns aspectos gerais do desenho que são: posição da folha, localização na página, tamanho em relação à folha, resistências em desenhar e qualidades do grafismo, como os relativos à pressão do lápis e à continuidade da linha. Além disso, a autora propõe que o aspecto básico para a interpretação dos desenhos é que “o desenho representa o indivíduo e a folha do papel o ambiente” (p.34).

2.2.2 Entrevista

A entrevista é considerada, de acordo com Coradini e Murini (2009), como uma das mais importantes etapas de um processo de seleção, e tem como finalidade obter informações pessoais e profissionais, além de esclarecer e aprofundar questões contidas nos formulários preenchidos (solicitação de emprego) e no currículo.

Segundo Robbins (2001, apud CORADINI e MURINI, 2009, p. 67),

[...] a entrevista abrange sondar áreas que não podem ser abordadas com facilidade nos formulários e testes de emprego, como a avaliação da motivação, a capacidade de trabalhar sob pressão e a capacidade de se “ajudar” na organização.

As autoras ainda conceituam que a entrevista se trata de uma técnica simples e direta, que pode ser usada em qualquer situação. Um dos aspectos fundamentais deste tipo de entrevista é garantir que as ideias e predisposições naturais do entrevistador não interfiram com uma livre troca de informação.

2.2.3 Dinâmicas de grupo

Nesta fase, inicialmente, procura-se promover um clima de integração e harmonia entre os candidatos, estimulando-os a uma participação ativa, propondo a vivência de situações semelhantes às atividades que exercerão em suas funções, objetivando observar atitudes, postura, linguajar, relacionamento interpessoal, traços de personalidade, interesses e comprometimento com a tarefa. Uma dinâmica de grupo oportuniza conhecer melhor o candidato, identificando ou esclarecendo alguns traços da personalidade que numa entrevista dificilmente se perceberia (CORADINI; MURINI, 2009).

Conforme Lacombre (2009, p. 89),

[...] a dinâmica de grupo é, em geral, efetuada colocando-se os candidatos numa simulação do trabalho cotidiano e observando suas atitudes, reações diante de problemas que surgem no tipo de trabalho que deverão executar. As informações obtidas costumam contribuir bastante para complementar as conseguidas no teste. Podem ser feitos muitos tipos de simulações que indicam as aptidões e as características dos candidatos.

Coradini e Murini (2009, p. 69) ainda ressaltam que “dinâmica de grupo é uma ferramenta que pode oferecer informações riquíssimas sobre o perfil dos candidatos, principalmente no que se refere às competências atitudinais ou comportamentais”. A dinâmica de grupo mostra-se bastante adequada para a avaliação de muitas características dos candidatos, como: liderança; sociabilidade; iniciativa; comunicabilidade; criatividade; espontaneidade; capacidade de análise; capacidade de julgamento; capacidade de argumentação; capacidade para atuar sob pressão; controle das tensões e da ansiedade; tomada de decisões; habilidade para lidar com situações de conflito; se aceita bem o fato de não ter sua ideia levada em conta, etc.

3 MÉTODO

O trabalho foi desenvolvido em uma Empresa Júnior de Arquitetura e Urbanismo, que apresentou como demanda a questão da falta de imparcialidade na seleção dos candidatos, por parte dos diretores e da presidência da empresa, por terem contato direto e convivência com as pessoas que estavam se candidatando às vagas de estágio. Inicialmente, o processo seletivo foi composto por vinte e cinco pessoas no recrutamento, sendo este um processo que visou

atrair o maior número de candidatos para o preenchimento das vagas. Eram todos alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da referida universidade, sendo este um dos requisitos para se candidatar à vaga.

A coleta de dados para escolha de novos integrantes foi realizada em etapas. A primeira, contava com a inscrição dos candidatos em uma plataforma *on-line* para realização de uma ficha cadastral de cada um, com informações dos candidatos consideradas importantes para ingressar na empresa.

Para a segunda etapa e realização da avaliação psicológica, foi escolhido o Teste Palográfico, que teve como objetivo analisar algumas características da personalidade dos candidatos, uma vez que se trata de um teste expressivo, de rápida e de fácil aplicação, com resultados fidedignos sobre aspectos da personalidade dos participantes, trazendo também informações acerca da produtividade e qualidade da produção dos participantes. Além disso, foi desenvolvida também uma dinâmica de grupo, simulando uma situação referente a uma atividade comum no dia a dia da empresa.

Os candidatos que preencheram a plataforma *on-line*, foram avisados a respeito da data em que deveriam comparecer para início do processo seletivo. Aqueles que se apresentaram neste dia foram instruídos a contar sobre sua história de vida, sobre o motivo de escolha da área (vaga) que tinham se candidatado e, após esse momento, foi aplicado o Teste Palográfico e realizada a dinâmica de grupo.

A partir das observações e informações coletadas na apresentação de cada candidato, foi possível relacionar esses dados, com aqueles expostos na ficha de inscrição, realizadas na plataforma *on-line*, e também com as características definidas para cada cargo. Com isso, o início da seleção de candidatos se deu pela escolha daqueles que, até então, demonstraram estar mais adaptados a atender as necessidades dos cargos disponíveis na empresa, a partir do que foi observado na dinâmica e na correção do teste. Esses candidatos selecionados foram convocados para uma entrevista individual, quando foi possível conhecer um pouco mais sobre cada um e esclarecer informações necessárias acerca do candidato, que não constavam nas fichas de cadastro. Essas entrevistas foram agendadas e realizadas no decorrer de uma semana.

Após as entrevistas, foi possível selecionar os candidatos finais; essa decisão foi realizada junto aos membros da empresa, bem como a indicação ao cargo que poderiam assumir para o período de treinamento que ocorreria no segundo semestre do ano de 2019. Esses candidatos foram convocados para uma apresentação de boas-vindas em que, além de

esclarecer aspectos referentes à empresa, por meio de uma dinâmica de grupo, foi possível promover uma integração entre os membros da empresa e os novos integrantes da equipe.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram realizadas diversas reuniões com as diretorias e a presidência da empresa para melhor entendimento da demanda, da definição de perfil, de estratégias para elaborar o processo, para discussão das dinâmicas de grupo mais adequadas, já pensando nas funções e identificação das características relevantes aos cargos.

Observou-se que a empresa apresentava uma defasagem em relação à equipe de execução de projetos e em relação à gerência, mostrando a necessidade de se realizar um processo seletivo para a inclusão de novos membros. Assim, as vagas a serem preenchidas eram para Gerência de Marketing, de Projetos e de RH, e o restante das pessoas selecionadas iria compor a equipe de execução de projetos, totalizando quinze vagas.

Ademais, a empresa solicitou que fosse realizada a avaliação psicológica da equipe de gestão (diretores), buscando identificar aspectos que poderiam ser desenvolvidos, bem como a identificação e a compatibilidade do perfil com o cargo ou com o setor onde atuavam.

4.1 DEFINIÇÃO DO PERFIL

Foi verificado, junto à diretoria, que se buscavam pessoas que apresentassem, principalmente, comprometimento, facilidade de comunicação, habilidades na área de Arquitetura, interesse em aprender e ensinar, empenho, disposição e produtividade para desempenhar tarefas. Além disso, a escolha de novos membros para a empresa contava com critérios específicos de cada ano do Curso, ou seja, dependendo do período do Curso de cada candidato, determinados aspectos eram avaliados. De maneira geral, os candidatos deveriam ter entendimento do Curso, saber o que um arquiteto faz, como é trabalhar na área e entender que a profissão de um arquiteto, tanto dentro de uma empresa quanto fora, não é só realizar projetos, mas também saber trabalhar em grupo e dominar a aplicação do que está aprendendo. Os candidatos que estão nos quatro primeiros anos da faculdade seriam submetidos a treinamento e capacitação por serem sucessores da empresa. Já os alunos do quinto ano deveriam apresentar experiência em projeto e facilidade com *softwares* especializados da área.

4.2 O PROCESSO SELETIVO

Todo o processo foi dividido em três etapas. A primeira demandava que o candidato preenchesse um formulário *on-line*, incluindo suas informações pessoais, fazendo uma breve apresentação de seus conhecimentos em Arquitetura e Urbanismo e relatando a vaga de interesse para atuação na empresa.

A presença do candidato na Etapa 2 foi fundamental condição para continuidade do indivíduo no processo de seleção, portanto, cinco candidatos que não compareceram a essa etapa foram desclassificados. Nessa fase do processo foi aplicado o Teste Palográfico e foi realizada uma dinâmica de grupo para observação de características que somente o teste ou uma entrevista não conseguiriam fornecer, tais como: relacionamento interpessoal, liderança, resolução de problemas, etc., aspectos estes, importantes para a empresa. Na dinâmica de grupo, os candidatos foram separados em grupos, e teriam que trabalhar com pessoas que eles não tinham muito contato na Universidade, realizar um projeto de arquitetura e “vender” este projeto para as pessoas que fariam o papel de clientes, sendo os clientes os atuais gestores da empresa. Na dinâmica de grupo, “o objetivo da técnica é observar como o candidato se comporta e se relaciona em grupo, além de possibilitar a observação de algumas características pessoais” segundo Banov (2010, p.77 apud FERRETT; MANCINI, 2014). Além disso, no mesmo dia, houve também uma apresentação de todos os candidatos, solicitando a eles que contassem o motivo de estar no Curso de Arquitetura e Urbanismo, o motivo do interesse em ingressar na empresa e quais as expectativas dentro dela, caso fossem selecionados. Por fim, na terceira etapa, foram feitas as entrevistas individuais com todos os candidatos.

Inicialmente, todas as etapas seriam eliminatórias, mas o número de candidatos não foi tão alto quanto à expectativa da Diretoria de RH. Assim, todas as pessoas que se inscreveram na primeira etapa através do formulário *on-line* e compareceram à segunda etapa, passaram por todo o processo e, após as entrevistas, que foram analisadas juntamente com os resultados da avaliação psicológica, cinco pessoas foram eliminadas e quinze foram aprovadas para o preenchimento das vagas. Conforme essas etapas foram acontecendo, mais perto do candidato ideal se estaria, pois as técnicas de seleção são exatamente para descobrir o perfil mais ajustado às necessidades da organização, isto é, que tenha as mesmas habilidades exigidas para o cargo (FERRETT; MANCINI, 2014).

No momento de recepção de novos membros, foi feita também uma dinâmica para integração, chamada “dinâmica da boneca”. Nessa atividade, foram separados cinco grupos, cada um com três pessoas, e então os cinco grupos receberam instruções para desenhar partes do corpo de uma boneca. Os grupos deveriam conversar uns com os outros para realizar um trabalho bem feito e apresentar para um cliente, no final, uma boneca atrativa para ser comprada, o que não aconteceu. A dinâmica abordava aspectos de comunicação e relação interpessoal, mostrando aos membros que é necessário trabalhar em grupo e saber se comunicar com outros para que o resultado seja satisfatório.

4.3 CRITÉRIOS FUNDAMENTAIS PARA SELEÇÃO DOS CANDIDATOS

4.3.1 Adequação ao Perfil

O processo de recrutamento e seleção visa buscar no mercado de trabalho os profissionais que mais se adaptam ao perfil requerido pela vaga a ser preenchida na empresa (CORADINI; MURINI, 2009). Assim sendo, apreende-se que corresponder ao perfil planejado pela diretoria da empresa foi fundamental na tomada de decisões no que concerne à seleção de determinados candidatos, pois, como exposto na “definição do perfil”, a empresa traçou de forma sistemática as características, qualificações, habilidades, competências e experiências anteriores que são indispensáveis em uma pessoa.

4.3.2 Avaliação Psicológica

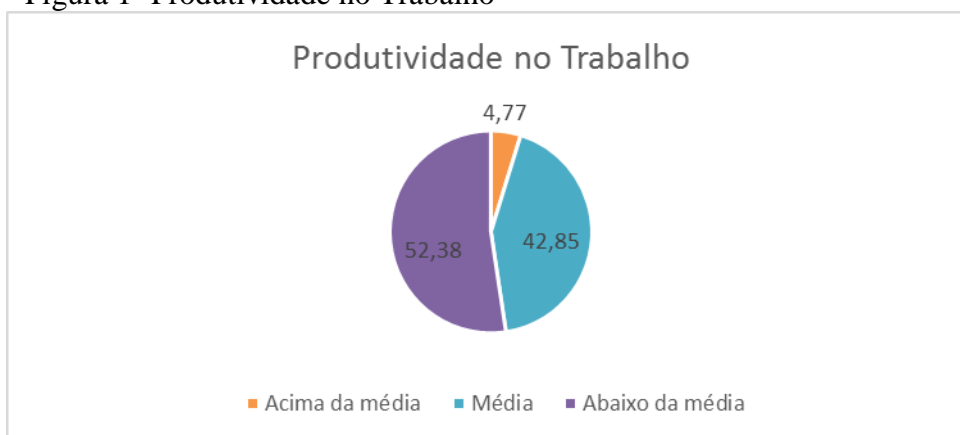
O teste psicológico teve grande importância no que diz respeito à identificação de habilidades e traços de personalidade desejados para as determinadas funções, o que auxiliou na identificação de algumas características importantes. A aplicação do Teste Palográfico, executada na segunda etapa do processo, contribuiu para a identificação daqueles que tinham um perfil mais alinhado aos objetivos da empresa. Das vinte pessoas que foram submetidas à avaliação psicológica, três foram eliminadas do processo seletivo com base no teste, porém ainda compareceram às entrevistas apenas para uma avaliação mais ampla.

O Teste Palográfico possui diversas interpretações, sendo possível avaliar, por meio deste instrumento: relacionamento interpessoal, produtividade, ritmo de produção, organização, autoestima, impulsividade, entre outras características. De todas as

interpretações feitas, alguns aspectos foram destaque para que o perfil esperado a entrar na empresa fosse alcançado.

O fator produtividade era de fundamental importância para os membros da diretoria da empresa, por ser uma condição necessária no processo de treinamento das pessoas que iriam ingressar na empresa.

Figura 1- Produtividade no Trabalho

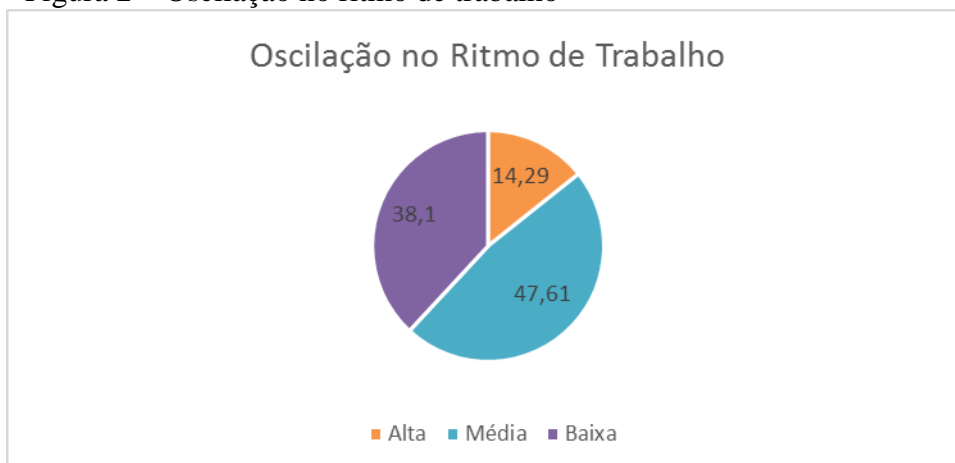


Fonte: elaborado pelas autoras.

Analisando a Figura 1, nota-se que 52,38% dos candidatos apresentaram rendimento abaixo da média no trabalho. Porém, isso pode ocorrer porque algumas funções exigem maior atenção na atividade, reduzindo o índice de produtividade.

Além da produtividade, a variabilidade rítmica, conforme mostra a Figura 2, apresentou-se como um aspecto de destaque na análise das pessoas que realizaram o teste psicológico, pois a empresa possui uma grande demanda de projetos arquitetônicos e necessita de uma equipe que se adapte às atividades de forma efetiva e com consistência.

Figura 2 – Oscilação no ritmo de trabalho



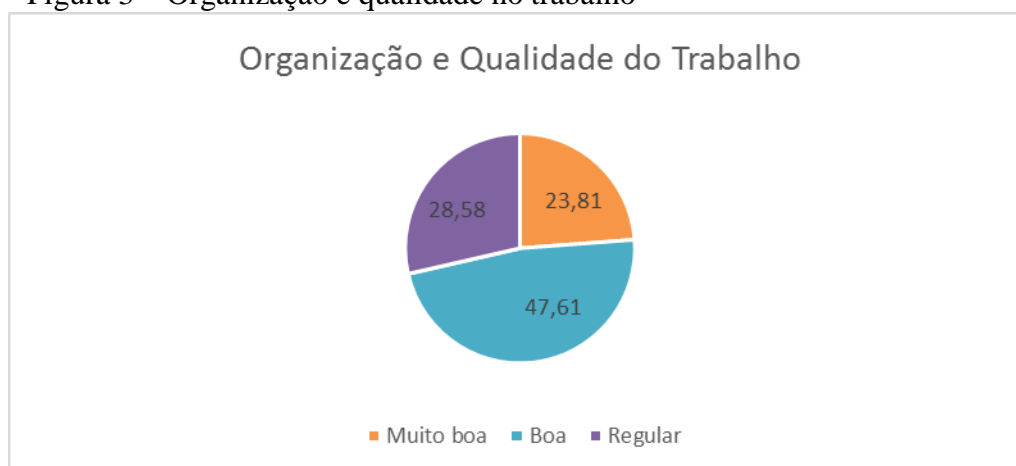
Fonte: Elaborado pelas autoras

Apesar de 47,61% dos candidatos apresentarem instabilidade no ritmo de trabalho, estes conseguem adaptar-se adequadamente às tarefas rotineiras.

Os 38,1% com baixa oscilação no ritmo de trabalho desenvolvem as tarefas com mais uniformidade, enquanto aquelas com alta oscilação rítmica (14,29%) tendem a apresentar flutuações e instabilidade no desempenho das tarefas.

Outra capacidade de notoriedade na avaliação dos candidatos foi a organização e qualidade do trabalho (Figura 3), também destacada pela empresa como condição para compor a equipe selecionada.

Figura 3 – Organização e qualidade no trabalho

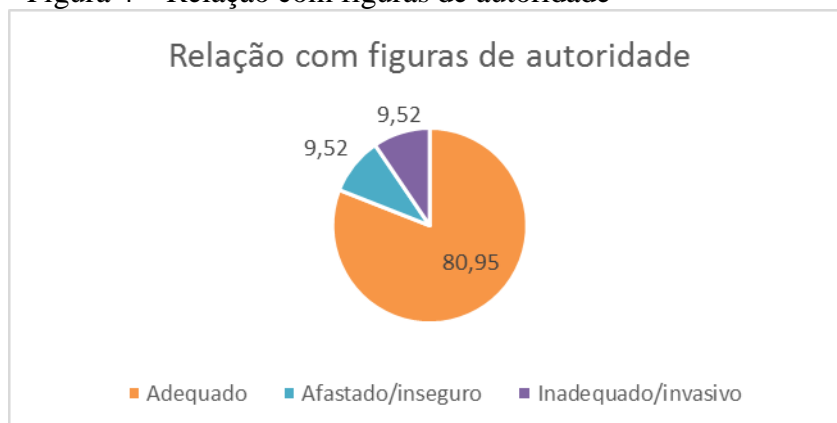


Fonte: Elaborado pelas autoras

A Figura 3 mostra que grande parte da equipe (47,61%) apresentou boa qualidade na realização das atividades. Com boa capacidade discriminativa, conseguem realizar um trabalho dotado de ordem e método. Tendem a ser pessoas com ideias claras, capacidade de reflexão e pensamento lógico. Apresentam autocontrole dos sentimentos pela razão e possuem estado de ânimo geralmente estável. Ainda houvera aqueles que apresentaram qualidade muito boa (23,81%) na realização do trabalho, sendo um aspecto altamente vantajoso para a empresa, visto que os projetos de arquitetura exigem grande organização e qualidade final na apresentação dos trabalhos. Apenas 28,58% apresentam organização ou qualidade do trabalho regular.

A Figura 4 traz os resultados quanto às relações com as figuras de autoridade.

Figura 4 – Relação com figuras de autoridade

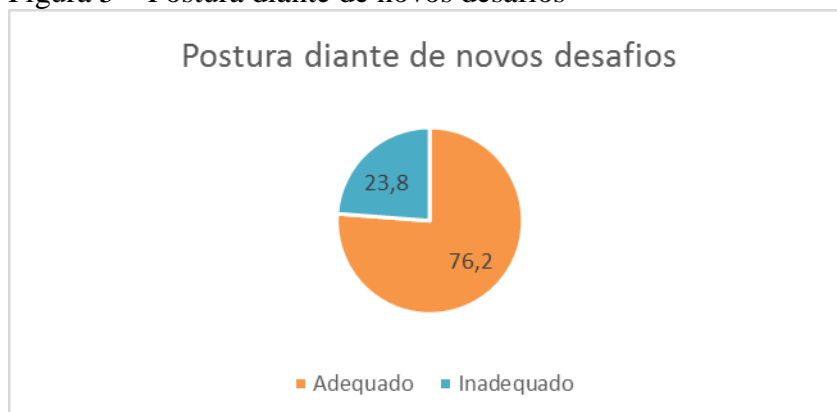


Fonte: Elaborado pelas autoras.

Observa-se que o grupo consegue estabelecer uma relação adequada com figuras de autoridade, adotando uma postura de respeito e consideração. Entretanto, 9,52% apresenta falta de limites no relacionamento com as autoridades, falta de adaptação às situações, podendo indicar um comportamento inadequado e mais invasivo, o que pode interferir nas relações estabelecidas com os líderes das equipes. A mesma quantidade de pessoas apresenta comportamento de insegurança frente a figuras de autoridade.

A Figura 5 mostra os resultados deste grupo frente a novos desafios, situação encontrada com frequência na empresa.

Figura 5 – Postura diante de novos desafios

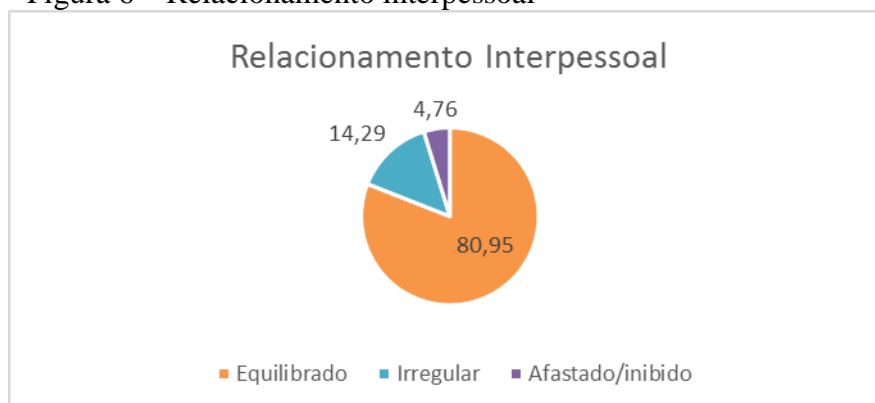


Fonte: Elaborado pelas autoras

A maior parte da equipe mostrou boa adaptação ao ambiente social, com tendência a enfrentar situações e desafios sem muito receio ou atitudes agressivas. Apenas 23,8% apresentam temor diante de novas situações, riscos e iniciativas e receio em relação ao futuro.

A Figura 6 ilustra o relacionamento interpessoal dos candidatos.

Figura 6 – Relacionamento interpessoal



Fonte: Elaborado pelas autoras

O bom relacionamento interpessoal estabelecido no ambiente de trabalho contribui para um ambiente mais saudável e produtivo. Uma parcela significativa da equipe (80,95%) apresenta relacionamento interpessoal equilibrado, apesar de 14,29% de o grupo apresentar relacionamento irregular, ou seja, oscilar entre momentos de proximidade e isolamento. Apenas 4,76% apresentam um comportamento mais afastado e inibido. Este resultado mostra que há grandes chances de esse grupo desenvolver um bom relacionamento interpessoal, proporcionando um ambiente saudável para a atuação.

4.3.3 A Entrevista

As entrevistas estruturaram a terceira etapa do processo seletivo. Três candidatos, mesmo desclassificados na segunda etapa do processo, participaram das entrevistas para uma maior obtenção de informações. Assim, dos dezessete candidatos que efetivamente estariam sendo avaliados na entrevista, quinze foram classificados para ingressar na empresa.

Nas entrevistas, foram identificados os candidatos que demonstraram maior interesse pelas vagas e pela empresa, tais como aqueles que leram o manual do candidato, aspecto importante para a empresa. Também foi possível avaliar a apresentação pessoal, rapidez nas respostas, expressão verbal, características pessoais, trazendo também uma oportunidade para o candidato expor melhor suas qualificações. Ferrett e Mancini (2014, p. 10) apontam que a entrevista

[...] é o momento onde o recrutador irá conhecer os entrevistados pessoalmente e além de tirar dúvidas e informações que não estavam esclarecidas no currículo, vai verificar como o candidato se sairá nas perguntas a serem feitas durante a entrevista.

Assim, foi possível obter algumas informações complementares na entrevista que nas outras etapas não ficaram evidenciadas. Assim, pôde-se constatar que os candidatos selecionados para integrar a empresa são pessoas que apresentam grandes possibilidades de se adequarem ao perfil estipulado pela diretoria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito do trabalho, que se deu pela realização de um processo de recrutamento e seleção para uma organização que visa realizar trabalhos profissionais no ramo de Arquitetura e Urbanismo, com auxílio de avaliação psicológica para seleção de candidatos, foi alcançado em sua totalidade. Como requisitado pela empresa, novos membros agora compõem as vagas que estavam a serem preenchidas, de forma que foi possível identificar os candidatos mais qualificados para ocupação de tais cargos. A realização desse estudo abrangeu, principalmente, a importância de se implementar os instrumentos de avaliação psicológica em um processo de recrutamento e seleção, pois, desse modo, foi possível perceber os aspectos psicológicos dos candidatos.

Os resultados deste trabalho apontam que a maioria dos candidatos para essa Empresa Júnior de Arquitetura e Urbanismo de uma Universidade do interior de São Paulo expressam relacionamento interpessoal adequado, boa adaptação ao meio, respeito aos limites no convívio com os outros, rendimento de trabalho dentro da média, adaptação adequada às tarefas que envolvem rotinas e boa organização dos trabalhos. Não foi encontrada diferença estatisticamente significativa entre as categorias.

Portanto, conclui-se que os resultados alcançados auxiliaram na compreensão de aspectos da personalidade dessas pessoas, sendo a avaliação psicológica o instrumento que permitiu que isso ocorresse. No entanto, recomendam-se novos estudos, investigando este tema em virtude do reduzido número de pesquisas nacionais publicadas sobre a temática da avaliação psicológica em empresas juniores.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Irai Cristina Boccato; ESTEVES, Cristiano. **O teste palográfico na avaliação da personalidade**. São Paulo: Vetor, 2004.
- CARDOSO, Lucila Moraes. Aspectos práticos da avaliação psicológica nas organizações. **Psico-USF**, 2009. p. 389-390.
- CORADINI, Joziane Rizzetti; MURINI, Lisandra Taschetto. Recrutamento e Seleção de pessoal: como agregar talentos à empresa. **Ciências Sociais Aplicadas**. Santa Maria, 2009. P. 55 a 78.
- FERRETT, Kézia; MANCINI, Ronaldo; SILVA, Vanessa. **Recrutamento e seleção: um estudo sobre as técnicas utilizadas nas organizações**. São Paulo: Encontro de Iniciação Científica, 2014. Disponível em <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/4308/4067>>. Acesso em 07 de jul. de 2019.
- GONDIM, Sonia Maria Guedes; QUEIROGA, Fabiana. Recrutamento e Seleção. In: BORGES, Livia de Oliveira, MOURÃO, Luciana. **O trabalho e as organizações: atuações a partir da psicologia**. Porto Alegre: Artmed, 2013. P. 376 a 405.
- LACOMBE, Francisco. **Recursos humanos: princípios e tendências**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- SENDEN, Débora Alves; LOPES, Regina Maria Fernandes; NASCIMENTO, Roberta Fernandes Lopes do; TERROSO, Lauren Bulcão; ARGIMON, Irani I. de Lima. Análise da personalidade de profissionais da área da saúde: um estudo pelo teste Palográfico. **Aletheia**, Universidade Luterana do Brasil: Canoas, 2013. P. 62 a 70.
- THADEU, Sayonara Helena; FERREIRA, Maria Cristina; FAIAD, Cristiane. A avaliação psicológica em processos seletivos no contexto da segurança pública. **Avaliação Psicológica**, 2012. P. 229 a 238.

CARREIRA E MATERNIDADE: O PROCESSO DE RETORNO DA MULHER AO TRABALHO APÓS LICENÇA MATERNIDADE

Carina de Souza Fonseca
Miria Benincasa Gomes
Monique Marques da Costa Godoy

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, discutiremos o retorno da mulher ao trabalho depois da licença-maternidade. Tendo em vista que esse retorno gera necessidades de adaptação das atividades profissionais à uma nova demanda; estudar esse tema possibilita desenvolver alternativas para que este processo seja vivido com menos sofrimento.

Licença-maternidade é um período reservado por lei à mulher, após o parto, de ausência do trabalho por um período específico, a fim de fornecer os primeiros cuidados ao bebê recém-nascido (BRASIL, 1988).

Além da dificuldade que as mulheres já encontram no mercado de trabalho, elas encontram, quando mãe, outro desafio: os conflitos que a parentalidade traz. O novo bebê poderá trazer muitas dúvidas em relação à sua postura na família e no trabalho. Verifica-se a necessidade de reorganizar a conjugalidade, a rotina, a vida social, entre outros aspectos inerentes à vida com um bebê.

Juntamente a isso, há as cobranças da sociedade, que além de considerar a vivência da maternidade como parte essencial da constituição da mulher, a pressiona pelo sucesso no mercado de trabalho. Nota-se, assim, o sofrimento que muitas mulheres vivenciam devido a esse conflito. Aquelas que não trabalham sentem-se culpadas por deixarem a carreira de lado para se dedicar à criança, enquanto aquelas que escolhem não serem mães sofrem discriminação. (ROCHA-COUTINHO, ROCHA-COUTINHO, 2011; BELTRAME; DONELLI; 2012; FIORIN, OLIVEIRA, DIAS; 2014; MARTINS; ABREU; FIGUEIREDO, 2015; NEVES; NASCIMENTO; 2017).

Nas próximas seções será apresentada uma breve contextualização sobre o cenário brasileiro em relação à carreira feminina, seguida de um breve levantamento teórico sobre o mito do amor materno e a Psicodinâmica do Trabalho. Posteriormente, será desenvolvido o método da pesquisa de campo e os resultados alcançados e discutidos à luz da teoria.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 MULHER, CARREIRA E MATERNIDADE: UM OLHAR PARA A LICENÇA MATERNIDADE

A partir do século XX, acontecimentos históricos como a Primeira e Segunda Guerra Mundial culminaram na entrada efetiva da mulher no mercado de trabalho, consequente da falta de mão-de-obra de homens que estavam na guerra. Contudo, com o retorno desses, nem todas as mulheres saíram de seus postos de trabalhos, fragilizando assim aquela divisão da sociedade e aproximando a mulher da esfera produtiva da sociedade (GUEDES, 2017).

Contudo, a segregação ocupacional é um desafio para as mulheres ainda na atualidade, pois a elas se destinam ocupações relativas aos cuidados maternos, como as de pedagogas, enfermeiras e empregadas domésticas, enquanto aos homens se destinam atividades produtivas, como as de engenharia. Esse dado, portanto, colabora com a diferença salarial entre homens e mulheres, uma vez que as atividades ditas “femininas” apresentam menores salários. (GUEDES, 2017; IBGE, 2018; SANTOS; ROCHA-COUTINHO, 2010; ROCHA-COUTINHO; ROCHA-COUTINHO, 2011; SABOYA, 2013)

É certo que muitos cargos são disputados tanto por homens como por mulheres, mas para Rocha-Coutinho e Rocha-Coutinho (2011), as mulheres precisam demonstrar mais competência do que os homens para serem escolhidas. Devido a isso, as universidades brasileiras apresentam um maior número de mulheres que de homens (IBGE, 2018).

Apesar de críticas advindas da sociedade, que apresenta a maternidade como parte importante da construção da mulher, atualmente muitas mulheres optam por não terem filhos em detrimento da carreira profissional (FIDELIS; MOSMANN, 2013). Outras, ainda, optam pelo adiamento da maternidade, vivendo-o em momento de maior estabilidade profissional e financeira (BELTRAME; DONELLI, 2012).

Para as mulheres que optam pela maternidade, outras dificuldades também podem ser encontradas pelo caminho ao mercado de trabalho, como a dupla-jornada e os desafios da conciliação de papéis, pois, apesar de a mulher estar no mercado de trabalho, são ainda as responsáveis pelas atividades domésticas e cuidado com os filhos na maioria dos lares brasileiros (FIORIN; OLIVEIRA; DIAS, 2014; IBGE, 2018; NEVES; NASCIMENTO, 2017).

Quando a gravidez ocorre, a mulher terá para si benefícios garantidos por lei como Licença-Maternidade, estabilidade no trabalho até cinco meses após o parto, salário-

maternidade, garantias contra insalubridade, licença para ir ao médico durante a gravidez, auxílio-creche e duas pausas de meia hora para amamentação (BRASIL, 2017). Mesmo com essas importantes conquistas trabalhistas terem ocorrido de forma lenta, elas trouxeram às mulheres brasileiras a oportunidade de mostrar a importância da proteção da maternidade e da infância também como responsabilidade pública, além de evidenciar uma maior integração da mulher ao mercado de trabalho (MARQUES, 2016).

A conciliação também trará impactos à carreira, pois, verifica-se resistência de algumas empresas quando a funcionária opta pela maternidade. Para as empresas, a parentalidade é vista como positiva no caso do recrutamento de homens, acreditando-se que, por isso, eles trabalharão mais. Em relação às mulheres, por outro lado, a maternidade é interpretada como um fator que aumentará suas chances de se ausentar do trabalho (BELTRAME; DONELLI; 2012; GUEDES, 2017).

Mesmo com esses desafios, a mulher contemporânea tem apresentado uma mudança de padrão de comportamento feminino, em que, além da maternidade, a carreira também se constitui como algo importante para sua identidade. Para muitas mulheres o trabalho é relacionado à autonomia, à emancipação e à constituição do self (MARTINS; ABREU; FIGUEIREDO, 2015).

Essa mudança de comportamento, porém, muitas vezes entra em conflito com o padrão ideal de mãe construído pela sociedade, também chamado de mito do amor materno. Para melhor discutir essa demanda, mostra-se importante explicá-la na próxima seção, assim como a sua influência no processo de sofrimento no trabalho da mulher.

2.2 DO MITO DO AMOR MATERNO AO SOFRIMENTO NO TRABALHO

Como afirmado anteriormente, o mito do amor materno tem sido uma crença com um importante papel na manutenção do comportamento de muitas mães, que apesar da sobrecarga de tarefas, se mantêm “dando conta” de tudo e, muitas vezes, se sentindo culpadas por não conseguirem desempenhar todas as tarefas da melhor maneira possível. Mas nem sempre essa crença foi uma verdade absoluta para a sociedade (BADINTER, 1985).

No período entre a Idade Média e o século XVII, era comum as crianças serem entregues para uma ama de leite logo após o seu nascimento, pois a relação amorosa entre mães e filhos era considerada um sinal de fraqueza da mãe e condenado pela igreja. Foi só a partir do século XVIII que, devido ao alto índice de mortalidade infantil e à crise pela qual a

Europa passava, os governantes passaram a temer a falta de mão-de-obra. Inicia-se então a propagação de um discurso pelo governo, pela igreja e pelos médicos, convocando as mães às suas obrigações maternas, ou seja, convencidas a cuidar de seus filhos e amamentá-los. Assim surge a relação entre o amor e o materno, a ideia de que toda mãe tem, por instinto, o amor e o cuidado pelo filho (BADINTER, 1985).

A partir do século XIX, esse novo comportamento já estava difundido entre as mulheres, sendo agora comum para as mães o desejo de amamentar seus filhos. Nesse período já se observava o surgimento do sentimento de culpa na genitora quando algo acontecia com a criança, gerando um comportamento de devoção a essa. Nesse contexto, não existia somente a pressão das autoridades, mas também a pressão moral, uma vez que, aquilo que no início era apresentado como responsabilidade da mãe, agora a fazia sentir culpa diante da mínima falha. Assim, associou-se o amor materno ao sacrifício, o amor ao instinto e fazendo com que as mulheres se sentissem obrigadas a serem mães (BADINTER, 1985).

Desde então, esse mito do amor materno relacionado ao sacrifício e a culpa se propagam chegando aos dias atuais, em que entram em conflito com o novo papel da mulher, ou seja, aquela que trabalha fora do lar, gerando assim um sofrimento no trabalho (BADINTER, 1985).

Para Dejours (2007), o sofrimento é inevitável para todas as pessoas, o que diferenciá-la será a maneira como ela lidará com esse sofrimento dentro do trabalho. Para esse autor, não é possível diferenciar o trabalhador do sujeito, pois a história de vida dele implicará diretamente na forma como ele lida com o sofrimento no trabalho. De acordo com Dejours (2007), o ser humano tem sua personalidade marcada pela sua relação com seus pais. Quando criança, o sujeito ainda não diferencia sua personalidade daquela de seus genitores e acaba sofrendo seus sofrimentos. Como não consegue encontrar a solução desses problemas e nem pedir ajuda aos pais, pois isso desencadearia um sofrimento ainda maior para eles, o sujeito acaba por manter a dor sem solução e reprimi-la.

Quando o sujeito chega na fase adulta, a criança que ainda existe no adulto poderá recriar esse sofrimento no ambiente social do seu trabalho. Para Dejours (2007, p. 156)

o trabalho é a ocasião de transportar mais uma vez o cenário original do sofrimento para a realidade social, num teatro menos generosamente aberto, contudo, que o preside ao livre voo da imaginação e da criatividade.

Para que haja uma transposição entre o teatro psíquico e o teatro do trabalho, porém, é preciso que a estrutura ou a forma do sofrimento sejam semelhantes. Essa semelhança,

também chamada de ambiguidade, mobilizará a imaginação e a criatividade, chamada de ressonância simbólica. Será portanto a ressonância que fará com que o sujeito continue em sua procura pela solução do sofrimento original na vida adulta (DEJOURS, 2007).

Sendo assim, a ressonância é uma maneira do sujeito encontrar a solução de seu sofrimento original. No entanto, nem sempre essa ocorre, fazendo com que o sofrimento novamente venha à tona. Esse sofrimento pode ocorrer de forma criativa, quando o sujeito encontra no ambiente maneiras de solucionar de forma criativa seu sofrimento, ou de forma patológica, quando o sujeito não consegue chegar a uma solução e adocece (DEJOURS, 2007).

Em casos em que o sofrimento é gerado pelo conflito entre o mito do amor materno e a realidade do trabalho, a mulher entra em contato com o sofrimento ao desejar estar com o filho e cuidá-lo e ser impedida de fazê-lo, porque precisa trabalhar fora do lar. O que diferenciará se esse sofrimento se tornará patológico ou criativo, dependerá tanto do histórico de vida da mulher, ou seja, como ela interpreta os eventos ao seu redor, quanto do ambiente disponibilizado no ambiente de trabalho (DEJOURS, 2007).

3 MÉTODO

Com o objetivo de investigar os processos que ocorrem no retorno da licença-maternidade, optou-se pela realização de uma pesquisa qualitativa de nível exploratório, utilizando-se da técnica do estudo de caso.

Dentro desses parâmetros, a pesquisa abordou cinco mães que retornaram nos últimos seis meses ao trabalho após a licença-maternidade na cidade de Taubaté. As participantes têm entre 21 e 37 anos, são casadas, tem um ou dois filhos, pertencem a famílias de classe média e apresentam variados níveis de escolaridade. Dentre elas, duas trabalham no área do comércio, uma em um hospital, uma em uma indústria e uma é autônoma. Com exceção de uma participante que apresenta escolaridade até o ensino médio, as outras quatro trabalham na área em são formadas, seja em nível técnico ou superior.

O método de amostragem utilizado nessa pesquisa foi o da “bola de neve” (VINUTO, 2014). Devido a essa característica, não houve a necessidade de solicitar autorização para empresas para a execução da pesquisa. Foram utilizados, como instrumentos de coleta de dados, o desenho-estória com tema e a entrevista semiestruturada.

Nessa pesquisa, as participantes receberam a seguinte instrução: “Desenhe uma mãe”. Após o término do desenho, a participante foi instruída a contar uma estória baseada no

desenho feito e, a partir do término dessa, foi realizado um inquérito. Ao fim desse, foi dada uma segunda instrução: “Desenhe uma mãe trabalhadora”. De igual forma, a participante foi instruída a contar uma estória baseada no desenho feito. Depois do término da estória, foi realizado um novo inquérito. Por fim, após todos esses processos, foi realizada uma entrevista semiestruturada.

Essa pesquisa faz parte do grupo de Pesquisa de Humanização da Assistência à gestação, parto, nascimento e pós-parto, cuja aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Metodista foi sob o número 39023514.1.0000.5508. Antes da aplicação dos instrumentos, as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As mães entrevistadas têm entre 21 e 37 anos. Elas retornaram ao trabalho, após o período de licença-maternidade, nos últimos quatro meses anteriores ao dia da aplicação dos instrumentos. Dentre elas, duas têm um filho com seis meses de vida, uma tem um filho com sete meses de vida e duas têm um filho de oito meses. Das cinco participantes, três acabaram de ter o primeiro filho e estão vivendo seu primeiro retorno à licença-maternidade, enquanto as outras duas estão no segundo filho, vivenciando seu segundo retorno à licença-maternidade. Segue abaixo a descrição de cada participante, que, com o objetivo de facilitar a compreensão e preservar a identidade da participante, apresenta nomes fictícios .

Cristal: Cristal tem 21 anos e teve seu primeiro filho há sete meses, retornando ao trabalho há dois meses. Ela trabalha há quatro anos na mesma empresa como auxiliar administrativa. Após o período de licença-maternidade, Cristal vem enfrentando dificuldades no trabalho devido à falta de compreensão dos colegas de trabalho aos seus direitos trabalhistas como mãe.

Esmeralda: Esmeralda tem 37 anos e é mãe de dois filhos. Seu segundo filho nasceu há oito meses e Esmeralda retornou ao trabalho há três meses. Trabalha como auxiliar de produção e relata receber apoio da família após o nascimento de seu segundo filho; porém, não consegue o mesmo no trabalho, onde relatou ter se sentido perseguida e injustiçada.

Jade: Jade tem 34 anos e tem duas filhas. Nas duas gravidezes, planejadas, vivenciou o retorno da licença-maternidade. O seu último retorno a licença-maternidade foi no mês anterior à aplicação do instrumento. Jade trabalha em um escritório administrativo de um comércio e relata gostar do seu trabalho, além de ter apoio da família em relação ao cuidado

das filhas. Todavia, acredita que seu momento é o de viver somente a maternidade e relata dificuldade em conseguir acordo para sair do trabalho.

Agatha: Agatha tem 29 anos e está vivenciando seu primeiro retorno da licença-maternidade. Seu primeiro filho tem 6 meses. Agatha trabalha em um hospital como escrevente e relata gostar do trabalho, além de considerar importante o suporte da família no cuidado com o filho.

Rubi: Rubi tem 35 anos e seu primeiro filho tem 8 meses. Há 4 meses tem vivenciado seu primeiro retorno da licença-maternidade. Trabalha como autônoma e, por isso, possui a praticidade de fazer seu horário. Com a maternidade, tem diminuído as suas horas de trabalho, apesar de relatar a importância do trabalho como satisfação pessoal.

Para melhor compreensão, serão apresentadas a descrição e a análise dos instrumentos aplicados em duas partes: a primeira sobre o desenho-estória e a segunda sobre a entrevista.

4.1 ANÁLISE DESENHO-ESTÓRIA

Foi aplicado o procedimento de desenho-estória nas cinco participantes, com cada uma confeccionando dois desenhos e duas estórias (uma sobre cada desenho). Foram propostos dois temas, um com a instrução “Desenhe uma mãe” e o outro com a instrução “Desenhe uma mãe trabalhadora”.

Em geral, as participantes apresentaram uma maior resistência nos desenhos com tema “mãe trabalhadora”. Notou-se que no desenho com tema “mãe”, os filhos foram desenhados mais próximos da figura materna, com dimensões maiores e com mais detalhes em relação desenhos com tema “mãe trabalhadora”. Outra característica importante foi que as mães que relataram estarem felizes com o trabalho colocaram cor nos seus desenhos, sendo que as mães que não estavam satisfeitas com o trabalho, ou que desejavam pedir demissão, realizaram desenhos monocromáticos.

Para a avaliação das estórias, foi-se utilizado Godoy (2017), que propõem uma proposta de análise desse instrumento sob um olhar Sistêmico, que divide-se em nove categorias, as quais: Figuras Significativas, Sentimentos Expressos, Necessidades e Desejos, Contexto Familiar, Estrutura Familiar, Dinâmica Familiar e Valores Familiares e Padrões Interacionais. A seguir, será apresentado um recorte desta análise com foco nos pontos relevantes à discussão do olhar das mães participantes para a maternidade e para suas carreiras.

Pode-se observar uma atitude ambivalente pelas participantes em relação a si e em relação ao ambiente. Isso mostra que as participantes apresentaram uma relação positiva em relação a si quando se apresentavam como mães, mas se viam de forma negativa quando se apresentavam como trabalhadoras. Em relação ao ambiente, o padrão se segue, pois as participantes tenderam a mostrar o ambiente como positivo quando relativo aos seus filhos, enquanto o apresentaram como negativo quando relativo aos seus trabalhos.

Quanto a Sentimentos Expressos, o amor e a alegria foram os sentimentos positivos que mais emergiram. A expressão do amor surgia, na maioria das vezes, quando relacionado ao filho, da mesma forma que a alegria era expressa ao serem relatados momentos com ele – momentos esses em que as participantes demonstraram se sentir mães. O contrário ocorre quando os sentimentos são expostos ao trabalho, onde surgem a maioria dos sentimentos negativos expostos pelas participantes, que expressam, em sua maior parte de culpa, frustração e tristeza.

Na categoria de análise Necessidades e Desejos, apresentam-se três itens: as necessidades e os desejos primários, construtivos e destrutivos. Quanto ao primeiro item, as necessidades por mais tempo, apoio e ajuda são os mais eminentes. A apresentação dessas necessidades mostra a importância da rede de apoio para essas mães, principalmente em relação às pessoas que cuidam de seus filhos enquanto estão no trabalho. Também, no entanto, apresenta a sobrecarga de tarefas na vida da mãe trabalhadora, pois apesar dessas mães assumirem a importância dos outros cuidadores do filho, quando as mesmas retornam do trabalho elas assumem o papel de principal cuidadora dos filhos e da casa, reforçando assim a ideia de mãe ideal, aquela que cuida de tudo, da alimentação, da casa, e que coloca o filho em primeiro lugar (BADINTER, 1985). Apesar de todas as mães relatarem a ativa participação dos pais na criação dos filhos, eles são vistos como os ajudantes das mães. (ROCHA-COUTINHO; ROCHA-COUTINHO, 2011).

Nessa mesma categoria, observa-se no item de Necessidades Construtivas o desejo por acompanhar o desenvolvimento do filho, o de estabelecer sua carreira, e também o de ser uma boa dona de casa, reforçando, mais uma vez, o desejo da mulher de adentrar a esfera pública da sociedade sem abandonar a esfera privada.

No terceiro item, Desejos Destrutivos, nota-se o desejo da maioria das participantes (três de cinco) de romper com os vínculos trabalhistas, o que é impedido por questões financeiras. Esse fato enfatiza a busca da mulher pelo perfil descrito por Badinter (1985) de

mãe ideal, e o conseqüente sofrimento gerado pela realidade, que não permite a vivência de cuidado integral ao filho.

Observou-se também como a figura filial teve importante papel nas estórias, em que é evidenciada a importância do filho na constituição da mulher como mãe. Ainda, observa-se a repetição da crença de a mãe “ter que dar conta de tudo” nas estórias contadas

4.2 ENTREVISTA

Foi realizada uma entrevista semiestruturada com vinte e quatro perguntas pré-estabelecidas, em que as participantes responderam questões, de forma verbal, a respeito de sua gravidez e de seu retorno pós-licença-maternidade ao trabalho. Para a análise, foram selecionados três itens: o conflito entre mãe real e mãe ideal, o sofrimento no trabalho e a rede de apoio.

4.2.1 O conflito entre mãe real e mãe ideal

Como discutido anteriormente o conceito de mãe ideal pregado em nossa cultura atual advém de uma série de acontecimentos históricos; esses, frutos de uma ação política para diminuição da mortalidade infantil que assolava a época (BADINTER, 1985). Porém, nota-se através dos relatos das participantes dessa pesquisa que, apesar de muito anos passados e da mudança do contexto histórico – uma vez que a mortalidade infantil está mais baixa e a entrada da mulher no mercado de trabalho é cada vez mais corrente –, o conceito de mãe ideal do XVII ainda é muito aceita provoca conflitos nas mães.

Para as participantes desta pesquisa, a ideia de mãe foi associada à realização de um sonho e de um prazer. No entanto, a ideia também se vê associada ao sofrimento, à luta (ao “ser guerreira”) de ser a principal responsável pela vida do bebê e por ser a que passa mais momentos com a criança. Quanto a essa questão, duas participantes relataram que consideram os cuidadores de bebê mais mães do que elas. Essa ideia se acentua quando a mãe está longe do filho devido ao trabalho, o que aumenta seu sentimento de culpa, uma vez que não acredita estar desempenhando o seu papel.

Para Badinter (1985), o ideal pode ser contraditório, haja vista que as mães atuais nada se parecem com as mães do século XVII – que eram ricas, não exerciam uma atividade profissional fora do lar e, mesmo assim, entregavam seus filhos para uma ama de leite assim

que terminavam o parto. Nos dias de hoje, mesmo as mães trabalhadoras passam mais tempo com seus filhos. A título de exemplo, as entrevistadas afirmam que, ao chegarem do trabalho, se mostram participativas no cuidado, na alimentação e no lazer do filho.

Outra questão a ser discutida é a fusão entre o feminino e o materno. Para Badinter (1985), a psicanálise freudiana colaborou para que essas ideias fossem fundidas uma na outra, porém afirma que isso nada mais era que um retrato da mulher da época e não uma verdade psíquica. Atualmente observamos que, com o acréscimo de funções da mulher, ou seja, a possibilidade de trabalhar fora do âmbito do lar e até o da escolha pela não maternidade, esse conceito pode ser alterado. Hoje o conceito de feminino pode estar relacionado não mais ao total devotamento ao filho, mas também à realização própria da mulher como pessoa. Observa-se nessa amostra, por exemplo, que apesar do desejo das mães de se dedicarem totalmente aos filhos, elas ainda encontram motivos para trabalhar por prazer próprio, como para relaxar. Em outras palavras, ter uma atividade fora da rotina do lar e poder ser útil. Nesse caso, nem todas as participantes conseguiam equilibrar seus desejos com os ideais da maternidade, relatando que depois poderiam vivê-los ou que arrumariam outra forma de se satisfazer dentro do lar. Reforça-se, assim, a ideia de que a vontade do filho deve estar acima da dela.

A partir desta análise, observou-se que, apesar de todas as mães relatarem culpa e sofrimento ao deixarem seus filhos para trabalhar, as que melhor conseguiram separar a mãe ideal (ou seja, o que elas acreditavam que deviam ser), da mãe real, que consiste em enxergar seus limites e não deixar seus desejos de lado em favor do filho, foram as que não apresentaram o desejo de sair do trabalho e, assim, demonstraram conseguir conciliar melhor seus papéis.

4.2.2 O sofrimento no trabalho

Como discutido anteriormente, para Dejours (2007) o sofrimento no trabalho surge do encontro entre o sofrimento advindo da infância com a realidade do trabalho. Quando o sujeito não encontra recursos no seu ambiente de trabalho que lhe proporcione recursos para conseguir resolver seu sofrimento, este se torna patológico; porém, quando o ambiente do trabalho proporciona espaço para que a solução do problema ocorra, o labor gera identidade para o sujeito e se transforma em criatividade.

É através dessa leitura de homem, em que não se separa a história de vida do sujeito da realidade vivida no trabalho, que se fará a leitura das narrativas dadas nessa entrevista. Após as suas análises, verificou-se duas principais fontes de sofrimentos nas mães entrevistadas. A primeira fonte refere-se ao sofrimento por deixar o filho para trabalhar, enquanto a segunda foi do sofrimento por desejar sair do trabalho e não poder.

Assim como dito por Dejours (2007), a vivência do sofrimento se dá pelo encontro do sujeito com uma realidade semelhante ao de seu sofrimento original, em que, ainda na infância, o sujeito vivencia o sofrimento dos pais e, por não conseguir se expressar, guarda para si o sofrimento. Esse se manifesta na vida adulta, no teatro do trabalho, quando exposto a uma situação semelhante. Durante as entrevistas, quatro das cinco entrevistadas citam suas mães em algum ponto da entrevista. Uma delas cita sua mãe como rede de apoio, pois essa a ajuda a cuidar do bebê enquanto trabalha. As outras três, porém, citam suas mães relacionando-as a um momento de sua infância. A entrevistada Agatha, que relatou gostar do seu trabalho, afirma que sua mãe também trabalhava e, assim, aprendeu que era possível conciliar trabalho com a maternidade. No caso das entrevistadas Jade e Esmeralda, sair do trabalho é desejoso. Enquanto uma relatou que sua mãe saiu do trabalho para cuidar dela na infância, a outra, cuja mãe também trabalhava, relata seu medo de ser cobrada pelo filho por não estar presente, mesmo enfatizando o fato de ela mesma nunca ter cobrado sua mãe pelo mesmo. Esses relatos confirmam o quanto as participantes buscam por sua própria identidade através da solução do seu sofrimento no trabalho e que, de alguma forma, se assemelha ao de suas mães.

O sujeito porém não sofre influência apenas na dimensão diacrônica, ou seja, do seu histórico de vida, mas também na dimensão sincrônica, que inclui as pressões sociais e ambiente de trabalho (Dejours, 2007). Apesar de todas as participantes relatarem o sentimento de culpa por deixar seus filhos, somente três (das cinco) participantes desejam sair do trabalho. Ainda, no caso dessas, são relatados problemas no ambiente de trabalho, como conflito entre os colegas, falta de suporte por parte da chefia e excessiva carga de serviços. Das participantes que não desejam sair do trabalho, uma relata boa relação com os colegas, suporte por parte de sua chefia e gosto pelo seu serviço, enquanto a outra, autônoma, se sente motivada pela construção de sua carreira e a trata como uma parte importante de sua identidade. Esses relatos apresentam como a esfera pública, citada por Dejours (2007) como o ambiente interno da empresa em que ocorre a convivência, se faz importante não só nas relações

interpessoais, mas também como facilitador para que o sofrimento criativo, em que há a resolução do problema, ocorra.

Outro fator importante se dá no âmbito econômico. Na atual realidade brasileira, tem se tornado comum ambos os cônjuges trabalharem, sendo as mulheres, em média, responsáveis por cerca de 40,9% da renda familiar, apresentando assim a importância da participação feminina na economia familiar (IBGE, 2014; NEVES; NASCIMENTO, 2017). E isso não se faz diferente na amostra desta pesquisa. Das cinco mães entrevistadas, uma relatou voltar ao trabalho para ajudar o marido no sustento da casa, três relataram que o fizeram para poder dar uma condição de vida melhor para o filho, e uma para ter independência financeira. Evidencia-se, assim, como a realidade econômica faz-se decisiva no retorno da mãe ao trabalho e na influência dos aspectos sociais no sofrimento do trabalhador; ressaltando, portanto, que não existe maneira de se evitar o sofrimento, uma vez que elementos externos influenciam, mas sim de resolvê-lo.

4.2.3 Rede de apoio

Rede de apoio consiste em um sistema de pessoas que fazem parte do convívio pessoal da gestante ou puérpera e que fornecem suporte em diversas áreas para essa, como emocional e material (PRATES, SCHMALFUSS, LIPINSK; 2015).

Como discutido anteriormente, o conceito de mãe trabalhadora ainda tem muito a ser discutido, além de ser fonte de sofrimento para muitas mulheres. No entanto, uma forma de amenizar esse sofrimento é através da rede de apoio (RAPOPORT; PICCINI; 2006). Assim como para Dejours (2007), o suporte da chefia propiciaria um ambiente para a transformação do sofrimento patogênico em sofrimento criativo. Ou seja, um ambiente de trabalho que ofereça apoio a essa trabalhadora poderá amenizar os impactos negativos desse espaço na vida da mãe e do bebê.

Outra importante fonte de apoio será a família. Para Rapoport e Piccini (2006), os familiares mais próximos, sobretudo o pai da criança, serão facilitadores para que a mãe seja mais responsiva, principalmente em situações de estresse (como em doenças do bebê). De acordo com as participantes desta pesquisa, quatro deixam seus filhos aos cuidados de algum parente da família e uma deixa o filho na escola. Essa última relata que sua família mora longe, mas que, quando precisa que alguém fique com seu filho, membros dela se deslocam de sua cidade para cuidar do bebê. Todas as participantes relatam a importância desse apoio

social para amenizar seu sofrimento no trabalho. Para as participantes, faz-se importante a certeza de que os filhos estão com alguém de confiança, chegando a citar que, caso precisem deixar seus filhos em uma creche, provavelmente escolheriam não trabalhar.

Para Badinter (1985), os dois maiores sofrimentos das mães trabalhadoras da atualidade consistem em não ter a certeza de se o filho está feliz ou em a quem confiar os cuidados desse. Uma das participantes relata a importância de chegar na casa da pessoa que cuida de seu filho e vê-lo brincando. Outra relata seu alívio ao chegar na escola da criança e também vê-lo se divertindo.

Uma mãe relata que teria que se afastar ainda mais do trabalho se não tivesse a irmã para levar o filho ao médico, enquanto outra relata seu alívio ao receber vídeos do filho quando se sente com saudades, diminuindo assim seu sofrimento e se sentindo mais próxima do filho. Outro fator importante é a presença ativa do pai da criança. Todas mães relataram a participação do pai e da importância disso como suporte social, para que elas revezem as atividades e, dessa forma, aliviem a sobrecarga da conciliação de papéis da mulher.

A rede de apoio, porém, não se resume apenas ao círculo familiar, mas também ao apoio social. Nesse quesito, podemos ressaltar as importâncias do poder público, em que leis podem colaborar como apoio para mulheres gestantes e puérperas.

Quando perguntadas sobre o suporte recebido pela empresa que trabalhavam durante o período pós-gestação, todas relataram receber apenas o que é estabelecido por lei, confirmando que a ausência da legislação poderia dificultar o acesso dessas mulheres à ajuda. Também foi citado desconhecimento das leis por parte de algumas participantes, fato que colabora para que as empresas não as cumpram. Isso foi notado quando algumas entrevistadas citavam benefícios já existentes, como o auxílio-creche para empresas com mais de trinta funcionárias acima de 16 anos, ou salário-maternidade (esse para pessoas autônomas que pagam o INSS), como soluções que amenizariam seu sofrimento no trabalho.

Todas elas relatam a importância dos benefícios conquistados. Observou-se que o hábito das empresas de Taubaté de emendarem as férias com a licença-maternidade colabora para que mãe diminua seu sofrimento por se manter distante de seu bebê, uma vez que consegue passar um período maior com seu filho. Apesar deste bom hábito, notou-se na fala das participantes uma falta de conhecimento da lei que também se percebe por parte de seus colegas de trabalho, que, diversas vezes, julgaram direitos (como as duas pausas de meia-hora para amamentação até os seis meses) como regalias. Esse fato colabora para um pré-julgamento da mãe, gerando instabilidade no ambiente de trabalho. Cabe à empresa, também

como fonte de apoio social à mãe trabalhadora, transmitir a correta informação para seus funcionários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir destas análises avaliou-se, em relação aos aspectos simbólicos, a influência do mito do amor materno e da divisão sexual do trabalho na origem do sofrimento das mães da amostra. Os sentimentos que mais prevaleceram nas mães foram a culpa (por deixarem os filhos) e a frustração (devido à sobrecarga de tarefas). O conceito social de que essas mães são as responsáveis pelos filhos, e as únicas pessoas capazes de cuidar bem deles, as impede de aceitar que outras pessoas, como familiares, possam também cuidar bem das crianças e, assim, aliviar o estresse das inúmeras atividades.

Ao se tornarem mães e precisarem retornar ao trabalho após o período de licença-maternidade, as cinco mães da amostra se depararam com esse sofrimento. As mães que apresentaram um ambiente de trabalho mais rígido, o qual não permitiu espaço para que elas desenvolvessem com criatividade seu sofrimento (e assim chegassem a soluções saudáveis), apresentaram como única solução de seu sofrimento o desejo de sair de seus cargos. Como não podem realizar esse desejo, desenvolvem um mecanismo de defesa ao manterem a crença de que tudo que fazem é pelo filho e, dessa maneira, permanecem no trabalho.

Entretanto, a mãe que apresentou um ambiente de trabalho mais favorável e mais flexível à criação de soluções para seu sofrimento demonstrou outros mecanismos de permanência no trabalho, como o desenvolvimento do prazer e do sentido no que produzia. Notou-se em dois casos que integrantes da família estendida se mobilizaram nos cuidados ao bebê enquanto a mãe trabalhava, apresentando, assim, uma importante rede de apoio para essa mãe diminuir seu sofrimento e permanecer no trabalho.

Em relação às mudanças e às dificuldades no trabalho, observou-se o conflito das mães ao adaptarem suas rotinas ao tempo disponível. As mães que são empregadas apresentaram dificuldades em conciliar tarefas de casa com as do trabalho devido à falta de tempo, sentindo-se como se suas ocupações trabalhistas as prendessem e não as permitissem participar da vida dos filhos. Já a mãe autônoma relatou ter menos tempo para o desenvolvimento da carreira, contudo, também devido à conciliação de papéis. Em um dos casos, também se observou uma falta de apoio ao sofrimento da mãe por parte da chefia.

Conclui-se que mães que tem ambientes de trabalho mais flexíveis sofrem menos com a separação do filho. Logo, sugere-se para as empresas que propiciem um ambiente de apoio, de reconhecimento e de possível flexibilização de horários para as mães que retornaram recentemente da licença-maternidade, a fim de que se diminua seu sofrimento como trabalhadora e mãe. Como consequência disso, essa mulher pode aprimorar seu desenvolvimento como profissional. Mostra-se também a necessidade de uma reflexão, por parte da comunidade científica, acerca dos novos modelos de família e de uma adaptação dos papéis de seus integrantes, além de uma conscientização das empresas sobre seu papel de facilitador desse processo e do Estado na elaboração de leis que possam atender ainda mais os aspectos da mãe trabalhadora brasileira.

REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BELTRAME, G. R.; DONELLI, T. M. S. Maternidade e carreira: desafios frente à conciliação de papéis. **Aleteia**. n. 38-39. p. 206-217. 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

BRASIL. **Consolidação das leis do trabalho : CLT e normas correlatas**, Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 189 p, 2017. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/535468/clt_e_normas_correlatas_1ed.pdf?sequence=6 >. Acesso em: 29 jun. 2019.

DEJOURS, C. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In: CHALAT, Jean-François (Coord.). **O indivíduo na organização – Dimensões Esquecidas**. Atlas, São Paulo, v. 1, n.3, São Atlas, p. 150-173,2007.

FIDELIS, D. Q., MOSMANN, C. P. A não maternidade na contemporaneidade: um estudo com mulheres sem filhos acima dos 45 anos. **Aletheia**, n.42, p. 122-135,2013.

FIORIN, P. C.; OLIVEIRA, C. T.; DIAS, A. C. G. Percepções de mulheres sobre a relação entre trabalho e maternidade. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, n.15, p.25-35, 2014.

GODOY, M. M. C. **As vivências do filho único ao longo do Ciclo Vital**. Monografia (Pós-graduação em Intervenção Familiar: Psicoterapia e Orientação Familiar). UNITAU, Taubaté, 2017.

GUEDES, S. A. **Carreira e conjugalidade**: a percepção da mulher sobre a influência da relação conjugal no desenvolvimento de sua carreira. Tese (Doutorado em Administração), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 315. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n 38, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de Gênero - Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010**. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n 38, 2014.

MARQUES, T. C. N. A regulação do trabalho feminino em um sistema político masculino, Brasil: 1932-1943. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n.59, p. 667-686, setembro-dezembro, 2016.

MARTINS, C. A.; ABREU, W. J. C. P.; FIGUEIREDO, M. C. A. B. O sofrimento do regresso ao trabalho após a licença parental. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, Porto, n.2, p. 69-77, fev. 2015.

NEVES, D. R.; NASCIMENTO, R. P. A divisão entre trabalho, família e organizações para casais de dupla jornada (two-job couples): Notas para um Debate sobre o Caso Brasileiro. **Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v. 17, n. 48, p. 157-173, set./dez. 2017.

PRATES, L.A.; SCHMALTFUSS, J.M.; LIPINSKI, J.M. Rede de apoio social de puérperas e amamentação. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem** .19(2) Abr-Jun 2015

RAPOPORT, A.; PICCINI, C.A. Apoio social e experiência da maternidade. **Rev Bras Crescimento Desenvolvimento Hum.** São Paulo, v.16, n.1, p.85-96, 2006.

ROCHA-COUTINHO R. R.; ROCHA-COUTINHO, R. R. Mulheres Brasileiras em posições de liderança: novas perspectivas para antigos desafios. **Revista Economia Global e Gestão**, n. 16, p. 61-80, 2011.

SABOYA, M. C. L. Relações de gênero, ciência e tecnologia: uma revisão da bibliografia nacional e internacional. **Educação, Gestão e Sociedade**, n. 3, p. 1-26, 2013.

SANTOS, M. M. L.; ROCHA-COUTINHO, M. L. Mulheres na Força Aérea Brasileira: Um estudo sobre as primeiras oficiais aviadoras. **Estudos em Psicologia**, n. 15, p. 259-267, 2010.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: Um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v.44, p 203-220, 2014.

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E TRABALHO: LEVANTAMENTO DAS INSTITUIÇÕES VOLTADAS À CAPACITAÇÃO PARA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO NO MUNICÍPIO DE TAUBATÉ - SP

Giovanna Guarnieri Sudario
Profa. Dra. Ana Cristina Araújo do Nascimento

1 INTRODUÇÃO

A inserção do deficiente intelectual no mercado de trabalho ainda é feita com lentidão e controvérsia. Em 1991 foi promulgada a Lei 8.213/91 (BRASIL, 1991), chamada de Lei de Cotas, que garantiu a abertura do mercado de trabalho para o deficiente como contribuinte; em 2000 promulgou-se a Lei 10.098 (BRASIL, 2000), que assegura a Acessibilidade, fazendo os empregadores buscarem esse público para trabalhar em suas empresas. Entretanto, a deficiência intelectual ainda se encontra coberta por mitos e tabus e, por consequência, o tema torna-se negligenciado, apresentando níveis de inserção no mercado de trabalho bem aquém do esperado em uma sociedade na qual uma parte considerável da população que possui alguma deficiência se encontra na faixa etária apta a trabalhar.

Em detrimento da falta de informação sobre a deficiência intelectual, a visão dos empregadores acerca da contratação é muitas vezes associada a uma questão de benevolência ou obrigação social. Assim, a inserção desse indivíduo no mercado de trabalho é feita sem uma preparação por parte do contratante.

Por outro lado, os programas sociais que deveriam agir como mediadores das pessoas com deficiência em seu processo de inserção no trabalho são escassos ou não cumprem devidamente o seu papel.

A Psicologia é capaz de auxiliar no processo de seleção, preparando os líderes, gerentes e funcionários para receber o deficiente. Dessa forma, promove-se um trabalho com qualidade para esse cidadão, evitando o afastamento da equipe ou a exclusão do grupo social. Além disso, os programas de capacitação também necessitam do trabalho deste profissional para desenvolver da melhor forma possível as habilidades que o deficiente apresenta, através do treinamento e da sua adaptação ao cargo, facilitando sua entrada no mercado de trabalho. Portanto, a mediação feita pela Psicologia pode resultar em benefícios para a empresa e para o deficiente, clarificando os conceitos, proporcionando qualidade de vida no trabalho e aumentando a diversidade da mão de obra (TOLDRÁ; MARQUE; BRUNELLO, 2010).

Tendo em vista as questões apresentadas, o objetivo desta pesquisa foi identificar as instituições voltadas à capacitação do deficiente intelectual para a sua inserção no mercado de trabalho no município de Taubaté-SP, além de pontuar as dificuldades e facilidades para a realização de programas dessa natureza ao se conhecer as organizações e as etapas que compõem os programas de capacitação.

Na sequência, será apresentada uma revisão sobre o conceito da deficiência, o preconceito no mercado de trabalho e a capacitação do indivíduo. Em seguida, será explicada a metodologia utilizada na presente pesquisa e os resultados obtidos e discutidos frente ao referencial teórico.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Abordar o tema deficiência é um desafio que alguns pesquisadores vêm se propondo a realizar. A principal dificuldade de se tratar a temática provém das lacunas de estudo em razão do preconceito construído ao longo da História acerca deste tema. A falta de conhecimento é apresentada pela literatura como responsável pelas mitificações, os tabus e os estereótipos que envolvem a inserção do deficiente intelectual no mercado de trabalho.

2.1 O CONCEITO DE DEFICIÊNCIA

É possível encontrar diferentes conceituações de deficiência na sociedade, uma vez que este constructo é modificado ao longo da História. Para o Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças de Transtornos Mentais - DSM-V (APA, 2014), quando um indivíduo não atinge o desenvolvimento global esperado em diversas áreas do funcionamento intelectual, este é diagnosticado com um transtorno do neurodesenvolvimento. A deficiência intelectual é uma condição heterogênea com muitas causas. Seu início ocorre no período de desenvolvimento, ficando mais aparente devido à demanda escolar. Pode estar associada, também, a uma síndrome genética, apresentando uma aparência física típica e um fenótipo comportamental específico. Por outro lado, há também uma forma adquirida do transtorno, que aparece, geralmente, de maneira abrupta, seguinte a doenças como meningite, encefalite, ou a traumatismo encefálico.

Apesar da conceituação do DSM-V (APA, 2014) ser necessária para a conclusão diagnóstica, ela não é a única existente. Carvalho-Freitas e Marques (2010) identificaram na

revisão de literatura que o deficiente, por um longo período, foi conceituado como o portador da deficiência e, portanto, distinto em suas relações sociais. Havia a redução do deficiente a uma questão física e natural, com uma condição predestinada na qual se enfatizava a compreensão dessas condições limitadas. Entretanto, em um segundo momento da História, os autores que buscavam definir o conceito de deficiência passaram a entendê-la de acordo com sua construção socio-histórica e, a partir desse pressuposto, é possível ter diversos pontos de vista acerca da deficiência, pois ele é modificado e construído historicamente.

Desta forma, o Relatório de Saúde Mundial de 2000 apresentou uma perspectiva diferente acerca da deficiência, seguindo alguns passos em direção a um entendimento do fenômeno em seu âmbito biopsicossocial, e não mais restringido ao modelo médico ou ao social (AMIRALIAN, 2000).

Apesar das mudanças na concepção de deficiência ao longo dos anos, a autora Carvalho-Freitas (2009) afirma que ainda há elevada existência de estereótipos que classificam o deficiente de forma preconceituosa e redutiva, sem a crença na possibilidade de uma melhora ou aprendizado.

2.2 PRECONCEITO NO MERCADO DE TRABALHO

Segundo Tanaka e Manzini (2005), a falta de informação gera o desconhecimento sobre as reais capacidades e limitações do indivíduo deficiente; Toldrá, Marque e Brunello (2010) ressaltam que o preconceito decorrente constrói uma barreira firme que dificulta a percepção dos deficientes intelectuais em um papel de contribuinte para a sociedade ocupando espaço no mercado de trabalho.

É possível encontrar muita dificuldade no cumprimento da Lei 8.213/91 (BRASIL, 1991), conhecida como Lei de Cotas, uma vez que a admissão ainda ocorre não pela crença na capacidade, mas como uma obrigação judicial ou por benevolência. Assim, faltam ações e recursos que viabilizem a concretização das leis.

Da mesma forma que é preciso uma ação dentro das empresas com objetivo de esclarecer dúvidas e treinar os próprios trabalhadores para recepcionar de uma forma mais acolhedora os deficientes, é de suma importância que se tenha um espaço voltado à capacitação dos deficientes intelectuais em escolas profissionalizantes. Há uma crescente necessidade de investimento na educação desse indivíduo, com orientações acerca de seus

limites, mas principalmente, de suas potencialidades (MOURÃO; DUARTE; SAMPAIO, 2012).

2.3 A CAPACITAÇÃO DO INDIVÍDUO

O preparo do deficiente através de uma capacitação, ou profissionalização, como também é encontrado na literatura, iniciou-se devido às exigências de uma sociedade capitalista. Os deficientes físicos foram os primeiros a serem introduzidos nas indústrias, sendo, muitas vezes, homens acidentados da guerra, que haviam perdido algum membro do corpo, mas ainda estavam aptos para o trabalho. Com isso, iniciou-se uma preocupação voltada à profissionalização desses cidadãos para que a produtividade não fosse prejudicada pelas dificuldades apresentadas (MASSON, 2009).

No Brasil, a iniciativa de preparar o deficiente para o mercado de trabalho começou na década de 1930, com a professora Helena Antipoff, responsável por criar um serviço para desenvolver habilidades com a agricultura, além de oficinas voltadas especificamente àqueles que apresentavam deficiência intelectual. Posteriormente, a profissionalização passou por uma fase de interesse durante a década de 50; entretanto, mesmo com esforços, sua disseminação se manteve estagnada por falta de envolvimento da sociedade (MASSON, 2009).

A capacitação é uma proposta que se mostra positiva em várias dimensões, abrangendo tanto o deficiente quanto os gestores que optam por inseri-lo em sua empresa; todavia, não há muitas instituições e empresas parceiras que aderem a esse objetivo. Atualmente, a capacitação ocorre em instituições especializadas através de oficinas ou atividades complementares, mas de forma bastante segregada, sem uma interação entre a empresa interessada e a instituição que promove a profissionalização, isto é, não há uma discussão acerca do que é esperado desse deficiente e do que a realidade permita que se faça (MASSON, 2009).

Outro ponto importante ressaltado na literatura é a mediação durante o processo de seleção do deficiente; e para isso levanta-se a possibilidade de uma equipe multidisciplinar que esteja apta a auxiliar a comunicação entre as empresas contratantes e as escolas de profissionalização (TOLDRÁ; MARQUE; BRUNELLO, 2010). Destaca-se por isso, como diz a autora Carvalho-Freitas (2009), a necessidade da comunicação entre empresa, profissionais mediadores, trabalhador e sua família. Quanto maior a exposição das dúvidas,

demandas e dificuldades, mais se facilita a adaptação das instituições e do deficiente posteriormente à contratação.

3 MÉTODO

A pesquisa realizada foi de natureza qualitativa, exploratória e foi aplicada em instituições públicas e privadas que oferecem projetos de capacitação no município de Taubaté-SP. Primeiramente foi realizado um levantamento pelo município com a finalidade de identificar as instituições públicas e as de economia autônoma (privada) que realizassem trabalhos e/ou projetos voltados à inserção do deficiente intelectual no mercado de trabalho.

Para a coleta de dados foi utilizado como instrumento a entrevista semidirigida, confeccionada pela pesquisadora. Tal entrevista foi composta por categorias apriorísticas; definidas por Oliveira (2008) como uma forma eficaz de organizar os elementos, diferenciando-os e reagrupando-os previamente em classes nominadas de acordo com os aspectos em comum. Dessa forma, os conteúdos não se misturam e podem ser adaptados aos objetivos do estudo.

As categorias utilizadas foram organizadas a partir do referencial teórico abordado na revisão da literatura deste trabalho e buscaram obter informações sobre os seguintes aspectos:

CATEGORIA	DEFINIÇÃO
Identificação Estrutural	Dados gerais voltados à Identificação do programa de capacitação das instituições escolhidas para a aplicação da pesquisa.
Organização do Projeto	Identificação da organização do projeto tendo em vista as etapas e os procedimentos feitos, as atividades fornecidas.
Seleção de Candidatos	Identificar se há parceria do programa para a inserção do deficiente no mercado de trabalho diretamente. Caso exista esse auxílio, levantar de que maneira ele ocorre.
Percepção dos Profissionais Envolvidos no Projeto	Identificar a visão dos profissionais acerca do projeto no qual trabalham e sua eficácia para os usuários.

Fonte: Dados da pesquisa

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dentre as cinco instituições identificadas (três instituições privadas e duas públicas), apenas duas aceitaram participar da pesquisa. A inviabilidade de participação das demais se deu por motivos como: não cumprimento com os requisitos específicos desta pesquisa, pois algumas das instituições não possuíam um projeto voltado diretamente para o deficiente intelectual, portanto não se encaixaram às delimitações do tema; ou por excesso de burocracia e falta de colaboração. Portanto, apenas uma instituição pública e uma privada estavam aptas a participar da pesquisa. As entrevistas foram realizadas com o professor responsável pelo projeto da instituição de economia autônoma e com a diretora da instituição pública.

Os resultados das entrevistas são apresentados a seguir, considerando cada uma das categorias de análise.

4.1 IDENTIFICAÇÃO ESTRUTURAL

Os resultados referentes à Identificação Estrutural dos projetos apontam algumas semelhanças e diferenças entre as instituições pesquisadas. A instituição pública (Participante 1) apresenta um programa com uma proposta que leva em consideração aspectos não só biológicos da pessoa com deficiência, como as limitações cognitivas e intelectuais, mas questões sociais e psicológicas. O projeto busca a inclusão do deficiente intelectual no mercado de trabalho, visando à independência, à autonomia e à autoestima como prioridades. Essa visão e preocupação social só é possível na atuação devido ao processo de mudança da conceituação do deficiente, como apresenta Carvalho-Freitas (2009), ou seja, a instituição promove um projeto que busca quebrar preconceitos através de um olhar biopsicossocial para com o indivíduo.

Ativo desde 2003, o programa conta com uma equipe multidisciplinar formada por psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, pedagogos especialistas e assistência social, além de instituições parceiras que apoiam e auxiliam o projeto. O ingresso no programa ocorre dentro da própria instituição, que é voltada exclusivamente para o atendimento de pessoas com deficiência, independentemente do fato de estarem no projeto ou não. Através da divulgação pelos professores, os alunos interessados, maiores de dezesseis anos, e com autorização dos pais, podem iniciar as atividades. Entretanto, para o indivíduo ingressar na Instituição Participante 1, é necessário passar por um processo burocrático de

cadastro que pode apresentar fila de espera dependendo do volume da demanda. No período de realização da pesquisa, o número de beneficiados pelo programa era de duzentos alunos já inseridos no mercado de trabalho e quinze em oficinas e atividades do próprio projeto.

Por outro lado, a Instituição privada (Participante 2) desenvolve um projeto cujo objetivo envolve o cumprimento da Lei de Cotas 8.213/91 (BRASIL, 1991), possibilitando a efetiva inserção do cidadão no mercado de trabalho. O projeto é recente, iniciado em 2014 no município de Taubaté, mas conta com o apoio financeiro e estrutural de diversas instituições estaduais e particulares.

Ressalta-se que esta instituição possui também uma equipe de professores, auxiliar de inclusão, coordenadores, analista de qualidade de vida, agente de atividades de responsabilidade social, diretores, gestores, que compõem o quadro de funcionários do projeto. No município de Taubaté, durante a realização da pesquisa, vinte e oito alunos aprendizes estavam participando do programa.

A inscrição do projeto é feita pelo site da Instituição e se inicia sempre no começo do semestre, quando há maior divulgação da mesma pela equipe em Organizações Não Governamentais (ONGs) da região, com o intuito de agregar um número maior de deficientes. Entretanto, é necessário ao participante ser uma pessoa com deficiência comprovada através de laudo médico, não ser aposentado por invalidez, ter no mínimo catorze anos e passar por um processo seletivo no qual se levantará o perfil do candidato.

Apesar da Instituição 2 expor preocupação com o bem-estar e desenvolvimento do usuário do seu projeto, ainda há bastante enfoque na preparação do deficiente pela necessidade das empresas em se manterem legalmente, o que, paralelamente, tem como consequência o benefício do indivíduo por sua inclusão no mercado de trabalho.

Os autores Toldrá, Marque e Brunello (2010) apontam em suas pesquisas que a capacitação, apesar de trazer resultados positivos ao processo de inserção do deficiente, não possui um número significativo de empresas parceiras que apoiem os projetos criados. Entretanto, os resultados desta pesquisa mostram um crescente incentivo de outras empresas que oferecem cursos complementares, como no caso do Participante 1, ou auxílio na elaboração e administração da estrutura dos programas, como apresentado pelo Participante 2. Essa divergência infere que ao longo dos anos vem ocorrendo uma aproximação de empresas e instituições que oferecem a capacitação ou profissionalização.

Os mesmos autores também ressaltam a elaboração de projetos que envolvem uma equipe multidisciplinar que entenda a importância desses programas na vida do indivíduo com

deficiência. Ambas as instituições apresentam em seus projetos o trabalho de diferentes profissionais, entretanto, apenas a Participante 1 conta com a presença de um psicólogo, enquanto que a Participante 2 enfoca profissionais voltados à área de gestão, como coordenadores, diretores e gestores.

4.2 ORGANIZAÇÃO DO PROJETO

Em relação à categoria de Organização do Projeto, a Instituição pública apresenta uma estrutura dividida em três etapas, sendo a primeira fase referente a triagem e avaliação do aluno e sua família pela psicóloga e pela terapeuta ocupacional; a segunda fase envolve o desenvolvimento de habilidades como o sentido de responsabilidade, a produtividade, respeito às regras, cumprimento dos deveres, socializações e habilidades manuais. E por fim, a terceira fase, que oferece um treinamento específico de *marketing* pessoal, de habilidades básicas para o trabalho, de comunicação, de inserção no trabalho e sensibilização nas empresas.

Além de toda a preparação proposta pelo projeto ao seu aluno, é inclusa em sua estrutura a mediação entre as empresas que oferecem um cargo e os participantes. A equipe entende haver a necessidade dessa comunicação entre Escola e Empresa para uma maior credibilidade e aceitabilidade do deficiente dentro do ambiente de trabalho. Acredita que é um ponto diferencial que proporciona a quebra, ou pelo menos a diminuição do preconceito e da visão ainda antiquada do conceito de deficiência, representada pela pessoa incapaz e sem possibilidade de desenvolvimento de habilidades. Por esse motivo, psicólogos, terapeutas ocupacionais, coordenadores e fonoaudiólogos do programa acompanham os alunos nas empresas contratantes, justamente com a intenção de orientar o candidato na entrevista e também de oferecer abertura para os gestores sanarem suas dúvidas a respeito da deficiência.

No caso da Instituição Participante 2, a pessoa que busca a capacitação passa por um processo de seleção logo no início e, assim que contratada como aprendiz por alguma empresa, é oferecido a ela um curso de profissionalização. Portanto, o projeto ocorre de acordo com a necessidade das empresas em profissionalizar seus empregados com deficiência.

Dentro do programa desenvolvido, o aluno recebe um curso dividido em dois módulos, sendo o primeiro o Módulo Básico, com 640 horas, e o segundo, o Módulo Específico, com 1.280 horas, totalizando uma carga horária de 1.920 horas, o que torna o aluno apto a exercer a função de Assistente Administrativo. Por fim, os alunos recebem um

certificado no qual se apresentam as competências e habilidades alcançadas por eles durante os anos de curso.

Em adicional à parte formal do curso, os usuários participam de atividades que englobam o esporte e qualidade de vida, identificação da vocação profissional para a descoberta de seus perfis como trabalhadores, a inclusão digital, a elevação da escolaridade, dando apoio àqueles que ainda frequentam a escola, a cidadania, a cultura e também a qualificação profissional.

A Instituição Participante 2 também apresenta uma mediação em relação à contratação dos alunos. Porém, diferentemente da primeira, limita-se a disponibilizar as avaliações do aluno após o período de execução do curso. A equipe acredita que tem obrigação de fazer interação Aluno-Cargo, enquanto este for aluno da instituição, uma vez que os alunos são de sua responsabilidade, além de passarem maior tempo dentro escola que oferece o projeto, mas não vê obrigação em dar continuidade a essa mediação após a efetivação deles.

É possível comparar o modelo dos projetos das organizações encontradas na revisão bibliográfica com os programas propostos pelas instituições 1 e 2. Masson (2009) afirma que as instituições que oferecem programas desse interesse trabalham em sua maioria com oficinas e/ou atividades complementares. Toldrá, Marque e Brunello (2010) identificaram uma diversidade de programas envolvendo iniciação profissional, cursos de qualificação, cursos básicos artesanais, oficinas socioeducativas, além de grupos de geração de renda e de autonomia no trabalho. Como atividades complementares, existem atendimentos especializados por psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, acompanhamento profissional, grupos de dança, lazer, informática e estúdios.

Apesar de apresentarem diferenças em suas estruturas, podemos encontrar no programa da Instituição 1 as oficinas e os grupos complementares citados acima e, em especial, o acompanhamento feito pelos profissionais envolvidos no projeto nas instituições contratantes. No programa da Instituição 2, as atividades profissionalizantes também são presentes, divergindo apenas na ausência de grupos com psicólogos e uma mediação mais efetiva.

A importância da mediação no momento da seleção de cargos está associada à comunicação entre Escola e Empresa, que favorece uma contratação voltada à qualidade e à adaptabilidade do deficiente. O Participante 1 identifica o preconceito e a falta de informação que atuam como barreira na hora da inserção do cidadão com deficiência. Isso promove um afastamento da empresa que oferta o cargo e da escola que prepara o aluno; por isso, entende

a necessidade de um mediador capacitado a apresentar os limites e habilidades possíveis a serem desenvolvidos, quebrando assim, os distorcidos conceitos de deficiência.

É importante não só o acompanhamento da equipe nas entrevistas com os alunos, mas a elaboração de estratégias que atinjam os empregados das empresas contratantes. Uma das estratégias possíveis levantadas pelos autores na literatura é a palestra informativa. Uma inclusão feita com a adequação apenas do deficiente no mercado de trabalho tende a não ser satisfatória (TOLDRÁ; MARQUE; BRUNELLO, 2010).

4.3 SELEÇÃO DE CANDIDATOS

A categoria com enfoque na Seleção de Candidatos possui o objetivo de compreender a inserção dos deficientes intelectuais junto às empresas parceiras dos projetos.

Na Instituição 1, para a seleção de um candidato há sempre a participação de um profissional, geralmente a psicóloga e/ou a terapeuta ocupacional, devido à importância que a equipe coloca na mediação, como citado anteriormente. Inicialmente, é feito um contato prévio com a instituição que oferece a vaga e, assim, Escola-Empresa levantam juntas o perfil necessário para o cargo oferecido e o candidato mais adequado para ocupá-lo. Em seguida, é feita uma orientação com o aluno em relação à entrevista e, por fim, o acompanhamento dele até a empresa. As principais vagas oferecidas para deficientes intelectuais encontram-se em lojas, supermercados e indústrias.

Na Instituição 2, as empresas interessadas em se tornar parceiras devem entrar em contato com a instituição. Quando o contato é feito, apresenta-se para a empresa o Plano de Cursos, contendo todo o material e informações da qualificação do aprendiz. A seleção é feita através das entrevistas orientadas pela empresa contratante e da análise de documentos, parte na qual a escola profissionalizante apresenta as notas e o desenvolvimento do aluno durante a sua participação do curso. Nesse caso, não há o acompanhamento de profissionais da equipe do projeto; a partir da contratação o aluno deve ser autônomo em suas escolhas e ações.

Os autores Mourão, Sampaio e Duarte (2012) levantam um questionamento acerca das dificuldades da seleção de candidatos deficientes intelectuais. Além das questões já mencionadas e discutidas, como o preconceito, a falta de conhecimento e a preocupação por cumprimento de cotas, há também a dificuldade dos gestores em organizar uma forma de colocação seletiva que atenda às necessidades da empresa e à realidade dos candidatos a serem selecionados. Ocorrem expectativas opostas: de um lado, há empresas que não adaptam

a vaga às possibilidades do deficiente, e do outro, há empresas que restringem demais e dificultam o desenvolvimento de novas habilidades desse trabalhador.

Devido a esta divergente ação, ressalta-se aqui a importância da comunicação Empresa-Escola e da mediação feita pelas organizações profissionalizantes, criando a possibilidade de analisar as expectativas e adaptá-las à realidade.

A Instituição 1, que apresenta uma mediação com a presença do psicólogo, busca cargos que demandam habilidades compatíveis com as que podem ser oferecidas pelo candidato. A fábrica, emprego tão visado pelos alunos, além de oferecer um salário mais elevado, também proporciona mudança de cargo em sua estrutura e demonstra maior envolvimento e parceria com o projeto. Enquanto que a Instituição 2, na qual a mediação é feita por gestores, trabalha apenas com a colocação em uma categoria de emprego, sendo ela própria a responsável por reduzir as possibilidades de diferentes trabalhos.

A falta de normas constitucionais também é um fator que dificulta a mediação entre deficiente-cargo porque não se tem um modelo de seleção a ser seguido que demonstre ser eficiente. O contato prévio com as instituições pode ajudar na orientação à realidade do emprego tanto para o trabalhador quanto para o empregador (TANAKA; MANZINI, 2005).

4.4 PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS

No que se refere à percepção dos profissionais acerca da eficácia do projeto no qual trabalham, a Instituição 1 identificou a visão rígida sobre a deficiência e implementou em seu projeto meios de driblar e modificar tal conceito cristalizado. A maior dificuldade do programa relaciona-se à contratação propriamente dita devido aos problemas já mencionados e, em acréscimo, à dificuldade das famílias em aceitar a independência e a autonomia de seus filhos deficientes. É possível mensurar que a adaptação do aluno ao trabalho é positiva, pois traz resultados satisfatórios tanto para a empresa contratante como para o novo empregado, e portanto, os profissionais do programa acreditam que a estrutura do projeto é bem avaliada, uma vez que as próprias parceiras o divulgam.

Os gestores da Instituição 2 acreditam que as organizações possuem expectativas irreais acerca do deficiente, por isso o projeto visa ao desenvolvimento do jovem aprendiz ao longo do curso com o intuito de mostrar seus progressos e crescimento de habilidades. O programa foi pensado para adaptar o deficiente ao mercado de trabalho, e entendem que os benefícios envolvem a autonomia, independência e a autoestima conquistadas pelo deficiente,

além do aprendizado técnico. Apesar do programa não fazer uma avaliação adaptativa regular, os coordenadores acreditam que o projeto é bem recomendado, e as empresas renovam suas parcerias, levando-os a acreditar na eficácia do trabalho.

Mesmo sem haver muitas pesquisas envolvendo os aspectos familiares dos deficientes no momento da inserção no mercado de trabalho, uma das questões levantadas por autores na literatura, que coincide com os resultados desta pesquisa, é a criação de barreiras à empregabilidade na medida em que esta não corresponde às expectativas da família. A imagem de dependente que a mãe do deficiente cria para si traz como consequência empecilhos quando chega a hora dele criar sua independência e autonomia (PEREIRA-SILVA; FURTADO, 2012).

Entretanto, como afirma Carvalho-Freitas (2009), há uma necessidade em se atentar para o significado que o trabalho tem para o deficiente, e se preciso, adaptar as condições e práticas de trabalho. Nos discursos de ambas as instituições, a adequação ao cargo é medida apenas pelo fator de continuidade de trabalho, o que, apesar de ser um dado significativo, não proporciona uma visão ampla da adequação do deficiente. Essa falta de avaliação pode trazer alguns problemas de adequação, como dificuldade de estabelecer rotina, acostumar-se com horários e, em especial, como citado, a influência da família.

Por este motivo, é primordial um retorno das organizações, que se dá justamente para que os projetos em parceria também possam avaliar suas atividades e propostas, além de trabalharem juntos, buscando aprimorar as capacitações/profissionalizações e o processo de seleção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de deficiência foi construído ao longo da História a partir de mitificações, levando a um conhecimento equivocado e preconceituoso sobre esta temática. Os indivíduos nascidos e diagnosticados com deficiência passaram a ser excluídos da sociedade, sem direito, muitas vezes, de exercer o papel de cidadão. Felizmente, na atualidade, busca-se cada vez mais a quebra dessa visão preconceituosa, principalmente em relação ao mercado de trabalho, preconizando-se não a dificuldade do deficiente, mas sim suas potencialidades de desenvolvimento.

Com isso, identifica-se a importância social de se conhecer instituições que trabalham com deficientes intelectuais para entender a organização dos programas de capacitação e destacar as dificuldades e facilidades para sua realização tendo em vista uma inserção do deficiente intelectual no mercado de trabalho de forma qualitativa.

Entre as duas instituições participantes da pesquisa, foi possível conhecer as divergências e congruências em relação à organização dos projetos. Destacam-se como pontos similares a elaboração de etapas e a preocupação com atividades complementares que envolvem projetos esportivos e elaboração de perfil do trabalhador. Por outro lado, as diferenças são vistas na forma de execução dos programas, em que uma instituição se mostra motivada pela responsabilidade social e apresenta uma mediação da inserção com maior envolvimento, enquanto a outra se motiva pela responsabilidade legal, orientada a partir do cumprimento de leis. A própria literatura aponta que apesar da mudança em relação às motivações que levam uma instituição a oferecer o serviço de capacitação, ainda prevalece a de responsabilidade legal (SARNO, 2006).

Outro ponto importante a ressaltar é a variedade de profissionais para ampliar as possibilidades de grupos e atividades que promovam o desenvolvimento de habilidades e competências dos deficientes intelectuais, além de proporcionar a mediação entre Escola e Empresa, permitindo o rompimento com preconceitos e dificuldades de adaptação, consequências da falta de conhecimento.

Os principais aspectos positivos identificados foram a autonomia que a capacitação proporciona ao deficiente intelectual, a sua participação como gerador de renda na família e as habilidades que ele aprende. Acredita-se que esses pontos sejam benéficos não apenas na vertente profissional, como também na vida pessoal.

Todavia, como pontos negativos, que necessitam ser trabalhados dentro dos projetos, ressaltam-se a falta de interesse de alguns alunos em dar continuidade aos grupos e atividades desenvolvidas nos projetos e, como principal, a presença da família, especialmente as mães, muitas vezes controladoras e inseguras diante da autonomia dos filhos.

É imprescindível a participação da psicologia na inserção do deficiente intelectual no mercado de trabalho como peça principal para proporcionar uma maior adaptabilidade do indivíduo no emprego e da empresa com seu novo trabalhador. Em relação à categoria Identificação Estrutural, a mediação feita pela psicologia pode auxiliar na quebra de preconceitos e estereótipos e gerar o aumento do vínculo entre os projetos e as empresas

parceiras. Para isso, faz-se necessária uma equipe multidisciplinar na elaboração de projetos que visem à capacitação do deficiente intelectual de forma a promover sua autonomia.

A elaboração de estratégias de adequação e compreensão sobre a deficiência intelectual com as empresas que buscam contratar estes indivíduos é uma importante demanda apresentada nas categorias Organização do Projeto e Seleção de Candidatos que pode ser sanada pelo psicólogo através de palestras informativas, acompanhamento das entrevistas com os deficientes para se criar uma interação coerente com as expectativas e, conseqüentemente, saudável. Dessa forma, a elaboração de um modelo de seleção adaptado para o deficiente é fundamental, pois ocorre um esclarecimento acerca das exigências do cargo *versus* a adequação do candidato que deseja ocupá-lo.

Por fim, a categoria Percepção dos Profissionais destaca a presença da família no processo da inserção do deficiente intelectual no mercado de trabalho e como se faz necessário quebrar algumas barreiras familiares para que a contratação se efetive. Além disso, o psicólogo, como mediador, abre portas para um *feedback* tanto das empresas, em relação ao processo de capacitação, quanto dos projetos em relação à manutenção da qualidade de vida do deficiente intelectual após sua inserção.

REFERÊNCIAS

- AMIRALIAN, M. et al. Conceituando Deficiência. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 34, n. 1, p.97-103, fev. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102000000100017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 Setembro. 2015.
- ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – DSM V. trad. Maria Inês Corrêa Nascimento. Porto Alegre; Artmed, 2013.
- BRASIL. Lei nº. 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispões sobre os planos de benefícios da previdência social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jul. 1991. p. 14809. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8213cons.htm>. Acesso em: 12 de Setembro. 2015
- BRASIL. Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 2000. p. 2. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm>. Acesso em: 12 de Setembro. 2015
- CARVALHO-FREITAS, M. N. Inserção e Gestão do Trabalho de Pessoas com Deficiência: um Estudo de Caso. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 13, n. 8, p.121-138, jul. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65522009000500009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 de Setembro. 2015
- CARVALHO-FREITAS, M. N.; MARQUES, A. L. Formas de ver as pessoas com deficiência: um estudo empírico do construto de concepções de deficiência em situações de trabalho. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 3, n. 11, p.100-129, 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712010000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 de Setembro. 2015
- MASSON, M. J. B. **Educação e trabalho**: a constituição do trabalhador deficiente intelectual. 2009. 235 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2009.
- MOURÃO, L.; SAMPAIO, S.; DUARTE, M. H. Colocação seletiva de pessoas com deficiência intelectual nas organizações: Um estudo qualitativo. **Revista Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 19, n. 61, p.209-229, jun. 2012. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302012000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 de Setembro. 2015
- OLIVEIRA, D. C. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. **Revista da Enfermagem**, Rio de Janeiro, v.4, n. 16, p.569-576, 2008. Disponível em: < <https://docplayer.com.br/264827-Analise-de-conteudo-tematico-categorial-uma.html>>. Acesso em: 15 de Outubro. 2015

PEREIRA-SILVA, N. L.; FURTADO, A. V. Inclusão no trabalho: A vivência de pessoas com deficiência intelectual. **Revista Iteração Psicologia**, Juiz de Fora, v. 1, n. 16, p.95-100, 2012. Disponível em: < <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/23012>>. Acesso em: 19 de Outubro. 2015

SARNO, C. R. Captação de pessoas com deficiência intelectual: Um estudo comparado. **Cadernos do Sep Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 2006. Disponível em: < www.cadernosnpga.ufba.br>. Acesso em: 30 de Setembro. 2015

TANAKA, E. D. O.; MANZINI, E. J. O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência? **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 11, n. 2, p.273-294, ago. 2005. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382005000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 de Setembro. 2015

TOLDRÁ, R. C.; MARQUE, C. B.; BRUNELLO, M. I. B. Desafios para a inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência intelectual: experiências em construção. **Revista de Terapia Ocupacional**, São Paulo, v. 21, n. 2, p.158-165, ago. 2010. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/14099>>. Acesso em: 12 de Setembro. 2015

RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Graduanda Amanda Heloisa de Paula Vitor
Prof. Mestra Andreza Cristina Both Casagrande Koga

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo relata a experiência de estágio realizada em uma empresa de consultoria de Recursos Humanos (RH), com o objetivo de efetuar o mapeamento e compreender os processos de recrutamento, seleção e avaliação psicológica e de personalidade. Tal procedimento envolveu observações e participações ativas em alguns procedimentos, como por exemplo, triagem de currículo, convocação de candidatos via telefone, correção de testes psicológicos, acompanhamentos de entrevistas e elaboração de parecer de seleção, todos supervisionados pela psicóloga responsável da empresa.

Discorrer sobre este tema é extremamente relevante, pois a procura por profissionais adequados para ocupação dos mais variados cargos tem aumentado cada vez mais no mundo corporativo (SPECTOR, 2012). O setor de recursos humanos, ou simplesmente RH, é tratado como fator significativo e importantíssimo para a concretização do sucesso organizacional da indústria 4.0 devido a sua ampla gama de possibilidades de atuação dentro da empresa, e por se tratar da porta de entrada dos colaboradores que farão dessa corporação uma marca positiva, lucrativa e de sucesso (DOMBROWSKI; WAGNER, 2014; GEHRKE et al., 2015; KAZANCOGLU; OZKAN-OZEN, 2018; PEREIRA; PRIMI; COBÊRO, 2003).

Cabe ressaltar que, atualmente, as organizações têm se preocupado cada vez mais em atrair talentos que estejam alinhados com sua estratégia empresarial, que se somem a ela e busquem destacar-se, imprimindo conseqüente notoriedade à corporação para a qual trabalha, ou seja, agregando valores numa relação interna e externa com a organização (BAYLÃO et al., 2014 apud SILVA; ALBUQUERQUE, 2019; CHIAVENATO, 2010).

Dessa forma, este capítulo pretende, em primeiro momento, conceituar o processo de recrutamento e seleção; posteriormente, discorre-se exclusivamente sobre o conceito da avaliação psicológica dentro do processo de seleção, visando, assim, clarificar qual seu papel dentro do processo de seleção. O final do capítulo apresenta o estudo realizado dentro da empresa de consultoria de Recursos Humanos embasado pelo material teórico aqui exposto, no qual serão expostos o método de pesquisa, resultados encontrados e conclusão.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

A internet tem reinventado as formas de relacionamento e interação, e as empresas não poderiam ficar de fora dessa grande revolução. Ao setor de recrutamento e seleção, é importante salientar que tais mudanças impactam igualmente na forma de encontrar e contratar funcionários. Cargos estão sendo criados e outros, porém, extintos. Os perfis de colaboradores buscados pelas organizações também se alteram; por isso, não se pode ficar parado no tempo: é preciso inovar e acompanhar as mudanças que ocorrem dentro e fora do âmbito empresarial (KAZANCOGLU; OZKAN-OZEN, 2018).

A indústria, classificada como 4.0, procura por profissionais que apresentem um comportamento tão flexível quanto a era em que se vive; portanto, o setor de recursos humanos deve, igualmente, acompanhar todas as demandas dessa nova indústria (DOMBROWSKI; WAGNER, 2014; GEHRKE et al., 2015; KAZANCOGLU; OZKAN-OZEN, 2018).

Atualmente, realizar um processo de seleção a fim de decidir pela contratação de novos funcionários é um assunto de grande importância para muitas empresas. Uma contratação incorreta pode acometer negativamente uma corporação, gerando diversos conflitos e o insucesso organizacional (SPECTOR, 2012).

A indústria contemporânea é composta por mudanças constantes e por um dinamismo que se diferencia muito daquele existente há apenas duas décadas, e muito mais ao estender a comparação para séculos passados. Quando se trata de empresas cujo produto é a tecnologia, que, por sua vez, representa uma tendência na contemporaneidade, as complexidades e mudanças são ainda mais profundas, dificultando a captação de profissionais nessa área (MENDES, 2018).

Em suma, a contratação passa a ocupar espaços destacados dentro das corporações, sendo considerada, muitas vezes, como uma etapa chave do sucesso empresarial. Para tanto, os profissionais de psicologia organizacional são requisitados, com o intuito de que a seleção de novos funcionários ocorra com a maior assertividade possível (PEREIRA; PRIMI; COBÊRO, 2003).

Historicamente, a Psicologia Organizacional deve grande parte de sua importância à Segunda Guerra Mundial. Destacou-se com grande força durante esse período devido a uma

necessidade advinda do Exército dos Estados Unidos em convocar e colocar as pessoas certas nas posições corretas dentro do campo de batalha.

Dessa forma, os processos de recrutamento e seleção passaram a ser amplamente estudados pela psicologia, contribuindo significativamente para a colocação, contratação e crescimento de profissionais e empresas. Nesse contexto, os testes psicológicos também ganharam destaque e passaram a ser utilizados em grande escala. Diante da assertividade nas respostas às quais se propunham, os testes psicológicos foram incorporados em outras circunstâncias posteriores à guerra, sobretudo, nos processos de seleção para indústrias (SPECTOR, 2004).

Para Chiavenato (2010), os processos vigentes de recrutamento e seleção devem ser ordenados por diversos fatores e setores que formam a organização. Uma vaga não deve ser preenchida apenas visando suas atribuições técnicas, operacionais e funcionais. A contratação de um colaborador deve abarcar as metas da empresa e vislumbrar o futuro da organização por meio de ações inovadoras, criativas e valorativas.

Realizar um processo de recrutamento e seleção eficiente e assertivo se embasa na mudança da compreensão empresarial sobre os funcionários, atualmente considerados colaboradores ou parceiros, o que transpassa uma simples relação entre chefe, empregado e produção. O capital humano compõe o principal ingrediente para obtenção do sucesso produtivo e de prestação de serviços; por isso, este é considerado mais do que importante: é considerado decisório em sua posição e competitividade mercantil (CHIAVENATO, 2010).

Cabe salientar que o processo de recrutamento e seleção pode ser elaborado pela própria organização ou mesmo terceirizado por empresas especialistas dessa área, como é o caso de agências e consultorias de recursos humanos. O que pauta essa decisão vincula-se à capacidade que uma organização possui para efetuar o processo de recrutamento e seleção, pois algumas empresas não contam com um setor interno de recursos humanos e, por essa razão, terceirizam essa atividade. Outras vezes, porém, preferem manter-se no anonimato, o que torna oportuna a contratação dos serviços de uma agência (ABDULLAH; YOKE; ZAKARIA, 2013 apud MENDES, 2018; SPECTOR, 2004).

Dentro do universo de recrutamento e seleção, a avaliação das características da vaga, a decisão de seleção e a contratação de novos funcionários são muito importantes e, para que isso aconteça efetivamente, é preciso que, ao recrutar, as especificações sobre a vaga estejam muito bem discriminadas e fixadas. Assim, a contratação de um novo funcionário implica em

seguir alguns critérios para que o preenchimento da vaga seja, efetivamente, um sucesso (SPECTOR, 2004).

Recrutar pessoas é atrair um número maior do que se deseja contratar, a fim de encontrar, durante o processo de seleção, o melhor candidato possível para integrá-lo à equipe da empresa (RIBEIRO, 2005 apud PIRES, 2018).

O processo deve ter início na constatação da necessidade de uma contratação; em seguida, é preciso traçar o plano de atividades da vaga para que o recrutador saiba quais as exigências técnicas requeridas; também é necessário identificar a cultura empresarial e os traços de personalidade que melhor se adequam à função, ao líder e às metas da organização (CARVALHO; NASCIMENTO 1995; PIERRY, 2006; PIRES, 2018; SPECTOR, 2004).

Chiavenato (2010) também concorda que a primeira condição para que um processo de recrutamento tenha início é que a empresa apresente um detalhamento do perfil técnico e comportamental da vaga a ser preenchida. O sucesso da contratação está sustentado pelo mapeamento das competências da função em aberto.

Spector (2004) retrata quão comuns são situações em que as organizações tendem a contratar pessoas utilizando-se de meios subjetivos inerentes ao entrevistador que, por vezes, advém dos próprios gerentes. Todavia, avaliar as características de um candidato significa identificar e compreender a pessoa como um todo, com o intuito de definir, da melhor forma possível, o cargo e a função que melhor se adaptam ao perfil daquela pessoa e também da empresa.

O perfil psicolaboral é um instrumento que visa identificar competências de forma esquematizada e estruturada, e deve fazer parte dos procedimentos para requisição de novos funcionários, compondo, assim, um mapeamento amplo sobre a vaga. Ele pode ser aplicado através de entrevistas ou questionários a serem respondidos pelas pessoas diretamente envolvidas e pelas chefias imediatas (PIERRY, 2006).

Carvalho e Nascimento (1995) entendem que realizar um plano de estratégia de recrutamento é de fundamental relevância para o sucesso na contratação de um novo funcionário. Todo procedimento de recrutamento e seleção, se bem fundamentado e realizado, haverá de apresentar muitos ganhos para a organização contratante, tais como: mão de obra qualificada, estabilidade no posto de trabalho, economia financeira na contratação, dentre outros. Pode ser custoso e difícil contratar novos funcionários um processo que envolve os quatro passos a seguir:

- Planejar a necessidade de novos funcionários;
- Conseguir que pessoas adequadas se candidatem às vagas (recrutamento);
- Decidir quem contratar (seleção);
- Convencer as pessoas selecionadas a aceitar a oferta. (SPECTOR, 2004, p. 147)

É preciso observar se a organização contratante possui um plano de carreiras, cargos e salários bem estruturados, pois essa é uma condição importantíssima para a sustentação de futuros processos de recrutamento e seleção. A descrição bem definida para um cargo em aberto diminui os riscos de fracasso de uma contratação, o que implica na lucratividade final de toda empresa (CARVALHO; NASCIMENTO, 1995).

Outro ponto importante sobre questões internas da organização é saber se ela utiliza planos de metas e produtividade, pois isso servirá como base e auxiliará o pessoal de RH na preparação para futuras contratações (CARVALHO; NASCIMENTO, 1995).

O recrutamento pode ser feito pelas formas tradicionais – recrutamento interno e o recrutamento externo; de forma individual ou mista, quando a empresa utiliza, ao mesmo tempo, ambas as formas tradicionais; ou pela forma mais recente de recrutamento, a *online*.

A forma mista ou *online* de recrutamento decorre das mudanças que abarcam a geração da empresa 4.0 (FRANÇA, 2009 apud WILDGRUDE; SANTOS; PEUKERT, 2018). Chiavenato (2010), contudo, afirma que o recrutamento *online* não se trata de um quarto tipo de recrutamento, mas sim da integração de uma nova forma de recrutamento externo.

Todavia, independentemente do tipo de recrutamento, interno ou externo, o perfil da vaga deve ser traçado conforme descrito anteriormente (CARVALHO; NASCIMENTO, 1995).

O recrutamento interno consiste em elaborar processos internos de recrutamento para uma vaga disponível na empresa. Esses processos produzem duas consequências consideravelmente positivas para organização e para os funcionários: a primeira é que o funcionário encara o processo como sendo uma melhoria em sua carreira profissional; em outras palavras, uma promoção interna de um funcionário do operacional para um cargo de escritório pode ser muito motivadora e será vista como uma qualidade da empresa, como se ela valorizasse o funcionário e apoiasse seu crescimento. A outra consequência positiva é que os funcionários, em tese, já possuem o perfil da organização, facilitando o preenchimento do cargo em questões relativas à cultura organizacional e aos custos, quando traçadas comparações com o processo de recrutamento externo (CARVALHO; NASCIMENTO, 1995; CHIAVENATO, 2010).

Como desvantagem do recrutamento interno, pode-se mencionar o fato de que a empresa pode ficar fadada à desvantagem nas inovações e mudanças que um profissional do mercado externo pode oferecer (CHIAVENATO, 2010; SOUSA et al., 2006 apud MENDES, 2018).

A segunda forma de recrutamento é a externa, que ocorre quando a organização não encontra as competências requeridas pelo cargo a ser preenchido dentro de seu quadro de funcionários, ou quando a empresa simplesmente opta por esse processo por questões culturais ou por qualquer outro motivo. Assim, o recrutamento acontece de forma externa à organização e o mercado de trabalho será a fonte de candidatos para preenchimento da vaga, o que implicará em um nível mais complexo de recrutamento com relação às exigências da vaga e às pessoas disponíveis e qualificadas para sua ocupação (CARVALHO; NASCIMENTO, 1995; CHIAVENATO, 2010).

O recrutamento externo pode apresentar, em seu lado negativo, o fato de ser um processo mais custoso (no sentido financeiro e laboral), lento e arriscado, por estar mais propenso ao erro de contratação, visto que o profissional de fora pode trazer prejuízos à empresa (CHIAVENATO, 2010; FERREIRA, 2015 apud MENDES, 2018).

Em suma, a definição sobre a forma do recrutamento, se interno ou externo, será estabelecida através da existência ou não de capital humano dentro ou fora da empresa (CARVALHO; NASCIMENTO, 1995; SOUSA et al., 2006 apud MENDES, 2018).

O anúncio da vaga é o primeiro contato da empresa com os candidatos, compondo o passo básico do recrutamento. Ele deve ser simples e objetivo, além de contemplar informações resumidas do cargo; exigências de perfis da vaga: qualificações, experiências e formações necessárias para atuação; responsabilidades e tarefas a serem desempenhadas; nível hierárquico da ocupação; carga horária e, em alguns casos, o nome da empresa contratante e o salário oferecido (CARVALHO; NASCIMENTO, 1995).

Os anúncios da vaga podem ser feitos de forma aberta, semiaberta ou fechada, correspondendo sequencialmente às informações que se seguem: para o anúncio aberto, deve-se identificar o empregador, a organização, o setor e horário de atendimento; com relação ao anúncio semiaberto, este deve conter a identificação da empresa e endereço para envio dos currículos; já no anúncio fechado, nenhum dado da contratante é fornecido, a fim de evitar uma quantidade muito grande de candidatos – informa-se apenas o endereço para envio do currículo (CARVALHO; NASCIMENTO, 1995).

Deve-se, sobretudo, levar em consideração o tipo de profissional que se pretende contratar. Esse fator é bastante relevante, visto que não basta apenas atrair grandes multidões, mas sim atrair grandes profissionais (CHIAVENATO, 2010; MARTIN; WHITING, 2016 apud MENDES, 2018).

Existem alguns lugares específicos que podem ser utilizados para recrutar candidatos, pois reúnem pessoas cujas características exigidas para a ocupação do cargo são mais facilmente encontradas. Como exemplo, citam-se: estagiários em Universidades, jovens aprendizes em situação escolar, trainees Universidades, agências de emprego nas quais a amplitude profissional e o banco de dados possuem vasta quantidade e qualidade, podendo intermediar a empresa e o mercado de trabalho, reduzindo grande parte das etapas do processo de recrutamento (CARVALHO; NASCIMENTO, 1995; CHIAVENATO, 2010).

Algumas agências de recursos humanos e empresas optam por buscar profissionais através de *sites*, redes sociais e comunidades *online*, devido à facilidade de acesso e por atingir um número maior de profissionais que não poderiam ser encontrados através dos meios tradicionais de anúncios. Com isso, esse processo de busca torna-se mais rápido e interativo, e as etapas seguintes são concluídas em menor espaço de tempo e com custos mais baixos (CHIAVENATO, 2010; FRAGOSO, 2017 apud SILVA; ALBUQUERQUE, 2019).

Silva e Albuquerque (2019) tratam as redes sociais *online* como sendo uma das ferramentas mais recentes utilizadas em recrutamento e seleção. Através de um perfil *online*, o recrutador pesquisa informações pessoais sobre o candidato, podendo, inclusive, se utilizar dessa avaliação para decidir pela convocação, ou não, para a fase de seleção. Ao candidato, cabe atentar-se aos conteúdos publicados em suas páginas e preocupar-se em utilizar tal ferramenta a seu favor, tornando-se atraente às empresas e recrutadores, em outras palavras, produzindo seu *marketing* pessoal virtual (ARAÚJO, 2012 apud SILVA; ALBUQUERQUE, 2019).

É incontestável que a internet proporcionou ao processo de recrutamento e seleção um refinamento na busca pelos candidatos muito maior do que a simples análise curricular impressa de um candidato: ela possibilitou uma ampliação da capacidade de armazenamento, de busca, de divulgação e de identificação de profissionais em tempo real e com a maior capacidade de alcance já vista. Por essa razão, o profissional pertencente a essa área de atuação deve se preocupar em aprender e dominar essa ferramenta tão importante no mundo de hoje (FREITAS, 2017 apud SILVA; ALBUQUERQUE, 2019).

Banov (2015 apud SILVA; LEAL; NETO, 2018) relata que uma das dificuldades encontradas no processo de recrutamento *online* decorre do grande número de candidatos que concorrem à vaga; para superar esse problema, ressalta-se novamente a importância de ter em mãos o detalhamento das atribuições do cargo e as metas da empresa, que auxiliarão consideravelmente na eliminação de candidatos.

Um estudo elaborado por Silva, Leal e Neto (2018), realizado em quatro empresas dos ramos de prestação de serviços sobre o uso de plataformas *online* para recrutamento, identificou que a frequência dessa forma de recrutamento é cada vez mais comum devido à sua facilidade, custo e amplitude de alcance dos candidatos.

Tal estudo indicou ainda que o *Facebook* e o *Instagram* têm sido as ferramentas mais utilizadas pelo setor de recursos humanos, pelo mesmo motivo que optam por esse tipo de recrutamento: facilidade, custo e amplitude de alcance dos candidatos. Outro fator constatado na pesquisa se refere ao fato de os recrutadores estarem imersos nas redes sociais *online* com o intuito de observar o comportamento das pessoas frente ao anúncio da vaga; as informações obtidas são importantes e passíveis de serem consideradas para a decisão de convocação ou não para a próxima etapa do processo seletivo (SILVA; LEAL; NETO, 2018).

De acordo com Silva, Leal e Neto (2018), para essas empresas, as formas tradicionais de anúncio da vaga não surtem tanto efeito quanto as plataformas *online*: além de seu custo ser mais elevado, a demora no retorno dos candidatos é muito mais prolongada.

Utilizar-se da tecnologia para a fase de recrutamento pode ser algo significativamente positivo para as organizações, principalmente para aquelas de grande porte. Por isso, é comum que, cada vez mais, a primeira etapa do recrutamento seja composta por testes *online*, técnicos ou de raciocínio lógico, e por solicitações de vídeos com apresentação pessoal do candidato, pois esses recursos possibilitam uma prévia sobre a postura comportamental do concorrente. Enfim, o que cabe é o reconhecimento do uso da tecnologia para integração, avanço e otimização do processo de recrutamento e seleção (KOSACHENCO, 2015 apud PIRES, 2018).

Independentemente do modo de execução do processo de recrutamento, o psicólogo precisa compreender que a empresa deve estar sempre em primeiro lugar na tomada dessa decisão, a fim de que não seja prejudicada em termos culturais e financeiros (CARVALHO; NASCIMENTO, 1995).

O mercado de trabalho fornece as condições para que o recrutamento seja mais abundante de candidatos, ou não. Momentos como as crises financeiras ou como a revolução

tecnológica fazem com que os postos de trabalho fiquem mais enxutos e reduzidos, ou inéditos e abundantes; isso faz com que a procura por vagas de emprego sejam superiores em tempos de equilíbrio financeiro que, por sua vez, impacta no número de candidatos dispostos a ocupar determinadas vagas de uma empresa.

Para o setor de RH, a abundância de profissionais no mercado de trabalho pode ser considerada um fator positivo, pois a facilidade que o mesmo terá para localizar candidatos é muito superior. O conhecimento sobre esse fator é crucial para a área de recursos humanos, uma vez que é o mercado de trabalho quem irá conduzir a lei de oferta e procura (CHIAVENATO, 2010).

Alegar que o mercado de trabalho possui ofertas de emprego é afirmar que existem mais vagas do que candidatos para concorrer a determinados cargos, o que retrata exatamente o oposto de afirmar que o mercado de trabalho está à procura de oportunidades, pois, nesse caso, a quantidade de profissionais disponíveis é superior ao número de vagas disponibilizadas pelas empresas. Assim, o mercado de trabalho é formado por empresas que contratam ou não, por organizações que acompanham o crescimento financeiro, seja ele positivo ou negativo (CHIAVENATO, 2010).

A última fase do processo de recrutamento é o preenchimento do formulário de emprego. Nele, os candidatos informam sua qualificação profissional, grau de instrução, vida profissional anterior, possibilidade de aperfeiçoamento (pretensão para o futuro profissional) e referências. Esse documento tem por finalidade informar, resumida e organizadamente, dados básicos sobre o candidato para o setor de seleção (CARVALHO; NASCIMENTO, 1995).

O objetivo do recrutamento é atrair o maior número de candidatos, pois se há poucos concorrentes, menores são as chances de uma contratação exitosa (MUCHINSKY, 2004). Entretanto, é fundamental que o processo de recrutamento atraia candidatos aptos para a vaga ofertada, caso contrário, o recrutamento estará fadado ao insucesso, não importando o número de participantes (CHIAVENATO, 2010).

O processo de seleção tem como atribuição avaliar o funcionário segundo todas as especificações definidas pela empresa contratante. Cinco técnicas básicas podem ser destacadas para que o perfil desse candidato seja traçado: testes psicológicos, formulários de informações biográficas, entrevista com gestores, amostra de trabalho ou descrição do tipo de função a ser exercida e criação de centro de avaliação, onde os comportamentos poderão ser observados com maior cuidado (SPECTOR, 2004).

Todavia, esse processo não deve ser considerado estático e linear, ou seja, não existe uma receita a ser seguida, pois cada vaga e cada organização possuem características singulares e, por isso, as formas de seleção devem ser planejadas conforme tais especificidades, caso contrário o processo todo estará comprometido (OLIVEIRA, 2007 apud SILVA; LEAL; NETO, 2018).

As características a serem levantadas sobre o candidato permeiam seus conhecimentos (o que ele sabe sobre um determinado trabalho), habilidades (o que ele é capaz de fazer), aptidões (qual é a sua capacidade de aprendizagem), seus interesses, personalidade (possível de ser avaliada através de testes psicológicos), características físicas e experiências (CHIAVENATO, 2010; SPECTOR, 2004).

A ideia é selecionar ou alocar pessoas que possuam os CHAOs (conhecimentos, habilidades, aptidões e outras características pessoais) necessários para os cargos disponíveis. Apesar de esse processo não garantir que todas as pessoas escolhidas terão êxito no trabalho, ele aumenta as chances de fazer boas escolhas em comparação com outras abordagens de seleção e colocação. (SPECTOR, 2004, p. 114)

Spector (2004) aborda diversos tipos de testes capazes de captar as mais variadas características dos candidatos, como por exemplo, testes psicológicos, de conhecimento e aptidão, testes de personalidade, de inteligência emocional, de integridade, teste de interesse vocacional, testes de controle de uso de drogas, entre outros.

A forma como serão realizadas as avaliações das características do candidato devem ser definidas a partir de sua especificidade: para a avaliação de força física para o desempenho de determinada função, talvez um teste prático possa ser aplicado; se a função exigir que uma pessoa possua capacidade motora fina, um teste de psicomotricidade poderá ser aplicado, e assim por diante (SPECTOR, 2004).

Para obter informações biográficas, um questionário pode ser elaborado em formato de ficha, contemplando questões abertas ou fechadas referentes à escolaridade, experiências profissionais, práticas de esporte, religião, cursos extracurriculares, interesses, gostos, entre outros.

Stokes e Searcy (1999 apud SPECTOR, 2004) definem dois tipos de inventários biográficos: empíricos e racionais.

O inventário biográfico empírico é desenvolvido por meio da aplicação de um grande número de itens potenciais a um grupo de funcionários que realizam um determinado trabalho e selecionando os itens relacionados ao desempenho do

trabalho. Já o inventário biográfico racional é desenvolvido com base em uma análise dos CHAOs necessários para o trabalho seguida da elaboração de itens para refletir esses CHAOs (STOKES; SEARCY, 1999 apud SPECTOR, 2004, p. 128).

A entrevista pode ser considerada uma fase decisória que exige certa competência do entrevistador, pois é através dela que serão coletadas informações que influenciarão a decisão de contratação ou não daquele candidato. Essa entrevista poderá ser estruturada ou não, além de substituir formulários a serem preenchidos pelo candidato, uma vez que as perguntas passarão a ser feitas diretamente do entrevistador para o entrevistado. A desvantagem dessa substituição reside no fato de que o entrevistador, de alguma forma, pode influenciar as respostas do candidato (pela postura, pelos gestos e verbalizações, etc.) (SPECTOR, 2004).

Além de fornecer informações prévias sobre as atividades que deverão ser desenvolvidas pelo candidato, a entrevista também possibilita a análise da predisposição para atuação apresentada pelo candidato e o esclarecimento de dúvidas acerca dos formulários preenchidos, ou das próprias respostas (SPECTOR, 2004).

Ainda segundo Spector (2004), outra forma muito eficaz para avaliar um candidato, que também pode ser decisiva para a contratação, diz respeito à realização de uma amostra de trabalho. Nela, o candidato é instruído a desempenhar uma tarefa similar ou igual a que fará, caso seja contratado. São disponibilizadas informações, instrumentos, ferramentas, máquinas de operação, planilhas, entre outros recursos, que permitirão ao candidato a realização da tarefa da melhor forma e o mais rápido possível. Assim, o avaliador poderá pontuar os acertos e erros, fragilidades e potenciais do concorrente, entre muitos outros fatores, como reação emocional, capacidade de resolver problemas e limitações.

Nesses centros de avaliação, o candidato é convocado a entrar em “cena” num local fictício de trabalho, desempenhando um determinado “papel” como se realmente fosse empregado da empresa; apresentam-se problemas reais que envolvem outros participantes ou materiais de trabalho, que oferecem ao proponente a oportunidade de demonstrar suas habilidades e sua capacidade para resolução das adversidades (SPECTOR, 2004).

Conforme mencionado, a tendência do mundo atual é a tecnologia, que invadiu todos os espaços possíveis da humanidade, inclusive nos processos de recrutamento e seleção. Além de trazer vantagens como possibilitar a candidatura de um funcionário que reside muito distante da organização, Spector (2004) também destaca a alternativa de realizar entrevistas à distância, via *webcam*, de aplicar testes através do uso da internet, de substituir o contato telefônico por e-mails, etc. Por essa razão, o selecionador e recrutador deve ter como meta sua

inserção nesse meio tecnológico, que veio para ficar ou até substituir meios convencionais de processos de recrutamento e seleção.

Outro tópico importante a ser considerado em recrutamento, seleção e desenvolvimento de pessoal refere-se à competência. Segundo Pierry (2006), competência “[...] é um traço, uma característica da personalidade do indivíduo que o torna competente ou competitivo dentro de seu espaço de responsabilidade” (p. 19). A depender da área de atuação, das responsabilidades e, de certa forma, da empresa à qual pertence a vaga, algumas competências poderão ser exigidas dos futuros funcionários.

Os critérios de seleção são justificados pelas competências técnicas e comportamentais descritas no perfil laboral determinado pela organização para que o candidato possa alcançar sucesso nas atividades atribuídas ao cargo (REGO et al., 2015 apud MENDES, 2018). Não se trata apenas de uma exigência ou de uma invenção da corporação, mas sim de uma característica inerente à função, que poderá ter critérios de competência bem definidos e distintos entre as inúmeras empresas existentes no mercado, que, por sua vez, entendem que determinar ou desenvolver tais critérios não significa “luxo”, mas a possibilidade de não perder ótimos funcionários já bem colocados, além de não efetivar uma contratação equivocada” (PIERRY, 2006).

Uma área de responsabilidade de determinado cargo pode requerer até três níveis de competências: técnico, emocional ou afetivo, e racional ou intelectual. As competências técnicas estão ligadas a questões práticas (o saber fazer efetivamente) e de formação teórica profissional (escolaridade, cursos, faculdade, entre outros); as competências emocionais ou afetivas estão relacionadas à personalidade, às formas de reação, ao jeito de ser de cada indivíduo, entre outros.

Comumente, algumas funções ou empresas podem exigir determinada competência emocional, como por exemplo, trabalhar sob pressão, ter empatia, ser proativo e motivado, etc. Por fim, as competências racionais ou intelectuais podem se misturar às competências descritas anteriormente e/ou potencializá-las, uma vez que compreendem a capacidade para visualizar objetivos e metas, raciocínio lógico dedutivo e indutivo, nível intelectual, entre outros (PIERRY, 2006).

Conforme descrito anteriormente, algumas competências são indispensáveis para o desenvolvimento de um cargo, portanto, indispensáveis para a contratação de um novo funcionário ou até mesmo para sua promoção ou transferência. Isso significa afirmar que existem competências que os candidatos trazem prontas, como se fossem um bônus, ou, nas

palavras de Pierry (2006), “Competências Acessórias”. Estas maximizam o potencial de desempenho do cargo e contribuem para o crescimento do funcionário e da organização.

Identificar as competências acessórias é:

A verdadeira essência do recrutamento interno de candidatos, que algumas empresas chamam de identificação de talentos: identificar e desenvolver na própria organização aqueles profissionais aptos a atividades mais complexas, mesmo dentro de um idêntico espaço de responsabilidade (PIERRY, 2006, p. 47).

Zanuto (2010 apud SILVA; ALBUQUERQUE, 2019) ressalta que as competências comportamentais de um candidato são de fundamental importância, pois se vive em tempos cujas mudanças e dinamismos são cada vez mais intensos e frequentes, e encontrar pessoas com competências comportamentais capazes de se adaptar a esse sistema de mudanças é o mesmo que ganhar competitividade no mercado.

À organização cabe a conscientização de que, ao definir a gama de competências do futuro funcionário, deve-se imprimir um caráter realista e adequado a um determinado cargo, pois não existe competência generalista que se enquadre em todos os postos da empresa – existem diferentes níveis de dificuldade, complexidade, função, liderança, entre outros fatores. Então, ter em mãos a descrição de cargo ou função é um pré-requisito fundamental a ser utilizado na hora da análise e da interpretação dos resultados obtidos através dos diversos instrumentos empregados para o levantamento das competências (PIERRY, 2006).

Um conceito importante para seleção de funcionários é a relevância do trabalho, isto é, a correspondência entre as habilidades necessárias para o sucesso no trabalho e as habilidades apresentadas pelo candidato. Para que a seleção seja eficaz e lícita, deve haver uma correspondência entre esses dois tipos de requisitos de habilidades (SPECTOR, 2004, p.155).

Os instrumentos que permitem a identificação de competências nos candidatos podem ser: dinâmicas de grupo, entrevistas, inventários, testes psicológicos ou técnicos, entre outros. Eles irão permitir que o indivíduo mostre, em tempo real, suas formas de reagir a determinadas situações ou tarefas (como toma decisões, como coordena os afazeres e o seu tempo), além de outros aspectos da personalidade, do seu perfil técnico e intelectual (PIERRY, 2006).

A seleção de pessoal, última etapa para o fechamento da vaga, tem por finalidade encontrar a pessoa certa para o cargo adequado na empresa que trouxe a demanda, respeitando as condições sociais e culturais de ambas as interessadas. Os testes psicológicos, práticos e teóricos, somados a uma entrevista, e talvez uma dinâmica de grupo, compõe um ciclo

satisfatória para que ocorra com maiores chances possíveis o sucesso na decisão da contratação. Conforme Muchinsky (2004), o método de estratégia da seleção sucessiva é um ótimo caminho a ser percorrido para o fechamento da contratação.

Nesse método, todos os cargos são preenchidos por pessoas minimamente qualificadas e, dados cargos disponíveis, as pessoas são colocadas naqueles que farão melhor uso de seus talentos e adaptabilidade (MUCHINSKY, 2004, p. 169).

Basicamente, a seleção tenta conciliar os fatores “requisitos do cargo” e “perfil das características dos candidatos recrutados”. Novamente a estruturação da organização com relação aos cargos, salários, planejamentos, cultura, ramo, definições físicas e psicológicas dos funcionários, metas de desempenho, entre outros, são retomados com fundamental importância para o enquadramento do perfil do candidato apresentado. Com base nessas informações, o perfil do funcionário é traçado e buscado dentre aqueles que se candidataram à vaga disponibilizada (CARVALHO; NASCIMENTO, 1995).

O passo seguinte diz respeito à elaboração e à definição dos testes de seleção, que têm por objetivo a obtenção de informações acerca dos conhecimentos, habilidades, personalidade e aptidões dos candidatos. Para cada quesito, um teste específico deve ser aplicado, seja ele psicológico, prático, metodológico, teórico, entre outros, sendo os psicológicos voltados à verificação dos aspectos mais subjetivos, que tentam identificar se o concorrente ao cargo realmente vai executar tudo o que foi indicado pelos demais testes (CARVALHO; NASCIMENTO, 1995).

Na sequência, realiza-se a entrevista. Para Chiavenato (2010), a entrevista é a técnica mais utilizada em processos de seleção, além de se destacar como uma forte ferramenta influenciadora na tomada de decisão para contratação; através dela, o selecionador tenta obter informações que não foram captadas pelos testes.

Dessa forma, a entrevista é o instrumento final para integrar todos os demais instrumentos e informações levantadas, e que carrega consigo um peso muito grande na decisão de contratação, pois contribui para a formação de uma visão mais global e profunda sobre o candidato, como por exemplo: postura, apresentação pessoal, fluidez verbal, explicação de fatos levantados anteriormente ou saneamento de dúvidas, entre outros (CARVALHO; NASCIMENTO, 1995).

A entrevista pode ser dividida em três modalidades: preliminar, que tenta eliminar candidatos que, de imediato, se mostram inadequados; de avaliação, que apresenta um questionário mais estruturado e profundo com o objetivo de tomar decisões finais sobre os

funcionários que poderão ser admitidos pela empresa; e final, na qual será feita a proposta concreta ao candidato, já com intuito de admissão (CARVALHO; NASCIMENTO, 1995).

Algumas outras questões também se fazem importantes e devem ser levadas em conta na hora do recrutamento e seleção de futuros funcionários para uma organização: o contexto sociocultural, as exigências da vaga e da contratadora, as constantes mudanças observadas nos tempos atuais (técnicas e tecnológicas) que, cada vez mais, exigem e valorizam pessoas com perfis de adaptabilidade e aprendizagem constante (MUCHINSKY, 2004).

A cultura é uma tonalidade que permeia toda a humanidade e deve ser considerada na hora da contratação de novos funcionários. De modo geral, sob a cultura estão pautados muitos de nossos valores éticos e morais, bem como práticas e costumes na forma como se vive a vida.

Afirma-se, portanto, que uma cultura macro é compartilhada; esta abrange toda uma nação e vai se afunilando conforme os grupos sociais vão sendo reduzidos (nação, estado, cidade, bairro, família, geração, religião, etc.). Da mesma forma, as empresas também possuem sua própria cultura, a qual implica em sua própria forma de gerência, produção, estrutura, trabalhadores, entre outros (MUCHINSKY, 2004).

Os processos de recrutamento e seleção ainda devem se atentar às normas expressas em leis da sociedade, para que não sejam lesadas ou abram precedentes para a instauração de processos futuros que desfavoreçam grupos protegidos (são considerados grupos protegidos alguns membros da sociedade que sofrem qualquer tipo de preconceito ou discriminação devido à sua cor, religião, deficiência, nacionalidade, idade, etc.) (MUCHINSKY, 2004).

O sistema de cotas entra na Constituição como uma forma de proteger e preservar o direito de todo cidadão, independentemente de sua crença, raça, cor, etc., contribuindo positivamente para que empresas e psicólogos revejam seus processos de recrutamento e seleção, para que este seja o mais justo possível, favorecendo, inclusive, a contratação de pessoas com deficiência física e psiquiátrica, de acordo com as limitações apresentadas por cada indivíduo. Essa ação afirmativa tem por objetivo quatro metas principais: corrigir injustiças atuais (e históricas, como por exemplo, no caso dos negros), compensar injustiças passadas, proporcionar exemplos e promover a diversidade (MUCHINSKY, 2004).

Assim, seleção está incumbida de identificar, dentre os candidatos, aqueles que mais se enquadram no perfil técnico e comportamental de determinada vaga; entretanto, não é comum que a decisão de contratação seja tomada pelo selecionador ou avaliador. Sua função

é prestar informações, sem imposição, sobre os candidatos adequados à ocupação do cargo, pois a decisão pela contratação é do requisitante (CHIAVENATO, 2010).

Preocupar-se com as etapas de recrutamento e seleção é evitar custos e cuidar para que a imagem da empresa não se torne aversiva aos candidatos, uma vez que o objetivo principal de uma contratação é obter o melhor profissional e, para tanto, é preciso que a corporação também seja atraente a seus candidatos (MARTIN; WHITING, 2016 apud MENDES, 2018).

Ao contrário do que se sugere, os candidatos não são passivos aos processos de recrutamento e seleção: eles analisam o modo como são tratados e avaliados pelo psicólogo e pela empresa, da mesma forma que avaliam a empresa para a qual, possivelmente, irão trabalhar. A conclusão alcançada pode impactar futuros processos da organização de forma positiva ou negativa, atraindo ou não pessoas mais qualificadas/aptas para a oferta; portanto, é preciso ter muito cuidado com os aspectos relatados acima (CARVALHO; NASCIMENTO, 1995; CHIAVENATO, 2010; MUCHINSKY, 2004).

Por fim, percebe-se que há uma consciência da necessidade de um psicólogo interagindo dentro do ambiente corporativo, não somente para recrutar e selecionar pessoas, ou aplicar testes psicológicos. A atual visão organizacional da administração frente ao setor de recursos humanos reconhece a necessidade de um trabalho multidisciplinar dentro das empresas, pois os olhares se ampliaram no que diz respeito às metas e produções desse grande setor capitalista.

Essa necessidade advém do entendimento de que as corporações são feitas de pessoas que, por sua vez, são multifacetadas, e sua interação provoca resultados dentro da empresa, sejam eles positivos ou negativos; logo, o psicólogo pode contribuir com seus conhecimentos e técnicas para manejar os conflitos, potencializar fatores positivos, desenvolver pessoas, entre outras possibilidades de atuação (PIRES, 2018).

2.2 AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DENTRO DO PROCESSO DE SELEÇÃO

Desde os tempos mais primitivos, nota-se a existência de uma forma de seleção de trabalhos, seja ela pela força física, pelas habilidades manuais ou até mesmo pelo intelecto das pessoas (PALHARINI, 2008 apud MESQUITA; PINHEIRO, 2017).

Urbina (2007) relata que os testes começaram a ser utilizados na antiga China, quando pessoas eram submetidas a diversas avaliações (físicas, cognitivas e práticas) para que pudessem assumir algum tipo de cargo público. Posteriormente, no campo da educação, com

a ascensão da burguesia e o surgimento das escolas, os testes passaram a ser utilizados para medir o grau de conhecimento adquirido pelos estudantes, a fim de determinar sua proficiência perante os conteúdos ensinados.

Na área da psicologia clínica, os testes surgem em meados do século XIX, com a finalidade de identificar o normal ou patológico na área da psiquiatria. Apesar disso, a seleção científica é datada por pouco mais de cem anos, quando psicólogos começaram a investir mais em métodos considerados científicos, comprovados através da mensuração das diferenças entre os homens, dando origem, então, os primeiros testes psicológicos (MESQUITA; PINHEIRO, 2017).

Nesse contexto de introdução e desenvolvimento dos testes psicológicos, vários autores contribuíram para sua formação e concretização, a fim de que os dados coletados se tornassem fidedignos e científicos. Galton, Binet, Thorndike, Simon e Wundt são alguns dos muitos estudiosos que se ocuparam em medir e compreender a inteligência humana, além de fazer da psicologia uma ciência empírica, auxiliando, assim, na tomada de decisões diante de situações importantes, as quais podem ser denominadas históricas, vividas entre o final do século XIX e o início do século XX, como por exemplo, a eugenia e as duas grandes Guerras Mundiais (URBINA, 2007).

Os testes psicológicos são ferramentas que podem contribuir significativamente para que a decisão sobre a contratação de um novo colaborador ou sobre as possíveis formas de intervenção dentro do contexto da psicologia clínica seja a mais certa possível. Urbina (2007) conceitua os testes psicológicos como sendo um meio através do qual padrões de comportamentos que influenciam a forma de pensar e reagir afetivamente frente a alguma situação podem ser identificados. Por isso, tratam-se de ferramentas padronizadas, uniformes e objetivas que visam medir, aferir ou conhecer determinadas características inerentes a um indivíduo ou grupo de indivíduos.

Dentro do contexto organizacional, tais ferramentas são amplamente aplicadas para a composição da avaliação psicológica dos processos de seleção. Resumidamente, o processo de seleção é entendido como uma área ou setor desenvolvido para localizar e contratar candidatos aptos, com habilidades e traços de personalidade desejados para atuação em determinado cargo e/ou empresa (SPECTOR, 2012; URBINA, 2007).

Salienta-se que é necessário dispender muita atenção aos objetivos do processo de seleção, que precisam estar claros e definidos, permitindo assim que os testes sejam

selecionados de forma adequada, evitando perda de tempo e de dinheiro (PEREIRA; PRIMI; COBÊRO, 2003; SENDEN et al., 2013).

De acordo com Chiavenato (2010), as organizações são feitas de pessoas idiossincráticas, o que significa afirmar que possuem um conjunto de características específicas que resultam na forma de pensar, resolver problemas, relacionar-se com os outros, produzir, dentre muitos comportamentos. Sendo assim, a avaliação psicológica e comportamental dos candidatos no processo de recrutamento e seleção é de fundamental importância.

Com o propósito de favorecer esses processos, os testes psicológicos são fontes altamente confiáveis para a compreensão da personalidade de um candidato e podem ser encontrados em larga escala e produção científica. Todavia, sua escolha deve ser sempre criteriosa, para que os candidatos não sejam submetidos a situações desnecessárias de avaliações descabidas, o que pode levar o processo de seleção ao fracasso e a um custo improdutivo para a empresa (FERREIRA, 2015 apud MENDES, 2018).

Os testes psicológicos permitem a coleta de informações sobre candidatos incapazes de serem substituídas ou identificadas por entrevistas, provas técnicas ou objetivas; são capazes de prever comportamentos e desempenhos dos candidatos e compõem-se de estudos científicos testados e validados, o que lhes confere caráter de precisão e validade naquilo em que se propõe medir ou avaliar (CHIAVENATO, 2010).

A essa altura, pode-se compreender que avaliação psicológica e testagem psicológica são termos que não devem ser considerados sinônimos um ao outro. A avaliação psicológica é composta pela testagem psicológica e também por vários outros instrumentos objetivos e científicos que se comprometem a fornecer dados para a compreensão ampla de cada sujeito que se submete a essa avaliação. Portanto, não se trata de um procedimento padronizado e inflexível, mas sim de um processo fluído sustentado por diversos instrumentos que, por sua vez, se moldam aos objetivos e metas específicos de cada caso e para cada contexto (MENDES, 2018; URBINA, 2007).

A forma como a avaliação das características do candidato será realizada deve ser definida a partir de sua especificidade. Por exemplo, se determinada vaga estabelece que a força física é um critério importante e eliminatório, aplica-se um teste prático para identificar essa característica; no entanto, se uma função exige capacidade motora fina, um teste de psicomotricidade pode ser aplicado (SPECTOR, 2012).

É importante ressaltar que a escolha de um procedimento avaliativo deve ser pautada naquilo que o teste ou instrumento se propõe a medir e avaliar, pois ele, dessa forma, poderá contribuir significativamente para predizer o desempenho futuro desse novo funcionário. Contudo, isso não significa que a utilização de testes psicológicos deve ser a única ferramenta utilizada para decisão de contratação (PEREIRA; PRIMI; COBÊRO, 2003).

O processo de seleção composto por uma avaliação psicológica diminui o erro na hora da contratação quando comparado a outras formas de seleção; este, todavia, não está isento de falhas (SPECTOR, 2012). É responsabilidade do psicólogo definir, da melhor forma possível, os recursos para obtenção do resultado almejado, e também de estar em constante busca por aperfeiçoamento na área, contribuindo para melhorias científicas (SENDEN et al., 2013).

Cabe destacar que, de acordo com a Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, a avaliação psicológica é função privativa do psicólogo, uma vez que exige capacitação profissional para a obtenção, análise e interpretação de informações psicológicas, resultantes de um conjunto de procedimentos confiáveis que permitem avaliar o comportamento (SENDEN et al., 2013).

Assim, é função do psicólogo observar e levantar cuidadosamente na literatura os melhores instrumentos a serem utilizados no processo de seleção, verificando sua validade, precisão, normas e adaptações para a população brasileira, o que implica em sua aprovação pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e pelo Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI) (PEREIRA; PRIMI; COBÊRO, 2003).

Segundo Senden et al. (2013), as empresas são formadas por pessoas com perfis e competências específicas, portanto, não é possível criar uma única forma de processo de seleção – este deve adequar-se às demandas de cada organização e de seus diversos setores.

Na área da psicologia organizacional, os testes mais comuns são: personalidade, aptidão e habilidades especiais, utilizados para verificar se as competências necessárias fazem parte do repertório comportamental e cognitivo do candidato (URBINA, 2007). Muitas organizações enfatizam fatores de equilíbrio emocional e capacidade de gerenciar conflitos, e atribuem ao psicólogo a missão de encontrar pessoas com tais competências e habilidades (SENDEN, et al., 2013).

Spector (2012) aborda diversos tipos de testes capazes de captar as mais variadas características dos candidatos. Servem como exemplo os testes psicológicos, testes de conhecimento e aptidão, de personalidade, de inteligência emocional, testes de integridade, de interesse vocacional, testes de controle de uso de drogas, entre outros.

Avaliar as características de um candidato significa identificar e compreender a pessoa como todo, visando definir, da melhor forma possível, o cargo e a função que melhor se adaptam ao perfil daquela pessoa e da empresa em seus variados setores (MENDES, 2018; SPECTOR, 2012).

Conforme já exposto, os testes psicológicos são instrumentos testados e validados que permitem o psicólogo prever com fidedignidade o comportamento humano, da mesma forma que os testes de personalidades também são instrumentos testados e validados que permitem identificar traços da personalidade, interesses e motivações do candidato (SENDEN et al., 2013). Tais instrumentos permitem uma avaliação psicológica através de um:

[...] processo técnico-científico de coleta de dados, estudos e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos, resultantes do contato do indivíduo com a sociedade (TURNER; HOULE, 2013 apud SENDEN et al., 2013, p. 63).

A avaliação psicológica da personalidade no processo seletivo é amplamente utilizada, pois a personalidade é um conjunto de características específicas de um indivíduo que influencia seu comportamento em diversos contextos (SCHULTZ; SCHULTZ, 2008 apud SENDEN et al., 2013). Sendo assim, a personalidade de um indivíduo é um traço que impacta diretamente no desempenho das atividades de um profissional, que pode ser avaliado através de testes psicológicos, de observações sistemáticas em situações hipotéticas de uma função que o candidato poderá vir a enfrentar, e de entrevistas estruturadas, semiestruturadas ou livres (MENDES, 2018; SPECTOR, 2012).

Dentro dessa temática sobre avaliação de personalidade, em uma pesquisa realizada por Mesquita e Pinheiro (2017), constatou-se que um dos testes psicológicos mais utilizados pelos profissionais para seleção e avaliação de funcionários é o Palográfico. De acordo com os autores, isso se deve à fácil forma de aplicação e correção, e também ao seu baixo custo.

O Teste Palográfico foi desenvolvido pelo Prof. Salvador Escala Milá, do Instituto Psicotécnico de Barcelona, na Espanha, e foi estudado e divulgado no Brasil pelo Prof. Agostinho Minicucci. É considerado um teste expressivo de personalidade, cuja aplicação é simples e rápida, e pode ser feita tanto de forma coletiva quanto individual (SENDEN et al., 2013; ALVEZ; ESTEVES, 2004). Entretanto, sua correção exige um grau mais elevado de conhecimentos do psicólogo (ALVES; ESTEVES, 2004).

Segundo Alves e Esteves (2004), o comportamento expressivo consiste no estilo de resposta, ou seja:

[...] diante de uma mesma tarefa cada pessoa analisa a situação de maneira característica e individual, a análise da expressão preocupa-se com a forma do comportamento para chegar às motivações básicas, ou seja, às características da personalidade. (ALVES; ESTEVES, 2004, p. 23)

Para esses autores, ao colocar no papel os traços escritos, o indivíduo está expressando, através dos movimentos, suas atitudes, traços de sua personalidade, valores, entre outras características. Dessa forma, o movimento corporal expressivo invoca instintos contidos intrinsecamente no indivíduo (ALVES; ESTEVES, 2004).

O Teste Palográfico, considerado válido a partir de um estudo com motoristas e presidiários, permite a avaliação de várias características do candidato, tais como relacionamento interpessoal, produtividade, ritmo de produção, organização, autoestima, impulsividade, etc. Contudo, trata-se de um instrumento cuja interpretação fornece dados altamente relevantes para o contexto organizacional, tanto qualitativamente quanto quantitativamente, que devem ser observados tendo em vista uma possível atuação do candidato dentro da empresa (ALVES; ESTEVES, 2004; SENDEN et al., 2013).

De acordo com Mesquita e Pinheiro (2017) e Pereira, Primi e Cobêro (2003), outro teste de baixo custo, fácil aplicação e correção e muito utilizado no processo de seleção para avaliação psicológica é o de Atenção Concentrada (AC).

A atenção é uma capacidade importante do cérebro para que ocorra a aprendizagem (BENCZIK; LEAL; CARDOSO, 2016). No processo de seleção, seu uso frequente refere-se ao fato de o teste medir a velocidade de processamento do candidato, ou seja, ele mede sua aptidão e prediz sua capacidade de atenção concentrada (PEREIRA; PRIMI; COBÊRO, 2003).

Benczik, Leal e Cardoso (2016) relatam a importância desse instrumento, que abrange, inclusive, outros contextos, como por exemplo, o escolar.

O teste da atenção concentrada (AC) é um instrumento que tem um valor inestimável, já que é capaz de avaliar quantitativamente a capacidade de atenção concentrada e sustentada do examinando, e também de permitir a avaliação qualitativa de outras habilidades neuropsicológicas envolvidas, tais como: percepção, discriminação e varredura visual, orientação espacial, processamento de informação com velocidade e ritmo de execução visomotora para alternância de estímulos visuais, habilidade grafomotora e persistência motora (BENCZIK; LEAL; CARDOSO, 2016, p. 39).

Existem inúmeros testes psicológicos e de personalidade disponíveis para uso em seleção de candidatos, tal como o questionário de avaliação tipológica (QUATI) que, embora

pouco utilizado (PEREIRA; PRIMI; COBÊRO, 2003), permite que o avaliador identifique traços da personalidade mais abrangente do candidato, se o seu perfil retrata uma pessoa extrovertida ou introvertida, como é o seu modo de pensar e agir no mundo, entre outros fatores (como por exemplo, quais áreas ou profissões essa pessoa tem maior probabilidade de se identificar e desempenhar um trabalho que gere satisfação) (ZACHARIAS, 2003).

Em suma, a avaliação psicológica dentro do processo de seleção é uma fase muito importante que o torna mais concreto e eficaz. O lugar certo na empresa certa deve ser um interesse comum para a melhor satisfação no trabalho, e o psicólogo precisa estar atento e disposto para auxiliar nessa missão (PEREIRA; PRIMI; COBÊRO, 2003; SENDEN et al., 2013; SPECTOR, 2012; MESQUITA; PINHEIRO, 2017).

3 MÉTODO

Foram realizados 14 encontros, com duração variável de quatro a seis horas, totalizando 62 horas. As ações executadas durante o estágio abrangeram a convocação de candidatos, a triagem de currículos, a correção de testes (Quati, Palográfico e de Atenção Concentrada), a elaboração de parecer de seleção, o retorno negativo aos candidatos (agradecimento pela participação no processo seletivo) e a observação de entrevista de seleção.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A organização especializada em consultoria de RH consiste no fornecimento de mão de obra a empresas que contratam seus serviços de consultoria, mas também funciona como fornecedora de vagas de emprego para a população. Ela faz a intermediação dos processos entre empresa e candidato, visando o sucesso do preenchimento da vaga observado através do desempenho esperado pela corporação do funcionário está sendo contratado (SPECTOR, 2012).

Um ganho considerável pode ser determinado por ambas as partes, candidato e empresa, pois, em um único lugar, pode-se encontrar um elevado número de ofertas de emprego para diversos ramos do mercado, além de localizar inúmeros tipos de candidatos, com uma vasta opção de escolhas já presentes. O processo se torna mais acelerado,

possibilitando à empresa tempo para realização de outras atividades, enquanto a agência se encarrega de todo o processo de recrutamento e seleção (SPECTOR, 2012).

Embora o custo para corporação seja mais alto, conforme entendimentos de Carvalho e Nascimento (1995), este pode ser compensado pela rapidez na contratação e pelo fato de o serviço prestado pelas consultoras de RH alcançar um alto grau de profissionalismo e oferecer menor risco de erro nas contratações, o que levaria a um custo superior. Portanto, outro ganho importante para a empresa refere-se ao encurtamento das etapas de recrutamento e seleção.

Por exemplo, a consultoria de RH recebe uma demanda de determinada empresa para o cargo de Secretária. Preliminarmente, e de forma conjunta com a organização, elabora-se um documento chamado Perfil Profissiográfico, no qual são elencados alguns requisitos para ocupação da vaga (grau de instrução, sexo, experiência, idade, cursos, competências em geral).

A requisição de empregado é um documento que visa fornecer ao setor de RH da empresa a maior soma possível de informações relativas ao candidato, tais como:

- a) título e exigência do cargo;
- b) experiência requerida;
- c) tarefas a executar;
- d) responsabilidades;
- e) habilidades exigidas; e
- f) grau de instrução necessária. (CARVALHO; NASCIMENTO, 1995, p. 85)

Após, verifica-se se, em seu banco de dados, há quantidade suficiente de candidatos para embasar a elaboração do processo de seleção; caso contrário, a vaga é divulgada em seu próprio *site*, nas redes sociais e em murais do próprio prédio. Rapidamente os currículos começam a chegar e tem início o processo de triagem, responsável por avaliar quais candidatos preenchem os requisitos da vaga ofertada.

Na sequência, realiza-se um contato telefônico com os concorrentes selecionados a fim de verificar o real interesse pela vaga. Nessa ligação, geralmente são repassadas informações sobre a vaga (se efetiva ou não), sobre a empresa contratante e o salário, quando possível, etc.

Feito isso, o candidato deve confirmar seu interesse em participar ou não do processo seletivo. Se a resposta for positiva, este recebe orientações relativas à próxima etapa, que corresponde à determinação da empresa contratante, podendo ser uma entrevista ou uma segunda análise do currículo por alguém de seu staff.

Essa primeira fase descrita acima pode ser classificada como recrutamento, corroborando com os autores Carvalho e Nascimento (1995) quando dizem que “[...] o recrutamento é o procedimento sistêmico de RH que objetiva atrair o maior número possível

de candidatos ao preenchimento de determinados cargos oferecidos pela empresa” (CARVALHO; NASCIMENTO, 1995, p. 114).

Segue-se agora para a etapa de seleção, que “[...] tem a finalidade de escolher, entre os candidatos recrutados, aqueles que se revelarem mais qualificados na triagem inicial do recrutamento (CARVALHO; NASCIMENTO, 1995, p. 114).

Na consultora de RH, essa fase consiste em moldes ou pacotes contratados pelas empresas e alinhados com as psicólogas da consultoria e da organização contratante (quando houver), podendo ou não haver aplicação de testes técnicos, psicológicos ou de personalidade. Os testes utilizados são definidos pela psicóloga da empresa cliente ou da consultoria, visto que apenas os psicólogos possuem domínio e autorização para sua aplicação.

Pós-seleção, elabora-se outro documento chamado de Parecer de Seleção, no qual são apresentados os candidatos aptos e pré-aprovados para o preenchimento da vaga. Nele são descritas características profissionais do candidato (experiências, formação, cursos) e algumas informações pessoais (pretensões para o futuro, pontos positivos, fraquezas a serem melhoradas, etc.). Esse documento é enviado para a empresa que, por sua vez, dará o veredito final.

Alguns funcionários serão contratados diretamente pela corporação, outros serão contratados para um período de experiência pela própria consultora de RH e, somente depois desse tempo, deverá ser efetivado ou não pela empresa – isso dependerá do desempenho avaliado durante esse processo e da demanda de mercado.

A última forma de contratação mencionada também pode ser feita pela própria organização e pode ser considerada um meio de ampliar, a seu favor, uma garantia de que o funcionário escolhido pela agência foi, de fato, uma escolha favorável; além disso, oferece ao candidato a escolha de permanecer ou não naquela empresa.

O processo de avaliação psicológica é elaborado conforme a demanda trazida pela corporação, que fornece informações a respeito da vaga, como por exemplo, o local de atuação, o tipo de serviço, as características e habilidades ao candidato, entre outros, que são levadas em consideração na escolha dos testes psicológicos a serem aplicados. É importante ressaltar que:

A preparação de um procedimento de seleção deve levar em conta medidas que avaliem todas as características dos candidatos consideradas importantes na análise da função e que, portanto, sejam potenciais preditores do desempenho futuro (PEREIRA; PRIMI; COBÊRO, 2003, p. 85).

Isso significa que a utilização de testes psicológicos não pode e nem deve ser a única ferramenta utilizada para decisão de contratação ou não (PEREIRA; PRIMI; COBÊRO, 2003).

Todo processo de seleção tem um custo e, por essa razão, a escolha do teste precisa, muitas vezes, estar adequada ao valor que a empresa contratante está disposta a pagar. Contudo, nem toda organização solicita a aplicação de testes – ela apenas se limita a pedir para que a consultora de RH busque por candidatos com experiência e com características que serão identificadas por meio da entrevista.

Observou-se que os testes contribuem significativamente para a melhor escolha de candidatos. Algumas empresas que não contam com a utilização da avaliação psicológica em seu processo de recrutamento e seleção apresentaram um número de rotatividade de funcionários mais elevado quando comparadas a corporações que solicitaram a aplicação desse tipo de avaliação. Embora possa estar relacionado a outros aspectos de caráter confidencial, esse dado pode evidenciar a importância da implantação da avaliação psicológica dentro do processo de seleção.

As empresas que requerem a avaliação psicológica como ferramenta auxiliadora e consistente na decisão de contratação possuem, aparentemente, maior êxito em suas contratações, tanto no que se refere à produtividade ou quanto no que se refere às características do modo de ser daquele candidato.

Segundo Cardoso (2009 apud SENDEN et al., 2013), a avaliação psicológica no contexto organizacional é considerada como um recurso que auxilia na tomada de decisão, especialmente no momento da escolha de um profissional para determinado cargo. Neste sentido, Bitencourt (2010 apud SENDEN et al., 2013) ressalta a importância da avaliação psicológica da personalidade no processo seletivo. Para a autora, um erro comum nos processos seletivos é escolher alguém com experiências e conhecimentos que preencham os requisitos do cargo, porém com atitudes e crenças contrárias à cultura da empresa (SENDEN et al., 2013, p. 63).

Tais considerações vão ao encontro do material teórico pesquisado e reforçam a importância de o psicólogo organizacional se apropriar da avaliação psicológica científica para o processo de seleção, pois esta é um diferencial no mercado de trabalho por tratar-se de um instrumento restrito somente ao psicólogo (SENDEN, et al., 2013) e que, cientificamente, contribui positivamente para o sucesso no momento da contratação, gerando satisfação para ambas as partes: funcionário e empresa.

A empresa de consultoria de RH estudada se utiliza de testes como o Palográfico e o de Atenção Concentrada em larga escala para a composição de dados da avaliação psicológica em processos de seleção – em uma linha de produção, por exemplo, tais testes visam identificar candidatos aptos em velocidade de processamento e atenção, bem como seu ritmo e capacidade produtiva. Já o QUATI é mais voltado para a área de vendas, com o intuito de melhor identificar e prever candidatos que sejam mais extrovertidos e comunicativos, características desejáveis por certas empresas do setor comercial. Nesse sentido:

Os testes psicológicos são instrumentos padronizados que servem como estímulo para um comportamento, visando prever o comportamento humano, baseado na situação do teste. Já os testes de personalidade identificam traços de personalidade, interesses e aspectos motivacionais (FRANÇA, 2007 apud SENDEN et al., 2013). Em relação à avaliação psicológica, cabe ressaltar que se trata de um processo técnico-científico de coleta de dados, estudos e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos, resultantes do contato do indivíduo com a sociedade, utilizando estratégias psicológicas, técnicas e instrumentos adequados (TURNER & HOULE, 2013 apud SENDEN et al., 2013). (SENDEN et al., 2013, p. 63).

Por fim, ressalta-se que o processo de seleção, conforme visão de diversos autores aqui retratados, apresenta-se mais consistente e preciso quando composto por uma avaliação psicológica que objetive analisar o homem em sua complexidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de recrutamento e seleção, quando elaborados de forma eficiente e coerente, contribuem para o crescimento organizacional. A Psicologia Organizacional, com toda sua produção científica, revolucionou as formas de compreender as relações de trabalho e, por meio de seus feitos, mostrou-se capaz de atuar e contribuir para o crescimento e avanço da indústria.

Seus estudos ajudam as empresas dos mais variados setores a compreenderem seus colaboradores como pessoas que também necessitam de realização e satisfação no trabalho, amparando-as na conscientização de que é preciso executar processos de recrutamento e seleção embasados em uma compreensão científica, teórica e prática, fundamentais para o alcance de metas e competitividade no mercado.

A avaliação psicológica deve ser uma ferramenta aplicada em todos os processos de seleção. Através desse instrumento, o psicólogo organizacional poderá afirmar cientificamente que um candidato está ou não apto a desempenhar as atividades fundamentais

para o sucesso da empresa. Além disso, a avaliação psicológica é uma técnica que se restringe à área da Psicologia, o que significa afirmar as capacidades profissionais apresentadas pelo psicólogo organizacional. Predizer comportamento é praxe do psicólogo, o que o torna exclusivo no mercado de trabalho.

Em um processo de seleção, a contratação de uma pessoa que possui os requisitos da vaga, sejam eles comportamentais ou técnicos, está voltada não apenas para o benefício da empresa, mas também para o benefício do candidato – afinal, quando este é avaliado e compreendido, cuida-se para que ele possa estar em um ambiente favorável e reforçador; numa linguagem figurativa, não é possível colocar pássaros em gaiolas ou cordeiros em meio a lobos.

Fora do contexto recrutamento e seleção, os psicólogos organizacionais precisam estar atentos para o atendimento de outras diversas necessidades advindas dos setores empresariais, contribuindo e produzindo saberes para que, cada vez mais, haja espaço para esse profissional competente, corroborando, inclusive, para o equilíbrio entre o sucesso empresarial e o profissional, sobretudo em tempos nos quais a indústria 4.0 caminha para novos desbravamentos.

Logo, conclui-se que o psicólogo organizacional apresenta diversos componentes que fazem com que o processo de recrutamento e seleção seja altamente satisfatório e lucrativo, com potencial colaborativo nos resultados da corporação. Os processos de recrutamento e seleção podem ser considerados uma porta de entrada do psicólogo organizacional para o mercado de trabalho; todavia, é preciso ampliar os horizontes, contribuindo não somente para os resultados lucrativos da empresa, mas também para a satisfação do trabalhador nos relacionamentos de equipes, no desenvolvimento de líderes e liderados, no planejamento sustentado por metas, missões e valores organizacionais, impactando na qualidade de vida das pessoas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Irai Cristina Boccato; ESTEVES, Cristiano. **Manual: O teste Palográfico na avaliação da personalidade.** São Paulo: Vetor, 2004.
- BENCZIK, Edyleine Bellini Peroni; LEAL, Graziella Ceregatti; CARDOSO, Tábata. A utilização do Teste de Atenção Concentrada (AC) para a população infanto-juvenil: uma contribuição para a avaliação neuropsicológica. São Paulo: **Rev. Psicopedagogia**, v. 33, ed. 100, 2016. p. 37-49.
- CARVALHO, Antonio Vieira de; NASCIMENTO, Luiz Paulo do. **Administração de Recursos Humanos.** v. 1. São Paulo: Pioneira, 1995.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Recursos Humanos: o novo papel dos recursos humanos nas organizações.** 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- KAZANCOGLU, Yigit; OZKAN-OZEN, Yesim Deniz. Analyzing Workforce 4.0 in the Fourth Industrial Revolution and proposing a road map from operations management perspective with fuzzy DEMATEL. **Journal of Enterprise Information Management.** v. 31, n. 6, 2018, p. 891-907.
- MENDES, Mariana Gamanho Esteves Ramalhinho. Construção e validação de um instrumento de seleção de trainees no setor da tecnologia de informação. **ISCTE Business School.** Instituto Universitário de Lisboa, 2018.
- MESQUITA, Alex Andrade; PINHEIRO, Lucidalva. Seleção de Pessoal: Identificação e Avaliação das Técnicas Utilizadas. **Rev. Cienc. Gerenc.**, v. 21, n. 33, 2017, p. 49-55.
- MUCHINSKY, Paul M. Decisões de contratação. In: **Psicologia Organizacional.** São Paulo: Thomson, p.133-171, 2004.
- PEREIRA, Fabiana Marques; PRIMI, Ricardo; COBÊRO, Cláudia. Validade de testes utilizados em seleção de pessoal segundo recrutadores. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 5, n. 2, 2003, p. 83-98.
- PIERRY, Felipe. **Seleção por Competência – O processo de identificação de competências individuais para recrutamento, seleção e desenvolvimento pessoal.** São Paulo: Vetor, 2006.
- PIRES, Tallyta Aparecida dos Santos Pinto. Perspectivas atuais em recursos humanos. O psicólogo versus o administrador. **Faculdade de Educação e Meio Ambiente.** Ariquemas: FAEMA. 2018.
- SENDEN, Débora Alvez et al. Análise da personalidade de profissionais da área da saúde: um estudo pelo teste Palográfico. **Revista Científica Aletheia.** n. 42. 2013, p. 62-70.
- SILVA, Andressa Cruz Pereira; ALBUQUERQUE, Joyce da Silva. As redes sociais como ferramenta de recrutamento e seleção. **Business Journal.** v.1, n.1, 2019. p. 18-35.

SILVA, Marina Feitosa da; LEAL, Janayna Souto; NETO, João Batista Soares. Temos vagas! Um Estudo dos Resultados dos Processos de Recrutamento e Seleção via Plataformas Digitais. **O Eco da Graduação**, Brasília, v. 3, n. 2, ed. 6, 2018, p. 43-68.

SPECTOR, Paul E. **Psicologia nas organizações**. Edição 4. São Paulo: Saraiva, 2004.

URBINA, Susana. **Fundamentos da testagem psicológica**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

WILDGRUBE, Maiara Santos; SANTOS, Marcelo Silveira; PEUKERT, Leticia Wiedtheüper de Campos. Uma análise sobre o recrutamento e seleção de colaboradores em uma escola de idiomas da cidade de Cruz Alta. **XXIII Seminário interinstitucional de ensino, pesquisa e extensão. Ciência e diversidade**. Cruz Alta: pró-reitoria de pós-graduação, pesquisa e extensão. 2018.

**TRANSIÇÃO UNIVERSIDADE-MERCADO DE TRABALHO:
REFLEXÕES E PERSPECTIVAS DE JOVENS RECÉM-FORMADOS DE UMA
UNIVERSIDADE DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Adriana Leônidas de Oliveira
Maria Clara Souza Borges

1 INTRODUÇÃO

Fazer uma opção de carreira talvez seja um dos momentos mais difíceis e decisivos para o jovem, pois tal decisão terá consequências para toda sua vida. Entretanto, o momento de sair da universidade e ingressar no mercado de trabalho também traz grande preocupação.

Para muitos jovens adultos, concluir um curso universitário significa uma nova fase de vida, marcada pelo início do exercício da profissão escolhida. Porém, os recém-formados se deparam com um mercado competitivo, no qual existem cada vez mais profissionais oferecendo seus serviços e cuja conquista de um espaço no mercado não depende apenas de um diploma, mas também de características pessoais, competências específicas, relações interpessoais e capacidade de ajustar-se a diferentes demandas de trabalho.

A finalização de um curso universitário demanda do jovem adulto um comprometimento em estabelecer novos objetivos e formular estratégias para alcançá-los, isto é, repensar a própria história e também planejar o seu próprio futuro, numa nova ordem social que modificou a visão do trabalho e do trabalhador no século XXI.

Sendo assim, o presente capítulo apresentará os resultados de uma Pesquisa realizada em 2018 que teve como objetivo compreender a experiência da transição universidade - mercado de trabalho vista retrospectivamente por aqueles que já estão formados em Psicologia, contrastando as experiências de jovens que conseguiram uma colocação na profissão e as de profissionais que não estão inseridos no mercado de trabalho em sua área de formação. Nesta Pesquisa, foi composta uma amostra intencional e por acessibilidade com 15 formados do curso de Psicologia de uma universidade do interior do estado de São Paulo, sendo 10 profissionais inseridos e 5 que não estão inseridos em sua área de formação.

Este estudo é, portanto, de suma importância para o aprofundamento da compreensão sobre a vivência de jovens no que se refere a esta transição, com foco específico na área da Psicologia. Possibilita gerar conhecimento que subsidie futuros trabalhos de orientação aos

alunos para a tomada de decisão no final de seu curso, além de auxiliar os profissionais que atuam diretamente na formação destes.

Nas próximas seções, será apresentada uma breve contextualização teórica sobre os temas “O adulto jovem e o mundo universitário”, “Transição universidade-mercado de trabalho” e “O mercado de trabalho do psicólogo” para, posteriormente, ser explicado o método da pesquisa de campo e os resultados alcançados e discutidos à luz da teoria.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Nesta Revisão de Literatura iniciamos falando do adulto jovem e como este se insere no mundo universitário, a fim de mostrar como a transição universidade-mercado de trabalho pode ser desafiadora para os profissionais da área de Psicologia. Posteriormente apresentamos quais aspectos transformam a identidade do indivíduo pós sua formação, além de apresentar uma breve explanação sobre a realidade do mercado de trabalho para o psicólogo no Brasil.

2.1 O ADULTO JOVEM E O MUNDO UNIVERSITÁRIO

Segundo Carneiro e Sampaio (2016), diante de estruturas sociais cada vez mais instáveis e delineadas a partir de uma valorização do indivíduo e de suas vontades, a juventude atual experimenta um tempo de incertezas, vivenciando uma permanente tensão entre presente e futuro; assim, ao mesmo tempo em que desejam independência, os jovens mantêm vínculos de dependência ao adiarem, cada vez mais, a entrada na vida adulta. Um dos aspectos mais significativos para a compreensão da transição juventude-adulthood refere-se à relação entre educação e trabalho, ou seja, à inserção do jovem na “vida ativa”. A acessibilidade cada vez maior ao Ensino Superior tem provocado transformações substanciais na sociedade brasileira, especialmente porque frequentar esse nível de ensino não está mais condicionado exclusivamente à origem social. A dedicação aos estudos foi algo permitido ao jovem devido à exigência de capacitação para o mercado de trabalho, via escolarização, bem como pela disponibilidade de tempo que a ideia de juventude como transição para a idade adulta proporcionou. Com a crescente escolarização, a família foi perdendo espaço como a mais importante fonte de transmissão de valores e conhecimentos necessários à sobrevivência em uma sociedade globalizada, fazendo o processo de socialização sofrer consequências a partir do reconhecimento do jovem como estudante.

Dias (2009) aponta que constata os formandos que o diploma universitário não é mais uma garantia de emprego, é uma formação profissional. Produzem em suas falas em sala de aula sentidos polissêmicos, onde o campo do sentido produzido pelos alunos se dá na trama de inter-relações entre outros sujeitos e suas práticas discursivas. A inserção ocupacional é carregada de diferentes sentidos e significados, sendo que ter uma profissão implica em conflitos sobre ser ou não ser um profissional. O aluno, em geral, só se percebe como profissional, quando consegue se inserir no mercado de trabalho e exercer a atividade para a qual se qualificou durante o período universitário. Para os egressos, é difícil agir sem nenhuma previsibilidade de suas ações; a vivência na sociedade do conhecimento e das poucas oportunidades de inserção, o risco por qualquer ação deve ser avaliado constantemente.

Nesse contexto, Oliveira (2014) defende que o estudo da transição universidade-mercado de trabalho se torna um tema atual e relevante, principalmente no contexto brasileiro. Além da problemática específica da transição, há de se considerar as expectativas de sucesso de quem concluiu uma formação de nível superior. Nessa direção, mais pesquisas precisam ser realizadas tendo como objeto a carreira de recém-formados.

2.2 TRANSIÇÃO UNIVERSIDADE-MERCADO DE TRABALHO

Bardagi et al. (2006 apud SILVA; TEIXEIRA, 2013) afirmam que a transição da universidade para o mercado de trabalho é uma tarefa potencialmente conflituosa, podendo representar uma crise em relação à escolha profissional, uma vez que exige uma série de escolhas quanto aos possíveis caminhos profissionais.

Conforme Lassance e Gocks (1995 apud SILVA; TEIXEIRA, 2013), as trajetórias de formação profissional dos estudantes universitários são variadas. Enquanto alguns alunos seguem um percurso mais “estudantil”, preocupando-se apenas em cumprir adequadamente as exigências acadêmicas, outros procuram mais ativamente desenvolver uma postura profissional e adquirir experiências que os aproximem da prática da profissão. O período de formação universitária, assim, pode ser visto como uma grande transição de desenvolvimento que exige uma série de movimentos de adaptação por parte do indivíduo, ao menos entre os estudantes adultos jovens típicos (recém-saídos do ensino médio). Os anos iniciais são caracterizados ainda por demandas do fim da adolescência (como identificar-se com o “status” de universitário, pertencer a um grupo) e um envolvimento mais passivo com a formação;

porém, com o tempo, a preocupação com a profissionalização e com o futuro tendem a aumentar.

Em sua Tese de Doutorado, Dias (2009) percebeu que nos processos de transição escola-trabalho, novas filiações se dão sem mudar o quadro de referência temporal entre o passado e o futuro. A transição se relaciona com uma nova visão do trabalho, iniciada na necessidade de realizar estágios durante o período acadêmico, e na forma como os universitários buscam sua qualificação para o trabalho dentro da universidade. Ao iniciarem seus estágios, o confronto com o mercado e com seus conceitos se transformam, os universitários têm a oportunidade de colocar seus conhecimentos em prática, e então surgem as indagações a respeito da profissão e das escolhas de futuro.

Sabe-se que as atividades extraclasse, conforme Bardagi et al., Brooks et al., Fior e Mercuri, Pascarella e Terenzini, Teixeira e Gomes (2006, 1995, 2003, 2005, 2004 apud SILVA; TEIXEIRA, 2013) estão relacionadas ao ensino superior e cumprem um papel importante nessa passagem de estudante para profissional. Alguns estudos indicam que os alunos que se engajam em atividades que vão além da presença em sala de aula, como estágios, monitorias e pesquisas apresentam indicadores positivos de desenvolvimento de carreira.

Além disso, segundo Teixeira e Gomes, Wendlandt e Rochlen (2004, 2008 apud SILVA; TEIXEIRA, 2013), a qualidade dessa transição vai depender, em boa parte, do próprio envolvimento do estudante com a sua formação e do desenvolvimento de competências úteis ao mundo do trabalho.

Em especial, para Knouse e Fontenot, Sleaf e Read (2008, 2006 apud SILVA; TEIXEIRA, 2013), as experiências de estágio se destacam entre as atividades relevantes para a formação profissional e o desenvolvimento profissional. Os estágios, além de se relacionarem com uma maior empregabilidade dos recém-formados, também servem como uma aproximação à realidade do mundo do trabalho, contribuindo para o desenvolvimento de competências transversais (ou seja, não técnicas, tais como responsabilidade, autonomia) e para uma adequação mais realista das expectativas dos estudantes frente ao trabalho.

Compreende-se, portanto, que como apontado por Stryker e Burke (2000 apud SILVA; TEIXEIRA, 2013), a transição da universidade ao mercado de trabalho não implica apenas uma transição de contextos (ambientes), mas uma também transição de identidade. Como mencionado, as pessoas possuem diversas identidades, correspondentes aos papéis que ocupam socialmente.

2.3 O MERCADO DE TRABALHO DO PSICÓLOGO

Bastos, Gondim e Borges-Andrade (2010 apud ORTEGA, 2015) afirmam que o largo predomínio das mulheres entre os profissionais da psicologia, o que a caracteriza como uma profissão feminina, é um traço marcante da profissão, que pouco se alterou ao longo das últimas décadas. As mulheres continuam representando mais de oitenta por cento dos profissionais inscritos nos Conselhos, assim como são maioria esmagadora nos cursos de graduação em psicologia. Ao longo do tempo, registra-se um pequeno acréscimo do número de homens, o que não altera o quadro geral. O caráter feminino associa-se a características do exercício profissional – atividades de apoio social e a condições mais precárias de vínculos empregatícios, tanto em termos de regime de contratação como de remuneração.

Em comparação a uma pesquisa realizada por Bastos e Gondim nos anos 80, Bastos, Gondim e Borges-Andrade (2010 apud ORTEGA, 2015) puderam observar, ao comparar sua nova pesquisa do século XXI a dos anos 80, que cresceu o número de psicólogos que atuam na profissão, mesmo que tenham de conciliar com outras atividades fora do campo. Cresceu, também, o percentual de psicólogos que atuam apenas na psicologia, o que pode ser tomado como um importante indicador de estruturação das condições de trabalho. Mesmo assim, é importante registrar a existência de quase 16% dos psicólogos que estão excluídos do exercício da profissão, quer por estarem desempregados, quer por exercerem atividades em outros campos. Esse resultado é ligeiramente mais positivo do que o encontrado na pesquisa dos anos 1980. Quanto aos rendimentos, os dados das duas pesquisas devem ser comparados com bastante cautela, considerando a distância no tempo e as mudanças da economia e da moeda nacional. O levantamento atual apresenta sinais contraditórios sobre a situação de remuneração dos psicólogos brasileiros. Por um lado, decresceu o quantitativo de psicólogos sem qualquer renda. Por outro lado, caiu, proporcionalmente, o número de psicólogos com renda mais elevada (acima de 20 salários mínimos). O dado mais importante, no entanto, é que a média salarial nacional dos psicólogos, que era de aproximadamente 11 salários mínimos na pesquisa dos anos 1980, cai, atualmente, para apenas seis salários mínimos. Apesar de os psicólogos ampliarem o seu campo de atuação profissional e conseguirem se inserir no mercado de múltiplas formas, poucos conseguem obter rendimentos mais elevados. Assim, mantém-se o padrão de manter vários vínculos de trabalho, de combinar empregos de

tempo parcial e, para muitos, para combinar o exercício da psicologia com trabalhos fora do campo.

Ainda para Bastos, Gondim e Borges-Andrade (2010 apud ORTEGA, 2015), o consultório continua sendo o espaço mais utilizado de trabalho pelo psicólogo, como se depreende do peso com que aparece entre quem atua em diferentes áreas. Como esperado, quase 70% dos psicólogos clínicos trabalham em consultórios próprios ou alugados. Além disso, ele é o local de trabalho para aproximadamente $\frac{1}{4}$ dos psicólogos que atuam na área escolar, organizacional, saúde e mesmo ensino/ docência, algo que já fora identificado na primeira pesquisa. Em comparação com a pesquisa dos anos 1980, há, todavia, um expressivo aumento do número de psicólogos inseridos em unidades dos serviços públicos de saúde ou instituições privadas de saúde, tais como hospitais. Nos hospitais encontram-se também um expressivo contingente de psicólogos que atuam na área organizacional. Finalmente, outro dado que aponta uma mudança importante é a queda proporcional de psicólogos atuando em instituições educacionais ou em escolas, mesmo entre aqueles que estão atuando na área educacional.

Em uma análise sobre o começo de vida profissional do psicólogo recém-formado, Malvezzi, Souza e Zanelli (2010) discutiram sobre a inserção desses profissionais no mercado de trabalho.

Segundo Malvezzi, Souza e Zanelli (2010), caminhando adiante na constatação de outros dados da pesquisa, três características aparecem para enriquecer essa análise. A primeira delas se refere à forma de acesso ao primeiro emprego. Em todos os setores pesquisados, a forma de acesso ao primeiro emprego se dá, predominantemente, por meio de processo seletivo ou por concurso. Essa tem sido a tradição na grande maioria das instituições e uma obrigatoriedade legal no serviço público. No setor privado, parte dos contratados ingressa, também, por meio de convite. Como este setor é movido pela competitividade e pelo controle sobre os resultados, o acesso por meio de convite tem sido um instrumento crescente, desde o início do novo milênio, tendo em vista a estrutura das organizações em células nas quais a seleção é feita por meio do modelo de formação de equipes.

Como defendem Bastos, Gondim e Borges-Andrade (2010 apud ORTEGA, 2015), outro dado importante, um traço já identificado nos anos 1980, é que entre os psicólogos existe uma busca contínua de aperfeiçoamento profissional, valendo-se de várias estratégias (cursos, congressos, grupos de estudo, supervisões etc.). Essa busca cria um verdadeiro mercado de formação paralelo às instituições de ensino, o que explica que a docência seja

uma atividade tão difundida e combinada com todas as áreas de atuação profissional. Por outro lado, os psicólogos reconhecem uma distância significativa entre as suas aprendizagens na graduação e as demandas do exercício profissional. Os desafios da qualificação profissional e as defasagens entre o que é necessário para bem exercer a profissão e o que lhes é ensinado é uma das contribuições ricas oferecidas pelo estudo mais recente. Entre os pontos mais críticos no ensino superior encontra-se a formação científica (algo presente na pesquisa de 1988) e as competências para trabalhar com unidades de análise mais complexas que não o indivíduo, tais como grupos e organizações. As competências nas áreas mais clássicas de avaliação, psicodiagnóstico e a clínica em geral, como na pesquisa anterior, são reconhecidas como mais desenvolvidas nos cursos, o que ainda revela o viés clínico presente em grande parte do nosso sistema de ensino em psicologia.

Malvezzi, Souza e Zanelli (2010) relatam que os sentimentos em relação ao setor e à própria atuação revelam alto índice de satisfação, fato que sugere a condição de profissionais adaptados, sob tensões controladas, pouco significativas ou justificadas e com grande parte das expectativas atendidas. O dado menos positivo desse quadro está na percepção da potencialidade de crescimento que, embora sendo aproximadamente 50%, revela a influência de limitações e de restrições que devem começar a ser consideradas na trajetória de carreira.

Em síntese, foi possível perceber que os autores puderam observar grandes avanços em relação à profissão do psicólogo no Brasil ao compararmos as pesquisas de Malvezzi, Souza e Zanelli (2010) e de Bastos, Gondim e Borges-Andrade (2010 apud ORTEGA, 2015). Estes resultados trazem grande contribuição para o estudo do psicólogo no mercado de trabalho e permite adquirir maior conhecimento para futuras análises sobre o tema.

3 MÉTODO

3.1 TIPO DE PESQUISA

Foi realizada uma pesquisa do tipo exploratória, de campo, com abordagem qualitativa.

Lakatos e Marconi (2007) apresentam a pesquisa exploratória como um grupo componente de pesquisa de campo e citam três finalidades da mesma: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno ou modificar e clarificar conceitos. Também na concepção de Gil (2002) pode-se dizer que o objetivo principal desse tipo de pesquisa é o aprimoramento de ideias. As pesquisas exploratórias têm

como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito, uma vez que geralmente aborda aspectos pouco explorados.

Para Lakatos e Marconi (2007) pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Neste tipo de pesquisa coleta-se dados da realidade, para mediante procedimentos de análise, se alcançar resposta ao problema proposto.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, uma vez que, conforme explica Oliveira (2007) seu objetivo é compreender o fenômeno e o significado a ele atribuído. A pesquisa qualitativa produz descobertas não obtidas por meios de quantificação.

Segundo Denzin e Lincoln (2000 apud OLIVEIRA, 2007) a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa e naturalista do objeto de estudo, sendo que o pesquisador busca estudar coisas em seu cenário natural, tendo em vista compreender e interpretar o fenômeno em termos de quais os significados que as pessoas atribuem a ele.

Gilgun (1992 apud OLIVEIRA, 2007, p.187) enfatiza que desenvolver uma pesquisa qualitativa significa “[...] entrar na experiência das pessoas para poder compreendê-las, ouvir suas histórias e identificar as idéias centrais”.

Este foi justamente o propósito da pesquisa aqui introduzida: investigar as experiências de estudantes universitários recém-formados, de forma a compreender suas trajetórias para a inserção no mercado de trabalho e as dificuldades eles atravessam nesse momento, assim como os aspectos facilitadores, articulando suas experiências e perspectivas futuras.

3.2 ÁREA DE REALIZAÇÃO

A pesquisa foi realizada na cidade de Taubaté.

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A amostra foi formada por 15 graduados do curso de Psicologia de uma universidade do Vale do Paraíba, interior de São Paulo.

Foi composta uma amostra por acessibilidade a partir de uma lista de pessoas, 10 recém-formadas que estão inseridas na profissão e 5 que não estão inseridas na profissão, de

ambos os sexos. O critério para inclusão dos participantes na amostra foi estar formado em Psicologia.

3.4 INSTRUMENTO

Foi realizada uma entrevista semiestruturada individual e todos os profissionais entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A entrevista foi realizada em locais combinados com os jovens e gravada mediante sua autorização. Após, as gravações foram transcritas e apagadas.

A entrevista semiestruturada, segundo Cunha (2000), apresenta-se um conjunto de técnicas de investigação, de tempo delimitado, dirigido por um entrevistado que possui com objetivo de descrever e avaliar aspectos pessoais. Para Pope e Mays (2009) entrevista semiestruturada é constituída com base em uma estrutura flexível, fazendo uso de questões abertas para definir a área explorada, pelo menos inicialmente, e, a partir da qual, o entrevistador ou a pessoa entrevistada podem divergir a fim de prosseguir com uma ideia ou resposta em maiores detalhes. Foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado baseado em Teixeira (2002) para a coleta de dados. A entrevista explora aspectos da trajetória na inserção profissional, as impressões sobre o mercado de trabalho, a preparação profissional recebida e as expectativas para o futuro.

3.5 PROCEDIMENTO PARA COLETA DE DADOS

A coleta de dados teve início por meio do contato com 10 profissionais que se inseriram no mercado de trabalho da Psicologia e 5 profissionais que não estão inseridos em sua área de formação. Foram assinados os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido por todos os profissionais antes de se iniciar a entrevista semiestruturada a qual foi gravada e apagada após a transcrição.

3.6 PROCEDIMENTO PARA ANÁLISE DE DADOS

Os dados foram analisados qualitativamente por meio de ferramentas qualitativas do método de análise de conteúdo.

Seguindo os apontamentos de Richardson (2008), a análise do conteúdo das informações obtidas passará por três etapas básicas: A primeira etapa, a pré-análise, se constituiu na fase de organização propriamente dita. Fez-se a escolha dos materiais que foram analisados, a formulação de hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentassem a interpretação final. A segunda etapa, categorização, é uma fase que se caracteriza pela execução sistemática das decisões tomadas na fase anterior, demandando trabalho de codificação e construção das categorias de análise. Na terceira etapa, interpretação inferencial, foram feitas as inferências e interpretações em referência aos objetivos propostos pela pesquisa. A interpretação final foi realizada à luz do referencial teórico que embasa essa pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram da pesquisa 10 recém-formados que exercem a profissão psicólogo e 5 formados em psicologia, mas que não exercem tal profissão dentro do mercado de trabalho. Os 10 participantes que exercem a profissão representam as siglas P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9 e P10 e os 5 participantes que não exercem a profissão representam as siglas PN1, PN2, PN3, PN4 e PN5 com base na ordem da entrevista realizada com cada indivíduo.

Iniciamos com a apresentação dos participantes e posteriormente apresentamos e discutimos as categorias construídas a partir da análise dos conteúdos das falas obtidas junto aos indivíduos que estão inseridos no mercado de trabalho na profissão de psicólogo e, posteriormente, junto aos indivíduos que não exerçam a Psicologia como profissão.

4.1 APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Quadro 1- Apresentação dos participantes

	Sexo	Idade	Ano de Formado	Início de Atuação	Área
P1	Feminino	24	2014 – Período Integral	2015	Clínica Acadêmica
P2	Feminino	23	2016 – Período Integral	2017	Clínica
P3	Feminino	23	2016 – Período Integral	2017	Clínica
P4	Masculino	24	2015 – Período Noturno	2016	Clínica Hospitalar

P5	Feminino	23	2016 – Período Integral	2017	Clínica
P6	Masculino	23	2016 – Período Noturno	2017	Clínica Acadêmica
P7	Feminino	24	2016 – Período Noturno	2018	Clínica
P8	Feminino	23	2016 – Período Noturno	2017	Clínica
P9	Feminino	24	2016 – Período Noturno	2017	Clínica
P10	Masculino	29	2016 – Período Noturno	2017	Clínica
PN1	Feminino	25	2016 – Período Noturno	Não exerce	Não Exerce
PN2	Feminino	38	2005 – Período Integral	Não exerce	Não exerce
PN3	Feminino	32	2009 – Período Integral	Não exerce	Não Exerce
PN4	Feminino	27	2016 - Período Noturno	Não exerce	Não Exerce
PN5	Feminino	34	2005 – Período Integral	Não exerce	Não Exerce

Fonte: Elaborado pelas autoras

Conforme observado no Quadro 1, a prevalência do sexo feminino é um dado achado nesta pesquisa que vai ao encontro do que afirmam Bastos, Gondim e Borges-Andrade (2010), ao apontarem o largo predomínio das mulheres entre os profissionais da psicologia, o que a caracteriza como uma profissão feminina. Este é um traço marcante da profissão que pouco se alterou ao longo das últimas décadas. As mulheres continuam representando mais de oitenta por cento dos profissionais inscritos nos Conselhos, assim como são maioria esmagadora nos cursos de graduação em psicologia. Ao longo do tempo, registra-se um pequeno acréscimo do número de homens, o que não altera o quadro geral. O caráter feminino associa-se a características do exercício profissional – atividades de apoio social e a condições mais precárias de vínculos empregatícios, tanto em termos de regime de contratação como de remuneração.

A idade dos participantes varia de 23 a 38 anos. O ano de formação varia de 2005 a 2016. O período de formação varia de Integral e Noturno. O período de atuação varia de 2015 a 2017.

Além disso, a atuação clínica representa 100% a área de trabalho dos participantes, em consonância ao apontado por Malvezzi, Souza e Zanelli (2010), que afirmam que a atividade

predominante está claramente alocada na área da saúde, através da atuação em clínica e em saúde.

4.2 SOBRE OS PROFISSIONAIS INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO

Conforme os dados coletados com os recém-formados inseridos na profissão, foi possível constatar que sobre a percepção da transição da universidade para o mercado de trabalho, a maioria dos participantes considerou tal transição como um momento desafiador e difícil, mas ao mesmo tempo como algo gratificante. Este dado vai ao encontro com o que afirma Oliveira (2014), quando aponta que seja qual for o tipo de transição na carreira, esta exigirá dos indivíduos uma reorientação, redefinição e construção de novos sentidos da sua identidade profissional, dos objetivos, das atitudes, das crenças e dos papéis. A maneira como cada um vivenciará tais mudanças sofrerá influências externas relacionadas ao contexto e ao tipo de transição, e internas, associadas às características sociodemográficas e aos recursos psicológicos disponíveis.

O que facilitou a inserção da maioria dos participantes, segundo eles, foram os contatos externos que possuíam com profissionais já inseridos no mercado de trabalho. Tal dado condiz com o que aponta Dias (2009), que afirma que o aluno, em geral, só se percebe como profissional, quando consegue se inserir no mercado de trabalho e exercer a atividade para a qual se qualificou durante o período universitário. Para os egressos, é difícil agir sem nenhuma previsibilidade de suas ações, a vivência na sociedade do conhecimento e das poucas oportunidades de inserção, o risco por qualquer ação deve ser avaliado constantemente.

Além dos contatos externos, a maioria dos participantes afirmou que as experiências que desfrutaram durante o curso os ajudaram a elaborar seus currículos. Tal dado também vai ao encontro com o que aponta Dias (2009), quando afirma que percebeu que nos processos de transição escola-trabalho, novas filiações se dão sem mudar o quadro de referência temporal entre o passado e o futuro. A transição se relaciona com uma nova visão do trabalho, iniciada na necessidade de realizar estágios durante o período acadêmico, e na forma como os universitários buscam sua qualificação para o trabalho dentro da universidade. Ao iniciarem seus estágios, o confronto com o mercado e com seus conceitos se transformam, os universitários têm a oportunidade de colocar seus conhecimentos em prática, e então surgem as indagações a respeito da profissão e das escolhas de futuro.

As dificuldades mais observadas, conforme o relato dos participantes, se deram na falta de transmissão de informação da universidade aos alunos em relação à parte burocrática do mercado de trabalho. Para a maioria dos recém-formados, o curso pode melhorar em alguns aspectos, como estágios, teorias e divulgação de informações sobre o mercado. Estes dados vão ao encontro com o estudo elaborado por Lassance e Gocks (1995 apud SILVA; TEIXEIRA, 2013), o qual afirma que as trajetórias de formação profissional dos estudantes universitários são variadas. Enquanto alguns alunos seguem um percurso mais “estudantil”, preocupando-se apenas em cumprir adequadamente as exigências acadêmicas, outros procuram mais ativamente desenvolver uma postura profissional e experiências que os aproximem da prática da profissão. O período de formação universitária, assim, pode ser visto como uma grande transição de desenvolvimento que exige uma série de movimentos de adaptação por parte do indivíduo, ao menos entre os estudantes adultos jovens típicos (recém-saídos do ensino médio). Os anos iniciais são caracterizados ainda por demandas do fim da adolescência (como identificar-se com o “status” de universitário, pertencer a um grupo) e um envolvimento mais passivo com a formação; porém, com o tempo, a preocupação com a profissionalização e com o futuro tendem a aumentar.

Em relação ao mercado de trabalho diante da profissão escolhida, a maioria dos participantes considera o mercado como um meio repleto de oportunidades ao profissional da área, entretanto, ainda é um emprego visto como desvalorizado. Este dado vai ao encontro com o que afirma Krawulski (2004), quando aponta que a partir da conclusão da sua formação acadêmica, o psicólogo, de modo análogo ao que ocorre com outros trabalhadores, busca se inserir na teia das relações produtivas, em cuja trama percorre sua trajetória laboral de modo peculiar. Nesse percurso, lhe é possível desenvolver sua identidade profissional, inclusive na medida em que passa a partilhar o sentimento de pertença a um grupo específico, o qual tende a legitimar o seu exercício profissional.

Sobre a satisfação profissional dos participantes, grande parte dos recém-formados consideram-se satisfeitos profissionalmente, apesar de pretenderam aprimorar mais seus conhecimentos dentro da área. Tais dados condizem com o achado na pesquisa de Malvezzi, Souza e Zanelli (2010), quando apontam que em uma sociedade competitiva, com excedente de oferta, dentro de um contexto que é caracterizado pela rápida inovação em tecnologia e em formas de gestão, a inserção profissional demanda dos psicólogos tanto controle quanto investimento sobre sua atualização, para evitar os riscos da marginalização profissional, como vem sendo comum hoje em dia.

A maioria dos participantes considera a Psicologia como uma área que contribui para os aspectos positivos da sociedade e do ser humano. A ideia do curso de Psicologia mudou de quando os participantes eram estudantes para depois de formados. Além disso, é evidente que a maioria dos entrevistados tinham dúvidas, enquanto estudantes, sobre qual área da Psicologia pretendiam exercer, o que vai ao encontro com os dados apontados por Carneiro e Sampaio (2016). Os autores afirmam que é importante reconhecer que a passagem pela universidade vai além da formação profissional e de um ritual para a vida ativa adulta, pois inclui uma projeção de si mesmo e o desenvolvimento de estratégias para sua efetivação. Para quem decide continuar os estudos e ingressar no Ensino Superior, a opção pelo curso é um momento importante, como se tentasse responder a sempre onipresente pergunta: “o que você vai ser quando você crescer?”. A entrada na universidade é um marcador de mudanças desenvolvimentais, visto que ser estudante universitário significa tentar atender a uma série de novas exigências relacionadas à autonomia, às relações interpessoais e à cognição. De modo semelhante, a saída da universidade provoca uma ruptura importante na vida do jovem, pois ele abandonará o status de estudante e reconstruirá sua identidade a partir de suas tentativas de inserção profissional, precisando elaborar estratégias para ocupar uma vaga no mundo do trabalho.

Em relação ao futuro, grande parte dos participantes desejam se especializar em áreas que julgam interessantes dentro de sua profissão, além disso, a maioria dos participantes pretende permanecer trabalhando na área clínica, porém em outras áreas também. Por fim, a maior parte dos participantes afirmaram que logo ao ingressar no curso esperavam trabalhar em áreas muito distintas das áreas que trabalham atualmente, pós-formados. Estes dados condizem com a análise realizada por Malvezzi, Souza e Zanelli (2010) sobre o começo de vida profissional do psicólogo recém-formado, os quais discutem sobre a inserção desses profissionais no mercado de trabalho. O achado foi de que os psicólogos atuam em diferentes ramos das atividades humanas e isso é claramente refletido no primeiro emprego. A atividade predominante está claramente alocada na área da saúde, através da atuação em clínica, 35,3%, e em saúde 10,4%.

4.3 SOBRE OS PROFISSIONAIS NÃO INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO

Já em relação aos formados que não estão inseridos no mercado de trabalho, foi possível constatar que em relação à percepção da transição da universidade para o mercado de

trabalho, a maioria das participantes apontou o momento como inexistente, pois não houve atuação dentro da profissão desejada. Como afirma Dias (2009), quando falamos de inserção ocupacional, fala-se de uma determinada forma de inserção, que é influenciada pelo seu meio social e cultural. Pela experiência em sala de aula, percebe-se que a visão do mundo, de homem é constantemente influenciada pela comunidade de origem dos alunos, as famílias, o território, e pelas relações que estabelece ou não no ambiente universitário. Portanto, esta afirmação permite apontar que, a maioria dos profissionais não inseridos estabeleceram relações com o ambiente universitário diferentes dos profissionais atuantes.

Em relação ao mercado de trabalho diante da profissão escolhida, a maioria das participantes considera o mercado como um meio que desvaloriza o trabalho do psicólogo e não dá muita oportunidade para que a profissão seja dignamente exercida. Sobre o emprego que estão inseridas atualmente, a maioria das formadas, atualmente, não trabalha. Como afirma Teixeira e Gomes, Wendlandt e Rochlen (2004, 2008 apud SILVA; TEIXEIRA, 2013), a qualidade dessa transição vai depender, em boa parte, do próprio envolvimento do estudante com a sua formação e do desenvolvimento de competências úteis ao mundo do trabalho. Portanto, é necessário entender como as participantes buscaram se envolver com o curso de formação, bem como com as atividades extracurriculares. Assim, conforme apontado nos dados do estudo é possível perceber que a maioria das profissionais não atuantes apresenta pouca experiência profissional que vão além das atividades obrigatórias do curso de formação.

Os indivíduos que não conseguiram tal colocação estão divididos entre ainda exercer a profissão futuramente e não exercer a profissão por estar trabalhando em outras áreas. A principal queixa dos indivíduos que não estão inseridos se deu à questão financeira. Segundo eles, a profissão de psicólogo é algo que precisa, inicialmente, de mais gastos do que lucros. Além disso, todos os participantes consideram a profissão de psicólogo como capaz de oferecer muitas contribuições positivas para a sociedade, porém, a maioria dos participantes percebe que a profissão ainda é desvalorizada pelo mercado de trabalho e pelos indivíduos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi compreender a experiência de transição universidade-mercado de trabalho, vista retrospectivamente por aqueles que já estão formados em Psicologia, contrastando as experiências de jovens que conseguiram uma colocação e as

de jovens que ainda não estão completamente inseridos no mercado de trabalho em sua área de formação. Sendo assim, tal objetivo foi atendido.

Em relação ao processo de inserção dos participantes no mercado de trabalho, foi possível perceber que há nítido contraste entre tal inserção dos que conseguiram uma colocação na área da psicologia e dos que não conseguiram uma colocação no mercado na profissão de formação.

Houve dificuldades tanto para os participantes inseridos no mercado, quanto para os não inseridos, sendo estas, em sua maioria, ligadas às questões financeiras e à falta de informação sobre os aspectos burocráticos do mercado de trabalho.

Apesar das dificuldades, percebe-se, pelo relato dos participantes no geral, que a Psicologia é vista por eles como uma profissão em que os aspectos positivos se sobressaem aos aspectos negativos. Sendo assim, a maioria dos participantes, apesar de apontar que é uma profissão desvalorizada pelo mercado de trabalho e pela sociedade, considera a Psicologia como uma área de grande importância na vida dos indivíduos. Além disso, a percepção do mercado em relação à profissão foi considerada difícil pela maioria dos formados, pois, segundo eles, é uma profissão que envolve muito mais investimento do que ganhos.

Mesmo havendo contrastes em relação aos participantes inseridos no mercado e os participantes não inseridos no mercado, houve ainda dados que foram semelhantes, tais como: o papel da universidade na preparação do aluno para o mercado de trabalho e a imagem da profissão.

Pode-se afirmar que o objetivo deste estudo foi alcançado, uma vez que permitiu observar tais contrastes entre os participantes inseridos e não inseridos no mercado, além de apontar quais aspectos são semelhantes para todos os participantes e onde a universidade pode aprimorar suas funções para proporcionar aos futuros alunos de graduação não apenas uma melhor informação em relação aos aspectos burocráticos no mercado de trabalho, mas também aprimorar a bagagem curricular do curso em alguns aspectos apontados pelos participantes.

Em síntese, considera-se que o estudo poderá apresentar aos futuros alunos do curso vantagens em relação à universidade prepará-los, de modo mais eficiente, para competirem no mercado, após sua formação. Apresentando, ainda, uma melhor percepção sobre as suas trajetórias profissionais desde o ingresso no curso de Psicologia até o ingresso no mercado de trabalho.

Tendo em vista a relevância do tema pesquisado, considera-se que outros estudos possam explorar de maneira coerente a relação da transição universidade-mercado de trabalho a fim de compreender mais aspectos importantes e que possam agregar conhecimento aos alunos e graduados, bem como ao próprio departamento de Psicologia.

Por fim, é possível afirmar que os dados desta pesquisa buscam concluir que o tema é bastante reflexivo e requer futuros estudos para sua melhor investigação.

Esta pesquisa foi desenvolvida com bolsa de iniciação científica PIBIC-CNPq. Agradecemos à Universidade de Taubaté e ao CNPq o apoio ao longo de seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, V. T.; SAMPAIO, S. M. R. Em busca de emprego: a transição de universitários e egressos para o mundo do trabalho. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 11, n. 21, jan/jul de 2016.

CUNHA, J. A. **Psicodiagnóstico-V**. 5 ed. Revisada e ampliada. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DIAS, M. S. L. **Sentidos do trabalho e sua relação com projeto de vida de universitários**. 200 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KRAWULSKI, E. **O processo de construção da identidade profissional do psicólogo no seu cotidiano de trabalho**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo-SP: Atlas, 2007.

MALVEZZI, S.; SOUZA, J. A. J.; ZANELLI, J. C. Inserção no mercado de trabalho: os psicólogos recém-formados. In: **O trabalho do psicólogo no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

OLIVEIRA, A. L. Comportamento organizacional e pesquisa qualitativa: algumas reflexões metodológicas. In: CHAMON, E.M.Q.O. (org). **Gestão do comportamento humano nas organizações**. Rio de Janeiro: Brasport, p. 180-205, 2007.

OLIVEIRA, M. C. **Sucesso na carreira depois da graduação: estudo longitudinal prospectivo da transição universidade-mundo do trabalho**. 205 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2014.

ORTEGA, A. K. **Atuação do psicólogo em serviço de migração: um estudo em São Paulo (Brasil) e Moscou (Rússia)**. 2015. 157 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

POPE, N.; MAYS, N. **Pesquisa qualitativa na atenção à Saúde**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, C. S. C.; TEIXEIRA, M. A. P. Internship Experiences: Contributions to the School-to-Work Transition. **Paidéia** (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, v. 23, n. 54, p. 103-112, abr. 2013.

TEIXEIRA, M. A. P. **A experiência de transição entre a universidade e o mercado de trabalho na adulez jovem.** Tese (Doutorado em psicologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, 2002.

Organizadores

Adriana Leonidas de Oliveira

Possui graduação em em Psicologia pela Universidade de Taubaté (1992), mestrado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000), doutorado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005) e Pós-Doutorado em Administração de Empresas pela EAESP-FGV (Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas). Atualmente é professor assistente doutor da Universidade de Taubaté, atuando como Diretora do Departamento de Psicologia e como professora no Programa de Pós-Graduação em Administração (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional/Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional). Tem experiência na área de Psicologia da Saúde e Psicologia Organizacional e do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: saúde da família, saúde do trabalhador, desenvolvimento humano e regional, gestão de pessoas, qualidade de vida, qualidade de vida no trabalho, cultura organizacional e interculturalidade.

Paulo Francisco de Castro

Possui Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (2008), Mestrado em Educação pela Universidade Mackenzie (1996) e Graduação em Psicologia pela Universidade Guarulhos (1989). Atualmente é Professor Assistente Doutor do Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté e Professor Adjunto I do Curso de Psicologia da Universidade Cruzeiro do Sul. Ex-presidente da Associação Brasileira de Rorschach e métodos projetivos - ASBRo (Biênio 2016-2018) e atual membro do Conselho Consultivo da mesma associação. Associado Pleno da Sociedade Brasileira de Psicologia - SBP. Tem experiência em docência e pesquisa em Psicologia, com ênfase em Psicodiagnóstico, Avaliação Psicológica, Método de Rorschach e Psicologia da Saúde.



Autores

Aline Albuquerque Cirimbelli Souza

Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté (UNITAU) em 2018. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Escolar. Realizou estágios durante três anos em diferentes escolas do interior do estado de São Paulo, desempenhando intervenções com crianças, adolescentes e com as equipes pedagógicas e gestoras. Quanto à área acadêmica, possui experiência de monitorias durante e após a graduação. Realizou monitoria voluntária no Laboratório de Psicologia Experimental durante um ano e monitoria com bolsa pelo Programa de Iniciação à Docência (PID) na disciplina de Método e Técnica de Pesquisa. Durante a graduação realizou um estágio, também com bolsa, no Laboratório de Exame Psicológico. Atualmente realiza Monitoria na categoria Pleno, também pelo Programa de Iniciação à Docência, na disciplina Fundamentos da Psicanálise, além de atuar como Psicóloga Clínica em uma clínica multiprofissional localizada no interior do estado de São Paulo de nome Clinsaúde.

Amanda Heloisa de Paula Vitor

Possui ensino médio segundo grau E.E. Antônio Magalhães Bastos (2008). Atualmente é Estagiário de psicologia da Administração Penitenciária de Taubaté. Tem experiência na área de Psicologia.

Ana Carolina Ayres Astone

Graduanda em Psicologia, com maior entendimento na área de Psicologia Social. Desenvolve trabalho no Programa de Iniciação à Docência em Psicologia Sócio Comunitária. Realiza pesquisa no âmbito da questão da identidade e do gênero. Estagiou na Defensoria Pública do Estado de São Paulo e em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos voltado à pessoa com deficiência intelectual.

Ana Cristina Araújo do Nascimento

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (1983), doutorado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2006). Mestrado em Saúde Mental pela Universidade Estadual de Campinas (1998). Especialização em Psicologia Infanto-juvenil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1986). Atualmente é professor Assistente Doutor da Universidade de Taubaté ministrando aulas no Curso de Graduação em Psicologia nas disciplinas de Psicodiagnóstico, Neuropsicologia, Ludoterapia, além de atuar como supervisora de Estágios Supervisionados e orientar Trabalhos de Conclusão de Curso. Atua também em cursos de pós-graduação Lato Sensu. Nesses cursos, desenvolve trabalhos científicos voltados, principalmente, aos seguintes temas: avaliação psicológica, avaliação neuropsicológica, estimulação cognitiva, características psicológicas de indivíduos com doenças crônicas e com fissura labiopalatina, resiliência, sensibilidade materna e interação mãe-bebê.

Ana Izabelli Araki

Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté

Andreza Cristina Both Casagrande Koga

Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté (2001). Especialização em Atendimento Clínico Psicopedagógico em Problemas de Aprendizagem (UNITAU - 2004), Concluiu MBA em Gerência de Recursos Humanos (Universidade de Taubaté - 2014). Mestra em Gestão e Desenvolvimento Regional (MGDR - PPGA/ Unitau)- 2017. Atualmente é

Professora efetiva na Universidade de Taubaté, ministrando disciplinas na área de Psicologia Organizacional, desde fev/2017. Supervisiona estágio específico com ênfase em Psicologia e Processos de Gestão I, II, III e IV. Atua como Pesquisadora no Grupo de pesquisa em Psicodiagnóstico e Avaliação Psicológica (GP-PAP) e como Professora Integrante do grupo de Pesquisa em Planejamento, Gestão e Desenvolvimento de Carreiras em Âmbito Regional, ambos da Universidade de Taubaté. É membro do Conselho do Departamento de Psicologia (CONDEP) e do corpo docente dos cursos de Pós Graduação e MBA em Gerência de Recursos Humanos e MBA em Gerência Empresarial, da Universidade de Taubaté. Participação em Bancas de Graduação e Pós-graduação e Orientação de Trabalhos de Graduação no curso de Psicologia e de Monografias no curso de MBA em Gerência de Recursos Humanos. Possui aproximadamente 20 anos de experiência na área de Recursos Humanos e Gestão de Pessoas.

Andreza Maria Neves Manfredini

Possui graduação em Psicologia, Bacharelado e Licenciatura, pela Universidade de Taubaté (2003). Pós-graduada em Orientação familiar Sistêmica, Mestre (2007) e Doutora (2019) em Psicologia Clínica, no núcleo de Família e Comunidade, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é Coordenadora e Professora do curso de Pós Graduação em intervenção familiar: Psicoterapia e Orientação na Universidade de Taubaté desde 2014. Professora em cursos de pós graduação em disciplinas de Tratamento de Prevenção e Temas sobre famílias. Professora da Graduação em Psicologia, na Universidade de Taubaté. Atua em consultório particular, nas cidades de Taubaté e Tremembé. Possui uma vasta experiência com ênfase no trabalho com famílias na comunidade, na clínica, com pessoas com deficiência e em relação a educação financeira com famílias de crianças e adolescentes. É autora e co-autora de livros sobre família, educação financeira e comunidade.

Ariane Mendonça

Graduada em Psicologia pela Universidade de Guarulhos.

Bruno Balbi Aguiar

Possui graduação em Psicologia (2018) e Publicidade e Propaganda pela Universidade de Taubaté (2011). Atualmente é Estagiário do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.

Camila Filipini Pontes

Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté

Camila Young Vieira

Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté (2003), especialista em Psicodrama pela PUC-SP (2010) e mestre em Psicologia Social pela PUC-SP (2011). Atualmente é professora auxiliar da Universidade de Taubaté-UNITAU e psicóloga clínica. Tem experiência na área de psicologia clínica e social, com ênfase no trabalho com grupos. Atua principalmente nos seguintes temas: psicodrama, psicoterapia e comunidade.

Carina de Souza Fonseca

Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté

Carla Milena Cesar Ferreira Nuñez
Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté

Celina Gomes Teixeira de França
Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté

Claudio Gonçalves Mendes Galiotto
Graduado em Psicologia pela Universidade de Taubaté

Cristina Pacheco Soares
Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté

Danielle Pereira Lovatto
Bacharel em Psicologia, com ênfase em Psicologia e Processos de Gestão, pela Universidade de Taubaté (2014-2018). Integrante do Programa de Iniciação à Docência Júnior no ano de 2018 e Sênior no ano de 2019. Psicóloga Clínica autônoma.

Débora Inácia Ribeiro
Doutora em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2018). Mestre em Desenvolvimento Humano pela Universidade de Taubaté - UNITAU (2013). Graduada em Psicologia pela Universidade Salesiana de Lorena - UNISAL (1992) e especialista em Educação e Cultura pela UNITAU (2009). Áreas de atuação: Psicologia Clínica Humanista/Existencial e Psicologia da Saúde. Professora no Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté. Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação e Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté. Pesquisadora no Núcleo de Estudos de História da Cultura, Sociedades e Mídias da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Dina Rosemary Akerman Santos
Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté

Fabiane Ferraz Silveira Fogaça
Possui graduação em Licenciatura em Psicologia e Formação de Psicólogo pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2004), mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem pela Faculdade de Ciências UNESP Bauru (2009) e doutorado em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos (2015) com bolsa sanduiche na University of Nevada, Reno. Atualmente é Professor Auxiliar I da Universidade de Taubaté. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia do Ensino e da Aprendizagem, atuando principalmente nos seguintes temas: treino de pais, habilidades sociais, problemas de comportamento, terapia analítico-comportamental e análise comportamental da cultura.

Felipe Benites do Nascimento
Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté

Fernanda Cardoso Fraga Fonsêca

Professora do Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté das disciplinas Psicologia da Aprendizagem e Psicologia dos Processos Educativos. Supervisora dos estágios em educação. Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade de Taubaté (Unitau). Possui graduação em Psicologia pela Universidade Paulista (Unip). Atua também como Coordenadora da Educação Básica no Instituto Social para Motivar, Apoiar e Reconhecer Talentos - Ismart e atuou na clínica psicológica na abordagem da Análise do Comportamento. Realiza trabalhos voluntários ligados à psicologia e à educação. O principal interesse é Psicologia Escolar e Educacional e Análise do Comportamento. (Texto informado pelo autor)

Gabriel Fugarra Magalhães Capello

Possui graduação em Psicologia pela Universidade de Taubaté (2018). Atualmente é psicólogo - ETEC - Machado de Assis, monitor pleno da Universidade de Taubaté e psicólogo - Colégio Cecília Caçapava Conde. Tem experiência na área de Administração e Psicologia, atuando principalmente nos seguintes temas: super-heróis, avaliação psicológica, psicanálise infantil e psicologia escolar.

Giovanna Guarnieri Sudario

Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté

Isabela S. Rangel

Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté

Jennifer Salles Costa

Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté

Lara de Bona Sendretti

Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté

Laura Espíndola Magalhães

Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté

Lenina Ida Disney Campos

Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté

Marcelo de Oliveira Fonseca

Concluiu a graduação pela Universidade Paulista no ano de 2010, tendo durante o curso realizado pesquisa na área de psico oncologia e religião, apresentando essa posteriormente em mostra científica na Universidade Salesiana de Lorena-SP. Da mesma forma, também concluiu com êxito, sua pesquisa de T.C.C. relacionada ao estresse em portadores de síndrome do pânico, intervindo no único grupo de ajuda voltado a esses pacientes no vale do Paraíba.

Mantem-se engajado em projetos de pesquisa nas áreas de psicologia da saúde, grupos de auto-ajuda à pacientes portadores do Transtorno de Pânico e psicooncologia. Leciona como professor nos cursos de psicologia e fisioterapia da universidade Anhanguera de São José dos Campos, SP. Trabalhou por 3 anos como psicólogo hospitalar na instituição Hospital Pio XII, na cidade de São Jose dos Campos, no estado de São Paulo; onde atua intervindo junto à pacientes oncológicos. Hoje é servidor publico, psicólogo, na cidade de Caxambu, Minas Gerais, assim como possui consultório próprio. Mestrando em Ciências Biológicas pela Universidade do Vale do Paraíba, em linha de pesquisa voltada ao câncer. Inscrito para o Doutorado em linha de estudo oncológico para 2015.

Maria Clara Souza Borges

Formada em Psicologia pela Universidade de Taubaté (2018). Possui alfabetização em Inglês pela Escola Springfield Elementary School (Charleston-SC). Tem experiência nas áreas de Psicologia Clínica, Psicologia Escolar e Psicologia Organizacional sob orientação dos professores Armando Rocha Junior, Camila Young Vieira, Paulo Francisco de Castro, Rosa Maria Frugoli da Silva e Paulo Roberto Grangeiro Rodrigues. É autora do projeto "O trabalho da violência contra a mulher juntamente à população masculina?", o qual foi classificado pela Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação entre os 10 melhores projetos criados mediante o Prêmio de Inovação de 2017 da Universidade de Taubaté. Foi bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq durante 1 ano (ago. 2017 - ago. 2018), sob orientação da Profa. Dra. Adriana Leônidas de Oliveira, recebendo a classificação de Primeiro Lugar na categoria "Pesquisa" da IV Mostra Científica do Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté. Participou, durante o ano de 2018, como membro da Liga de Psiquiatria da Universidade de Taubaté, sob orientação do psiquiatra Dr. Antônio Augusto Neves da Nóbrega, atuando na Clínica Psiquiátrica situada no Hospital Universitário de Taubaté. Atualmente, é psicóloga aprimoranda do Instituto de Medicina Física e Reabilitação do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP (IMREA-HCFMUSP) realizando, concomitantemente, sua especialização na área de Psicologia Clínica Hospitalar em Reabilitação.

Maria Emília Sousa Almeida

Possui graduação em Psicologia pela Universidade de Taubaté(1983), especialização em Curso Fundamental de Freud a Lacan pela Universidade de Taubaté(1989), especialização em Psicanálise pelo Centro de Estudos de Psicanálise(1995), mestrado em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo(1994) e doutorado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003). Atualmente é Assistente III da Universidade de Taubaté, do Consultório Particular, professor do Centro de Investigação em Psicanálise e Psicossomática, Revisor de periódico da Psicologia Ciencia e Profissão e Revisor de periódico da Fractal: Revista de Psicologia. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social. Atuando principalmente nos seguintes temas:representações, sobre-catezizadas, fluxo associativo

Maria José Milharezi Abud

Possui as seguintes graduações, realizadas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Taubaté: Pedagogia Licenciatura (1963); Letras Português e Literatura (1972); Pedagogia com Habilitações em: Administração Escolar de 1º e 2º graus (1972); Orientação Educacional (1973); Ensino das Disciplinas e Atividades Práticas dos Cursos Normais (1975); Supervisão Escolar de 1º e 2º graus (1975). cursou as seguintes Especializações: "Literatura Brasileira Contemporânea", na Universidade de Mogi das Cruzes (1974); "A problemática da Literatura e as Literaturas Portuguesa e Brasileira", na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Taubaté (1975) e "Semântica Aplicada ao Ensino da Comunicação e Expressão", na

Universidade de Taubaté (1977). Na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo realizou seu Mestrado em Educação: Supervisão e Currículo (1986) e seu Doutorado em Educação: Psicologia da Educação (1999). Tem experiência na área de educação, com ênfase em Administração Educacional. Atualmente é professora de cursos de Pós-Graduação da Universidade de Taubaté. Seus estudos versam sobre atividades de ensino na educação superior, características de qualidade do professor, estratégias de ensino, formação de professores, ensino da língua materna, relações entre cognição, afetividade e linguagem, ensino da leitura e da escrita na fase inicial de escolarização.

Mariana Tudan Xavier da Rocha

Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté

Marilsa de Sá Rodrigues

Possui graduação em Psicologia pela Faculdade Salesiana de Filosofia Ciências e Letras (1975), mestrado e doutorado em Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie Professor assistente III da Universidade de Taubaté. Coordenadora da linha de pesquisa em gestão de recursos socioprodutivos. Líder do grupo de pesquisa em Planejamento, Gestão e Desenvolvimento de Carreiras em âmbito Regional. Tem experiência na área de Psicologia Organizacional e Gestão de Pessoas, atuando principalmente nos seguintes temas: habilidades sociais, carreira e diagnóstico organizacional. Participa do GT-Relações Interpessoais e Competência Social ANPEPP.

Miria Benincasa Gomes

Pesquisadora e orientadora dos Programas de Pós Graduação (Mestrado e Doutorado) em Psicologia da Saúde da Universidade Metodista de São Paulo. Editora da Revista Mudanças - Psicologia da Saúde e líder do Grupo de Pesquisa (CNPq) "Humanização da assistência à gestação, parto, nascimento e pós-parto". Professora convidada do curso de especialização em Psicologia Hospitalar da Universidade de Taubaté. Tem experiência na área de Psicologia da Saúde, com ênfase em Programas de Atendimento Comunitário, institucional e hospitalar. As principais áreas de pesquisa são: 1. Gestação: Avaliação e assistência Psicológica à gestante/ casal e desenvolvimento de Programas de Pré-Natal Psicológico, Pré-Natal Coletivo e Pré-Natal Integral; 2. Parto e Pós-parto: modelos de intervenção, avaliação, apoio e acolhimento à mulheres e famílias em situação de pós parto; 3. Psicologia do Desenvolvimento de Bebês e crianças (primeiríssima infância).

Miriam da Costa Camargo

Possui graduação em Psicologia (2019) e Secretário Executivo pela Universidade de Taubaté (1989).

Monique Marques da Costa Godoy

Graduada no curso de Psicologia da Universidade de Taubaté (2011-2014) com bolsa do Programa de Iniciação Científica na Universidade de Taubaté e membro discente do Conselho de Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté no ano de 2014. Pós-graduada em Intervenção Familiar: Psicoterapia e Orientação e integrante do Programa de Iniciação à Docência nos anos de 2015-2016. Psicóloga voluntária no Grupo de Apoio à Vítima de Violência Sexual (GAVVIS) nos anos de 2015-2017. Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté nos anos 2017-2019. Pesquisadora participante do grupo de pesquisa Saúde, Qualidade de Vida e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté desde 2014. Professora Colaboradora do Departamento de Psicologia na

Universidade de Taubaté de 2017 a 2018 e Professora Auxiliar I no mesmo departamento a partir de 2019.

Nicole Cristina Felix Rosa

Possui ensino-medio-segundo-graupela ETEP Faculdades(2012). Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social.

Paulo Roberto Grangeiro Rodrigues

Possui graduação em Psicologia pela Universidade de São Paulo (1988), mestrado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (1997) e doutorado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (2004). Atualmente é professor Auxiliar da UNITAU. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em teoria psicológica e interfaces, atuando principalmente nos seguintes temas: avaliação psicológica, interações sociais, autoconceito e intersubjetividade.

Quéren Hapuque Lopes dos Santos

Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté

Rosa Frugoli

Possui graduação em Psicologia (UNITAU) especialização em Educação e Sociedade (UNITAU), mestrado em Ciências Sociais (Antropologia Urbana/PUC/SP) e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Tem experiência na área de Formação Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: tecnologias e saúde, processos de subjetividades na contemporaneidade, violência e gênero. Professora no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde desenvolvendo estudos sobre saúde, gênero e violência. Na graduação, professora e supervisora de estágios na abordagem humanista e existencial da Universidade Metodista de São Paulo e Universidade de Taubaté.

Selma Rodrigues Soares

Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté

Sofia Gláucia Gonçalves Dedini

Possui graduação em Administração de Empresas (2005), graduação em Psicologia (2011) e Pós Graduação em Terapia Familiar e de Casal pela Universidade de Taubaté (2017). Atualmente cursa especialização em Gestalt-Terapia - Psicologia Clínica e Institucional na Universidade Cruzeiro do Sul - SP. Atua como psicóloga no Centro de Referência de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Taubaté (CRAS) e como psicóloga clínica em consultório particular na mesma cidade. Atende adolescentes, adultos e idosos.

Talitha Vieira Gonçalves Batista

Graduada em Psicologia (2005) pela Universidade de Taubaté. Possui Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais pela Universidade de Taubaté (2012), Especialização em Jung e Corpo: Psicoterapia Analítica e Abordagem Corporal (2008) pelo Instituto Sedes Sapientiae e em Psicologia Clínica: Formação Sistêmica no Atendimento em casal e família. Atualmente é Professora Auxiliar I da Universidade de

Taubaté em regime estatutária e Psicóloga Clínica. Tem experiência na área de Psicologia Analítica e Psicomotricidade, com ênfase no atendimento à crianças com orientação familiar.

Tamires Kinoshita Barros

Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté

Vanusa M. O. Ribeiro

Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté

Viviane Marco Pinheiro

Possui ensino-medio-segundo-graupela Escola Estadual Reverendo Omar Daibert (2012).

Apoio Cultural:



UNITAU
Universidade de Taubaté

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-9561-140-5



9 788595 611405